



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH  
ESTÁ CONFORME  
O ORIGINAL

# ORDEM DO EXÉRCITO

1.<sup>a</sup> SÉRIE

N.º 12/31 DE DEZEMBRO DE 2012

Publica-se ao Exército o seguinte:

## SUMÁRIO

### LEIS

#### Assembleia da República

##### Lei n.º 64/2012:

Procede à segunda alteração à Lei n.º 64-B/2011, de 30dec (OE/2012), no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira, alterando ainda as Leis n.ºs 112/97, de 16set e 8/2012, de 21fev, a Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19fev, e os DL n.ºs 229/95, de 11set, 287/2003, de 12 de nov, 32/2012, de 13 de fev, 127/2012, de 21 de jun, 298/92, de 31 de dec, 164/99, de 13 de mai, e 42/2001, de 9 de fev ..... 647

##### Lei n.º 66/2012:

Procede à sexta alteração à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, à quarta alteração à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, à terceira alteração ao Decreto-Lei 259/98, de 18 de agosto, e à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março, determinando a aplicação do regime de feriados e do Estatuto do Trabalhador-Estudante, previsto no Código do Trabalho, aos trabalhadores que exercem funções públicas, e revoga o Decreto-Lei n.º 190/99 de 5 de junho ..... 647

##### Lei n.º 66-B/2012:

Orçamento do Estado 2013 ..... 667

### RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE MINISTROS

#### Presidência do Conselho de Ministros

##### Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2012:

Autoriza a realização de despesa resultante do acordo celebrado entre o MDN e a CP-Comboios de Portugal, E.P.E., tendente ao cumprimento da prestação de serviços prevista na Portaria n.º 471/78, de 19 de agosto ..... 858

##### Resolução do Conselho de Ministros n.º 111/2012:

Desafeta do domínio público militar uma parcela de terreno com a área de 33 687 m<sup>2</sup>, do Centro de Comunicações de Dados e de Cifra da Marinha - Pólo de Penalva, situada no concelho do Barreiro, tendo em vista a sua cessão definitiva e onerosa à EP - Estradas de Portugal, S. A., para construção de uma infraestrutura rodoviária (IC 32) ..... 858

### DECRETOS

#### Presidência do Conselho de Ministros

##### Decreto n.º 31-B/2012:

Classifica como monumento nacional o Forte de S. Sebastião e demais elementos arquitetónicos que subsistem dos baluartes e revelins que o ligavam ao Castelo de Castro Marim, em Castro Marim ..... 860

**Decreto n.º 31-C/2012:**

Classifica como monumento nacional as  
Muralhas e Porta da Almedina de Silves  
em Silves ..... 862

**Decreto n.º 31-D/2012:**

Classifica como monumento nacional o Terreiro  
da Batalha de Montes Claros, em Rio de  
Moinhos, Concelho de Borba ..... 863

**Decreto n.º 31-E/2012:**

Classifica como monumento nacional o Campo  
Militar de Trancoso, também denominado  
Campo Militar de S. Marcos, em S. Pedro e  
Torres, Concelho de Trancoso ..... 865

**DECRETOS REGULAMENTARES****Ministério da Defesa Nacional****Decreto Regulamentar n.º 51/2012:**

Estabelece a estrutura orgânica e a estrutura funcio-  
nal do Polo de Lisboa do Hospital das FA,  
bem como os princípios de gestão que lhe são  
aplicáveis ..... 867

**PORTARIAS****Ministério da Defesa Nacional****Portaria n.º 398/2012:**

Aprova o Distintivo do Curso de Estado-Maior  
Conjunto ..... 874

**Portaria n.º 399/2012:**

Autoriza a Academia Militar a conferir o grau  
de mestre na especialidade de Liderança - Pes-  
soas e Organizações ..... 878

**DESPACHOS****Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional****Despacho n.º 16 063/2012:**

Alíneação do UI 172- Estação Radar n.º 2 (Aqua-  
relamento)- Paços de Ferreira ..... 880

**Despacho n.º 16 064/2012:**

Desafetação do domínio público militar do UI  
623 - Serra do Pilar (Carreira de Tiro)-Paços de  
Ferreira ..... 881

**Ministério da Defesa Nacional****Polícia Judiciária Militar****Despacho n.º 16 580/2012:**

Criação de Unidade Orgânica Flexível - Unidade  
de Apoio Técnico e Administração (UATA) .... 882

**Estado-Maior do Exército****Despacho s/n.º**

Institui o Dia Festivo do Museu Militar dos  
Açores ..... 883

**Comando do Pessoal****Despacho n.º 15 836/2012:**

Subdelegação de competências no Coronel  
CEM do Comando do Pessoal ..... 883

**Despacho n.º 15 903/2012:**

Subdelegação de competências no Major-General  
Diretor de Obtenção de Recursos Humanos ... 884

**Despacho n.º 15 904/2012:**

Subdelegação de competências no Major-General  
Diretor da DJD ..... 884

**Direção de Administração de Recursos Humanos****Despacho n.º 15 905/2012:**

Subdelegação de competências no Coronel  
chefe da RPM ..... 885

**Despacho n.º 15 906/2012:**

Subdelegação de competências no Coronel  
chefe da RPC ..... 886

**Despacho n.º 15 907/2012:**

Subdelegação de competências no Coronel  
chefe da RRRD ..... 887

**Comando da Logística****Despacho n.º 15 402/2012:**

Subdelegação de competências no Major-General  
diretor de Saúde ..... 887

<b>Despacho n.º 15 482/2012:</b>		<b>Despacho n.º 15 829/2012:</b>	
Subdelegação de competências no Tenente-Coronel chefe da RAG/CmdLog .....	887	Subdelegação de competências no Coronel Cmdt do RC3 .....	893
<b>Despacho n.º 15 483/2012:</b>		<b>Despacho n.º 15 830/2012:</b>	
Subdelegação de competências no Coronel Cmdt da UnApAMAS .....	888	Subdelegação de competências no Coronel Cmdt da RA5 .....	893
<b>Despacho n.º 15 484/2012:</b>		<b>Despacho n.º 15 831/2012:</b>	
Subdelegação de competências no Major-General diretor da DIE .....	888	Subdelegação de competências no Coronel Cmdt da EPE .....	894
<b>Despacho n.º 15 485/2012:</b>		<b>Despacho n.º 15 832/2012:</b>	
Subdelegação de competências no Major-General diretor da DMT .....	889	Subdelegação de competências no Tenente-Coronel Cmdt em regime de substituição da EPE .....	894
<b>Despacho n.º 15 486/2012:</b>		<b>Despacho n.º 15 833/2012:</b>	
Subdelegação de competências no Major chefe do CAVE .....	889	Subdelegação de competências no Coronel Cmdt da EPA .....	894
<b>Despacho n.º 15 487/2012:</b>		<b>Despacho n.º 15 834/2012:</b>	
Subdelegação de competências no Major-General diretor da DF .....	889	Subdelegação de competências no Coronel Cmdt da ESE .....	895
<b>Despacho n.º 15 488/2012:</b>			
Subdelegação de competências no Coronel chefe do IGeoE .....	890	<b>Comando das Forças Terrestres</b>	
<b>Despacho n.º 15 489/2012:</b>		<b>Direção de Comunicações e Sistemas de Informação</b>	
Subdelegação de competências no Major-General diretor da DA .....	890	<b>Despacho n.º 16 120/2012:</b>	
<b>Despacho n.º 15 490/2012:</b>		Subdelegação de competências no Coronel Cmdt do RT .....	895
Subdelegação de competências no Major-General Adjunto do Cmdt da Logística .....	891	<b>Zona Militar dos Açores</b>	
<b>Comando da Instrução e Doutrina</b>		<b>Despacho n.º 16 069/2012:</b>	
<b>Direção de Formação</b>		Subdelegação de competências no Tenente-Coronel Cmdt da UnAp do Cmd ZMA .....	896
<b>Despacho n.º 15 741/2012:</b>		<b>Despacho n.º 16 122/2012:</b>	
Subdelegação de competências no Coronel Cmdt da EPC .....	891	Subdelegação de competências no Coronel Cmdt do RG2 .....	896
<b>Despacho n.º 15 7421/2012:</b>		<b>Despacho n.º 16 123/2012:</b>	
Subdelegação de competências no Coronel Cmdt da CMEFD .....	892	Subdelegação de competências no Coronel Cmdt do RG1 .....	896
<b>Despacho n.º 15 743/2012:</b>		<b>Zona Militar da Madeira</b>	
Subdelegação de competências no Coronel Cmdt da EPS .....	892	<b>Despacho n.º 15 401/2012:</b>	
<b>Despacho n.º 15 744/2012:</b>		Subdelegação de competências no Coronel 2.º Cmdt da ZMM .....	897
Subdelegação de competências no Coronel Cmdt da EPT .....	892	<b>Despacho n.º 16 583/2012:</b>	
		Subdelegação de competências no Coronel Cmdt do RG3 .....	897

**Despacho n.º 16 585/2012:**

Subdelegação de competências no Tenente-Coronel  
 Cmdt da UnAp/Cmd ZMM ..... 897

**Brigada de Intervenção****Despacho n.º 15 397/2012:**

Subdelegação de competências no Tenente-Coronel  
 Cmdt do GAM/BrigInt/KFor ..... 898

**Despacho n.º 15 398/2012:**

Subdelegação de competências no Tenente-Coronel  
 Cmdt da UnAp da Brig Int ..... 898

**Despacho n.º 15 399/2012:**

Subdelegação de competências no Tenente-Coronel  
 Cmdt da UNENG10/FND/UNIFIL ..... 898

**Despacho n.º 15 400/2012:**

Subdelegação de competências no Coronel  
 Cmdt do RAA1 ..... 898

**Brigada de Reação Rápida****Despacho n.º 16 121/2012:**

Subdelegação de competências no Coronel  
 Cmdt do 3.º CN ISAF ..... 899

**AVISOS****Comando do Pessoal****Direção de Administração dos Recursos Humanos****Repartição de Pessoal Civil****Aviso (extrato) n.º 16 681/2012:**

Subdelegação de competências no Major-General  
 Presidente da SA1 do CCAE ..... 899

**PROTOCOLOS****Aditamento ao Protocolo de colaboração entre:****- O Regimento de Infantaria N.º 14 e:**

- Dínamo Clube Estação ..... 900

**I — LEIS****Assembleia da República****Lei n.º 64/2012  
de 20 de dezembro**

Procede à segunda alteração à Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira, alterando ainda as Leis n.ºs 112/97, de 16 de setembro, e 8/2012, de 21 de fevereiro, a Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de fevereiro, e os Decretos-Leis n.ºs 229/95, de 11 de setembro, 287/2003, de 12 de novembro, 32/2012, de 13 de fevereiro, 127/2012, de 21 de junho, 298/92, de 31 de dezembro, 164/99, de 13 de maio, e 42/2001, de 9 de fevereiro.

(DR 1.ª série, n.º 246, de 20 de dezembro de 2012)

**Lei n.º 66/2012  
de 31 de dezembro de 2012**

**Procede à sexta alteração à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, à quarta alteração à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto, e à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março, determinando a aplicação do regime dos feriados e do Estatuto do Trabalhador-Estudante, previstos no Código do Trabalho, aos trabalhadores que exercem funções públicas, e revoga o Decreto-Lei n.º 335/77, de 13 de agosto, e o Decreto-Lei n.º 190/99, de 5 de junho.**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

**Artigo 1.º  
Objeto**

1 — A presente lei procede a alterações aos seguintes diplomas legais:

a) Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2008, de 24 de abril, e alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas;

b) Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de novembro, e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas;

c) Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, que adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com exceção das normas respeitantes ao regime jurídico da nomeação, aos trabalhadores que exercem funções públicas na administração autárquica e procede à adaptação à administração autárquica do disposto no Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro, no que se refere ao processo de racionalização de efetivos;

d) Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação n.º 13-E/98, de 31 de agosto, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de agosto, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, que estabelece as regras e os princípios gerais em matéria de duração e horário de trabalho na Administração Pública;

e) Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de agosto, pelos Decretos-Leis n.ºs 503/99, de 20 de novembro, 70-A/2000, de 5 de maio, 157/2001, de 11 de maio, 169/2006, de 17 de agosto, e 181/2007, de 9 de maio, pelas Leis n.ºs 59/2008, de 11 de setembro, e 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março, que estabelece o regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da administração central, regional e local, incluindo os institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados ou de fundos públicos.

2 — A presente lei determina ainda a aplicação aos trabalhadores em funções públicas dos regimes previstos no Código do Trabalho relativos a feriados e ao estatuto do trabalhador-estudante.

#### Artigo 2.º

#### **Alteração à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro**

Os artigos 27.º, 32.º e 61.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2008, de 24 de abril, e alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, passam a ter a seguinte redação:

#### «Artigo 27.º

[...]

1 — .....

2 — .....

a) *(Revogada.)*

b) *(Revogada.)*

c) .....

d) .....

e) *(Revogada.)*

f) Atividades docentes ou de investigação de duração não superior à fixada em despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da Administração Pública e da educação e que, sem prejuízo do cumprimento da duração semanal do trabalho, não se sobreponha em mais de um quarto ao horário inerente à função principal;

g) .....

#### Artigo 32.º

[...]

1 — .....

a) .....

b) .....

c) Mútuo acordo entre a entidade empregadora pública e o trabalhador, mediante compensação, nos termos previstos na lei;

d) .....

e) .....

f) .....

2 — .....

3 — À causa de cessação referida na alínea c) do n.º 1 são aplicáveis as disposições do RCTFP relativas à cessação por acordo.

4 — .....

## Artigo 61.º

**Regras de aplicação da mobilidade**

1 — Em regra, a mobilidade interna depende do acordo do trabalhador e dos órgãos ou serviços de origem e de destino, podendo ser promovida pelas entidades empregadoras públicas ou requerida pelo trabalhador.

2 — Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, é dispensado o acordo do trabalhador para efeitos de mobilidade interna, em todas as suas modalidades, quando se verifique qualquer das seguintes situações e desde que o local de trabalho se situe até 60 km, inclusive, do local de residência:

a) Se opere para órgão, serviço ou unidade orgânica situados no concelho do órgão, serviço ou unidade orgânica de origem, no concelho da sua residência ou em concelho confinante com qualquer daqueles;

b) O órgão, serviço ou unidade orgânica de origem ou a sua residência se situe em concelho da área metropolitana de Lisboa ou da área metropolitana do Porto e a mobilidade se opere para órgão, serviço ou unidade orgânica situados em concelho integrado numa daquelas áreas ou em concelho confinante com qualquer daquelas, respetivamente.

3 — Os trabalhadores abrangidos pelo número anterior podem solicitar a não sujeição à mobilidade, invocando e demonstrando prejuízo sério para a sua vida pessoal, no prazo de 10 dias a contar da comunicação da decisão de mobilidade, nomeadamente através da comprovação da inexistência de rede de serviços de transporte público coletivo que permita a realização da deslocação entre a residência e o local de trabalho, ou da duração desta.

4 — O limite estabelecido no n.º 2 é reduzido para 30 km quando o trabalhador pertença a categoria de grau de complexidade 1 e 2.

5 — O acordo do trabalhador pode ainda ser dispensado nos termos do disposto no artigo 61.º-A.

6 — *(Anterior n.º 4.)*

7 — *(Anterior n.º 5.)*

8 — *(Anterior n.º 6.)*

9 — *(Revogado.)*

10 — *(Revogado.)*

11 — *(Anterior n.º 7.)*

12 — *(Anterior n.º 8.)*

13 — O membro do Governo responsável pelas áreas das finanças e da Administração Pública define, por despacho, as condições e os termos em que podem ser compensados os encargos adicionais com deslocações em que o trabalhador incorra pela utilização de transportes públicos coletivos nas situações previstas no n.º 2.

14 — O disposto no presente artigo não prejudica a existência de outros regimes de mobilidade, nomeadamente os regimes próprios de carreiras especiais.»

## Artigo 3.º

**Aditamento à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro**

É aditado à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2008, de 24 de abril, e alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, o artigo 61.º-A, com a seguinte redação:

## «Artigo 61.º-A

**Mobilidade interna temporária em órgão ou serviço  
com unidades orgânicas desconcentradas**

1 — O trabalhador pode ser sujeito a mobilidade interna temporária, nos termos do disposto nos números seguintes, desde que reunidas cumulativamente as seguintes condições:

a) Se trate de necessidade de deslocação de trabalhadores entre unidades orgânicas desconcentradas de um mesmo órgão ou serviço;

b) A mobilidade seja feita para a mesma categoria e para posto de trabalho idêntico na unidade orgânica de destino;

c) Sejam excedidos os limites previstos no artigo 61.º .

2 — A mobilidade prevista no presente artigo tem a duração máxima de um ano e determina a atribuição de ajudas de custo por inteiro, durante o período da sua vigência.

3 — A mobilidade depende do prévio apuramento dos trabalhadores disponíveis na unidade ou unidades de origem e de necessidades na unidade ou unidades orgânicas de destino, por carreira, categoria e área de atuação, as quais são divulgadas na *intranet* do órgão ou serviço.

4 — Os trabalhadores da unidade ou unidades de origem detentores dos requisitos exigidos podem manifestar o seu interesse em aderir às ofertas de mobilidade divulgadas nos termos do número anterior, no prazo e nas condições estipuladas para o efeito pelo dirigente máximo do órgão ou serviço.

5 — Quando não existam, nas condições previstas no número anterior, trabalhadores interessados em número suficiente para a satisfação das necessidades na unidade ou unidades orgânicas de destino, são aplicados, em cada órgão ou serviço, critérios objetivos de seleção definidos pelo respetivo dirigente máximo e sujeitos a aprovação do membro do Governo com poder de direção, superintendência ou tutela sobre o órgão ou serviço, sendo publicitados nos termos previstos no n.º 3.

6 — O trabalhador selecionado nos termos do número anterior pode solicitar a não sujeição à mobilidade interna, invocando e demonstrando prejuízo sério para a sua vida pessoal, no prazo de 10 dias a contar da comunicação da decisão de mobilidade.

7 — O trabalhador não pode ser novamente sujeito à mobilidade regulada no presente artigo antes de decorridos dois anos, exceto com o seu acordo, mantendo neste caso o direito à compensação prevista no n.º 2.

8 — O disposto no presente artigo não prejudica a existência de outros regimes de mobilidade, nomeadamente os regimes próprios de carreiras especiais.

9 — A mobilidade prevista no presente artigo pode consolidar-se a todo o tempo, mediante acordo entre a entidade empregadora pública e o trabalhador.

10 — Verificada a situação prevista no número anterior, cessa o direito à atribuição de ajudas de custo.»

## Artigo 4.º

**Alteração à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro**

Os artigos 8.º e 19.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de novembro, e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, passam a ter a seguinte redação:

## «Artigo 8.º

[...]

- .....
- a) .....
- b) .....



- c) .....
- d) .....
- e) *(Revogada.)*
- f) Artigos 171.º a 183.º e 208.º do Regime e 115.º a 126.º do Regulamento, sobre férias, remuneração do período de férias e fiscalização de doença durante as férias;
- g) Artigos 184.º a 193.º do Regime e 131.º do Regulamento, sobre faltas;
- h) *[Anterior alínea f).]*
- i) Artigos 292.º a 297.º do Regime, sobre a proteção especial dos representantes dos trabalhadores;
- j) *[Anterior alínea g).]*
- k) *[Anterior alínea h).]*
- l) *[Anterior alínea i).]*

#### Artigo 19.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — Até à regulamentação do regime de proteção social convergente, os trabalhadores referidos no número anterior mantêm-se sujeitos às demais normas que lhes eram aplicáveis à data de entrada em vigor da presente lei, designadamente as relativas à manutenção do direito à remuneração, justificação, verificação e efeitos das faltas por doença e por maternidade, paternidade e adoção, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 6 e 7.
- 4 — .....
- 5 — Quando a suspensão resultar de doença, o disposto no n.º 1 do artigo 232.º do Regime, aplica-se aos trabalhadores referidos nos n.ºs 2 e 3 a partir da data da entrada em vigor dos diplomas previstos no número anterior, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 6 e 7.
- 6 — Até à regulamentação do regime de proteção social convergente na eventualidade de doença, no caso de faltas por doença, se o impedimento se prolongar efetiva ou previsivelmente para além de um mês, aplica-se aos trabalhadores referidos nos n.ºs 2 e 3 os efeitos no direito a férias estabelecidos no artigo 179.º do Regime para os trabalhadores a que se refere o n.º 1 com contrato suspenso por motivo de doença.
- 7 — Os trabalhadores abrangidos pelo disposto no número anterior mantêm o direito ao subsídio de férias, nos termos do n.º 2 do artigo 208.º do Regime.
- 8 — *(Anterior n.º 6.)*
- 9 — O disposto nos artigos 29.º a 54.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março, é aplicável apenas aos trabalhadores integrados no regime de proteção social convergente.»

#### Artigo 5.º

#### **Aditamento à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro**

São aditados à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de novembro, e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, os artigos 8.º-A e 8.º-B, com a seguinte redação:

#### «Artigo 8.º-A

#### **Feriados**

- 1 — Sem prejuízo do disposto nos números seguintes ou em lei especial, é aplicável aos trabalhadores que exercem funções públicas, nas modalidades de nomeação e de contrato, o regime de feriados estabelecido no Código do Trabalho.

2 — A observância dos feriados facultativos previstos no Código do Trabalho depende de decisão do Conselho de Ministros, sendo nulas as disposições de contrato ou de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho que disponham em contrário.

3 — A aplicação do disposto no número anterior às administrações regionais efetua-se com as necessárias adaptações no que respeita às competências dos correspondentes órgãos de governo próprio.

#### Artigo 8.º-B **Trabalhador-estudante**

Sem prejuízo do disposto em lei especial, é aplicável aos trabalhadores que exercem funções públicas, nas modalidades de nomeação e de contrato, o regime do trabalhador-estudante estabelecido no Código do Trabalho.»

#### Artigo 6.º **Alteração ao Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas**

Os artigos 164.º, 175.º, 176.º, 181.º, 192.º, 208.º, 212.º, 213.º, 252.º, 253.º, 255.º, 256.º, 338.º, 370.º e 400.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado em anexo I à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de novembro, e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, passam a ter a seguinte redação:

#### «Artigo 164.º [...]

Nos casos de prestação de trabalho extraordinário em dia de descanso semanal obrigatório motivado pela falta imprevista do trabalhador que deveria ocupar o posto de trabalho no turno seguinte, quando a sua duração não ultrapassar duas horas, o trabalhador tem direito a um descanso compensatório de duração igual ao período de trabalho extraordinário prestado naquele dia, a gozar num dos três dias úteis seguintes, aplicando-se o disposto no n.º 4 do artigo anterior.

#### Artigo 175.º **Ano do gozo de férias**

1 — As férias são gozadas no ano civil em que se vencem, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 — As férias podem ser gozadas até 30 de abril do ano civil seguinte, em cumulação ou não com férias vencidas no início deste, por acordo entre entidade empregadora pública e trabalhador ou sempre que este as pretenda gozar com familiar residente no estrangeiro.

3 — Pode ainda ser cumulado o gozo de metade do período de férias vencido no ano anterior com o vencido no ano em causa, mediante acordo entre entidade empregadora pública e trabalhador.

#### Artigo 176.º [...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....

6 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a preferência prevista no número anterior é extensiva aos trabalhadores cujo cônjuge, bem como a pessoa que viva em união de facto ou economia comum nos termos previstos em legislação especial, seja também trabalhador em funções públicas e tenha, por força da lei ou pela natureza do serviço, de gozar férias num determinado período do ano.

7 — (*Anterior n.º 6.*)

8 — Os dias de férias podem ser gozados em meios dias, no máximo de quatro meios dias, seguidos ou interpolados, por exclusiva iniciativa do trabalhador.

9 — (*Anterior n.º 7.*)

#### Artigo 181.º

[...]

Caso a entidade empregadora pública, com culpa, obste ao gozo das férias nos termos previstos nos artigos anteriores, o trabalhador recebe, a título de compensação, o triplo da remuneração correspondente ao período em falta, que deve obrigatoriamente ser gozado até 30 de abril do ano civil subsequente.

#### Artigo 192.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — Na situação referida no número anterior, o período de ausência a considerar para efeitos da perda de remuneração prevista no n.º 1 abrange os dias ou meios dias de descanso ou feriados imediatamente anteriores ou posteriores ao dia da falta.

4 — (*Anterior n.º 3.*)

#### Artigo 208.º

[...]

1 — .....

2 — Além da remuneração mencionada no número anterior, o trabalhador tem direito a um subsídio de férias de valor igual a um mês de remuneração base mensal, que deve ser pago por inteiro no mês de Junho de cada ano ou em conjunto com a remuneração mensal do mês anterior ao do gozo das férias, quando a aquisição do respetivo direito ocorrer em momento posterior.

3 — .....

4 — .....

#### Artigo 212.º

[...]

1 — .....

a) 25 % da remuneração na primeira hora ou fração desta;

b) 37,5 % da remuneração, nas horas ou frações subseqüentes.

2 — O trabalho extraordinário prestado em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar, e em dia feriado confere ao trabalhador o direito a um acréscimo de 50 % da remuneração por cada hora de trabalho efetuado.

3 — .....

4 — .....

5 — .....

Artigo 213.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — O trabalhador que realiza a prestação em órgão ou serviço legalmente dispensado de suspender o trabalho em dia feriado obrigatório tem direito a um descanso compensatório com duração de metade do número de horas prestadas ou ao acréscimo de 50 % da remuneração pelo trabalho prestado nesse dia, cabendo a escolha à entidade empregadora pública.

Artigo 252.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — A caducidade do contrato a termo certo confere ao trabalhador o direito a uma compensação, exceto quando aquela decorra da vontade do trabalhador.
- 4 — A compensação a que se refere o número anterior corresponde a 20 dias de remuneração base por cada ano completo de antiguidade, sendo determinada do seguinte modo:
- a) O valor da remuneração base mensal do trabalhador a considerar para efeitos de cálculo da compensação não pode ser superior a 20 vezes a retribuição mínima mensal garantida;
  - b) O montante global da compensação não pode ser superior a 12 vezes a remuneração base mensal do trabalhador;
  - c) O valor diário de remuneração base é o resultante da divisão por 30 da remuneração base mensal;
  - d) Em caso de fração de ano, o montante da compensação é calculado proporcionalmente.
- 5 — (*Anterior n.º 4.*)

Artigo 253.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — A caducidade do contrato confere ao trabalhador o direito a uma compensação calculada nos termos do artigo anterior.

Artigo 255.º  
[...]

- 1 — A entidade empregadora pública e o trabalhador podem fazer cessar o contrato por acordo, por escrito, observados que estejam os seguintes requisitos:
- a) Sejam comprovadas a obtenção de ganhos de eficiência e a redução permanente de despesa para a entidade empregadora pública, designadamente pela demonstração de que o trabalhador não requer substituição;
  - b) A entidade empregadora pública demonstre a existência de disponibilidade orçamental, no ano da cessação, para suportar a despesa inerente à compensação a atribuir ao trabalhador, calculada nos termos do artigo 256.º.

2 — A celebração de acordo de cessação nos termos do número anterior, depende de prévia autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e Administração Pública e da tutela da entidade empregadora pública a cujo mapa de pessoal o trabalhador pertence.

3 — O membro do Governo responsável pelas áreas das finanças e da Administração Pública pode, em fase prévia à autorização de celebração de acordo de cessação, requerer à entidade gestora da mobilidade a avaliação da possibilidade de colocação do trabalhador em posto de trabalho compatível com a sua categoria, experiência e qualificações profissionais, noutro órgão ou serviço da Administração Pública.

4 — Quando o trabalhador se encontre integrado na carreira de assistente operacional ou de assistente técnico, é dispensada a autorização prevista no n.º 2, observados que estejam os requisitos enunciados no n.º 1.

5 — A celebração de acordo de cessação gera a incapacidade do trabalhador para constituir uma relação de vinculação, a título de emprego público ou outro, incluindo prestação de serviços, com os órgãos e serviços das administrações direta e indireta do Estado, regionais e autárquicas, incluindo as respetivas empresas públicas e entidades públicas empresariais, e com quaisquer outros órgãos do Estado ou pessoas coletivas públicas, durante o número de meses igual ao quádruplo do número resultante da divisão do montante da compensação atribuída pelo valor de 30 dias de remuneração base, calculado com aproximação por excesso.

6 — Os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública e pela tutela podem, por portaria, regulamentar programas setoriais de redução de efetivos por recurso à celebração de acordo de cessação de contrato, estabelecendo os requisitos e as condições específicas a aplicar nesses programas, as quais devem ser objeto de negociação prévia com as organizações sindicais representativas dos trabalhadores.

#### Artigo 256.º

##### **Compensação a atribuir**

1 — A compensação a atribuir ao trabalhador no âmbito dos acordos de cessação previstos nos artigos anteriores, com exceção da modalidade prevista no n.º 6 do artigo 255.º, corresponde no máximo a 20 dias de remuneração base por cada ano completo de antiguidade, sendo determinada do seguinte modo:

a) O valor diário de remuneração base é o resultante da divisão por 30 da remuneração base mensal;

b) Em caso de fração de ano, o montante da compensação é calculado proporcionalmente.

c) O montante global da compensação não pode ser superior a 100 vezes a retribuição mínima mensal garantida, sem prejuízo do previsto nos números seguintes.

2 — O montante global da compensação não pode ser superior ao montante das remunerações base a auferir pelo trabalhador até à idade legal de reforma ou aposentação.

3 — Na situação em que o trabalhador reúne as condições para aceder ao mecanismo legal de antecipação da aposentação no âmbito do regime de proteção social convergente ou ao abrigo de regime de flexibilização ou de antecipação da idade de pensão de reforma por velhice no regime geral de segurança social, o acordo de cessação carece de demonstração de redução efetiva de despesa e da consequente autorização prévia do membro do Governo responsável pela área das finanças.

#### Artigo 338.º

[...]

1 — .....

2 — Ao crédito de horas a que se refere o número anterior é aplicável o regime de comunicações ao serviço previsto no n.º 8 do artigo 250.º do anexo II, «Regulamento».

**Artigo 370.º**

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — Aos acordos de adesão aplicam-se as regras referentes à assinatura, ao depósito e à publicação dos acordos coletivos de trabalho.

**Artigo 400.º**

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — As entidades empregadoras públicas devem comunicar à Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, nas 24 horas subsequentes à receção do pré-aviso de greve, a necessidade de negociação do acordo previsto no n.º 2.
- 5 — *(Anterior n.º 4.)*
- 6 — *(Anterior n.º 5.)*
- 7 — *(Anterior n.º 6.)»*

**Artigo 7.º****Aditamento ao Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas**

São aditados ao Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado em anexo I à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de novembro, e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, os artigos 127.º-A, 127.º-B, 127.º-C, 127.º-D, 127.º-E, 127.º-F e 255.º-A, com a seguinte redação:

**«Artigo 127.º-A****Adaptabilidade individual**

- 1 — A entidade empregadora pública e o trabalhador podem, por acordo, definir o período normal de trabalho em termos médios.
- 2 — O acordo pode prever o aumento do período normal de trabalho diário até duas horas e que a duração do trabalho semanal possa atingir 45 horas, só não se contando nestas o trabalho extraordinário prestado por motivo de força maior.
- 3 — Em semana cuja duração do trabalho seja inferior a 35 horas, a redução pode ser até duas horas diárias ou, sendo acordada, em dias ou meios dias, sem prejuízo do direito a subsídio de refeição.
- 4 — O acordo é celebrado por escrito, mediante proposta escrita da entidade empregadora pública, presumindo-se a aceitação por parte de trabalhador que a ela não se oponha, por escrito, nos 14 dias seguintes ao conhecimento da mesma, aí incluídos os períodos a que se refere o n.º 2 do artigo 135.º.

**Artigo 127.º -B****Adaptabilidade grupal**

- 1 — O instrumento de regulamentação coletiva de trabalho que institua o regime de adaptabilidade previsto no artigo 127.º pode prever que:

a) A entidade empregadora pública possa aplicar o regime ao conjunto dos trabalhadores de uma equipa, secção ou unidade orgânica caso, pelo menos, 60 % dos trabalhadores dessa estrutura sejam por ele abrangidos, mediante filiação em associação sindical celebrante do instrumento de regulamentação coletiva de trabalho e por escolha desse instrumento de regulamentação coletiva de trabalho como aplicável;

b) O disposto na alínea anterior se aplique enquanto os trabalhadores da equipa, secção ou unidade orgânica em causa, abrangidos pelo regime de acordo com a parte final da alínea anterior, forem em número igual ou superior ao correspondente à percentagem nele indicada.

2 — Caso a proposta a que se refere o n.º 4 do artigo anterior seja aceite por, pelo menos, 75 % dos trabalhadores da equipa, secção ou unidade orgânica a quem for dirigida, a entidade empregadora pública pode aplicar o mesmo regime ao conjunto dos trabalhadores dessa estrutura.

3 — Ocorrendo alteração por entrada ou saída de trabalhadores na composição da equipa, secção ou unidade orgânica, o disposto no número anterior aplica-se enquanto dessa alteração não resultar percentagem inferior à nele indicada.

4 — O regime de adaptabilidade instituído nos termos dos n.ºs 1 ou 2 não se aplica a trabalhador abrangido por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho que disponha de modo contrário a esse regime ou, relativamente a regime referido no n.º 1, a trabalhador representado por associação sindical que tenha deduzido oposição a regulamento de extensão do instrumento de regulamentação coletiva de trabalho em causa.

#### Artigo 127.º-C **Banco de horas**

1 — Por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho, pode ser instituído um regime de banco de horas, em que a organização do tempo de trabalho obedeça ao disposto nos números seguintes.

2 — O período normal de trabalho pode ser aumentado até 3 horas diárias e pode atingir 50 horas semanais, tendo o acréscimo por limite 200 horas por ano.

3 — O limite anual referido no número anterior pode ser afastado por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho, caso a utilização do regime tenha por objetivo evitar a redução do número de trabalhadores, só podendo esse limite ser aplicado durante um período até 12 meses.

4 — O instrumento de regulamentação coletiva de trabalho deve regular:

a) A compensação do trabalho prestado em acréscimo, que pode ser feita mediante, pelo menos, uma das seguintes modalidades:

- i) Redução equivalente no tempo de trabalho;
- ii) Alargamento do período de férias;
- iii) Pagamento em dinheiro, com os limites definidos pelo artigo 212.º;

b) A antecedência com que a entidade empregadora pública deve comunicar ao trabalhador a necessidade de prestação de trabalho;

c) O período em que a redução do tempo de trabalho para compensar trabalho prestado em acréscimo deve ter lugar, por iniciativa do trabalhador ou, na sua falta, da entidade empregadora pública, bem como a antecedência com que qualquer deles deve informar o outro da utilização dessa redução.

#### Artigo 127.º-D **Banco de horas individual**

1 — O regime de banco de horas pode ser instituído por acordo entre a entidade empregadora pública e o trabalhador, podendo, neste caso, o período normal de trabalho ser aumentado até duas horas diárias e atingir 45 horas semanais, tendo o acréscimo por limite 150 horas por ano, e devendo o mesmo acordo regular os aspetos referidos no n.º 4 do artigo anterior.

2 — O acordo é celebrado por escrito, mediante proposta escrita da entidade empregadora pública, presumindo-se a aceitação por parte de trabalhador que a ela não se oponha, por escrito, nos 14 dias seguintes ao conhecimento da mesma, aí incluídos os períodos a que se refere o n.º 2 do artigo 135.º.

Artigo 127.º -E  
**Banco de horas grupal**

1 — O instrumento de regulamentação coletiva de trabalho que institua o regime de banco de horas previsto no artigo 127.º-C pode prever que a entidade empregadora pública o possa aplicar ao conjunto dos trabalhadores de uma equipa, secção ou unidade orgânica, quando se verifiquem as condições referidas no n.º 1 do artigo 127.º-B.

2 — Caso a proposta a que se refere o n.º 2 do artigo anterior seja aceite por, pelo menos, 75 % dos trabalhadores da equipa, secção ou unidade orgânica a quem for dirigida, a entidade empregadora pública pode aplicar o mesmo regime de banco de horas ao conjunto dos trabalhadores dessa estrutura, sendo aplicável o disposto no n.º 3 do artigo 127.º-B.

3 — O regime de banco de horas instituído nos termos dos n.ºs 1 ou 2 não se aplica a trabalhador abrangido por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho que disponha de modo contrário a esse regime ou, relativamente ao regime referido no n.º 1, a trabalhador representado por associação sindical que tenha deduzido oposição a regulamento de extensão do instrumento de regulamentação coletiva de trabalho em causa.

Artigo 127.º-F  
**Adaptabilidade e banco de horas individual**

A aplicação do disposto nos artigos 127.º-A e 127.º-D depende da sua previsão em instrumento de regulamentação coletiva de trabalho.

Artigo 255.º-A  
**Cessação por acordo de trabalhadores na situação de mobilidade especial**

1 — O trabalhador colocado em situação de mobilidade especial pode requerer, após início da respetiva fase de requalificação, a celebração de acordo de cessação à secretaria-geral ou ao serviço de recursos humanos do ministério ao qual se encontre afeto.

2 — Nas situações a que se refere o número anterior, o trabalhador tem direito a compensação determinada nos termos e condições previstas no artigo 256.º, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

3 — O valor da remuneração base mensal do trabalhador a considerar para efeitos de cálculo da compensação corresponde ao valor da última remuneração base mensal auferida antes da colocação em situação de mobilidade especial.

4 — O deferimento do pedido pelo membro do Governo com poder de direção, superintendência ou tutela sobre o órgão ou serviço depende de disponibilidade orçamental, no ano da cessação, para suportar a despesa inerente à compensação a atribuir ao trabalhador.

5 — Ao trabalhador colocado em situação de mobilidade especial que celebre acordo de cessação aplica-se o disposto no n.º 5 do artigo 255.º»

Artigo 8.º  
**Alteração ao Regulamento do Contrato de Trabalho em Funções Públicas**

Os artigos 257.º, 260.º, 268.º, 269.º, 281.º, 284.º, 288.º, 289.º, 291.º, 292.º e 294.º do Regulamento do contrato de trabalho em funções públicas, aprovado em anexo II à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de novembro, e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, passam a ter a seguinte redação:



«Artigo 257.º  
[...]

- 1 — .....  
2 — .....  
3 — As bolas a que se refere o número anterior devem ser todas sorteadas, correspondendo a primeira ao árbitro efetivo e as restantes aos árbitros suplentes.  
4 — (*Anterior n.º 3.*)  
5 — (*Anterior n.º 4.*)  
6 — (*Anterior n.º 5.*)  
7 — (*Revogado.*)  
8 — (*Anterior n.º 6.*)

Artigo 260.º  
[...]

1 — O tribunal arbitral é declarado constituído pelo árbitro presidente depois de concluído o processo de nomeação dos árbitros, ao abrigo do artigo 374.º e, sendo o caso, do artigo 375.º, ambos do Regime, e após a assinatura da declaração de aceitação e de independência por todos os árbitros.

- 2 — .....  
3 — .....  
4 — O tribunal arbitral inicia o seu funcionamento até 48 horas após a sua constituição.

Artigo 268.º  
[...]

1 — O árbitro deve ser independente face aos interesses em conflito, considerando-se como tal quem não tem, nem teve no ano anterior, qualquer relação, institucional ou profissional, com alguma das entidades abrangidas pelo processo arbitral, nem tem outro interesse, direto ou indireto, no resultado da arbitragem.

2 — À independência de árbitro aplica-se subsidiariamente o disposto no Código de Processo Civil em matéria de impedimentos e suspeições.

3 — Qualquer das partes pode apresentar requerimento de impedimento do árbitro designado e este pode apresentar pedido de escusa, nas 24 horas após a comunicação do resultado do sorteio ou, sendo posterior, do conhecimento do facto.

4 — Compete ao presidente do Conselho Económico e Social decidir sobre o requerimento de impedimento ou pedido de escusa de árbitro.

5 — Os árbitros que não apresentem pedido de escusa devem, nas 48 horas subsequentes à designação, assinar declaração de aceitação e de independência.

Artigo 269.º  
[...]

- 1 — (*Anterior corpo do artigo.*)  
2 — A incompetência do tribunal arbitral só pode ser arguida até à audição das partes, ou no âmbito da mesma.

Artigo 281.º  
[...]

- 1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — A decisão final do tribunal arbitral é fundamentada e reduzida a escrito, dela constando ainda:

- a) A identificação das partes;
- b) O objeto da arbitragem;
- c) A identificação dos árbitros;
- d) O lugar da arbitragem e o local e data em que a decisão foi proferida;
- e) A assinatura dos árbitros;
- f) A indicação dos árbitros que não puderem assinar.

5 — A decisão deve conter um número de assinaturas pelo menos igual ao da maioria dos árbitros e inclui os votos de vencido, devidamente identificados.

6 — A decisão arbitral equivale a sentença da primeira instância para todos os efeitos legais.

7 — Qualquer das partes pode requerer ao tribunal arbitral o esclarecimento de alguma obscuridade ou ambiguidade da decisão, ou dos seus fundamentos, nos termos previstos no Código de Processo Civil, nos 10 dias seguintes à sua notificação.

8 — As decisões proferidas por tribunal arbitral podem ser anuladas pelo Tribunal Central Administrativo Sul com qualquer dos fundamentos que, na lei geral sobre arbitragem voluntária, permitem a anulação da decisão dos árbitros.

9 — Se a decisão recorrida for anulada, o tribunal arbitral que pronunciar nova decisão é constituído pelos mesmos árbitros.

10 — As decisões arbitrais são objeto de publicação na página eletrónica da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público.

#### Artigo 284.º

[...]

1 — A arbitragem realiza-se em local previamente indicado pelo presidente do Conselho Económico e Social, em despacho emitido no início de cada ano civil.

2 — Só é permitida a utilização de instalações de quaisquer das partes no caso de estas e os árbitros estarem de acordo.

3 — Na falta do despacho ou do acordo a que se referem os números anteriores, as arbitragens realizam-se nas instalações da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público.

4 — (*Anterior n.º 2.*)

#### Artigo 288.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — As bolas a que se refere o número anterior são todas sorteadas, correspondendo a primeira ao árbitro efetivo e as restantes aos árbitros suplentes.

5 — (*Anterior n.º 4.*)

6 — (*Anterior n.º 5.*)

7 — (*Anterior n.º 6.*)

8 — (*Anterior n.º 7.*)

9 — O membro do Governo responsável pela área da Administração Pública pode ainda determinar que a decisão sobre serviços mínimos seja tomada pelo colégio arbitral que tenha pendente a apreciação de outra greve cujos período e âmbito geográfico e sectorial sejam total ou parcialmente coincidentes, havendo parecer favorável do colégio em causa.

Artigo 289.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — Qualquer das partes pode apresentar requerimento de impedimento do árbitro designado e este pode apresentar pedido de escusa.
- 3 — Perante o requerimento de impedimento ou pedido de escusa, e não havendo oposição das partes, procede-se de imediato à substituição do árbitro visado pelo respetivo suplente.
- 4 — Havendo oposição das partes, compete ao presidente do Conselho Económico e Social decidir o requerimento de impedimento ou pedido de escusa.

Artigo 291.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — O colégio arbitral pode convocar as partes para as ouvir sobre a definição dos serviços mínimos e os meios necessários para os assegurar.
- 4 — Após três decisões no mesmo sentido, em casos em que as partes sejam as mesmas e cujos elementos relevantes para a decisão sobre os serviços mínimos a prestar e os meios necessários para os assegurar sejam idênticos, e caso a última decisão tenha sido proferida há menos de três anos, o colégio arbitral pode, em iguais circunstâncias, decidir de imediato nesse sentido, dispensando a audição das partes e outras diligências instrutórias.

Artigo 292.º  
**Redução ou extinção da arbitragem**

- 1 — *(Anterior corpo do artigo.)*
- 2 — No caso de as partes chegarem a acordo sobre todo o objeto da arbitragem, esta considera-se extinta.

Artigo 294.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — A decisão final do tribunal arbitral é fundamentada e reduzida a escrito, dela constando ainda:
  - a) A identificação das partes;
  - b) O objeto da arbitragem;
  - c) A identificação dos árbitros;
  - d) O lugar da arbitragem e o local e data em que a decisão foi proferida;
  - e) A assinatura dos árbitros;
  - f) A indicação dos árbitros que não puderem assinar.
- 3 — A decisão deve conter um número de assinaturas pelo menos igual ao da maioria dos árbitros e inclui os votos de vencido, devidamente identificados.
- 4 — A decisão arbitral equivale a sentença da primeira instância para todos os efeitos legais.
- 5 — Qualquer das partes pode requerer ao tribunal arbitral o esclarecimento de alguma obscuridade ou ambiguidade da decisão ou dos seus fundamentos, nos termos previstos no Código de Processo Civil, nas 12 horas seguintes à sua notificação.
- 6 — As decisões arbitrais são objeto de publicação na página eletrónica da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público.»

## Artigo 9.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro**

Os artigos 1.º, 12.º e 14.º a 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, passam a ter a seguinte redação:

## «Artigo 1.º

[...]

1 — .....

2 — O presente decreto-lei procede ainda à adaptação à administração autárquica do Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro, na parte referente à reestruturação de serviços públicos e racionalização de efetivos.

3 — O presente decreto-lei procede, igualmente, à adaptação à administração autárquica da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 11/2008, de 20 de fevereiro, 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro.

4 — (*Anterior n.º 3.*)

## Artigo 12.º

**Regras de aplicação da mobilidade interna**

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo 61.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2008, de 24 de abril, e alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, é dispensado o acordo do trabalhador para efeitos de mobilidade interna, em qualquer das suas modalidades, quando se opere:

a) Para unidade orgânica da área metropolitana ou comunidade intermunicipal em que se integra a entidade autárquica de origem;

b) Para unidade orgânica de entidade autárquica integrante da área metropolitana ou comunidade intermunicipal da entidade autárquica de origem;

c) Para unidade orgânica de entidade autárquica integrante da área metropolitana ou comunidade intermunicipal de origem.

2 — O limite previsto no n.º 2 e o disposto nos n.ºs 3, 4 e 11, todos do artigo 61.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2008, de 24 de abril, e alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, aplica-se no âmbito da mobilidade referida no número anterior.

3 — (*Revogado.*)

4 — (*Revogado.*)

5 — .....

## Artigo 14.º

[...]

1 — O Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro, aplica-se aos serviços da administração autárquica na parte respeitante à reestruturação de serviços e à racionalização de efetivos, com as adaptações constantes do presente capítulo.

2 — O regime de mobilidade especial previsto na Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 11/2008, de 20 de fevereiro, 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, na sequência de processos de reestruturação de serviços e racionalização de efetivos, aplica-se à administração autárquica com as especificidades constantes dos artigos seguintes.

3 — Em caso de extinção ou fusão de autarquias, pode ainda ser aplicável, com as adaptações constantes do presente capítulo, o disposto no Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro, e na Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 11/2008, de 20 de fevereiro, 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, para os processos de extinção e fusão de órgãos e serviços.

#### Artigo 15.º

##### **Competência**

1 — As referências feitas no Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro, e na Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 11/2008, de 20 de fevereiro, 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, ao membro do Governo, ao dirigente máximo do serviço ou organismo e ao dirigente responsável pelo processo de reorganização, consideram-se feitas, para efeitos do presente decreto-lei:

- a) Nos municípios, ao presidente da câmara municipal;
- b) Nas freguesias, à junta de freguesia;
- c) Nos serviços municipalizados, ao conselho de administração;
- d) Nas áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais, ao respetivo órgão de gestão executiva.

2 — No caso de fusão, as referências ao dirigente responsável pelo processo de reorganização consideram-se feitas ao órgão designado para o efeito em diploma próprio.

#### Artigo 16.º

##### **Mobilidade especial**

1 — O exercício das competências previstas para a entidade gestora da mobilidade compete a uma entidade gestora da mobilidade especial autárquica (EGMA), a constituir no âmbito de cada área metropolitana e comunidade intermunicipal.

2 — A constituição e o funcionamento da EGMA são determinados, nos termos dos estatutos da respetiva área metropolitana ou comunidade intermunicipal, por regulamento específico, o qual é submetido a parecer prévio do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública.

3 — As competências atribuídas às secretarias-gerais são exercidas pela autarquia de origem do pessoal colocado em situação de mobilidade especial, ou pela EGMA no respetivo âmbito, de acordo com a opção tomada nos termos do número anterior.

4 — O âmbito de aplicação dos procedimentos previstos nos artigos 29.º, 33.º a 40.º e 47.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 11/2008, de 20 de fevereiro, 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, é o da respetiva área metropolitana ou comunidade intermunicipal.

5 — Após a constituição da entidade gestora, o procedimento concursal próprio previsto no artigo 33.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 11/2008, de 20 de fevereiro, 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, opera, em primeiro lugar, para o pessoal colocado em mobilidade especial no âmbito da respetiva comunidade intermunicipal ou área metropolitana.»

#### Artigo 10.º

##### **Alteração de epígrafe do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro**

A epígrafe do capítulo III do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, passa a ter a seguinte redação: «Reorganização de serviços e mobilidade especial».

## Artigo 11.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto**

Os artigos 28.º, 32.º e 33.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação n.º 13-E/98, de 31 de agosto, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de agosto, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 28.º  
[...]

1 — As horas extraordinárias são compensadas, de acordo com a opção do trabalhador nomeado, por um dos seguintes sistemas:

a) Dedução posterior no período normal de trabalho, conforme as disponibilidades de serviço, a efetuar dentro do ano civil em que o trabalho foi prestado, acrescida de 12,5 %;

b) Acréscimo na remuneração horária, com as seguintes percentagens: 25 % da remuneração na primeira hora ou fração desta e 37,5 % da remuneração nas horas ou frações subsequentes.

2 — *(Revogado.)*

3 — *(Revogado.)*

4 — *(Revogado.)*

5 — *(Revogado.)*

## Artigo 32.º

[...]

1 — Considera-se trabalho noturno, o prestado entre as 22 horas de um dia e as 7 horas do dia seguinte.

2 — *(Revogado.)*

3 — O trabalho noturno deve ser remunerado com um acréscimo de 25 % relativamente à remuneração do trabalho equivalente prestado durante o dia.

4 — .....

## Artigo 33.º

[...]

1 — .....

2 — O trabalho prestado em dia de descanso semanal é compensado por um acréscimo de remuneração calculado através da multiplicação do valor da hora normal de trabalho pelo coeficiente 1,5 e confere ainda direito a um dia completo de descanso nos três dias úteis seguintes.

3 — .....

4 — .....

5 — *(Revogado.)*

6 — *(Revogado.)*

7 — *(Revogado.)*»

## Artigo 12.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março**

O artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de agosto, pelos Decretos-Leis n.ºs 503/99, de 20 de novembro, 70-A/2000, de 5 de maio, 157/2001, de 11 de maio, 169/2006, de 17 de agosto, e 181/2007, de 9 de maio, pelas Leis n.ºs 59/2008, de 11 de setembro, e 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 7.º  
[...]

1 — Ao trabalhador que goze a totalidade do período normal de férias vencidas em 1 de janeiro de um determinado ano até 30 de abril e ou de 1 de novembro a 31 de dezembro é concedido, no próprio ano ou no ano imediatamente a seguir, consoante a sua opção, um período de cinco dias úteis de férias, o qual não pode ser gozado nos meses de julho, agosto e setembro.

2 — .....

3 — O disposto no n.º 1 só é aplicável nos casos em que o trabalhador tenha direito a, pelo menos, 15 dias de férias, não relevando, para este efeito, o período complementar previsto nesse número.

4 — .....

5 — .....

6 — .....

7 — A aplicação do disposto nos números anteriores depende do reconhecimento prévio, por despacho do membro do Governo competente, da conveniência para o serviço, no gozo de férias fora do período de junho a setembro.

8 — O despacho previsto no número anterior é proferido até dezembro de cada ano, podendo abranger apenas determinadas unidades orgânicas ou estabelecimentos no âmbito do serviço, não prejudicando o direito a férias já adquirido.»

Artigo 13.º

**Aditamento ao Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março**

É aditado o artigo 105.º-A ao Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de agosto, pelos Decretos-Leis n.ºs 503/99, de 20 de novembro, 70-A/2000, de 5 de maio, 157/2001, de 11 de maio, 169/2006, de 17 de agosto, e 181/2007, de 9 de maio, pelas Leis n.ºs 59/2008, de 11 de setembro, e 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março, com a seguinte redação:

«Artigo 105.º-A

**Verificação de incapacidade**

1 — Os processos de aposentação por incapacidade a que seja aplicável o disposto no artigo 47.º são considerados urgentes e com prioridade absoluta sobre quaisquer outros, estando sujeitos a um regime especial de tramitação simplificada, com as seguintes especificidades:

a) É dispensada a participação do médico relator, atenta a prévia intervenção de outra junta médica, que permite caracterizar suficientemente a situação clínica do subscritor;

b) A presença do subscritor é obrigatória unicamente quando a junta médica considerar o exame médico direto necessário ao completo esclarecimento da situação clínica;

c) O adiamento da junta médica por impossibilidade de comparência do subscritor, quando esta seja considerada necessária, depende de internamento em instituição de saúde, devidamente comprovado.

2 — A junta médica referida no n.º 2 do artigo 47.º é a prevista no artigo 91.º do Estatuto da Aposentação, não tendo o requerimento de junta de recurso efeito suspensivo da decisão daquela junta para efeito de justificação de faltas por doença.

3 — A Caixa Geral de Aposentações, I. P., pode determinar a aplicação do regime especial de tramitação simplificada a outras situações cuja gravidade e rápida evolução o justifique.»

**Artigo 14.º****Norma de adaptação**

No prazo de 180 dias após a entrada em vigor da presente lei devem ser revistas todas a situações de acumulação de funções públicas remuneradas autorizadas ao abrigo das alíneas *a)*, *b)*, *e)* e *f)* do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2008, de 24 de abril, e alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, na redação vigente antes da entrada em vigor da presente lei, e feita a sua conformação com as alterações introduzidas por esta lei àquele artigo.

**Artigo 15.º****Prevalência**

O disposto nos artigos 2.º e 3.º e na alínea *e)* do artigo seguinte prevalecem sobre quaisquer leis especiais e instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho.

**Artigo 16.º****Norma revogatória**

São revogados:

- a)* O Decreto-Lei n.º 335/77, de 13 de agosto.
- b)* O n.º 1 do artigo 22.º, os n.ºs 2 a 5 do artigo 28.º, o n.º 2 do artigo 32.º e os n.ºs 5 a 7 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação n.º 13-E/98, de 31 de agosto, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de agosto, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro;
- c)* Os artigos 2.º a 6.º e 8.º a 20.º, as alíneas *a)* a *f)* e *l)* a *z)* do artigo 21.º, os artigos 22.º a 28.º e os artigos 55.º a 71.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de agosto, pelos Decretos-Leis n.ºs 503/99, de 20 de novembro, 70-A/2000, de 5 de maio, 157/2001, de 11 de maio, 169/2006, de 17 de agosto, e 181/2007, de 9 de maio, pelas Leis n.ºs 59/2008, de 11 de setembro, e 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março;
- d)* O Decreto-Lei n.º 190/99, de 5 de junho;
- e)* As alíneas *a)*, *b)* e *e)* do n.º 2 do artigo 27.º e os n.ºs 9 e 10 do artigo 61.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2008, de 24 de abril, e alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- f)* O n.º 3 do artigo 3.º e a alínea *e)* do artigo 8.º, ambos da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de novembro, e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- g)* Os artigos 52.º a 58.º, os n.ºs 1 e 2 do artigo 163.º e os artigos 168.º a 170.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, bem como o artigo 76.º, os artigos 87.º a 96.º e o n.º 7 do artigo 257.º do respetivo Regulamento, aprovados pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de novembro, e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- h)* Os n.ºs 3 e 4 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril.

**Artigo 17.º****Entrada em vigor**

A presente lei entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2013.



Aprovada em 31 de outubro de 2012.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

Promulgada em 18 de dezembro de 2012.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 20 de dezembro de 2012.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

**Lei n.º 66-B/2012  
de 31 de dezembro**

**Orçamento do Estado para 2013**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea g) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

**CAPÍTULO I  
Aprovação do Orçamento**

**Artigo 1.º  
Aprovação**

1 — É aprovado pela presente lei o Orçamento do Estado para o ano de 2013, constante dos mapas seguintes:

- a) Mapas I a IX, com o orçamento da administração central, incluindo os orçamentos dos serviços e fundos autónomos;
- b) Mapas X a XII, com o orçamento da segurança social;
- c) Mapas XIII e XIV, com as receitas e as despesas dos subsistemas de ação social, solidariedade e de proteção familiar do Sistema de Proteção Social de Cidadania e do Sistema Previdencial;
- d) Mapa XV, com as despesas correspondentes a programas;
- e) Mapa XVII, com as responsabilidades contratuais plurianuais dos serviços integrados e dos serviços e fundos autónomos, agrupados por ministérios;
- f) Mapa XVIII, com as transferências para as regiões autónomas;
- g) Mapa XIX, com as transferências para os municípios;
- h) Mapa XX, com as transferências para as freguesias;
- i) Mapa XXI, com as receitas tributárias cessantes dos serviços integrados, dos serviços e fundos autónomos e da segurança social.

2 — Durante o ano de 2013, o Governo é autorizado a cobrar as contribuições e os impostos constantes dos códigos e demais legislação tributária em vigor e de acordo com as alterações previstas na presente lei.

**Artigo 2.º  
Aplicação dos normativos**

1 — Todas as entidades previstas no âmbito do artigo 2.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro,

independentemente da sua natureza e estatuto jurídico, ficam sujeitas ao cumprimento dos normativos previstos na presente lei e no decreto-lei de execução orçamental.

2 — Sem prejuízo das competências atribuídas pela Constituição e pela lei a órgãos de soberania de carácter eletivo, o previsto no número anterior prevalece sobre disposições gerais e especiais que disponham em sentido contrário.

## CAPÍTULO II

### Disciplina orçamental e modelos organizacionais

#### SECÇÃO I

#### Disciplina orçamental

##### Artigo 3.º

##### Utilização das dotações orçamentais

1 — Ficam cativos 12,5 % das despesas afetas a projetos relativas a financiamento nacional.

2 — Fica cativa a rubrica «Outras despesas correntes — Diversas — Outras — Reserva», correspondente a 2,5 % do total das verbas dos orçamentos dos serviços e organismos da administração central.

3 — Ficam cativos, nos orçamentos de atividades dos serviços integrados e dos serviços e fundos autónomos nas despesas relativas a financiamento nacional:

a) 10 % das dotações iniciais das rubricas 020201 — «Encargos das instalações», 020202 — «Limpeza e higiene», 020203 — «Conservação de bens» e 020209 — «Comunicações»;

b) 20 % das dotações iniciais das rubricas 020102 — «Combustíveis e lubrificantes», 020108 — «Material de escritório», 020112 — «Material de transporte — Peças», 020113 — «Material de consumo hoteleiro» e 020114 — «Outro material — Peças»;

c) 30 % das dotações iniciais da rubrica 020213 — «Deslocações e estadas»;

d) 35 % das dotações iniciais das rubricas 020220 — «Outros trabalhos especializados» e 020225 — «Outros serviços»;

e) 40 % das dotações iniciais das rubricas 020121 — «Outros bens», 020216 — «Seminários, exposições e similares» e 020217 — «Publicidade»;

f) 65 % das dotações iniciais da rubrica 020214 — «Estudos, pareceres, projetos e consultadoria».

4 — Excetuam-se da cativação prevista nos n.ºs 1 e 3:

a) As despesas financiadas com receitas próprias, nelas se incluindo as transferências da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. (FCT, I. P.), inscritas nos orçamentos dos serviços e fundos autónomos das áreas da educação e ciência e nos orçamentos dos laboratórios do Estado e nos de outras instituições públicas de investigação;

b) As despesas financiadas com receitas próprias do Fundo para as Relações Internacionais, I. P. (FRI, I. P.), transferidas para os orçamentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

c) As dotações da rubrica 020220 — «Outros trabalhos especializados», quando afetas ao pagamento do apoio judiciário e dos honorários devidos pela mediação pública;

d) As receitas provenientes da concessão do passaporte eletrónico português que, nos termos da alínea a) do n.º 9 do artigo 3.º do anexo à Portaria n.º 7/2008, de 3 de janeiro, revertem para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda (INCM) através da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas;

e) As dotações relativas às rubricas 020104 — «Limpeza e higiene», 020108 — «Material de escritório», 010201 — «Encargos das instalações», 020202 — «Limpeza e higiene», 020203 — «Conservação de bens», 020204 — «Locação de edifícios», 020205 — «Locação de material de informática», 020209 — «Comunicações», 020210 — «Transportes», 020214 — «Estudos, pareceres,

projetos e consultadoria», 020215 — «Formação », 020216 — «Seminários, exposições e similares », 020219 — «Assistência técnica», 020220 — «Outros trabalhos especializados», 070103 — «Edifícios», 070104 — «Construções diversas», 070107 — «Equipamento de informática», 070108 — «*Software* informático », 070109 — «Equipamento administrativo», 070110 — «Equipamento básico» e 070206 — «Material de informática — Locação financeira» necessárias para o processo de reorganização judiciária e o Plano de Ação para a Justiça na Sociedade de Informação, em curso no Ministério da Justiça.

5 — As verbas transferidas do Orçamento da Assembleia da República que se destinam a transferências para as entidades com autonomia financeira ou administrativa nele previstas estão abrangidas pelas cativações constantes do presente artigo.

6 — A descativação das verbas referidas nos n.ºs 1 a 3 bem como a reafetação de quaisquer verbas destinadas a reforçar rubricas sujeitas a cativação só podem realizar-se por razões excecionais, estando sujeitas a autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, que decide os montantes a descativar ou a reafetar em função da evolução da execução orçamental.

7 — A cativação das verbas referidas nos n.ºs 1 a 3 pode ser redistribuída entre serviços integrados, entre serviços e fundos autónomos e entre serviços integrados e serviços e fundos autónomos, dentro de cada ministério, mediante despacho do respetivo membro do Governo.

8 — No caso de as verbas cativadas respeitarem a projetos, devem incidir sobre projetos não cofinanciados ou, não sendo possível, sobre a contrapartida nacional em projetos cofinanciados cujas candidaturas ainda não tenham sido submetidas a concurso.

9 — A descativação das verbas referidas nos números anteriores, no que for aplicável à Assembleia da República e à Presidência da República, incumbe aos respetivos órgãos nos termos das suas competências próprias.

10 — Fica excluído do âmbito de aplicação do presente artigo o Conselho das Finanças Públicas.

#### Artigo 4.º

##### **Utilização das dotações orçamentais para *software* informático**

1 — As despesas com aquisição de licenças de *software*, previstas nas rubricas «*Software* informático» dos orçamentos dos serviços integrados e dos serviços e fundos autónomos, apenas poderão ser executadas nos casos em que seja fundamentadamente demonstrada a inexistência de soluções alternativas em *software* livre ou que o custo total de utilização da solução em *software* livre seja superior à solução em *software* proprietário ou sujeito a licenciamento específico, incluindo nestes todos os eventuais custos de manutenção, adaptação, migração ou saída.

2 — Para os efeitos do disposto na presente lei orçamental, considera-se «*software* livre» o programa informático que permita, sem o pagamento de licenças de utilização, exercer as seguintes práticas:

- a) Executar o *software* para qualquer uso;
- b) Estudar o funcionamento de um programa e adaptá-lo às necessidades do serviço;
- c) Redistribuir cópias do programa;
- d) Melhorar o programa e tornar as modificações públicas.

#### Artigo 5.º

##### **Alienação e oneração de imóveis**

1 — A alienação, a oneração e o arrendamento de imóveis pertencentes ao Estado ou aos organismos públicos com personalidade jurídica, dotados ou não de autonomia financeira, que não tenham a natureza, a forma e a designação de empresa, fundação ou associação pública, bem como a cedência de utilização de imóveis do Estado, dependem de autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, que fixa, mediante despacho e nos termos do artigo seguinte, a afetação do produto da alienação, da oneração, do arrendamento ou da cedência de utilização dos respetivos imóveis.

2 — As operações imobiliárias referidas no número anterior são sempre onerosas, tendo como referência o valor apurado em avaliação promovida pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

3 — O disposto nos números anteriores não se aplica:

a) Aos imóveis do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P. (IGFSS, I. P.), que constituem o património imobiliário da segurança social;

b) À alienação de imóveis da carteira de ativos do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS), gerida pelo Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P. (IGFCSS, I. P.), cuja receita seja aplicada no FEFSS;

c) Ao património imobiliário do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU, I. P.);

d) Aos imóveis que constituem a Urbanização de Nossa Senhora da Conceição, sita no Monte de Caparica, em Almada, propriedade da Casa Pia de Lisboa, I. P. (CPL, I. P.);

e) Aos imóveis do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P. (IGFEJ, I. P.), que constituem o património imobiliário do Ministério da Justiça necessários para a reorganização judiciária.

4 — É atribuído aos municípios da localização dos imóveis, por razões de interesse público, o direito de preferência nas alienações a que se refere o n.º 1, realizadas através de hasta pública, sendo esse direito exercido pelo preço e demais condições resultantes da venda.

5 — No âmbito de operações de deslocalização, de reinstalação ou de extinção, fusão ou reestruturação dos serviços ou organismos públicos a que se refere o n.º 1, pode ser autorizada a alienação por ajuste direto ou a permuta de imóveis pertencentes ao domínio privado do Estado que se encontrem afetos aos serviços ou organismos a deslocalizar, a reinstalar ou a extinguir, fundir ou reestruturar ou que integrem o respetivo património privativo, a favor das entidades a quem, nos termos legalmente consagrados para a aquisição de imóveis, venha a ser adjudicada a aquisição de novas instalações.

6 — A autorização prevista no número anterior consta de despacho dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pela respetiva tutela, o qual especifica as condições da operação, designadamente:

a) A identificação da entidade a quem são adquiridos os imóveis;

b) A identificação matricial, registral e local da situação dos imóveis a transacionar;

c) Os valores de transação dos imóveis incluídos na operação, tendo por referência os respetivos valores da avaliação promovida pela DGTF;

d) As condições e prazos de disponibilização das instalações, novas ou a libertar pelos serviços ocupantes, que são alienadas à entidade que as adquire;

e) A informação de cabimento orçamental e suporte da despesa;

f) A fixação do destino da receita, no caso de resultar da operação um saldo favorável ao Estado ou ao organismo alienante, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.

#### Artigo 6.º

#### **Afetação do produto da alienação e oneração de imóveis**

1 — Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o produto da alienação, da oneração, do arrendamento e da cedência de utilização de imóveis efetuadas nos termos do artigo anterior pode reverter, total ou parcialmente, mediante despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, para o serviço ou organismo proprietário ou ao qual o imóvel está afeto, ou para outros serviços do mesmo ministério, desde que se destine a despesas de investimento, ou:

a) Ao pagamento das contrapartidas resultantes da implementação do princípio da onerosidade, previsto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, alterado pela Leis n.ºs 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64 -B/2011, de 30 de dezembro;

b) À despesa com a utilização de imóveis;

c) À aquisição ou renovação dos equipamentos destinados à modernização e operação dos serviços e forças de segurança;

d) À despesa com a construção, a manutenção ou a aquisição de imóveis para aumentar e diversificar a capacidade de resposta em acolhimento por parte da CPL, I. P., no caso do património do Estado afeto a esta instituição e nos termos a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e da tutela.

2 — O produto da alienação, da oneração, do arrendamento e da cedência de utilização de imóveis do Estado pode ainda, mediante despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, ser total ou parcialmente destinado:

a) No Ministério dos Negócios Estrangeiros, às despesas de amortização de dívidas contraídas com a aquisição de imóveis, investimento, aquisição, reabilitação ou construção de imóveis daquele Ministério e às despesas previstas na alínea b) do número anterior;

b) No Ministério da Defesa Nacional, ao reforço do capital do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas, bem como à regularização dos pagamentos efetuados ao abrigo das Leis n.ºs 9/2002, de 11 de fevereiro, 21/2004, de 5 de junho, e 3/2009, de 13 de janeiro, pela Caixa Geral de Aposentações, I. P. (CGA, I. P.), e pelo orçamento da segurança social, e ainda a despesas com a construção e manutenção de infraestruturas afetas a este Ministério e à aquisição de equipamentos destinados à modernização e operacionalidade das Forças Armadas, sem prejuízo do disposto na Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro, e às despesas previstas na alínea b) do número anterior;

c) No Ministério da Administração Interna, as despesas com a construção e a aquisição de instalações, infraestruturas e equipamentos para utilização das forças e dos serviços de segurança e às despesas previstas na alínea b) do número anterior, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 61/2007, de 10 de setembro;

d) No Ministério da Justiça, as despesas necessárias aos investimentos destinados à construção ou manutenção de infraestruturas afetas a este Ministério e à aquisição de dispositivos e sistemas lógicos e equipamentos para a modernização e operacionalidade da justiça e às despesas previstas na alínea b) do número anterior;

e) No Ministério da Economia e do Emprego, a afetação ao Instituto do Turismo de Portugal, I. P. (Turismo de Portugal, I. P.), do produto da alienação dos imóveis dados como garantia de financiamentos concedidos por este Instituto ou a outro título adquiridos em juízo para o ressarcimento de créditos não reembolsados pode ser destinada à concessão de financiamentos para a construção e recuperação de património turístico;

f) No Ministério da Saúde, ao reforço de capital dos hospitais entidades públicas empresariais e às despesas necessárias à construção ou manutenção de infraestruturas afetas a cuidados de saúde primários e às despesas previstas na alínea b) do número anterior;

g) No Ministério da Educação e Ciência, a despesas necessárias à construção ou manutenção de infraestruturas ou aquisição de bens destinados a atividades de ensino, investigação e desenvolvimento e às despesas previstas na alínea b) do número anterior.

3 — O remanescente da afetação do produto da alienação, da oneração, do arrendamento e da cedência de utilização de imóveis, quando exista, constitui receita do Estado.

4 — O disposto nos números anteriores não prejudica:

a) O disposto no n.º 9 do artigo 109.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro;

b) A aplicação do previsto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, alterado pelas Leis n.ºs 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro;

c) A afetação ao Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial da percentagem do produto da alienação, da oneração e do arrendamento de imóveis do Estado e das contrapartidas recebidas em virtude da implementação do princípio da onerosidade que vier a ser fixada por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças.

### Artigo 7.º

#### **Transferência de património edificado**

1 — OIGFSS, I. P., e o IHRU, I. P., relativamente ao património habitacional que lhes foi transmitido por força da fusão e da extinção do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), e a CPL, I. P., podem, sem exigir qualquer contrapartida e sem sujeição às formalidades previstas nos artigos 3.º e 113.º-A do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, alterado pelas Leis n.ºs 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, de acordo com critérios a estabelecer para a alienação do parque habitacional de arrendamento público, transferir para os municípios, empresas municipais ou de capital maioritariamente municipal, para instituições particulares de solidariedade social ou para pessoas coletivas de utilidade pública administrativa, desde que prossigam fins assistenciais e demonstrem capacidade para gerir os agrupamentos habitacionais ou bairros a transferir, a propriedade de prédios ou das suas frações que constituem agrupamentos habitacionais ou bairros, bem como os direitos e as obrigações a estes relativos e aos fogos em regime de propriedade resolúvel.

2 — A transferência do património referida no número anterior é antecedida de acordos de transferência e efetua-se por auto de cessão de bens, o qual constitui título bastante de prova para todos os efeitos legais, incluindo os de registo.

3 — Após a transferência do património e em função das condições que vierem a ser estabelecidas nos acordos de transferência, podem as entidades beneficiárias proceder à alienação dos fogos aos respetivos moradores, nos termos do Decreto-Lei n.º 141/88, de 22 de abril, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 172/90, de 30 de maio, 342/90, de 30 de outubro, 288/93, de 20 de agosto, e 116/2008, de 4 de julho.

4 — O arrendamento das habitações transferidas fica sujeito ao regime da renda apoiada, nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio.

5 — O património transferido para os municípios, empresas municipais ou de capital maioritariamente municipal pode, nos termos e condições a estabelecer nos autos de cessão a que se refere o n.º 2, ser objeto de demolição no âmbito de operações de renovação urbana ou operações de reabilitação urbana desde que seja assegurado pelos municípios o realojamento dos respetivos moradores.

6 — Ficam as assembleias distritais obrigadas a elaborar e a entregar aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da administração interna e da administração local, até ao final do 1.º semestre de 2013, o inventário do respetivo património imobiliário.

7 — O destino do património inventariado é regulamentado por decreto-lei, a aprovar no prazo máximo de três meses após o decurso do prazo referido no número anterior.

### Artigo 8.º

#### **Transferências orçamentais**

Fica o Governo autorizado a proceder às alterações orçamentais e às transferências constantes do mapa anexo à presente lei, da qual faz parte integrante.

### Artigo 9.º

#### **Afetação de verbas resultantes do encerramento de contratos-programa realizados no âmbito do Programa Polis para as cidades**

O Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território pode proceder à alocação de verbas resultantes do capital social das sociedades Polis Litoral para pagamento de dívidas dos Programas Polis para as cidades, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, até ao montante de €6 000 000.

## Artigo 10.º

**Reorganização de serviços e transferências na Administração Pública**

1 — Durante o ano de 2013 apenas são admitidas reorganizações de serviços públicos que ocorram no contexto da redução transversal a todas as áreas ministeriais de cargos dirigentes e de estruturas orgânicas, bem como aquelas de que resulte diminuição de despesa ou que tenham em vista a melhoria da eficácia operacional das forças de segurança.

2 — A criação de serviços públicos ou de outras estruturas, ainda que temporárias, só pode verificar-se se for compensada pela extinção ou pela racionalização de serviços ou estruturas públicas existentes no âmbito do mesmo ministério, da qual resulte diminuição de despesa.

3 — Do disposto nos números anteriores não pode resultar um aumento do número de cargos dirigentes, considerando-se os cargos efetivamente providos, a qualquer título, salvo nas situações que impliquem uma diminuição de despesa.

4 — Fica o Governo autorizado, para efeitos da aplicação do disposto nos números anteriores, incluindo as reorganizações iniciadas ou concluídas até 31 de dezembro de 2012, bem como da aplicação do regime de mobilidade especial, a efetuar as alterações orçamentais necessárias, independentemente de envolverem diferentes classificações orgânicas e funcionais.

5 — Fica o Governo autorizado a efetuar, mediante despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da economia, do emprego, da agricultura, do mar, do ambiente e do ordenamento do território, alterações orçamentais entre as comissões de coordenação e desenvolvimento regional e os serviços do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, independentemente da classificação orgânica e funcional.

## Artigo 11.º

**Alterações orçamentais no âmbito dos PREMAC, QREN, PROMAR, PRODER, PRRN, MFEEE e QCA III**

1 — Fica o Governo autorizado a efetuar as alterações orçamentais decorrentes de alterações orgânicas do Governo, da estrutura dos ministérios, da implementação do Programa de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado (PREMAC), e das correspondentes reestruturações no setor empresarial do Estado, independentemente de envolverem diferentes programas.

2 — Fica o Governo autorizado, mediante proposta do membro do Governo responsável pela área das finanças, a efetuar as alterações orçamentais que se revelem necessárias à execução do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), do Programa Operacional Pesca 2007-2013 (PROMAR), do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), do Programa da Rede Rural Nacional (PRRN) e do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2009-2014 (MFEEE), independentemente de envolverem diferentes programas.

3 — Fica o Governo autorizado a efetuar as alterações orçamentais que se revelem necessárias para garantir a execução do Programa Operacional de Potencial Humano e do Programa Operacional de Assistência Técnica, bem como o encerramento do 3.º Quadro Comunitário de Apoio (QCA III).

4 — Fica a Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE) autorizada a transferir até metade do montante da contribuição da entidade empregadora para o Serviço Nacional de Saúde (SNS).

5 — Fica o Governo autorizado a efetuar alterações orçamentais do orçamento do Ministério da Saúde para o orçamento do Ministério das Finanças que se revelem necessárias ao pagamento das dívidas à CGA, I. P., por parte daquele Ministério pelo pagamento pela CGA, I. P., até 1 de agosto de 2012, das pensões complementares previstas no Decreto-Lei n.º 141/79, de 22 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro, relativas a aposentados que tenham passado a ser subscritores da CGA, I. P., nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 301/79, de 18 de agosto, 124/79, de 10 de maio, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 210/79, de 12 de julho, e 121/2008, de 11 de julho, e 295/90, de 21 de setembro.

6 — O montante a transferir nos termos do n.º 4 é determinado por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde.

#### Artigo 12.º

##### **Transferências orçamentais e atribuição de subsídios às entidades públicas reclassificadas**

As entidades abrangidas pelo n.º 5 do artigo 2.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro, que não constem dos mapas da presente lei não podem receber direta ou indiretamente transferências ou subsídios com origem no Orçamento do Estado.

#### Artigo 13.º

##### **Retenção de montantes nas dotações, transferências e reforço orçamental**

1 — As transferências correntes e de capital do Orçamento do Estado para os organismos autónomos da administração central, para as regiões autónomas e para as autarquias locais podem ser retidas para satisfazer débitos, vencidos e exigíveis, constituídos a favor da CGA, I. P., da ADSE, do SNS, da segurança social e da DGTF, e ainda em matéria de contribuições e impostos, bem como dos resultantes da não utilização ou da utilização indevida de fundos comunitários.

2 — A retenção a que se refere o número anterior, no que respeita a débitos das regiões autónomas, não pode ultrapassar 5 % do montante da transferência anual.

3 — As transferências referidas no n.º 1, no que respeita a débitos das autarquias locais, salvaguardando o regime especial previsto no Código das Expropriações, só podem ser retidas nos termos previstos na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.

4 — Quando não seja tempestivamente prestada ao Ministério das Finanças, pelos órgãos competentes e por motivo que lhes seja imputável, a informação tipificada na lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro, bem como a que venha a ser anualmente definida no decreto-lei de execução orçamental ou noutra disposição legal aplicável, podem ser retidas as transferências e recusadas as antecipações de duodécimos, nos termos a fixar no decreto-lei de execução orçamental até que a situação seja devidamente sanada.

5 — Os pedidos de reforço orçamental resultantes de novos compromissos de despesa ou de diminuição de receitas próprias implicam a apresentação de um plano que preveja a redução, de forma sustentável, da correspondente despesa no programa orçamental a que respeita, pelo membro do Governo que tutela o serviço ou o organismo em causa.

6 — Para satisfazer débitos, vencidos e exigíveis, constituídos a favor do Estado e que resultem da alienação, de oneração e do arrendamento dos imóveis previstos no n.º 1 do artigo 5.º podem ser retidas as transferências correntes e de capital do Orçamento do Estado para as autarquias locais, nos termos do n.º 1, constituindo essa retenção receita afeta conforme previsto no artigo 6.º.

#### Artigo 14.º

##### **Transferências para fundações**

1 — Durante o ano de 2013 e como medida excecional de estabilidade orçamental, as reduções de transferências conceder às Fundações identificadas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 79-A/2012, de 25 de setembro, são agravadas em 50 % face à redução inicialmente prevista nessa resolução.



2 — Ficam ainda proibidas quaisquer transferências para as fundações que não acederam ao censo desenvolvido em execução do disposto na Lei n.º 1/2012, de 3 de janeiro, ou cujas informações incompletas ou erradas impossibilitaram a respetiva avaliação.

3 — Para efeitos do presente artigo, entende-se por «transferência» todo e qualquer tipo de subvenção, subsídio, benefício, auxílio, ajuda, patrocínio, indemnização, compensação, prestação, garantia, concessão, cessão, pagamento, remuneração, gratificação, reembolso, doação, participação ou vantagem financeira e qualquer outro apoio independentemente da sua natureza, designação e modalidade, temporário ou definitivo, que seja concedido pela administração direta ou indireta do Estado, regiões autónomas, autarquias locais, empresas públicas e entidades públicas empresariais do setor empresarial do Estado, empresas públicas regionais, intermunicipais, entidades reguladoras independentes, outras pessoas coletivas da administração autónoma e demais pessoas coletivas públicas, proveniente de verbas do Orçamento do Estado, de receitas próprias daqueles ou de quaisquer outras.

4 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, todas as transferências para fundações por parte de entidades a que se refere o artigo 27.º carecem do parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças, nos termos e seguindo a tramitação a regular por portaria do mesmo.

5 — As transferências efetuadas pelos municípios para fundações não dependem de autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças e são obrigatoriamente comunicadas à Inspeção-Geral de Finanças no prazo máximo de 30 dias.

6 — Ficam excecionadas do disposto nos números anteriores todas as transferências realizadas:

a) Pelos institutos do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social ao abrigo do protocolo de cooperação celebrado entre este Ministério e as uniões representativas das instituições de solidariedade social, bem como as transferências realizadas no âmbito de programas nacionais ou comunitários, protocolos de gestão do rendimento social de inserção, Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) e Fundo de Socorro Social (FSS);

b) Na sequência de processos de financiamento por concursos abertos e competitivos para projetos científicos, nomeadamente os efetuados pela FCT, I. P., para centros de investigação por esta reconhecidos como parte do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

7 — A emissão de parecer prévio favorável depende de:

a) Verificação do cumprimento do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 79-A/2012, de 25 de setembro;

b) Confirmação do cumprimento, por parte das entidades públicas responsáveis pela transferência, das obrigações previstas na Lei n.º 1/2012, de 3 de janeiro;

c) Validação da situação da fundação à luz da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho.

8 — As transferências realizadas sem parecer prévio ou incumprindo o seu sentido dão origem a responsabilidade disciplinar, civil e financeira.

9 — As transferências de organismos autónomos da administração central, das administrações regionais ou de autarquias locais em incumprimento do disposto no presente artigo determinam a respetiva redução no valor das transferências do Orçamento do Estado para essas entidades.

10 — O disposto no presente artigo não se aplica às transferências que tenham por destinatárias as seguintes entidades:

a) Fundação Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa;

b) Universidade do Porto, Fundação Pública;

c) Universidade de Aveiro, Fundação Pública;

d) Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN).

11 — A aplicação do disposto no presente artigo às fundações de âmbito universitário, referidas na alínea a) do n.º 6 do anexo I a que se refere o n.º 6 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 79-A/2012, de 25 de setembro, opera-se a partir do início do 2.º semestre de 2013.

12 — Compete aos membros do Governo assegurar que os dirigentes dos competentes serviços e organismos sob a sua tutela promovem as diligências necessárias à execução do disposto no n.º 1, os quais são responsáveis civil, financeira e disciplinarmente pelos encargos contraídos em resultado do seu não cumprimento ou do atraso injustificado na sua concretização, quando tal lhes seja imputável.

13 — Por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da tutela podem as fundações em situações excecionais e especialmente fundamentadas beneficiar de limites de agravamento inferior ao previsto no n.º 1.

#### Artigo 15.º

##### **Financiamento a fundações, associações e outras entidades e avaliação de observatórios**

1 — Fica sujeita a divulgação pública, com atualização trimestral, a lista de financiamentos por verbas do Orçamento do Estado a fundações e a associações, bem como a outras entidades de direito privado, incluindo a observatórios nacionais e estrangeiros que prossigam os seus fins em território nacional.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior devem os serviços ou entidades financiadoras proceder à inserção dos dados num formulário eletrónico próprio, aprovado por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças e disponibilizado pelo Ministério das Finanças.

3 — A informação a que se referem os números anteriores abrange a indicação da concessão de bens públicos, bem como decisões ou deliberações e celebração de contratos, acordos ou protocolos que envolvam bens públicos e ou apoios financeiros às entidades neles referidas.

4 — O incumprimento do disposto nos números anteriores determina a responsabilidade disciplinar do dirigente respetivo e constitui fundamento bastante para a cessação da sua comissão de serviço.

5 — O Ministério das Finanças procede à avaliação do custo/benefício e viabilidade financeira dos observatórios a que se refere o n.º 1 e decide sobre a sua manutenção ou extinção, ou sobre a continuação, redução ou cessação dos apoios financeiros ou outros concedidos, consoante o caso, nos termos a definir por decreto-lei.

6 — Os observatórios que tenham beneficiado dos apoios a que se refere o presente artigo devem fornecer a informação a definir no decreto-lei a que se refere o número anterior para efeitos da avaliação nele prevista.

7 — A decisão a que se refere o n.º 5 é publicitada no sítio da Internet do Governo no prazo e nos termos definidos no decreto-lei nele previsto.

#### Artigo 16.º

##### **Dotação inscrita no âmbito da Lei de Programação Militar**

Durante o ano de 2013, a dotação inscrita no mapa XV, referente à Lei de Programação Militar, é reduzida nos seguintes termos:

a) 40 % como medida de estabilidade orçamental decorrente da aplicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-A/2010, de 27 de dezembro;

b) 5,71 % como medida adicional de estabilidade orçamental.

#### Artigo 17.º

##### **Cessação da autonomia financeira**

Fica o Governo autorizado a fazer cessar o regime de autonomia financeira e a aplicar o regime geral de autonomia administrativa aos serviços e fundos autónomos que não tenham cumprido a regra do equilíbrio orçamental prevista no n.º 1 do artigo 25.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro, sem que para tal tenham sido dispensados nos termos do n.º 3 do referido artigo.

## SECÇÃO II

### Modelo organizacional do Ministério das Finanças

#### Artigo 18.º

#### Alteração do modelo organizativo do Ministério das Finanças

Durante o ano de 2013, e sem prejuízo do disposto na presente secção, deve ser promovida, com carácter experimental, a alteração do modelo organizativo e funcional do Ministério das Finanças.

#### Artigo 19.º

#### Centralização de atribuições comuns na Secretaria-Geral do Ministério das Finanças

1 — Transitam para a Secretaria-Geral do Ministério das Finanças as atribuições nos domínios da gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI), da Inspeção-Geral de Finanças (IGF), da Direção-Geral do Orçamento (DGO), da DGTF e da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP).

2 — Durante o período referido no artigo anterior, o secretário-geral do Ministério das Finanças exerce as seguintes competências relativas aos serviços referidos no número anterior, constantes do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro:

*a)* No âmbito da gestão geral, as competências previstas nos §§ 1.º, 2.º, 4.º, 5.º, 6.º, 8.º, 10.º, 11.º, 12.º, 14.º, 15.º, 16.º e 17.º e segunda parte do § 13.º do anexo I do Estatuto do Pessoal Dirigente, bem como as competências para praticar todos os atos necessários à gestão dos recursos financeiros, materiais e patrimoniais, designadamente processamento de vencimentos, pagamento de quaisquer abonos e despesas, e a aquisição de veículos, previstas no n.º 1 do artigo 7.º;

*b)* No âmbito da gestão de recursos humanos, as competências previstas na alínea *b)* do n.º 2 do artigo 7.º;

*c)* No âmbito da gestão orçamental e realização de despesas, as competências previstas nas alíneas *a)* a *e)* do n.º 3 do artigo 7.º;

*d)* No âmbito da gestão de instalações e equipamentos, as competências previstas nas alíneas *a)* a *c)* do n.º 4 do artigo 7.º.

3 — Em caso de dúvida sobre a entidade competente para a prática de ato administrativo resultante da repartição de competências prevista no número anterior, considera-se competente o dirigente máximo dos serviços referidos no n.º 1.

4 — Os atos administrativos da competência dos dirigentes dos serviços referidos no n.º 1 que envolvam despesa carecem de confirmação de cabimento prévio pela Secretaria-Geral do Ministério das Finanças.

5 — É criado no âmbito da Secretaria -Geral do Ministério das Finanças um mapa de pessoal único que integra os trabalhadores pertencentes aos serviços referidos no n.º 1, bem como os da referida Secretaria-Geral.

6 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, constituem, respetivamente, atribuições da DGO e da DGTF a gestão do capítulo 70 do Orçamento do Estado relativo aos recursos próprios europeus e a gestão do capítulo 60 do Orçamento do Estado relativo a despesas excecionais.

#### Artigo 20.º

#### Transferência de competência de gestão dos orçamentos dos gabinetes do Ministério das Finanças para a Secretaria-Geral

É transferida para a Secretaria-Geral do Ministério das Finanças a competência de gestão do orçamento dos gabinetes dos membros do Governo do Ministério das Finanças, sem prejuízo das

competências próprias dos membros do Governo e respetivos chefes do gabinete relativas à gestão do seu gabinete, aplicando-se o disposto no n.º 4 do artigo anterior.

#### Artigo 21.º

#### **Consolidação orçamental**

Fica o Governo autorizado, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, a operacionalizar a fusão dos orçamentos dos serviços referidos no n.º 1 do artigo 19.º no orçamento da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, a qual é efetuada no dia 1 de janeiro de 2013.

#### Artigo 22.º

#### **Operacionalização**

Para efeitos de operacionalização do disposto na presente secção, o Governo promove a adaptação das estruturas dos serviços referidos no n.º 1 do artigo 19.º.

#### Artigo 23.º

#### **Avaliação**

O projeto-piloto previsto na presente secção é objeto de avaliação no decurso do ano de 2013, designadamente ao nível dos ganhos de eficiência e eficácia dos serviços e racionalização da sua estrutura.

### SECÇÃO III

#### **Modelo organizacional do Ministério dos Negócios Estrangeiros**

#### Artigo 24.º

#### **Reforma do modelo organizativo do Ministério dos Negócios Estrangeiros**

Durante o ano de 2013 e sem prejuízo do disposto na presente secção, fica autorizado o Governo a promover a reforma do modelo organizativo e funcional do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com vista à racionalização de serviços, prevendo, nomeadamente, um regime financeiro, administrativo, patrimonial e de gestão de recursos humanos dos serviços da administração direta deste Ministério centralizado na respetiva Secretaria-Geral.

#### Artigo 25.º

#### **Fusão dos orçamentos**

1 — Fica o Governo autorizado a operacionalizar a fusão dos orçamentos dos serviços da administração direta do Ministério dos Negócios Estrangeiros cuja gestão financeira, administrativa, patrimonial e de recursos humanos esteja, ou venha a estar, no âmbito da reforma prevista no artigo anterior, centralizada no orçamento da Secretaria-Geral.

2 — A fusão dos orçamentos referida no número anterior deve ser concretizada durante o ano de 2013.

#### Artigo 26.º

#### **Operacionalização**

Para efeitos de operacionalização do disposto na presente secção, pode o Governo promover a adaptação dos diplomas que se revelem necessários à instituição da fusão dos orçamentos referida no artigo anterior.

**CAPÍTULO III**  
**Disposições relativas a trabalhadores do setor público, aquisição  
de serviços, proteção social e aposentação ou reforma**

**SECÇÃO I**  
**Disposições remuneratórias**

**Artigo 27.º**  
**Redução remuneratória**

1 — A partir de 1 de janeiro de 2013 mantém-se a redução das remunerações totais ilíquidas mensais das pessoas a que se refere o n.º 9, de valor superior a €1500, quer estejam em exercício de funções naquela data quer iniciem tal exercício, a qualquer título, depois dela, conforme determinado no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto, e 60-A/2011, de 30 de novembro, e mantido em vigor pelo n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, nos seguintes termos:

- a) 3,5 % sobre o valor total das remunerações superiores a €1500 e inferiores a €2000;
- b) 3,5 % sobre o valor de €2000 acrescido de 16 % sobre o valor da remuneração total que exceda os €2000, perfazendo uma taxa global que varia entre 3,5 % e 10 %, no caso das remunerações iguais ou superiores a €2000 até €4165;
- c) 10 % sobre o valor total das remunerações superiores a €4165.

2 — Exceto se a remuneração total ilíquida agregada mensal percebida pelo trabalhador for inferior ou igual a €4165, caso em que se aplica o disposto no número anterior, são reduzidas em 10 % as diversas remunerações, gratificações ou outras prestações pecuniárias nos seguintes casos:

- a) Pessoas sem relação jurídica de emprego com qualquer das entidades referidas no n.º 9, nestas a exercer funções a qualquer outro título, excluindo-se as aquisições de serviços previstas no artigo 75.º;
- b) Pessoas referidas no n.º 9 a exercer funções em mais de uma das entidades mencionadas naquele número.

3 — As pessoas referidas no número anterior prestam, em cada mês e relativamente ao mês anterior, as informações necessárias para que os órgãos e serviços processadores das remunerações, gratificações ou outras prestações pecuniárias possam apurar a taxa de redução aplicável.

4 — Para efeitos do disposto no presente artigo:

- a) Consideram-se «remunerações totais ilíquidas mensais» as que resultam do valor agregado de todas as prestações pecuniárias, designadamente remuneração base, subsídios, suplementos remuneratórios, incluindo emolumentos, gratificações, subvenções, senhas de presença, abonos, despesas de representação e trabalho suplementar, extraordinário ou em dias de descanso e feriados;
- b) Não são considerados os montantes abonados a título de subsídio de refeição, ajuda de custo, subsídio de transporte ou o reembolso de despesas efetuado nos termos da lei e os montantes pecuniários que tenham natureza de prestação social;
- c) Na determinação da taxa de redução, os subsídios de férias e de Natal são considerados mensalidades autónomas;
- d) Os descontos devidos são calculados sobre o valor pecuniário reduzido por aplicação do disposto nos n.ºs 1 e 2.

5 — Nos casos em que da aplicação do disposto no presente artigo resulte uma remuneração total ilíquida inferior a €1500, aplica-se apenas a redução necessária a assegurar a percepção daquele valor.

6 — Nos casos em que apenas parte da remuneração a que se referem os n.ºs 1 e 2 é sujeita a desconto para a CGA, I. P., ou para a segurança social, esse desconto incide sobre o valor que resultaria da aplicação da taxa de redução prevista no n.º 1 às prestações pecuniárias objeto daquele desconto.

7 — Quando os suplementos remuneratórios ou outras prestações pecuniárias forem fixados em percentagem da remuneração base, a redução prevista nos n.ºs 1 e 2 incide sobre o valor dos mesmos, calculado por referência ao valor da remuneração base antes da aplicação da redução.

8 — A redução remuneratória prevista no presente artigo tem por base a remuneração total ilíquida apurada após a aplicação das reduções previstas nos artigos 11.º e 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, alterada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, e na Lei n.º 47/2010, de 7 de setembro, alterada pela Lei n.º 52/2010, de 14 de dezembro, para os universos neles referidos.

9 — O disposto no presente artigo é aplicável aos titulares dos cargos e demais pessoal de seguida identificados:

- a) O Presidente da República;
- b) O Presidente da Assembleia da República;
- c) O Primeiro-Ministro;
- d) Os Deputados à Assembleia da República;
- e) Os membros do Governo;
- f) Os juizes do Tribunal Constitucional e os juizes do Tribunal de Contas, o Procurador-Geral da República, bem como os magistrados judiciais, os magistrados do Ministério Público e os juizes da jurisdição administrativa e fiscal e dos julgados de paz;
- g) Os Representantes da República para as regiões autónomas;
- h) Os deputados às Assembleias Legislativas das regiões autónomas;
- i) Os membros dos Governos Regionais;
- j) Os eleitos locais;
- k) Os titulares dos demais órgãos constitucionais não referidos nas alíneas anteriores, bem como os membros dos órgãos dirigentes de entidades administrativas independentes, nomeadamente as que funcionam junto da Assembleia da República;
- l) Os membros e os trabalhadores dos gabinetes, dos órgãos de gestão e de gabinetes de apoio, dos titulares dos cargos e órgãos das alíneas anteriores, do Presidente e Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura, do Presidente e Vice-Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Presidente e juizes do Tribunal Constitucional, do Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, do Presidente do Tribunal de Contas, do Provedor de Justiça e do Procurador-Geral da República;
- m) Os militares das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana, incluindo os juizes militares e os militares que integram a assessoria militar ao Ministério Público, bem como outras forças militarizadas;
- n) O pessoal dirigente dos serviços da Presidência da República e da Assembleia da República, e de outros serviços de apoio a órgãos constitucionais, dos demais serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, bem como o pessoal em exercício de funções equiparadas para efeitos remuneratórios;
- o) Os gestores públicos, ou equiparados, os membros dos órgãos executivos, deliberativos, consultivos, de fiscalização ou quaisquer outros órgãos estatutários dos institutos públicos de regime comum e especial, de pessoas coletivas de direito público dotadas de independência decorrente da sua integração nas áreas de regulação, supervisão ou controlo, das empresas públicas de capital exclusiva ou maioritariamente público, das entidades públicas empresariais e das entidades que integram o setor empresarial regional e municipal, das fundações públicas e de quaisquer outras entidades públicas;
- p) Os trabalhadores que exercem funções públicas na Presidência da República, na Assembleia da República, em outros órgãos constitucionais, bem como os que exercem funções públicas, em qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 2.º e 1, 2 e 4 do artigo 3.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, incluindo os trabalhadores em mobilidade especial e em licença extraordinária;

q) Os trabalhadores dos institutos públicos de regime especial e de pessoas coletivas de direito público dotadas de independência decorrente da sua integração nas áreas de regulação, supervisão ou controlo, incluindo as entidades reguladoras independentes;

r) Os trabalhadores das empresas públicas de capital exclusiva ou maioritariamente público, das entidades públicas empresariais e das entidades que integram o setor empresarial regional e municipal;

s) Os trabalhadores e dirigentes das fundações públicas de direito público e das fundações públicas de direito privado e dos estabelecimentos públicos não abrangidos pelas alíneas anteriores;

t) O pessoal nas situações de reserva, pré-aposentação e disponibilidade, fora de efetividade de serviço, que beneficie de prestações pecuniárias indexadas aos vencimentos do pessoal no ativo.

10 — As entidades processadoras das remunerações dos trabalhadores em funções públicas referidas na alínea p) do número anterior, abrangidas pelo n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64 -A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, bem como os órgãos ou serviços com autonomia financeira processadores das remunerações dos trabalhadores em funções públicas referidos nas alíneas q) e s) do número anterior, procedem à entrega das quantias correspondentes às reduções remuneratórias previstas no presente artigo nos cofres do Estado, ressalvados os casos em que as remunerações dos trabalhadores em causa tenham sido prévia e devidamente orçamentadas com aplicação dessas mesmas reduções.

11 — Aos subscritores da CGA, I. P., que, até 31 de dezembro de 2010, reuniam as condições para a aposentação ou reforma voluntária e em relação aos quais, de acordo com o regime de aposentação que lhes é aplicável, o cálculo da pensão seja efetuado com base na remuneração do cargo à data da aposentação, não lhes é aplicável, para efeito de cálculo da pensão, a redução revista no presente artigo, considerando-se, para esse efeito, a remuneração do cargo vigente em 31 de dezembro de 2010, independentemente do momento em que se apresentem a requerer a aposentação.

12 — O abono mensal de representação previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 153/2005, de 2 de setembro, e 10/2008, de 17 de janeiro, e pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, mantém-se reduzido em 6 %, sem prejuízo das reduções previstas nos números anteriores, conforme vinha sendo determinado ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio.

13 — O disposto no presente artigo não se aplica aos titulares de cargos e demais pessoal das empresas de capital exclusiva ou maioritariamente público e das entidades públicas empresariais que integrem o setor empresarial do Estado se, em razão de regulamentação internacional específica, daí resultar diretamente decréscimo de receitas.

14 — Não é aplicável a redução prevista no presente artigo nos casos em que pela sua aplicação resulte uma remuneração ilíquida inferior ao montante previsto para o salário mínimo em vigor nos países onde existem serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

15 — Salvo o disposto no artigo 31.º, o regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excecionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos.

## Artigo 28.º

### Pagamento do subsídio de Natal

1 — Durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), o subsídio de Natal ou quaisquer prestações correspondentes ao 13.º mês a que as pessoas a que se refere o n.º 9 do artigo anterior tenham direito, nos termos legais, é pago mensalmente, por duodécimos.

2 — O valor do subsídio de Natal a abonar às pessoas a que se refere o n.º 9 do artigo anterior, e nos termos do número anterior, é apurado mensalmente com base na remuneração relevante para o efeito, nos termos legais, após a redução remuneratória prevista no mesmo artigo.

3 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa e excecional, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excecionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos.

#### Artigo 29.º

##### **Suspensão do pagamento de subsídio de férias ou equivalente**

1 — Durante a vigência do PAEF, como medida excecional de estabilidade orçamental é suspenso o pagamento do subsídio de férias ou quaisquer prestações correspondentes ao 14.º mês às pessoas a que se refere o n.º 9 do artigo 27.º cuja remuneração base mensal seja superior a €1100.

2 — As pessoas a que se refere o n.º 9 do artigo 27.º cuja remuneração base mensal seja igual ou superior a €600 e não exceda o valor de €1100 ficam sujeitas a uma redução no subsídio de férias ou nas prestações correspondentes ao 14.º mês, auferindo o montante calculado nos seguintes termos: *subsídio/prestações* =  $1320 - 1,2 \times \text{remuneração base mensal}$ .

3 — O disposto nos números anteriores abrange todas as prestações, independentemente da sua designação formal, que, direta ou indiretamente, se reconduzam ao pagamento do subsídio de férias a que se referem aqueles números, designadamente a título de adicionais à remuneração mensal.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 abrange ainda os contratos de prestação de serviços celebrados com pessoas singulares ou coletivas, na modalidade de avença, com pagamentos mensais ao longo do ano, acrescidos de duas prestações de igual montante.

5 — O disposto no presente artigo aplica-se após terem sido efetuadas as reduções remuneratórias previstas no artigo 27.º, bem como as constantes do artigo 31.º.

6 — O disposto nos números anteriores aplica-se ao subsídio de férias que as pessoas abrangidas teriam direito a receber, incluindo pagamentos de proporcionais por cessação ou suspensão da relação jurídica de emprego.

7 — O disposto nos números anteriores aplica-se igualmente ao pessoal na reserva ou equiparado, quer esteja em efetividade de funções quer esteja fora de efetividade.

8 — O Banco de Portugal, no quadro das garantias de independência estabelecidas nos tratados que regem a União Europeia, toma em conta o esforço de contenção global de custos no setor público refletido na presente lei, ficando habilitado pelo presente artigo a decidir, em alternativa a medidas de efeito equivalente já decididas, suspender o pagamento do subsídio de férias ou quaisquer prestações correspondentes ao 14.º mês aos seus trabalhadores durante o ano de 2013, em derrogação das obrigações decorrentes da lei laboral e dos instrumentos de regulamentação coletiva relevantes.

9 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa e excecional, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excecionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos.

#### Artigo 30.º

##### **Pagamento de um dos subsídios de férias ou de Natal, em duodécimos**

O Governo compromete-se, em articulação com os parceiros sociais representados na Comissão Permanente de Concertação Social, do Conselho Económico e Social, a tomar as iniciativas que permitam que um dos subsídios, de férias ou de Natal, dos trabalhadores vinculados por contrato de trabalho regulado pelo Código do Trabalho, seja pago em duodécimos.

#### Artigo 31.º

##### **Contratos de docência e de investigação**

O disposto nos artigos 27.º e 29.º é ainda aplicável aos valores pagos por contratos que visem o desenvolvimento de atividades de docência ou de investigação e que sejam financiados por entidades



privadas, pelo Programa Quadro de Investigação & Desenvolvimento da União Europeia ou por instituições estrangeiras ou internacionais, exclusivamente na parte financiada por fundos nacionais do Orçamento do Estado.

#### Artigo 32.º

##### **Transferências da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., para as instituições do Sistema Científico e Tecnológico Nacional**

Durante a vigência do PAEF, e no âmbito dos contratos-programa celebrados entre a FCT, I. P., e as instituições do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, nelas se incluindo as instituições de ensino superior públicas, não são deduzidos às transferências a realizar por aquela Fundação os montantes correspondentes ao subsídio de férias ou equivalentes sempre que se comprove que igual redução é feita no orçamento da entidade beneficiária da transferência.

#### Artigo 33.º

##### **Entregas nos cofres do Estado**

Os montantes do subsídio de férias cujo pagamento seja suspenso nos termos dos artigos 29.º e 31.º são entregues nos cofres do Estado pelos órgãos, serviços e entidades processadores a que se refere o n.º 10 do artigo 27.º e nos termos ali estabelecidos.

#### Artigo 34.º

##### **Situações vigentes de licença extraordinária**

1 — As percentagens da remuneração ilíquida a considerar para efeitos de determinação da subvenção mensal dos trabalhadores que se encontrem em situação de licença extraordinária, previstas nos n.ºs 5 e 12 do artigo 32.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 11/2008, de 20 de fevereiro, 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, aplicável às licenças extraordinárias vigentes, são reduzidas em 50 %.

2 — O valor da subvenção mensal, calculado nos termos do número anterior, não pode, em qualquer caso, ser superior a duas vezes o valor do indexante dos apoios sociais (IAS).

3 — Para efeitos de determinação da subvenção a que se referem os números anteriores, considera-se a remuneração que o trabalhador auferia na situação de mobilidade especial sem o limite a que se refere o n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 11/2008, de 20 de fevereiro, 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 não prejudica a aplicação do regime de redução remuneratória estabelecido no artigo 27.º.

5 — O disposto nos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 32.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 11/2008, de 20 de fevereiro, 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, aplicável às licenças extraordinárias vigentes, abrange a proibição de exercer qualquer atividade profissional remunerada em órgãos, serviços e organismos das administrações públicas, bem como associações públicas e entidades públicas empresariais, independentemente da sua duração, regularidade e forma de remuneração, da modalidade e natureza do contrato, pública ou privada, laboral ou de aquisição de serviços.

6 — O disposto no número anterior é aplicável nos casos em que o trabalhador em situação de licença extraordinária se obriga pessoalmente ou em que o exercício de funções ocorre no âmbito de um contrato celebrado pelo serviço ou entidade públicos ali referidos com sociedades unipessoais ou com pessoas coletivas com as quais aquele tenha uma relação.

## Artigo 35.º

**Proibição de valorizações remuneratórias**

1 — É vedada a prática de quaisquer atos que consubstanciem valorizações remuneratórias dos titulares dos cargos e demais pessoal identificado no n.º 9 do artigo 27.º.

2 — O disposto no número anterior abrange as valorizações e outros acréscimos remuneratórios, designadamente os resultantes dos seguintes atos:

a) Alterações de posicionamento remuneratório, progressões, promoções, nomeações ou graduações em categoria ou posto superiores aos detidos;

b) Atribuição de prémios de desempenho ou outras prestações pecuniárias de natureza afim;

c) Abertura de procedimentos concursais para categorias superiores de carreiras pluricategoriais, gerais ou especiais, ou, no caso das carreiras não revistas e subsistentes, incluindo carreiras e corpos especiais, para as respetivas categorias de acesso, incluindo procedimentos internos de seleção para mudança de nível ou escalão;

d) Pagamento de remuneração diferente da auferida na categoria de origem, nas situações de mobilidade interna, em qualquer das suas modalidades, iniciadas após a entrada em vigor da presente lei, suspendendo-se a aplicação a novas situações do regime de remuneração dos trabalhadores em mobilidade prevista nos n.ºs 1 a 4 do artigo 62.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, bem como a dispensa do acordo do trabalhador a que se refere o n.º 2 do artigo 61.º da mesma lei nos casos em que à categoria cujas funções vai exercer correspondesse uma remuneração superior.

3 — O disposto nos números anteriores não prejudica a aplicação do regime da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, assim como das respetivas adaptações, nos casos em que tal se verifique, sendo que os resultados da avaliação dos desempenhos suscetíveis de originar alterações do posicionamento remuneratório ao abrigo da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, podem ser consideradas após a cessação da vigência do presente artigo, nos seguintes termos:

a) Mantêm-se todos os efeitos associados à avaliação dos desempenhos, nomeadamente a contabilização dos pontos a que se refere o n.º 6 do artigo 47.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, bem como a contabilização dos vários tipos de menções a ter em conta para efeitos de mudança de posição remuneratória e ou atribuição de prémios de desempenho;

b) As alterações do posicionamento remuneratório que venham a ocorrer após 31 de dezembro de 2013 não podem produzir efeitos em data anterior;

c) Estando em causa alterações obrigatórias do posicionamento remuneratório, a efetuar ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 47.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, quando o trabalhador tenha, entretanto, acumulado mais do que os pontos legalmente exigidos, os pontos em excesso relevam para efeitos de futura alteração do seu posicionamento remuneratório, nos termos da mesma disposição legal.

4 — São vedadas as promoções, independentemente da respetiva modalidade, ainda que os interessados já reúnam as condições exigíveis para o efeito à data da entrada em vigor da presente lei, exceto se, nos termos legais gerais aplicáveis até 31 de dezembro de 2010, tais promoções devessem obrigatoriamente ter ocorrido em data anterior a esta última.

5 — As alterações do posicionamento remuneratório, progressões e promoções que venham a ocorrer após a vigência do presente artigo não podem produzir efeitos em data anterior.

6 — O disposto nos números anteriores não prejudica as mudanças de categoria ou de posto necessárias para o exercício de cargo ou função, bem como de graduações para desempenho de cargos internacionais, desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos:

- a) Que se trate de cargo ou função previstos em disposição legal ou estatutária;
- b) Que haja disposição legal ou estatutária que preveja que a mudança de categoria ou de posto ou a graduação decorrem diretamente e ou constituem condição para a designação para o cargo ou função;
- c) Que estejam reunidos os demais requisitos ou condições gerais e especiais, legal ou estatutariamente exigidos para a nomeação em causa e ou para a consequente mudança de categoria ou de posto, bem como graduação;
- d) Que a designação para o cargo ou exercício de funções seja imprescindível, designadamente por não existir outra forma de assegurar o exercício das funções que lhe estão cometidas e não ser legal e objetivamente possível a continuidade do exercício pelo anterior titular.

7 — O disposto no número anterior abrange, durante o ano de 2013, situações de mudança de categoria ou de posto necessárias para o exercício de cargo ou função, designadamente de militares das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana, de pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública, de pessoal da carreira de investigação e fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, da Polícia Judiciária, da Polícia Marítima e de outro pessoal militarizado e de pessoal do corpo da Guarda Prisional, justificada que esteja a sua necessidade e observadas as seguintes condições:

- a) Os efeitos remuneratórios da mudança de categoria ou de posto apenas se verificam no dia seguinte ao da publicação do diploma respetivo no *Diário da República*;
- b) Das mudanças de categoria ou posto não pode resultar aumento da despesa com pessoal nas entidades em que aquelas tenham lugar.

8 — As mudanças de categoria ou posto e as graduações realizadas ao abrigo do disposto nos n.ºs 6 e 7 dependem de despacho prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pela área em que se integra o órgão, serviço ou entidade em causa, tendo em conta a verificação dos requisitos e condições estabelecidos naquelas disposições, com exceção dos órgãos e serviços das administrações regionais e autárquicas, em que a emissão daquele despacho compete aos correspondentes órgãos de governo próprios.

9 — O disposto nos n.ºs 6 a 8 é também aplicável nos casos em que a mudança de categoria ou de posto dependa de procedimento concursal próprio para o efeito, situação em que o despacho a que se refere o número anterior deve ser prévio à abertura ou prosseguimento de tal procedimento.

10 — O despacho a que se referem os n.ºs 8 e 9 estabelece, designadamente, limites quantitativos dos indivíduos que podem ser graduados ou mudar de categoria ou posto, limites e ou requisitos em termos de impacto orçamental desta graduação ou mudança, os termos da produção de efeitos das graduações e mudanças de categoria ou posto, dever e termos de reporte aos membros do Governo que o proferem das graduações e mudanças de categoria ou posto que venham a ser efetivamente realizadas, bem como a eventual obrigação de adoção de outras medidas de redução de despesa para compensar o eventual aumento decorrente das graduações ou mudanças de categoria ou posto autorizadas.

11 — Sem prejuízo do disposto no n.º 9, permanecem suspensos todos os procedimentos concursais ou concursos pendentes a que se refere a alínea c) do n.º 2, salvo se o dirigente máximo do serviço ou entidade em causa decidir pela sua cessação.

12 — O tempo de serviço prestado durante a vigência do presente artigo, pelo pessoal referido no n.º 1, não é contado para efeitos de promoção e progressão, em todas as carreiras, cargos e ou categorias, incluindo as integradas em corpos especiais, bem como para efeitos de mudanças de posição remuneratória ou categoria nos casos em que estas apenas dependam do decurso de determinado período de prestação de serviço legalmente estabelecido para o efeito.

13 — Excepciona-se do disposto no número anterior o tempo de serviço prestado pelos elementos a que se refere o n.º 7, para efeitos de mudança de categoria ou de posto.

14 — O disposto no presente artigo não se aplica para efeitos de conclusão, com aproveitamento, de estágio legalmente exigível para o ingresso nas carreiras não revistas a que se refere o artigo 47.º.

15 — O disposto no presente artigo não é impeditivo da prática dos atos necessários à obtenção de determinados graus ou títulos ou da realização da formação específica que sejam exigidos, durante a vigência do presente artigo, pela regulamentação específica das carreiras.

16 — Quando a prática dos atos e ou a aquisição das habilitações ou da formação referidas no número anterior implicar, nos termos das disposições legais aplicáveis, alteração da remuneração devida ao trabalhador, esta alteração fica suspensa durante a vigência do presente artigo.

17 — As alterações da remuneração a que se refere o número anterior, que venham a ocorrer após a cessação de vigência do presente artigo, não podem produzir efeitos reportados a data anterior àquela cessação.

18 — O disposto no presente artigo não prejudica a concretização dos reposicionamentos remuneratórios decorrentes da transição para carreiras revistas, nos termos do artigo 101.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, ou, sendo o caso, a transição para novos regimes de trabalho, desde que os respetivos processos de revisão se encontrem concluídos até à data da entrada em vigor da presente lei, bem como a concretização dos reposicionamentos remuneratórios decorrentes da transição para as novas tabelas remuneratórias previstas nos Decretos-Leis n.ºs 298/2009 e 299/2009, ambos de 14 de outubro, e, bem assim, a concretização do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 20.º e na alínea d) do n.º 1 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 298/2009, de 14 de outubro, e ainda na alínea c) do n.º 2 do artigo 102.º e da alínea d) do n.º 1 do artigo 120.º do Decreto-Lei n.º 299/2009, de 14 de outubro.

19 — O disposto no presente artigo não prejudica igualmente a concretização dos reposicionamentos remuneratórios respetivos decorrente da transição dos assistentes e assistentes convidados para a categoria de professor auxiliar, nos termos do Estatuto da Carreira Docente Universitária, dos assistentes para a categoria de professor-adjunto e dos trabalhadores equiparados a professor-coordenador, professor-adjunto ou assistente para a categoria de professor-coordenador e professor-adjunto em regime de contrato de trabalho em funções públicas na modalidade de contrato por tempo indeterminado, nos termos do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, bem como dos assistentes de investigação científica na categoria de investigador auxiliar, nos termos do Estatuto da Carreira de Investigação Científica.

20 — Os órgãos e serviços competentes para a realização de ações de inspeção e auditoria devem, no âmbito das ações que venham a executar nos órgãos, serviços e entidades abrangidos pelo disposto no presente artigo, proceder à identificação das situações passíveis de constituir violação do disposto no presente artigo e comunicá-las aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública.

21 — Os atos praticados em violação do disposto no presente artigo são nulos e fazem incorrer os seus autores em responsabilidade civil, financeira e disciplinar.

22 — Para efeitos da efetivação da responsabilidade financeira a que se refere o número anterior, consideram-se pagamentos indevidos as despesas realizadas em violação do disposto no presente artigo.

23 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas legais ou convencionais, especiais ou excepcionais, em contrário, não podendo ser afastado ou modificado pelas mesmas.

#### Artigo 36.º

#### **Graduação de militares em regimes de contrato e de voluntariado**

1 — As graduações previstas no n.º 2 do artigo 294.º, no n.º 3 do artigo 305.º e no n.º 2 do artigo 311.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, ocorrem três meses após o início da instrução complementar.

2 — O disposto no número anterior não prejudica a promoção ao posto que compete aos militares depois de finda a instrução complementar, caso esta tenha uma duração inferior a três meses.

#### Artigo 37.º

##### **Prémios de gestão**

Durante o período de execução do PAEF, não podem retribuir os seus gestores ou titulares de órgãos diretivos, de administração ou outros órgãos estatutários, com remunerações variáveis de desempenho:

- a) As empresas do setor empresarial do Estado, as empresas públicas, as empresas participadas e ainda as empresas detidas, direta ou indiretamente, por quaisquer entidades públicas estaduais, nomeadamente as dos setores empresariais regionais e municipais;
- b) Os institutos públicos de regime comum e especial;
- c) As pessoas coletivas de direito público dotadas de independência decorrente da sua integração nas áreas da regulação, supervisão ou controlo, incluindo as entidades reguladoras independentes.

#### Artigo 38.º

##### **Determinação do posicionamento remuneratório**

1 — Nos procedimentos concursais em que a determinação do posicionamento remuneratório se efetue por negociação, nos termos do disposto no artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, sem prejuízo do disposto no n.º 6 do mesmo artigo, a entidade empregadora pública não pode propor:

- a) Uma posição remuneratória superior à auferida relativamente aos trabalhadores detentores de uma prévia relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado;
- b) Uma posição remuneratória superior à segunda, no recrutamento de trabalhadores titulares de licenciatura ou de grau académico superior para a carreira geral de técnico superior que:
  - i) Não se encontrem abrangidos pela alínea anterior; ou
  - ii) Se encontrem abrangidos pela alínea anterior auferindo de acordo com posição remuneratória inferior à segunda da referida carreira;
- c) Uma posição remuneratória superior à terceira, no recrutamento de trabalhadores titulares de licenciatura ou de grau académico superior para a carreira especial de inspeção que não se encontrem abrangidos pela alínea a);
- d) Uma posição remuneratória superior à primeira, nos restantes casos.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, os candidatos que se encontrem nas condições nele referidas informam prévia e obrigatoriamente a entidade empregadora pública do posto de trabalho que ocupam e da posição remuneratória correspondente à remuneração que auferem.

3 — Nos procedimentos concursais em que a determinação do posicionamento remuneratório não se efetue por negociação, os candidatos são posicionados na primeira posição remuneratória da categoria ou, tratando-se de trabalhadores detentores de uma prévia relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, na posição remuneratória correspondente à remuneração atualmente auferida, caso esta seja superior àquela, suspendendo-se, durante o período referido no n.º 1, o disposto no n.º 9 do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, bem como todas as normas que disponham em sentido diferente.

4 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas legais ou convencionais, especiais ou excecionais, em contrário, não podendo ser afastado ou modificado pelas mesmas.

**Artigo 39.º****Subsídio de refeição**

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o valor do subsídio de refeição abonado aos titulares dos cargos e demais pessoal a que se refere o n.º 9 do artigo 27.º, nos casos em que, nos termos da lei ou por ato próprio, tal esteja previsto, não pode ser superior ao valor fixado na Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 1458/2009, de 31 de dezembro.

2 — Os valores percebidos a 31 de dezembro de 2012 a título de subsídio de refeição, que não coincidam com o montante fixado na portaria referida no número anterior, não são objeto de qualquer atualização até que esse montante atinja aquele valor.

3 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excecionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos.

**Artigo 40.º****Ajudas de custo, trabalho extraordinário e trabalho noturno  
nas fundações públicas e nos estabelecimentos públicos**

1 — O Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, bem como as reduções aos valores nele previstos são aplicáveis aos trabalhadores das fundações públicas de direito público, das fundações públicas de direito privado e dos estabelecimentos públicos.

2 — Os regimes do trabalho extraordinário e do trabalho noturno previstos no Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de novembro, e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, são aplicados aos trabalhadores das fundações públicas de direito público, das fundações públicas de direito privado e dos estabelecimentos públicos.

3 — O disposto no presente artigo prevalece sobre as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias e sobre todos os instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, sendo direta e imediatamente aplicável, dada a sua natureza imperativa, aos trabalhadores a que se refere o número anterior.

**Artigo 41.º****Alteração ao Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril**

Os artigos 6.º, 10.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro, e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, passam a ter a seguinte redação:

**«Artigo 6.º****[...]**

Só há direito ao abono de ajudas de custo nas deslocações diárias que se realizem para além de 20 km do domicílio necessário e nas deslocações por dias sucessivos que se realizem para além de 50 km do mesmo domicílio.

**Artigo 10.º****[...]**

1 — Quando o trabalhador não dispuser de transporte que lhe permita almoçar no seu domicílio necessário ou nos refeitórios dos serviços sociais a que tenha direito pode ser concedido abono para

despesa de almoço de uma importância equivalente a 25 % da ajuda de custo diária nas deslocações até 20 km, após apreciação pelo dirigente do serviço.

2 — O dirigente do serviço pode, em despacho proferido nos termos do número seguinte, proceder à atribuição dos quantitativos previstos no n.º 4 do artigo 8.º para deslocações entre 20 km e 50 km.

3 — .....

4 — O dirigente do serviço pode ainda, em despacho fundamentado e tendo em conta as circunstâncias referidas no número anterior, proceder à atribuição dos quantitativos previstos no n.º 2 do artigo 8.º para deslocações que ultrapassem 50 km.

#### Artigo 24.º

[...]

1 — (*Anterior corpo do artigo.*)

2 — A autorização do membro do Governo a que se refere o número anterior é dispensada quando a utilização do avião seja o meio de transporte mais económico.»

#### Artigo 42.º

#### **Alteração ao Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro**

1 — O artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro, interpretado pelo Decreto-Lei n.º 68/2011, de 14 de junho, e alterado pela Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro, passa a ter a seguinte redação:

#### «Artigo 4.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — Os valores das ajudas de custo a que se refere o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 192/95, de 28 de julho, fixados pelo n.º 5 da Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 1458/2009, de 31 de dezembro, são reduzidos da seguinte forma:

a) 40 % no caso da alínea a) e da subalínea i) da alínea b) do n.º 5 da Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 1458/2009, de 31 de dezembro;

b) 35 % no caso das subalíneas ii) e iii) da alínea b) do n.º 5 da Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 1458/2009, de 31 de dezembro.

4 — .....

5 — .....

6 — .....

7 — .....

8 — .....

9 — .....

10 — ..... »

2 — As alterações introduzidas pela presente lei não se aplicam às deslocações ao estrangeiro em sede de investigação criminal, cooperação europeia e internacional no âmbito da justiça e dos assuntos internos, bem como em sede de participação em missões e exercícios militares que ocorram no quadro dos compromissos internacionais assumidos por Portugal, que se regem pela redação anterior.

**Artigo 43.º****Alteração ao Decreto-Lei n.º 72/80, de 15 de abril**

Os artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 72/80, de 15 de abril, passam a ter a seguinte redação:

**«Artigo 1.º**

1 — Aos membros do Governo que não tenham residência permanente na cidade de Lisboa ou numa área circundante de 150 km pode ser concedida habitação por conta do Estado ou atribuído um subsídio de alojamento, a partir da data da sua tomada de posse.

2 — O subsídio referido no número anterior, que não pode exceder o quantitativo correspondente a 50 % do valor das ajudas de custo estabelecidas para as remunerações base superiores ao nível remuneratório 18, é fixado por despacho do Primeiro-Ministro, sob proposta do membro do Governo em causa, obtido o parecer favorável do membro do Governo responsável pela área das finanças.

**Artigo 2.º**

1 — .....

2 — O subsídio referido no n.º 2 do artigo anterior não pode, no caso previsto no número anterior, exceder o montante correspondente a 40 % do valor das ajudas de custo estabelecidas para as remunerações base superiores ao nível remuneratório 18 e é fixado por despacho dos membros do Governo responsável pela área das finanças e da tutela.»

**Artigo 44.º****Alteração ao Decreto-Lei n.º 331/88, de 27 de setembro**

O artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 331/88, de 27 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de agosto, passa a ter a seguinte redação:

**«Artigo 2.º**

O subsídio referido no artigo anterior não pode exceder o quantitativo correspondente a 40 % do valor das ajudas de custo estabelecidas para as remunerações base superiores ao nível remuneratório 18 e é fixado por despacho dos membros do Governo responsável pela área das finanças e da tutela.»

**Artigo 45.º****Pagamento do trabalho extraordinário**

1 — Durante a vigência do PAEF, como medida excecional de estabilidade orçamental, todos os acréscimos ao valor da retribuição horária referentes a pagamento de trabalho extraordinário prestado em dia normal de trabalho pelas pessoas a que se refere o n.º 9 do artigo 27.º, cujo período normal de trabalho, legal e ou convencional, não exceda 7 horas por dia nem 35 horas por semana são realizados nos seguintes termos:

- a) 12,5 % da remuneração na primeira hora;
- b) 18,75 % da remuneração nas horas ou frações subseqüentes.

2 — O trabalho extraordinário prestado pelo pessoal a que se refere o número anterior, em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar, e em dia feriado confere às pessoas a que se refere o n.º 9 do artigo 27.º o direito a um acréscimo de 25 % da remuneração por cada hora de trabalho efetuado.



3 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excepcionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos.

#### Artigo 46.º

#### **Setor empresarial do Estado**

O disposto nos artigos 28.º, 29.º e 45.º não se aplica aos titulares de cargos e demais pessoal das empresas de capital exclusiva ou maioritariamente público e das entidades públicas empresariais que integrem o setor empresarial do Estado se, em razão de regulamentação internacional específica, daí resultar diretamente decréscimo de receitas.

### SECÇÃO II

#### **Outras disposições aplicáveis a trabalhadores em funções públicas**

#### Artigo 47.º

#### **Revisão das carreiras, dos corpos especiais e dos níveis remuneratórios das comissões de serviço**

1 — Sem prejuízo da revisão que deva ter lugar nos termos legalmente previstos, mantêm-se as carreiras que ainda não tenham sido objeto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, designadamente as de regime especial e as de corpos especiais, bem como a integração dos respetivos trabalhadores, sendo que:

a) Só após tal revisão tem lugar, relativamente a tais trabalhadores, a execução das transições através da lista nominativa referida no artigo 109.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, exceto no respeitante à modalidade de constituição da sua relação jurídica de emprego público e às situações de mobilidade geral do, ou no, órgão ou serviço;

b) Até ao início de vigência da revisão:

i) As carreiras em causa regem-se pelas disposições normativas aplicáveis em 31 de dezembro de 2008, com as alterações decorrentes dos artigos 46.º a 48.º, 74.º, 75.º e 113.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei;

ii) Aos procedimentos concursais para as carreiras em causa é aplicável o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, bem como no n.º 11 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril;

iii) O n.º 3 do artigo 110.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, não lhes é aplicável, apenas o sendo relativamente aos concursos pendentes na data do início da referida vigência.

2 — A revisão das carreiras a que se refere o número anterior deve assegurar:

a) A observância das regras relativas à organização das carreiras previstas na secção I do capítulo II do título IV e no artigo 69.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64 -A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, designadamente quanto aos conteúdos e deveres funcionais, ao número de categorias e às posições remuneratórias;

b) O reposicionamento remuneratório com o montante pecuniário calculado nos termos do n.º 1 do artigo 104.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, sem acréscimos;

c) As alterações de posicionamento remuneratório em função das últimas avaliações de desempenho e da respetiva diferenciação assegurada por um sistema de quotas;

d) As perspectivas de evolução remuneratória das anteriores carreiras, elevando-as apenas de forma sustentável.

3 — O disposto no n.º 1 é aplicável, com as necessárias adaptações, aos níveis remuneratórios das comissões de serviço.

4 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas legais ou convencionais, especiais ou excecionais, em contrário, não podendo ser afastado ou modificado pelas mesmas.

#### Artigo 48.º

#### **Alteração à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro**

1 — Os artigos 47.º e 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, passam a ter a seguinte redação:

#### «Artigo 47.º

[...]

1 — .....

a) Uma menção máxima;

b) Duas menções imediatamente inferiores às máximas, consecutivas; ou

c) Três menções imediatamente inferiores às referidas na alínea anterior, desde que consubstanciem desempenho positivo, consecutivas.

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — Há lugar a alteração obrigatória para a posição remuneratória imediatamente seguinte àquela em que o trabalhador se encontra, quando a haja, independentemente dos universos definidos nos termos do artigo anterior, quando aquele, na falta de lei especial em contrário, tenha acumulado 10 pontos nas avaliações do seu desempenho referido às funções exercidas durante o posicionamento remuneratório em que se encontra, contados nos seguintes termos:

a) Seis pontos por cada menção máxima;

b) Quatro pontos por cada menção imediatamente inferior à máxima;

c) Dois pontos por cada menção imediatamente inferior à referida na alínea anterior, desde que consubstancie desempenho positivo;

d) Dois pontos negativos por cada menção correspondente ao mais baixo nível de avaliação.

7 — .....

#### Artigo 64.º

[...]

1 — .....

- 2 — .....  
 3 — .....  
 4 — .....  
 5 — .....

6 — O disposto no presente artigo é aplicável, com as necessárias adaptações, às situações de cedência de interesse público, sempre que esteja em causa um trabalhador detentor de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, desde que a consolidação se opere na mesma carreira e categoria e a entidade cessionária corresponda a órgão ou serviço abrangido pelo âmbito objetivo da presente lei.

7 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a consolidação da cedência de interesse público, para além dos requisitos cumulativos enunciados no n.º 2, carece, igualmente, de despacho de concordância do membro do Governo competente na respetiva área, bem como de parecer prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública.»

2 — As alterações ao artigo 47.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, aplicam-se aos desempenhos e ao ciclo avaliativo que se iniciam em janeiro de 2013.

3 — As alterações ao artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, aplicam-se às situações de cedência de interesse público em curso à data da entrada em vigor da presente lei.

#### Artigo 49.º

#### **Alteração à Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro**

1 — Os artigos 4.º, 9.º, 17.º, 29.º, 30.º a 32.º, 34.º a 36.º, 39.º a 42.º, 45.º, 46.º, 52.º, 56.º, 58.º a 60.º, 62.º a 66.º, 68.º, 71.º, 76.º e 77.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, passam a ter a seguinte redação:

#### «Artigo 4.º

[...]

- .....  
 a) .....  
 b) .....  
 c) .....  
 d) ‘Dirigentes intermédios’ os titulares de cargos de direção intermédia ou legalmente equiparados;  
 e) .....  
 f) .....  
 g) .....  
 h) .....  
 i) .....  
 j) .....  
 l) .....  
 m) .....

## Artigo 9.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — Os subsistemas SIADAP 1, 2 e 3 comportam os seguintes ciclos de avaliação:

a) SIADAP 1, anual;

b) SIADAP 2, de cinco ou três anos, de acordo com a duração da comissão de serviço;

c) SIADAP 3, bienal.

## Artigo 17.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

a) Identificar, anualmente, os serviços que se distinguiram positivamente ao nível do seu desempenho;

b) .....

## Artigo 29.º

[...]

1 — .....

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o desempenho dos dirigentes superiores e intermédios é objeto de monitorização intercalar.

3 — O período de monitorização intercalar corresponde ao ano civil, pressupondo o desempenho como dirigente por um período não inferior a seis meses, seguidos ou interpolados.

4 — .....

5 — A avaliação do desempenho, com efeitos na carreira de origem, dos trabalhadores que exercem cargos dirigentes é realizada bienalmente nos termos dos n.ºs 5 a 7 do artigo 42.º e do artigo 43.º.

6 — A avaliação do desempenho do pessoal integrado em carreira que se encontre em exercício de funções de direção ou equiparadas inerentes ao conteúdo funcional da carreira, quando tal exercício não for titulado em comissão de serviço, é feita bienalmente, nos termos do SIADAP 3, não sendo aplicável o disposto nos n.ºs 4 e 5.

## Artigo 30.º

[...]

1 — A avaliação do desempenho dos dirigentes superiores efetua-se com base nos seguintes parâmetros:

a) .....

b) .....

2 — .....

3 — A avaliação de desempenho dos membros dos conselhos diretivos dos institutos públicos sujeitos para todos os efeitos legais ao Estatuto do Gestor Público segue o regime neste estabelecido.

## Artigo 31.º

**Monitorização intercalar**

1 — Para efeitos da monitorização intercalar prevista no n.º 2 do artigo 29.º, deve o dirigente máximo do serviço remeter ao respetivo membro do Governo, até 15 de abril de cada ano, os seguintes elementos:

- a) .....
- b) Relatório sintético explicitando o grau de cumprimento dos compromissos constantes da carta de missão.

2 — O relatório sintético referido na alínea b) do número anterior deve incluir as principais opções seguidas em matéria de gestão e qualificação dos recursos humanos, de gestão dos recursos financeiros e o resultado global da aplicação do SIADAP 3, quando aplicável, incluindo expressamente a distribuição equitativa das menções qualitativas atribuídas, no total e por carreira.

- 3 — .....
- 4 — *(Revogado.)*
- 5 — *(Revogado.)*
- 6 — *(Revogado.)*
- 7 — .....

## Artigo 32.º

[...]

1 — A avaliação do desempenho dos dirigentes superiores afere-se pelos níveis de sucesso obtidos nos parâmetros de avaliação, traduzindo-se na verificação do sucesso global com superação do desempenho previsto em alguns domínios, face às exigências do exercício do cargo traduzidas naqueles parâmetros, no cumprimento de tais exigências ou no seu incumprimento.

2 — A monitorização intercalar anual fundamenta a apreciação global no final da comissão de serviço e pode fundamentar a sua cessação.

- 3 — *(Revogado.)*
- 4 — *(Revogado.)*
- 5 — *(Revogado.)*
- 6 — *(Revogado.)*

## Artigo 34.º

[...]

1 — A avaliação do desempenho dos dirigentes superiores tem os efeitos previstos no respetivo estatuto, designadamente em matéria de não renovação ou de cessação da respetiva comissão de serviço.

- 2 — .....

## Artigo 35.º

[...]

A avaliação do desempenho dos dirigentes intermédios efetua-se com base nos seguintes parâmetros:

- a) .....
- b) .....

## Artigo 36.º

**Avaliação**

1 — Para efeitos do disposto no artigo anterior, os dirigentes intermédios, no início da sua comissão de serviço e no quadro das suas competências legais, negociam com o respetivo avaliador a definição dos objetivos, quantificados e calendarizados, a atingir no decurso do exercício de funções, bem como os indicadores de desempenho aplicáveis à avaliação dos resultados.

2 — O parâmetro relativo a «Resultados» assenta nos objetivos, em número não inferior a três, negociados com o dirigente, prevalecendo, em caso de discordância, a posição do superior hierárquico.

- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....
- 8 — .....
- 9 — .....
- 10 — .....
- 11 — .....
- 12 — .....
- 13 — .....

## Artigo 39.º

[...]

1 — A avaliação do desempenho dos dirigentes intermédios tem os efeitos previstos no respetivo estatuto, designadamente em matéria de não renovação ou de cessação da respetiva comissão de serviço.

- 2 — *(Revogado.)*
- 3 — *(Revogado.)*
- 4 — *(Revogado.)*
- 5 — *(Revogado.)*
- 6 — .....
- 7 — *(Revogado.)*
- 8 — *(Revogado.)*
- 9 — *(Revogado.)*
- 10 — *(Revogado.)*
- 11 — .....
- 12 — .....

## Artigo 40.º

[...]

No que não estiver previsto no presente título, ao processo de avaliação dos dirigentes intermédios aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto no título IV da presente lei.

## Artigo 41.º

[...]

1 — A avaliação do desempenho dos trabalhadores é de carácter bienal, sem prejuízo do disposto na presente lei para a avaliação a efetuar em modelos adaptados do SIADAP.

2 — A avaliação respeita ao desempenho dos dois anos civis anteriores.

## Artigo 42.º

[...]

1 — No caso de trabalhador que, no ano civil anterior ao da realização do ciclo avaliativo, tenha constituído relação jurídica de emprego público há menos de seis meses, o desempenho relativo a este período é objeto de avaliação conjunta com o do ciclo seguinte.

2 — No caso de trabalhador que, no biénio anterior, tenha relação jurídica de emprego público com, pelo menos, um ano e o correspondente serviço efetivo, independentemente do serviço onde o tenha prestado, o desempenho é objeto de avaliação nos termos do presente título.

3 — .....

4 — No caso previsto no n.º 2, se no decorrer do biénio anterior e ou período temporal de prestação de serviço efetivo se sucederem vários avaliadores, o que tiver competência para avaliar no momento da realização da avaliação deve recolher dos demais os contributos escritos adequados a uma efetiva e justa avaliação.

5 — No caso de quem, no biénio anterior, tenha relação jurídica de emprego público com pelo menos um ano, mas não tenha o correspondente serviço efetivo conforme definido na presente lei ou, estando na situação prevista no n.º 3, não tenha obtido decisão favorável do Conselho Coordenador da Avaliação, não é realizada avaliação nos termos do presente título.

6 — No caso previsto no número anterior releva, para efeitos da respetiva carreira, a última avaliação atribuída nos termos da presente lei ou das suas adaptações, não incidindo sobre os trabalhadores abrangidos por esta medida as percentagens previstas no n.º 1 do artigo 75.º.

7 — Se no caso previsto no n.º 5 o titular da relação jurídica de emprego público não tiver avaliação que releve nos termos do número anterior ou se pretender a sua alteração, requer avaliação do biénio, feita pelo Conselho Coordenador da Avaliação, mediante proposta de avaliador especificamente nomeado pelo dirigente máximo do serviço.

## Artigo 45.º

[...]

A avaliação do desempenho dos trabalhadores incide sobre os seguintes parâmetros:

a) .....

b) .....

## Artigo 46.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — No início do ciclo avaliativo são fixados um mínimo de três e um máximo de sete objetivos para cada trabalhador que, em regra, se enquadrem em várias áreas das previstas no n.º 2 e tenham particularmente em conta o posto de trabalho do trabalhador.

5 — Para os resultados a obter em cada objetivo são previamente estabelecidos indicadores de medida do desempenho, que obrigatoriamente contemplem a possibilidade de superação dos objetivos.

6 — Os indicadores de medida do desempenho não devem ultrapassar o número de três.

## Artigo 52.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — O reconhecimento de *Desempenho excelente* em dois ciclos avaliativos consecutivos confere ao trabalhador, alternativamente, o direito a:
- a) (*Revogada.*)
  - b) .....
  - c) .....
  - d) .....
- 3 — Os estágios e as ações de formação a que se refere o número anterior consideram-se, para todos os efeitos legais, como serviço efetivo.
- 4 — (*Revogado.*)
- 5 — (*Revogado.*)
- 6 — (*Revogado.*)

## Artigo 56.º

[...]

- 1 — .....
- a) .....
  - b) Rever regularmente com o avaliado os objetivos negociados, ajustá-los, se necessário, e reportar ao avaliado a evolução do seu desempenho e possibilidades de melhoria;
  - c) .....
  - d) Avaliar os trabalhadores diretamente subordinados, assegurando a correta aplicação dos princípios integrantes da avaliação;
  - e) .....
  - f) .....
- 2 — .....

## Artigo 58.º

[...]

- 1 — .....
- a) Estabelecer diretrizes para uma aplicação objetiva e harmónica do SIADAP 3, tendo em consideração os documentos que integram o ciclo de gestão referido no artigo 8.º;
  - b) .....
  - c) .....
  - d) Garantir o rigor e a diferenciação de desempenhos do SIADAP 3, cabendo-lhe validar as avaliações de *Desempenho relevante* e *Desempenho inadequado*, bem como proceder ao reconhecimento do *Desempenho excelente*;
  - e) .....
  - f) .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....



- 5 — .....  
6 — .....  
7 — .....

#### Artigo 59.º

[...]

- 1 — .....  
2 — .....  
3 — .....  
4 — Os vogais representantes da Administração são designados em número de quatro, pelo período de quatro anos, sendo dois efetivos, um dos quais orienta os trabalhos da comissão, e dois suplentes.

5 — Os vogais representantes dos trabalhadores são eleitos, pelo período de quatro anos, em número de seis, sendo dois efetivos e quatro suplentes, através de escrutínio secreto pelos trabalhadores que constituem o universo de trabalhadores de todo o serviço ou de parte dele, nos termos do n.º 3.

- 6 — .....  
7 — .....  
8 — .....  
9 — .....  
10 — .....  
11 — .....

#### Artigo 60.º

[...]

- 1 — .....  
a) .....  
b) Coordenar e controlar o processo de avaliação, de acordo com os princípios e regras definidos na presente lei;  
c) .....  
d) .....  
e) Homologar as avaliações;  
f) .....  
g) Assegurar a elaboração do relatório da avaliação do desempenho, que integra o relatório de atividades do serviço no ano da sua realização;  
h) .....  
2 — .....  
3 — .....

#### Artigo 62.º

[...]

- 1 — .....  
2 — .....  
3 — .....  
4 — A fase de planeamento deve decorrer no último trimestre do ano anterior ao início do ciclo avaliativo.

## Artigo 63.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — A autoavaliação e a avaliação devem, em regra, decorrer na 1.ª quinzena de janeiro do ano seguinte àquele em que se completa o ciclo avaliativo.
- 5 — .....

## Artigo 64.º

[...]

Na 2.ª quinzena de janeiro do ano seguinte àquele em que se completa o ciclo avaliativo, em regra, realizam-se as reuniões do Conselho Coordenador da Avaliação para proceder à análise das propostas de avaliação e à sua harmonização de forma a assegurar o cumprimento das percentagens relativas à diferenciação de desempenhos, transmitindo, se for necessário, novas orientações aos avaliadores, na sequência das previstas na alínea *d*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 62.º, e iniciar o processo que conduz à validação dos *Desempenhos relevantes* e *Desempenhos inadequados* e de reconhecimento dos *Desempenhos excelentes*.

## Artigo 65.º

[...]

1 — Durante o mês de fevereiro do ano seguinte àquele em que se completa o ciclo avaliativo e após a harmonização referida no artigo anterior, realizam-se as reuniões dos avaliadores com cada um dos respetivos avaliados, tendo como objetivo dar conhecimento da avaliação.

- 2 — .....
- 3 — Considerando os objetivos fixados para a respetiva unidade orgânica, no decurso da reunião são contratualizados os parâmetros de avaliação nos termos dos artigos seguintes.
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....

## Artigo 66.º

[...]

1 — No início de cada ciclo de avaliação, no começo do exercício de um novo cargo ou função, bem como em todas as circunstâncias em que seja possível a fixação de objetivos a atingir, é efetuada reunião entre avaliador e avaliado destinada a fixar e registar na ficha de avaliação tais objetivos e as competências a demonstrar, bem como os respetivos indicadores de medida e critérios de superação.

2 — A reunião de negociação referida no número anterior pode ser precedida de reunião de análise do dirigente com todos os avaliados que integrem a respetiva unidade orgânica ou equipa, sendo a mesma obrigatória quando existirem objetivos partilhados decorrentes de documentos que integram o ciclo de gestão.

## Artigo 68.º

[...]

- 1 — .....

- a) .....
- b) A identificação das competências a demonstrar no desempenho de cada trabalhador é efetuada de entre as relacionadas com a respetiva carreira, categoria, área funcional ou posto de trabalho, preferencialmente por acordo entre os intervenientes na avaliação.

2 — .....

#### Artigo 71.º

[...]

A homologação das avaliações de desempenho deve ser, em regra, efetuada até 30 de abril, dela devendo ser dado conhecimento ao avaliado no prazo de cinco dias úteis.

#### Artigo 76.º

### Gestão e acompanhamento do SIADAP 3

- 1 — .....
- 2 — Compete às secretarias-gerais de cada ministério elaborar relatórios síntese evidenciando a forma como o SIADAP 3 foi aplicado no âmbito dos respetivos serviços, nomeadamente quanto à fase de planeamento e quanto aos resultados de avaliação final.
- 3 — .....
- a) .....
- b) Elaborar relatório no final de cada ciclo avaliativo que evidencie a forma como o SIADAP 3 foi aplicado na Administração Pública.
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....

#### Artigo 77.º

[...]

1 — O resultado global da aplicação do SIADAP é divulgado em cada serviço, contendo o número das menções qualitativas atribuídas por carreira.

2 — ..... »

2 — É aditado à Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, o artigo 36.º-A, com a seguinte redação:

#### «Artigo 36.º-A

### Monitorização intercalar

Para efeitos da monitorização intercalar prevista no n.º 2 do artigo 29.º para os dirigentes intermédios, deve ser apresentado ao respetivo dirigente superior, até 15 de abril de cada ano, relatório sintético explicitando a evolução dos resultados obtidos face aos objetivos negociados.»

3 — São revogados o n.º 2 do artigo 18.º, o artigo 19.º, o n.º 3 do artigo 25.º, o artigo 27.º, os n.ºs 4 a 6 do artigo 31.º, os n.ºs 3 a 6 do artigo 32.º, os n.ºs 2 a 5 do artigo 37.º, os n.ºs 4 e 5 do artigo 38.º, os n.ºs 2 a 5 e 7 a 10 do artigo 39.º, a alínea a) do n.º 2 e os n.ºs 4 a 6 do artigo 52.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro.

4 — As alterações introduzidas pelo presente artigo aplicam-se aos desempenhos e ao ciclo avaliativo que se iniciam em janeiro de 2013, devendo o desempenho relativo ao ano de 2012 ser avaliado de acordo com as disposições vigentes a 31 de dezembro de 2012.

5 — No ano de 2013, o planeamento efetua-se no 1.º trimestre, com a correspondente alteração das datas previstas para as fases da avaliação.

6 — As alterações introduzidas não prejudicam os sistemas SIADAP adaptados, com exceção dos que disponham de ciclos avaliativos anuais, os quais passam a bienais.

#### Artigo 50.º

##### **Aplicação do SIADAP em serviços e organismos objeto do PREMAC**

1 — Nos serviços em que, em virtude do PREMAC, não tenha sido possível dar cumprimento, no ano de 2012, aos procedimentos necessários à realização da avaliação de desempenho dos trabalhadores (SIADAP 3), em obediência ao estabelecido na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, nomeadamente no que se refere à contratualização atempada dos parâmetros da avaliação, objetivos e competências, não é realizada avaliação nos termos previstos na referida lei.

2 — Nas situações de não realização de avaliação previstas no número anterior é aplicável o disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 42.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro.

3 — À realização de avaliação por ponderação curricular é aplicável o regime estabelecido no artigo 43.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, e no despacho normativo n.º 4-A/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 26, de 8 de fevereiro de 2010, com sujeição às regras de diferenciação de desempenhos, nos termos do artigo 75.º da referida lei.

#### Artigo 51.º

##### **Prioridade no recrutamento**

1 — Nos procedimentos concursais publicitados ao abrigo e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, o recrutamento efetua-se, sem prejuízo das referências legalmente estabelecidas, pela seguinte ordem:

a) Candidatos aprovados com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida;

b) Candidatos aprovados sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida relativamente aos quais seja estabelecido, por diploma legal, o direito de candidatura a procedimento concursal exclusivamente destinado a quem seja titular dessa modalidade de relação jurídica, designadamente a título de incentivos à realização de determinada atividade ou relacionado com titularidade de determinado estatuto jurídico;

c) Candidatos aprovados com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável;

d) Candidatos sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida.

2 — Durante o ano de 2013 e tendo em vista o cumprimento das medidas de redução de pessoal previstas no PAEF, os candidatos a que se refere a alínea b) do número anterior não podem ser opositores a procedimentos concursais exclusivamente destinados a trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, considerando-se suspensas todas as disposições em contrário.

3 — O disposto no presente artigo tem carácter excecional e prevalece sobre todas as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias.

#### Artigo 52.º

##### **Cedência de interesse público**

1 — A celebração de acordo de cedência de interesse público com trabalhador de entidade excluída do âmbito de aplicação objetivo da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, para o exercício de funções em órgão ou serviço a que a mesma lei é aplicável, previsto na primeira parte do n.º 1 do artigo 58.º daquela lei, depende de parecer prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, exceto nos casos a que se refere o n.º 12 do mesmo artigo.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, na área da saúde, a concordância expressa do órgão, serviço ou entidade cedente a que se refere o n.º 2 do artigo 58.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, pode ser dispensada, por despacho do membro do Governo responsável por aquela área, quando sobre aqueles exerça poderes de direção, superintendência ou tutela.

3 — Nas autarquias locais, o parecer a que alude o n.º 1 é da competência do órgão executivo.

4 — O disposto no presente artigo tem carácter excecional e prevalece sobre todas as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias.

#### Artigo 53.º

##### **Trabalhadores de órgãos e serviços das administrações regionais e autárquicas**

1 — Com vista ao cumprimento dos princípios orientadores da gestão dos recursos humanos na Administração Pública, está sujeita a parecer prévio, nos termos previstos nos n.ºs 6 e 7 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, com as necessárias adaptações, a mobilidade interna de trabalhadores de órgãos e serviços das administrações regionais e autárquicas para os restantes órgãos ou serviços aos quais é aplicável aquela lei.

2 — O disposto no número anterior é ainda aplicável ao recrutamento exclusivamente destinado a trabalhadores com prévia relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado ou determinado, a que se referem os n.ºs 4 e 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, quando se pretenda admitir a candidatura de trabalhadores de órgãos ou serviços das administrações regionais e autárquicas para os restantes órgãos ou serviços aos quais é aplicável a referida lei.

3 — No caso das situações de mobilidade interna autorizadas ao abrigo do disposto no n.º 1, a consolidação prevista no artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, carece igualmente de parecer prévio favorável para o efeito dos mesmos membros do Governo.

4 — O disposto no número anterior aplica-se às situações de mobilidade interna em curso à data da entrada em vigor da presente lei.

**Artigo 54.º****Duração da mobilidade**

1 — As situações de mobilidade existentes à data da entrada em vigor da presente lei, cujo limite de duração máxima ocorra durante o ano de 2013, podem, por acordo entre as partes, ser excecionalmente prorrogadas até 31 de dezembro de 2013.

2 — A prorrogação excecional prevista no número anterior é aplicável às situações de mobilidade cujo termo ocorre em 31 de dezembro de 2012, nos termos do acordo previsto no número anterior.

3 — No caso de acordo de cedência de interesse público a que se refere o n.º 13 do artigo 58.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, a prorrogação a que se referem os números anteriores depende ainda de parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública.

4 — Nas autarquias locais, o parecer a que alude o número anterior é da competência do órgão executivo.

**Artigo 55.º****Duração da licença sem vencimento prevista no Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de fevereiro**

É concedida aos notários e oficiais do notariado que o requeiram, no ano de 2013 e nos dois anos subsequentes, a possibilidade de uma única prorrogação, por mais dois anos, da duração máxima da licença de que beneficiam, ao abrigo do n.º 4 do artigo 107.º e do n.º 2 do artigo 108.º do Estatuto do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 51/2004, de 29 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 15/2011, de 25 de janeiro, e do artigo 161.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, alterada pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

**Artigo 56.º****Regras de movimento e permanência do pessoal diplomático**

1 — Os prazos previstos nas secções II e III do capítulo III do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 153/2005, de 2 de setembro, e 10/2008, de 17 de janeiro, e pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, podem ser alterados por despacho fundamentado do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, sob proposta do secretário-geral do respetivo ministério, a publicar no *Diário da República*.

2 — O disposto no número anterior não prejudica o preenchimento do requisito relativo ao cumprimento do tempo mínimo em exercício de funções nos serviços internos ou externos, consoante o caso, nomeadamente para efeitos de promoção e progressão, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 18.º, no n.º 1 do artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 153/2005, de 2 de setembro, e 10/2008, de 17 de janeiro, e pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, sendo aplicáveis os limites às valorizações remuneratórias previstos no artigo 35.º da presente lei.

**SECÇÃO III****Admissões de pessoal no setor público****Artigo 57.º****Alteração à Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro**

1 — O artigo 2.º da Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 2.º  
[...]

A presente lei aplica-se a todos os serviços integrados, serviços e fundos autónomos, regiões autónomas, autarquias locais, outras entidades que integrem o universo das administrações públicas em contas nacionais, às empresas do setor empresarial do Estado e dos sectores empresariais regionais, intermunicipais e municipais, bem como às demais pessoas coletivas públicas e outras entidades públicas.»

2 — A caracterização e o carregamento de dados de recursos humanos das novas entidades, nos termos da Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, na redação que lhe é dada pela presente lei, são efetuados logo que existam condições técnicas para o efeito, devendo o primeiro carregamento de dados reportar-se ao 4.º trimestre de 2012, em prazo e termos a fixar pela entidade gestora do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE).

Artigo 58.º  
**Alteração à Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho**

O artigo 9.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, alterada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 9.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
  - a) .....
  - b) .....
  - c) Declaração de cabimento orçamental emitida pelo órgão, serviço ou entidade requerente;
  - d) .....
  - e) .....
  - f) .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....
- 8 — .....
- 9 — .....»

Artigo 59.º  
**Contratos a termo resolutivo**

1 — Até 31 de dezembro de 2013, os serviços e organismos das administrações direta e indireta do Estado, regionais e autárquicas reduzem, no mínimo, em 50 % o número de trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo e ou com nomeação transitória existente em 31 de dezembro de 2012, com exclusão dos que sejam cofinanciados por fundos europeus.

2 — Durante o ano de 2013, os serviços e organismos a que se refere o número anterior não podem proceder à renovação de contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo e de nomeações transitórias, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

3 — Em situações excepcionais, fundamentadas na existência de relevante interesse público, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública podem autorizar uma redução inferior à prevista no n.º 1, bem como a renovação de contratos ou nomeações a que se refere o número anterior, fixando, caso a caso, as condições e termos a observar para o efeito e desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos:

a) Existência de relevante interesse público na renovação, ponderando, designadamente, a eventual carência de recursos humanos no setor de atividade da Administração Pública a que se destina o recrutamento, bem como a evolução global dos recursos humanos do ministério de que depende o serviço ou organismo;

b) Impossibilidade de satisfação das necessidades de pessoal por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade;

c) Demonstração de que os encargos com as renovações em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços ou organismos a que respeitam;

d) Demonstração do cumprimento das medidas de redução mínima, de 2 %, de pessoal, tendo em vista o cumprimento do PAEF, considerando o número de trabalhadores do serviço ou organismo em causa no termo do ano anterior;

e) Parecer prévio favorável do membro do Governo de que depende o serviço ou organismo que pretende uma redução inferior à prevista no n.º 1 e ou realizar a renovação de contrato ou nomeação;

f) Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro.

4 — No final de cada trimestre, os serviços e organismos prestam informação detalhada acerca da evolução do cumprimento dos objetivos de redução consagrados no n.º 1, nos termos a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública.

5 — São nulas as renovações efetuadas em violação do disposto nos números anteriores, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 6 a 8 do artigo 9.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, alterada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei.

6 — O incumprimento do disposto no n.º 1 determina a responsabilidade disciplinar do dirigente do serviço ou organismo respetivo e constitui fundamento bastante para a cessação da sua comissão de serviço.

7 — No caso da administração local, a violação do disposto no presente artigo determina também a redução nas transferências do Orçamento do Estado para a autarquia no montante equivalente ao que resultaria, em termos de poupança, com a efetiva redução de pessoal e ou no montante idêntico ao despendido com as renovações de contratos ou de nomeações em causa, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 92.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro.

8 — No caso das administrações regionais, a violação do presente artigo determina ainda a redução nas transferências do Orçamento do Estado para a região autónoma no montante equivalente ao que resultaria, em termos de poupança, com a efetiva redução de pessoal e ou no montante idêntico ao despendido com as renovações de contratos ou de nomeações em causa.

9 — No caso dos serviços e organismos das administrações regionais e autárquicas, a autorização a que se refere o n.º 3 compete aos correspondentes órgãos de governo próprios.

10 — O disposto no presente artigo não se aplica aos militares das Forças Armadas em regimes de voluntariado e de contrato, cujo regime contratual consta de legislação especial, sendo a fixação dos quantitativos máximos de efetivos que aos mesmos respeita efetuada através de norma específica.

11 — Ficam ainda excecionados da aplicação do presente artigo os formandos da Guarda Nacional Republicana e os formandos da Polícia de Segurança Pública, cujos regimes jurídicos estatutários de formação impliquem o recurso a algumas das modalidades de vinculação em causa.



12 — Relativamente ao pessoal docente e de investigação, incluindo os técnicos das atividades de enriquecimento curricular, que se rege por regras de contratação a termo previstas em diplomas próprios, são definidos objetivos específicos de redução pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da Administração Pública, da educação e da ciência.

13 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas legais ou convencionais, especiais ou excecionais, em contrário, não podendo ser afastado ou modificado pelas mesmas.

#### Artigo 60.º

#### **Recrutamento de trabalhadores nas instituições de ensino superior públicas**

1 — Durante o ano de 2013, para os trabalhadores docentes e não docentes e investigadores e não investigadores, as instituições de ensino superior públicas não podem proceder a contratações, independentemente do tipo de vínculo jurídico que venha a estabelecer-se, se as mesmas implicarem um aumento do valor total das remunerações dos trabalhadores docentes e não docentes e investigadores e não investigadores da instituição em relação ao valor referente a 31 de dezembro de 2012, ajustado pela não suspensão do subsídio de Natal em 2013.

2 — Em situações excecionais, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da Administração Pública e do ensino superior, nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, podem dar parecer prévio favorável à contratação de trabalhadores docentes e não docentes e investigadores e não investigadores para além do limite estabelecido no número anterior, desde que cumulativamente observados os seguintes requisitos, fixando, caso a caso, o número de contratos a celebrar e o montante máximo a despendar:

a) Existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a eventual carência dos recursos humanos no setor de atividade a que se destina o recrutamento;

b) Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade.

3 — Exceciona-se do disposto nos números anteriores a contratação de docentes e investigadores, por tempo determinado ou determinável, para a execução de programas, projetos e prestações de serviço, no âmbito das missões e atribuições das instituições de ensino superior públicas, cujos encargos onerem, exclusivamente, receitas transferidas da FCT, I. P., ou receitas próprias provenientes daqueles programas, projetos e prestações de serviço.

4 — As contratações excecionais previstas no número anterior são obrigatoriamente precedidas de autorização do reitor ou do presidente, conforme os casos e nos termos legais.

5 — As contratações efetuadas em violação do disposto no presente artigo são nulas e fazem incorrer os seus autores em responsabilidade civil, financeira e disciplinar.

6 — É aplicável às instituições de ensino superior públicas o regime previsto nos n.ºs 2 a 4 do artigo 125.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro.

7 — O presente artigo não se aplica às instituições de ensino superior militar e policial.

8 — O disposto no presente artigo tem caráter excecional e prevalece sobre todas as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias.

**Artigo 61.º****Contratação de doutorados para o Sistema Científico e Tecnológico Nacional**

1 — Durante o ano de 2013, a FCT, I. P., pode financiar até ao limite máximo de 400 novas contratações de doutorados para o exercício de funções de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico avançado em instituições, públicas e privadas, do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, no montante de despesa pública total de €8 900 000.

2 — Para efeitos da contratação de doutorados prevista no número anterior, as instituições públicas do Sistema Científico e Tecnológico Nacional celebram contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo, sem dependência de parecer dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública.

3 — O total destas 400 contratações autorizadas é atingido faseadamente, não podendo, cumulativamente, atingir mais de 100 no 1.º trimestre, 200 no 2.º, 300 no 3.º e 400 no 4.º.

4 — O regime estabelecido nos números anteriores aplica-se aos contratos celebrados nos termos do artigo 49.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio.

**Artigo 62.º****Controlo da contratação de novos trabalhadores por pessoas coletivas de direito público e empresas públicas**

1 — As pessoas coletivas de direito público dotadas de independência e que possuam atribuições nas áreas da regulação, supervisão ou controlo, designadamente aquelas a que se refere a alínea f) do n.º 1 e o n.º 3 do artigo 48.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de abril, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 40/2011, de 22 de março, pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, pela Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, e pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, incluindo as entidades reguladoras independentes, e que não se encontrem abrangidas pelo âmbito de aplicação do artigo 52.º da presente lei e do artigo 9.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, alterada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, não podem proceder ao recrutamento de trabalhadores para a constituição de relações jurídicas de emprego por tempo indeterminado, determinado e determinável, sem prejuízo do disposto no n.º 3.

2 — As empresas públicas e as entidades públicas empresariais do setor empresarial do Estado não podem proceder ao recrutamento de trabalhadores para a constituição de relações jurídicas de emprego por tempo indeterminado, determinado e determinável, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

3 — Em situações excecionais, fundamentadas na existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a carência dos recursos humanos, bem como a evolução global dos mesmos, o membro do Governo responsável pela área das finanças pode, ao abrigo do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, autorizar o recrutamento a que se referem os números anteriores, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar e desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos:

a) Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas;

b) Seja impossível satisfazer as necessidades de pessoal por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade;

c) Seja demonstrado que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam;

d) Sejam cumpridos, pontual e integralmente, os deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro.

4 — Para efeitos da emissão da autorização prevista no número anterior, os respetivos órgãos de direção ou de administração enviam ao membro do Governo responsável pela área das finanças os elementos comprovativos da verificação dos requisitos ali previstos.

5 — São nulas as contratações de trabalhadores efetuadas em violação do disposto nos números anteriores, sendo aplicável, com as devidas adaptações, o disposto nos n.ºs 6 a 8 do artigo 9.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, alterada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

6 — O disposto no presente artigo prevalece sobre todas as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias.

#### Artigo 63.º

### **Redução de trabalhadores no setor empresarial do Estado**

1 — Durante o ano de 2013, as empresas públicas e as entidades públicas empresariais do setor empresarial do Estado, com exceção dos hospitais, E. P. E., reduzem no seu conjunto, no mínimo, em 3% o número de trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro de 2012, sem prejuízo do cumprimento do disposto no artigo anterior.

2 — A redução do número de trabalhadores afetos às empresas do setor empresarial do Estado do setor dos transportes terrestres e gestão da infraestrutura ferroviária, e suas participadas, deve ser de 20 % face ao efetivo existente a 1 de janeiro de 2011, sujeita à disponibilidade financeira das entidades para proceder às respetivas indemnizações por rescisão dos contratos de trabalho.

#### Artigo 64.º

### **Gastos operacionais das empresas públicas**

1 — Durante a vigência do PAEF, as empresas públicas, com exceção dos hospitais, E. P. E., devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, mediante a adoção, designadamente, das seguintes medidas:

a) No caso de empresas deficitárias, garantir um orçamento económico equilibrado, traduzido num valor de «lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização» (EBITDA) nulo, por via de uma redução dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal de 15 %, no seu conjunto, em 2013, face a 2010;

b) No caso de empresas com EBITDA positivo, assegurar, no seu conjunto, a redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios.

2 — No cumprimento do disposto no número anterior, os valores das indemnizações pagas por rescisão e os decorrentes das medidas previstas no artigo 29.º não integram os gastos com pessoal.

3 — As empresas públicas devem assegurar, em 2013, uma poupança mínima de 50 %, face ao valor despendido em 2010, nos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento.

4 — Os gastos com comunicações devem corresponder a um máximo de 50 % da média dos gastos desta natureza relativos aos anos de 2009 e 2010.

#### Artigo 65.º

### **Redução de trabalhadores nas autarquias locais**

1 — Durante o ano de 2013, as autarquias locais reduzem, no mínimo, em 2 % o número de trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro de 2012, sem prejuízo do cumprimento do disposto no artigo 59.º.

2 — No final de cada trimestre, as autarquias locais prestam à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) informação detalhada acerca da evolução do cumprimento dos objetivos de redução consagrados no número anterior.

3 — No caso de incumprimento dos objetivos de redução mencionados no n.º 1, há lugar a uma redução das transferências do Orçamento do Estado para a autarquia em causa no montante equivalente ao que resultaria, em termos de poupança, com a efetiva redução de pessoal prevista naquela disposição no período em causa.

4 — A violação do dever de informação previsto no n.º 2 até ao final do 3.º trimestre é equiparada, para todos os efeitos legais, ao incumprimento dos objetivos de redução do número de trabalhadores previstos no n.º 1.

5 — Para efeitos do disposto no n.º 1, não é considerado o pessoal necessário para assegurar o exercício de atividades objeto de transferência ou contratualização de competências da administração central para a administração local no domínio da educação.

6 — Para efeitos do disposto no n.º 1, são considerados os trabalhadores de empresas locais nas quais o município tenha uma influência dominante, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, bem como os trabalhadores do município que, ao abrigo de instrumento de mobilidade, desempenham funções nas áreas metropolitanas ou nas comunidades intermunicipais.

#### Artigo 66.º

#### **Controlo do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais**

1 — As autarquias locais não podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objecto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 — Em situações excecionais, devidamente fundamentadas, o órgão deliberativo, sob proposta do respetivo órgão executivo, pode, ao abrigo e nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, autorizar a abertura dos procedimentos concursais a que se refere o número anterior, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar e desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos:

a) Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no setor de atividade a que aquele se destina, bem como a evolução global dos recursos humanos na autarquia em causa;

b) Seja impossível a ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou outros instrumentos de mobilidade;

c) Seja demonstrado que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam;

d) Sejam cumpridos, pontual e integralmente, os deveres de informação previstos no artigo 50.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio, e na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro;

e) Seja demonstrado o cumprimento das medidas de redução mínima, estabelecidas tendo em vista o cumprimento do PAEF, considerando o número de trabalhadores em causa no termo do ano anterior.

3 — A homologação da lista de classificação final deve ocorrer no prazo de seis meses a contar da data da deliberação de autorização prevista no número anterior, sem prejuízo da respetiva renovação, desde que devidamente fundamentada.

4 — São nulas as contratações e as nomeações de trabalhadores efetuadas em violação do disposto nos números anteriores, sendo aplicável, com as devidas adaptações, o disposto nos n.ºs 6, 7 e 8 do artigo 9.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, alterada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, havendo lugar a redução nas transferências do Orçamento do Estado para a autarquia em causa de montante idêntico ao despendido com tais contratações ou nomeações, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 92.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro.

5 — O disposto no presente artigo não prejudica o disposto no artigo seguinte, que constitui norma especial para autarquias locais abrangidas pelo respetivo âmbito de aplicação.

6 — O disposto no presente artigo é diretamente aplicável às autarquias locais das regiões autónomas.

7 — Até ao final do mês seguinte ao do termo de cada trimestre, as autarquias locais informam a DGAL do número de trabalhadores recrutados nos termos do presente artigo.

8 — O disposto no presente artigo tem carácter excecional e prevalece sobre todas as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias.

9 — O disposto no presente artigo aplica-se, como medida de estabilidade orçamental, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º e no n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio, conjugados com o disposto no artigo 86.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro, e tendo em vista o cumprimento do PAEF.

#### Artigo 67.º

#### **Recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais em situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de rutura financeira**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio, e sem prejuízo do disposto no número seguinte, os municípios que se encontrem em situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de rutura financeira, nos termos do disposto no artigo 41.º da referida lei, não podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objeto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída.

2 — O disposto no número anterior aplica-se, como medida de estabilidade, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 10.º-A e 10.º-B da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro, às autarquias com endividamento líquido superior ao limite legal de endividamento em 2012, ainda que não tenha sido declarada a situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de rutura financeira.

3 — Em situações excecionais, devidamente fundamentadas, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração local podem, ao abrigo e nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, autorizar a abertura de procedimentos concursais a que se referem os números anteriores, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar, desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos:

a) Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no setor de atividade a que aquele se destina, bem como a sua evolução global na autarquia em causa;

b) Seja impossível a ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade;

c) Seja demonstrado que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam;

d) Sejam cumpridos, pontual e integralmente, os deveres de informação previstos no artigo 50.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio, e na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro;

e) Seja demonstrado o cumprimento das medidas de redução mínima estabelecidas tendo em vista o cumprimento do PAEF, considerando o número de trabalhadores em causa no termo do ano anterior.

4 — Para efeitos do disposto no n.º 1, nos casos em que haja lugar à aprovação de um plano de reequilíbrio financeiro, nos termos previstos no artigo 41.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio, o referido plano deve observar o disposto no número anterior em matéria de contratação de pessoal.

5 — Para efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, os órgãos autárquicos com competência em matéria de autorização dos contratos aí referidos enviam aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração local a demonstração de que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam.

6 — São nulas as contratações e as nomeações de trabalhadores efetuadas em violação do disposto nos n.ºs 1 a 3, sendo aplicável, com as devidas adaptações, o disposto nos n.ºs 5 a 7 do artigo 9.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, alterada pela Lei n.º 64 -B/2011, de 30 de dezembro.

7 — As necessidades de recrutamento excecional de pessoal resultantes do exercício de atividades advenientes da transferência de competências da administração central para a administração local no domínio da educação não estão sujeitas ao regime constante no presente artigo, na parte relativa à alínea b) do n.º 3 e ao número anterior.

8 — O disposto no presente artigo tem carácter excecional e prevalece sobre todas as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias.

#### Artigo 68.º

#### **Controlo do recrutamento de trabalhadores nas administrações regionais**

1 — O disposto no artigo 9.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, alterada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, aplica-se, como medida de estabilidade orçamental, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 7.º e 8.º da Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de fevereiro, alterada pelas Leis Orgânicas n.ºs 1/2010, de 29 de março, e 2/2010, de 16 de junho, imediata e diretamente aos órgãos e serviços das administrações regionais dos Açores e da Madeira.

2 — Os Governos Regionais zelam pela aplicação dos princípios e procedimentos mencionados nos números seguintes, ao abrigo de memorandos de entendimento celebrados e ou a celebrar com o Governo da República, nos quais se quantifiquem os objetivos a alcançar para garantir a estabilidade orçamental e o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado Português perante outros países e organizações.

3 — Para efeitos da emissão da autorização prevista no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, alterada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, os dirigentes máximos dos órgãos e

serviços das administrações regionais enviam ao membro do Governo Regional competente para o efeito os elementos comprovativos da verificação dos seguintes requisitos cumulativos:

a) Existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a evolução global e a eventual carência dos recursos humanos no setor de atividade a que se destina o recrutamento;

b) Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade;

c) Demonstração de que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam;

d) Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro;

e) Demonstração do cumprimento das medidas de redução mínima, de 2 %, de pessoal, tendo em vista o cumprimento do PAEF, considerando o número de trabalhadores do órgão ou serviço em causa no termo do ano anterior.

4 — Os Governos Regionais apresentam ao membro do Governo da República responsável pela área das finanças planos semestrais para a redução a que se refere a alínea e) do número anterior, com a indicação dos instrumentos para assegurar a respetiva monitorização.

5 — Os Governos Regionais remetem trimestralmente ao membro do Governo da República responsável pela área das finanças informação sobre o número e despesa com recrutamento de trabalhadores, a qualquer título, bem como a identificação das autorizações de recrutamento concedidas ao abrigo do disposto no n.º 3, sem prejuízo do disposto na alínea d) do mesmo número.

6 — Em caso de incumprimento do disposto nos n.ºs 4 e 5, é aplicável o disposto nos n.ºs 2 a 4 do artigo 16.º da Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de fevereiro, alterada pelas Leis Orgânicas n.ºs 1/2010, de 29 de março, e 2/2010, de 16 de junho.

7 — No caso de incumprimento dos objetivos de redução a que se refere a alínea e) do n.º 3 e ou dos planos a que se refere o n.º 4, pode haver lugar a uma redução nas transferências do Orçamento do Estado para as regiões autónomas no montante equivalente ao que resultaria, em termos de poupança, com a efetiva redução de pessoal no período em causa.

#### Artigo 69.º

#### **Admissões de pessoal militar, militarizado e com funções policiais, de segurança ou equiparado**

1 — Carecem de parecer prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e, consoante os casos, da defesa nacional, da administração interna e da justiça:

a) As decisões relativas à admissão de pessoal para o ingresso nas diversas categorias dos quadros permanentes das Forças Armadas, previsto no n.º 2 do artigo 195.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho;

b) A abertura de concursos para admissão de pessoal em regime de contrato e de voluntariado nas Forças Armadas;

c) As decisões relativas à admissão do pessoal militarizado ou equiparado e com funções policiais e de segurança ou equiparado, incluindo o corpo da guarda prisional;

d) As decisões relativas à admissão de militares da Guarda Nacional Republicana e do pessoal da Polícia de Segurança Pública, com funções policiais.

2 — O parecer a que se refere o número anterior depende da demonstração do cumprimento das medidas de redução de pessoal previstas no PAEF, considerando o número de efetivos no universo em causa no termo do ano anterior.

**Artigo 70.º****Quantitativos de militares em regime de contrato e de voluntariado**

1 — O quantitativo máximo de militares em regime de contrato (RC) e de voluntariado (RV) nas Forças Armadas, para o ano de 2013, é de 17 500 militares, sendo a sua distribuição pelos diferentes ramos a seguinte:

- a) Marinha: 2073;
- b) Exército: 12 786;
- c) Força Aérea: 2641.

2 — O quantitativo referido no número anterior inclui os militares em RC e RV a frequentar cursos de formação para ingresso nos quadros permanentes e não contabiliza os casos especiais previstos no artigo 301.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho.

3 — A distribuição dos quantitativos dos ramos pelas diferentes categorias é fixada por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

**Artigo 71.º****Prestação de informação sobre efetivos militares**

1 — Para os efeitos do disposto nos artigos 69.º e 70.º, os ramos das Forças Armadas disponibilizam, em instrumento de recolha de informação acessível na Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM), os seguintes dados:

- a) Números totais de vagas autorizadas na estrutura orgânica dos ramos, por categoria, posto e quadro especial;
- b) Número de militares, por categoria, posto e quadro especial, a ocupar vagas na estrutura orgânica dos ramos;
- c) Número de militares na situação de supranumerário, por categoria, posto e quadro especial, com a indicação dos motivos e da data da colocação nessa situação;
- d) Número de militares em funções noutras entidades ou organizações, sem ocupação de vaga nos quadros especiais da estrutura orgânica dos ramos, por categoria, posto e quadro especial, com a indicação da entidade e ou funções em causa, da data de início dessa situação e data provável do respetivo termo, bem como das disposições legais ao abrigo das quais foi autorizado o exercício de tais funções;
- e) Números totais de promoções efetuadas, por categoria, posto e quadro especial, com a identificação do ato que as determinou, da data de produção de efeitos e da vaga a ocupar no novo posto, se for o caso;

f) Número de militares em RC e RV, por categoria e posto, em funções na estrutura orgânica dos ramos e em outras entidades, com indicação das datas de início e do termo previsível do contrato.

2 — A informação a que se refere o número anterior é prestada trimestralmente, até ao dia 15 do mês seguinte ao termo de cada trimestre.

3 — Os termos e a periodicidade da prestação de informação a que se referem os números anteriores podem ser alterados por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional.

4 — Sem prejuízo da responsabilização nos termos gerais, o incumprimento do disposto nos números anteriores determina a não tramitação de quaisquer processos relativos a pessoal militar que dependam de parecer dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e ou da defesa nacional, que lhes sejam dirigidos pelo ramo das Forças Armadas em causa.

5 — A DGPRM disponibiliza a informação prevista no n.º 1 à DGO e à DGAEP.



6 — O disposto no presente artigo é também aplicável, com as necessárias adaptações, à Guarda Nacional Republicana, devendo a informação a que se refere o n.º 1 ser disponibilizada em instrumento de recolha a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração interna.

#### SECÇÃO IV

#### **Disposições aplicáveis aos trabalhadores do Serviço Nacional de Saúde**

##### Artigo 72.º

##### **Aplicação de regimes laborais especiais na saúde**

1 — Durante a vigência do PAEF, os níveis retributivos, incluindo suplementos remuneratórios, dos trabalhadores com contrato de trabalho no âmbito dos estabelecimentos ou serviços do SNS com a natureza de entidade pública empresarial, celebrados após 1 de janeiro de 2013, não podem ser superiores aos dos correspondentes trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas inseridos em carreiras gerais ou especiais, sem prejuízo do disposto no n.º 3.

2 — O disposto no número anterior é igualmente aplicável aos acréscimos remuneratórios devidos pela realização de trabalho noturno, trabalho em descanso semanal obrigatório e complementar e feriados.

3 — A celebração de contratos de trabalho que não respeitem os níveis retributivos do n.º 1 carece de autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde.

4 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excecionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos, e abrange todos os suplementos remuneratórios.

##### Artigo 73.º

##### **Aditamento ao Estatuto do Serviço Nacional de Saúde**

São aditados ao Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de janeiro, os artigos 22.º-A e 22.º-B, com a seguinte redação:

##### «Artigo 22.º-A

##### **Regime de mobilidade de profissionais de saúde**

1 — O regime da mobilidade interna dos trabalhadores em funções públicas é aplicável aos profissionais de saúde independentemente da natureza jurídica da relação de emprego e da pessoa coletiva pública, no âmbito dos serviços e estabelecimentos do SNS.

2 — A mobilidade dos profissionais de saúde, prevista no número anterior, é determinada por despacho do membro do Governo responsável pela área da saúde, com faculdade de delegação nos conselhos diretivos das administrações regionais de saúde.

3 — Para efeitos de mobilidade interna temporária, os estabelecimentos e serviços do SNS são considerados unidades orgânicas desconcentradas de um mesmo serviço.

4 — A mobilidade prevista no presente artigo não abrange a consolidação, exceto nos casos previstos na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, estando ainda sujeita a autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública quando envolva simultaneamente entidades sujeitas e não sujeitas ao âmbito de aplicação da referida lei.

5 — O regime previsto nos números anteriores tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excecionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos.

## Artigo 22.º-B

**Organização do tempo de trabalho no âmbito do Serviço Nacional de Saúde**

1 — A realização de trabalho suplementar ou extraordinário no âmbito do SNS não está sujeita a limites máximos quando seja necessária ao funcionamento de serviços de urgência ou de atendimento permanente, não podendo os trabalhadores realizar mais de 48 horas por semana, incluindo trabalho suplementar ou extraordinário, num período de referência de seis meses.

2 — A prestação de trabalho suplementar ou extraordinário e noturno deve, sem prejuízo do cumprimento do período normal de trabalho, garantir o descanso entre jornadas de trabalho, de modo a proporcionar a necessária segurança do doente e do profissional na prestação de cuidados de saúde.

3 — O regime previsto nos números anteriores tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excecionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos.»

## Artigo 74.º

**Alteração de regimes de trabalho no âmbito do Serviço Nacional de Saúde**

1 — Durante a vigência do PAEF, a tabela a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 62/79, de 30 de março, passa a ser a seguinte, aplicando-se a mesma a todos os profissionais de saúde no âmbito do SNS, independentemente da natureza jurídica da relação de emprego:

	Trabalho normal	Trabalho extraordinário
Trabalho diurno em dias úteis	R (a)	1,125 R — primeira hora. 1,25 R — horas seguintes.
Trabalho noturno em dias úteis	1,25 R	1,375 R — primeira hora 1,50 R — horas seguintes.
Trabalho diurno aos sábados depois das 13 horas, domingos, feriados e dias de descanso semanal	1,25 R	1,375 R — primeira hora. 1,50 R — horas seguintes.
Trabalho noturno aos sábados depois das 20 horas, domingos, feriados e dias de descanso semanal	1,50 R	1,675 R — primeira hora. 1,75 R — horas seguintes.

(a) O valor R corresponde ao valor hora calculado para a hora de trabalho normal diurno em dias úteis, com base nos termos legais, e apenas para efeitos do cálculo dos suplementos.

2 — É revogado o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 44/2007, de 23 de fevereiro, e as correspondentes disposições legais ou convencionais que remetam para o respetivo regime.

3 — O regime previsto nos números anteriores tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excecionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos.

## SECÇÃO V

### Aquisição de serviços

## Artigo 75.º

**Contratos de aquisição de serviços**

1 — O disposto no artigo 27.º é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2013, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2012, celebrados por:

a) Órgãos, serviços e entidades previstos nos n.ºs 1 a 4 do artigo 3.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, incluindo institutos de regime especial e pessoas coletivas de direito público, ainda que dotadas de autonomia ou de independência decorrente da sua integração nas áreas de regulação, supervisão ou controlo;

b) Entidades públicas empresariais, empresas públicas de capital exclusiva ou maioritariamente público e entidades do setor empresarial local e regional;

c) Fundações públicas, de direito público e de direito privado, e outros estabelecimentos públicos não abrangidos pelas alíneas anteriores;

d) Gabinetes previstos na alínea l) do n.º 9 do artigo 27.º.

2 — Para efeito de aplicação da redução a que se refere o número anterior é considerado o valor total do contrato de aquisição de serviços, exceto no caso das avenças previstas no n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, em que a redução incide sobre o valor a pagar mensalmente.

3 — A redução por agregação prevista no n.º 2 do artigo 27.º aplica-se sempre que, em 2013, a mesma contraparte preste mais de um serviço ao mesmo adquirente.

4 — Carece de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças, exceto no caso das instituições do ensino superior, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria do referido membro do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;

b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

5 — O parecer previsto no número anterior depende da:

a) Verificação do disposto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;

b) Declaração de cabimento orçamental emitida pelo órgão, serviço ou entidade requerente;

c) Verificação do cumprimento do disposto no n.º 1.

6 — Não estão sujeitas ao disposto nos n.ºs 1 e 4:

a) A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços essenciais previstos no n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, alterada pelas Leis n.ºs 12/2008, de 26 de fevereiro, 24/2008, de 2 de junho, 6/2011, de 10 de março, e 44/2011, de 22 de junho, ou de outros contratos mistos cujo tipo contratual preponderante não seja o da aquisição de serviços ou em que o serviço assuma um carácter acessório da disponibilização de um bem;

b) A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos ou serviços adjudicantes ao abrigo de acordo quadro;

c) A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos ou serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, entre si ou com entidades públicas empresariais;

d) As renovações de contratos de aquisição de serviços, nos casos em que tal seja permitido, quando os contratos tenham sido celebrados ao abrigo de concurso público em que o critério de adjudicação tenha sido o do mais baixo preço.

7 — Não está sujeita ao disposto no n.º 1 e na alínea c) do n.º 5 a renovação, em 2013, de contratos de aquisição de serviços cuja celebração ou renovação anterior já tenha sido objeto da redução prevista na mesma disposição legal e obtido parecer favorável ou registo de comunicação.

8 — Não está sujeita ao disposto no n.º 1 e na alínea c) do n.º 5 a celebração, em 2013, de contratos de aquisição de serviços cuja celebração já tenha sido, em 2011 e em 2012, objeto das reduções previstas na mesma disposição legal e obtido, nos mesmos anos, pareceres favoráveis ou registos de comunicação, desde que a quantidade a contratar e o valor a pagar não sejam superiores aos de 2012.

9 — O disposto no n.º 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, e no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, aplica-se aos contratos previstos no presente artigo.

10 — Nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 5, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril.

11 — A aplicação à Assembleia da República dos princípios consignados nos números anteriores processa-se por despacho do Presidente da Assembleia da República, precedido de parecer do conselho de administração.

12 — Considerando a diversidade de realidades económicas que se vive no contexto internacional, bem como as leis locais e a especificidade das atribuições dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ficam estes serviços excecionados da aplicação do disposto no n.º 1, devendo a redução dos contratos de aquisição de bens e serviços incidir sobre a globalidade da despesa, e no n.º 4.

13 — Não está sujeita ao disposto no n.º 4 a aquisição de bens e serviços necessários à atividade operacional das forças e serviços de segurança.

14 — Considerando a urgência no âmbito das atividades de investigação criminal e serviços de estrangeiros e fronteiras e do sistema penal, ficam as aquisições de serviços de tradução e de intérpretes e perícias, naquele âmbito, excecionadas da aplicação do disposto no n.º 4.

15 — Sempre que os contratos de aquisição de serviços estejam sujeitos a autorização para assunção de encargos plurianuais deve o requerente juntar a autorização obtida na instrução do pedido de parecer referido no n.º 4.

16 — O cumprimento das regras previstas no Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio, exceto nos casos previstos na alínea a) do n.º 4 do presente artigo em que se imponha a verificação do disposto na alínea a) do n.º 5, dispensa o parecer previsto no n.º 4, sendo a verificação do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 5 feita no âmbito daquele regime.

17 — São nulos os contratos de aquisição de serviços celebrados ou renovados em violação do disposto no presente artigo.

## SECÇÃO VI

### Proteção social e aposentação ou reforma

#### Artigo 76.º

#### Alteração ao Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março

O artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de agosto, passa a ter a seguinte redação:

## «Artigo 29.º

[...]

1 — A falta por motivo de doença devidamente comprovada não afeta qualquer direito do trabalhador, salvo o disposto nos números seguintes.

2 — Sem prejuízo de outras disposições legais, a falta por motivo de doença devidamente comprovada determina:

a) A perda da totalidade da remuneração base diária no 1.º, 2.º e 3.º dias de incapacidade temporária, nas situações de faltas seguidas ou interpoladas;

b) A perda de 10 % da remuneração base diária a partir do 4.º dia e até ao 30.º dia de incapacidade temporária.

3 — A contagem dos períodos de 3 e 27 dias a que se referem, respetivamente, as alíneas a) e b) do número anterior é interrompida sempre que se verifique a retoma da prestação de trabalho.

4 — A aplicação da alínea b) do n.º 2 depende da prévia ocorrência de três dias sucessivos e não interpolados de faltas por incapacidade temporária nos termos da alínea a) do mesmo número.

5 — O disposto na alínea a) do n.º 2 não implica a perda da remuneração base diária nos casos de internamento hospitalar, faltas por motivo de cirurgia ambulatoria, doença por tuberculose e doença com início no decurso do período de atribuição do subsídio parental que ultrapasse o termo deste período.

6 — As faltas por doença descontam na antiguidade para efeitos de carreira quando ultrapassem 30 dias seguidos ou interpolados em cada ano civil.

7 — O disposto nos n.ºs 2 a 6 não se aplica às faltas por doença dadas por pessoas com deficiência, quando decorrentes da própria incapacidade.

8 — As faltas por doença implicam sempre a perda do subsídio de refeição.

9 — O disposto nos números anteriores não prejudica o recurso a faltas por conta do período de férias.»

## Artigo 77.º

**Suspensão do pagamento do subsídio de férias ou equivalentes  
de aposentados e reformados**

1 — Durante a vigência do PAEF, como medida excecional de estabilidade orçamental, é suspenso o pagamento de 90 % do subsídio de férias ou quaisquer prestações correspondentes ao 14.º mês, pagas pela CGA, I. P., pelo Centro Nacional de Pensões e, diretamente ou por intermédio de fundos de pensões, por quaisquer entidades públicas, independentemente da respetiva natureza e grau de independência ou autonomia, nomeadamente as suportadas por institutos públicos, entidades reguladoras, de supervisão ou controlo, e empresas públicas, de âmbito nacional, regional ou municipal, aos aposentados, reformados, pré-aposentados ou equiparados cuja pensão mensal seja superior a €1100.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se a soma de todas as pensões devidas a qualquer título percebidas por um mesmo titular e com a mesma natureza, nomeadamente pensões de sobrevivência, subvenções e prestações pecuniárias equivalentes que não estejam expressamente excluídas por disposição legal, e pagas pela CGA, I. P., pelo Centro Nacional de Pensões e, diretamente ou por intermédio de fundos de pensões, por quaisquer entidades públicas, independentemente da respetiva natureza e grau de independência ou autonomia, nomeadamente as suportadas por institutos públicos, entidades reguladoras, de supervisão ou controlo, e empresas públicas, de âmbito nacional, regional ou municipal.

3 — Para efeitos do disposto nos números anteriores, considera-se que têm a mesma natureza, por um lado, as pensões, subvenções e prestações atribuídas por morte e, por outro, todas as restantes, independentemente do ato, facto ou fundamento subjacente à sua concessão.

4 — Os aposentados cuja pensão mensal seja igual ou superior a €600 e não exceda o valor de €1100 ficam sujeitos a uma redução no subsídio ou prestações previstos no n.º 1, auferindo o montante calculado nos seguintes termos:

$$\text{subsídio/prestações} = 1188 - 0,98 \times \text{pensão mensal}.$$

5 — Durante a vigência do PAEF, como medida excecional de estabilidade orçamental, o valor mensal das subvenções mensais vitalícias, depois de atualizado por indexação às remunerações dos cargos políticos considerados no seu cálculo, é reduzido na percentagem que resultar da aplicação dos números anteriores às pensões de idêntico valor anual.

6 — O disposto no presente artigo aplica-se cumulativamente com a contribuição extraordinária prevista no artigo seguinte.

7 — No caso das pensões ou subvenções pagas, diretamente ou por intermédio de fundos de pensões, por quaisquer entidades públicas, independentemente da respectiva natureza e grau de independência ou autonomia, nomeadamente as suportadas por institutos públicos, entidades reguladoras, de supervisão ou controlo, e empresas públicas, de âmbito nacional, regional ou municipal, o montante relativo ao subsídio cujo pagamento é suspenso nos termos dos números anteriores deve ser entregue por aquelas entidades na CGA, I. P., não sendo objeto de qualquer desconto ou tributação.

8 — O disposto no presente artigo abrange todos os aposentados, reformados, pré-aposentados ou equiparados que recebam as pensões e ou os subsídios de férias ou quaisquer prestações correspondentes ao 14.º mês, pagos pelas entidades referidas no n.º 1, independentemente da natureza pública ou privada da entidade patronal ao serviço da qual efetuaram os respetivos descontos ou contribuições ou de estes descontos ou contribuições resultarem de atividade por conta própria, com exceção dos reformados e pensionistas abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro, alterado pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, e das prestações indemnizatórias correspondentes atribuídas aos militares com deficiência abrangidos, respetivamente, pelo Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de janeiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 93/83, de 17 de fevereiro, 203/87, de 16 de maio, 224/90, de 10 de julho, 183/91, de 17 de maio, e 259/93, de 22 de julho, e pelas Leis n.ºs 46/99, de 16 de junho, e 26/2009, de 18 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 314/90, de 13 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 146/92, de 21 de julho, e 248/98, de 11 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 250/99, de 7 de julho.

9 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa e excecional, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excecionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos.

#### Artigo 78.º

#### **Contribuição extraordinária de solidariedade**

1 — As pensões pagas a um único titular são sujeitas a uma contribuição extraordinária de solidariedade (CES), nos seguintes termos:

- a) 3,5 % sobre a totalidade das pensões de valor mensal entre €1350 e €1800;
- b) 3,5 % sobre o valor de €1800 e 16 % sobre o remanescente das pensões de valor mensal entre €1800,01 e €3750, perfazendo uma taxa global que varia entre 3,5 % e 10 %;
- c) 10 % sobre a totalidade das pensões de valor mensal superior a €3750.

2 — Quando as pensões tiverem valor superior a €3750 são aplicadas, em acumulação com a referida na alínea c) do número anterior, as seguintes percentagens:

- a) 15 % sobre o montante que exceda 12 vezes o valor do IAS mas que não ultrapasse 18 vezes aquele valor;
- b) 40 % sobre o montante que ultrapasse 18 vezes o valor do IAS.

3 — O disposto nos números anteriores abrange, além das pensões, todas as prestações pecuniárias vitalícias devidas a qualquer título a aposentados, reformados, pré-aposentados ou equiparados que não estejam expressamente excluídas por disposição legal, incluindo as atribuídas no âmbito do sistema complementar, designadamente no regime público de capitalização e nos regimes complementares de iniciativa coletiva, independentemente:

*a)* Da designação das mesmas, nomeadamente pensões, subvenções, subsídios, rendas, seguros, indemnizações por cessação de atividade, prestações atribuídas no âmbito de fundos coletivos de reforma ou outras, e da forma que revistam, designadamente pensões de reforma de regimes profissionais complementares;

*b)* Da natureza pública, privada, cooperativa ou outra, e do grau de independência ou autonomia da entidade processadora, nomeadamente as suportadas por institutos públicos, entidades reguladoras, de supervisão ou controlo, empresas públicas, de âmbito nacional, regional ou municipal, caixas de previdência de ordens profissionais e por pessoas coletivas de direito privado ou cooperativo, designadamente:

*i)* Centro Nacional de Pensões (CNP), no quadro do regime geral de segurança social;  
*ii)* Caixa Geral de Aposentações (CGA), com exceção das pensões e subvenções automaticamente atualizadas por indexação à remuneração de trabalhadores no ativo, que ficam sujeitas às medidas previstas na presente lei para essas remunerações;

*iii)* Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS);  
*iv)* Instituições de crédito, através dos respetivos fundos de pensões, por força do regime de segurança social substitutivo constante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no setor bancário;

*v)* Companhias de seguros e entidades gestoras de fundos de pensões;

*c)* Da natureza pública, privada ou outra da entidade patronal ao serviço da qual efetuaram os respetivos descontos ou contribuições ou de estes descontos ou contribuições resultarem de atividade por conta própria, bem como de serem obrigatórios ou facultativos;

*d)* Do tipo de regime, legal, convencional ou contratual subjacente à sua atribuição, e da proteção conferida, de base ou complementar.

4 — O disposto nos números anteriores não é aplicável à componente de reembolso de capital, exclusivamente na parte relativa às contribuições do beneficiário, das prestações pecuniárias vitalícias devidas por companhias de seguros.

5 — Para efeitos de aplicação do disposto nos n.ºs 1 a 3, considera-se a soma de todas as prestações da mesma natureza e percebidas pelo mesmo titular, considerando-se que têm a mesma natureza, por um lado, as prestações atribuídas por morte e, por outro, todas as restantes, independentemente do ato, facto ou fundamento subjacente à sua concessão.

6 — Nos casos em que, da aplicação do disposto no presente artigo, resulte uma prestação mensal total ilíquida inferior a €1350 o valor da contribuição devida é apenas o necessário para assegurar a perceção do referido valor.

7 — Na determinação da taxa da CES, o 14.º mês ou equivalente e o subsídio de Natal são considerados mensalidades autónomas.

8 — A CES reverte a favor do IGFSS, I. P., no caso das pensões atribuídas pelo sistema de segurança social e pela Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, e a favor da CGA, I. P., nas restantes situações, competindo às entidades processadoras proceder à dedução da contribuição e entregá-la à CGA, I. P., até ao dia 15 do mês seguinte àquele em que sejam devidas as prestações em causa.

9 — Todas as entidades abrangidas pelo n.º 3 são obrigadas a comunicar à CGA, I. P., até ao dia 20 de cada mês, os montantes abonados por beneficiário nesse mês, independentemente de os mesmos atingirem ou não, isoladamente, o valor mínimo de incidência da CES.

10 — O incumprimento pontual do dever de comunicação estabelecido no número anterior constitui o responsável máximo da entidade, pessoal e solidariamente responsável, juntamente com o beneficiário, pela entrega à CGA e ao CNP da CES que estas instituições deixem de receber e pelo reembolso às entidades processadoras de prestações sujeitas a incidência daquela contribuição das importâncias por estas indevidamente abonadas em consequência daquela omissão.

11 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excecionais, de base legal, convencional ou contratual, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos, com exceção das prestações indemnizatórias correspondentes, atribuídas aos deficientes militares abrangidos, respetivamente pelo Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de janeiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 93/83, de 17 de fevereiro, 203/87, de 16 de maio, 224/90, de 10 de julho, 183/91, de 17 de maio, e 259/93, de 22 de julho, pelas Leis n.ºs 46/99, de 16 de junho, e 26/2009, de 18 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 314/90, de 13 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 248/98, de 11 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 250/99, de 7 de julho.

#### Artigo 79.º

#### **Alteração ao Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro**

1 — Os artigos 6.º-A, 43.º e 83.º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, passam a ter a seguinte redação:

#### «Artigo 6.º-A

[...]

1 — Todas as entidades, independentemente da respetiva natureza jurídica e do seu grau de autonomia, contribuem mensalmente para a CGA, I. P., com 20 % da remuneração sujeita a desconto de quota dos trabalhadores abrangidos pelo regime de proteção social convergente ao seu serviço.

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — A aplicação do disposto no n.º 1 não pode conduzir ao pagamento de contribuições para a CGA, I. P., e da taxa contributiva para a segurança social por uma mesma entidade e no seu conjunto superiores a 23,75 % da remuneração sujeita a desconto.

6 — O Governo deve mediante aprovação de decreto-lei garantir o cumprimento do disposto no número anterior.

#### Artigo 43.º

[...]

1 — O regime da aposentação voluntária que não dependa de verificação de incapacidade fixa-se com base na lei em vigor e na situação existente na data em que se profira despacho a reconhecer o direito à aposentação.

2 — .....

3 — .....

4 — .....

#### Artigo 83.º



[...]

1 — As pessoas de família a cargo dos aposentados têm direito a receber, por morte destes, um subsídio correspondente a um número de pensões igual ao dos meses de vencimento que a lei concede por morte dos servidores no ativo, com o limite máximo de três vezes o indexante dos apoios sociais (IAS).

2 — .....

3 — ..... »

2 — As alterações introduzidas ao Estatuto de Aposentação aplicam-se aos pedidos e prestações apresentados após a entrada em vigor da presente lei.

3 — É aditado ao Estatuto de Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, o artigo 6.º-B, com a seguinte redação:

«Artigo 6.º-B

**Base de incidência contributiva**

1 — As quotizações e contribuições para a Caixa incidem sobre a remuneração ilíquida do subscritor tal como definida no âmbito do regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem.

2 — A remuneração ilíquida referida no número anterior é a que corresponder ao cargo ou função exercidos ou, nas situações em que não haja prestação de serviço, a do cargo ou função pelo qual o subscritor estiver inscrito na Caixa.

3 — O disposto nos números anteriores tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excecionais, em contrário, com exceção das que estabelecem limites mínimos ou máximos à base de incidência contributiva.

4 — Ficam excluídos do presente artigo os subscritores cujas pensões são fixadas com base em fórmula de cálculo diversa da prevista no artigo 5.º da Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 52/2007, de 31 de agosto, e 11/2008, de 20 de fevereiro, e os subscritores cujos direitos a pensão, garantidos através de fundos de pensões, foram transferidos para a Caixa Geral de Aposentações, aos quais continuam a aplicar-se as disposições dos artigos 6.º, 11.º e 48.º da referida lei.»

Artigo 80.º

**Alteração à Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro**

1 — O artigo 5.º da Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 52/2007, de 31 de agosto, e 11/2008, de 20 de fevereiro, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 5.º

[...]

1 — .....

a) A primeira parcela, designada 'P1', correspondente ao tempo de serviço prestado até 31 de dezembro de 2005, é calculada com base na seguinte fórmula:

$$R \times T1/40$$

em que:

*R* é a remuneração mensal relevante nos termos do Estatuto da Aposentação, deduzida da percentagem da quota para efeitos de aposentação e de pensão de sobrevivência, com um limite máximo correspondente a 12 vezes o valor do indexante dos apoios sociais (IAS), percebida até 31 de dezembro de 2005; e

$T1$  é a expressão em anos do número de meses de serviço prestado até 31 de dezembro de 2005, com o limite máximo de 40;

b) A segunda, com a designação 'P2', relativa ao tempo de serviço posterior a 31 de dezembro de 2005, é fixada de acordo com os artigos 29.º a 32.º do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 85-A/2012, de 5 de abril, sem limites mínimo ou máximo, com base na seguinte fórmula:

$$RR \times T2 \times N$$

em que:

$RR$  é a remuneração de referência, apurada a partir das remunerações anuais mais elevadas registadas a partir de 1 de janeiro de 2006 correspondentes ao tempo de serviço necessário para, somado ao registado até 31 de dezembro de 2005, perfazer o limite máximo de 40 anos;

$T2$  é a taxa anual de formação da pensão determinada de acordo com os artigos 29.º a 31.º do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 85-A/2012, de 5 de abril;

$N$  é o número de anos civis com densidade contributiva igual ou superior a 120 dias com registo de remunerações completados a partir de 1 de janeiro de 2006, para, somados aos anos registados até 31 de dezembro de 2005, perfazerem o limite máximo de 40 anos.

2 — O fator de sustentabilidade correspondente ao ano da aposentação é fixado, com base nos dados publicados anualmente pelo Instituto Nacional de Estatística, I. P., nos seguintes termos:

$$EMV \text{ (índice 2006)} / EMV \text{ (índice ano } i - 1)$$

em que:

$EMV$  (índice 2006) é a esperança média de vida aos 65 anos verificada em 2006;

$EMV$  (índice ano  $i - 1$ ) é a esperança média de vida aos 65 anos verificada no ano anterior ao da aposentação.

3 — A pensão de aposentação dos subscritores inscritos a partir de 1 de setembro de 1993 continua a ser calculada nos termos das normas legais aplicáveis ao cálculo das pensões dos beneficiários do regime geral da segurança social, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 85-A/2012, de 5 de abril.

4 — Os valores das remunerações a considerar no cálculo da primeira parcela das pensões referidas no n.º 1 são atualizados por aplicação àquelas remunerações anuais de um coeficiente correspondente à percentagem de atualização acumulada do índice 100 da escala salarial das carreiras de regime geral da função pública entre o ano a que respeitam as remunerações e o ano da aposentação.

5 — Para efeito do disposto nos números anteriores, considera-se como ano da aposentação aquele em que se verifique o facto ou ato determinante referido no artigo 43.º do Estatuto da Aposentação.»

2 — O disposto no número anterior aplica-se apenas aos pedidos de aposentação entrados após a data da entrada em vigor da presente lei.

## Artigo 81.º

### Aposentação

1 — Sem prejuízo do regime estatutariamente previsto para os militares da Guarda Nacional Republicana, para o pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública, para o pessoal da Polícia Judiciária, para o pessoal do corpo da guarda prisional e para os funcionários judiciais, a idade de aposentação e o tempo de serviço estabelecidos no n.º 1 do artigo 37.º do Estatuto da Aposentação passam a ser de 65 anos e de 15 anos, respetivamente.

2 — São revogadas todas as disposições legais que estabeleçam regimes transitórios de passagem à aposentação, reforma, reserva, pré-aposentação e disponibilidade a subscritores da CGA, I. P., que, em 31 de dezembro de 2005, ainda não reuniam condições para passar a essas situações, designadamente:

- a) O n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 157/2005, de 20 de setembro;
- b) O n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 159/2005, de 20 de setembro;
- c) O n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de setembro;
- d) O n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 219/2005, de 23 de dezembro;
- e) O n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 220/2005, de 23 de dezembro;
- f) O n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 221/2005, de 23 de dezembro;
- g) O artigo 3.º da Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 52/2007, de 31 de agosto, e 11/2008, de 20 de fevereiro, bem como os anexos I e II daquela lei;
- h) O artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 229/2005, de 29 de dezembro, alterado pela Lei n.º 77/2009, de 13 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 287/2009, de 8 de outubro, bem como os anexos I a VIII daquele decreto-lei;
- i) O n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 235/2005, de 30 de dezembro.

3 — A referência no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 229/2005, de 29 de dezembro, alterada pela Lei n.º 77/2009, de 13 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 287/2009, de 8 de outubro, a 1 de janeiro de 2015 considera-se feita a 1 de janeiro de 2013.

4 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excecionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos.

5 — O disposto no presente artigo aplica-se apenas aos pedidos de aposentação entrados após a data da entrada em vigor da presente lei.

6 — O disposto no presente artigo não prejudica a manutenção em vigor do disposto nos artigos 64.º a 69.º e anexos II e III da Lei n.º 21/85, de 30 de julho, e nos artigos 145.º a 150.º e anexos II e III da Lei n.º 47/86, de 15 de outubro, na redação fixada pela Lei n.º 9/2011, de 12 de abril.

7 — Excecionam-se do disposto no n.º 1 os limites de idade e de tempo de serviço consagrados para os militares das Forças Armadas, da Polícia Marítima e outro pessoal militarizado.

8 — O regime previsto no presente artigo aplica-se ao pessoal da carreira de investigação e fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com as necessárias adaptações e sem prejuízo do respetivo regime estatutário.

#### Artigo 82.º

#### **Alteração ao Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro**

O artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro, alterado pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, passa a ter a seguinte redação:

#### «Artigo 8.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — No caso de se verificar alteração do valor das prestações que, nos termos dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis, devam ser deduzidas ao valor total das pensões estabelecido nos mesmos instrumentos, e que, nos termos dos artigos 3.º e 6.º, foi utilizado para o apuramento das responsabilidades e ativos a transferir, a respetiva diferença não é abatida nem adicionada ao montante a entregar às entidades pagadoras, constituindo, respetivamente, receita ou encargo dos fundos de pensões que asseguravam o pagamento daquelas pensões.
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — ..... »

**Artigo 83.º****Exercício de funções públicas por beneficiários de pensões de reforma pagas pela segurança social ou por outras entidades gestoras de fundos**

1 — O regime de cumulação de funções públicas remuneradas previsto nos artigos 78.º e 79.º do Estatuto da Aposentação é aplicável aos beneficiários de pensões de reforma da segurança social e de pensões, de base ou complementares, pagas por quaisquer entidades públicas, independentemente da respetiva natureza, institucional, associativa ou empresarial, do seu âmbito territorial, nacional, regional ou municipal, e do grau de independência ou autonomia, incluindo entidades reguladoras, de supervisão ou controlo, diretamente ou por intermédio de terceiros, nomeadamente seguradoras e entidades gestoras de fundos de pensões ou planos de pensões, a quem venha a ser autorizada ou renovada a situação de cumulação.

2 — No prazo de 10 dias, a contar da data de início de funções, os beneficiários a que se refere o número anterior devem comunicar às entidades empregadoras públicas e ao serviço processador da pensão em causa a sua opção pela suspensão do pagamento da remuneração ou da pensão.

3 — Caso a opção de suspensão de pagamento recaia sobre a remuneração, deve a entidade empregadora pública a quem tenha sido comunicada a opção informar o serviço processador da pensão dessa suspensão.

4 — Quando se verifiquem situações de cumulação sem que tenha sido manifestada a opção a que se refere o n.º 2, deve o serviço processador da pensão suspender o pagamento do correspondente valor da pensão.

5 — O disposto no presente artigo não é aplicável aos reformados por invalidez ou por incapacidade para o trabalho cuja pensão total seja inferior a uma vez e meia o valor do IAS.

6 — As entidades referidas no n.º 1 que paguem pensões, subvenções ou outras prestações pecuniárias da mesma natureza, de base ou complementares são obrigadas a comunicar à CGA, I. P., até ao dia 20 de cada mês, os montantes abonados nesse mês por beneficiário.

7 — O incumprimento pontual do dever de comunicação estabelecido no número anterior constitui o dirigente máximo da entidade pública, pessoal e solidariamente responsável, juntamente com o beneficiário, pelo reembolso à CGA, I. P., das importâncias que esta venha a abonar indevidamente em consequência daquela omissão.

8 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, gerais ou especiais, em contrário.

**Artigo 84.º****Suspensão da passagem às situações de reserva, pré-aposentação ou disponibilidade**

1 — Ficam suspensas durante o ano de 2013 as passagens às situações de reserva, pré-aposentação ou disponibilidade, nos termos estatutariamente previstos, para os militares das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana, de pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, da Polícia Judiciária, da Polícia Marítima e de outro pessoal militarizado e de pessoal do corpo da Guarda Prisional.

2 — Excecionam-se do disposto no número anterior as passagens às situações de reserva, pré-aposentação ou disponibilidade, resultantes das seguintes circunstâncias:

a) Situações de saúde devidamente atestadas;

b) Serem atingidos ou ultrapassados, respetivamente, o limite de idade ou de tempo de permanência no posto ou na função, bem como aqueles que, nos termos legais, reúnam as condições de passagem à reserva depois de completar 36 anos de serviço e 55 anos de idade, tendo em vista a adequação dos efetivos existentes em processos de reestruturação organizacional;

c) Do exercício de cargos eletivos de órgãos de soberania, de governo próprio das regiões autónomas, do poder local ou do Parlamento Europeu, cujos mandatos sejam exercidos em regime de permanência e a tempo inteiro, ou da eleição para um segundo mandato nos mesmos cargos, nos termos do artigo 33.º da Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 20 de julho;

d) De exclusões de promoções por não satisfação de condições gerais de promoção ou por ultrapassagens nas promoções em determinado posto ou categoria, quando tal consequência resulte dos respetivos termos estatutários;

e) De, à data de entrada em vigor da presente lei, já estarem reunidas as condições ou verificados os pressupostos para que as mesmas ocorram ao abrigo de regimes transitórios de passagem à aposentação, reforma, reserva, pré-aposentação, disponibilidade a subscritores da CGA, I. P., independentemente do momento em que o venham a requerer ou a declarar.

3 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, gerais ou especiais, em contrário.

## CAPÍTULO IV

### Finanças locais

#### Artigo 85.º

#### **Montantes da participação das autarquias locais nos impostos do Estado**

1 — Em 2013, e tendo em conta a estabilidade orçamental prevista na lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro, a repartição dos recursos públicos entre o Estado e os municípios, tendo em vista atingir os objetivos de equilíbrio financeiro horizontal e vertical, inclui as seguintes participações:

a) Uma subvenção geral fixada em €1 752 023 817, para o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF);  
b) Uma subvenção específica fixada em €140 561 886, para o Fundo Social Municipal (FSM);  
c) Uma participação no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial fixada em €402 135 993, constante da coluna 5 do mapa XIX anexo, correspondendo o montante a transferir para cada município à aplicação da percentagem deliberada aos 5 % da participação no IRS do Orçamento do Estado para 2012, indicada na coluna 7 do referido mapa.

2 — Os acertos a que houver lugar, resultantes da diferença entre a coleta líquida de IRS de 2011 e de 2012, no cumprimento do previsto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio, devem ser efetuados, para cada município, no período orçamental de 2013.

3 — Fica suspenso no ano de 2013 o cumprimento do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio, bem como das demais disposições que contrariem o disposto no n.º 1 do presente artigo.

4 — No ano de 2013, o montante do FSM indicado na alínea b) do n.º 1 destina-se exclusivamente ao financiamento de competências exercidas pelos municípios no domínio da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, a distribuir de acordo com os indicadores identificados na alínea a) do n.º 1 do artigo 28.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.

5 — No ano de 2013, o montante global do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) é fixado em €184 038 450, sendo o montante a atribuir a cada freguesia o que consta do mapa XX anexo.

6 — Fica suspenso no ano de 2013 o cumprimento do previsto nos n.ºs 4 e 7 do artigo 32.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.

#### Artigo 86.º

##### **Remuneração dos eleitos das juntas de freguesia**

1 — É inscrita no orçamento dos encargos gerais do Estado uma verba no montante de €7 394 370 a distribuir pelas freguesias referidas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de janeiro, e 67/2007, de 31 de dezembro, e pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, para satisfação das remunerações e dos encargos dos presidentes das juntas que tenham optado pelo regime de permanência, a tempo inteiro ou a meio tempo, deduzidos dos montantes relativos à compensação mensal para encargos a que os mesmos eleitos teriam direito se tivessem permanecido em regime de não permanência, que sejam solicitadas junto da DGAL, através do preenchimento de formulário eletrónico próprio até ao final do 1.º trimestre de 2013.

2 — A relação das verbas transferidas para cada freguesia, ao abrigo do número anterior, é publicitada mediante portaria do membro do Governo responsável pela área da administração local.

#### Artigo 87.º

##### **Regularização de dívidas a fornecedores**

No ano de 2013, o regime do Fundo de Regularização Municipal, previsto no artigo 42.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio, e regulado no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012, de 19 de junho, é aplicado a todas as dívidas vencidas, independentemente do seu prazo de maturidade, bem como à amortização de empréstimos de médio longo prazo, de acordo com a ordem seguinte:

- a) Dívidas a fornecedores vencidas há mais de 90 dias;
- b) Outras dívidas já vencidas;
- c) Amortização de empréstimos de médio longo prazo.

#### Artigo 88.º

##### **Dívidas das autarquias locais relativas ao setor da água, saneamento e resíduos**

1 — As autarquias locais que tenham dívidas vencidas às entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos ou de parcerias entre o Estado e as autarquias locais nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, e que não as tenham incluído no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), aprovado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, devem apresentar àquelas entidades, no prazo de 60 dias, um plano para a sua regularização com vista à celebração de um acordo de pagamentos.

2 — Durante o ano de 2013, e relativamente às dívidas das autarquias locais que se encontrem vencidas desde o dia 1 de janeiro de 2012, é conferido um privilégio creditório às entidades gestoras dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos na dedução às transferências prevista no artigo 34.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.

**Artigo 89.º****Confirmação da situação tributária e contributiva no âmbito dos pagamentos efetuados pelas autarquias locais**

É aplicável às autarquias locais, no que respeita à confirmação da situação tributária e contributiva, o regime estabelecido no artigo 31.º-A do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, aditado pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março.

**Artigo 90.º****Descentralização de competências para os municípios no domínio da educação**

1 — Durante o ano de 2013, fica o Governo autorizado a transferir para todos os municípios do continente as dotações inscritas no orçamento do Ministério da Educação e Ciência, referentes a competências a descentralizar no domínio da educação, relativas a:

a) Componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar;

b) Ação social escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

2 — Durante o ano de 2013, fica o Governo autorizado a transferir para os municípios que tenham celebrado ou venham a celebrar contratos de execução ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, as dotações inscritas no orçamento do Ministério da Educação e Ciência, referentes a:

a) Pessoal não docente do ensino básico;

b) Atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico;

c) Gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

3 — Em 2013, as transferências de recursos para pagamento de despesas referentes a pessoal não docente são atualizadas nos termos equivalentes à variação prevista para as remunerações da função pública.

4 — As dotações inscritas no orçamento do Ministério da Educação e Ciência para financiamento do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 2 são atualizadas nos termos equivalentes à inflação prevista.

5 — É inscrita no orçamento dos encargos gerais do Estado uma verba de €23 689 267 destinada ao pagamento das despesas a que se refere o n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro.

6 — A relação das verbas transferidas ao abrigo do presente artigo é publicitada mediante portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da educação e da ciência.

**Artigo 91.º****Verbas em dívida relativas à educação pré-escolar**

Fica o Governo autorizado a transferir para os municípios a verba em dívida relativa ao ano de 2011, referente ao apoio à família na educação pré-escolar.

**Artigo 92.º****Descentralização de competências para os municípios no domínio da ação social**

1 — Durante o ano de 2013, fica o Governo autorizado a transferir para os municípios do continente as dotações inscritas no orçamento do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, referentes a competências a descentralizar no domínio da ação social direta.

2 — A relação das verbas transferidas ao abrigo do presente artigo é publicitada mediante portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da segurança social.

**Artigo 93.º****Áreas metropolitanas e associações de municípios**

1 — As transferências para as áreas metropolitanas e associações de municípios, nos termos das Leis n.ºs 45/2008, de 27 de agosto, e 46/2008, de 27 de agosto, alterada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, a inscrever no orçamento dos encargos gerais do Estado, são as que constam do mapa anexo à presente lei, da qual faz parte integrante.

2 — Fica suspenso no ano de 2013 o cumprimento do disposto na alínea *a*) do n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto.

3 — Fica suspenso no ano de 2013 o cumprimento do disposto na alínea *j*) do n.º 3 do artigo 25.º da Lei n.º 46/2008, de 27 de agosto, alterada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.

**Artigo 94.º****Auxílios financeiros e cooperação técnica e financeira**

É inscrita no orçamento dos encargos gerais do Estado uma verba de €3 000 000 para as finalidades previstas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 8.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio, bem como para a conclusão de projetos em curso, tendo em conta o período de aplicação dos respetivos programas de financiamento e os princípios de equidade e de equilíbrio na distribuição territorial.

**Artigo 95.º****Retenção de fundos municipais**

É retida a percentagem de 0,1 % do FEF de cada município do continente, constituindo essa retenção receita própria da DGAL, nos termos da alínea *c*) do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 2/2012, de 16 de janeiro.

**Artigo 96.º****Redução do endividamento**

1 — Até ao final do ano de 2013, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzem para além das já previstas no PAEL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, no mínimo 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL) em setembro de 2012.

2 — À redução prevista no número anterior acresce a redução equivalente a 3,5 % da despesa efetuada com remunerações certas e permanentes no ano de 2011 do valor correspondente ao subsídio de férias suportado em 2012 cujo pagamento seja devido nos termos do artigo 29.º.

3 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, os municípios reduzem, até ao final do 1.º semestre de 2013, e em acumulação com os já previstos no PAEL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, no mínimo 5 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIIAL em setembro de 2012.

4 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o aumento de receita do imposto municipal sobre imóveis (IMI), resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos constante do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro, é obrigatoriamente utilizado na redução do endividamento de médio e longo prazo do município.



5 — Os municípios que cumpram os limites de endividamento líquido calculado nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, podem substituir a redução do endividamento referido no número anterior por uma aplicação financeira a efetuar obrigatoriamente junto do Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública — IGCP, E. P. E. (IGCP, E. P. E.), no mesmo montante em falta para integral cumprimento das reduções previstas no presente artigo.

6 — A aplicação financeira referida no número anterior é efetuada até 15 de dezembro de 2013, só podendo ser utilizada para efeitos de redução de pagamentos em atraso há mais de 90 dias ou do endividamento municipal.

7 — No caso de incumprimento das reduções previstas no presente artigo, há lugar a uma redução das transferências do Orçamento do Estado no montante equivalente a 20 % do valor da redução respetivamente em falta.

#### Artigo 97.º

##### **Fundo de Regularização Municipal**

1 — As verbas retidas ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo anterior integram o Fundo de Regularização Municipal, sendo utilizadas para pagamento das dívidas a fornecedores dos respetivos municípios.

2 — Os pagamentos aos fornecedores dos municípios, a efetuar pela DGAL, são realizados de acordo com os procedimentos constantes dos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012, de 19 de junho.

#### Artigo 98.º

##### **Endividamento municipal em 2013**

1 — Nos termos do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio, o limite de endividamento líquido de cada município para 2013, tendo em vista assegurar uma variação global nula do endividamento líquido municipal no seu conjunto, corresponde ao menor dos seguintes valores:

a) Limite de endividamento líquido de 2012;

b) Limite resultante do disposto no n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.

2 — Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o limite de endividamento de médio e de longo prazos para cada município em 2013 é o calculado nos termos do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.

3 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a celebração de novos contratos de empréstimo de médio e longo prazos é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2011 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município, aferida nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.

4 — O valor global das amortizações efetuadas no ano de 2011 é corrigido, até 30 de junho, pelo valor das amortizações efetuadas no ano de 2012.

5 — O rateio referido nos n.ºs 3 e 4 é prioritariamente utilizado pelos municípios em empréstimos de médio e longo prazos para investimentos no âmbito do QREN ou da reabilitação urbana.

6 — Pode ser excecionada dos limites de endividamento estabelecidos no presente artigo a celebração de contratos de empréstimo, a autorizar por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, em situações excecionais devidamente fundamentadas e tendo em conta a situação económica e financeira do País, designadamente no âmbito do QREN e da reabilitação urbana, e da aquisição de fogos cuja construção foi financiada pelo IHRU, I. P., e incluindo o empréstimo quadro do Banco Europeu de Investimento (BEI).

7 — Os municípios transmitem obrigatoriamente à DGAL, até ao dia 15 do mês seguinte ao final de cada trimestre, informação sobre os novos contratos de empréstimo de médio e longo prazos celebrados, os montantes utilizados no cumprimento de contratos de crédito bancário e os montantes das amortizações efetuadas no trimestre anterior.

8 — O valor disponível para rateio nos termos dos n.ºs 2 e 3 é reduzido em 150 milhões de euros.

#### Artigo 99.º

##### **Contratação de empréstimos pelos municípios**

1 — Os municípios referidos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2012, de 1 de agosto, e, bem assim, aqueles que se encontrem em situação de gravidade idêntica reconhecida por resolução do Conselho de Ministros podem ultrapassar os limites de endividamento líquido e de endividamento de médio e longo prazos dos municípios desde que o empréstimo contraído se destine ao financiamento das obras necessárias à reposição do potencial produtivo agrícola e florestal e das infraestruturas e equipamentos municipais.

2 — A contração de empréstimos nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 não dispensa o município do cumprimento das obrigações de redução previstas no n.º 2 do artigo 37.º e no n.º 3 do artigo 39.º da Lei das Finanças Locais, caso os limites de endividamento sejam ultrapassados.

3 — A contratação dos empréstimos referidos no n.º 1 depende de despacho prévio de concordância dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, que definirá também o número de anos em que o limite de endividamento pode ser ultrapassado.

4 — Os empréstimos contratados para o efeito do presente artigo não relevam para o valor apurado nos termos do n.º 3 do artigo 98.º da presente lei.

#### Artigo 100.º

##### **Fundo de Emergência Municipal**

1 — A autorização de despesa a que se refere o n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 225/2009, de 14 de setembro, é fixada em €5 000 000.

2 — Em 2013, é permitido o recurso ao Fundo de Emergência Municipal consagrado no Decreto-Lei n.º 225/2009, de 14 de setembro, sem verificação do requisito da declaração de situação de calamidade pública, desde que se verifiquem condições excecionais reconhecidas por resolução do Conselho de Ministros.

3 — Em 2013, é permitido o recurso ao Fundo de Emergência Municipal pelos municípios identificados na Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2010, de 13 de janeiro, em execução dos contratos-programa celebrados em 2010 e 2011 e com execução plurianual.

#### Artigo 101.º

##### **Alteração ao Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho**

Os artigos 4.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, alterado pelas Leis n.ºs 3 -B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 4.º  
[...]

1 — .....  
2 — .....  
3 — .....  
4 — Em 2013, as transferências de recursos para pagamento das despesas a que se refere o presente artigo são atualizadas nos termos equivalentes à variação prevista para as remunerações da função pública.

5 — A partir de 2014, as transferências de recursos financeiros a que se refere o presente artigo são incluídas no Fundo Social Municipal (FSM) e atualizadas segundo as regras aplicáveis às transferências para as autarquias locais.

Artigo 7.º  
[...]

1 — .....  
2 — .....  
3 — Em 2013, as transferências de recursos para pagamento das despesas a que se refere o presente artigo são atualizadas nos termos equivalentes à inflação prevista.

4 — A partir de 2014, as transferências de recursos financeiros a que se refere o presente artigo são incluídas no FSM e atualizadas segundo as regras aplicáveis às transferências para as autarquias locais.

Artigo 8.º  
[...]

1 — .....  
2 — .....  
3 — .....  
4 — Em 2013, as transferências de recursos para pagamento das despesas a que se refere o presente artigo são atualizadas nos termos equivalentes à inflação prevista.

5 — A partir de 2014, as transferências de recursos financeiros a que se refere o presente artigo são incluídas no FSM e atualizadas segundo as regras aplicáveis às transferências para as autarquias locais.

6 — .....

Artigo 9.º  
[...]

1 — .....  
2 — Em 2013, as transferências de recursos para pagamento das despesas a que se refere o presente artigo não são atualizadas.

3 — A partir de 2014, as transferências de recursos financeiros a que se refere o presente artigo são incluídas no FSM e atualizadas segundo as regras aplicáveis às transferências para as autarquias locais.

Artigo 10.º  
[...]

1 — .....  
2 — .....  
3 — .....

4 — Em 2013, as transferências de recursos para pagamento das despesas a que se refere o presente artigo são atualizadas nos termos equivalentes à inflação prevista.

5 — A partir de 2014, as transferências de recursos financeiros a que se refere o presente artigo são incluídas no FSM e atualizadas segundo as regras aplicáveis às transferências para as autarquias locais.

#### Artigo 11.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — Em 2013, as transferências de recursos para pagamento das despesas a que se refere o presente artigo são atualizadas nos termos equivalentes à inflação prevista.

5 — A partir de 2014, as transferências de recursos financeiros a que se refere o presente artigo são incluídas no FSM e atualizadas segundo as regras aplicáveis às transferências para as autarquias locais.

6 — ..... »

#### Artigo 102.º

##### **Transferência de património e equipamentos**

1 — É transferida para os municípios a titularidade do direito de propriedade dos prédios afetos às escolas que se encontrem sob gestão municipal, nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 2.º e dos artigos 8.º, 12.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro.

2 — A presente lei constitui título bastante para a transferência prevista no número anterior, sendo dispensadas quaisquer outras formalidades, designadamente as estabelecidas nos contratos de execução celebrados nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro.

#### Artigo 103.º

##### **Regularização extraordinária dos pagamentos aos fornecedores**

1 — Ficam os municípios autorizados a celebrar com o Estado contratos de empréstimo de médio e longo prazos destinados ao pagamento de dívidas a fornecedores.

2 — O montante disponível para efeitos do previsto no número anterior tem como limite máximo a verba remanescente e não contratualizada no quadro da execução do Programa de Apoio à Economia Local, aprovado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto.

3 — O disposto no n.º 1 é objeto de regulamentação por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração local.

#### CAPÍTULO V

##### **Segurança social**

#### Artigo 104.º

##### **Saldo de gerência do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.**

1 — O saldo de gerência do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.), é transferido para o IGFSS, I. P., e constitui receita do orçamento da segurança social.

2 — O saldo referido no número anterior que resulte de receitas provenientes da execução de programas co-financiados maioritariamente pelo Fundo Social Europeu (FSE) pode ser mantido no IEFPP, I. P., por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da economia, do emprego, da solidariedade e da segurança social.

#### Artigo 105.º

##### **Mobilização de ativos e recuperação de créditos da segurança social**

Fica o Governo autorizado, através dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da solidariedade e da segurança social, com faculdade de delegação, a proceder à anulação de créditos detidos pelas instituições de segurança social quando se verifique carecerem os mesmos de justificação ou estarem insuficientemente documentados ou quando a sua irrecuperabilidade decorra da inexistência de bens penhoráveis do devedor.

#### Artigo 106.º

##### **Alienação de créditos**

1 — A segurança social pode, excecionalmente, alienar os créditos de que seja titular correspondentes às dívidas de contribuições, quotizações e juros no âmbito de processos de viabilização económica e financeira que envolvam o contribuinte.

2 — A alienação pode ser efetuada pelo valor nominal ou pelo valor de mercado dos créditos.

3 — A alienação de créditos pelo valor de mercado segue um dos procedimentos aprovados pelo membros do Governo responsáveis pela área da solidariedade e da segurança social.

4 — A alienação prevista no presente artigo não pode fazer-se a favor:

- a) Do contribuinte devedor;
- b) Dos membros dos órgãos sociais do contribuinte devedor, quando a dívida respeite ao período de exercício do seu cargo;
- c) De entidades com interesse patrimonial equiparável.

5 — A competência atribuída nos termos do n.º 3 é suscetível de delegação.

#### Artigo 107.º

##### **Representação da segurança social nos processos especiais de recuperação de empresas e insolvência e processos especiais de revitalização**

Nos processos especiais de recuperação de empresas e insolvência e nos processos especiais de revitalização previstos no Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, compete ao IGFSS, I. P., definir a posição da segurança social, cabendo ao ISS, I. P., assegurar a respectiva representação.

#### Artigo 108.º

##### **Transferências para capitalização**

Os saldos anuais do sistema previdencial, bem como as receitas resultantes da alienação de património, são transferidos para o FEFSS.

#### Artigo 109.º

##### **Prestação de garantias pelo Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social**

Ao abrigo do disposto na Lei n.º 112/97, de 16 de setembro, fica o FEFSS, gerido em regime de capitalização pelo IGFCSS, I. P., autorizado a prestar garantias sob a forma de colateral em numerário

ou em valores mobiliários pertencentes à sua carteira de ativos, para cobertura da exposição a risco de crédito no âmbito das operações de cobertura cambial necessárias ao cumprimento dos limites constantes no respetivo regulamento de gestão.

#### Artigo 110.º

#### **Transferências para políticas ativas de emprego e formação profissional durante o ano de 2013**

1 — Das contribuições orçamentadas no âmbito do sistema previdencial, constituem receitas próprias:

- a) Do IEF, I. P., destinadas à política de emprego e formação profissional, €455 950 000;
- b) Do Instituto de Gestão de Fundo Social Europeu, I. P. (IGFSE, I. P.), destinadas à política de emprego e formação profissional, €3 336 711;
- c) Da Autoridade para as Condições do Trabalho, destinadas à melhoria das condições de trabalho e à política de higiene, segurança e saúde no trabalho, €22 244 741;
- d) Da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P., destinadas à política de emprego e formação profissional, €3 800 000;
- e) Da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, destinadas à política de emprego e formação profissional, €1 112 237.

2 — Constituem receitas próprias das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, respetivamente, €8 470 892 e €9 887 998, destinadas à política do emprego e formação profissional.

#### Artigo 111.º

#### **Suspensão de pagamento de subsídios e de passagens na Região Autónoma da Madeira**

1 — Durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira da Região Autónoma da Madeira, fica suspenso o pagamento do subsídio de fixação e do subsídio de compensação a que se referem os n.ºs 1 e 2 do artigo 1.º e o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 66/88, de 1 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 229/2005, de 29 de dezembro, conjugados com o disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 247/2003, de 8 de outubro, relativamente às pessoas referidas naquelas mesmas disposições.

2 — Fica igualmente suspenso o pagamento de passagens a que se referem os n.ºs 1 e 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 171/81, de 24 de junho, e o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 66/88, de 1 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 229/2005, de 29 de dezembro, conjugados com o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 247/2003, de 8 de outubro, relativamente às pessoas referidas nas citadas disposições.

3 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excecionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos.

#### Artigo 112.º

#### **Suspensão do pagamento de subsídios e de passagens na Região Autónoma dos Açores**

1 — Durante a vigência do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Região Autónoma dos Açores, fica suspenso o pagamento do subsídio de fixação e do subsídio de compensação a que se referem os n.ºs 1 e 2 do artigo 1.º e o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 66/88, de 1 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 229/2005, de 29 de dezembro, e o pagamento de passagens a que se referem os n.ºs 1 e 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 171/81, de 24 de junho, relativamente às pessoas referidas nas citadas disposições.

2 — Durante a vigência do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Região Autónoma dos Açores fica suspenso o pagamento do valor decorrente do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 171/81, de 24 de junho.

3 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excecionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos.

#### Artigo 113.º

##### **Divulgação de listas de contribuintes**

É aplicável aos contribuintes devedores à segurança social a divulgação de listas prevista na alínea *a*) do n.º 5 do artigo 64.º da lei geral tributária (LGT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro.

#### Artigo 114.º

##### **Suspensão do regime de atualização do valor do indexante dos apoios sociais, das pensões e outras prestações sociais**

É suspenso durante o ano de 2013:

*a*) O regime de atualização anual do IAS, mantendo-se em vigor o valor de €419,22 estabelecido no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 323/2009, de 24 de dezembro, alterado pelas Leis n.ºs 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro;

*b*) O regime de atualização das pensões e de outras prestações sociais atribuídas pelo sistema de segurança social, previsto nos artigos 4.º a 6.º da Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro;

*c*) O regime de atualização das pensões do regime de proteção social convergente, estabelecido no artigo 6.º da Lei n.º 52/2007, de 31 de agosto, alterada pela Lei n.º 11/2008, de 20 de fevereiro.

#### Artigo 115.º

##### **Congelamento do valor nominal das pensões**

1 — No ano de 2013, não são objeto de atualização:

*a*) Os valores das pensões regulamentares de invalidez e de velhice do regime geral de segurança social e demais pensões, subsídios e complementos, previstos na Portaria n.º 320-B/2011, de 30 de dezembro, atribuídos em data anterior a 1 de janeiro de 2012;

*b*) Os valores das pensões de aposentação, reforma, invalidez e de outras pensões, subsídios e complementos atribuídos pela CGA, I. P., previstos na Portaria n.º 320-B/2011, de 30 de dezembro, atribuídos em data anterior a 1 de janeiro de 2013.

2 — O disposto no número anterior não é aplicável às pensões, subsídios e complementos cujos valores sejam automaticamente atualizados por indexação à remuneração de trabalhadores no ativo, os quais ficam sujeitos à redução remuneratória prevista na presente lei, com exceção das pensões atualizadas ao abrigo do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de janeiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 93/83, de 17 de fevereiro, 203/87, de 16 de maio, 224/90, de 10 de julho, 183/91, de 17 de maio, e 259/93, de 22 de julho, e pelas Leis n.ºs 46/99, de 16 de junho, e 26/2009, de 18 de junho.

3 — Excetuam-se do disposto no n.º 1 o valor mínimo de pensão do regime geral de segurança social correspondente a uma carreira contributiva inferior a 15 anos, os valores mínimos de pensão de aposentação, reforma, invalidez e outras correspondentes a tempos de serviço até 18 anos, as pensões do regime especial das atividades agrícolas (RESSAA), as pensões do regime não contributivo e de regimes equiparados ao regime não contributivo, as pensões dos regimes transitórios dos trabalhadores agrícolas, as pensões por incapacidade permanente para o trabalho e as pensões por morte decorrentes de doença profissional e o complemento por dependência, cuja atualização consta de portaria do membro do Governo responsável pela área da solidariedade e da segurança social.

## Artigo 116.º

**Alteração ao Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social**

1 — Os artigos 65.º, 69.º, 110.º, 134.º, 141.º, 168.º, 186.º e 211.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado em anexo à Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, alterada pela Lei n.º 119/2009, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de dezembro, e pelas Leis n.ºs 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 20/2012, de 14 de maio, passam a ter a seguinte redação:

## «Artigo 65.º

[...]

1 — *(Anterior corpo do artigo.)*

2 — Os membros dos órgãos estatutários das pessoas coletivas que exerçam funções de gerência ou de administração têm ainda direito à proteção na eventualidade de desemprego, nos termos de legislação própria.

## Artigo 69.º

**Taxas contributivas**

1 — .....

2 — A taxa contributiva relativa aos membros das pessoas coletivas que exerçam funções de gerência ou de administração é de 34,75 %, sendo, respetivamente, de 23,75 % e de 11 % para as entidades empregadoras e para os trabalhadores.

3 — *(Anterior n.º 2.)*

## Artigo 110.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — O disposto no presente capítulo não é aplicável às entidades e serviços públicos, nomeadamente às entidades da administração direta e indireta do Estado, das regiões autónomas e da administração local, bem como às respetivas instituições personalizadas ou de utilidade pública.

## Artigo 134.º

[...]

1 — São obrigatoriamente abrangidos pelo regime dos trabalhadores independentes, com as especificidades previstas no presente título:

a) Os produtores agrícolas que exerçam efetiva atividade profissional na exploração agrícola ou equiparada, bem como os respetivos cônjuges que exerçam efetiva e regularmente atividade profissional na exploração;

b) Os empresários em nome individual com rendimentos decorrentes do exercício de qualquer atividade comercial ou industrial, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º do Código do IRS, e os titulares de Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada, bem como os respetivos cônjuges que com eles exerçam efetiva atividade profissional com caráter de regularidade e de permanência.

2 — .....



## Artigo 141.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — Os trabalhadores independentes que sejam empresários em nome individual ou titulares de estabelecimento individual de responsabilidade limitada, e respetivos cônjuges referidos na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 134.º têm igualmente direito a proteção na eventualidade de desemprego, nos termos de legislação própria.

## Artigo 168.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — É fixada em 34,75 % a taxa contributiva a cargo dos empresários em nome individual e dos titulares de estabelecimento individual de responsabilidade limitada e respetivos cônjuges.

5 — .....

6 — .....

7 — (*Anterior n.º 4.*)

## Artigo 186.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — As dívidas à segurança social de qualquer natureza podem não ser objeto de participação para execução nas secções de processo da segurança social quando o seu valor acumulado não atinja os limites estabelecidos anualmente por despacho do membro do Governo responsável pela área da segurança social.

## Artigo 211.º

[...]

1 — (*Anterior corpo do artigo.*)

2 — O disposto no número anterior é aplicável a todas as entidades devedoras, designadamente ao Estado e às outras pessoas coletivas públicas, independentemente da natureza, institucional, associativa ou empresarial, do âmbito territorial, nacional, regional ou municipal, e do grau de independência ou autonomia, incluindo entidades reguladoras, de supervisão ou controlo.

3 — O disposto no número anterior prevalece sobre quaisquer normas que disponham em sentido diverso.»

2 — São aditados ao Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado em anexo à Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, alterada pela Lei n.º 119/2009, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de dezembro, e pelas Leis n.ºs 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 20/2012, de 14 de maio, os artigos 91.º-A a 91.º-C, com a seguinte redação:

**«Artigo 91.º -A****Âmbito pessoal**

São abrangidos pelo regime geral com as especificidades previstas na presente secção:

a) Os trabalhadores titulares de relação jurídica de emprego público constituída a partir de 1 de janeiro de 2006, independentemente da modalidade de vinculação;

b) Os demais trabalhadores titulares de relação jurídica de emprego constituída até 31 de dezembro de 2005 que à data se encontravam enquadrados no regime geral de segurança social.

**Artigo 91.º-B****Âmbito material**

1 — Aos trabalhadores que exercem funções públicas é garantida a proteção nas eventualidades previstas no n.º 1 de artigo 19.º

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o pagamento das prestações sociais na eventualidade de desemprego atribuídas aos trabalhadores que exercem funções públicas, nas condições referidas no artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, é da responsabilidade das entidades empregadoras competentes, nos termos previstos na Lei n.º 4/2009, de 29 de janeiro, alterada pela Lei n.º 10/2009, de 10 de março.

3 — O disposto no número anterior é aplicável aos trabalhadores referidos no n.º 4 do artigo 88.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, cuja relação jurídica de emprego foi constituída entre 1 de janeiro de 2006 e a data da entrada em vigor da referida norma.

**Artigo 91.º-C****Taxa contributiva**

1 — A taxa contributiva relativa aos trabalhadores que exercem funções públicas é de 34,75 %, sendo, respetivamente, de 23,75 % e de 11 % para as entidades empregadoras e para os trabalhadores.

2 — A taxa contributiva relativa aos trabalhadores abrangidos pelos n.ºs 2 e 3 do artigo anterior é de 29,6 %, sendo, respetivamente, de 18,6 % e de 11 % para as entidades empregadoras e para os trabalhadores.

3 — Aos trabalhadores referidos no número anterior não se aplica o disposto no artigo 55.º»

3 — É aditada ao capítulo II do título I da parte II

do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado em anexo à Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, alterada pela Lei n.º 119/2009, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de dezembro, e pelas Leis n.ºs 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 20/2012, de 14 de maio, a secção I-A, com a epígrafe «Trabalhadores que exercem funções públicas», composta pelos artigos 91.º-A a 91.º-C.

4 — São revogadas as alíneas a) a d) do artigo 111.º, os artigos 113.º, 114.º e 115.º e a subsecção II da secção VII do capítulo II do título I da parte II do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado em anexo à Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, alterada pela Lei n.º 119/2009, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de dezembro, e pelas Leis n.ºs 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 20/2012, de 14 de maio.

## Artigo 117.º

**Contribuição sobre prestações de doença e de desemprego**

1 — As prestações do sistema previdencial concedidas no âmbito das eventualidades de doença e desemprego são sujeitas a uma contribuição nos seguintes termos:

- a)* 5 % sobre o montante dos subsídios concedidos no âmbito da eventualidade de doença;
- b)* 6 % sobre o montante dos subsídios de natureza previdencial concedidos no âmbito da eventualidade de desemprego.

2 — O disposto na alínea *a)* do número anterior não se aplica a subsídios referentes a período de incapacidade temporária de duração inferior ou igual a 30 dias.

3 — O disposto na alínea *b)* do n.º 1 não se aplica às situações de majoração do subsídio de desemprego, previstas no artigo seguinte.

4 — A contribuição prevista no presente artigo reverte a favor do IGFSS, I. P., sendo deduzida pelas instituições de segurança social do montante das prestações por elas pagas, constituindo uma receita do sistema previdencial.

## Artigo 118.º

**Majoração do montante do subsídio de desemprego**

1 — O montante diário do subsídio de desemprego calculado nos termos dos artigos 28.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 68/2009, de 20 de março, pela Lei n.º 5/2010, de 5 de maio, e pelos Decretos-Leis n.ºs 72/2010, de 18 de junho, e 64/2012, de 15 de março, é majorado em 10 % nas situações seguintes:

- a)* Quando no mesmo agregado familiar ambos os cônjuges ou pessoas que vivam em união de facto sejam titulares do subsídio de desemprego e tenham filhos ou equiparados a cargo;
- b)* Quando no agregado monoparental o parente único seja titular do subsídio de desemprego e não aufera pensão de alimentos decretada ou homologada pelo tribunal.

2 — A majoração referida na alínea *a)* do número anterior é de 10 % para cada um dos beneficiários.

3 — Sempre que um dos cônjuges ou uma das pessoas que vivam em união de facto deixe de ser titular de subsídio de desemprego e lhe seja atribuído subsídio social de desemprego subsequente ou, permanecendo em situação de desemprego, não aufera qualquer prestação social por essa eventualidade, mantém-se a majoração do subsídio de desemprego em relação ao outro beneficiário.

4 — Para efeitos do disposto na alínea *b)* do n.º 1, considera-se agregado monoparental o previsto no artigo 8.º-A do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto.

5 — A majoração prevista no n.º 1 depende de requerimento e da prova das condições de atribuição.

6 — O disposto nos números anteriores aplica-se aos beneficiários:

- a)* Que se encontrem a receber subsídio de desemprego à data da entrada em vigor da presente lei;
- b)* Cujos requerimentos para atribuição de subsídio de desemprego estejam dependentes de decisão por parte dos serviços competentes;
- c)* Que apresentem o requerimento para atribuição do subsídio de desemprego durante o período de vigência da norma.

## CAPÍTULO VI

**Operações ativas, regularizações e garantias do Estado**

## Artigo 119.º

**Concessão de empréstimos e outras operações ativas**

1 — Fica o Governo autorizado, nos termos da alínea *h)* do artigo 161.º da Constituição, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, com a faculdade de delegação, a conceder

empréstimos e a realizar outras operações de crédito ativas, até ao montante contratual equivalente a €9 600 000 000, incluindo a eventual capitalização de juros, não contando para este limite os montantes referentes a reestruturação ou consolidação de créditos do Estado.

2 — Acresce ao limite fixado no número anterior a concessão de empréstimos pelos serviços e fundos autónomos, até ao montante contratual equivalente a €500 000 000, incluindo a eventual capitalização de juros, não contando para este limite os montantes referentes a reestruturação ou consolidação de créditos.

3 — Fica, ainda, o Governo autorizado, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, com a faculdade de delegação, a renegociar as condições contratuais de empréstimos anteriores, incluindo a troca da moeda do crédito, ou a remir os créditos daqueles resultantes.

4 — O Governo informa trimestralmente a Assembleia da República da justificação e das condições das operações realizadas ao abrigo do presente artigo.

#### Artigo 120.º

#### **Mobilização de ativos e recuperação de créditos**

1 — Fica o Governo autorizado, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, com a faculdade de delegação, no âmbito da recuperação de créditos e outros ativos financeiros do Estado, detidos pela DGTF, a proceder às seguintes operações:

a) Redefinição das condições de pagamento das dívidas nos casos em que os devedores se proponham pagar a pronto ou em prestações, podendo também, em casos devidamente fundamentados, ser reduzido o valor dos créditos, sem prejuízo de, em caso de incumprimento, se exigir o pagamento nas condições originariamente vigentes, podendo estas condições ser aplicadas na regularização dos créditos adquiridos pela DGTF respeitantes a dívidas às instituições de segurança social, nos termos do regime legal aplicável a estas dívidas;

b) Redefinição das condições de pagamento e, em casos devidamente fundamentados, redução ou remissão do valor dos créditos dos empréstimos concedidos a particulares, ao abrigo do Programa Especial para a Reparação de Fogos ou Imóveis em Degradação (PRID) e do Programa Especial de Autoconstrução, nos casos de mutuários cujos agregados familiares tenham um rendimento médio mensal *per capita* não superior ao valor do rendimento social de inserção ou de mutuários com manifesta incapacidade financeira;

c) Realização de aumentos de capital com quaisquer ativos financeiros, bem como mediante conversão de crédito em capital das empresas devedoras;

d) Aceitação, como dação em cumprimento, de bens imóveis, bens móveis, valores mobiliários e outros ativos financeiros;

e) Alienação de créditos e outros ativos financeiros;

f) Aquisição de ativos mediante permuta com outros entes públicos ou no quadro do exercício do direito de credor preferente ou garantido em sede de venda em processo executivo ou em liquidação do processo de insolvência.

2 — Fica o Governo igualmente autorizado, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, com a faculdade de delegação, a proceder:

a) À cessão da gestão de créditos e outros ativos, a título remunerado ou não, quando tal operação se revele a mais adequada à defesa dos interesses do Estado;

b) À contratação da prestação dos serviços financeiros relativos à operação indicada na alínea anterior, independentemente do seu valor, podendo esta ser precedida de procedimento por negociação ou realizada por ajuste direto;

c) À redução do capital social de sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos, ou simplesmente participadas, no âmbito de processos de saneamento económico-financeiro;

d) À cessão de ativos financeiros que o Estado, através da DGTF, detenha sobre cooperativas e associações de moradores aos municípios onde aquelas tenham a sua sede;

e) À anulação de créditos detidos pela DGTF, quando, em casos devidamente fundamentados, se verifique que não se justifica a respetiva recuperação;

f) À contratação da prestação de serviços no âmbito da recuperação dos créditos do Estado, em casos devidamente fundamentados.

3 — O Governo informa trimestralmente a Assembleia da República da justificação e condições das operações realizadas ao abrigo do presente artigo.

4 — A cobrança dos créditos do Estado detidos pela DGTF, decorrentes de empréstimos concedidos pelo Estado ou por outras entidades públicas, incluindo empresas públicas, que lhe tenham transmitido os respetivos direitos, tem lugar por recurso ao processo de execução fiscal nos termos previstos no Código de Procedimento e de Processo Tributário, constituindo a certidão de dívida emitida pela DGTF título executivo para o efeito.

#### Artigo 121.º

##### **Aquisição de ativos e assunção de passivos e responsabilidades**

1 — Fica o Governo autorizado, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, com a faculdade de delegação:

a) A adquirir créditos de empresas públicas, no contexto de planos estratégicos de reestruturação e de saneamento financeiro;

b) A assumir passivos e responsabilidades ou adquirir créditos sobre empresas públicas e estabelecimentos fabris das Forças Armadas no contexto de planos estratégicos de reestruturação e de saneamento financeiro ou no âmbito de processos de liquidação;

c) A adquirir créditos sobre regiões autónomas, municípios, empresas públicas que integram o perímetro de consolidação da administração central e regional e entidades públicas do setor da saúde, no quadro do processo de consolidação orçamental.

2 — O financiamento das operações referidas no número anterior é assegurado por dotação orçamental inscrita no capítulo 60 do Ministério das Finanças.

#### Artigo 122.º

##### **Limite das prestações de operações de locação**

Fica o Governo autorizado, em conformidade com o previsto no n.º 1 do artigo 11.º da Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de agosto, a satisfazer encargos com as prestações a liquidar referentes a contratos de investimento público sob a forma de locação, até ao limite máximo de €98 409 000.

#### Artigo 123.º

##### **Antecipação de fundos comunitários**

1 — As operações específicas do Tesouro efetuadas para garantir o encerramento do QCA III e a execução do QREN, incluindo iniciativas comunitárias e Fundo de Coesão, devem ser regularizadas até ao final do exercício orçamental de 2014.

2 — As antecipações de fundos referidas no número anterior não podem, sem prejuízo do disposto no número seguinte, exceder em cada momento:

a) Relativamente aos programas cofinanciados pelo Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional (FEDER), por iniciativas comunitárias e pelo Fundo de Coesão €1 500 000 000;

b) Relativamente aos programas cofinanciados pelo Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), pelo Instrumento Financeiro da Orientação da Pesca (IFOP) e pelo Fundo Europeu das Pescas (FEP) €430 000 000.

3 — Os montantes referidos no número anterior podem ser objeto de compensação entre si, mediante autorização do membro do Governo responsável pela gestão nacional do fundo compensador.

4 — Os limites referidos no n.º 2 incluem as antecipações já efetuadas até 2012.

5 — As operações específicas do Tesouro efetuadas para garantir o pagamento dos apoios financeiros concedidos no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) devem ser regularizadas aquando do respetivo reembolso pela União Europeia, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1290/2005, do Conselho, de 21 de junho, relativo ao financiamento da Política Agrícola Comum.

6 — Por forma a colmatar eventuais dificuldades inerentes ao processo de encerramento do 2.º Quadro Comunitário de Apoio (QCA II) e 3.º Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) e à execução do QREN relativamente aos programas cofinanciados pelo FSE, incluindo iniciativas comunitárias, fica o Governo autorizado a antecipar pagamentos por conta das transferências comunitárias da União Europeia com suporte em fundos da segurança social que não podem exceder a cada momento, considerando as antecipações efetuadas desde 2007, o montante de €100 000 000.

7 — A regularização das operações ativas referidas no número anterior deve ocorrer até ao final do exercício orçamental de 2014, ficando para tal o IGFSS, I. P., autorizado a ressarcir-se nas correspondentes verbas transferidas pela Comissão.

#### Artigo 124.º

##### **Princípio da unidade de tesouraria**

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, e salvaguardando o disposto no n.º 4 do artigo 48.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro, toda a movimentação de fundos dos serviços e fundos autónomos, incluindo os referidos no n.º 5 do artigo 2.º da referida lei, é efetuada por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo IGCP, E. P. E., salvo disposição legal em contrário ou nas situações como tal reconhecidas por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, em casos excecionais e devidamente fundamentados, após parecer prévio do IGCP, E. P. E.

2 — São dispensados do cumprimento da unidade de tesouraria:

a) As escolas do ensino não superior;

b) Os serviços e organismos que, por disposição legal, estejam excecionados do seu cumprimento.

3 — O princípio da unidade de tesouraria é aplicável às instituições do ensino superior nos termos previstos no artigo 115.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro.

4 — Os casos excecionais de dispensa são objeto de renovação anual expressa, a qual é precedida de parecer prévio do IGCP, E. P. E.

5 — O incumprimento do disposto nos números anteriores pode constituir fundamento para a retenção das transferências e recusa das antecipações de duodécimos, nos termos a fixar no decreto-lei de execução orçamental.

6 — Os serviços integrados do Estado e os serviços e fundos autónomos mencionados no n.º 1 promovem a sua integração na rede de cobranças do Estado, prevista no regime da tesouraria do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de junho, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2000, de 4 de abril, e 107-B/2003, de 31 de dezembro, mediante a abertura de contas bancárias junto do IGCP, E. P. E., para recebimento, contabilização e controlo das receitas próprias.

7 — As empresas públicas não financeiras devem manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, E. P. E., sendo-lhes para esse efeito aplicável o regime da tesouraria do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de junho, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2000, de 4 de abril, e 107-B/2003, de 31 de dezembro.

8 — As receitas de todas as aplicações financeiras que sejam efetuadas em violação do princípio da unidade de tesouraria pelas entidades ao mesmo sujeitas revertem para o Estado.

#### Artigo 125.º

##### **Operações de reprivatização e de alienação**

1 — Para as reprivatizações a realizar ao abrigo da Lei n.º 11/90, de 5 de abril, alterada e republicada pela Lei n.º 50/2011, de 13 de setembro, bem como para a alienação de outras participações sociais do Estado, fica o Governo autorizado, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, com a faculdade de delegação, a contratar, por ajuste direto, entre as empresas pré-qualificadas a que se refere o artigo 5.º da referida lei, a montagem das operações de alienação e de oferta pública de subscrição de ações, a tomada firme e respetiva colocação e demais operações associadas.

2 — É recomendado ao Governo que, no processo de reprivatização e venda direta da TAP, assegure as ligações aéreas adequadas entre os principais aeroportos nacionais e a Região Autónoma da Madeira, salvaguardando o cumprimento dos princípios da solidariedade e da continuidade territorial.

#### Artigo 126.º

##### **Limite máximo para a concessão de garantias pelo Estado e por outras pessoas coletivas de direito público**

1 — O limite máximo para a autorização da concessão de garantias pelo Estado em 2013 é fixado, em termos de fluxos líquidos anuais, em €5 000 000 000, sem prejuízo do disposto no artigo 138.º

2 — Não se encontram abrangidas pelo limite fixado no número anterior as operações resultantes de deliberações tomadas no seio da União Europeia.

3 — Ao limite fixado no n.º 1 acresce o correspondente a garantias de seguro de crédito, de créditos financeiros, seguro-caução e seguro de investimento, a conceder pelo Estado, que não pode ultrapassar o montante equivalente a €1 000 000 000.

4 — Pode o Estado conceder garantias, em 2013, a favor do Fundo de Contragarantia Mútuo para cobertura de responsabilidades por este assumidas a favor de empresas, sempre que tal contribua para o reforço da sua competitividade e da sua capitalização, até ao limite máximo de €126 000 000, o qual acresce ao limite fixado no n.º 1.

5 — O limite máximo para a concessão de garantias por outras pessoas coletivas de direito público, em 2013, é fixado, em termos de fluxos líquidos anuais, em €10 000 000.

6 — O Governo remete trimestralmente à Assembleia da República a listagem dos projetos beneficiários de garantias ao abrigo dos n.ºs 1 e 5, a qual deve igualmente incluir a respetiva caracterização física e financeira individual, bem como a discriminação de todos os apoios e benefícios que lhes forem prestados pelo Estado, para além das garantias concedidas ao abrigo do presente artigo.

#### Artigo 127.º

##### **Saldos do capítulo 60 do Orçamento do Estado**

1 — Os saldos das dotações afetas às rubricas da classificação económica «Transferências correntes», «Transferências de capital», «Subsídios», «Ativos financeiros» e «Outras despesas correntes» inscritas no Orçamento do Estado para 2013, no capítulo 60 do Ministério das Finanças, podem ser utilizados em despesas cujo pagamento seja realizável até 15 de fevereiro de 2014, desde que a obrigação para o Estado tenha sido constituída até 31 de dezembro de 2013 e seja nessa data conhecida ou estimável a quantia necessária para o seu cumprimento.

2 — As quantias utilizadas nos termos do número anterior são depositadas em conta especial destinada ao pagamento das respetivas despesas, devendo tal conta ser encerrada até 15 de fevereiro de 2014.

## Artigo 128.º

**Encargos de liquidação**

1 — O Orçamento do Estado assegura sempre que necessário, por dotação orçamental inscrita no capítulo 60 do Ministério das Finanças, a satisfação das obrigações das entidades extintas cujo ativo restante foi transmitido para o Estado em sede de partilha, até à concorrência do respetivo valor transferido.

2 — É dispensada a prestação de caução prevista no n.º 3 do artigo 154.º do Código das Sociedades Comerciais quando, em sede de partilha, a totalidade do ativo restante for transmitido para o Estado.

## Artigo 129.º

**Processos de dissolução, liquidação e extinção**

1 — As despesas correntes estritamente necessárias que resultem de processos de dissolução, liquidação e extinção de empresas públicas e participadas, serviços e outros organismos são efetuadas através do capítulo 60 do Ministério das Finanças.

2 — No âmbito dos processos referidos no número anterior que envolvam transferências de patrimónios para o Estado pode proceder -se à extinção de obrigações, por compensação e por confusão.

## Artigo 130.º

**Mecanismo Europeu de Estabilidade**

Fica o Governo autorizado a proceder à realização de uma quota-parte do capital do Mecanismo Europeu de Estabilidade até ao montante de €803 000 000.

## CAPÍTULO VII

**Financiamento do Estado e gestão da dívida pública**

## Artigo 131.º

**Financiamento do Orçamento do Estado**

1 — Para fazer face às necessidades de financiamento decorrentes da execução do Orçamento do Estado, incluindo os serviços e fundos dotados de autonomia administrativa e financeira, fica o Governo autorizado, nos termos da alínea *h*) do artigo 161.º da Constituição e do artigo 133.º da presente lei, a aumentar o endividamento líquido global direto, até ao montante máximo de €12 350 000 000.

2 — Ao limite previsto no número anterior pode acrescer a antecipação de financiamento admitida na lei.

## Artigo 132.º

**Financiamento de habitação e de reabilitação urbana**

1 — Fica o IHRU, I. P., autorizado:

*a)* A contrair empréstimos, até ao limite de €17 500 000, para o financiamento de operações ativas no âmbito da sua atividade;

*b)* A utilizar os empréstimos contraídos ao abrigo do n.º 1 do artigo 110.º da Lei n.º 67-A/2007, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, para o financiamento da reabilitação urbana promovida por câmaras municipais e sociedades de reabilitação urbana, para ações no âmbito do PROHABITA — Programa de Financiamento para Acesso à Habitação e para a recuperação do parque habitacional degradado.

2 — O limite previsto na alínea *a)* do número anterior concorre para efeitos do limite global previsto no artigo anterior.



## Artigo 133.º

**Condições gerais do financiamento**

1 — Fica o Governo autorizado, nos termos da alínea *h*) do artigo 161.º da Constituição, a contrair empréstimos amortizáveis e a realizar outras operações de endividamento, nomeadamente operações de reporte com valores mobiliários representativos de dívida pública direta do Estado, independentemente da taxa e da moeda de denominação, cujo produto da emissão, líquido de mais e de menos-valias, não exceda, na globalidade, o montante resultante da adição dos seguintes valores:

*a)* Montante dos limites para o acréscimo de endividamento líquido global direto estabelecidos nos termos dos artigos 131.º e 140.º;

*b)* Montante das amortizações da dívida pública realizadas durante o ano, nas respetivas datas de vencimento ou a antecipar por conveniência de gestão da dívida, calculado, no primeiro caso, segundo o valor contratual da amortização e, no segundo caso, segundo o respetivo custo previsível de aquisição em mercado;

*c)* Montante de outras operações que envolvam redução de dívida pública, determinado pelo custo de aquisição em mercado da dívida objeto de redução.

2 — As amortizações de dívida pública que forem efetuadas pelo Fundo de Regularização da Dívida Pública como aplicação de receitas das privatizações não são consideradas para efeitos da alínea *b)* do número anterior.

3 — O prazo dos empréstimos a emitir e das operações de endividamento a realizar ao abrigo do disposto no n.º 1 não pode ser superior a 50 anos.

## Artigo 134.º

**Dívida denominada em moeda diferente do euro**

1 — A exposição cambial em moedas diferentes do euro não pode ultrapassar, em cada momento, 15 % do total da dívida pública direta do Estado.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, entende-se por «exposição cambial» o montante das responsabilidades financeiras, incluindo as relativas a operações de derivados financeiros associadas a contratos de empréstimos, cujo risco cambial não se encontre coberto.

## Artigo 135.º

**Dívida flutuante**

Para satisfação de necessidades transitórias de tesouraria e maior flexibilidade de gestão da emissão de dívida pública fundada, fica o Governo autorizado a emitir dívida flutuante, sujeitando-se o montante acumulado de emissões vivas em cada momento ao limite máximo de €30 000 000 000.

## Artigo 136.º

**Compra em mercado e troca de títulos de dívida**

1 — A fim de melhorar as condições de negociação e transação dos títulos de dívida pública direta do Estado, aumentando a respetiva liquidez, e tendo em vista a melhoria dos custos de financiamento do Estado, fica o Governo autorizado, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, com faculdade de delegação, a proceder à amortização antecipada de empréstimos e a efetuar operações de compra em mercado ou operações de troca de instrumentos de dívida, amortizando antecipadamente os títulos de dívida que, por esta forma, sejam retirados do mercado.

2 — As condições essenciais das operações referidas no número anterior, designadamente modalidades de realização e instrumentos de dívida abrangidos, são aprovadas pelo membro do Governo responsável pela área das finanças e devem:

a) Salvar os princípios e objetivos gerais da gestão da dívida pública direta do Estado, nomeadamente os consignados no artigo 2.º da Lei n.º 7/98, de 3 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 87-B/98, de 31 de dezembro;

b) Respeitar o valor e a equivalência de mercado dos títulos de dívida.

#### Artigo 137.º

#### **Gestão da dívida pública direta do Estado**

1 — Fica o Governo autorizado, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, a realizar as seguintes operações de gestão da dívida pública direta do Estado:

a) Substituição entre a emissão das várias modalidades de empréstimos;

b) Reforço das dotações para amortização de capital;

c) Pagamento antecipado, total ou parcial, de empréstimos já contratados;

d) Conversão de empréstimos existentes, nos termos e condições da emissão ou do contrato, ou por acordo com os respetivos titulares, quando as condições dos mercados financeiros assim o aconselharem.

2 — A fim de dinamizar a negociação e transação de valores mobiliários representativos de dívida pública, fica ainda o Governo autorizado, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, com a faculdade de delegação, a realizar operações de reporte com valores mobiliários representativos de dívida pública direta do Estado.

3 — Para efeitos do disposto no artigo e números anteriores, e tendo em vista a realização de operações de fomento de liquidez em mercado secundário, bem como a intervenção em operações de derivados financeiros impostas pela eficiente gestão ativa da dívida pública direta do Estado, pode o IGCP, E. P. E., emitir dívida pública, bem como o Fundo de Regularização da Dívida Pública subscrever e ou alienar valores mobiliários representativos de dívida pública.

4 — O acréscimo de endividamento líquido global direto que seja necessário para dar cumprimento ao disposto no número anterior tem o limite de €1 500 000 000 e acresce ao limite fixado no artigo 140.º.

### CAPÍTULO VIII

#### **Iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e investimentos financiados pelo Banco Europeu de Investimento**

#### Artigo 138.º

#### **Concessão extraordinária de garantias pessoais do Estado**

1 — Excecionalmente, pode o Estado conceder garantias, em 2013, nos termos da lei, para reforço da estabilidade financeira e da disponibilidade de liquidez nos mercados financeiros.

2 — O limite máximo para a autorização da concessão de garantias previsto no número anterior é de €24 120 000 000 e acresce ao limite fixado no n.º 1 do artigo 126.º.

#### Artigo 139.º

#### **Garantias no âmbito de investimentos financiados pelo Banco Europeu de Investimento**

1 — Fica o Governo autorizado a conceder garantias pessoais, com carácter excecional, para cobertura de responsabilidades assumidas no âmbito de investimentos financiados pelo BEI, no quadro da prestação ou do reforço de garantias em conformidade com as regras gerais da gestão de créditos desse banco, ao abrigo do regime jurídico da concessão de garantias pessoais pelo Estado, aprovado pela Lei n.º 112/97, de 16 de setembro, o qual se aplica com as necessárias adaptações, tendo em conta a finalidade da garantia a prestar.

2 — As garantias concedidas ao abrigo do número anterior enquadram-se no limite fixado no n.º 1 do artigo 126.º, cobrindo parte dos montantes contratuais da carteira de projetos objeto da garantia.

#### Artigo 140.º

#### **Financiamento**

Excecionalmente, para fazer face às necessidades de financiamento, tendo em vista o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros, fica o Governo autorizado, nos termos da alínea *h*) do artigo 161.º da Constituição e do artigo 133.º, a aumentar o endividamento líquido global direto até ao montante de €7 500 000 000, o qual acresce ao montante máximo referido no artigo 131.º.

### CAPÍTULO IX

#### **Financiamento e transferências para as regiões autónomas**

#### Artigo 141.º

#### **Transferências orçamentais para as regiões autónomas**

1 — Nos termos do artigo 37.º da Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de fevereiro, alterada pelas Leis Orgânicas n.ºs 1/2010, de 29 de março, e 2/2010, de 16 de junho, são transferidas as seguintes verbas:

- a*) €282 976 832 para a Região Autónoma dos Açores;
- b*) €191 698 726 para a Região Autónoma da Madeira.

2 — Nos termos do artigo 38.º da Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de fevereiro, alterada pelas Leis Orgânicas n.ºs 1/2010, de 29 de março, e 2/2010, de 16 de junho, são transferidas as seguintes verbas:

- a*) €35 372 104 para a Região Autónoma dos Açores;
- b*) €0 para a Região Autónoma da Madeira.

3 — Nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei Orgânica n.º 2/2010, de 16 de junho, alterada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, são ainda transferidos para a Região Autónoma da Madeira €50 000 000.

4 — Ao abrigo dos princípios da estabilidade financeira e da solidariedade recíproca, no âmbito dos compromissos assumidos com as regiões autónomas, nas transferências decorrentes dos n.ºs 1 e 2 estão incluídas todas as verbas devidas até ao final de 2013, por acertos de transferências decorrentes da aplicação do disposto nos artigos 37.º e 38.º da Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de fevereiro, alterada pelas Leis Orgânicas n.ºs 1/2010, de 29 de março, e 2/2010, de 16 de junho.

#### Artigo 142.º

#### **Necessidades de financiamento das regiões autónomas**

1 — Semprejuízo do disposto no artigo 10.º da Lei Orgânica n.º 2/2010, de 16 de junho, alterada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, e em respeito pelo artigo 87.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro, que prevalece sobre esta norma, as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira não podem acordar contratualmente novos empréstimos, incluindo todas as formas de dívida, que impliquem um aumento do seu endividamento líquido.

2 — Podem excecionar-se do disposto no número anterior, nos termos e condições a definir por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, os empréstimos e as amortizações destinados ao financiamento de projetos com comparticipação de fundos comunitários, à regularização de

dívidas vencidas ou para fazer face às necessidades de financiamento decorrentes da execução orçamental das regiões autónomas.

3 — O montante de endividamento líquido regional, compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), é equivalente à diferença entre a soma dos passivos financeiros, qualquer que seja a sua forma, incluindo, nomeadamente, os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores e a soma dos ativos financeiros, em especial o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras e as aplicações de tesouraria.

## CAPÍTULO X

### Outras disposições

#### Artigo 143.º

#### **Redução de encargos nas parcerias público-privadas do setor rodoviário**

1 — O Governo obriga-se, na estrita defesa do interesse público, a realizar todas as diligências necessárias à conclusão da renegociação dos contratos de parcerias público-privadas do setor rodoviário que se afigurem demasiado onerosos e desequilibrados para o parceiro público, tendo em vista uma redução significativa dos encargos para o erário público, liquidados diretamente pelo Estado Português ou através da EP — Estradas de Portugal, S. A., recorrendo, para tal, aos meios legalmente disponíveis e tendo por referência as melhores práticas internacionais.

2 — A redução de encargos brutos para o erário público expectável em 2013 é de 30 % face ao valor originalmente contratado.

#### Artigo 144.º

#### **Transporte gratuito**

1 — É vedada a utilização gratuita dos transportes públicos rodoviários, fluviais e ferroviários.

2 — Ficam excluídos do disposto no número anterior:

a) Os magistrados judiciais, magistrados do Ministério Público, juízes do Tribunal Constitucional, oficiais de justiça e pessoal do corpo da Guarda Prisional, para os quais se mantêm as normas legais e regulamentares em vigor;

b) O pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública, os militares da Guarda Nacional Republicana, o pessoal de outras forças policiais, os militares das Forças Armadas e militarizados, no ativo, quando em serviço que implique a deslocação no meio de transporte público;

c) Os trabalhadores das empresas transportadoras, das gestoras da infraestrutura respetiva ou das suas participadas, que já beneficiem do transporte gratuito, quando no exercício das respetivas funções, incluindo a deslocação de e para o local de trabalho.

3 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excecionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos.

#### Artigo 145.º

#### **Fiscalização prévia do Tribunal de Contas**

De acordo com o disposto no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 87-B/98, de 31 de dezembro, 1/2001, de 4 de janeiro, 55-B/2004, de 30 de dezembro, 48/2006, de 29 de agosto, 35/2007, de 13 de agosto, 3-B/2010, de 28 de abril, 61/2011, de 7 de dezembro, e 2/2012, de 6

de janeiro, para o ano de 2013 ficam isentos de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas os atos e contratos, considerados isolada ou conjuntamente com outros que aparentem estar relacionados entre si, cujo montante não exceda o valor de €350 000.

#### Artigo 146.º

##### **Fundo Português de Carbono**

1 — Fica o Governo autorizado, através dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território, com faculdade de subdelegação, a proceder à autorização do financiamento de projetos, estudos ou outras iniciativas nacionais, de investigação, desenvolvimento, inovação e demonstração no âmbito da mitigação às alterações climáticas e da adaptação aos impactes das alterações climáticas, nomeadamente as medidas de adaptação identificadas no âmbito da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2010, de 1 de abril.

2 — É autorizada a consignação da totalidade das receitas previstas no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 71/2006, de 24 de março, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março, e pela presente lei, à execução das ações previstas no número anterior.

#### Artigo 147.º

##### **Contribuição para o audiovisual**

Fixa-se em €2,25 o valor mensal da contribuição para o audiovisual a cobrar em 2013.

#### Artigo 148.º

##### **Contratos -programa na área da saúde**

1 — Os contratos-programa a celebrar pelas administrações regionais de saúde, I. P. (ARS, I. P.), com os hospitais integrados no SNS ou pertencentes à rede nacional de prestação de cuidados de saúde, nos termos do n.º 2 da base XII da Lei n.º 48/90, de 24 de agosto, alterada pela Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro, e do n.º 2 do artigo 1.º do regime jurídico da gestão hospitalar, aprovado em anexo à Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro, bem como os celebrados com entidades a integrar na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), no âmbito do funcionamento ou implementação da RNCCI, são autorizados pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da saúde, da solidariedade e da segurança social e podem envolver encargos até um triénio.

2 — O disposto no número anterior é aplicável aos contratos-programa a celebrar pelas ARS, I. P., e pelo ISS, I. P., com entidades a integrar na RNCCI, no âmbito do funcionamento ou implementação da mesma, sendo autorizados pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da saúde, da solidariedade e da segurança social.

3 — Os contratos-programa a que se referem os números anteriores tornam-se eficazes com a sua assinatura e são publicados na 2.ª série do *Diário da República*.

4 — O contrato-programa a celebrar entre a Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS, I. P.), e a SPMS — Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E., relativo aos sistemas de informação e comunicação e mecanismo de racionalização de compras a prover ao SNS, fixa os encargos com esta atividade até ao limite de um triénio, mediante aprovação dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, sendo-lhe aplicável o disposto no número anterior.

5 — Fora dos casos previstos nos números anteriores, os contratos dos centros hospitalares, dos hospitais e unidade locais de saúde com natureza de entidade pública empresarial passam a estar sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

**Artigo 149.º****Receitas do Serviço Nacional de Saúde**

1 — O Ministério da Saúde, através da ACSS, I. P., implementa as medidas necessárias à faturação e à cobrança efetiva de receitas, devidas por terceiros legal ou contratualmente responsáveis, nomeadamente mediante o estabelecimento de penalizações, no âmbito dos contratos-programa.

2 — O pagamento das prestações de serviços efetuadas pelas entidades do SNS a pessoas singulares fiscalmente residentes nas regiões autónomas é da responsabilidade do Serviço Regional de Saúde respetivo.

3 — As prestações de serviços do SNS a pessoas singulares fiscalmente residentes nas regiões autónomas são obrigatoriamente enquadradas pelo previsto no artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, sendo responsabilidade do Serviço Regional de Saúde a emissão do número do compromisso previsto no n.º 3 do mesmo artigo.

4 — O Ministério da Saúde implementa as medidas necessárias para que, progressivamente, a faturação dos serviços prestados aos utentes do SNS inclua a informação do custo efetivo dos serviços prestados que não são sujeitos a pagamento.

5 — A responsabilidade de terceiros pelos encargos das prestações de saúde de um sujeito exclui, na medida dessa responsabilidade, a do SNS.

6 — Para efeitos dos números anteriores, o Ministério da Saúde aciona, nomeadamente, mecanismos de resolução alternativa de litígios.

7 — Às entidades do Programa da Saúde não são aplicáveis cativações de receitas gerais com origem no Orçamento do Estado.

**Artigo 150.º****Encargos com prestações de saúde no Serviço Nacional de Saúde**

1 — São suportados pelo orçamento do SNS os encargos com as prestações de saúde realizadas por estabelecimentos e serviços do SNS aos beneficiários:

a) Da assistência na doença da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública, regulado pelo Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro, alterado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de dezembro;

b) Da assistência na doença aos militares das Forças Armadas, regulado pelo Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, alterado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de dezembro.

2 — Para efeitos do número anterior e do disposto no artigo 25.º do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de janeiro, o preço dos cuidados prestados no quadro do SNS é o estabelecido pela ACSS, I. P., para os restantes beneficiários do SNS.

3 — Os saldos dos serviços e fundos autónomos do SNS apurados na execução orçamental de 2012 transitam automaticamente para o orçamento de 2013.

4 — O disposto no artigo 156.º da Lei n.º 53-A/2006, de 28 de dezembro, alterada pelos Decretos-Leis n.ºs 159/2009, de 13 de julho, e 322/2009, de 14 de dezembro, não prejudica os financiamentos que visem garantir a igualdade de tratamento em caso de doença dos trabalhadores colocados nos serviços periféricos externos em relação aos demais trabalhadores em funções públicas.

**Artigo 151.º****Encargos dos sistemas de assistência na doença**

1 — A comparticipação às farmácias, por parte dos sistemas de assistência na doença dos militares das Forças Armadas, da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública, relativamente a medicamentos, passa a constituir encargo integral assumido pelo SNS.

2 — A comparticipação, por parte dos sistemas de assistência na doença dos militares das Forças Armadas, da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública, às entidades prestadoras de serviços ao pessoal que recorre a meios de diagnóstico complementares passa a constituir, a partir de 1 de julho de 2013, encargo integral assumido pelo SNS.

3 — Não constitui encargo do SNS o pagamento de dívidas relativas às comparticipações previstas nos números anteriores contraídas em data prévia à passagem do encargo para o SNS.

4 — Para efeitos de execução do disposto nos n.ºs 1 e 2, ficam os membros do Governo responsáveis pelas áreas da defesa nacional e da administração interna autorizados a efetuar transferências de verbas dos respetivos orçamentos para o orçamento do Ministério da Saúde.

5 — O montante a transferir nos termos do número anterior é determinado por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da saúde e da tutela.

#### Artigo 152.º

##### **Transferências das autarquias locais para o orçamento do Serviço Nacional de Saúde**

1 — As autarquias locais transferem para o orçamento da ACSS, I. P., um montante igual ao afeto em 2012 com os encargos com os seus trabalhadores em matéria de prestações de saúde pelo SNS.

2 — A transferência referida no número anterior efetiva-se mediante retenção da transferência do Orçamento do Estado para as autarquias locais.

#### Artigo 153.º

##### **Atualização das taxas moderadoras**

No ano de 2013 não há lugar à aplicação da atualização prevista no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 128/2012, de 21 de junho, das taxas moderadoras referentes a:

a) Consultas de medicina geral e familiar ou outra consulta médica que não a de especialidade realizada no âmbito dos cuidados de saúde primários;

b) Consultas de enfermagem ou de outros profissionais de saúde realizada no âmbito dos cuidados de saúde primários;

c) Consultas ao domicílio no âmbito dos cuidados de saúde primários;

d) Consulta médica sem a presença do utente no âmbito dos cuidados de saúde primários.

#### Artigo 154.º

##### **Contraordenação pela utilização dos serviços de saúde sem pagamento de taxa moderadora**

O artigo 8.º-A do Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 128/2012, de 21 de junho, passa a ter a seguinte redação:

#### «Artigo 8.º-A

[...]

1 — .....

2 — Para efeitos de aplicação da coima prevista no número anterior é considerado o valor do somatório das taxas moderadoras devidas na utilização diária dos serviços de saúde em cada uma das entidades referidas no artigo 2.º.

3 — (*Anterior n.º 2.*)

4 — (*Anterior n.º 3.*)

- 5 — (*Anterior n.º 4.*)
- 6 — (*Anterior n.º 5.*)
- 7 — (*Anterior n.º 6.*)
- 8 — (*Anterior n.º 7.*)
- 9 — (*Anterior n.º 8.*)
- 10 — (*Anterior n.º 9.*)
- 11 — (*Anterior n.º 10.*)
- 12 — (*Anterior n.º 11.*)
- 13 — (*Anterior n.º 12.*)
- 14 — (*Anterior n.º 13.*)
- 15 — (*Anterior n.º 14.*)
- 16 — (*Anterior n.º 15.*)»

#### Artigo 155.º

##### **Transmissão de dados entre a Autoridade Tributária e Aduaneira e a segurança social**

1 — A segurança social envia à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) por via eletrónica, até ao final do mês de fevereiro de cada ano, os valores de todas as prestações sociais pagas, incluindo pensões, bolsas de estudo e de formação, subsídios de renda de casa e outros apoios públicos à habitação, por beneficiário, relativas ao ano anterior, quando os dados sejam detidos pelo sistema de informação da segurança social, através de modelo oficial.

2 — A AT envia à segurança social os valores dos rendimentos apresentados nos anexos A, B, C, D e J à declaração de rendimentos do imposto sobre o rendimento de pessoas singulares, relativos ao ano anterior, por contribuinte abrangido pelo regime contributivo da segurança social, até 60 dias após o prazo de entrega da referida declaração e até ao fim do segundo mês seguinte sempre que existir qualquer alteração, por via eletrónica e através de modelo oficial.

#### Artigo 156.º

##### **Sistema integrado de operações de proteção e socorro**

Fica a Autoridade Nacional de Proteção Civil autorizada a transferir para as associações humanitárias de bombeiros e para a Escola Nacional de Bombeiros ou para a entidade que a substitua, ao abrigo dos protocolos celebrados ou a celebrar pela referida Autoridade, as dotações inscritas nos seus orçamentos referentes a missões de proteção civil, incluindo as relativas ao sistema integrado de operações de proteção civil e ao sistema integrado de operações de proteção e socorro (SIOPS).

#### Artigo 157.º

##### **Redefinição do uso dos solos**

1 — Verificada a desafetação do domínio público ou dos fins de utilidade pública de quaisquer prédios e equipamentos situados nas áreas de uso especial, de equipamentos públicos, ou equivalentes e a sua reafetação a outros fins, deve o município, através do procedimento simplificado previsto no artigo 97.º-B do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, redefinir o uso do solo, mediante a elaboração ou alteração do pertinente instrumento de gestão territorial, de modo a consagrar os usos, os índices médios e os outros parâmetros aplicáveis às áreas limítrofes adjacentes que confinam diretamente com as áreas de uso a redefinir.

2 — A deliberação da câmara municipal a que se refere o n.º 3 do artigo 97.º-B do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, é tomada no prazo de 60 dias, a contar da data da verificação da desafetação.



## Artigo 158.º

**Adjudicação de bens perdidos a favor do Estado**

Revertem a favor do Fundo para a Modernização da Justiça 50 % do produto da alienação dos bens perdidos a favor do Estado, nos termos do artigo 186.º do Código de Processo Penal e do n.º 1 do artigo 35.º e do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro.

## Artigo 159.º

**Depósitos obrigatórios**

1 — Os depósitos obrigatórios existentes na Caixa Geral de Depósitos em 1 de janeiro de 2004, e que ainda não tenham sido objeto de transferência para a conta do IGFEJ, I. P., em cumprimento do disposto no n.º 8 do artigo 124.º do Código das Custas Judiciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 224 -A/96, de 26 de novembro, são objeto de transferência imediata para a conta do IGFEJ, I. P., independentemente de qualquer formalidade, designadamente de ordem do tribunal com jurisdição sobre os mesmos.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o IGFEJ, I. P., pode notificar a Caixa Geral de Depósitos para, no prazo de 30 dias, efetuar a transferência de depósitos que venham a ser posteriormente apurados e cuja transferência não tenha sido ainda efetuada.

## Artigo 160.º

**Prescrição dos depósitos obrigatórios e dos depósitos autónomos**

1 — O direito à devolução de quantias depositadas à ordem de quaisquer processos judiciais, independentemente do regime legal ao abrigo do qual os depósitos tenham sido constituídos, prescreve no prazo de cinco anos a contar da data em que o titular for, ou tenha sido, notificado do direito a requerer a respetiva devolução, salvo norma especial em contrário.

2 — As quantias prescritas nos termos do número anterior consideram-se perdidas a favor do IGFEJ, I. P.

## Artigo 161.º

**Processos judiciais eliminados**

Os valores depositados na Caixa Geral de Depósitos ou à guarda dos tribunais, à ordem de processos judiciais eliminados após o decurso dos prazos de conservação administrativa fixados na lei, consideram-se perdidos a favor do IGFEJ, I. P.

## Artigo 162.º

**Entidades com autonomia administrativa que funcionam junto da Assembleia da República**

1 — Os orçamentos da Comissão Nacional de Eleições, da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, da Comissão Nacional de Proteção de Dados e do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida são desagregados no âmbito da verba global atribuída à Assembleia da República.

2 — Os mapas de desenvolvimento das despesas dos serviços e fundos autónomos — Assembleia da República — orçamento privativo — funcionamento são alterados em conformidade com o disposto no número anterior.

## Artigo 163.º

**Exceção ao princípio de onerosidade**

Fica o Ministério dos Negócios Estrangeiros isento da aplicação do princípio de onerosidade previsto no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, alterado pelas Leis n.ºs 55-A/2010, de 31 de dezembro,

e 64-B/2011, de 30 de dezembro, para efeitos de pagamento da renda prevista no auto de cedência e aceitação assinado entre a Secretaria-Geral deste Ministério e a DGTF, no âmbito da cedência de imóvel àquele Ministério com vista à instalação da sede da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Artigo 164.º

**Financiamento do Programa de Emergência Social e do apoio social extraordinário ao consumidor de energia**

Durante o ano de 2013, é financiado o Programa de Emergência Social e o apoio social extraordinário ao consumidor de energia.

Artigo 165.º

**Transferência do IVA para a segurança social**

Para efeitos de cumprimento do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 367/2007, de 2 de novembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, é transferido do orçamento do subsetor Estado para o orçamento da segurança social o montante de €725 000 000.

Artigo 166.º

**Transferência do património**

Os imóveis propriedade ou sob a gestão dos governos civis, que lhes tenham sido transmitidos a qualquer título, passam a integrar o património do Estado, sendo a presente lei título bastante para os atos de registo a que haja lugar.

Artigo 167.º

**Mecanismos de garantia em relação a dívidas de municípios a sistemas multimunicipais**

1 — Fica o Governo autorizado a legislar no sentido da aprovação de mecanismos de garantia de cobrança de dívidas de autarquias locais às entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos.

2 — O âmbito da autorização legislativa prevista no número anterior compreende, nomeadamente, as seguintes matérias:

*a)* O mecanismo de garantia deve apenas incidir sobre as receitas municipais provenientes da prestação de serviços de abastecimento público de água, de saneamento e de resíduos aos respetivos municípios, em regime de gestão direta;

*b)* Ficam excluídos do âmbito de incidência os municípios que não estejam legalmente vinculados a sistemas multimunicipais ou na parte respeitante às atividades em que não exista essa vinculação;

*c)* Para efeitos de aplicação do mecanismo de garantia, os municípios devem utilizar registos contabilísticos autónomos quanto aos movimentos relativos às atividades descritas na alínea *a)* e, quando necessário, conta bancária autónoma para a movimentação das mesmas receitas e de correspondentes despesas;

*d)* A efetivação do mecanismo de garantia apenas se aplica aos municípios que tenham dívidas vencidas às entidades gestoras de sistemas multimunicipais e fica subordinada a uma validação prévia pela DGAL;

*e)* A efetivação do mecanismo de garantia impede os municípios de utilizar as receitas provenientes da prestação de serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais ou recolha de resíduos sólidos para quaisquer outros fins que não sejam o pagamento dos serviços prestados pelas entidades gestoras de sistemas multimunicipais, nos limites previstos na alínea seguinte;

f) A garantia prevista na alínea anterior apenas pode incidir sobre 80 % dos montantes depositados ou registados à data da constituição da garantia e sobre 80 % dos montantes que forem objeto de depósito ou de registo após essa data e até ao respetivo cancelamento, podendo os valores restantes ser livremente utilizados pelos municípios;

g) A garantia tem natureza autónoma e salvaguarda o cumprimento das obrigações pecuniárias municipais emergentes de contratos de fornecimento, de contratos de recolha ou de contratos de entrega e pode ser executada pelas entidades gestoras dos sistemas multimunicipais para efeitos do pagamento das dívidas vencidas.

3 — A presente autorização legislativa caduca em 31 de dezembro de 2013.

## **CAPÍTULO XI**

### **Alterações legislativas**

Artigo 168.º

#### **Alteração à Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro**

O artigo 36.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, pelos Decretos-Leis n.ºs 200/2006, de 25 de outubro, e 105/2007, de 3 de abril, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 40/2011, de 22 de março, pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, pela Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, e pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 36.º

[...]

1 — .....  
2 — .....  
3 — .....  
4 — Os bens dos institutos públicos que se revelarem desnecessários ou inadequados ao cumprimento das suas atribuições são incorporados no património do Estado ou da segurança social, consoante os casos, salvo quando devam ser objeto de alienação, oneração ou arrendamento, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, sendo essa incorporação determinada por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e da tutela.

5 — .....  
6 — ..... »

Artigo 169.º

#### **Alteração ao Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto**

Os artigos 6.º, 59.º, 61.º, 62.º, 63.º, 64.º, 65.º e 66.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, alterado pelas Leis n.ºs 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 6.º

[...]

1 — A lei do Orçamento do Estado pode determinar, nos termos da lei do enquadramento orçamental, a consignação da totalidade ou de parte da receita proveniente da alienação ou oneração, incluindo a cedência e o arrendamento dos bens imóveis referidos na alínea b) do n.º 1 do artigo 1.º, nomeadamente para cobertura de:

- a) .....
- b) .....
- c) .....
- d) Ao pagamento de contrapartidas resultantes da implementação do princípio da onerosidade;
- e) À despesa com a utilização de imóveis.

2 — .....

#### Artigo 59.º

[...]

1 — (*Corpo do artigo.*)

2 — Os imóveis dos institutos públicos podem ser arrendados mediante autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da tutela, após emissão de parecer da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

3 — O arrendamento de imóveis é precedido do procedimento de avaliação previsto nos artigos 108.º e seguintes.

#### Artigo 61.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — Tratando-se de imóvel de instituto público, a proposta referida no número anterior é apresentada pelo instituto público proprietário do imóvel, competindo aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da tutela autorizar o arrendamento por ajuste direto e fixar a importância da respetiva renda e as condições a que o arrendamento fica sujeito.

4 — Os institutos públicos devem remeter à Direção-Geral do Tesouro e Finanças os contratos de arrendamento que celebrem.

5 — (*Anterior n.º 3.*)

#### Artigo 62.º

[...]

Nos contratos de arrendamento, o Estado é representado pelo diretor-geral do Tesouro e Finanças e os institutos públicos pelo respetivo órgão de direção, ou por funcionário devidamente credenciado, em qualquer dos casos.

#### Artigo 63.º

[...]

Aos arrendamentos de imóveis do Estado e dos institutos públicos é aplicável a lei civil, com exceção do disposto nos artigos seguintes.

#### Artigo 64.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — O disposto nos números anteriores é aplicável, com as devidas adaptações, aos imóveis dos institutos públicos arrendados, devendo a autorização prevista no n.º 2 ser igualmente concedida pelo membro do Governo da tutela.

Artigo 65.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — O arrendatário não tem direito a qualquer indemnização ou compensação nos casos em que venha a ocupar imóvel disponibilizado pelo Estado ou pelo instituto público que reúna condições funcionalmente idênticas às do imóvel desocupado.

Artigo 66.º

[...]

1 — O pagamento da renda pode ser antecipado por período não superior a dois terços do prazo do contrato, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, no caso de arrendamento de imóveis do Estado, e mediante autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da tutela, no caso de arrendamento de imóveis de institutos públicos.

2 — Durante o período da antecipação, o Estado ou os institutos públicos não podem denunciar os contratos de arrendamento, salvo se procederem à devolução das rendas recebidas antecipadamente, acrescidas da respetiva correção monetária e sem prejuízo do disposto no artigo anterior.»

Artigo 170.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro**

Os artigos 2.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 2.º

[...]

O Fundo tem como objeto e finalidade o financiamento de operações de recuperação, de reconstrução, de ampliação, de adaptação, de reabilitação e de conservação dos imóveis da propriedade do Estado, nas condições a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, a qual aprova também o respetivo regulamento de gestão.

Artigo 4.º

[...]

.....  
a) Até 50 % das receitas resultantes da alienação e do arrendamento de bens imóveis do Estado, a fixar por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, sem prejuízo das afetações de receita previstas na lei;

b) .....

c) .....

d) .....

e) ..... »

## Artigo 171.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 60/2010, de 8 de junho**

O artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 60/2010, de 8 de junho, passa a ter a seguinte redação:

## «Artigo 5.º

[...]

1 — .....

2 — Os n.ºs 2 a 12 do artigo 2.º não se aplicam aos sistemas de portagens em vigor ou previstos em contratos de concessão de obras públicas ou de concessão de serviços, conforme definidos no artigo 407.º do Código dos Contratos Públicos, em vigor em 10 de junho de 2008, ou em relação aos quais tenham sido recebidas, até 10 de junho de 2008, propostas ou candidaturas no âmbito de um procedimento de contratação pública, enquanto aqueles estiverem em vigor e não sofrerem alterações substanciais.

3 — .....

4 — ..... »

## Artigo 172.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho**

Os artigos 5.º e 23.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, passam a ter a seguinte redação:

## «Artigo 5.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — Para os fundos disponíveis previstos nas alíneas *a)*, *b)* e *d)* do n.º 1 não releva o ano económico.

## Artigo 23.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — A autorização a que se refere o n.º 1 do artigo 11.º, quando conferida mediante portaria de extensão de encargos, dispensa a emissão do parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio.

6 — .....

7 — ..... »

## Artigo 173.º

**Alteração à Lei n.º 28/2012, de 31 de julho**

O anexo a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2012, de 31 de julho, passa a ser o seguinte:

**Quadro plurianual de programação orçamental — 2013-2016**

		Unidade: milhões de euros			
Despesa coberta por receitas gerais		2013	2014	2015	2016
<b>Soberania</b>	P001 - Órgãos de soberania	2.868			
	P002 - Governação e Cultura	222			
	P005 - Representação Externa	319			
	P008 - Justiça	679			
<b>Subtotal agrupamento</b>		<b>4.087</b>	<b>3.676</b>		
<b>Segurança</b>	P006 - Defesa	1.843			
	P007 - Segurança Interna	1.827			
<b>Subtotal agrupamento</b>		<b>3.669</b>	<b>3.497</b>		
<b>Social</b>	P011 - Saúde	7.841			
	P012 - Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar	5.232			
	P013 - Ciência e Ensino Superior	1.305			
	P014 - Solidariedade e Segurança Social	8.871			
<b>Subtotal agrupamento</b>		<b>23.249</b>	<b>20.139</b>		
<b>Económica</b>	P003 - Finanças e Administração Pública	6.874			
	P004 - Gestão da Dívida Pública	7.276			
	P009 - Economia e Emprego	160			
	P010 - Agricultura, Mar e Ambiente	422			
<b>Subtotal agrupamento</b>		<b>14.732</b>	<b>16.379</b>		
<b>Agrupamentos de programas</b>		<b>45.737</b>	<b>43.691</b>	<b>44.761</b>	<b>46.320</b>

## Artigo 174.º

**Alteração à Lei n.º 30/2003, de 22 de agosto**

O artigo 2.º da Lei n.º 30/2003, de 22 de agosto, alterada pelos Decretos-Leis n.ºs 169-A/2005, de 3 de outubro, 230/2007, de 14 de junho, e 107/2010, de 13 de outubro, passa a ter a seguinte redação:

## «Artigo 2.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — As sociedades que explorem as concessões de serviço público não podem, salvo autorização expressa do acionista, contrair empréstimos que não se destinem a financiamento de curto prazo e até ao montante máximo correspondente a 30 % do valor global da contribuição para o audiovisual cobrada no ano anterior.»

## Artigo 175.º

**Alteração à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro**

Os artigos 4.º e 8.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 4.º  
[...]

- 1 — .....  
2 — .....  
3 — A autorização a que se refere o n.º 1 é dispensada quando esteja em causa a assunção de compromissos suportados por receitas consignadas no que se refere à despesa que visa suportar.

Artigo 8.º  
[...]

- 1 — .....  
2 — .....  
3 — .....  
4 — .....  
5 — O impedimento referido no presente artigo não é aplicável à assunção de compromissos suportados por receitas consignadas no que se refere à despesa que visa suportar.»

## Artigo 176.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 312/2002, de 20 de dezembro**

1 — Os artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 312/2002, de 20 de dezembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 1.º  
[...]

1 — As entidades que procedam à primeira alienação a título oneroso em território nacional de produtos cosméticos e de higiene corporal ou de dispositivos médicos, incluindo dispositivos médicos ativos e não ativos, dispositivos para diagnóstico *in vitro* e acessórios, bem como as que sejam responsáveis pela colocação no mercado de produtos farmacêuticos homeopáticos, ficam obrigadas ao pagamento de uma taxa sobre a comercialização desses produtos, nos seguintes termos:

- a) .....  
b) .....  
c) .....

2 — .....

3 — Para efeitos do disposto nos números anteriores, a taxa sobre a comercialização dos produtos cosméticos e de higiene corporal, produtos farmacêuticos homeopáticos e dispositivos médicos incide sobre o montante do volume de vendas dos mesmos produtos, deduzido o IVA, realizadas pelas entidades referidas no n.º 1.

4 — As entidades referidas no n.º 1 devem registar-se no INFARMED, até ao final do mês seguinte ao do início da comercialização dos produtos nele previstos.



## Artigo 2.º

[...]

1 — .....

2 — A taxa é autoliquidada e paga mensalmente, com base nas declarações de vendas mensais, referentes ao mês imediatamente anterior, fornecidas pelos sujeitos obrigados ao seu pagamento e submetidas em local adequado da página eletrónica do INFARMED.

3 — .....

a) A falta de registo dos sujeitos passivos como entidades que procedem à primeira alienação a título oneroso de produtos cosméticos e de higiene corporal em território nacional, ou como entidades responsáveis pela colocação no mercado de produtos farmacêuticos homeopáticos ou de dispositivos médicos, incluindo dispositivos médicos ativos e não ativos e dispositivos para diagnóstico *in vitro*;

b) .....

c) .....

4 — .....

5 — .....

6 — .....

7 — .....

8 — ..... »

2 — As entidades que já procedem atualmente à primeira alienação a título oneroso de produtos cosméticos e de higiene corporal em território nacional dispõem do prazo de 30 dias após a entrada em vigor da presente lei para proceder ao registo nos termos do n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 312/2002, de 20 de dezembro, alterado pela Lei n.º 3 -B/2010, de 28 de abril.

3 — O INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., define, por regulamento a publicar na 2.ª série do *Diário da República*, as regras de registo das entidades que procedem à primeira alienação a título oneroso de produtos cosméticos e de higiene corporal em território nacional, para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 312/2002, de 20 de dezembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril.

## Artigo 177.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 223/95, de 8 de setembro**

1 — O artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 223/95, de 8 de setembro, alterado pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, passa a ter a seguinte redação:

## «Artigo 7.º

[...]

O subsídio por morte é igual a três vezes o valor da remuneração mensal, suscetível de pagamento de quota para a Caixa Geral de Aposentações, a que o funcionário ou agente tem direito à data do seu falecimento, com o limite máximo de três vezes o indexante dos apoios sociais.»

2 — O disposto no número anterior aplica-se às prestações requeridas a partir da entrada em vigor da presente lei.

## Artigo 178.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 71/2006, de 24 de março**

O artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 71/2006, de 24 de março, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 3.º  
[...]

1 — .....

2 — São ainda receitas do Fundo:

a) O montante das cobranças provenientes da harmonização fiscal entre o gasóleo de aquecimento e o gasóleo rodoviário;

b) 80 % do montante das cobranças provenientes da taxa sobre lâmpadas de baixa eficiência, prevista no Decreto-Lei n.º 108/2007, de 12 de abril;

c) 70 % do produto das compensações pelo não cumprimento da obrigação de incorporação de biocombustíveis, prevista no Decreto-Lei n.º 49/2009, de 26 de fevereiro;

d) O montante das receitas de leilões para o setor da aviação, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 93/2010, de 27 de julho;

e) O montante das receitas nacionais de leilões relativos ao comércio europeu de licenças de emissão (CELE), no âmbito dos artigos 16.º-B e 16.º-C do Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de dezembro;

f) O montante de outras receitas que venham a ser afetadas a seu favor.

3 — (*Anterior n.º 2.*)»

## Artigo 179.º

**Alterações ao Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto**

1 — O artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 2.º  
[...]

O presente decreto-lei aplica-se aos contratos de empreitada e subempreitada de obras públicas celebrados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março, e aos contratos de empreitada e subempreitada de obras públicas celebrados ou a celebrar ao abrigo do Código dos Contratos Públicos (CCP) até 1 de julho de 2016.»

2 — É aditado ao Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, o artigo 4.º-A, com a seguinte redação:

«Artigo 4.º-A  
**Subempreitadas**

O disposto nos números anteriores aplica-se, com as devidas adaptações, aos contratos de subempreitada celebrados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março, e aos contratos de subempreitada de obras públicas celebrados ou a celebrar ao abrigo do Código dos Contratos Públicos (CCP) até 1 de julho de 2016.»

## Artigo 180.º

**Alteração ao Código das Sociedades Comerciais**

O artigo 396.º do Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 396.º  
[...]

- 1 — .....  
2 — .....  
3 — .....  
4 — .....  
5 — É dispensada a prestação de caução aos administradores não executivos e não remunerados.»

Artigo 181.º  
**Alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro**

O artigo 2.º da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, alterada pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 2.º  
[...]

- 1 — .....  
2 — .....  
3 — As modalidades previstas no n.º 1 têm natureza subsidiária e temporária, sendo aplicáveis a operações de capitalização de instituições de crédito a realizar até 31 de dezembro de 2013.»

Artigo 182.º  
**Alteração à Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro**

- 1 — São aditados à Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro, os artigos 8.º-A e 18.º, com a seguinte redação:

«Artigo 8.º-A  
**Peritos externos**

1 — A avaliação externa é realizada por equipas de avaliação constituídas por trabalhadores do serviço do Ministério da Educação e Ciência responsável pela recolha da informação considerada adequada e por perito ou peritos externos.

2 — A responsabilidade da seleção dos peritos externos é das instituições de ensino superior, público ou privado, universitário ou politécnico ou das instituições de investigação que, para o efeito, celebrem protocolo com o serviço referido no número anterior.

3 — Os peritos a selecionar devem ser docentes do ensino superior, público ou privado, ou investigadores, de preferência titulares do grau académico de doutor, ou, ainda, titulares do grau académico de mestre ou licenciado, neste caso, desde que detentores de currículo escolar ou científico especialmente relevante que seja reconhecido como atestando a capacidade para a realização de avaliação externa.

4 — O valor global da peritagem objeto de cada protocolo é transferido do orçamento do serviço referido no n.º 1 para as entidades a que alude o n.º 2.

5 — O valor global da peritagem resulta do cálculo, por cada avaliação externa e perito, do valor correspondente a 50 % do nível remuneratório 9 da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas.

6 — Os peritos externos têm direito à perceção de ajudas de custo e de despesas de transporte nos termos da lei geral.

Artigo 18.º  
**Regulamentação**

Sem prejuízo do disposto no artigo 8.º-A, a matéria da avaliação externa das escolas será objeto do estabelecimento do regime jurídico, até 120 dias após a entrada em vigor da presente lei, devendo conter a previsão de uma instância de recurso.»

2 — É declarada a caducidade do artigo 17.º da Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro.

Artigo 183.º  
**Alteração à Lei n.º 75/98, de 19 de novembro**

Os artigos 1.º e 2.º da Lei n.º 75/98, de 19 de novembro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 1.º  
[...]

1 — Quando a pessoa judicialmente obrigada a prestar alimentos a menor residente em território nacional não satisfizer as quantias em dívida pelas formas previstas no artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de outubro, e o alimentado não tenha rendimento ilíquido superior ao valor do indexante dos apoios sociais (IAS) nem beneficie nessa medida de rendimentos de outrem a cuja guarda se encontre, o Estado assegura as prestações previstas na presente lei até ao início do efetivo cumprimento da obrigação.

2 — O pagamento das prestações a que o Estado se encontra obrigado, nos termos da presente lei, cessa no dia em que o menor atinja a idade de 18 anos.

Artigo 2.º  
[...]

1 — As prestações atribuídas nos termos da presente lei são fixadas pelo tribunal e não podem exceder, mensalmente, por cada devedor, o montante de 1 IAS, independentemente do número de filhos menores.

2 — ..... »

Artigo 184.º  
**Alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro**

O artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 68/2009, de 20 de março, pela Lei n.º 5/2010, de 5 de maio, e pelos Decretos-Leis n.ºs 72/2010, de 18 de junho, e 64/2012, de 15 de março, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 30.º  
[...]

1 — .....

2 — .....

- 3 — .....  
4 — O montante mensal do subsídio social de desemprego subsequente não pode ser superior ao valor do subsídio de desemprego que o beneficiário se encontrava a receber.»

Artigo 185.º

**Alteração ao Regulamento das Custas Processuais**

O artigo 4.º do Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 22/2008, de 24 de abril, e alterado pela Lei n.º 43/2008, de 27 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 181/2008, de 28 de agosto, pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 3-B/2010, de 28 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 52/2011, de 13 de abril, e pela Lei n.º 7/2012, de 13 de fevereiro, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 4.º

[...]

- 1 — .....  
a) .....  
b) .....  
c) .....  
d) .....  
e) .....  
f) .....  
g) .....  
h) .....  
i) .....  
j) .....  
l) O Fundo de Garantia Salarial, nas ações em que tenha de intervir;  
l) .....  
m) .....  
n) .....  
o) .....  
p) .....  
q) .....  
r) .....  
s) .....  
t) .....  
u) .....  
v) O Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, nas ações em que tenha de intervir na qualidade de gestor do Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores.  
2 — .....  
3 — .....  
4 — .....  
5 — .....  
6 — .....  
7 — ..... »

## CAPÍTULO XII

### Impostos diretos

#### SECÇÃO I

#### Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares

##### Artigo 186.º

##### Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

Os artigos 2.º, 16.º, 22.º, 25.º, 31.º, 41.º, 68.º, 68.º-A, 71.º, 72.º, 78.º, 79.º, 81.º, 83.º, 85.º, 88.º, 101.º, 119.º e 124.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (Código do IRS), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, passam a ter a seguinte redação:

##### «Artigo 2.º

##### [...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- a) .....
  - 1) .....
    - 2) O subsídio de refeição na parte em que exceder o limite legal estabelecido ou em que o exceda em 60 % sempre que o respetivo subsídio seja atribuído através de vales de refeição;
    - 3) .....
    - 4) .....
    - 5) .....
    - 6) .....
    - 7) .....
    - 8) .....
    - 9) .....
    - 10) .....
  - c) .....
  - d) .....
  - e) .....
  - f) .....
  - g) .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....
- 8 — .....
- a) .....
  - b) Os benefícios imputáveis à utilização e fruição de realizações de utilidade social e de lazer mantidas pela entidade patronal ou previstos no Decreto-Lei n.º 26/99, de 28 de janeiro, desde que observados os critérios estabelecidos no artigo 43.º do Código do IRC;
  - c) .....
  - d) .....

- 9 — .....  
10 — .....  
11 — .....  
12 — .....  
13 — .....  
14 — .....  
15 — Consideram-se incluídas na alínea *c)* do n.º 1 as remunerações auferidas na qualidade de deputado ao Parlamento Europeu.

#### Artigo 16.º

[...]

- 1 — .....  
2 — .....  
3 — .....  
4 — .....  
5 — .....  
6 — .....  
7 — .....  
8 — .....  
9 — .....  
10 — .....  
11 — Enquadra-se no disposto na alínea *d)* do n.º 1 o exercício de funções de deputado ao Parlamento Europeu.

#### Artigo 22.º

[...]

- 1 — .....  
2 — .....  
3 — .....  
a) Os rendimentos auferidos por sujeitos passivos não residentes em território português, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 72.º;  
b) .....  
4 — .....  
5 — Quando o sujeito passivo exerça a opção referida no n.º 3, fica, por esse facto, obrigado a englobar a totalidade dos rendimentos compreendidos nos n.ºs 6 do artigo 71.º, 8 do artigo 72.º e 7 do artigo 81.º.  
6 — .....  
7 — .....

#### Artigo 25.º

[...]

- 1 — .....  
2 — .....  
3 — .....

4 — A dedução prevista na alínea *a*) do n.º 1 pode ser elevada até 75 % de 12 vezes o valor do IAS desde que a diferença resulte de quotizações para ordens profissionais suportadas pelo próprio sujeito passivo e indispensáveis ao exercício da respetiva atividade desenvolvida exclusivamente por conta de outrem.

5 — .....

6 — .....

#### Artigo 31.º

[...]

1 — .....

2 — Até a aprovação dos indicadores mencionados no número anterior, ou na sua ausência, o rendimento tributável é obtido adicionando aos rendimentos decorrentes de prestações de serviços efetuados pelo sócio a uma sociedade abrangida pelo regime de transparência fiscal, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 6.º do Código do IRC, o montante resultante da aplicação do coeficiente de 0,20 ao valor das vendas de mercadorias e de produtos e do coeficiente de 0,75 aos restantes rendimentos provenientes desta categoria, excluindo a variação de produção.

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — .....

7 — .....

8 — .....

9 — .....

#### Artigo 41.º

[...]

1 — Aos rendimentos brutos referidos no artigo 8.º deduzem-se as despesas de manutenção e de conservação que incumbam ao sujeito passivo, por ele sejam suportadas e se encontrem documentalmente provadas, bem como o imposto municipal sobre imóveis e o imposto do selo que incide sobre o valor dos prédios ou parte de prédios cujo rendimento seja objeto de tributação no ano fiscal.

2 — .....

3 — .....

#### Artigo 68.º

[...]

1 — .....

Rendimento coletável (euros)	Taxas (percentagem)	
	Normal (A)	Média (B)
Até 7 000 .....	14,50	14,500
De mais de 7 000 até 20 000 .....	28,50	23,600
De mais de 20 000 até 40 000 .....	37	30,300
De mais de 40 000 até 80 000 .....	45	37,650
Superior a 80 000 .....	48	—



2 — O quantitativo do rendimento coletável, quando superior a €7000, é dividido em duas partes: uma, igual ao limite do maior dos escalões que nele couber, à qual se aplica a taxa da col. (B) correspondente a esse escalão; outra, igual ao excedente, a que se aplica a taxa da col. (A) respeitante ao escalão imediatamente superior.

#### Artigo 68.º-A

#### **Taxa adicional de solidariedade**

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo 68.º, ao quantitativo do rendimento coletável superior a €80 000 incidem as taxas adicionais de solidariedade constantes da tabela seguinte:

Rendimento coletável (euros)	Taxa (percentagem)
De mais de 80 000 até 250 000 .....	2,5
Superior a 250 000 .....	5

2 — O quantitativo da parte do rendimento coletável que exceda €80 000, quando superior a €250 000, é dividido em duas partes: uma, igual a €170 000, à qual se aplica a taxa de 2,5 %; outra, igual ao rendimento coletável que exceda €250 000, à qual se aplica a taxa de 5 %.

3 — (*Anterior n.º 2.*)

#### Artigo 71.º

[...]

1 — Estão sujeitos a retenção na fonte a título definitivo, à taxa liberatória de 28 %, os seguintes rendimentos obtidos em território português:

- a) .....
- b) .....
- c) .....
- d) .....

2 — Estão sujeitos a retenção na fonte a título definitivo, à taxa liberatória de 28 %, os rendimentos de valores mobiliários pagos ou colocados à disposição dos respetivos titulares, residentes em território português, devidos por entidades que não tenham aqui domicílio a que possa imputar-se o pagamento, por intermédio de entidades que estejam mandatadas por devedores ou titulares ou ajam por conta de uns ou outros.

3 — .....

4 — Estão sujeitos a retenção na fonte a título definitivo, à taxa liberatória de 25 %, os seguintes rendimentos obtidos em território português por não residentes:

- a) .....
- b) .....
- c) .....
- d) .....

5 — .....

6 — .....

7 — .....

8 — .....

- 9 — .....  
 10 — .....  
 11 — .....  
 12 — .....  
 13 — .....  
 14 — .....

Artigo 72.º  
 [...]

1 — As mais-valias e outros rendimentos auferidos por não residentes em território português que não sejam imputáveis a estabelecimento estável nele situado e que não sejam sujeitos a retenção na fonte às taxas liberatórias são tributadas à taxa autónoma de 28 %, salvo o disposto no n.º 4.

- 2 — .....  
 3 — .....

4 — O saldo positivo entre as mais-valias e menos-valias, resultante das operações previstas nas alíneas *b)*, *e)*, *f)* e *g)* do n.º 1 do artigo 10.º, é tributado à taxa de 28 %.

5 — Os rendimentos de capitais, tal como são definidos no artigo 5.º e mencionados no n.º 1 do artigo 71.º, devidos por entidades não residentes, quando não sujeitos a retenção na fonte, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, são tributados autonomamente à taxa de 28 %.

- 6 — .....

7 — Os rendimentos prediais são tributados autonomamente à taxa de 28 %.

8 — Os rendimentos previstos nos n.ºs 4 a 7 podem ser englobados por opção dos respetivos titulares residentes em território português.

- 9 — (*Anterior n.º 8.*)  
 10 — (*Anterior n.º 9.*)  
 11 — (*Anterior n.º 10.*)  
 12 — (*Anterior n.º 11.*)

Artigo 78.º  
 [...]

- 1 — .....  
 2 — .....  
 3 — .....  
 4 — .....  
 5 — .....  
 6 — .....  
 7 — .....

(Em euros)

Escalão de rendimento coletável	Limite
Até 7 000 .....	Sem limite
De mais de 7 000 até 20 000 .....	1 250
De mais de 20 000 até 40 000 .....	1 000
De mais de 40 000 até 80 000 .....	500
Superior a 80 000 .....	0

8 — Os limites previstos para os 2.º, 3.º e 4.º escalões de rendimentos na tabela constante do número anterior são majorados em 10 % por cada dependente ou afilhado civil que não seja sujeito passivo do IRS.

9 — .....

#### Artigo 79.º

[...]

1 — À coleta devida por sujeitos passivos residentes em território português e até ao seu montante são deduzidos:

a) 45 % do valor do IAS, por cada sujeito passivo;

b) .....

c) 70 % do valor do IAS, por sujeito passivo, nas famílias monoparentais;

d) 45 % do valor do IAS, por cada dependente ou afilhado civil que não seja sujeito passivo do imposto;

e) .....

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — A dedução da alínea d) do n.º 1 é de 50 % do valor do IAS nos agregados com três ou mais dependentes a seu cargo, por cada dependente.

#### Artigo 81.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — Aos residentes não habituais em território português que obtenham, no estrangeiro, rendimentos da categoria A aplica-se o método da isenção, bastando que se verifique qualquer das condições previstas nas alíneas seguintes:

a) Sejam tributados no outro Estado contratante, em conformidade com convenção para eliminar a dupla tributação celebrada por Portugal com esse Estado; ou

b) .....

4 — Aos residentes não habituais em território português que obtenham, no estrangeiro, rendimentos da categoria B, auferidos em atividades de prestação de serviços de elevado valor acrescentado, com carácter científico, artístico ou técnico, a definir em portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, ou provenientes da propriedade intelectual ou industrial, ou ainda da prestação de informações respeitantes a uma experiência adquirida no setor industrial, comercial ou científico, bem como das categorias E, F e G, aplica-se o método da isenção, bastando que se verifique qualquer das condições previstas nas alíneas seguintes:

a) Possam ser tributados no outro Estado contratante, em conformidade com convenção para eliminar a dupla tributação celebrada por Portugal com esse Estado; ou

b) .....

5 — Aos residentes não habituais em território português que obtenham, no estrangeiro, rendimentos da categoria H, na parte em que os mesmos, quando tenham origem em contribuições, não tenham gerado uma dedução para efeitos do n.º 2 do artigo 25.º, aplica-se o método da isenção, bastando que se verifique qualquer das condições previstas nas alíneas seguintes:

a) Sejam tributados no outro Estado contratante, em conformidade com convenção para eliminar a dupla tributação celebrada por Portugal com esse Estado; ou

b) .....

6 — .....

7 — .....

### Artigo 83.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — Para os efeitos previstos nos números anteriores, as despesas de educação e formação suportadas só são dedutíveis desde que prestadas, respetivamente, por estabelecimentos de ensino integrados no sistema nacional de educação ou reconhecidos como tendo fins análogos pelos ministérios competentes, ou por entidades reconhecidas pelos ministérios que tutelam a área da formação profissional e, relativamente às últimas, apenas na parte em que não tenham sido consideradas como encargo da categoria B.

5 — .....

### Artigo 85.º

[...]

1 — .....

a) Juros de dívidas, por contratos celebrados até 31 de dezembro de 2011, contraídas com a aquisição, construção ou beneficiação de imóveis para habitação própria e permanente ou arrendamento devidamente comprovado para habitação permanente do arrendatário, até ao limite de €296;

b) Prestações devidas em resultado de contratos celebrados até 31 de dezembro de 2011 com cooperativas de habitação ou no âmbito do regime de compras em grupo, para a aquisição de imóveis destinados a habitação própria e permanente ou arrendamento para habitação permanente do arrendatário, devidamente comprovadas, na parte que respeitem a juros das correspondentes dívidas, até ao limite de €296;

c) Importâncias pagas a título de rendas por contrato de locação financeira celebrado até 31 de dezembro de 2011 relativo a imóveis para habitação própria e permanente efetuadas ao abrigo deste regime, na parte que não constituam amortização de capital, até ao limite de €296;

d) Importâncias, líquidas de subsídios ou participações oficiais, suportadas a título de renda pelo arrendatário de prédio urbano ou da sua fração autónoma para fins de habitação permanente, quando referentes a contratos de arrendamento celebrados a coberto do Regime do Arrendamento Urbano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 321-B/90, de 15 de outubro, ou do Novo Regime do Arrendamento Urbano, aprovado pela Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, até ao limite de €502.

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — .....

7 — .....

a) Em 50 % para os sujeitos passivos com rendimento coletável até ao limite do 1.º escalão;

b) Em 20 % para os sujeitos passivos com rendimento coletável até ao limite do 2.º escalão;

c) (Revogada.)

Artigo 88.º  
[...]

- 1 — .....  
2 — .....

(Em euros)	
Escalão de rendimento coletável	Limite
Até 7 000 .....	Sem limite
De mais de 7 000 até 20 000 .....	100
De mais de 20 000 até 40 000 .....	80
De mais de 40 000 até 80 000 .....	60
Superior a 80 000 .....	0

Artigo 101.º  
[...]

- 1 — .....  
     *a)* 16,5 %, tratando-se de rendimentos da categoria B referidos na alínea *c)* do n.º 1 do artigo 3.º, de rendimentos da categoria E ou de incrementos patrimoniais previstos nas alíneas *b)* e *c)* do n.º 1 do artigo 9.º;  
     *b)* 25 %, tratando-se de rendimentos decorrentes das atividades profissionais especificamente previstas na tabela a que se refere o artigo 151.º;  
     *c)* .....  
     *d)* .....  
     *e)* 25 %, tratando-se de rendimentos da categoria F.  
 2 — .....  
 3 — .....  
 4 — .....  
 5 — .....  
 6 — .....  
 7 — .....

Artigo 119.º  
[...]

- 1 — As entidades devedoras de rendimentos que estejam obrigadas a efetuar a retenção, total ou parcial, do imposto, bem como as entidades devedoras dos rendimentos previstos nos n.ºs 4), 5), 7), 9) e 10) da alínea *b)* do n.º 3 do artigo 2.º e dos rendimentos não sujeitos, total ou parcialmente, previstos no artigo 2.º e nos n.ºs 2, 4 e 5 do artigo 12.º, e ainda as entidades através das quais sejam processados os rendimentos sujeitos ao regime especial de tributação previsto no n.º 3 do artigo 72.º, são obrigadas a:  
     *a)* .....  
     *b)* .....

c) Entregar à Autoridade Tributária e Aduaneira uma declaração de modelo oficial, referente aos rendimentos pagos ou colocados à disposição e respetivas retenções de imposto, de contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e subsistemas legais de saúde, bem como de quotizações sindicais:

i) Até ao dia 10 do mês seguinte ao do pagamento ou colocação à disposição, caso se trate de rendimentos do trabalho dependente, ainda que isentos ou não sujeitos a tributação, sem prejuízo de poder ser estabelecido por portaria do Ministro das Finanças a sua entrega anual nos casos em que tal se justifique;

ii) Até ao final do mês de fevereiro de cada ano, relativamente aos restantes rendimentos do ano anterior;

d) .....

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — .....

7 — Tratando-se de rendimentos devidos a sujeitos passivos não residentes em território português, as entidades devedoras são obrigadas a:

a) Entregar à Autoridade Tributária e Aduaneira, até ao fim do 2.º mês seguinte àquele em que ocorre o ato do pagamento, do vencimento, ainda que presumido, da sua colocação à disposição, da sua liquidação ou do apuramento do respetivo quantitativo, consoante os casos, uma declaração de modelo oficial relativa àqueles rendimentos;

b) .....

8 — .....

9 — .....

10 — .....

11 — .....

12 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2, as entidades devedoras ou as entidades que paguem ou coloquem à disposição dos respetivos titulares residentes os rendimentos a que se refere o artigo 71.º ou quaisquer rendimentos sujeitos a retenção na fonte a título definitivo são obrigadas a:

a) .....

b) .....

c) Emitir a declaração prevista na alínea b) do n.º 1 nas condições previstas no n.º 3.

13 — .....

#### Artigo 124.º

[...]

As instituições de crédito e sociedades financeiras devem comunicar à Autoridade Tributária e Aduaneira, até ao final do mês de março de cada ano, relativamente a cada sujeito passivo, através de modelo oficial:

a) .....

b) ..... »

#### Artigo 187.º

##### **Sobretaxa em sede do IRS**

1 — Sobre a parte do rendimento coletável do IRS que resulte do englobamento nos termos do artigo 22.º do Código do IRS, acrescido dos rendimentos sujeitos às taxas especiais constantes dos n.ºs 3, 6, 11 e 12

do artigo 72.º do mesmo Código, auferido por sujeitos passivos residentes em território português, que exceda, por sujeito passivo, o valor anual da retribuição mínima mensal garantida, incide a sobretaxa de 3,5 %.

2 — À coleta da sobretaxa são deduzidos apenas:

a) 2,5 % do valor da retribuição mínima mensal garantida por cada dependente ou afilhado civil que não seja sujeito passivo do IRS;

b) As importâncias retidas nos termos dos n.ºs 5 a 9, que, quando superiores à sobretaxa devida, conferem direito ao reembolso da diferença.

3 — Aplicam-se à sobretaxa em sede do IRS as regras de liquidação previstas nos artigos 75.º a 77.º do Código do IRS e as regras de pagamento previstas no artigo 97.º do mesmo Código.

4 — Não se aplica à sobretaxa o disposto no artigo 95.º do Código do IRS.

5 — As entidades devedoras de rendimentos de trabalho dependente e de pensões são, ainda, obrigadas a reter uma importância correspondente a 3,5 % da parte do valor do rendimento que, depois de deduzidas as retenções previstas no artigo 99.º do Código do IRS e as contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e para subsistemas legais de saúde, exceda o valor da retribuição mínima mensal garantida.

6 — Encontra-se abrangido pela obrigação de retenção prevista no número anterior o valor do rendimento cujo pagamento ou colocação à disposição do respetivo beneficiário incumba, por força da lei, à segurança social ou a outra entidade.

7 — A retenção na fonte prevista nos números anteriores é efetuada no momento do pagamento do rendimento ou da sua colocação à disposição dos respetivos titulares.

8 — Aplica-se à retenção na fonte prevista nos n.ºs 5 a 7 o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 42/91, de 22 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 134/2001, de 24 de abril, e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, com as necessárias adaptações.

#### Artigo 188.º

#### **Disposições transitórias no âmbito do IRS**

1 — As entidades que procedam à retenção na fonte prevista no artigo anterior encontram-se obrigadas a declarar esses pagamentos na declaração prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 119.º do Código do IRS.

2 — O documento comprovativo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 119.º do Código do IRS deve conter menção dos montantes da retenção na fonte efetuada ao abrigo do artigo anterior.

3 — A receita da sobretaxa reverte integralmente para o Orçamento do Estado, nos termos dos artigos 10.º-A, 10.º-B e 88.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro.

4 — Nos termos do número anterior, a receita da sobretaxa não releva para efeitos de cálculo das subvenções previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º e no artigo 30.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.

5 — Até 30 de janeiro de 2013, os sujeitos passivos do IRS enquadrados no regime simplificado da categoria B podem livremente optar pelo regime da contabilidade organizada.

6 — Os rendimentos brutos de cada uma das categorias A, B e H auferidos por sujeitos passivos com deficiência são considerados, para efeitos do IRS, apenas por 90 % em 2013.

7 — Não obstante o disposto no número anterior, a parte do rendimento excluída de tributação não pode exceder em 2013, por categoria de rendimentos, €2500.

8 — As remissões constantes de quaisquer diplomas de caráter não fiscal para os escalões de taxas do IRS, previstos no artigo 68.º do Código do IRS, consideram-se efetuadas para os escalões vigentes em 31 de Dezembro de 2012.

## Artigo 189.º

**Norma revogatória no âmbito do Código do IRS**

É revogada a alínea c) do n.º 7 do artigo 85.º do Código do IRS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro.

## Artigo 190.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 42/91, de 22 de janeiro**

O artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 42/91, de 22 de janeiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 134/2011, de 24 de abril, e 194/2002, de 25 de setembro, passa a ter a seguinte redação:

## «Artigo 6.º

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — A retenção mensal não pode exceder 45 % do rendimento de cada uma das categorias A e H, pago ou colocado à disposição de cada titular no mesmo período.»

## SECÇÃO II

**Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas**

## Artigo 191.º

**Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas**

Os artigos 14.º, 51.º, 67.º, 87.º, 87.º-A, 105.º, 105.º-A, 106.º, 107.º e 118.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, passam a ter a seguinte redação:

## «Artigo 14.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — Estão isentos os lucros que uma entidade residente em território português, nas condições estabelecidas no artigo 2.º da Diretiva n.º 2011/96/UE, do Conselho, de 30 de novembro, coloque à disposição de entidade residente noutro Estado membro da União Europeia que esteja nas mesmas condições e que detenha diretamente uma participação no capital da primeira não inferior a 10 % e desde que esta tenha permanecido na sua titularidade, de modo ininterrupto, durante um ano.
- 4 — Para que seja imediatamente aplicável o disposto no número anterior, deve ser feita prova perante a entidade que se encontra obrigada a efetuar a retenção na fonte, anteriormente à data da colocação à disposição dos rendimentos ao respetivo titular, de que este se encontra nas condições de que depende a isenção aí prevista, sendo a relativa às condições estabelecidas no artigo 2.º da Diretiva n.º 2011/96/UE, do Conselho, de 30 de novembro, efetuada através de declaração confirmada e autenticada pelas autoridades fiscais competentes do Estado membro da União Europeia de que é residente a entidade beneficiária dos rendimentos, sendo ainda de observar as exigências previstas no artigo 119.º do Código do IRS.
- 5 — .....



6 — A isenção referida no n.º 3 e o disposto no n.º 4 são igualmente aplicáveis relativamente aos lucros que uma entidade residente em território português, nas condições estabelecidas no artigo 2.º da Diretiva n.º 2011/96/UE, do Conselho, de 30 de novembro, coloque à disposição de um estabelecimento estável, situado noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, de uma entidade residente num Estado membro da União Europeia que esteja nas mesmas condições e que detenha, total ou parcialmente, por intermédio do estabelecimento estável uma participação direta não inferior a 10 % e desde que esta tenha permanecido na sua titularidade, de modo ininterrupto, durante um ano.

7 — .....

8 — .....

9 — .....

10 — O disposto nos n.ºs 3 a 5 é igualmente aplicável aos lucros que uma entidade residente em território português, nos termos e condições aí referidos, coloque à disposição de uma entidade residente num Estado membro do Espaço Económico Europeu que esteja vinculada a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade, equivalente à estabelecida no âmbito da União Europeia, desde que ambas as entidades preencham condições equiparáveis, com as necessárias adaptações, às estabelecidas no artigo 2.º da Diretiva n.º 2011/96/UE, do Conselho, de 30 de novembro, e façam a prova da verificação das condições e requisitos de que depende aquela aplicação nos termos previstos na parte final do n.º 4, com as necessárias adaptações.

11 — .....

#### Artigo 51.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 é também aplicável quando uma entidade residente em território português detenha uma participação, nos termos e condições aí referidos, em entidade residente noutro Estado membro da União Europeia, desde que ambas as entidades preencham os requisitos estabelecidos no artigo 2.º da Diretiva n.º 2011/96/UE, do Conselho, de 30 de novembro.

6 — O disposto nos n.ºs 1 e 5 é igualmente aplicável aos rendimentos, incluídos na base tributável, correspondentes a lucros distribuídos que sejam imputáveis a um estabelecimento estável, situado em território português, de uma entidade residente noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, neste caso desde que exista obrigação de cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida no âmbito da União Europeia, que detenha uma participação, nos termos e condições aí referidos, em entidade residente num Estado membro, desde que ambas essas entidades preencham os requisitos e condições estabelecidas no artigo 2.º da Diretiva n.º 2011/96/UE, do Conselho, de 30 de novembro, ou, no caso de entidades do Espaço Económico Europeu, requisitos e condições equiparáveis.

7 — .....

8 — .....

9 — .....

10 — .....

11 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 é igualmente aplicável quando uma entidade residente em território português detenha uma participação, nos mesmos termos e condições, em entidade residente noutro Estado membro do Espaço Económico Europeu que esteja vinculado a cooperação administrativa no

domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida no âmbito da União Europeia, desde que ambas as entidades reúnam condições equiparáveis, com as necessárias adaptações, às estabelecidas no artigo 2.º da Diretiva n.º 2011/96/UE, do Conselho, de 30 de novembro.

12 — Para efeitos do disposto nos n.ºs 5 e 11, o sujeito passivo deve provar que a entidade participada e, no caso do n.º 6, também a entidade beneficiária cumprem as condições estabelecidas no artigo 2.º da Diretiva n.º 2011/96/UE, do Conselho, de 30 de novembro, ou, no caso de entidades do Espaço Económico Europeu, condições equiparáveis, mediante declaração confirmada e autenticada pelas autoridades fiscais competentes do Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu de que é residente.

#### Artigo 67.º

##### **Limitação à dedutibilidade de gastos de financiamento**

1 — Os gastos de financiamento líquidos são dedutíveis até à concorrência do maior dos seguintes limites:

- a) €3 000 000; ou
- b) 30 % do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

2 — Os gastos de financiamento líquidos não dedutíveis nos termos do número anterior podem ainda ser considerados na determinação do lucro tributável de um ou mais dos cinco períodos de tributação posteriores, conjuntamente com os gastos financeiros desse mesmo período, observando-se as limitações previstas no número anterior.

3 — Sempre que o montante dos gastos de financiamento deduzidos seja inferior a 30 % do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos, a parte não utilizada deste limite acresce ao montante máximo dedutível, nos termos da mesma disposição, em cada um dos cinco períodos de tributação posteriores, até à sua integral utilização.

4 — No caso de entidades tributadas no âmbito do regime especial de tributação de grupos de sociedades, o disposto no presente artigo é aplicável a cada uma das sociedades do grupo.

5 — O disposto no presente artigo aplica-se aos estabelecimentos estáveis de entidades não residentes, com as necessárias adaptações.

6 — Sempre que o período de tributação tenha duração inferior a um ano, o limite previsto na alínea a) do n.º 1 é determinado proporcionalmente ao número de meses desse período de tributação.

7 — O disposto no presente artigo não se aplica às entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal e do Instituto de Seguros de Portugal nem às sucursais em Portugal de instituições de crédito e outras instituições financeiras ou empresas de seguros com sede em outro Estado membro da União Europeia.

8 — Para efeitos do presente artigo, consideram-se gastos de financiamento líquidos as importâncias devidas ou associadas à remuneração de capitais alheios, designadamente juros de descobertos bancários e de empréstimos obtidos a curto e longo prazos, juros de obrigações e outros títulos assimilados, amortizações de descontos ou de prémios relacionados com empréstimos obtidos, amortizações de custos acessórios incorridos em ligação com a obtenção de empréstimos, encargos financeiros relativos a locações financeiras, bem como as diferenças de câmbio provenientes de empréstimos em moeda estrangeira, deduzidos dos rendimentos de idêntica natureza.

#### Artigo 87.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....

- 3 — .....  
 4 — .....  
 a) (*Revogada.*)  
 b) (*Revogada.*)  
 c) .....  
 d) .....  
 e) (*Revogada.*)  
 f) (*Revogada.*)  
 g) .....  
 h) .....  
 i) .....  
 5 — .....  
 6 — .....  
 7 — .....

Artigo 87.º-A  
 [...]

- 1 — .....

Lucro tributável (euros)	Taxa (percentagem)
De mais de 1 500 000 até 7 500 000 .....	3
Superior a 7 500 000 .....	5

2 — O quantitativo da parte do lucro tributável que exceda €1 500 000, quando superior a €7 500 000, é dividido em duas partes: uma, igual a €6 000 000, à qual se aplica a taxa de 3 %; outra, igual ao lucro tributável que exceda €7 500 000, à qual se aplica a taxa de 5 %.

- 3 — .....  
 4 — .....

Artigo 105.º  
 [...]

- 1 — .....

2 — Os pagamentos por conta dos sujeitos passivos cujo volume de negócios do período de tributação imediatamente anterior àquele em que se devam efetuar esses pagamentos seja igual ou inferior a €500 000 correspondem a 80 % do montante do imposto referido no número anterior, repartido por três montantes iguais, arredondados, por excesso, para euros.

3 — Os pagamentos por conta dos sujeitos passivos cujo volume de negócios do período de tributação imediatamente anterior àquele em que se devam efetuar esses pagamentos seja superior a €500 000 correspondem a 95 % do montante do imposto referido no n.º 1, repartido por três montantes iguais, arredondados, por excesso, para euros.

- 4 — .....  
 5 — .....  
 6 — .....  
 7 — .....

Artigo 105.º-A  
[...]

- 1 — .....  
2 — .....

Lucro tributável (euros)	Taxa (percentagem)
De mais de 1 500 000 até 7 500 000 .....	2,5
Superior a 7 500 000 .....	4,5

3 — O quantitativo da parte do lucro tributável que exceda €1 500 000, quando superior a €7 500 000, é dividido em duas partes: uma, igual a €6 000 000, à qual se aplica a taxa de 2,5 %; outra, igual ao lucro tributável que exceda €7 500 000, à qual se aplica a taxa de 4,5 %.

- 4 — .....

Artigo 106.º  
[...]

- 1 — .....  
2 — .....  
3 — Ao montante apurado nos termos do número anterior deduzem-se os pagamentos por conta calculados nos termos do artigo 105.º, efetuados no período de tributação anterior.  
4 — .....  
5 — .....  
6 — .....  
7 — .....  
8 — .....  
9 — .....  
10 — .....  
11 — .....  
12 — Quando seja aplicável o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, é devido um pagamento especial por conta por cada uma das sociedades do grupo, incluindo a sociedade dominante, cabendo a esta última as obrigações de determinar o valor global do pagamento especial por conta, deduzindo o montante dos pagamentos por conta que seria devido por cada uma das sociedades do grupo se este regime não fosse aplicável, e de proceder à sua entrega.  
13 — O montante dos pagamentos por conta a que se refere o número anterior é o que resulta da declaração periódica de rendimentos de cada uma das sociedades do grupo, incluindo a da sociedade dominante, prevista na alínea b) do n.º 6 do artigo 120.º.

Artigo 107.º  
[...]

- 1 — Se o sujeito passivo verificar, pelos elementos de que disponha, que o montante do pagamento por conta já efetuado é igual ou superior ao imposto que será devido com base na matéria coletável do período de tributação, pode deixar de efetuar o terceiro pagamento por conta.

2 — Verificando-se, face à declaração periódica de rendimentos do exercício a que respeita o imposto, que, em consequência da suspensão da terceira entrega por conta prevista no número anterior, deixou de ser paga uma importância superior a 20 % da que, em condições normais, teria sido entregue, há lugar a juros compensatórios desde o termo do prazo em que a entrega deveria ter sido efetuada até ao termo do prazo para o envio da declaração ou até à data do pagamento da autoliquidação, se anterior.

3 — Se a terceira entrega por conta a efetuar for superior à diferença entre o imposto total que o sujeito passivo julgar devido e as entregas já efetuadas, pode aquele limitar o terceiro pagamento a essa diferença, sendo de aplicar o disposto nos números anteriores, com as necessárias adaptações.

#### Artigo 118.º

[...]

1 — .....

2 — Sempre que a declaração de início de atividade a que se refere o artigo 31.º do Código do IVA deva ser apresentada até ao termo do prazo previsto no número anterior, esta declaração considera-se, para todos os efeitos, como a declaração de inscrição no registo.

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — .....

7 — ..... »

#### Artigo 192.º

##### **Disposição transitória no âmbito do Código do IRC**

1 — A redação conferida pela presente lei aos artigos 87.º-A e 105.º-A do Código do IRC aplica-se apenas aos lucros tributáveis referentes ao período de tributação que se inicie após 1 de janeiro de 2013.

2 — Nos períodos de tributação iniciados entre 2013 e 2017, o limite referido na alínea *b)* do n.º 1 do artigo 67.º do Código do IRC, sem prejuízo do limite máximo dedutível previsto no n.º 3 do mesmo artigo, é de 70 % em 2013, 60 % em 2014, 50 % em 2015, 40 % em 2016 e 30 % em 2017.

#### Artigo 193.º

##### **Norma revogatória no âmbito do Código do IRC**

São revogadas as alíneas *a)*, *b)*, *e)* e *f)* do n.º 4 do artigo 87.º do Código do IRC.

#### Artigo 194.º

##### **Despesas com equipamentos e *software* de faturação eletrónica**

1 — As desvalorizações excecionais decorrentes do abate, em 2013, de programas e equipamentos informáticos de faturação que sejam substituídos por programas de faturação eletrónica são consideradas perdas por imparidade.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, o sujeito passivo fica dispensado de obter a aceitação, por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, prevista no n.º 2 do artigo 38.º do Código do IRC.

3 — As despesas com a aquisição de programas e equipamentos informáticos de faturação eletrónica, adquiridos no ano de 2013, podem ser consideradas como gasto fiscal no período de tributação em que sejam suportadas.

**CAPÍTULO XIII**  
**Impostos indiretos**

**SECÇÃO I**  
**Imposto sobre o valor acrescentado**

Artigo 195.º

**Alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado**

Os artigos 9.º, 11.º, 12.º, 15.º, 19.º, 21.º, 35.º, 78.º, 82.º e 88.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (Código do IVA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 9.º  
[...]

- .....
- 1) .....
  - 2) .....
  - 3) .....
  - 4) .....
  - 5) .....
  - 6) .....
  - 7) .....
  - 8) .....
  - 9) .....
  - 10) .....
  - 11) .....
  - 12) .....
  - 13) .....
  - 14) .....
  - 15) .....
  - 16) A transmissão do direito de autor e a autorização para a utilização da obra intelectual, definidas no Código de Direito de Autor, quando efetuadas pelos próprios autores, seus herdeiros ou legatários, ou ainda por terceiros, por conta deles, ainda que o autor seja pessoa coletiva;
  - 17) .....
  - 18) .....
  - 19) .....
  - 20) .....
  - 21) .....
  - 22) .....
  - 23) .....
  - 24) .....
  - 25) .....
  - 26) .....
  - 27) .....
  - 28) .....
  - 29) .....
  - 30) .....
  - 31) .....

- 32) .....  
33) (*Revogada.*) .....  
34) .....  
35) .....  
36) .....  
37) .....

Artigo 11.º  
[...]

O Ministro das Finanças pode determinar a sujeição a imposto de algumas das prestações de serviços referidas na alínea 34) do artigo 9.º quando a isenção ocasione distorções significativas de concorrência.

Artigo 12.º  
[...]

- 1 — .....  
a) .....  
b) .....  
c) Os sujeitos passivos que efetuem prestações de serviços referidas na alínea 34) do artigo 9.º.  
2 — .....  
3 — .....  
4 — .....  
5 — .....  
6 — .....  
7 — .....

Artigo 15.º  
[...]

- 1 — .....  
2 — .....  
3 — .....  
4 — .....  
5 — .....  
6 — .....  
7 — .....  
8 — .....  
9 — .....

10 — Estão isentas do imposto as transmissões de bens a título gratuito, para posterior distribuição a pessoas carenciadas, efetuadas ao Estado, a instituições particulares de solidariedade social e a organizações não governamentais sem fins lucrativos, bem como as transmissões de livros a título gratuito efetuadas aos departamentos governamentais nas áreas da cultura e da educação, a instituições de caráter cultural e educativo, a centros educativos de reinserção social e a estabelecimentos prisionais.

Artigo 19.º  
[...]

- 1 — .....  
2 — .....

- 3 — .....  
 4 — .....  
 5 — .....  
 6 — .....  
 7 — .....

8 — Nos casos em que a obrigação de liquidação e pagamento do imposto compete ao adquirente dos bens e serviços, apenas confere direito a dedução o imposto que for liquidado por força dessa obrigação.

#### Artigo 21.º

[...]

- 1 — .....  
 a) .....  
 b) .....  
 i) .....  
 ii) .....  
 iii) Máquinas consumidoras de gasóleo, GPL, gás natural ou biocombustíveis, bem como as máquinas que possuam matrícula atribuída pelas autoridades competentes, desde que, em qualquer dos casos, não sejam veículos matriculados;  
 iv) .....  
 v) .....  
 c) .....  
 d) .....  
 e) .....  
 2 — .....  
 3 — .....

#### Artigo 35.º

[...]

- 1 — .....  
 2 — .....  
 3 — As declarações são informadas no prazo de 30 dias pela Autoridade Tributária e Aduaneira, que se pronuncia sobre os elementos declarados e quaisquer outros com interesse para a apreciação da situação.  
 4 — No caso de a Autoridade Tributária e Aduaneira discordar dos elementos declarados, fixa os que entender adequados, disso notificando o sujeito passivo.  
 5 — As declarações referidas nos artigos 32.º e 33.º produzem efeitos a partir da data da sua apresentação no respeitante às operações referidas nas alíneas *d)* e *e)* do n.º 1 do artigo 2.º, bem como às operações que devam ser mencionadas na declaração recapitulativa a que se refere a alínea *c)* do n.º 1 do artigo 23.º do Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias.  
 6 — A Autoridade Tributária e Aduaneira pode, disso notificando o sujeito passivo, alterar oficiosamente os elementos relativos à atividade quando verifique alguma das seguintes situações:  
 a) Qualquer dos factos enunciados no n.º 2 do artigo 34.º;  
 b) A falsidade dos elementos declarados;



c) A existência de fundados indícios de fraude nas operações referidas;

d) Não terem sido apresentadas as declarações a que se refere o artigo 41.º, bem como aquelas a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias, por um período de, pelo menos, um ano ou, tendo sido apresentadas, não evidenciem qualquer atividade, por igual período.

#### Artigo 78.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....

a) .....

b) Em processo de insolvência, quando a mesma for decretada de caráter limitado ou após a homologação da deliberação prevista no artigo 156.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março;

c) Em processo especial de revitalização, após homologação do plano de recuperação pelo juiz, previsto no artigo 17.º-F do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas;

d) Nos termos previstos no Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial (SIREVE), após celebração do acordo previsto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 178/2012, de 3 de agosto.

8 — .....

9 — O valor global dos créditos referidos no número anterior, o valor global do imposto a deduzir, a realização de diligências de cobrança por parte do credor e o insucesso, total ou parcial, de tais diligências devem encontrar-se documentalmente comprovados e ser certificados por revisor oficial de contas, devendo este certificar, ainda, que se encontram verificados os requisitos legais para a dedução do imposto respeitante a créditos considerados incobráveis nos termos do n.º 7 deste artigo.

- 10 — .....
- 11 — .....
- 12 — .....
- 13 — .....
- 14 — .....
- 15 — .....
- 16 — .....
- 17 — .....

#### Artigo 82.º

[...]

As notificações referidas nos n.ºs 1 do artigo 28.º, 4 e 6 do artigo 35.º, 7 do artigo 41.º, 5 do artigo 55.º, 4 do artigo 58.º e 5 do artigo 63.º, no artigo 91.º e no n.º 3 do artigo 94.º, bem como as decisões a que se referem os n.ºs 3 do artigo 53.º e 4 do artigo 60.º, são efetuadas nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

## Artigo 88.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....

- a) .....
- b) .....

c) Se for declarada a cessação oficiosa referida no n.º 2 do artigo 34.º e a liquidação disser respeito ao período decorrido desde o momento em que a cessação deveria ter ocorrido.

- 5 — .....

6 — Relativamente à diferença que resultar da compensação prevista no número anterior, é extraída certidão de dívida nos termos do n.º 6 do artigo 27.º ou creditada a importância correspondente se essa diferença for a favor do sujeito passivo.»

## Artigo 196.º

**Aditamento ao Código do IVA**

São aditados ao Código do IVA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro, os artigos 78.º-A a 78.º-D, com a seguinte redação:

## «Artigo 78.º-A

**Créditos de cobrança duvidosa ou incobráveis — Dedução a favor do sujeito passivo**

1 — Os sujeitos passivos podem deduzir o imposto respeitante a créditos considerados de cobrança duvidosa, evidenciados como tal na contabilidade, sem prejuízo do disposto no artigo 78.º-D, bem como o respeitante a créditos considerados incobráveis.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se créditos de cobrança duvidosa aqueles que apresentem um risco de incobrabilidade devidamente justificado, o que se verifica nos seguintes casos:

a) O crédito esteja em mora há mais de 24 meses desde a data do respetivo vencimento, existam provas objetivas de imparidade e de terem sido efetuadas diligências para o seu recebimento e o ativo não tenha sido reconhecido contabilisticamente;

b) O crédito esteja em mora há mais de seis meses desde a data do respetivo vencimento, o valor do mesmo não seja superior a €750, IVA incluído, e o devedor seja particular ou sujeito passivo que realize exclusivamente operações isentas que não confirmem direito à dedução.

3 — Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se que o vencimento do crédito ocorre na data prevista no contrato celebrado entre o sujeito passivo e o adquirente ou, na ausência de prazo certo, após a interpelação prevista no artigo 805.º do Código Civil, não sendo oponível pelo adquirente à Autoridade Tributária e Aduaneira o incumprimento dos termos e demais condições acordadas com o sujeito passivo.

4 — Os sujeitos passivos podem, ainda, deduzir o imposto relativo a créditos considerados incobráveis nas seguintes situações, sempre que o facto relevante ocorra em momento anterior ao referido no n.º 2:

a) Em processo de execução, após o registo a que se refere a alínea c) do n.º 2 do artigo 806.º do Código do Processo Civil;

b) Em processo de insolvência, quando a mesma for decretada de caráter limitado ou após a homologação da deliberação prevista no artigo 156.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas;

c) Em processo especial de revitalização, após homologação do plano de recuperação pelo juiz, previsto no artigo 17.º-F do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas;

d) Nos termos previstos no Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial (SIREVE), após celebração do acordo previsto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 178/2012, de 3 de agosto.

5 — A dedução do imposto nos termos do número anterior exclui a possibilidade de dedução nos termos do n.º 1.

6 — Não são considerados créditos incobráveis ou de cobrança duvidosa:

a) Os créditos cobertos por seguro, com exceção da importância correspondente à percentagem de descoberto obrigatório, ou por qualquer espécie de garantia real;

b) Os créditos sobre pessoas singulares ou coletivas com as quais o sujeito passivo esteja em situação de relações especiais, nos termos do n.º 4 do artigo 63.º do Código do IRC;

c) Os créditos em que, no momento da realização da operação, o adquirente ou destinatário conste da lista de acesso público de execuções extintas com pagamento parcial ou por não terem sido encontrados bens penhoráveis e, bem assim, sempre que o adquirente ou destinatário tenha sido declarado falido ou insolvente em processo judicial anterior;

d) Os créditos sobre o Estado, regiões autónomas e autarquias locais ou aqueles em que estas entidades tenham prestado aval.

7 — Os sujeitos passivos perdem o direito à dedução do imposto respeitante a créditos considerados de cobrança duvidosa ou incobráveis sempre que ocorra a transmissão da titularidade dos créditos subjacentes.

#### Artigo 78.º-B

#### **Procedimento de dedução**

1 — A dedução do imposto associado a créditos considerados de cobrança duvidosa, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo anterior, é efetuada mediante pedido de autorização prévia a apresentar, por via eletrónica, no prazo de seis meses contados a partir da data em que os créditos sejam considerados de cobrança duvidosa, nos termos do referido número.

2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 4, o pedido de autorização prévia deve ser apreciado pela Autoridade Tributária e Aduaneira no prazo máximo de oito meses, findo o qual se considera indeferido.

3 — No caso de créditos abrangidos pela alínea b) do n.º 2 e pelo n.º 4 do artigo anterior, a dedução é efetuada pelo sujeito passivo sem necessidade de pedido de autorização prévia, reservando-se a Autoridade Tributária e Aduaneira a faculdade de controlar posteriormente a legalidade da pretensão do sujeito passivo.

4 — No caso de créditos não abrangidos pelo número anterior que sejam inferiores a €150 000, IVA incluído, por fatura, decorrido o prazo previsto no n.º 2, o pedido de autorização prévia é considerado deferido, reservando-se a Autoridade Tributária e Aduaneira a faculdade de controlar posteriormente a legalidade da pretensão do sujeito passivo.

5 — A apresentação de um pedido de autorização prévia pelo sujeito passivo para a dedução do imposto associado a créditos de cobrança duvidosa nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo anterior determina a notificação do adquirente pela Autoridade Tributária e Aduaneira, por via eletrónica, para que efetue a correspondente retificação, a favor do Estado, da dedução inicialmente efetuada, nos termos previstos no n.º 2 do artigo seguinte.

6 — Até ao final do prazo para a entrega da declaração periódica mencionada no n.º 2 do artigo seguinte, o adquirente pode identificar, por via eletrónica, no Portal das Finanças, as faturas que já se

encontram pagas ou em relação às quais não se encontra em mora, devendo fazer prova documental dos factos que alega.

7 — Sempre que o adquirente faça prova dos factos previstos no número anterior, a Autoridade Tributária e Aduaneira notifica o sujeito passivo, por via eletrónica, do indeferimento do pedido de autorização prévia.

8 — A dedução do imposto a favor do sujeito passivo deve ser efetuada na respetiva declaração periódica, até ao final do período seguinte àquele em que se verificar o deferimento do pedido de autorização prévia pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

9 — Os procedimentos para apresentação do pedido de autorização prévia e os modelos a utilizar são aprovados por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças.

#### Artigo 78.º-C

##### **Retificação a favor do Estado de dedução anteriormente efetuada**

1 — Nos casos em que haja lugar à retificação pelo adquirente da dedução prevista no n.º 5 do artigo anterior, esta deverá ser efetuada na declaração periódica relativa ao período de imposto em que ocorreu a respetiva notificação, identificando, em anexo, as correspondentes faturas, incluindo a identificação do emitente o valor da fatura e o imposto nela liquidado.

2 — Sempre que o adquirente não efetue a retificação da dedução prevista no número anterior ou não proceda nos termos referidos no n.º 6 do artigo anterior, a Autoridade Tributária e Aduaneira emite liquidação adicional, nos termos do artigo 87.º, correspondente ao imposto não retificado pelo devedor, notificando em simultâneo o sujeito passivo do deferimento do pedido referido no n.º 1 do artigo anterior, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do mesmo artigo.

3 — Em caso de recuperação, total ou parcial, dos créditos, os sujeitos passivos que hajam procedido anteriormente à dedução do imposto associado a créditos de cobrança duvidosa ou incobráveis devem entregar o imposto correspondente ao montante recuperado com a declaração periódica a apresentar no período do recebimento, ficando a dedução do imposto pelo adquirente dependente da apresentação de pedido de autorização prévia, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo anterior.

#### Artigo 78.º-D

##### **Documentação de suporte**

1 — A identificação da fatura relativa a cada crédito de cobrança duvidosa, a identificação do adquirente, o valor da fatura e o imposto liquidado, a realização de diligências de cobrança por parte do credor e o insucesso, total ou parcial, de tais diligências, bem como outros elementos que evidenciem a realização das operações em causa, devem encontrar-se documentalmente comprovados e ser certificados por revisor oficial de contas.

2 — A certificação por revisor oficial de contas a que se refere o número anterior é efetuada para cada um dos documentos e períodos a que se refere a dedução e até à entrega do correspondente pedido, sob pena de o pedido de autorização prévia não se considerar apresentado.

3 — O revisor oficial de contas deverá, ainda, certificar que se encontram verificados os requisitos legais para a dedução do imposto respeitante a créditos considerados incobráveis, atento o disposto no n.º 4 do artigo 78.º-A.»

#### Artigo 197.º

##### **Aditamento à lista I anexa ao Código do IVA**

São aditadas à lista I anexa ao Código do IVA as verbas 4.2 e 5, com a seguinte redação:

«4.2 — Prestações de serviços que contribuem para a realização da produção agrícola, designadamente as seguintes:

- a) As operações de sementeira, plantio, colheita, debulha, enfardação, ceifa, recolha e transporte;
- b) As operações de embalagem e de acondicionamento, tais como a secagem, limpeza, trituração, desinfeção e ensilagem de produtos agrícolas;
- c) O armazenamento de produtos agrícolas;
- d) A guarda, criação e engorda de animais;
- e) A locação, para fins agrícolas, dos meios normalmente utilizados nas explorações agrícolas e silvícolas;
- f) A assistência técnica;
- g) A destruição de plantas e animais nocivos e o tratamento de plantas e de terrenos por pulverização;
- h) A exploração de instalações de irrigação e de drenagem;
- i) A poda de árvores, corte de madeira e outras operações silvícolas.

5 — As transmissões de bens efetuadas no âmbito das seguintes atividades de produção agrícola:

5.1 — Cultura propriamente dita:

- 5.1.1 — Agricultura em geral, incluindo a viticultura;
- 5.1.2 — Fruticultura (incluindo a oleicultura) e horticultura floral e ornamental, mesmo em estufas;
- 5.1.3 — Produção de cogumelos, de especiarias, de sementes e de material de propagação vegetativa; exploração de viveiros.

Excetuam-se as atividades agrícolas não conexas com a exploração da terra ou em que esta tenha caráter meramente acessório, designadamente as culturas hidropónicas e a produção em vasos, tabuleiros e outros meios autónomos de suporte.

5.2 — Criação de animais conexa com a exploração do solo ou em que este tenha caráter essencial:

- 5.2.1 — Criação de animais;
- 5.2.2 — Avicultura;
- 5.2.3 — Cunicultura;
- 5.2.4 — Sericicultura;
- 5.2.5 — Helicicultura;
- 5.2.6 — Culturas aquícolas e piscícolas;
- 5.2.7 — Canicultura;
- 5.2.8 — Criação de aves canoras, ornamentais e de fantasia;
- 5.2.9 — Criação de animais para obter peles e pelo ou para experiências de laboratório.

5.3 — Apicultura.

5.4 — Silvicultura.

5.5 — São igualmente consideradas atividades de produção agrícola as atividades de transformação efetuadas por um produtor agrícola sobre os produtos provenientes, essencialmente, da respetiva produção agrícola com os meios normalmente utilizados nas explorações agrícolas e silvícolas.»

#### Artigo 198.º

#### **Disposição transitória no âmbito do Código do IVA**

1 — A redação da alínea c) do n.º 4 do artigo 88.º do Código do IVA, dada pela presente lei, tem natureza interpretativa.

2 — As alterações ao artigo 11.º e à alínea c) do n.º 1 do artigo 12.º e as revogações da alínea 33) do artigo 9.º e dos anexos A e B do Código do IVA entram em vigor em 1 de abril de 2013.

3 — Os sujeitos passivos que à data de 31 de Dezembro de 2012 se encontrem abrangidos pelo regime de isenção previsto na alínea 33) do artigo 9.º do Código do IVA, que, durante aquele ano civil, tenham realizado um volume de negócios superior a €10 000 ou que não reúnam as demais condições para o respetivo enquadramento no regime especial de isenção previsto no artigo 53.º daquele Código devem apresentar a declaração de alterações prevista no seu artigo 32.º, durante o 1.º trimestre de 2013.

4 — Os sujeitos passivos referidos no número anterior ficam submetidos ao regime geral de tributação do IVA a partir de 1 de abril de 2013.

5 — As alterações ao Decreto-Lei n.º 147/2003, de 11 de julho, previstas no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto, e na presente lei, apenas entram em vigor no dia 1 de maio de 2013.

6 — O disposto nos n.ºs 7 a 12, 16 e 17 do artigo 78.º do Código do IVA aplica-se apenas aos créditos vencidos antes de 1 de janeiro de 2013.

7 — O disposto nos artigos 78.º-A a 78.º-D do Código do IVA aplica-se aos créditos vencidos após a entrada em vigor da presente lei.

#### Artigo 199.º

##### **Norma revogatória no âmbito do Código do IVA**

1 — São revogados o n.º 33 do artigo 9.º e o artigo 43.º do Código do IVA.

2 — São revogados os anexos A e B ao Código do IVA.

#### Artigo 200.º

##### **Alteração ao anexo ao Decreto-Lei n.º 147/2003, de 11 de julho**

Os artigos 4.º, 5.º, 6.º, 8.º, 10.º e 11.º do regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos do IVA, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 147/2003, de 11 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 238/2006, de 20 de dezembro, e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto, passam a ter a seguinte redação:

#### «Artigo 4.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....
- 8 — .....
- 9 — .....
- 10 — .....

11 — Os documentos referidos nas alíneas a) e b) do n.º 6 e as alterações referidas no n.º 8 são comunicados, por inserção no Portal das Finanças, até ao 5.º dia útil seguinte ao do transporte.

#### Artigo 5.º

[...]

- 1 — .....

2 — Os documentos emitidos nos termos das alíneas *b)* a *e)* do número anterior devem ser processados em três exemplares, com uma ou mais séries, convenientemente referenciadas.

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — .....

*a)* .....

*b)* Através de serviço telefónico disponibilizado para o efeito, com indicação dos elementos essenciais do documento emitido, com inserção no Portal das Finanças, até ao 5.º dia útil seguinte, nos casos da alínea *e)* do n.º 1 ou, nos casos de inoperacionalidade do sistema informático da comunicação, desde que devidamente comprovado pelo respetivo operador.

7 — .....

8 — Nos casos referidos no número anterior, sempre que o transportador disponha de código fornecido pela AT, fica dispensado de se fazer acompanhar de documento de transporte.

9 — .....

10 — .....

11 — Nos casos em que a fatura serve também de documento de transporte e seja emitida pelos sistemas informáticos previstos nas alíneas *a)* a *d)* do n.º 1, fica dispensada a comunicação prevista no n.º 6, devendo a circulação dos bens ser acompanhada da respetiva fatura emitida.

#### Artigo 6.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — .....

7 — Nos casos referidos nas alíneas *a)* a *d)* do n.º 1 do artigo anterior, consideram-se exibidos os documentos comunicados à AT desde que apresentado o código atribuído de acordo com o n.º 7 do mesmo artigo.

8 — .....

9 — .....

10 — .....

#### Artigo 8.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

*a)* .....

*b)* .....

*c)* Não se encontrem em estado de falência ou de insolvência;

*d)* .....

6 — .....

## Artigo 10.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....

8 — Nos casos em que os adquirentes não se encontrem registados na AT para o exercício de uma atividade comercial, industrial ou agrícola, a AT emite, em tempo real, no Portal das Finanças, um alerta seguido de notificação, advertindo a tipografia de que não pode proceder à impressão dos documentos, sob pena de ser cancelada a autorização de impressão.

## Artigo 11.º

[...]

O Ministro das Finanças, por proposta do diretor-geral da AT, pode determinar a revogação da autorização concedida nos termos do artigo 8.º em todos os casos em que se deixe de verificar qualquer das condições referidas no seu n.º 5, sejam detetadas irregularidades relativamente às disposições do presente diploma ou se verifiquem outros factos que ponham em causa a idoneidade da empresa autorizada.»

## Artigo 201.º

**Regime transitório no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2003, de 11 de julho**

Os sujeitos passivos que se encontrem abrangidos pela obrigação prevista no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 147/2003, de 11 de julho, podem utilizar, até 31 de dezembro de 2013, os documentos de transporte impressos ao abrigo do regime em vigor até 1 de maio de 2013, sem prejuízo do cumprimento da obrigação de comunicação dos mesmos, nos termos do disposto no artigo 5.º do referido diploma legal.

## Artigo 202.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto**

Os artigos 1.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto, passam a ter a seguinte redação:

## «Artigo 1.º

[...]

1 — O presente diploma procede à criação de medidas de controlo da emissão de faturas e respetivos aspetos procedimentais, bem como a criação de um incentivo de natureza fiscal à exigência daqueles documentos por adquirentes que sejam pessoas singulares, alterando-se o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, e efetuando-se um conjunto de alterações ao regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos do IVA, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 147/2003, de 11 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 238/2006,



de 20 de dezembro, pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e pelo Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto.

2 — O presente diploma aplica-se ainda, com as devidas adaptações, aos documentos referidos nos n.ºs 6 do artigo 36.º e 1 do artigo 40.º do Código do IVA.

#### Artigo 3.º

[...]

- 1 — .....  
2 — A comunicação referida no número anterior deve ser efetuada até ao dia 25 do mês seguinte ao da emissão da fatura, não sendo possível alterar a via de comunicação no decurso do ano civil.  
3 — .....  
4 — .....  
5 — .....  
6 — .....  
7 — .....  
8 — ..... »

#### Artigo 203.º

##### **Alteração ao Decreto-Lei n.º 362/99, de 16 de setembro**

O artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 362/99, de 16 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2000, de 4 de abril, e pelo Decreto-Lei n.º 197/2012, de 24 de agosto, passa a ter a seguinte redação:

#### «Artigo 12.º

[...]

- 1 — Os sujeitos passivos que efetuem operações abrangidas no âmbito do presente diploma devem possuir um registo com a identificação de cada cliente com quem realizem operações de montante igual ou superior a €3 000, ainda que não se encontrem obrigados ao pagamento do imposto nos termos do artigo 10.º.  
2 — .....  
3 — .....  
4 — ..... »

#### Artigo 204.º

##### **Transferência do IVA para o desenvolvimento do turismo regional**

- 1 — A transferência a título do IVA destinada às entidades regionais de turismo é de €20 800 000.  
2 — A receita a transferir para as entidades regionais de turismo ao abrigo do número anterior é distribuída com base nos critérios definidos no Decreto-Lei n.º 67/2008, de 10 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 187/2009, de 12 de agosto.

#### SECÇÃO II

##### **Imposto do selo**

#### Artigo 205.º

##### **Alteração ao Código do Imposto do Selo**

Os artigos 2.º, 3.º, 5.º, 7.º, 22.º e 39.º do Código do Imposto do Selo, aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 de setembro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 2.º  
[...]

- 1 — .....
- a)* .....
- b)* .....
- c)* .....
- d)* .....
- e)* .....
- f)* .....
- g)* .....
- h)* .....
- i)* .....
- j)* .....
- l)* .....
- m)* .....
- n)* .....

*o)* A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, relativamente aos contratos de jogo celebrados no âmbito dos jogos sociais do Estado, cuja organização e exploração se lhe encontre atribuída em regime de direito exclusivo, bem como relativamente aos prémios provenientes dos jogos sociais do Estado;

- p)* .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....

Artigo 3.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- a)* .....
- b)* .....
- c)* .....
- d)* .....
- e)* .....
- f)* .....
- g)* .....
- h)* .....
- i)* .....
- j)* .....
- l)* .....
- m)* .....
- n)* .....
- o)* .....
- p)* .....

- q)* .....  
*r)* .....  
*s)* .....  
*t)* Nos prémios do bingo, das rifas, do jogo do loto e dos jogos sociais do Estado, bem como em quaisquer prémios de sorteios ou de concursos, o beneficiário;  
*u)* .....  
4 — .....

## Artigo 5.º

[...]

- 1 — .....  
*a)* .....  
*b)* .....  
*c)* .....  
*d)* .....  
*e)* .....  
*f)* .....  
*g)* .....  
*h)* .....  
*i)* .....  
*j)* .....  
*l)* .....  
*m)* .....  
*n)* .....  
*o)* .....  
*p)* .....  
*q)* .....  
*r)* .....  
*s)* .....  
*t)* Nos prémios do bingo, das rifas, do jogo do loto e dos jogos sociais do Estado, bem como em quaisquer prémios de sorteios ou de concursos, no momento da atribuição;  
*u)* .....

2 — Caso os prémios referidos na alínea *t)* do número anterior sejam pagos de forma fracionada, a obrigação tributária considera-se constituída no momento de cada pagamento, por referência à parte proporcional do imposto calculado nos termos da verba 11.4 da Tabela Geral sobre a totalidade do prémio.

## Artigo 7.º

[...]

- 1 — .....  
*a)* .....  
*b)* .....  
*c)* .....  
*d)* .....  
*e)* .....  
*f)* .....

- g) .....
- h) .....
- i) .....
- j) .....
- l) .....
- m) .....
- n) .....
- o) .....

p) O jogo do bingo e os jogos organizados por instituições de solidariedade social, pessoas coletivas legalmente equiparadas ou pessoas coletivas de utilidade pública que desempenhem, única e exclusiva ou predominantemente, fins de caridade, de assistência ou de beneficência, quando a receita se destine aos seus fins estatutários ou, nos termos da lei, reverta obrigatoriamente a favor de outras entidades;

- q) .....
- r) .....
- s) .....
- t) .....

- 2 — .....
- 3 — .....

4 — O disposto na alínea p) do n.º 1 não se aplica quando se trate de imposto devido nos termos das verbas n.ºs 11.2, 11.3 e 11.4 da Tabela Geral.

- 5 — .....
- 6 — .....

#### Artigo 22.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....

4 — O disposto nos n.ºs 2 e 3 não se aplica aos factos previstos nas verbas n.ºs 1.1, 1.2, 11.2, 11.3 e 11.4 da Tabela Geral.

#### Artigo 39.º

[...]

1 — Só pode ser liquidado imposto nos prazos e termos previstos nos artigos 45.º e 46.º da LGT, salvo tratando-se das aquisições de bens tributadas pela verba 1.1 da Tabela Geral ou de transmissões gratuitas, em que o prazo de liquidação é de oito anos contados da transmissão ou da data em que a isenção ficou sem efeito, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — ..... »

#### Artigo 206.º

##### **Aditamento à Tabela Geral do Imposto do Selo**

É aditada a verba n.º 11.4 à Tabela Geral do Imposto do Selo, anexa ao Código do Imposto do Selo, aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 de setembro, com a seguinte redação:

«11.4 — Jogos sociais do Estado: Euromilhões, Lotaria Nacional, Lotaria Instantânea, Totobola, Totogolo, Totoloto e Joker — sobre a parcela do prémio que exceder €5000 — 20 %.»

## CAPÍTULO XIV Impostos especiais

### SECÇÃO I Impostos especiais de consumo

#### Artigo 207.º

#### Alteração ao Código dos Impostos Especiais de Consumo

Os artigos 4.º, 6.º, 7.º, 9.º, 10.º, 49.º, 71.º, 74.º, 76.º, 85.º, 88.º, 89.º, 91.º, 92.º, 94.º, 95.º, 100.º, 103.º, 104.º, 105.º e 105.º-A do Código dos Impostos Especiais de Consumo (Código dos IEC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho, passam a ter a seguinte redação:

#### «Artigo 4.º [...]

1 — São sujeitos passivos de impostos especiais de consumo:

- a) O depositário autorizado e o destinatário registado;
- b) No caso de fornecimento de eletricidade ao consumidor final, os comercializadores, definidos em legislação própria, os comercializadores para a mobilidade elétrica, os produtores que vendam eletricidade diretamente aos consumidores finais, os autoprodutores e os consumidores que comprem eletricidade através de operações em mercados organizados;
- c) No caso de fornecimento de gás natural ao consumidor final, os comercializadores de gás natural, definidos em legislação própria.

2 — .....  
3 — .....

#### Artigo 6.º [...]

- 1 — .....  
a) .....  
b) .....  
c) Às forças de outros Estados que sejam Partes no Tratado do Atlântico Norte para uso dessas forças ou dos civis que as acompanhem ou para o abastecimento das suas messes ou cantinas, excluindo os membros dessa força que tenham nacionalidade portuguesa;  
d) .....  
e) .....  
f) .....  
2 — .....  
3 — .....  
4 — .....  
5 — .....  
6 — .....  
7 — .....

Artigo 7.º  
[...]

1 — Constitui facto gerador do imposto a produção ou a importação em território nacional dos produtos referidos no artigo 5.º, bem como a sua entrada no referido território quando provenientes de outro Estado membro, exceto nos casos da eletricidade e do gás natural, cujo facto gerador é o seu fornecimento ao consumidor final.

- 2 — .....  
3 — .....

Artigo 9.º  
[...]

- 1 — .....  
a) .....  
b) .....  
c) .....  
d) .....  
e) .....  
f) .....  
g) .....  
h) O fornecimento de gás natural ao consumidor final.

- 2 — .....  
3 — .....  
4 — .....  
5 — .....  
6 — .....

Artigo 10.º  
[...]

- 1 — .....  
2 — .....  
3 — .....  
4 — Em derrogação ao disposto no número anterior, a DIC pode ser processada com periodicidade mensal, até ao dia 5 do mês seguinte, para os produtos tributados à taxa 0 ou isentos, ou até ao 5.º dia útil do 2.º mês seguinte, para a eletricidade e para o gás natural.  
5 — .....

Artigo 49.º  
[...]

- 1 — .....  
2 — .....

a) Até 0,5 %, para os produtos classificados pelos códigos NC 2710 11 41 a 2710 11 59, 2710 19 21, 2710 19 25 e 2710 19 31 a 2710 19 49, e 0,4 %, para os produtos classificados pelos códigos NC 2710 19 51 a 2710 19 69, se o meio de transporte utilizado for navio-tanque e a carga, por produto, for inferior, respetivamente, a 1 400 000 l a 15°C ou a 1000 kg-ar;

b) Até 0,35 %, para os produtos classificados pelos códigos NC 2710 11 41 a 2710 11 59, 2710 19 21, 2710 19 25 e 2710 19 31 a 2710 19 49, e 0,4 %, para os produtos classificados pelos códigos NC 2710 19 51 a 2710 19 69, se o meio de transporte utilizado for navio-tanque e a carga, por produto, for superior, respetivamente, a 1 400 000 l a 15°C ou a 1000 kg-ar;

c) Até 0,3 %, para os produtos classificados pelos códigos NC 2710 11 41 a 2710 11 59, 2710 19 21, 2710 19 25 e 2710 19 31 a 2710 19 49, e 0,2 %, para os produtos classificados pelos códigos NC 2710 19 51 a 2710 19 69, se o meio de transporte utilizado for vagão-cisterna ou camião-cisterna;

d) Até 0,03 %, para os produtos classificados pelos códigos NC 2710 11 41 a 2710 11 59, 2710 19 21, 2710 19 25 e 2710 19 31 a 2710 19 49, e 0,02 %, para os produtos classificados pelos códigos NC 2710 19 51 a 2710 19 69, se a transferência for efetuada por tubagem;

e) .....

f) Aos biocombustíveis puros são aplicáveis os limites para perdas previstos nas alíneas anteriores para os produtos petrolíferos e energéticos nos quais são incorporados.

#### Artigo 71.º

[...]

1 — .....

2 — .....

a) Superior a 0,5 % vol. e inferior ou igual a 1,2 % vol. de álcool adquirido, €7,46/hl;

b) Superior a 1,2 % vol. de álcool adquirido e inferior ou igual a 7º plato, €9,34/hl;

c) Superior a 1,2 % vol. de álcool adquirido e superior a 7º plato e inferior ou igual a 11º plato, €14,91/hl;

d) Superior a 1,2 % vol. de álcool adquirido e superior a 11º plato e inferior ou igual a 13º plato, €18,67/hl;

e) Superior a 1,2 % vol. de álcool adquirido e superior a 13º plato e inferior ou igual a 15º plato, €22,39/hl;

f) Superior a 1,2 % vol. de álcool adquirido e superior a 15º plato, €26,19/hl.

#### Artigo 74.º

[...]

1 — .....

2 — A taxa do imposto aplicável aos produtos intermédios é de €65,41/hl.

#### Artigo 76.º

[...]

1 — .....

2 — A taxa do imposto aplicável às bebidas espirituosas é de €1192,11/hl.

#### Artigo 85.º

[...]

1 — .....

a) .....

b) .....

c) Excetuam-se do previsto na alínea anterior os vinhos tranquilos, as outras bebidas tranquilas fermentadas e os produtos referidos no artigo 77.º quando destinados ao consumo fora da Região

Autónoma dos Açores, podendo, neste caso, a declaração de introdução no consumo ser apresentada junto das estâncias aduaneiras da Região;

*d)* Por razões de interesse económico, devidamente justificadas, e mediante autorização prévia das estâncias aduaneiras competentes, a circulação dos produtos referidos na alínea *b)* pode ser efetuada fora do regime de suspensão do imposto, aplicando-se nesse caso as regras estabelecidas para a circulação de produtos já introduzidos no consumo.

2 — .....

#### Artigo 88.º

[...]

1 — .....

2 — .....

*a)* .....

*b)* Os produtos abrangidos pelos códigos 2701, 2702 e 2704 a 2715;

*c)* .....

*d)* .....

*e)* .....

*f)* .....

*g)* .....

*h)* .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — .....

#### Artigo 89.º

[...]

1 — .....

*a)* .....

*b)* .....

*c)* .....

*d)* Sejam utilizados na produção de eletricidade, de eletricidade e calor (cogeração), ou de gás de cidade, por entidades que desenvolvam tais atividades como sua atividade principal, no que se refere aos produtos classificados pelos códigos NC 2701, 2702 e 2704, pelos códigos NC 2710 19 61 a 2710 19 69, pelo código NC 2711, bem como os produtos classificados pelos códigos NC 2710 19 41 a 2710 19 49, consumidos nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;

*e)* .....

*f)* Sejam utilizados em instalações sujeitas ao Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão

(PNALE), incluindo as novas instalações, ou a um acordo de racionalização dos consumos de energia (ARCE), no que se refere aos produtos energéticos classificados pelos códigos NC 2701, 2702, 2704 e 2713, ao fuelóleo com teor de enxofre igual ou inferior a 1 %, classificado pelo código NC 2710 19 61 e aos produtos classificados pelo código NC 2711;

*g)* .....

*h)* .....

*i)* .....

*j)* .....



l) Sejam utilizados pelos clientes finais economicamente vulneráveis, beneficiários da tarifa social, nos termos do Decreto-Lei n.º 101/2011, de 30 de setembro, no que se refere ao gás natural classificado pelo código NC 2711 21 00.

- 2 — .....  
 3 — .....  
 4 — .....  
 5 — .....  
 6 — .....  
 7 — .....

Artigo 91.º  
 [...]

- 1 — .....  
 2 — Para os produtos petrolíferos e energéticos classificados pela posição NC 2711, com exceção do gás natural, e pelos códigos NC 2701, 2702, 2704, 2710 19 61 a 2710 19 69, 2710 19 81 a 2710 19 99, 2712, 2713, 2714, 3403, 3811 21 00 a 3811 90 00 e 3817, a unidade tributável é de 1000 kg.  
 3 — .....  
 4 — .....

Artigo 92.º  
 [...]

- 1 — .....

Produto	Código NC	Taxa do imposto (em euros)	
		Mínima	Máxima
Gasolina com chumbo .....	2710 11 51 a 2710 11 59	650	650
Gasolina sem chumbo .....	2710 11 41 a 2710 11 49	359	650
Petróleo .....	2710 19 21 a 2710 19 25	302	400
Petróleo colorido e marcado .....	2710 19 25	0	149,64
Gasóleo .....	2710 19 41 a 2710 19 49	278	400
Gasóleo colorido e marcado .....	2710 19 41 a 2710 19 49	21	199,52
Fuelóleo com teor de enxofre superior a 1 %	2710 19 63 a 2710 19 69	15	34,92
Fuelóleo com teor de enxofre inferior ou igual a 1 %. .....	2710 19 61	15	29,93
Electricidade .....	2716	1	1,10

- 2 — .....  
 3 — .....  
 4 — A taxa aplicável ao gás natural usado como carburante é de €2,84/GJ e quando usado como combustível é de €0,30/GJ.  
 5 — .....  
 6 — .....  
 7 — .....

8 — .....  
 9 — .....  
 10 — .....  
 11 — .....

Artigo 94.º  
 [...]

1 — .....  
 2 — .....  
 3 — .....  
 4 — .....

Produto	Código NC	Taxa do imposto (em euros)	
		Mínima	Máxima
Gasolina com chumbo.....	2710 11 51 a 2710 11 59	650	650
Gasolina sem chumbo .....	2710 11 41 a 2710 11 49	359	650
Petróleo .....	2710 19 21 a 2710 19 25	49,88	339,18
Gasóleo .....	2710 19 41 a 2710 19 49	49,88	400
Gasóleo agrícola .....	2710 19 41 a 2710 19 49	21	199,52
Fuelóleo com teor de enxofre superior a 1 %	2710 19 63 a 2710 19 69	0	34,92
Fuelóleo com teor de enxofre inferior ou igual a 1 % .....	2710 19 61	0	29,93
Electricidade .....	2716	1	1,10

Artigo 95.º  
 [...]

Produto	Código NC	Taxa do imposto (em euros)	
		Mínima	Máxima
Gasolina com chumbo.....	2710 11 51 a 2710 11 59	747,50	747,50
Gasolina sem chumbo .....	2710 11 41 a 2710 11 49	359	747,50
Petróleo .....	2710 19 21 a 2710 19 25	302	460
Gasóleo .....	2710 19 41 a 2710 19 49	278	460
Gasóleo colorido e marcado .....	2710 19 41 a 2710 19 49	1	229,08
Fuelóleo com teor de enxofre superior a 1 %	2710 19 63 a 2710 19 69	15	40,16
Fuelóleo com teor de enxofre inferior ou igual a 1 % .....	2710 19 61	15	34,42
Electricidade .....	2716	1	1,10

Artigo 100.º  
[...]

- 1 — .....
- a) .....
- b) .....
- c) .....
- d) .....
- e) .....
- f) .....
- g) .....
- h) .....
- i) Os produtos abrangidos pelos códigos NC 3811 11 10, 3811 11 90, 3811 19 00 e 3811 90 00.

2 — .....

Artigo 103.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- a) Elemento específico — €79,39;
- b) .....
- 5 — .....

Artigo 104.º  
[...]

1 — O imposto sobre o tabaco relativo a charutos e cigarrilhas reveste a forma *ad valorem*, resultando da aplicação ao respetivo preço de venda ao público nas percentagens seguintes:

- a) Charutos — 20 %;
- b) Cigarrilhas — 20 %;
- c) (Revogada.)
- d) (Revogada.)

2 — O imposto sobre o tabaco de corte fino destinado a cigarros de enrolar e sobre os restantes tabacos de fumar tem dois elementos: um específico e outro *ad valorem*.

3 — A unidade tributável do elemento específico é o grama.

4 — O elemento *ad valorem* resulta da aplicação de uma percentagem única aos preços de venda ao público de todos os tipos de tabaco de corte fino destinado a cigarros de enrolar e de todos os tipos de tabaco dos restantes tabacos de fumar.

5 — As taxas dos elementos específico e *ad valorem* são as seguintes:

- a) Elemento específico — €0,065/g;
- b) Elemento *ad valorem* — 20 %.

6 — O imposto relativo ao tabaco de corte fino destinado a cigarros de enrolar e aos restantes tabacos de fumar, resultante da aplicação do número anterior, não pode ser inferior a €0,09/g.

7 — (Anterior n.º 3.)

Artigo 105.º  
[...]

1 — .....

- a) Elemento específico — €16,30;  
b) Elemento *ad valorem* — 38 %.

2 — .....

Artigo 105.º-A  
[...]

1 — .....

2 — Os cigarros ficam sujeitos, no mínimo, a 80 % do montante de imposto que resulte da aplicação do disposto no n.º 5 do artigo 103.º

3 — ..... »

Artigo 208.º  
**Aditamento ao Código dos IEC**

É aditado ao Código dos IEC o artigo 96.º-B, com a seguinte redação:

«Artigo 96.º-B  
**Comercialização do gás natural**

1 — Os comercializadores de gás natural registados e licenciados nos termos da legislação aplicável, que fornecem ao consumidor final, devem registar-se na estância aduaneira competente, para efeitos do cumprimento das obrigações fiscais previstas no presente Código.

2 — As quantidades de gás natural a declarar para introdução no consumo são as quantidades faturadas aos clientes consumidores finais.

3 — Para efeitos da declaração prevista no número anterior, a conversão das quantidades faturadas para a unidade tributável é efetuada nos termos previstos no n.º 3 do artigo 91.º»

Artigo 209.º  
**Norma revogatória no âmbito do Código dos IEC**

São revogadas as alíneas *c)* e *d)* do n.º 1 do artigo 104.º do Código dos IEC.

SECÇÃO II  
**Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos**

Artigo 210.º  
**Adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos**

1 — Mantém-se em vigor em 2013 o adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos, no montante de €0,005 por litro para a gasolina e no montante de €0,0025 por litro para o gasóleo rodoviário e o gasóleo colorido e marcado, que constitui receita própria do fundo financeiro de carácter permanente previsto no Decreto-Lei n.º 63/2004, de 22 de março, até ao limite máximo de €30 000 000 anuais.

2 — O adicional a que se refere o número anterior integra os valores das taxas unitárias fixados nos termos do n.º 1 do artigo 92.º do Código dos IEC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho.

3 — Os encargos de liquidação e cobrança incorridos pela Autoridade Tributária e Aduaneira são compensados através da retenção de uma percentagem de 3 % do produto do adicional.

Artigo 211.º

**Alteração à Lei n.º 55/2007, de 31 de agosto**

O artigo 4.º da Lei n.º 55/2007, de 31 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 67-A/2007, de 31 de dezembro, 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 4.º  
[...]

- 1 — .....  
2 — O valor da contribuição de serviço rodoviário é de €66,32/1000 l para a gasolina e de €89,12/1000 l para o gasóleo rodoviário.  
3 — ..... »

SECÇÃO III

**Imposto sobre veículos**

Artigo 212.º

**Alteração ao Código do Imposto sobre Veículos**

Os artigos 2.º, 5.º, 9.º, 24.º, 29.º, 53.º, 56.º, 57.º e 63.º do Código do Imposto sobre Veículos (Código do ISV), aprovado pela Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 2.º  
[...]

- 1 — .....  
2 — .....  
a) .....  
b) .....  
c) Automóveis ligeiros de mercadorias, de caixa aberta, sem caixa ou de caixa fechada que não apresentem cabina integrada na carroçaria, com peso bruto de 3500 kg, sem tração às quatro rodas;  
d) .....

Artigo 5.º  
[...]

- 1 — .....  
2 — .....  
a) A atribuição de matrícula definitiva após o cancelamento voluntário da matrícula nacional feito com reembolso de imposto ou qualquer outra vantagem fiscal;  
b) .....  
c) .....  
d) .....  
3 — .....  
4 — .....

## Artigo 9.º

[...]

1 — .....

a) .....

b) .....

c) (*Revogada.*)

2 — .....

3 — É aplicável uma taxa reduzida, correspondente a 30 % do imposto resultante da aplicação da tabela B a que se refere o n.º 2 do artigo 7.º, às autocaravanas.

## Artigo 24.º

[...]

1 — .....

2 — Os veículos destinados a desmantelamento devem ser reconduzidos diretamente para os centros credenciados para o efeito, ficando os seus proprietários ou legítimos detentores obrigados a enviar às entidades referidas no número anterior, no prazo de 30 dias, o certificado de destruição do veículo.

3 — (*Anterior n.º 2.*)4 — (*Anterior n.º 3.*)

## Artigo 29.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — Para efeitos de reembolso do imposto, o requerente apresenta na alfândega comprovativo do cancelamento da matrícula nacional, fatura de aquisição do veículo no território nacional e, quando estiverem em causa fins comerciais, a respetiva fatura de venda, que fundamente a expedição ou exportação, bem como cópia da declaração de expedição do veículo ou, no caso de se tratar de uma exportação, cópia do documento administrativo único com a autorização de saída do veículo nele averbada.

4 — .....

5 — .....

## Artigo 53.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — A isenção prevista no número anterior é aplicável também aos veículos adaptados ao acesso e transporte de pessoas com deficiência, independentemente dos níveis de emissão de  $CO_2$ , devendo os mesmos apresentar as características que se encontram definidas regulamentarmente pela entidade competente em matéria de circulação e segurança rodoviária, para os veículos destinados ao transporte em táxi de pessoas com mobilidade reduzida.

4 — .....

5 — .....

6 — .....

Artigo 56.º  
[...]

1 — O reconhecimento da isenção prevista no artigo 54.º depende de pedido dirigido à Autoridade Tributária e Aduaneira, anterior ou concomitantemente à apresentação do pedido de introdução no consumo, acompanhado da habilitação legal para a condução, quando a mesma não é dispensada, bem como de declaração de incapacidade permanente emitida há menos de cinco anos, nos termos do Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de outubro, ou de declaração idêntica emitida pelos serviços da Guarda Nacional Republicana, da Polícia de Segurança Pública ou das Forças Armadas, das quais constem os seguintes elementos:

- a) .....
- b) .....
- c) .....
- d) .....

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — Em derrogação do prazo a que se refere o n.º 1, nas situações de pessoas com deficiência motora definitiva com grau de incapacidade permanente igual ou superior a 90 %, o atestado médico de incapacidade multiúso tem validade vitalícia.

Artigo 57.º  
[...]

1 — .....

2 — A restrição à condução a que se refere a alínea b) do número anterior, no que respeita à presença da pessoa com deficiência, não é aplicável às pessoas com multideficiência profunda, às pessoas com deficiência motora cujo grau de incapacidade permanente seja igual ou superior a 80 % ou, não a tendo, se deslocarem em cadeiras de rodas, e às pessoas com deficiência visual, quando as deslocações não excedam um raio de 60 km da residência habitual e permanente do beneficiário e de uma residência secundária a indicar pelo interessado, mediante autorização prévia da administração tributária, nesta última situação.

3 — .....

4 — .....

Artigo 63.º  
[...]

1 — Os funcionários e agentes das Comunidades Europeias que, tendo permanecido, pelo menos, 12 meses no exercício efetivo de funções, venham estabelecer ou restabelecer a sua residência em território nacional, após a cessação definitiva das mesmas, beneficiam de isenção do imposto sobre veículos na introdução no consumo de um veículo desde que esse veículo:

- a) .....
- b) .....

2 — .....»

Artigo 213.º

**Norma revogatória no âmbito do Código do ISV**

É revogada a alínea c) do n.º 1 do artigo 9.º do Código do ISV.

SECÇÃO IV  
**Imposto único de circulação**

Artigo 214.º

**Alteração ao Código do Imposto Único de Circulação**

Os artigos 4.º, 6.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º e 17.º do Código do Imposto Único de Circulação, aprovado pela Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 4.º

[...]

- 1 — .....  
2 — .....  
3 — O imposto é devido até ao cancelamento da matrícula ou registo em virtude de abate efetuado nos termos da lei.

Artigo 6.º

[...]

- 1 — .....  
2 — .....  
3 — .....  
4 — Sem prejuízo do referido nos números anteriores, quando seja acoplado motor ou aumentada a potência motriz dos veículos da categoria F, o imposto é devido e torna-se exigível nos 30 dias seguintes à alteração.

Artigo 9.º

[...]

Combustível utilizado		Electricidade Voltagem total	Imposto anual segundo o ano da matrícula (euros)		
Gasolina cilindrada (em centímetros cúbicos)	Outros produtos cilindrada (em centímetros cúbicos)		Posterior a 1995	De 1990 a 1995	De 1981 a 1989
Até 1 000 .....	Até 1 500 .....	Até 100 .....	17,47	11,01	7,73
Mais de 1 000 até 1 300 .....	Mais de 1 500 até 2 000	Mais de 100 .....	35,06	19,70	11,01
Mais de 1 300 até 1 750 .....	Mais de 2 000 até 3 000		54,76	30,61	15,36
Mais de 1 750 até 2 600 .....	Mais de 3 000 .....		138,95	73,29	31,67
Mais de 2 600 até 3 500 .....			252,33	137,41	69,97
Mais de 3 500 .....			449,56	230,93	106,11



Artigo 10.º  
[...]

1 — .....

Escalão de Cilindrada (centímetros cúbicos)	Taxas (euros)	Escalão de CO <sub>2</sub> (gramas por quilómetro)	Taxas (euros)
Até 1 250 .....	27,87	Até 120 .....	57,19
Mais de 1 250 até 1 750 .....	55,94	Mais de 120 até 180 .....	85,69
Mais de 1 750 até 2 500 .....	111,77	Mais de 180 até 250 .....	186,10
Mais de 2 500 .....	382,51	Mais de 250 .....	318,80

2 — .....

Ano de aquisição (veículo da categoria B)	Coefficiente
2007 .....	1,00
2008 .....	1,05
2009 .....	1,10
2010 e seguintes .....	1,15
(Revogado.) .....	(Revogado.)
(Revogado.) .....	(Revogado.)

Artigo 11.º  
[...]

.....

**Veículos de peso bruto inferior a 12 t**

Escalões de peso bruto (quilogramas)	Taxas anuais (Euros)
Até 2500 .....	32
2501 a 3500 .....	51
3501 a 7500 .....	122
7501 a 11999 .....	198

## Veículos a motor de peso bruto igual ou superior a 12 t

Escalões de peso bruto (quilogramas)	Ano da 1.ª matrícula									
	Até 1990 (inclusive)		Entre 1991 e 1993		Entre 1994 e 1996		Entre 1997 e 1999		2000 e após	
	Com suspensão	Com outro	Com suspensão	Com outro	Com suspensão	Com outro	Com suspensão	Com outro	Com suspensão	Com outro
	pneumática ou equivalente	tipo de suspensão	pneumática ou equivalente	tipo de suspensão	pneumática ou equivalente	tipo de suspensão	pneumática ou equivalente	tipo de suspensão	pneumática ou equivalente	tipo de suspensão
	Taxas anuais (euros)		Taxas anuais (euros)		Taxas anuais (euros)		Taxas anuais (euros)		Taxas anuais (euros)	
<b>2 eixos</b>										
12000 .....	215	223	199	208	188	198	182	188	180	186
12001 a 12999	305	359	284	333	271	318	260	306	258	304
13000 a 14999	308	364	286	337	274	322	263	310	261	308
15000 a 17999	343	382	319	357	305	340	292	327	290	324
≥ 18000 .....	436	485	405	450	387	430	373	412	370	408
<b>3 eixos</b>										
< 15000 .....	215	305	199	283	188	270	181	260	180	258
15000 a 16999	302	341	281	317	268	304	257	290	255	288
17000 a 17999	302	349	281	324	268	309	257	297	255	294
18000 a 18999	393	434	365	403	349	385	334	371	331	367
19000 a 20999	394	434	367	403	350	389	335	371	333	372
21000 a 22999	396	440	368	407	353	438	337	374	334	416
≥ 23000 .....	443	492	411	459	394	438	377	419	375	416
<b>≥ 4 eixos</b>										
< 23000 .....	303	339	282	315	268	302	258	288	255	286
23000 a 24999	382	431	357	401	340	382	327	368	324	365
25000 a 25999	393	434	365	403	349	385	334	371	331	367
26000 a 26999	720	816	670	760	639	724	614	694	609	689
27000 a 28999	730	835	679	778	647	742	624	714	618	707
≥ 29000 .....	751	848	696	787	666	754	639	723	634	718

## Veículos articulados e conjunto de veículos

Escalaões de peso bruto (em quilo gramas)	Ano da 1.ª matrícula									
	Até 1990 (inclusive)		Entre 1991 e 1993		Entre 1994 e 1996		Entre 1997 e 1999		2000 e após	
	Com suspensão	Com outro	Com suspensão	Com outro	Com suspensão	Com outro	Com suspensão	Com outro	Com suspensão	Com outro
	pneumática ou	tipo de	pneumática ou	tipo de	pneumática ou	tipo de	pneumática ou	tipo de	pneumática ou	tipo de
	equivalente	suspensão	equivalente	suspensão	equivalente	suspensão	equivalente	suspensão	equivalente	suspensão
	Taxas anuais (euros)		Taxas anuais (euros)		Taxas anuais (euros)		Taxas anuais (euros)		Taxas anuais (euros)	
<b>2+1 eixos</b>										
12000 .....	214	216	198	200	187	190	181	183	179	182
12001 a 17999	296	364	278	337	266	321	257	309	255	307
18000 a 24999	393	463	368	430	353	410	340	395	336	392
25000 a 25999	424	474	399	442	380	420	368	404	366	401
≥ 26000 .....	790	870	742	809	708	773	683	741	679	735
<b>2+2 eixos</b>										
< 23 000 .....	292	335	276	312	263	297	254	286	253	284
23 000 a 25 999	378	427	356	399	337	380	328	366	326	363
26 000 a 30 999	721	822	676	765	644	730	625	701	619	694
31 000 a 32 999	779	844	731	784	696	751	675	720	670	714
≥ 33 000 .....	829	1001	779	931	743	888	720	854	714	846
<b>2 + 3 eixos</b>										
< 36 000 .....	734	826	688	769	657	734	637	705	631	697
36 000 a 37 999	810	879	762	824	727	786	702	762	695	756
≥ 38 000 .....	840	990	786	928	753	885	728	857	722	850
<b>3 + 2 eixos</b>										
< 36 000 .....	728	803	683	746	652	714	631	684	627	683
36 000 a 37 999	746	850	701	790	670	756	645	724	640	723
38 000 a 39 999	748	904	702	840	671	802	647	770	641	768
≥ 40 000 .....	870	1118	817	1042	779	995	756	954	749	953
<b>≥ 3 + 3 eixos</b>										
< 36 000 .....	681	806	638	751	610	715	590	687	583	682
36 000 a 37 999	802	891	754	828	719	801	694	761	689	754
38 000 a 39 999	810	907	761	842	726	805	701	773	694	767
≥ 40 000 .....	828	920	777	857	742	817	719	784	711	779

Artigo 12.º  
[...]

**Veículos de peso bruto inferior a 12 t**

Escalões de peso bruto (quilogramas)	Taxas anuais (Euros)
Até 2500 .....	16
2501 a 3500 .....	28
3501 a 7500 .....	63
7501 a 11999 .....	106

**Veículos a motor de peso bruto > a 12 t**

Escalões de peso bruto (em quilo- gramas)	Ano da 1.ª matrícula									
	Até 1990 (inclusive)		Entre 1991 e 1993		Entre 1994 e 1996		Entre 1997 e 1999		2000 e após	
	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão
	Taxas anuais (euros)		Taxas anuais (euros)		Taxas anuais (euros)		Taxas anuais (euros)		Taxas anuais (euros)	
<b>2 eixos</b>										
12000 .....	124	128	116	120	110	114	106	109	105	108
12001 a 12999	145	187	136	176	130	168	126	163	125	162
13000 a 14999	147	188	138	177	132	169	128	164	127	162
15000 a 17999	179	260	168	243	161	233	155	225	153	224
≥ 18000 .....	211	328	197	309	188	295	182	285	180	283
<b>3 eixos</b>										
< 15 000 .....	123	148	115	139	109	133	105	129	104	128
15 000 a 16 999	147	190	138	178	132	170	128	165	127	164
17 000 a 17 999	147	190	138	178	132	170	128	165	127	164
18 000 a 18 999	176	251	166	235	157	225	153	218	151	216
19 000 a 20 999	176	251	166	235	157	225	153	218	151	216
21 000 a 22 999	178	268	167	252	160	240	154	232	153	230
≥ 23 000 .....	267	334	251	314	239	300	232	289	230	287
<b>4 eixos</b>										
< 23 000 .....	147	186	138	175	132	128	128	162	127	161
23 000 a 24 999	207	249	193	234	184	223	179	216	177	215
25 000 a 25 999	236	274	222	257	212	244	205	237	204	235
26 000 a 26 999	382	479	359	449	343	430	331	414	328	411
27 000 a 28 999	385	480	361	451	344	431	332	415	330	412
≥ 29 000 .....	434	646	406	607	389	579	375	560	372	555

## Veículos articulados e conjunto de veículos

Escalões de peso bruto (em quilo gramas)	Ano da 1.ª matrícula									
	Até 1990 (inclusive)		Entre 1991 e 1993		Entre 1994 e 1996		Entre 1997 e 1999		2000 e após	
	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão
	Taxas anuais (euros)		Taxas anuais (euros)		Taxas anuais (euros)		Taxas anuais (euros)		Taxas anuais (euros)	
<b>2+1 eixos</b>										
12000 .....	122	123	114	114	108	108	105	105	104	104
12001 a 17999	145	185	136	174	130	166	126	161	125	160
18000 a 24999	186	245	175	230	162	220	162	213	161	211
25000 a 25999	236	348	222	326	206	311	206	302	204	299
≥ 26000 .....	357	478	334	449	309	427	309	413	307	410
<b>2+2 eixos</b>										
< 23 000 .....	145	185	136	174	130	167	126	161	125	160
23 000 a 24 999	175	234	165	220	156	210	151	204	150	202
25 000 a 25 999	205	247	191	232	183	222	177	215	175	213
26 000 a 28 999	295	412	276	387	263	370	255	357	253	355
29 000 a 30 999	354	471	331	443	316	422	306	408	304	405
31 000 a 32 999	418	553	393	520	375	495	363	479	360	476
≥ 33 000 .....	556	649	522	610	497	582	482	562	478	558
<b>2 + 3 eixos</b>										
< 36 000 .....	409	470	384	442	366	420	355	407	352	404
36 000 a 37 999	439	617	411	578	392	552	379	535	376	530
≥ 38 000 .....	603	668	566	627	540	598	523	578	519	574
<b>3 + 2 eixos</b>										
< 36 000 .....	347	405	325	380	311	363	301	350	299	348
36 000 a 37 999	416	544	391	510	373	487	362	471	359	467
38 000 a 39 999	546	640	513	601	489	574	474	555	469	550
≥ 40 000 .....	756	881	709	826	677	789	655	763	649	757
<b>≥ 3 + 3 eixos</b>										
< 36 000 .....	289	376	271	353	259	336	251	325	249	323
36 000 a 37 999	379	471	357	443	340	422	328	408	326	405
38 000 a 39 999	443	477	415	447	396	426	384	412	380	409
≥ 40 000 .....	455	644	426	605	407	577	394	558	391	554

Artigo 13.º  
[...]

Escalão de cilindrada (centímetros cúbicos)	Taxa anual (euros) (segundo o ano de matrícula do veículo)	
	Posterior a 1996	Entre 1992 e 1996
De 120 até 250 .....	5,44	0
Mais de 250 até 350 .....	7,69	5,44
Mais de 350 até 500 .....	18,58	10,99
Mais de 500 até 750 .....	55,84	32,88
Mais de 750 .....	121,26	59,48

Artigo 14.º  
[...]

A taxa aplicável aos veículos da categoria F é de €2,56/kW.

Artigo 15.º  
[...]

A taxa aplicável aos veículos da categoria G é de €0,64/kg, tendo o imposto o limite superior de €11 825.

Artigo 17.º  
[...]

- 1 — .....  
 2 — .....  
 3 — .....  
 4 — Nas situações previstas no n.º 4 do artigo 6.º, o imposto deve ser liquidado no prazo de 30 dias a contar da alteração.»

**CAPÍTULO XV**  
**Impostos locais**

**SECÇÃO I**  
**Imposto municipal sobre imóveis**

**Artigo 215.º**  
**Alteração ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis**

Os artigos 13.º, 68.º, 76.º, 112.º, 118.º e 120.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (Código do IMI), aprovado pelo Decreto -Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 13.º  
[...]

- 1 — .....  
a) .....  
b) .....  
c) .....  
d) .....  
e) .....  
f) .....  
g) .....  
h) .....  
i) (*Revogada.*) .....  
j) .....  
l) .....  
2 — .....  
3 — .....  
4 — .....  
5 — .....  
6 — .....  
7 — .....

Artigo 68.º  
[...]

- 1 — .....  
2 — .....  
3 — .....  
4 — O disposto nos n.ºs 2 e 3 não é aplicável sempre que haja lugar ao pagamento da taxa prevista no n.º 4 do artigo 76.º.

Artigo 76.º  
[...]

- 1 — .....  
2 — .....  
3 — Não obstante o disposto no número anterior, desde que o valor patrimonial tributário, determinado nos termos dos artigos 38.º e seguintes, se apresente distorcido relativamente ao valor normal de mercado, a comissão efetua a avaliação em causa e fixa novo valor patrimonial tributário que releva apenas para efeitos de IRS, IRC e IMT, devidamente fundamentada, de acordo com as regras constantes do n.º 2 do artigo 46.º, quando se trate de edificações, ou por aplicação do método comparativo dos valores de mercado no caso dos terrenos para construção e dos terrenos previstos no n.º 3 do mesmo artigo.  
4 — (*Anterior n.º 3.*) .....  
5 — .....  
6 — Sempre que o pedido ou promoção da segunda avaliação sejam efetuados nos termos do n.º 3, devem ser devidamente fundamentados.  
7 — .....  
8 — .....  
9 — .....  
10 — .....

- 11 — .....  
 12 — .....  
 13 — .....  
 14 — .....

#### Artigo 112.º

[...]

- 1 — .....  
 2 — .....  
 3 — .....  
 4 — .....  
 5 — .....  
 6 — .....  
 7 — .....  
 8 — .....  
 9 — .....  
 10 — .....  
 11 — .....  
 12 — Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem fixar uma redução até 50 % da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da respetiva legislação em vigor, desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea n) do n.º 1 do artigo 44.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.  
 13 — .....  
 14 — .....  
 15 — .....  
 16 — .....

#### Artigo 118.º

[...]

- 1 — .....  
 2 — Fica igualmente suspensa a liquidação do imposto enquanto não for decidido o pedido de isenção apresentado pelo sujeito passivo, para os prédios destinados a habitação própria e permanente e para os prédios de reduzido valor patrimonial de sujeitos passivos de baixos rendimentos, ao abrigo dos artigos 46.º e 48.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, desde que o requerimento seja apresentado dentro do prazo e o valor declarado, nomeadamente o valor de aquisição do ato ou contrato, seja inferior aos limites estabelecidos nesses artigos, aplicando-se, para efeitos do pagamento do imposto que venha a ser devido, os prazos previstos nos n.ºs 2 a 5 do artigo 120.º, e sem quaisquer encargos se o indeferimento do pedido for por motivo não imputável ao sujeito passivo.

#### Artigo 120.º

[...]

- 1 — O imposto deve ser pago:
- a) Em uma prestação, no mês de abril, quando o seu montante seja igual ou inferior a €250;
  - b) Em duas prestações, nos meses de abril e novembro, quando o seu montante seja superior a €250 e igual ou inferior a €500;
  - c) Em três prestações, nos meses de abril, julho e novembro, quando o seu montante seja superior a €500.



- 2 — .....  
 3 — .....  
 4 — .....  
 5 — ..... »

Artigo 216.º

**Norma revogatória no âmbito do Código do IMI**

É revogada a alínea *i*) do n.º 1 do artigo 13.º do Código do IMI.

SECÇÃO II

**Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis**

Artigo 217.º

**Alteração ao Código do Imposto Municipal sobre as  
Transmissões Onerosas de Imóveis**

Os artigos 2.º e 12.º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (Código do IMT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 2.º

[...]

- 1 — .....  
 2 — .....  
 3 — .....  
 4 — .....  
 5 — .....

- a)* .....  
*b)* .....  
*c)* .....  
*d)* .....

*e)* As entradas dos sócios com bens imóveis para a realização do capital das sociedades comerciais ou civis sob a forma comercial ou das sociedades civis a que tenha sido legalmente reconhecida personalidade jurídica e, bem assim, a adjudicação dos bens imóveis aos sócios na liquidação dessas sociedades e a adjudicação de bens imóveis como reembolso em espécie de unidades de participação decorrente da liquidação de fundos de investimento imobiliário fechados de subscrição particular;

*f)* .....

*g)* As transmissões de bens imóveis por fusão ou cisão das sociedades referidas na alínea *e)*, ou por fusão de tais sociedades entre si ou com sociedade civil, bem como por fusão de fundos de investimento imobiliário fechados de subscrição particular;

*h)* .....

- 6 — .....

Artigo 12.º

[...]

- 1 — .....  
 2 — .....  
 3 — .....

- 4 — .....
- 1.<sup>a</sup> .....
- 2.<sup>a</sup> .....
- 3.<sup>a</sup> .....
- 4.<sup>a</sup> .....
- 5.<sup>a</sup> .....
- 6.<sup>a</sup> .....
- 7.<sup>a</sup> .....
- 8.<sup>a</sup> .....
- 9.<sup>a</sup> .....
- 10.<sup>a</sup> .....
- 11.<sup>a</sup> .....
- 12.<sup>a</sup> .....
- 13.<sup>a</sup> Na fusão ou na cisão das sociedades ou dos fundos de investimento referidos na alínea g) do n.º 5 do artigo 2.º, o imposto incide sobre o valor patrimonial tributário de todos os imóveis das sociedades ou dos fundos de investimento objeto de fusão ou cisão que se transfiram para o ativo das sociedades ou dos fundos de investimento que resultarem da fusão ou cisão, ou sobre o valor por que esses bens entrarem para o ativo das sociedades ou dos fundos de investimento, se for superior;
- 14.<sup>a</sup> .....
- 15.<sup>a</sup> .....
- 16.<sup>a</sup> .....
- 17.<sup>a</sup> .....
- 18.<sup>a</sup> .....
- 19.<sup>a</sup> .....
- 20.<sup>a</sup> .....
- 5 — ..... »

## CAPÍTULO XVI

### Benefícios fiscais

#### Artigo 218.º

#### Alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais

Os artigos 22.º, 48.º, 58.º, 66.º-B, 69.º e 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, passam a ter a seguinte redação:

#### «Artigo 22.º [...]

- 1 — .....
- a) .....
- b) .....
- c) Tratando-se de mais-valias, obtidas em território português ou fora dele, há lugar a tributação, autonomamente, nas mesmas condições em que se verificaria se desses rendimentos fossem titulares pessoas singulares residentes em território português, à taxa de 25 %, sobre a diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias obtidas em cada ano, sendo o imposto entregue ao Estado pela respetiva entidade gestora, até ao fim do mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitar.
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....

- 5 — .....  
6 — .....

a) Tratando-se de rendimentos prediais, que não sejam relativos à habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados, há lugar a tributação, autonomamente, à taxa de 25 %, que incide sobre os rendimentos líquidos dos encargos de conservação e manutenção efetivamente suportados, devidamente documentados, bem como do imposto municipal sobre imóveis, sendo a entrega do imposto efetuada pela respetiva entidade gestora, até ao fim do mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitar, e considerando-se o imposto eventualmente retido como pagamento por conta deste imposto;

- b) .....  
c) .....

- 7 — .....  
8 — .....  
9 — .....

10 — Os titulares de rendimentos, pessoas singulares, respeitantes a unidades de participação em fundos de investimento mobiliário e em fundos de investimento imobiliário, quando englobem esses rendimentos, têm direito a deduzir 50 % dos rendimentos previstos no artigo 40.º-A do Código do IRS.

- 11 — .....  
12 — .....  
13 — .....  
14 — .....  
15 — .....  
16 — (*Revogado.*)

#### Artigo 48.º [...]

1 — .....  
2 — Para efeitos do disposto no número anterior, os rendimentos do agregado familiar são os do ano anterior àquele a que respeita a isenção.

3 — O rendimento referido no n.º 1 é determinado individualmente sempre que, no ano do pedido da isenção, o sujeito passivo já não integre o agregado familiar a que se refere o número anterior.

4 — As isenções a que se refere o n.º 1 são reconhecidas anualmente pelo chefe de finanças da área da situação dos prédios, mediante requerimento devidamente fundamentado, que deve ser apresentado pelos sujeitos passivos até 30 de junho do ano para o qual se requer a isenção ou, no prazo de 60 dias, mas nunca depois de 31 de dezembro desse ano, a contar da data da aquisição dos prédios ou da data da verificação dos respetivos pressupostos, caso estes sejam posteriores a 30 de junho.

#### Artigo 58.º [...]

1 — Os rendimentos provenientes da propriedade literária, artística e científica, considerando-se também como tal os rendimentos provenientes da alienação de obras de arte de exemplar único e os rendimentos provenientes das obras de divulgação pedagógica e científica, quando auferidos por titulares de direitos de autor ou conexos residentes em território português, desde que sejam os titulares originários, são considerados no englobamento, para efeitos do IRS, apenas por 50 % do seu valor, líquido de outros benefícios.

- 2 — .....  
3 — A importância a excluir do englobamento nos termos do n.º 1 não pode exceder € 10 000.  
4 — .....

Artigo 66.º -B  
[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — O valor do incentivo é apurado pela AT com base nas faturas que lhe forem comunicadas, por via eletrónica, até ao dia 15 de fevereiro do ano seguinte ao da sua emissão, relativamente a cada adquirente nelas identificado.
- 6 — A AT disponibiliza no Portal das Finanças o montante do incentivo até ao final do mês de Fevereiro do ano seguinte ao da emissão das faturas.
- 7 — .....
- 8 — .....
- 9 — .....
- 10 — .....

Artigo 69.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — O regime referido nos n.ºs 1 e 2 vigora para os imóveis adquiridos ou concluídos até 31 de Dezembro de 2013.
- 7 — .....

Artigo 71.º  
[...]

- 1 — Ficam isentos do IRC os rendimentos de qualquer natureza obtidos por fundos de investimento imobiliário que operem de acordo com a legislação nacional desde que constituídos entre 1 de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013 e pelo menos 75 % dos seus ativos sejam bens imóveis sujeitos a ações de reabilitação realizadas nas áreas de reabilitação urbana.
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....
- 8 — .....
- 9 — .....
- 10 — .....
- 11 — .....
- 12 — Os titulares de rendimentos respeitantes a unidades de participação nos fundos de investimento referidos no n.º 1, quando englobem os rendimentos que lhes sejam distribuídos, têm direito a deduzir 50 % dos rendimentos relativos a dividendos, nos termos e condições previstos no artigo 40.º-A do Código do IRS.

13 —	.....
14 —	.....
15 —	.....
16 —	.....
17 —	.....
18 —	.....
19 —	.....
20 —	.....
21 —	.....
22 —	.....
23 —	.....
24 —	.....
25 —	..... »

#### Artigo 219.º

#### **Norma revogatória no âmbito do Estatuto dos Benefícios Fiscais**

É revogado o artigo 72.º do EBF.

### CAPÍTULO XVII

#### **Procedimento, processo tributário e outras disposições**

#### SECÇÃO I

#### **Lei geral tributária**

#### Artigo 220.º

#### **Alteração à lei geral tributária**

Os artigos 19.º, 45.º, 49.º, 52.º, 60.º, 63.º-A e 101.º da lei geral tributária (LGT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, passam a ter a seguinte redação:

#### «Artigo 19.º

[...]

1 —	.....
2 —	.....
3 —	.....
4 —	.....
5 —	.....
6 —	.....
7 —	.....
8 —	.....
9 —	Os sujeitos passivos do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas com sede ou direção efetiva em território português e os estabelecimentos estáveis de sociedades e outras entidades não residentes, bem como os sujeitos passivos residentes enquadrados no regime normal do imposto sobre o valor acrescentado, são obrigados a possuir caixa postal eletrónica, nos termos do n.º 2, e a comunicá-la à administração tributária no prazo de 30 dias a contar da data do início de atividade ou da data do início do enquadramento no regime normal do imposto sobre o valor acrescentado, quando o mesmo ocorra por alteração.
10 —	.....

Artigo 45.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....

a) .....

b) Contas de depósito ou de títulos abertas em instituições financeiras não residentes em Estados membros da União Europeia, ou em sucursais localizadas fora da União Europeia de instituições financeiras residentes, cuja existência e identificação não seja mencionada pelos sujeitos passivos do IRS na correspondente declaração de rendimentos do ano em que ocorram os factos tributários.

Artigo 49.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....

5 — O prazo de prescrição legal suspende-se, ainda, desde a instauração de inquérito criminal até ao arquivamento ou trânsito em julgado da sentença.

Artigo 52.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....

5 — A isenção prevista no número anterior é válida por um ano, salvo se a dívida se encontrar a ser paga em prestações, caso em que é válida durante o período em que esteja a ser cumprido o regime prestacional autorizado, devendo a administração tributária notificar o executado da data da sua caducidade, até 30 dias antes.

- 6 — .....
- 7 — .....
- 8 — .....

Artigo 60.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....

6 — O prazo do exercício oralmente ou por escrito do direito de audição é de 15 dias, podendo a administração tributária alargar este prazo até o máximo de 25 dias em função da complexidade da matéria.

7 — .....

#### Artigo 63.º-A [...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — Os sujeitos passivos do IRS são obrigados a mencionar na correspondente declaração de rendimentos a existência e a identificação de contas de depósitos ou de títulos abertas em instituição financeira não residente em território português ou em sucursal localizada fora do território português de instituição financeira residente, de que sejam titulares, beneficiários ou que estejam autorizados a movimentar.

7 — Para efeitos do disposto no número anterior, entende-se por ‘beneficiário’ o sujeito passivo que controle, direta ou indiretamente, e independentemente de qualquer título jurídico mesmo que através de mandatário, fiduciário ou interposta pessoa, os direitos sobre os elementos patrimoniais depositados nessas contas.

#### Artigo 101.º [...]

a) .....

b) .....

c) .....

d) O recurso dos atos praticados na execução fiscal, no próprio processo ou, nos casos de subida imediata, por apenso;

e) .....

f) .....

g) .....

h) .....

i) .....

j) ..... »

#### Artigo 221.º

#### **Disposição transitória no âmbito da LGT**

Os sujeitos passivos que, em 31 de dezembro de 2012, preenchiam os pressupostos referidos no n.º 9 do artigo 19.º da LGT devem completar os procedimentos de criação da caixa postal eletrónica e comunicá-la à administração tributária, até ao fim do mês de janeiro de 2013.

#### SECÇÃO II

#### **Procedimento e processo tributário**

#### Artigo 222.º

#### **Alteração ao Código de Procedimento e de Processo Tributário**

Os artigos 24.º, 26, 35.º, 39.º, 75.º, 97.º, 97.º-A, 102.º, 112.º, 169.º, 170.º, 176.º, 191.º, 196.º, 199.º, 223.º e 249.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 24.º  
[...]

- 1 — .....  
2 — .....  
3 — .....

4 — Salvo o disposto em lei especial, a validade das certidões passadas pela administração tributária é de um ano, exceto as certidões comprovativas de situação tributária regularizada, que têm a validade de três meses.

5 — A validade de certidões passadas pela administração tributária que estejam sujeitas a prazo de caducidade pode ser prorrogada, a pedido dos interessados, por períodos sucessivos de um ano, que não pode ultrapassar três anos, desde que não haja alteração dos elementos anteriormente certificados, exceto as respeitantes à situação tributária regularizada, cujo prazo de validade nunca pode ser prorrogado.

6 — A certidão comprovativa de situação tributária regularizada não constitui documento de quitação.

7 — O pedido a que se refere o n.º 5 pode ser formulado no requerimento inicial, competindo aos serviços, no momento da prorrogação, a verificação de que não houve alteração dos elementos anteriormente certificados.

8 — (*Anterior n.º 6.*)

9 — (*Anterior n.º 7.*)

Artigo 26.º  
[...]

- 1 — .....  
2 — .....

3 — No caso de remessa de petições ou outros documentos dirigidos à administração tributária por telefax ou por via eletrónica, considera-se que a mesma foi efetuada na data de emissão, servindo de prova, respetivamente, a cópia do aviso de onde conste a menção de que a mensagem foi enviada com sucesso, bem como a data, hora e número de telefax do recetor ou o extrato da mensagem efetuado pelo funcionário, o qual será incluído no processo.

4 — A presunção referida no número anterior poderá ser ilidida por informação do operador sobre o conteúdo e a data da emissão.

Artigo 35.º  
[...]

- 1 — .....  
2 — .....  
3 — .....

4 — Qualquer funcionário da administração tributária, no exercício das suas funções, promove a notificação e a citação.

Artigo 39.º  
[...]

- 1 — .....  
2 — .....  
3 — .....  
4 — .....  
5 — .....  
6 — .....  
7 — .....



- 8 — .....  
9 — .....  
10 — A notificação considera-se efetuada no 25.º dia posterior ao seu envio, caso o contribuinte não aceda à caixa postal eletrónica em data anterior.  
11 — A presunção do número anterior só pode ser ilidida pelo notificado quando, por facto que não lhe seja imputável, a notificação ocorrer em data posterior à presumida e nos casos em que se comprove que o contribuinte comunicou a alteração daquela nos termos do artigo 43.º.  
12 — (*Anterior n.º 11.*)  
13 — (*Anterior n.º 12.*)

#### Artigo 75.º

[...]

- 1 — .....  
2 — .....  
3 — O dirigente do órgão periférico regional da área do órgão de execução fiscal é competente para a decisão sobre a reclamação apresentada no âmbito da responsabilidade subsidiária efetivada em sede de execução fiscal.  
4 — (*Anterior n.º 3.*)

#### Artigo 97.º

[...]

- 1 — .....  
a) .....  
b) .....  
c) .....  
d) .....  
e) .....  
f) .....  
g) .....  
h) .....  
i) .....  
j) .....  
l) .....  
m) .....  
n) O recurso dos atos praticados na execução fiscal, no próprio processo ou, nos casos de subida imediata, por apenso;  
o) .....  
p) .....  
2 — .....  
3 — .....

#### Artigo 97.º-A

[...]

- 1 — .....  
a) .....  
b) .....  
c) .....  
d) .....

e) No contencioso associado à execução fiscal, o valor correspondente ao montante da dívida exequenda ou da parte restante, quando haja anulação parcial, exceto nos casos de compensação, penhora ou venda de bens ou direitos, em que corresponde ao valor dos mesmos, se inferior.

- 2 — .....  
3 — .....

Artigo 102.º  
[...]

1 — A impugnação será apresentada no prazo de três meses contados a partir dos factos seguintes:

- a) .....  
b) .....  
c) .....  
d) .....  
e) .....  
f) .....

- 2 — .....  
3 — .....  
4 — .....

Artigo 112.º  
[...]

1 — Compete ao dirigente do órgão periférico regional da administração tributária revogar, total ou parcialmente, dentro do prazo referido no n.º 1 do artigo anterior, o ato impugnado caso o valor do processo não exceda o quádruplo da alçada do tribunal tributário de 1.ª instância.

2 — Compete ao dirigente máximo do serviço revogar, total ou parcialmente, dentro do prazo referido no n.º 1 do artigo anterior, o ato impugnado caso o valor do processo exceda o quádruplo da alçada do tribunal tributário de 1.ª instância.

- 3 — .....  
4 — .....  
5 — .....

6 — A competência referida no presente artigo pode ser delegada pela entidade competente para a apreciação em qualquer dirigente da administração tributária ou em funcionário qualificado.

Artigo 169.º  
[...]

- 1 — .....  
2 — .....  
3 — .....  
4 — .....  
5 — .....  
6 — .....  
7 — .....  
8 — .....  
9 — .....  
10 — .....  
11 — .....  
12 — .....

13 — O valor da garantia é o que consta da citação, nos casos em que seja apresentada nos 30 dias posteriores à citação.

#### Artigo 170.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....

5 — A competência para decidir nos termos do presente artigo é do órgão da execução fiscal, exceto quando o valor da dívida exequenda for superior a 500 unidades de conta, caso em que essa competência é do órgão periférico regional, que pode proceder à sua delegação em funcionário qualificado.

#### Artigo 176.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — O disposto na alínea *a)* do n.º 1 não prejudica o controlo jurisdicional da atividade do órgão de execução fiscal, nos termos legais, caso se mantenha a utilidade da apreciação da lide.

#### Artigo 191.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — A citação considera-se efetuada no 25.º dia posterior ao seu envio caso o contribuinte não aceda à caixa postal eletrónica em data anterior.
- 7 — A presunção do número anterior só pode ser ilidida pelo citado quando, por facto que não lhe seja imputável, a citação ocorrer em data posterior à presumida e nos casos em que se comprove que o contribuinte comunicou a alteração daquela nos termos do artigo 43.º
- 8 — (*Anterior n.º 7.*)

#### Artigo 196.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- a)* .....
- b)* Se demonstre a dificuldade financeira excecional e previsíveis consequências económicas gravosas, não podendo o número das prestações mensais exceder 24 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização.
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....

- 7 — .....
- 8 — .....
- 9 — .....
- 10 — .....
- 11 — .....
- 12 — .....

Artigo 199.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — A garantia é prestada pelo valor da dívida exequenda, juros de mora contados até ao termo do prazo de pagamento voluntário ou à data do pedido, quando posterior, com o limite de cinco anos, e custas na totalidade, acrescida de 25 % da soma daqueles valores, sem prejuízo do disposto no n.º 13 do artigo 169.º.

- 7 — .....
- 8 — .....
- 9 — .....
- 10 — .....
- 11 — .....
- 12 — .....

Artigo 223.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — Salvo nos casos de depósitos existentes em instituição de crédito competente, em que se aplica o disposto no Código de Processo Civil, a penhora efetua-se por meio de carta registada, com aviso de receção, dirigida ao depositário, devendo a notificação conter ainda a indicação de que as quantias depositadas nas contas referidas nos números anteriores ficam indisponíveis desde a data da penhora, salvo nos casos previstos na lei, mantendo-se válida por período não superior a um ano, sem prejuízo de renovação.

4 — Salvo comunicação em contrário do órgão da execução fiscal, verificando-se novas entradas, o depositário deve proceder imediatamente à sua penhora, após consulta do valor em dívida penhorável e apenas até esse montante.

5 — Para efeitos do previsto nos n.ºs 3 e 4, a Autoridade Tributária e Aduaneira disponibiliza ao depositário, para consulta no Portal das Finanças, informação atualizada sobre o valor em dívida.

6 — (*Anterior n.º 5.*)

7 — (*Anterior n.º 6.*)

Artigo 249.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....

- 4 — .....  
 5 — .....  
     a) .....  
     b) .....  
     c) .....  
     d) .....  
     e) .....  
     f) .....  
     g) .....  
     h) .....  
     i) Qualquer condição prevista em lei especial para a aquisição, detenção ou comercialização dos bens.
- 6 — .....  
 7 — .....  
 8 — .....  
 9 — ..... »

#### Artigo 223.º

#### **Alteração ao Decreto-Lei n.º 73/99, de 16 de março**

O artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 73/99, de 16 de março, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro, passa a ter a seguinte redação:

#### «Artigo 4.º [...]

- 1 — .....  
 2 — .....  
 3 — Nas dívidas cobradas em processo de execução fiscal não se contam, no cálculo de juros de mora, os dias incluídos no mês de calendário em que se efetuar o pagamento.»

#### SECÇÃO III

#### **Infrações tributárias**

#### Artigo 224.º

#### **Alteração ao regime geral das infrações tributárias**

Os artigos 29.º, 40.º, 41.º, 50.º, 77.º, 83.º, 106.º, 107.º, 109.º, 117.º e 128.º do regime geral das infrações tributárias (RGIT), aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de junho, passam a ter a seguinte redação:

#### «Artigo 29.º [...]

- 1 — .....  
 2 — .....  
 3 — .....

4 — Nas situações a que se refere o n.º 1, pode não ser aplicada coima quando o agente seja uma pessoa singular e desde que, nos cinco anos anteriores, o agente não tenha:

- a) Sido condenado por decisão transitada em julgado, em processo de contraordenação ou de crime por infrações tributárias;
- b) Beneficiado de pagamento de coima com redução nos termos deste artigo;
- c) Beneficiado da dispensa prevista no artigo 32.º.

#### Artigo 40.º

[...]

1 — .....

2 — Aos órgãos da administração tributária e aos da segurança social cabem, durante o inquérito, os poderes e funções que o Código de Processo Penal atribui aos órgãos e às autoridades de polícia criminal, presumindo-se-lhes delegada a prática de atos que o Ministério Público pode atribuir àquelas entidades, independentemente do valor da vantagem patrimonial ilegítima.

3 — .....

#### Artigo 41.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — Os titulares dos cargos referidos no n.º 1 exercem no inquérito as competências de autoridade de polícia criminal.

4 — (*Anterior n.º 3.*)

#### Artigo 50.º

[...]

1 — .....

2 — Em qualquer fase do processo, as respetivas decisões finais e os factos apurados relevantes para liquidação dos impostos em dívida são sempre comunicados à Autoridade Tributária e Aduaneira ou à segurança social.

#### Artigo 77.º

[...]

1 — .....

2 — (*Revogado.*)

#### Artigo 83.º

[...]

1 — O arguido, o representante da Fazenda Pública e o Ministério Público podem recorrer da decisão do tribunal tributário de 1.ª instância para o Tribunal Central Administrativo, exceto se o valor da coima aplicada não ultrapassar um quarto da alçada fixada para os tribunais judiciais de 1.ª instância e não for aplicada sanção acessória.

2 — .....

3 — .....

Artigo 106.º  
[...]

1 — Constituem fraude contra a segurança social as condutas das entidades empregadoras, dos trabalhadores independentes e dos beneficiários que visem a não liquidação, entrega ou pagamento, total ou parcial, ou o recebimento indevido, total ou parcial, de prestações de segurança social com intenção de obter para si ou para outrem vantagem ilegítima de valor superior a €3500.

- 2 — .....  
3 — .....  
4 — .....

Artigo 107.º  
[...]

- 1 — .....  
2 — É aplicável o disposto nos n.ºs 4 e 7 do artigo 105.º.

Artigo 109.º  
[...]

1 — Os factos descritos no artigo 96.º, que não constituam crime em razão do valor da prestação tributária ou da mercadoria objeto da infração, ou, independentemente destes valores, sempre que forem praticados a título de negligência, são puníveis com coima de €1500 a €165 000.

- 2 — .....  
3 — .....  
4 — .....  
5 — .....  
6 — .....

Artigo 117.º

**Falta ou atraso na apresentação ou exibição de  
documentos ou de declarações e de comunicações**

- 1 — .....  
2 — .....  
3 — .....  
4 — .....  
5 — A falta de comunicação, ou a comunicação fora do prazo legal, da adesão à caixa postal eletrónica é punível com coima de €50 a €250.  
6 — (Anterior n.º 5.)  
7 — (Anterior n.º 6.)

Artigo 128.º  
[...]

- 1 — .....  
2 — A falta de utilização de programas ou equipamentos informáticos de faturação certificados, nos termos do n.º 9 do artigo 123.º do Código do IRC, é punida com coima variável entre €375 e €18 750.  
3 — A transação ou a utilização de programas ou equipamentos informáticos de faturação que não observem os requisitos legalmente exigidos é punida com coima variável entre €375 e €18 750.»

**Artigo 225.º****Norma transitória no âmbito do Regime Geral das Infrações Tributárias**

A alteração ao artigo 29.º do RGIT, aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de junho, não se aplica a procedimentos de redução de coima iniciados até 31 de dezembro de 2012.

**Artigo 226.º****Norma revogatória no âmbito do Regime Geral das Infrações Tributárias**

É revogado o n.º 2 do artigo 77.º do RGIT.

**SECÇÃO IV****Custas dos processos tributários****Artigo 227.º****Aditamento ao Regulamento das Custas dos Processos Tributários**

É aditado o artigo 18.º-A ao Regulamento das Custas dos Processos Tributários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 29/98, de 11 de fevereiro, com a seguinte redação:

**«Artigo 18.º-A****Devolução de taxa de justiça**

Se o interessado não pretender utilizar o documento comprovativo do pagamento da taxa de justiça inicial, requer à administração tributária, no prazo de seis meses após a emissão, a devolução da quantia paga, mediante entrega do original ou documento de igual valor, sob pena de reversão para a referida entidade.»

**Artigo 228.º****Alteração ao Regime Jurídico da Arbitragem em Matéria Tributária**

Os artigos 11.º, 13.º, 17.º e 25.º do Regime Jurídico da Arbitragem em Matéria Tributária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2011, de 20 de janeiro, alterado pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, passam a ter a seguinte redação:

**«Artigo 11.º****[...]**

1 — .....

a) .....

b) Notifica as partes dessa designação, observado o disposto no n.º 1 do artigo 13.º;

c) Comunica às partes a constituição do tribunal arbitral, decorridos 10 dias a contar da notificação da designação dos árbitros, se a tal designação as partes não se opuserem, designadamente nos termos do artigo 8.º e do Código Deontológico do Centro de Arbitragem Administrativa.

2 — Nos casos previstos na alínea b) do n.º 2 do artigo 6.º, o sujeito passivo indica o árbitro por si designado no requerimento do pedido de constituição de tribunal arbitral.

3 — O dirigente máximo do serviço da administração tributária indica o árbitro por si designado no prazo previsto no n.º 1 do artigo 13.º

4 — (*Anterior n.º 3.*)



5 — O presidente do Centro de Arbitragem Administrativa notifica o sujeito passivo do árbitro designado, no prazo de cinco dias a contar da receção da notificação referida no n.º 3, ou da designação a que se refere o número anterior.

6 — Após a designação dos árbitros o presidente do Centro de Arbitragem Administrativa notifica-os, por via eletrónica, para, no prazo de 10 dias, designarem o terceiro árbitro.

7 — Designado o terceiro árbitro, o presidente do Centro de Arbitragem Administrativa informa as partes dessa designação e notifica-as da constituição do tribunal arbitral, 10 dias após a comunicação da designação, se a tal constituição as partes não se opuserem, desde que decorrido o prazo previsto no n.º 1 do artigo 13.º.

8 — O tribunal arbitral considera-se constituído no termo do prazo referido na notificação prevista na alínea c) do n.º 1 ou no número anterior, consoante o caso.

#### Artigo 13.º

[...]

1 — Nos pedidos de pronúncia arbitral que tenham por objeto a apreciação da legalidade dos atos tributários previstos no artigo 2.º, o dirigente máximo do serviço da administração tributária pode, no prazo de 30 dias a contar do conhecimento do pedido de constituição do tribunal arbitral, proceder à revogação, ratificação, reforma ou conversão do ato tributário cuja ilegalidade foi suscitada, praticando, quando necessário, ato tributário substitutivo, devendo notificar o presidente do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD) da sua decisão, iniciando-se então a contagem do prazo referido na alínea c) do n.º 1 do artigo 11.º.

- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....

#### Artigo 17.º

[...]

1 — Recebida a notificação da constituição do tribunal arbitral a enviar pelo Presidente do Conselho Deontológico no termo do prazo previsto no n.º 8 do artigo 11.º, o tribunal arbitral constituído notifica, por despacho, o dirigente máximo do serviço da administração tributária para, no prazo de 30 dias, apresentar resposta e, caso queira, solicitar a produção de prova adicional.

- 2 — .....

#### Artigo 25.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....

5 — A interposição de recurso é obrigatoriamente comunicada ao Centro de Arbitragem Administrativa e à outra parte.»

#### Artigo 229.º

#### **Aditamento ao Regime Jurídico da Arbitragem em Matéria Tributária**

São aditados ao Regime Jurídico da Arbitragem em Matéria Tributária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2011, de 20 de janeiro, alterado pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, os artigos 3.º-A e 17.º-A, com a seguinte redação:

«Artigo 3.º-A  
**Prazos**

1 — No procedimento arbitral, os prazos contam-se nos termos do Código do Procedimento Administrativo, com as necessárias adaptações.

2 — Os prazos para a prática de atos no processo arbitral contam-se nos termos do Código de Processo Civil.

Artigo 17.º-A  
**Férias judiciais**

O prazo processual, estabelecido por lei ou fixado por despacho arbitral, suspende-se durante as férias judiciais, nos termos do artigo 144.º do Código de Processo Civil, com as necessárias adaptações.»

**CAPÍTULO XVIII**  
**Regulamento das Alfândegas**

Artigo 230.º  
**Alteração ao Regulamento das Alfândegas**

1 — São aditados ao livro VI do Regulamento das Alfândegas, aprovado pelo Decreto n.º 31 730, de 15 de dezembro de 1941, os artigos 678.º-A a 678.º-T, com a seguinte redação:

«TÍTULO IV-A  
**Abandono e venda de mercadorias**

**SECÇÃO I**  
**Disposições gerais**

Artigo 678.º-A

1 — As mercadorias não comunitárias e as mercadorias comunitárias provenientes de territórios terceiros nos termos do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado ou do Código dos Impostos Especiais sobre o Consumo são abandonadas a favor do Estado com:

a) O deferimento, pelo diretor da alfândega com competência no local onde se encontram as mercadorias, do pedido de abandono;

b) O decurso do prazo de sujeição das mercadorias às formalidades destinadas a atribuir-lhes um destino aduaneiro fixado em conformidade com o disposto no artigo 49.º do Regulamento (CEE) n.º 2 913/92, do Conselho, de 12 de outubro, que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário, adiante designado por CAC.

2 — As mercadorias comunitárias sujeitas a impostos especiais sobre o consumo são abandonadas a favor do Estado com o deferimento, pelo diretor da alfândega com competência no local onde se encontram as mercadorias, do respetivo pedido de abandono.

Artigo 678.º-B

1 — As mercadorias abandonadas a favor do Estado em conformidade com a alínea b) do artigo anterior podem, a pedido do interessado e até ao momento da venda, ser sujeitas às formalidades destinadas a atribuir-lhes um destino aduaneiro.

2 — O disposto no número anterior está condicionado ao pagamento de um montante correspondente a 5 % sobre o valor aduaneiro da mercadoria, sem prejuízo do pagamento de todos os encargos e imposições devidos pela sujeição das mercadorias ao destino aduaneiro em causa.

3 — A percentagem referida no número anterior não é devida quando se pretender sujeitar as mercadorias ao destino aduaneiro de inutilização.

4 — Os montantes cobrados a título da percentagem de 5 % prevista no n.º 2 são divididos e distribuídos nos seguintes termos:

- a) 50 % para o Estado;
- b) 50 % para a Autoridade Tributária e Aduaneira.

5 — Os custos e encargos inerentes ao depósito das mercadorias sujeitas às formalidades destinadas a atribuir-lhes um destino aduaneiro nos termos previstos no presente artigo são da responsabilidade do interessado nessa sujeição.

#### Artigo 678.º-C

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, são vendidas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT):

a) As mercadorias abandonadas a favor do Estado, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 678.º-A, nos termos e condições previstos no artigo 867.º-A do Regulamento (CEE) n.º 2 454/93, da Comissão, de 2 de julho, que estabelece as Disposições de Aplicação do CAC, adiante designadas por DACAC;

b) As mercadorias abandonadas a favor do Estado, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 678.º-A;

c) As mercadorias achadas no mar ou por ele arrojadas, quando estejam nas condições do § 7.º do artigo 687.º;

d) As mercadorias salvas de naufrágio, se o navio tiver sido abandonado ou quando o capitão requerer a sua venda, tendo-se em consideração o disposto nas convenções internacionais aplicáveis;

e) As mercadorias irregularmente introduzidas no território aduaneiro da Comunidade ou que tenham sido subtraídas à fiscalização aduaneira;

f) As mercadorias, declaradas para um regime aduaneiro, cuja autorização de saída não tenha sido concedida ou que não tenham sido levantadas dentro de um prazo razoável após a concessão da autorização de saída, nos termos e condições previstos no artigo 75.º do CAC e no artigo 250.º das DACAC;

g) Em cumprimento de decisão judicial para o efeito e nos demais casos previstos na lei.

2 — Em derrogação do disposto no número anterior, as mercadorias referidas na alínea a) do n.º 1, sob condição de cumprimento do disposto no artigo 867.º-A das DACAC, bem como as mercadorias referidas na alínea b) do n.º 1, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, podem, por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, ser distribuídas pelos serviços dependentes do Estado ou pelas instituições de utilidade pública que deles careçam.

#### Artigo 678.º-D

1 — As mercadorias referidas no n.º 1 do artigo anterior são destruídas pela Autoridade Tributária e Aduaneira, se, por força da sua própria natureza, forem de importação proibida ou se se tratar de tabaco manufacturado nos termos do artigo 113.º do Código dos Impostos Especiais de Consumo.

2 — Quando as mercadorias constituírem corrente de contrabando e sejam insuscetíveis de identificação rigorosa e claramente distintiva relativamente a outras mercadorias, a sua venda não terá lugar, devendo ser objeto de distribuição, nos termos legais, pelos serviços dependentes do Estado ou pelas instituições de utilidade pública.

3 — As mercadorias referidas no número anterior, que não forem distribuídas pelos serviços dependentes do Estado ou pelas instituições de utilidade pública, são, cumpridas as formalidades legais, destruídas.

4 — A venda de mercadorias cuja introdução em livre prática esteja dependente de autorização ou licença ou seja restringida a determinadas entidades ou se encontre sujeita a outras formalidades específicas está dependente do cumprimento de todos estes condicionalismos.

5 — A venda de álcool e bebidas alcoólicas e de produtos petrolíferos e energéticos encontra-se, também, sujeita às regras próprias e às restrições previstas no Código dos Impostos Especiais de Consumo.

## SECÇÃO II

### **Procedimentos de venda das mercadorias**

#### Artigo 678.º -E

1 — A estância aduaneira com competência no local onde se encontram as mercadorias referidas no n.º 1 do artigo 678.º-C efetua a verificação das mercadorias, com vista a permitir o apuramento dos recursos próprios tradicionais, quando estes forem devidos, e dos demais tributos.

2 — Na nota de verificação deve ser indicado o valor aduaneiro das mercadorias e o método utilizado para a sua determinação, nos termos previstos na legislação, a designação comercial ou corrente das mercadorias, as suas qualidades e quantidades, marcas, números, cores e outros sinais que as possam diferenciar de quaisquer outras, a sua situação aduaneira, se são de importação proibida e qual a natureza da proibição, se a importação depende de autorização, licença ou se está sujeita a outras formalidades específicas e o seu estado de conservação.

3 — Se as mercadorias estiverem avariadas, a percentagem da avaria, para efeitos de determinação do seu valor aduaneiro, é fixada por despacho do respetivo diretor da alfândega tendo em consideração a nota de verificação.

#### Artigo 678.º-F

1 — Após a verificação da mercadoria e caso seja justificado e possível, procede-se à formação de lotes de harmonia com as designações comerciais, os valores conferidos às mercadorias e as instruções que a unidade orgânica competente para a venda de mercadorias tiver por conveniente determinar, designadamente para os efeitos do disposto no n.º 5.

2 — A descrição dos lotes é registada na nota de verificação, devendo indicar o número de processo, as contramarcas, as marcas, o número de volumes, o nome do proprietário e ou consignatário, quando conhecidos, e o valor pela qual as mercadorias vão à praça.

3 — Cumprido o disposto no número anterior, a cada lote é aposta uma etiqueta com a indicação do número de registo e outros elementos identificativos das mercadorias.

4 — Sempre que se considere conveniente, poderá o diretor da unidade orgânica competente, proceder à junção ou separação de lotes de mercadorias que se encontrem na situação de venda.

5 — O diretor da unidade orgânica competente determina, de entre as mercadorias destinadas a comércio, quais as que só podem ser arrematadas por comerciantes do ramo respetivo.

#### Artigo 678.º-G

1 — A venda das mercadorias é efetuada pela unidade orgânica competente, ficando as mesmas depositadas, preferencialmente, no local em que se encontrem.

2 — O diretor da unidade orgânica competente pode, sempre que as características e tipologia das mercadorias assim o imponham, determinar que as mesmas sejam removidas e depositadas em outro local que melhor salvaguarde os interesses do Estado tendo em vista a sua venda, afetação ou inutilização.

3 — Quando se verifique a remessa de mercadorias para o armazém de leilões, estas devem ser acompanhadas de guia ou nota de verificação onde se mencionem as contramarcas, marcas, números, quantidade e qualidade dos volumes, a designação genérica das mercadorias, seus pesos, valor, procedência e origem, além de quaisquer outros elementos distintivos constantes da documentação que tiver acompanhado a mercadoria.

4 — Os elementos distintivos referidos no número anterior podem ser, alternativamente, objeto de procedimentos desmaterializados, como a transmissão eletrónica de dados, nos termos definidos em portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças ou por instruções administrativas emitidas pelo órgão competente.

5 — As mercadorias referidas nas alíneas *c)* e *d)* do n.º 1 do artigo 678.º-C podem ser vendidas nos próprios locais em que se encontrem quando, por dificuldades ou excessivos custos de transporte, a unidade orgânica competente assim o julgue conveniente.

#### Artigo 678.º-H

Sem prejuízo das disposições previstas na presente secção, a venda de mercadorias é feita por meio de leilão eletrónico nos termos da secção IX do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

#### Artigo 678.º-I

1 — Caso o diretor da unidade orgânica competente assim o determine, a venda das mercadorias pode ainda ser realizada, com as necessárias adaptações e salvo quando o presente Regulamento disponha em sentido contrário, por uma das seguintes modalidades:

- a)* Por proposta em carta fechada;
- b)* Por qualquer das modalidades previstas no Código de Procedimento e de Processo Tributário;
- c)* Por qualquer das modalidades previstas no Código de Processo Civil.

2 — O membro do Governo responsável pela área das finanças pode autorizar, excecionalmente e desde que se verifiquem motivos de interesse nacional ou a tipologia da mercadoria assim o exigir, que a venda se realize por ajuste direto ou por arrematação em hasta pública.

3 — O valor base das mercadorias, em primeira praça, é aquele que for publicitado nos termos do artigo 678.º-L e definido nos termos do n.º 2 do artigo 678.º-E.

#### Artigo 678.º-J

1 — A venda de mercadorias por ajuste direto é precedida de parecer fundamentado da unidade orgânica competente para a venda de mercadorias, do qual conste o valor aduaneiro da mercadoria, a prestação tributária devida e o preço acordado, e tem carácter excecional, respeitando prioritariamente a mercadorias deterioráveis em risco de perecimento.

2 — As vendas por ajuste direto têm forma sumária, podendo ser precedidas de consulta a entidades do ramo respetivo para efeitos de determinação do justo valor de mercado, e são objeto da tramitação que a natureza e o estado das mercadorias aconselhem.

#### Artigo 678.º-K

Sem prejuízo das disposições constantes do Código de Procedimento e de Processo Tributário e da legislação relativa à transmissão eletrónica de dados, o regime geral de venda de mercadorias por proposta em carta fechada segue a tramitação seguinte:

*a)* As propostas são submetidas por via eletrónica, através do portal eletrónico oficial da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), após autenticação do proponente, ficando encriptadas e não podendo ser conhecida a sua existência nem o seu conteúdo até ao ato de abertura das propostas;

b) A abertura das propostas têm lugar no dia e hora designados, na presença do diretor da unidade orgânica competente para a venda ou dos funcionários em que este delegue, podendo os proponentes assistir ao ato;

c) Uma vez apresentadas as propostas, estas só podem ser retiradas se a sua abertura for adiada por prazo não inferior a 90 dias;

d) Imediatamente após a abertura, considera-se aceite a proposta de maior valor superior ao preço base;

e) Aceite a proposta, deve o proponente depositar o montante legal da venda no prazo de oito dias úteis;

f) Caso o proponente, cuja oferta tenha sido aceite, não depositar o montante legal, o mesmo fica interdito de apresentar proposta em qualquer processo de venda da Administração Tributária e Aduaneira por um período não inferior a um ano;

g) A entrega das mercadorias só é efetuada depois de paga ou depositada a totalidade do preço;

h) Se o preço mais elevado for oferecido por mais de um proponente, abre-se licitação entre eles, salvo se declararem que pretendem adquirir os bens em propriedade;

i) Se apenas um dos proponentes do maior preço estiver presente, pode esse cobrir as propostas dos demais;

j) Para efeitos do número anterior, se nenhum dos proponentes quiser cobrir as ofertas dos outros, procede-se a sorteio para determinar qual a proposta que deve prevalecer.

#### Artigo 678.º-L

1 — Determinada a venda, procede-se à respetiva publicitação mediante divulgação no portal eletrónico da Autoridade Tributária e Aduaneira, nos termos definidos no Código de Procedimento e de Processo Tributário, e sem prejuízo das necessárias adaptações.

2 — Na publicitação é dado conhecimentos do dia, hora e local da venda, da designação comercial da mercadoria e do período para exame da mercadoria, o qual não pode ser inferior a cinco dias úteis.

3 — Quando se tratar de mercadorias que pelo seu estado ou natureza estejam sujeitas a desnaturação, deve a respetiva publicitação indicar que só são vendidas depois de desnaturadas, nos termos legais, e que as despesas de desnaturação são por conta dos adquirentes.

4 — As mercadorias são vendidas no estado em que se encontrem, não sendo atendível, em caso algum, qualquer reclamação quanto ao seu estado.

#### Artigo 678.º-M

Às formalidades e aos procedimentos relativos à venda dos bens aplicam-se os artigos 256.º a 258.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, com as necessárias adaptações.

#### Artigo 678.º-N

1 — Quando a mercadoria tenha sido vendida, a unidade orgânica competente emite o respetivo documento de cobrança, sem embargo de poder ser exigido imediatamente 25 % do valor da venda, o qual é perdido a favor do Estado, em caso de não pagamento integral e atempado do montante devido.

2 — Na hipótese de o adquirente não efetuar o pagamento no prazo definido, fica o mesmo interdito de apresentar proposta em qualquer processo de venda da Autoridade Tributária e Aduaneira por um período não inferior a um ano.

3 — O documento de cobrança deve conter a indicação das designações comerciais ou correntes das mercadorias vendidas, quantidades de cada qualidade, marcas, números, cores ou outros sinais que possam servir de diferenciação entre as mercadorias vendidas, bem como a indicação do prazo de pagamento.

4 — A unidade orgânica competente informa a pessoa responsável pela armazenagem das mercadorias da venda das mesmas.

5 — A tesouraria onde for recebido o pagamento deve informar a unidade orgânica competente para a venda do mesmo, para efeitos de apuramento e encerramento do procedimento de venda.

6 — Caso o pagamento integral do valor da venda não seja efetuado no prazo fixado, o processo de venda deve ser concluso ao diretor da unidade orgânica competente para a venda para este resolver o destino a conferir aos bens, dando-se conhecimento de tal facto à pessoa responsável pela armazenagem das mercadorias.

#### Artigo 678.º-O

1 — Efetuado o pagamento do preço da venda, a mercadoria é entregue ao adquirente, a seu pedido, dentro do prazo estipulado para o efeito e indicado no documento de cobrança.

2 — A entrega das mercadorias vendidas pode, no entanto, não ocorrer, mediante restituição do valor pago pelo adquirente, sempre que haja lugar à anulação da venda por erro manifesto na publicitação das mesmas.

3 — A modalidade de pagamento e de entrega dos bens pode, caso assim seja determinado, ocorrer através de outros meios legalmente previstos e ou entidades devidamente habilitadas para o efeito, nos termos definidos em portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças.

#### Artigo 678.º-P

1 — A pessoa responsável pela armazenagem das mercadorias apenas pode entregá-las ao adquirente, mediante apresentação de comprovativo do pagamento do preço de venda.

2 — O adquirente apenas é responsável pelas despesas de armazenagem caso o levantamento das mercadorias seja efetuado após o prazo de dois dias úteis, a contar da data definida para o pagamento.

#### Artigo 678.º-Q

1 — Quando as mercadorias não forem vendidas em primeira praça, vão a segunda praça por metade do valor da primeira, para o que são atualizados, em conformidade, o apuramento dos recursos próprios tradicionais e dos tributos devidos.

2 — As mercadorias ainda não abandonadas a favor do Estado sujeitas a venda, quando não forem vendidas em primeira praça, consideram-se abandonadas a favor do Estado.

3 — As mercadorias não vendidas em primeira praça e que a ela tenham sido presentes por valor até €10 podem ser destruídas ou inutilizadas.

4 — Em relação às mercadorias não vendidas em segunda praça e que não sejam destruídas ou inutilizadas nos termos do número anterior, o diretor da unidade orgânica competente para a venda determina um dos seguintes destinos:

- a) Terceira praça, por 25 % do valor base atribuído em primeira praça;
- b) Destruição ou inutilização.

5 — O diretor da unidade orgânica competente para a venda pode ordenar a retirada de venda de qualquer lote, sempre que essa medida se mostre necessária, e determinar a sua destruição ou inutilização.

6 — Por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças as mercadorias não vendidas em segunda praça e que não sejam destruídas ou inutilizadas podem ser distribuídas pelos serviços dependentes do Estado ou pelas instituições de utilidade pública que deles careçam e, tratando-se de mercadorias referidas na alínea a) do n.º 1 do artigo 678.º-C, essa distribuição está sujeita às condições previstas no artigo 867.º-A das DACAC.

7 — A Autoridade Tributária e Aduaneira tem direito de preferência sempre que as mercadorias a que se refere o número anterior ou previstas nos termos do n.º 2 do artigo 278.º-C digam respeito a veículos automóveis, sem prejuízo do previsto nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 170/2008, de 26 de agosto, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, e 55-A/2010, de 30 de dezembro, devendo esse direito de preferência deve ser exercido por despacho fundamentado na comunicação remetida à Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.

#### Artigo 678.º-R

1 — Tanto nos casos em que haja de proceder-se à inutilização de mercadorias como nos de distribuição a serviços do Estado ou a instituições de utilidade pública, devem ser lavrados termos com as formalidades legais, devendo ainda, nos casos de distribuição, cobrar-se recibo, que é junto ao processo.

2 — As entidades a quem as mercadorias forem distribuídas suportam o pagamento dos recursos próprios tradicionais, no caso de serem devidos, e ficam sujeitas à obrigação de as destinarem única e diretamente aos seus fins, podendo a Autoridade Tributária e Aduaneira ordenar que se averigue do cumprimento desta obrigação.

#### SECÇÃO III

#### **Produto da venda e despesas**

#### Artigo 678.º-S

1 — O produto da venda é distribuído de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- a) Recursos próprios tradicionais;
- b) Outros tributos;
- c) Despesas processuais.

2 — As despesas processuais compreendem os custos relativos à armazenagem, à publicitação, amostragem, transporte e outros encargos imputáveis ao procedimento de venda da mercadoria, sendo que, caso outro montante não seja determinado, tais despesas fixar-se-ão em duas unidades de conta.

3 — A responsabilidade do Estado pelas despesas previstas no número anterior tem como limite máximo o produto da venda após a dedução dos montantes referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1.

4 — O produto da venda das mercadorias referidas na alínea b) do n.º 1 do artigo 678.º-C não está sujeita à dedução das despesas processuais.

5 — O produto líquido da venda constitui receita do Estado, sendo depositado à ordem do Estado, para entrar em receita, se não for reclamado no prazo de um mês.

6 — Para efeitos do número anterior, entende-se por ‘produto líquido da venda’ o produto da venda após dedução dos montantes referidos no n.º 1.

#### Artigo 678.º-T

Do produto da venda das mercadorias achadas no mar, ou por ele arrojadas, e das salvas de naufrágio, a que se referem as alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 678.º-C, devem deduzir-se, por sua ordem:

- a) As despesas de transporte, guarda e beneficiação;
- b) A terça parte para o achador, quando se trate de mercadorias achadas ou arrojadas, salvo quando outra percentagem tenha sido fixada no caso especial do § 8.º do artigo 687.º, ou as despesas dos salários de assistência e salvação, quando se trate de mercadorias salvas de naufrágio.»

2 — É aditado o título IV-A ao livro VI do Regulamento das Alfândegas, aprovado pelo Decreto n.º 31 730, de 15 de dezembro de 1941, composto pelos artigos 678.º-A a 678.º-T.



## Artigo 231.º

**Norma revogatória no âmbito do Regulamento das Alfândegas**

São revogados os artigos 638.º, 638.º-A, 638.º-B, 639.º, 640.º, 641.º, 642.º, 643.º, 644.º, 645.º, 646.º, 647.º, 648.º, 649.º, 650.º, 651.º, 653.º, 654.º, 655.º, 656.º, 657.º, 659.º, 660.º, 661.º, 662.º, 663.º, 664.º, 666.º, 668.º, 669.º, 671.º, 672.º, 674.º, 675.º, 676.º, 677.º e 678.º do Regulamento das Alfândegas, aprovado pelo Decreto n.º 31 730, de 15 de dezembro de 1941.

## CAPÍTULO XIX

**Disposições diversas com relevância tributária**

## SECÇÃO I

**Incentivos fiscais**

## Artigo 232.º

**Regime fiscal de apoio ao investimento**

O regime fiscal de apoio ao investimento realizado em 2009 (RFAI 2009), aprovado pelo artigo 13.º da Lei n.º 10/2009, de 10 de março, mantém-se em vigor até 31 de dezembro de 2013.

## Artigo 233.º

**Constituição de garantias**

Fica isenta de imposto do selo a constituição em 2013 de garantias a favor do Estado ou das instituições de segurança social, no âmbito da aplicação do artigo 196.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário ou do Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 235-A/96, de 9 de dezembro.

## Artigo 234.º

**Alteração ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas**

Os artigos 16.º, 268.º, 269.º e 270.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março, passam a ter a seguinte redação:

## «Artigo 16.º

[...]

1 — O disposto no presente Código aplica-se sem prejuízo do estabelecido na legislação especial sobre o consumidor relativamente a procedimentos de reestruturação do passivo e no Decreto-Lei n.º 178/2012, de 3 de agosto, relativamente ao Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial (SIREVE).

2 — Os benefícios fiscais constantes dos artigos 268.º a 270.º dependem de reconhecimento prévio da Autoridade Tributária e Aduaneira, quando aplicados no âmbito do Decreto-Lei n.º 178/2012, de 3 de agosto.

3 — (*Anterior n.º 2.*)

## Artigo 268.º

[...]

1 — .....

2 — Não entram igualmente para a formação da matéria coletável do devedor as variações patrimoniais positivas resultantes das alterações das suas dívidas previstas em plano de insolvência, plano de pagamentos ou plano de recuperação.

3 — O valor dos créditos que for objeto de redução, ao abrigo de plano de insolvência, plano de pagamentos ou plano de recuperação, é considerado como custo ou perda do respetivo exercício, para efeitos de apuramento do lucro tributável dos sujeitos passivos do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares e do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.

Artigo 269.º  
[...]

Estão isentos de imposto do selo, quando a ele se encontrem sujeitos, os seguintes atos, desde que previstos em planos de insolvência, de pagamentos ou de recuperação ou praticados no âmbito da liquidação da massa insolvente:

- a) .....
- b) .....
- c) .....
- d) .....
- e) .....
- f) .....

Artigo 270.º  
[...]

1 — Estão isentas de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis as seguintes transmissões de bens imóveis, integradas em qualquer plano de insolvência, de pagamentos ou de recuperação:

- a) .....
- b) .....
- c) .....

2 — Estão igualmente isentos de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis os atos de venda, permuta ou cessão da empresa ou de estabelecimentos desta integrados no âmbito de planos de insolvência, de pagamentos ou de recuperação ou praticados no âmbito da liquidação da massa insolvente.»

SECÇÃO II  
**Contribuições especiais**

Artigo 235.º  
**Norma revogatória no âmbito do Decreto-Lei n.º 43/98, de 3 de março**

É revogado o artigo 27.º do Regulamento da Contribuição Especial, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 43/98, de 3 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 472/99, de 8 de novembro, e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Artigo 236.º  
**Norma revogatória no âmbito do Decreto-Lei n.º 54/95, de 22 de março**

É revogado o artigo 28.º do Regulamento da Contribuição Especial, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 54/95, de 22 de março, alterado pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de março, pelos Decretos-Leis n.ºs 27/97, de 23 de janeiro, 43/98, de 3 de março, e 472/99, de 8 de novembro, e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

### SECÇÃO III

#### Autorizações legislativas

##### Artigo 237.º

#### **Autorização legislativa para a transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 2011/16/UE, do Conselho, de 15 de Fevereiro (cooperação administrativa no domínio da fiscalidade)**

1 — Fica o Governo autorizado a proceder à transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 2011/16/UE, do Conselho, de 15 de fevereiro, relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade, que revoga a Diretiva n.º 77/799/CEE, do Conselho, de 19 de dezembro, e a revogar o Decreto-Lei n.º 127/90, de 17 de abril.

2 — A autorização referida no número anterior tem o sentido de:

a) Estabelecer as regras e os procedimentos de cooperação administrativa, tendo em vista a troca de informações previsivelmente relevantes para a administração e a execução da legislação interna respeitante a todos os impostos cobrados, excetuando o imposto sobre o valor acrescentado, direitos aduaneiros, impostos especiais de consumo abrangidos por outra legislação da União Europeia em matéria de cooperação administrativa entre Estados membros e contribuições obrigatórias para a segurança social;

b) Estabelecer a troca por via eletrónica e com recurso a formulários normalizados das informações a que se refere a alínea anterior.

3 — A autorização referida no n.º 1 tem a seguinte extensão:

a) Estabelecer as regras e os procedimentos da troca de informações a pedido, automática e espontânea;

b) Estabelecer as regras e os procedimentos relativos a outras formas de cooperação administrativa, que abrangem a presença em território nacional de funcionários de outros Estados membros para participar em ações de investigação e controlos simultâneos;

c) Estabelecer as regras e os procedimentos relativos à notificação administrativa;

d) Definir as regras que regem a cooperação administrativa no domínio da divulgação de informações e de documentos e respetivos limites e obrigações;

e) Definir as regras relativas à confidencialidade e proteção de dados no âmbito da troca de informações.

##### Artigo 238.º

#### **Autorização legislativa relativa ao âmbito de aplicação do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária**

1 — Fica o Governo autorizado a alterar o Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 413/98, de 31 de dezembro, alterado pelas Leis n.ºs 32-B/2002, de 30 de dezembro, 50/2005, de 30 de agosto, e 53-A/2006, de 29 de dezembro, no que respeita ao seu âmbito de aplicação.

2 — O sentido e a extensão das alterações a introduzir na legislação sobre os procedimentos de inspeção tributária, nos termos da autorização legislativa prevista no número anterior, são os seguintes:

a) Alterar o seu âmbito de aplicação e redefinir a competência material e territorial, em consequência da nova estrutura orgânica decorrente da criação da Autoridade Tributária e Aduaneira;

b) Alargar o prazo de audição prévia;

c) Definir as competências da inspeção tributária em matéria de contabilidades informatizadas;

d) Delimitar o momento até ao qual poderá ser suscitada a ampliação do prazo do procedimento de inspeção;

e) Identificar e enumerar de forma clara as situações que conduzem à suspensão do procedimento de inspeção.

## Artigo 239.º

**Autorização legislativa no âmbito do imposto do selo**

1 — Fica o Governo autorizado a criar um imposto sobre a generalidade das transações financeiras que tenham lugar em mercado secundário.

2 — O sentido e a extensão das alterações a introduzir no Código do Imposto do Selo, nos termos da autorização legislativa prevista no número anterior, são os seguintes:

*a)* Definir as regras de incidência objetiva por referência aos tipos de transações abrangidos pelo imposto, designadamente a compra e a venda de instrumentos financeiros, tais como partes de capital, obrigações, instrumentos do mercado monetário, unidades de participação em fundos de investimento, produtos estruturados e derivados, e a celebração ou alteração de contratos de derivados;

*b)* Estabelecer um regime especial para as operações de alta frequência, dirigido a prevenir e corrigir intervenções especulativas nos mercados;

*c)* Estabelecer regras e respetivos critérios de conexão para determinar a incidência subjetiva do imposto, assim como a sua territorialidade, identificando de forma concreta todos os elementos definidores do facto tributário;

*d)* Estabelecer as exclusões objetivas de tributação, designadamente a emissão de ações e de obrigações, obrigações com instituições internacionais, bem como operações com bancos centrais, assim como as isenções subjetivas do imposto;

*e)* Estabelecer as regras de cálculo do valor sujeito a imposto, designadamente no caso de instrumentos derivados, bem como as respetivas regras de exigibilidade;

*f)* Definir as taxas máximas de imposto de forma a respeitar os seguintes valores máximos:

*i)* Até 0,3 %, no caso da generalidade das operações sujeitas a imposto;

*ii)* Até 0,1 %, no caso das operações de elevada frequência;

*iii)* Até 0,3 %, no caso de transações sobre instrumentos derivados;

*g)* Definir as regras, procedimentos e prazos de pagamento, bem como as entidades sobre as quais recai o encargo do imposto e respetivo regime de responsabilidade tributária;

*h)* Definir as obrigações acessórias e os deveres de informação das entidades envolvidas nas operações financeiras relevantes;

*i)* Definir os mecanismos aptos a assegurar o cumprimento formal e material dos requisitos do novo regime, designadamente as normas de controlo e verificação pela Autoridade Tributária e Aduaneira e as disposições antiabuso;

*j)* Definir um regime sancionatório próprio.

## Artigo 240.º

**Autorização legislativa no âmbito do imposto sobre o valor acrescentado**

1 — Fica o Governo autorizado a alterar o artigo 2.º do Código do IVA, em derrogação à regra geral de incidência subjetiva do imposto, e a considerar como sujeitos passivos as pessoas singulares ou coletivas referidas na alínea *a)* do mencionado artigo que disponham de sede, estabelecimento estável ou domicílio em território nacional e que pratiquem operações que confirmem o direito à dedução total ou parcial do imposto, quando sejam adquirentes de certas matérias-primas dos setores agrícola e silvícola, a definir por disposição legislativa ou regulamentar.

2 — A autorização referida no número anterior inclui, ainda, a definição e desenvolvimento das regras e procedimentos a adotar pelos sujeitos passivos enquadráveis neste regime, bem como os mecanismos a implementar pela Autoridade Tributária e Aduaneira com vista ao controlo do cumprimento destas regras.

3 — Esta autorização legislativa fica condicionada à obtenção de autorização por parte da Comissão Europeia relativamente a uma derrogação ao artigo 193.º da Diretiva n.º 2006/112/CE, do Conselho, de 28 de novembro, que permita a designação como devedor do IVA do sujeito passivo destinatário da entrega de certas matérias-primas dos setores agrícola e silvícola.

## Artigo 241.º

**Autorização legislativa no âmbito do imposto sobre o valor acrescentado**

1 — Fica o Governo autorizado a alterar o Código do IVA, tendo em vista a introdução de um regime simplificado e facultativo de contabilidade de caixa aplicável às pequenas empresas que não beneficiem de isenção do imposto, segundo o qual nas operações por estas realizadas o imposto se torne exigível no momento do recebimento e o direito à dedução do IVA seja exercido no momento do efetivo pagamento, nos termos previstos na alínea *b*) do artigo 66.º e no artigo 167.º-A da Diretiva n.º 2006/112/CE, do Conselho, de 28 de novembro.

2 — O sentido e a extensão do regime previsto no número anterior são os seguintes:

*a*) Implementação de um regime facultativo de contabilidade de caixa do IVA, tendo em vista a sua aplicação a sujeitos passivos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 2.º do Código do IVA com um volume de negócios anual até €500 000;

*b*) Definição de um regime aplicável à globalidade das operações realizadas por esses sujeitos passivos no território nacional, com exceção das seguintes operações:

- i*) Importação, exportação e atividades conexas;
- ii*) Transmissões e aquisições intracomunitárias de bens e operações assimiladas;
- iii*) Prestações intracomunitárias de serviços;
- iv*) Operações em que o destinatário ou adquirente seja o devedor do imposto;

*c*) Estabelecimento de um período mínimo de permanência no regime de dois anos;

*d*) Estabelecimento da obrigação de liquidar o imposto devido pelas faturas não pagas, no último período de cada ano civil;

*e*) Definição de mecanismos aptos a permitir a verificação do cumprimento dos requisitos do novo regime pela Autoridade Tributária e Aduaneira, incluindo as normas antiabuso específicas consideradas necessárias para o efeito;

*f*) Estabelecimento de que o exercício pela opção de aplicação deste regime implica a autorização por parte do sujeito passivo para levantamento do sigilo bancário, nos termos do artigo 63.º-B da lei geral tributária;

*g*) Determinação dos registos contabilísticos adequados a controlar os pagamentos recebidos e efetuados, associando-os com as faturas emitidas ou recebidas;

*h*) Definição de um regime sancionatório próprio para a utilização indevida ou fraudulenta do regime de exigibilidade de caixa;

*i*) Revogação dos regimes especiais de exigibilidade aprovados pelo Decreto-Lei n.º 204/97, de 9 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 418/99, de 21 de outubro, e pela Lei n.º 15/2009, de 1 de abril.

## Artigo 242.º

**Autorização legislativa — IRC — Transferência de residência de sociedade para o estrangeiro e cessação de atividade de entidades não residentes**

1 — Fica o Governo autorizado a introduzir alterações aos artigos 83.º, 84.º e 85.º do Código do IRC, alterando o regime de transferência de residência de uma sociedade para o estrangeiro e cessação de atividade de entidade não residente, em conformidade com o Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia de 6 de setembro de 2012, proferido no processo C-38/10.

2 — O sentido e a extensão da legislação a aprovar pelo Governo, nos termos do número anterior, são os seguintes:

*a*) Estabelecer um regime fiscal de pagamento, imediato ou em frações anuais, do saldo positivo apurado pela diferença entre os valores de mercado e os valores fiscalmente relevantes dos elementos patrimoniais de sociedades que transferem a sua residência para outro Estado membro da União Europeia

ou do Espaço Económico Europeu e de estabelecimentos estáveis que cessam a sua atividade em território português ou transferem os seus elementos patrimoniais para outro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu;

b) Estabelecer um regime optativo entre o pagamento do imposto, nos termos referidos na alínea anterior, e o diferimento do pagamento do imposto para quando ocorra a extinção, transmissão, desafetação da atividade ou outros eventos análogos relativamente aos elementos patrimoniais;

c) Prever a possibilidade e termos da exigência de juros e de constituição de uma garantia idónea nos casos em que a opção não seja pelo pagamento imediato;

d) Prever as obrigações acessórias relativas à identificação dos elementos patrimoniais abrangidos pelo regime e ao pagamento do imposto;

e) Estabelecer as consequências, incluindo de natureza sancionatória, do não cumprimento das obrigações declarativas e de pagamento do imposto;

f) Proceder à articulação do regime referido na alínea a) com o regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais objeto dos artigos 73.º e seguintes do Código do IRC;

g) Prever as disposições necessárias para obviar à utilização indevida do regime por atos ou negócios dirigidos a evitar o imposto normalmente devido.

#### Artigo 243.º

##### **Autorização legislativa relativa ao regime especial de tributação dos rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida**

1 — Fica o Governo autorizado a rever e a sistematizar o regime especial de tributação dos rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida previsto em anexo ao Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de novembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 25/2006, de 8 de fevereiro, e 29-A/2011, de 1 de março.

2 — O sentido e a extensão da autorização legislativa prevista no número anterior é o seguinte:

a) Revisão do regime especial de tributação de rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida no sentido de simplificar os procedimentos e obrigações a que se encontram submetidos:

i) Os investidores, designadamente os investidores não residentes; e

ii) Todas as entidades prestadoras de serviços financeiros, em conexão com os títulos elegíveis no âmbito deste regime;

b) Consolidação do regime especial de tributação dos rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida através da uniformização e clarificação das regras aplicáveis à tributação dos rendimentos de dívida pública e não pública;

c) Definição do âmbito de incidência objetiva do regime, bem como a definição das isenções aplicáveis aos rendimentos abrangidos;

d) Prever as disposições necessárias para obviar à utilização indevida do regime por atos ou negócios dirigidos a evitar o imposto normalmente devido;

e) Estabelecer as consequências, incluindo de natureza sancionatória, do não cumprimento das obrigações declarativas e de pagamento do imposto.

#### Artigo 244.º

##### **Autorização legislativa no âmbito do Estatuto dos Benefícios Fiscais e do Código Fiscal do Investimento**

1 — Fica o Governo autorizado a legislar, introduzindo nos artigos 32.º-A e 41.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, e no Código Fiscal do Investimento, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 249/2009, de 23 de setembro, alterado pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio,

um conjunto de medidas tendo em vista a consolidação das condições de competitividade da economia portuguesa, através da manutenção de um contexto fiscal favorável que propicie o investimento, o incentivo ao reforço dos capitais próprios de empresas e a criação de emprego através de empresas recém-constituídas.

2 — O sentido e a extensão das alterações a introduzir nos termos da autorização legislativa prevista no número anterior são os seguintes:

*a)* Transferir o regime fiscal de apoio ao investimento («RFAI»), previsto na Lei n.º 10/2009, de 10 de março, alterada pelo Decreto-Lei n.º 249/2009, de 22 de setembro, e pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, para o Código Fiscal do Investimento com as seguintes alterações:

*i)* Prorrogar a sua vigência até 31 de dezembro de 2017;

*ii)* Rever o atual limite da dedução anual à coleta do IRC, tendo em vista uma percentagem de dedução situada entre os 25 % e os 50 %;

*iii)* Rever e alargar o regime aplicável à dedução à coleta de IRC para os investimentos elegíveis, designadamente em caso de reinvestimento de lucros do exercício até 2017, estabelecendo regras e limites aplicáveis à possibilidade de dedução em cinco exercícios futuros, sempre que a coleta do exercício não seja suficiente;

*iv)* Excluir do âmbito destes benefícios alguns ramos de atividade económica no caso de entidades que exerçam, a título principal, uma atividade no setor energético e os investimentos no âmbito das redes de banda larga de terceira geração;

*v)* Introduzir um incentivo fiscal adicional ao reinvestimento de lucros e entradas de capital, criando uma dedução à coleta de IRC correspondente a uma percentagem a definir até 10 % do valor dos lucros retidos reinvestidos e das entradas de capital efetuadas até 31 de dezembro de 2017, aplicados na aquisição de ativos elegíveis, estabelecendo regras e limites aplicáveis à possibilidade de dedução em cinco exercícios futuros, sempre que a coleta do exercício não seja suficiente;

*vi)* Definir as normas antiabuso e os mecanismos de controlo necessários à verificação pela Autoridade Tributária e Aduaneira dos requisitos de aplicação material do regime a criar;

*b)* Alterar o regime dos benefícios fiscais contratuais no sentido de alargar o seu âmbito a investimentos de montante igual ou superior a €3 000 000;

*c)* Revogação do artigo 13.º da Lei n.º 10/2009, de 10 de março, alterada pelo Decreto-Lei n.º 249/2009, de 22 de setembro, e pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro;

*d)* Estabelecer uma dedução até à concorrência da coleta de IRS ou IRC, correspondente a uma percentagem que poderá ascender a um máximo de 20 % das entradas de capital efetuadas nos primeiros três exercícios de atividade de empresas recém-constituídas, com um limite até €10 000;

*e)* Definir outras normas antiabuso, bem como os mecanismos de controlo necessários à verificação pela Autoridade Tributária e Aduaneira dos requisitos de aplicação material do regime a criar;

*f)* Rever o âmbito de aplicação do artigo 92.º do Código do IRC, no sentido de excluir as deduções à coleta de IRC aí previstas;

*g)* Transferir o sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial II (SIFIDE II), aprovado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterado pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, para o Código Fiscal do Investimento, com as seguintes alterações:

*i)* Rever o benefício fiscal de modo que seja atribuído apenas proporcionalmente ao ativo adquirido alocado a atividades de investigação e desenvolvimento;

*ii)* Limitar as despesas com pessoal elegível para a maior majoração prevista para efeitos de IRC à despesa com pessoal com habilitações superiores;

iii) Introduzir uma majoração do incentivo aplicável a micro, pequenas e médias empresas em benefício da sua atividade;

iv) Alterar a majoração do benefício fiscal aplicável às micro, pequenas e médias empresas que ainda não completaram dois exercícios e que não beneficiaram da taxa incremental prevista no regime;

v) Definir as normas antiabuso e os mecanismos necessários ao controlo do regime pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

3 — O Governo promoverá, com a adequada tempestividade, as necessárias alterações ao Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, decorrentes da transposição para a ordem jurídica interna do auxílio estatal que venha a ser conferido ao Estado Português — Região Autónoma da Madeira — relativo aos benefícios fiscais concedidos a entidades licenciadas e a operar na Zona Franca da Madeira.

#### Artigo 245.º

##### **Sistema de regulação de acesso e exercício de profissões**

1 — Fica o Governo autorizado a alterar o regime de acesso e exercício de profissões, no sentido de substituir o Sistema de Regulação de Acesso a Profissões (SRAP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 92/2011, de 27 de julho, por um novo sistema que vise a simplificação e eliminação de barreiras no acesso e no exercício de profissões, alargando o seu âmbito de aplicação e criando uma melhor articulação com o direito fundamental da livre escolha da profissão, previsto no n.º 1 do artigo 47.º da Constituição.

2 — A extensão da autorização legislativa referida no número anterior compreende, nomeadamente:

a) A clarificação do objeto do novo sistema pela densificação dos conceitos de atividade profissional, profissão, profissão regulada, profissão regulamentada, requisitos profissionais, qualificações profissionais, formação regulamentada e reserva de atividade profissional;

b) O alargamento do âmbito de aplicação do novo sistema, integrando o acesso e exercício de profissões, salvo no que diz respeito às profissões reguladas por associações públicas profissionais;

c) A exclusão do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) dos requisitos profissionais que não sejam requisitos de qualificações;

d) A clarificação do regime geral de acesso a determinada profissão pela mera posse de diploma ou certificado de qualificações, incluindo profissões sujeitas a qualificações de nível superior e diplomas ou certificados obtidos por aprovação em exame sem formação prévia;

e) A revisão do regime de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais (RVCCP);

f) A enumeração taxativa dos tipos de requisitos profissionais que excecionalmente permitam a imposição de controlo administrativo prévio ao acesso a determinada profissão, pela consagração de título profissional;

g) A consagração de quadro sancionatório subsidiário para o exercício ilícito de profissão ou de atividade profissional reservada;

h) A articulação do novo sistema com o regime de reconhecimento de qualificações profissionais obtidas fora de Portugal por nacionais de Estados membros da União Europeia e do Espaço Económico Europeu, constante da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pela Lei n.º 41/2012, de 28 de agosto;

i) A extinção da Comissão de Regulação do Acesso a Profissões (CRAP) e a atribuição de competências consultivas em matéria de acesso e exercício de profissões, de acordo com o novo âmbito de aplicação do sistema, ao serviço do ministério responsável pela área laboral com competência para apoiar a conceção das políticas relativas ao emprego, formação, certificação profissional e relações profissionais.

3 — A presente autorização legislativa caduca a 31 de dezembro de 2013.



## SECÇÃO IV

### **Medidas excecionais de apoio ao financiamento da economia**

#### Artigo 246.º

#### **Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil**

O regime de incentivos à aquisição de empresas instituído pelo Decreto-Lei n.º 14/98, de 28 de janeiro, aplica-se igualmente aos processos aprovados pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento no âmbito do Sistema de Incentivos à Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial (SIRME).

#### Artigo 247.º

#### **Regime fiscal dos empréstimos externos**

1 — Ficam isentos de IRS ou de IRC os juros de capitais provenientes do estrangeiro representativos de contratos de empréstimo *Schuldscheindarlehen* celebrados pelo IGCP, E. P. E., em nome e em representação da República Portuguesa, desde que o credor seja um não residente sem estabelecimento estável em território português ao qual o empréstimo seja imputado.

2 — A isenção fiscal prevista no número anterior fica subordinada à verificação, pelo IGCP, E. P. E., da não residência dos credores em Portugal e da não existência de estabelecimento estável em território português ao qual o empréstimo seja imputado, que deve ser efetuada até à data de pagamento do rendimento ou, caso o IGCP, E. P. E., não conheça nessa data o beneficiário efetivo, nos 60 dias posteriores.

#### Artigo 248.º

#### **Regime especial de tributação de valores mobiliários representativos de dívida emitida por entidades não residentes**

1 — Beneficiam de isenção de IRS e de IRC os rendimentos dos valores mobiliários representativos de dívida pública e não pública emitida por entidades não residentes, que sejam considerados obtidos em território português nos termos dos Códigos do IRS e do IRC, quando venham a ser pagos pelo Estado Português enquanto garante de obrigações assumidas por sociedades das quais é acionista em conjunto com outros Estados membros da União Europeia.

2 — A isenção a que se refere o número anterior aplica-se exclusivamente aos beneficiários efetivos que cumpram os requisitos previstos no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 25/2006, de 8 de fevereiro.

#### Artigo 249.º

#### **Operações de reporte**

Beneficiam de isenção de imposto do selo as operações de reporte de valores mobiliários ou direitos equiparados realizadas em bolsa de valores, bem como o reporte e a alienação fiduciária em garantia realizados pelas instituições financeiras, designadamente por instituições de crédito e sociedades financeiras, com interposição de contrapartes centrais.

#### Artigo 250.º

#### **Operações de reporte com instituições financeiras não residentes**

Ficam isentos de IRC os ganhos obtidos por instituições financeiras não residentes na realização de operações de reporte de valores mobiliários efetuadas com instituições de crédito residentes, desde que os ganhos não sejam imputáveis a estabelecimento estável daquelas instituições situado em território português.

## SECÇÃO V

### Outras disposições

#### Artigo 251.º

##### **Instituições particulares de solidariedade social e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa**

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, são repriminados, durante o ano de 2013, o n.º 2 do artigo 65.º da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho, alterada pelas Leis n.ºs 91/2009, de 31 de agosto, e 3-B/2010, de 28 de abril, e as alíneas *a)* e *b)* do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de janeiro, alterado pela Lei n.º 52-C/96, de 27 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 323/98, de 30 de outubro, pela Lei n.º 30-C/2000, de 29 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 238/2006, de 20 de dezembro, revogados pelo n.º 1 do artigo 130.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.

2 — A restituição prevista nas alíneas *a)* e *b)* do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de janeiro, é feita em montante equivalente a 50 % do IVA suportado, exceto nos casos de operações abrangidas pelo n.º 2 do artigo 130.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, relativamente às quais se mantém em vigor o direito à restituição de um montante equivalente ao IVA suportado.

#### Artigo 252.º

##### **Contribuição sobre o setor bancário**

É prorrogado o regime que cria a contribuição sobre o setor bancário, aprovado pelo artigo 141.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.

#### Artigo 253.º

##### **Inclusão de combustíveis líquidos de baixo custo (*low cost*) nos postos de abastecimento**

1 — As instalações de abastecimento de combustíveis líquidos e gasosos derivados do petróleo, designados por postos de abastecimento de combustíveis, devem assegurar aos consumidores a possibilidade de livre escolha das gamas de combustíveis líquidos mais económicos, nomeadamente os não aditivados.

2 — Os termos concretos da inclusão de combustíveis líquidos não aditivados nos postos de abastecimento são objeto de regulamentação específica a aprovar pelo Governo, mediante decreto-lei, com a definição das seguintes matérias:

- a)* Definição do tipo de postos de abastecimento de combustíveis a abranger;
- b)* Âmbito de aplicação no tempo;
- c)* Prazo de implementação;
- d)* Penalizações por incumprimento.

#### Artigo 254.º

##### **Avaliação do regime fiscal aplicável aos setores da hotelaria, restauração e similares**

Reconhecendo a importância que os setores da hotelaria, restauração e similares têm para a economia nacional, nomeadamente no seio das micro, pequenas e médias empresas, tanto pelo importante contributo na geração de emprego, como pela significativa contribuição para o bom desempenho do setor turístico nacional, o Governo decide criar um grupo de trabalho interministerial que, em colaboração com os representantes dos setores, avalie o respetivo regime fiscal

#### Artigo 255.º

##### **Aditamento ao Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho**

É aditado ao Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho, o artigo 5.º-A, com a seguinte redação:

## «Artigo 5.º-A

**Regime transitório nos contratos de concessão de sistemas multimunicipais**

1 — Para as entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos que beneficiaram da dedutibilidade fiscal das amortizações do investimento contratual não realizado até à entrada em vigor do presente decreto-lei, o prazo a que se refere o n.º 1 do artigo anterior corresponde aos períodos de tributação remanescentes do contrato de concessão em vigor no final de cada exercício.

2 — O disposto no número anterior tem natureza interpretativa.»

## Artigo 256.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março**

O artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, passa a ter a seguinte redação:

## «Artigo 5.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o presente diploma aplica-se às cooperativas cujo ramo específico não permita sob qualquer forma, direta ou indireta, a distribuição de excedentes, designadamente as cooperativas de solidariedade social, previstas na alínea *m*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 51/96, de 7 de setembro, equiparadas a instituições particulares de solidariedade social e, nessa qualidade, registadas na Direção-Geral da Segurança Social.»

## Artigo 257.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho**

O artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, passa a ter a seguinte redação:

## «Artigo 3.º

[...]

1 — .....

*a)* .....

*b)* .....

*c)* .....

*d)* .....

*e)* Cooperativas, exceto aquelas cujo ramo específico não permita sob qualquer forma, direta ou indireta, a distribuição de excedentes, designadamente as cooperativas de solidariedade social, previstas na alínea *m*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 51/96, de 7 de setembro, equiparadas a instituições particulares de solidariedade social e, nessa qualidade, registadas na Direção-Geral da Segurança Social.

*f)* .....

2 — .....

3 — .....

## «Artigo 258.º

**Alteração à Lei da Liberdade Religiosa**

O artigo 32.º da Lei da Liberdade Religiosa, aprovada pela Lei n.º 16/2001, de 22 de junho, alterada pelas Leis n.ºs 91/2009, de 31 de agosto, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, passa a ter a seguinte redação:

## «Artigo 32.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....
- 8 — .....
- 9 — .....

10 — As verbas referidas nos n.ºs 4 e 6, respeitantes a imposto sobre o rendimento das pessoas singulares liquidado com base nas declarações de rendimentos entregues dentro do prazo legal, devem ser transferidas para as entidades beneficiárias até 31 de março do ano seguinte à da entrega da referida declaração.»

## Artigo 259.º

**Alteração à Lei n.º 25/2006, de 30 de junho**

Os artigos 3.º, 7.º, 10.º, 11.º, 17.º e 17.º-A da Lei n.º 25/2006, de 30 de junho, alterada pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 113/2009, de 18 de maio, e pelas Leis n.ºs 46/2010, de 7 de setembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei n.º 64-B/2011, de 31 de dezembro, passam a ter a seguinte redação:

## «Artigo 3.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — Os agentes de fiscalização referidos no número anterior são devidamente ajuramentados e credenciados pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. (IMT, I. P.), devendo estas manter um registo permanente e atualizado de tais agentes de fiscalização.
- 3 — Os procedimentos para a ajuramentação de agentes de fiscalização são definidos por deliberação do conselho diretivo do IMT, I. P.

## «Artigo 7.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — As infrações previstas nos artigos 5.º e 6.º são puníveis a título de negligência.

«Artigo 10.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — A identificação referida no número anterior deve, sob pena de não produzir efeitos, indicar, cumulativamente:
- a) Nome completo;
- b) Residência completa;
- c) Número de identificação fiscal, salvo se se tratar de cidadão estrangeiro que o não tenha, caso em que deverá ser indicado o número da carta de condução.
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — Caso o agente da contraordenação não proceda ao pagamento referido no número anterior, é lavrado auto de notícia, aplicando-se o disposto no artigo 9.º do presente diploma e extraída, pelas entidades referidas no n.º 1 do artigo 11.º, a certidão de dívida composta pelas taxas de portagem e custos administrativos associados, que são remetidos à entidade competente.
- 6 — .....

Artigo 11.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — Os termos e condições de disponibilização da informação referida no número anterior são definidos por protocolo a celebrar entre as concessionárias, as subconcessionárias, as entidades de cobrança das taxas de portagem e as entidades gestoras de sistemas eletrónicos de cobrança de portagens e o Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., podendo esta entidade solicitar à Autoridade Tributária e Aduaneira o número de identificação fiscal do sujeito passivo do imposto único de circulação, no ano da prática da infração.
- 3 — .....

Artigo 17.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — A Autoridade Tributária e Aduaneira entrega mensalmente os quantitativos das taxas de portagem, das coimas e das custas administrativas às entidades a que pertencem, de acordo com o n.º 1.
- 5 — Se por efeito de arguição de alguma nulidade processual, por preterição ou erro na execução de alguma das formalidades essenciais previstas na presente lei, se vier a decretar a anulação do processado, tanto no âmbito dos processos de contraordenação, como nos processos de execução, a entidade que tiver dado azo à referida nulidade suportará os encargos efetuados com a tramitação dos respetivos processos, procedendo para o efeito a Autoridade Tributária e Aduaneira ao correspondente acerto nas entregas mensais dos quantitativos cobrados.

Artigo 17.º-A  
[...]

- 1 — Compete à administração tributária, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário, promover a cobrança coerciva dos créditos relativos à taxa de portagem, dos custos administrativos e dos juros de mora devidos, bem como da coima e respetivos encargos.

- 2 — .....  
 3 — .....  
 4 — .....  
 5 — .....  
 6 — .....  
 7 — .....  
 8 — ..... »

«Artigo 260.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 21/2007, de 29 de janeiro**

O artigo 10.º do regime da renúncia à isenção do IVA nas operações relativas a bens imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 21/2007, de 29 de janeiro, alterado pelas Leis n.ºs 67-A/2007, de 31 de dezembro, 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 10.º  
 [...]»

- 1 — .....  
 a) .....  
 b) Ainda que não seja afeto a fins alheios à atividade exercida pelo sujeito passivo, o bem imóvel não seja efetivamente utilizado em fins da empresa por um período superior a três anos consecutivos.  
 2 — .....  
 3 — O disposto na alínea b) do n.º 1 não prejudica o dever de proceder às regularizações anuais previstas no n.º 1 do artigo 26.º do Código do IVA até ao decurso do prazo de três anos referido nessa alínea.»

**CAPÍTULO XX**

**Normas finais e transitórias**

Artigo 261.º

**Crédito à habitação bonificado**

1 — Durante o ano de 2013, cessam os benefícios provenientes de qualquer tipo de regime de crédito à habitação bonificado, designadamente o previsto no Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de novembro, alterado e republicado pela Lei n.º 59/2012, de 9 de novembro, para os titulares de património financeiro superior a €100 000.

2 — Cessam igualmente os benefícios provenientes do regime do crédito à habitação bonificado para os agregados cujo rendimento se enquadre nas classes III e IV da tabela I da Portaria n.º 1 177/2000, de 15 de dezembro, alterada e republicada pela Portaria n.º 310/2008, de 23 de abril.

3 — O decréscimo anual da comparticipação para as classes I e II, constante da Portaria n.º 1 177/2000, de 15 de dezembro, alterada e republicada pela Portaria n.º 310/2008, de 23 de abril, é antecipado em 50 %.

4 — Os termos do decréscimo referido no número anterior são fixados por portaria a aprovar até 15 de janeiro de 2013.

5 — Sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei n.º 279/2003, de 8 de novembro, alterado pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 107/2007, de 10 de abril, é incrementado o cruzamento dos dados entre o domicílio fiscal e a morada das habitações adquiridas através dos regimes referidos nos números anteriores, de modo a reforçar o combate a situações de fraude fiscal.

## Artigo 262.º

**Norma interpretativa**

Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio, a participação variável de 5 % no IRS a favor das autarquias locais das regiões autónomas é deduzida à receita de IRS cobrada na respetiva região autónoma, devendo o Estado proceder diretamente à sua entrega às autarquias locais.

## Artigo 263.º

**Disposição transitória**

Durante a vigência do PAEF, os magistrados jubilados podem, mediante autorização expressa dos respetivos conselhos, prestar serviço judicial, desde que esse exercício de funções não importe em qualquer alteração do regime remuneratório que auferem por força da jubilação.

## Artigo 264.º

**Norma revogatória**

São revogados:

- a) O n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 47/2010, de 7 de setembro, alterada pela Lei n.º 52/2010, de 14 de dezembro;
- b) A alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º da Portaria n.º 131/94, de 4 de março, alterada pelas Portarias n.ºs 598/96, de 19 de outubro, e 226/98, de 7 de abril;
- c) O Decreto-Lei n.º 230/79, de 23 de julho;
- d) O Despacho Normativo n.º 301/79, de 11 de setembro.

## Artigo 265.º

**Entrada em vigor**

A presente lei entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2013.

Aprovada em 27 de novembro de 2012.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

Promulgada em 28 de dezembro de 2012.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 30 de dezembro de 2012.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

## II — RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE MINISTROS

### Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2012

A Portaria n.º 471/78, de 19 de agosto, veio regulamentar o disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 80/73, de 2 de março, sobre a concessão de reduções tarifárias no transporte ferroviário de passageiros militares e das forças militarizadas.

Nos termos da referida portaria, embora com algumas exceções, são concedidas reduções de cerca de 75% das tarifas dos transportes ferroviários de passageiros militares e das forças militarizadas, devendo  $\frac{2}{3}$  dos encargos decorrentes desses descontos serem pagos à CP - Comboios de Portugal, E.P.E (CP, E.P.E.), sob a forma de indemnização compensatória, pelos organismos que superintendem nos grupos de beneficiários (militares e membros das forças militarizadas).

A celebração de um acordo entre o Ministério da Defesa Nacional e a CP, E.P.E., visa reconhecer e por termo à dívida que aquele ministério acumulou ao longo de 12 anos, em resultado da aplicação da Portaria n.º 471/78, de 19 de agosto, relativa ao transporte de passageiros militares e das forças militarizadas.

Assim:

Nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto- Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 - Autorizar a realização de despesa resultante do acordo celebrado entre o Ministério da Defesa Nacional e a CP - Comboios de Portugal, E.P.E., tendente ao cumprimento da prestação de serviços prevista na Portaria n.º 471/78, de 19 de agosto, no montante de €30 310 037, incluindo o IVA à taxa legal em vigor, reportada ao período de 1 de janeiro de 2001 a 31 de dezembro de 2012.

2 - Delegar no Ministro da Defesa Nacional, com faculdade de subdelegação, a competência para a prática de todos os atos a realizar no âmbito na presente resolução.

3 - Determinar que o encargo financeiro decorrente da presente resolução é satisfeito pelas verbas inscritas no orçamento da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional.

4 - Determinar que a presente resolução produz efeitos a partir da data da sua aprovação.

Presidência do Conselho de Ministros, 11 de dezembro de 2012 — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

### Resolução do Conselho de Ministros n.º 111/2012 de 20 de dezembro de 2012

Considerando que a EP - Estradas de Portugal, S. A., celebrou com a AEBT – Auto Estradas do Baixo Tejo, S. A., em 24 de janeiro de 2009, o contrato relativo à Concessão do Baixo Tejo, a qual integra para efeitos de conceção, construção e exploração, entre outras vias, o IC 32 entre Palhais e Coima;

Considerando que a execução desta obra abrange uma parcela de terreno afeta às instalações do Centro de Comunicações de Dados e de Cifra da Marinha – Polo de Penalva;

Considerando que, no âmbito das suas responsabilidades, a EP - Estradas de Portugal, S. A., manifestou a necessidade de utilização dessa parcela de terreno;

Considerando que a Marinha não vê inconveniente na cedência desta parcela, dado que a sua desanexação não colide com a operacionalidade do referido Centro, desde que sejam repostas todas as edificações afetadas, em especial a do caminho de ronda e a rede de vedação do perímetro externo;

Considerando que o imóvel integra o domínio público militar e que a transferência de propriedade torna necessária a sua desafetação daquele domínio;

Considerando que a parcela a desafetar e alienar foi objeto de avaliação pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, de que resultou o valor de €389 063 (trezentos e oitenta e nove mil e sessenta e três euros);



Considerando que a desafetação de imóveis do domínio público militar é feita por resolução do Conselho de Ministros, mediante proposta do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 131/99, de 28 de agosto;

Considerando que a proposta de alienação de imóveis do domínio privado do Estado afetos ao Ministério da Defesa Nacional é formulada por despacho dos referidos membros do Governo e que a decisão de alienação tem de ser ratificada pelo Conselho de Ministros, nos termos, respetivamente, do n.º 1 do artigo 5.º e do n.º 3 do artigo 6.º do aludido decreto-lei;

Considerando a proposta do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional, constante do Despacho n.º 13 499/2012, de 25 de setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 201, de 17 de outubro.

Assim:

Nos termos dos artigos 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 131/99, de 28 de agosto, e da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 - Desafetar do domínio público militar e integrar no domínio privado do Estado, afeto ao Ministério da Defesa Nacional (MDN), uma parcela de terreno com a área de 33687,20 m<sup>2</sup>, do Centro de Comunicações de Dados e de Cifra da Marinha – Polo de Penalva, situada na freguesia de Palhais, concelho do Barreiro, identificada na planta anexa à presente resolução, da qual faz parte integrante, a destacar do prédio rústico denominado «Mata da Machada», descrito na Conservatória do Registo Predial do Barreiro sob o n.º 551/199 404 12, da freguesia de Palhais e inscrito na matriz cadastral da mesma freguesia sob o artigo 1.º da Seção AF a AF5.

2 - Autorizar a cessão definitiva à EP - Estradas de Portugal, S.A., da parcela referida no número anterior, com vista à construção de uma infraestrutura rodoviária (IC 32), mediante a compensação financeira de €389 063, a liquidar no prazo de 30 dias após a publicação da presente resolução, bem como a reposição de todas as edificações afetadas, em especial a do caminho de ronda e a rede de vedação do perímetro externo.

3 - Determinar que a afetação do valor referido no número anterior se faça nos seguintes termos:

a) 5%, no montante de €19 453 (dezanove mil quatrocentos e cinquenta e três euros), à Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa do MDN [Capítulo 01.05.01 – (F.F.123) – 02.02.25 - Outros Serviços], nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 131/99, de 28 de agosto, conjugado com a alínea e) do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 5/2012, de 18 de janeiro;

b) 5%, no montante de €19 453 (dezanove mil quatrocentos e cinquenta e três euros), à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, nos termos das disposições conjugadas da alínea b) do n.º 6 do artigo 5.º Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, e das alíneas c) e d) do artigo 1.º da Portaria n.º 131/94, de 4 de março, alterada pelas Portarias n.ºs 598/96, de 19 de outubro, e 226/98, de 7 de abril;

c) 5%, no montante de €19 453 (dezanove mil quatrocentos e cinquenta e três euros), ao Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial, nos termos da alínea c) do n.º 6 do artigo 5.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;

d) 75%, no montante de €291 798 (duzentos e noventa e um mil setecentos e noventa e oito euros), será entregue diretamente ao MDN [Capítulo 01.05.01 – (F.F. 123) – 07.01.14 – Investimentos Militares], com vista à construção e manutenção de infraestruturas afetas ao MDN e para aquisição de equipamentos e bens necessários à modernização e operacionalidade das Forças Armadas, nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 131/99, de 28 de agosto, e da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;

e) O remanescente, correspondente a 10% do produto da receita, no valor de €38 906 (trinta e oito mil novecentos e seis euros), constitui receita do Estado, conforme estipulado no n.º 5 do artigo 5.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

4 - Determinar que, em caso de incumprimento por parte da EP - Estradas de Portugal, S.A., nomeadamente a utilização da parcela de terreno para fim diferente do previsto na presente resolução, ou a falta do pagamento acordado, o MDN reserva-se o direito de promover a sua devolução e a integrá-la no Centro de Comunicações de Dados e de Cifra da Marinha, não sendo devida qualquer indemnização, pelo mesmo ministério, a título de benfeitorias ou melhoramentos realizados.

5 - Determinar que o auto de cessão seja efetuado de acordo com o estipulado nos n.ºs 4 e 5 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 196/2001, de 29 de junho.

Presidência do Conselho de Ministros, 11 de dezembro de 2012 — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*..

### III — DECRETOS

#### Presidência do Conselho de Ministros

#### **Decreto n.º 31-B/2012 de 31 de dezembro**

O Forte de São Sebastião, em Castro Marim, foi, na segunda metade do século XVII, no âmbito da Guerra da Restauração, uma obra prioritária na estratégia nacional de reforço das estruturas arquitetónicas militares, implantadas na linha mais meridional da fronteira portuguesa.

A construção do forte foi iniciada em abril de 1641, tendo, do ponto de vista arquitetónico e em conjugação com as muralhas tardo-medievais do castelo, criado a mais imponente das praças de guerra da região ao sul do país.

O Forte de São Sebastião, com quatro meios baluartes e edificado ao estilo moderno, é representativo das características das construções militares seiscentistas.

A cerca, que uniu o forte ao antigo castelo medieval, foi construída posteriormente, ainda no decorrer do século XVII, com dois distintos andamentos de muralha, quatro baluartes, duas portas e um revelim. Só com esta ligação à estrutura defensiva da cerca medieval da primitiva urbe de Castro Marim, no interior do espaço delimitado pela cortina seiscentista, se criou uma zona de proteção efetiva.

Na sequência de programa de requalificação, as obras de recuperação e consolidação devolveram-lhe a dignidade e grandiosidade originais, através da reconfiguração volumétrica, da recuperação de perfis e da devolução de cotas, pelo que, plenamente recuperado, passou a constituir uma referência

histórica e exemplar no âmbito da arquitetura militar nacional.

Os elementos arquitetónicos que constituem toda a estrutura são os seguintes: Cortina de São Sebastião; Baluarte de São Sebastião; Baluarte do Enterreiro; Forte de São Sebastião; Baluarte Cheio; Cortina das Lezírias; Baluarte das Lezírias; Cortina de Santo António; Cortina do Forte; Paiol e Revelim de Santo António.

A classificação do Forte de São Sebastião e demais elementos arquitetónicos que subsistem dos baluartes e revelins exteriores que se ligavam ao castelo reflete os critérios constantes do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, relativos ao carácter matricial do bem, ao valor estético, técnico e material que lhe é intrínseco, à sua conceção arquitetónica e urbanística e ao que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva.

A zona especial de proteção dos bens imóveis agora classificados é fixada por portaria, nos termos do disposto no artigo 43.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

Foram cumpridos os procedimentos de audição dos interessados, previstos no artigo 27.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, de acordo com o disposto nos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 28.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### Artigo único Classificação

São classificados como monumento nacional o Forte de São Sebastião e demais elementos arquitetónicos que subsistem dos baluartes e revelins que o ligavam ao castelo, em Castro Marim, freguesia e concelho de Castro Marim, distrito de Faro, conforme planta constante do anexo ao presente decreto, do qual faz parte integrante.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 6 de dezembro de 2012. — *Pedro Passos Coelho*.  
Assinado em 26 de dezembro de 2012.

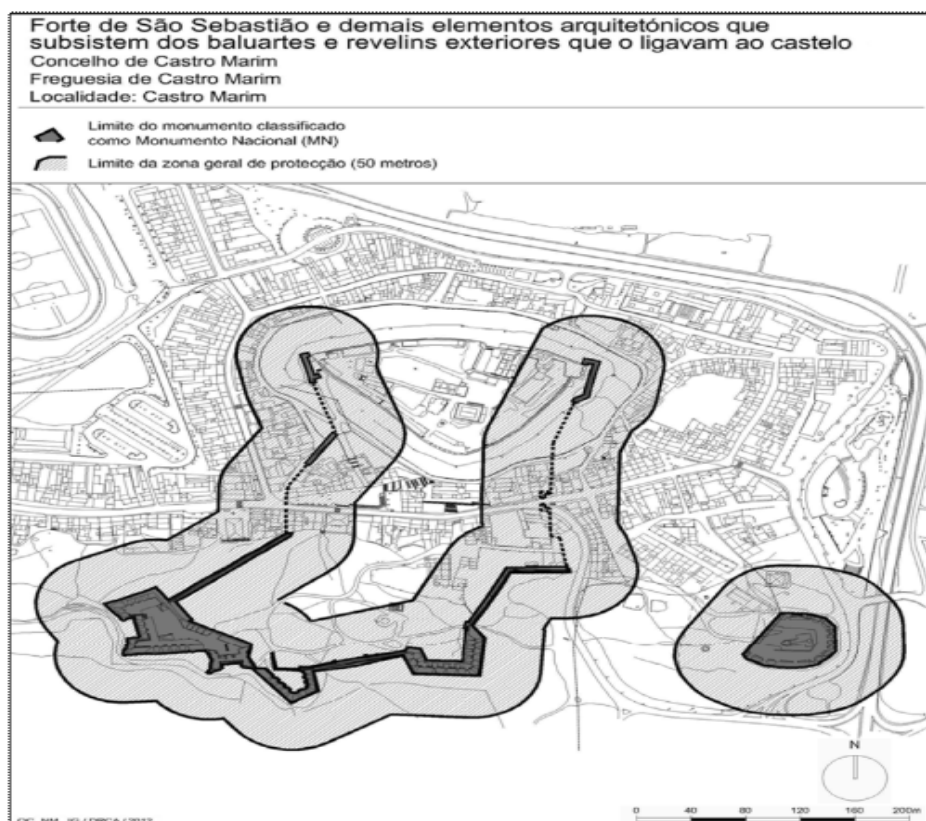
Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 28 de dezembro de 2012.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

### ANEXO



**Decreto n.º 31-C/2012**  
**de 31 de dezembro**

As Muralhas e Porta da Almedina de Silves são um importante elemento das estruturas defensivas da urbe islâmica de Silves, complementando as muralhas da alcáçova, e um testemunho estruturante da planificação urbanística da cidade, desde o período romano à Idade Moderna, com especial destaque para o período islâmico.

Pela sua imponente e omnipresença no urbanismo de Silves, detêm uma especial simbologia na memória coletiva. São ainda portadoras de um valor histórico e simbólico que ultrapassa a dimensão nacional, por representarem um imponente património edificado, associado a uma destacada cidade do período do al-Andalus.

A estrutura evidencia-se quer pelo processo construtivo, que reforçou a capacidade defensiva com torres albarrãs, couraças e portas em cotovelo, quer pela utilização da taipa militar, exclusivos das dinastias magrebina, que lhe conferem uma identidade e qualidade construtiva únicas em comparação com as muralhas correntemente edificadas em alvenarias de pedra.

A classificação das Muralhas e Porta da Almedina de Silves, que vem complementar a classificação do Castelo de Silves (classificado monumento nacional pelo Decreto de 16 de junho de 1910, publicado em 23 de junho de 1910, e que abrange somente a antiga alcáçova e parte da muralha da medina), reflete os critérios constantes do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, relativos ao interesse do bem como testemunho notável de vivências e factos históricos, ao valor técnico e material do bem, à conceção arquitetónica e urbanística, à extensão do bem e o que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva e à importância do bem do ponto de vista da investigação histórica.

A zona especial de proteção dos bens imóveis agora classificados é fixada por portaria, nos termos do disposto no artigo 43.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

Foram cumpridos os procedimentos de audição dos interessados, previstos no artigo 27.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, de acordo com o disposto nos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 28.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único  
**Classificação**

São classificadas como monumento nacional as Muralhas e Porta da Almedina de Silves, em Silves, freguesia e concelho de Silves, distrito de Faro, conforme planta constante do anexo ao presente decreto, do qual faz parte integrante.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 6 de dezembro de 2012. — O Primeiro-Ministro,  
*Pedro Passos Coelho.*

Assinado em 26 de dezembro de 2012.

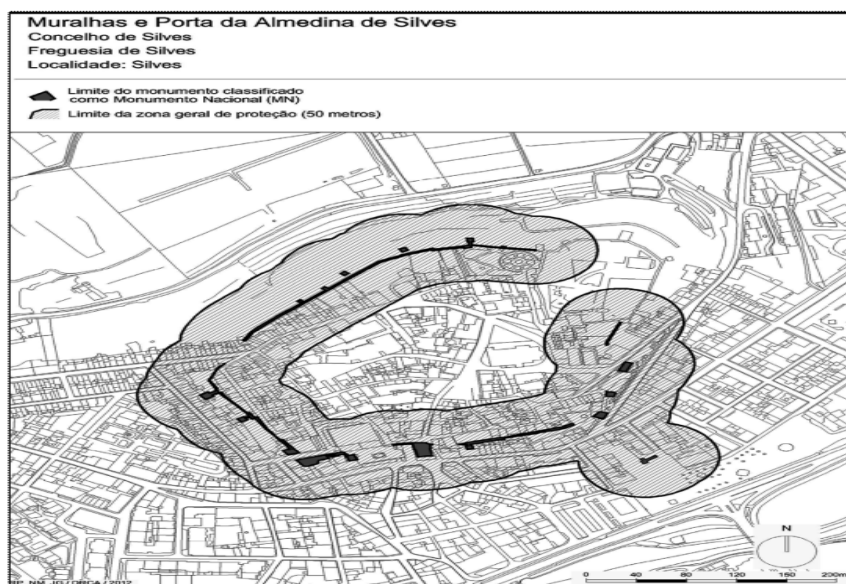
Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 28 de dezembro de 2012.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho.*

## ANEXO

**Decreto n.º 31-D/2012  
de 31 de dezembro**

A batalha de Montes Claros foi uma das operações militares mais emblemáticas do período que ficou conhecido, na História de Portugal, como Guerra da Restauração.

O confronto ocorreu no dia 17 de junho de 1665, numa ampla zona rural entre o Convento de Nossa Senhora da Luz, a Vigária e os contrafortes da Serra de Ossa, atravessada pela antiga e estratégica via que une Vila Viçosa a Estremoz. Aqui se enfrentaram os dois exércitos, as tropas castelhanas comandadas pelo experiente e afamado marquês de Caracena e o contingente português comandado pelo marquês de Marialva, que incluía, além dos efetivos nacionais, um número considerável de mercenários de origem francesa e inglesa.

O desfecho desta batalha, que praticamente ditou o fim da guerra (1668) e consagrou a autonomia política do reino português, teve também consequências no mapa geopolítico da Europa de então: os franceses reforçaram a sua hegemonia na Europa, na sequência da Guerra dos Trinta Anos, e os ingleses viram facilitada, a partir da divisão dos dois povos peninsulares, a sua expansão ultramarina.

A área que se propõe classificar foi fundamentada no cruzamento de componentes de investigação diversificadas, nomeadamente histórico-documental, toponímica, cartográfica, incluindo a recolha de tradições orais, mas a sua inquestionável ancoragem foi efetuada pela existência de um padrão comemorativo mandado erigir no terceiro quartel do século XVII, que perpetuou a memória do lugar da batalha.

A tipologia patrimonial deste sítio inclui uma paisagem bem preservada, coincidente com a zona do posicionamento dos dois exércitos, o local onde ocorreram grande parte das mais significativas operações militares, o respetivo padrão comemorativo bem como a dimensão imaterial e memorial associada às implicações simbólicas e políticas da batalha. O local é ainda, e à semelhança de outros campos de batalha europeus da mesma época, um local de forte potencial arqueológico constituindo-se como um futuro estaleiro para a investigação pluridisciplinar e científica da arte da guerra do período Barroco.

A classificação do Terreiro da Batalha de Montes Claros reflete os critérios constantes do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, relativos à conceção arquitetónica e paisagística, ao interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos, à sua extensão e o que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva, à sua importância do ponto de vista da investigação histórica, e às circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da sua perenidade ou integridade.

A zona especial de proteção do sítio agora classificado é fixada por portaria, nos termos do disposto no artigo 43.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

Foram cumpridos os procedimentos de audição dos interessados, previstos no artigo 27.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, de acordo com o disposto nos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 28.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### Artigo único Classificação

É classificado como monumento nacional o Terreiro da Batalha de Montes Claros, nas Herdades de Travassos e Nogueiras e nas Herdades de Fuseira e Álamo, freguesia de Rio de Moinhos, concelho de Borba, distrito de Évora, conforme planta constante do anexo ao presente decreto, do qual faz parte integrante.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 6 de dezembro de 2012. — O Primeiro-Ministro,  
*Pedro Passos Coelho*.

Assinado em 26 de dezembro de 2012.

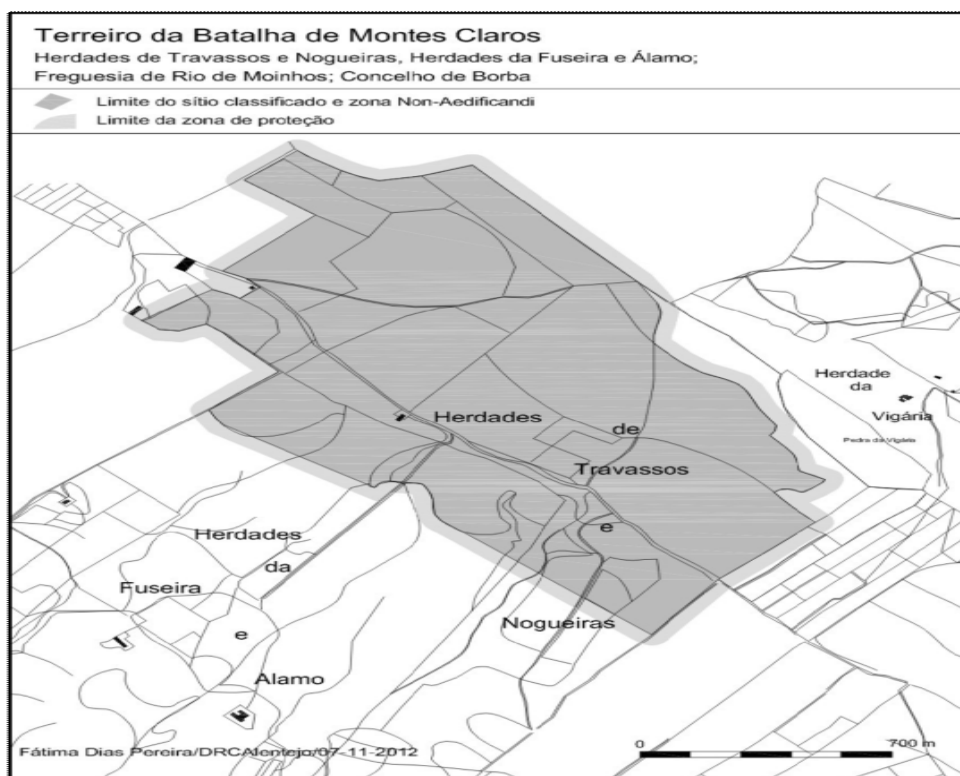
Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 28 de dezembro de 2012.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

### ANEXO



**Decreto n.º 31-E/2012**  
**de 31 de dezembro**

O Campo Militar de Trancoso, também denominado Campo Militar de São Marcos, localiza-se dois quilómetros a sul da vila de Trancoso e distribui-se pelas freguesias de São Pedro e Torres, num ponto de grande valor estratégico, que constitui um importante e antiquíssimo nó de ligação ao Douro e ao litoral através do rio Mondego.

Foi na veiga de Trancoso que em 29 de maio de 1385 um pequeno exército organizado localmente por cinco fidalgos surpreendeu o poderoso exército castelhano que regressava de mais uma devastadora incursão à região situada entre Viseu e Almeida. O recontro de Trancoso teve uma enorme importância militar, política e simbólica, para além de ter sido determinante na tomada de consciência da possibilidade de vitória face a um exército mais poderoso: impediu a saída de um enorme número de prisioneiros e de um considerável saque; a vitória, baseada na nova tática europeia de guerra, já testada em Atoleiros, obrigou a uma alteração militar e estratégica profunda dos planos castelhanos; desmoralizou e desorganizou o exército inimigo, sobretudo com a perda de muitos dos seus líderes, o que se viria revelar fatal em Aljubarrota; a nível político reforçou a causa do Mestre de Avis, ainda tão eivada de incertezas, e da independência portuguesa face a Castela.

A tipologia patrimonial deste sítio inclui uma paisagem bem preservada, que delimita a zona de posicionamento dos dois exércitos, o local onde teria acampado toda a carriagem e curral castelhanos, o sítio do confronto, a Capela de São Marcos, de finais do século XVIII, e o marco comemorativo, de 1940, que perpetuaram a memória do sucesso. Inclui ainda os vestígios arqueológicos que permitiram a identificação, entre outros, da capela medieval que D. Juan de Castela mandou incendiar, das vias antigas e do local exato da batalha.

A classificação do Campo Militar de Trancoso, também denominado Campo Militar de São Marcos reflete os critérios constantes do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, relativos à conceção arquitetónica e paisagística, ao interesse do bem como testemunho notável de vivências ou fatos históricos, à sua extensão e o que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva, à sua importância do ponto de vista da investigação histórica, e às circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da sua perenidade ou integridade.

Tendo em vista a necessidade de manter o sítio como testemunho de vivências e do que representa para a memória colectiva, e nos termos da alínea b) do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, toda a área agora classificada é considerada *non aedificandi*.

Foram cumpridos os procedimentos de audição dos interessados, previstos no artigo 27.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, de acordo com o disposto nos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

Assim:

Ao abrigo do disposto no artigo 15.º, no n.º 1 do artigo 18.º e no n.º 1 do artigo 28.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e nos termos do artigo 199.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

**Artigo Único**  
**Classificação**

1 - É classificado como monumento nacional o Campo Militar de Trancoso, também denominado Campo Militar de São Marcos, nas freguesias de São Pedro e Torres, concelho de Trancoso, distrito da Guarda, conforme planta constante do anexo ao presente decreto, do qual faz parte integrante.

2 - Nos termos da alínea b) do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, toda a área agora classificada é considerada *non aedificandi*.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 6 de dezembro de 2012. — *Pedro Passos Coelho*.

Assinado em 26 de dezembro de 2012.

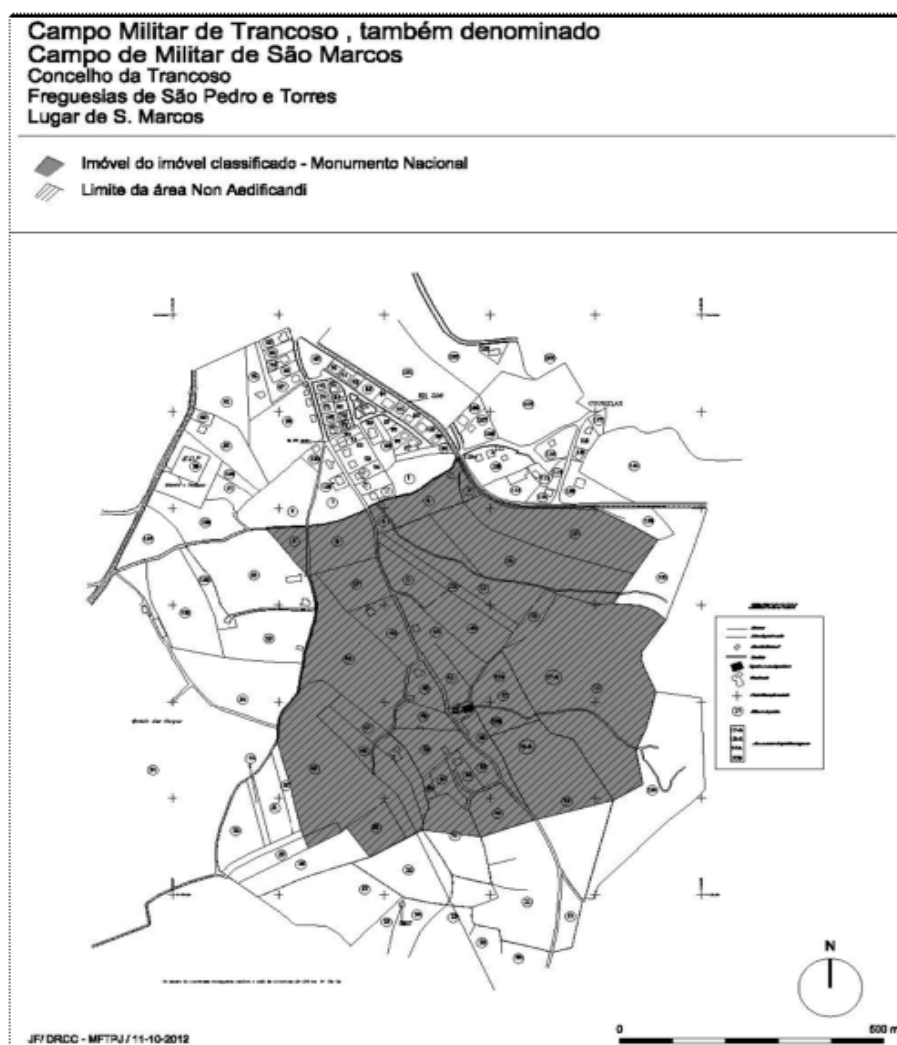
Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 28 de dezembro de 2012.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

## ANEXO





## IV — DECRETOS REGULAMENTARES

### Ministério da Defesa Nacional

#### Decreto Regulamentar n.º 51/2012 de 10 de dezembro de 2012

No âmbito do processo de reestruturação hospitalar preconizado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2008, de 28 de fevereiro, a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho, e a Lei Orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 234/2009, de 15 de setembro, consagraram a criação do Hospital das Forças Armadas (HFAR) enquanto hospital militar único, organizado em dois polos hospitalares, um em Lisboa e outro no Porto.

Consequentemente, o Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto, veio proceder à criação do Polo de Lisboa do HFAR, resultante da fusão entre o Hospital da Marinha, o Hospital Militar Principal, o Hospital Militar de Belém e o Hospital da Força Aérea, operada nos termos do Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro, substituindo estes quatro estabelecimentos hospitalares na prestação de cuidados de saúde aos seus utentes.

A população a servir, o conjunto dos serviços a prestar e os recursos materiais imprescindíveis ao funcionamento do Polo de Lisboa do HFAR encontram-se identificados no programa funcional concebido e apresentado pelo Grupo de Trabalho criado pelo Despacho n.º 10825/2010, de 16 de junho, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.<sup>a</sup> série, n.º 126, de 1 de julho, tendo este programa funcional obtido aprovação superior através do Despacho n.º 16437/2011, do mesmo membro do Governo, de 4 de novembro, publicado no *Diário da República*, 2.<sup>a</sup> série, n.º 232, de 5 de dezembro.

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto, os princípios de gestão, a estrutura orgânica e a estrutura funcional do Polo de Lisboa do HFAR são aprovados por decreto regulamentar, sob proposta da direção, no prazo de 90 dias a contar da data de entrada em vigor do referido diploma.

Importa assim regulamentar as referidas matérias para o período de fusão hospitalar previsto no Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto, e até à completa criação do HFAR, consubstanciada com a criação e implementação do Polo do Porto.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto, no n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, e nos termos da alínea c) do artigo 199.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### CAPÍTULO I

#### Objeto, natureza, sede, missão e atribuições

##### Artigo 1.º

##### **Objeto**

O presente decreto regulamentar estabelece a estrutura orgânica e a estrutura funcional do Polo de Lisboa do Hospital das Forças Armadas (HFAR), bem como os princípios de gestão que lhe são aplicáveis.

##### Artigo 2.º

##### **Natureza e sede**

1 — O Polo de Lisboa do HFAR integra este hospital militar e tem a sua sede na Azinhaga dos Ulmeiros, na freguesia do Lumiar.

2 — O Polo de Lisboa do HFAR está dotado de autonomia administrativa.

Artigo 3.º  
**Missão e atribuições**

1 — O Polo de Lisboa do HFAR tem por missão prestar cuidados de saúde diferenciados aos militares das Forças Armadas e à família militar, bem como aos deficientes militares, podendo, na sequência de acordos que venha a celebrar, prestar cuidados de saúde a outros utentes.

2 — São atribuições do Polo de Lisboa do HFAR:

*a)* Prestar cuidados de saúde aos beneficiários da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM);

*b)* Colaborar no aprontamento sanitário dos militares que integram as Forças Nacionais Destacadas;

*c)* Colaborar nos processos de seleção, inspeção e revisão dos militares das Forças Armadas;

*d)* Promover a cooperação e articulação com o Serviço Nacional de Saúde (SNS);

*e)* Assegurar as condições necessárias ao treino e ensino pós-graduado dos profissionais de saúde;

*f)* Apoiar ações de formação e de investigação e cooperar com instituições de ensino nestes domínios;

*g)* Articular com as estruturas do SNS e com as autoridades de proteção civil as modalidades de resposta às situações de acidente grave ou catástrofe.

CAPÍTULO II  
**Estrutura orgânica**

Artigo 4.º  
**Órgãos**

1 — O Polo de Lisboa do HFAR compreende os seguintes órgãos:

*a)* Diretor;

*b)* Direção.

2 — Integram a direção o diretor, o diretor clínico, o diretor da área de gestão, o diretor da área de recursos humanos e o diretor da área de logística.

3 — Durante o processo de fusão previsto no Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto, a direção do Polo de Lisboa do HFAR depende diretamente do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

4 — A direção do Polo de Lisboa do HFAR articula-se com as estruturas de saúde dos ramos nos assuntos relativos aos recursos humanos e materiais, ao abrigo do espírito de colaboração recíproca previsto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto.

5 — O diretor do Polo de Lisboa do HFAR tem direito ao estatuto remuneratório correspondente a titular de cargo de direção superior do 1.º grau e os restantes elementos da direção têm direito ao estatuto remuneratório correspondente a titular de cargo de direção superior do 2.º grau, nos termos do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

6 — No âmbito da coordenação técnica da atividade de enfermagem, a direção é coadjuvada por um enfermeiro militar, designado enfermeiro coordenador, cujas competências constam de regulamento interno.

Artigo 5.º  
**Diretor**

1 — O cargo de diretor é exercido por um militar, médico, com o posto de contra-almirante ou major-general, nomeado nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto.

2 — O diretor é substituído nas suas ausências, faltas e impedimentos pelo subordinado hierárquico imediato mais antigo.

3 — Para além das competências previstas no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto, compete ao diretor do Polo de Lisboa do HFAR:

a) Submeter o plano e o relatório de atividades e o respetivo orçamento à aprovação do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional;

b) Propor ao membro do Governo responsável pela área da defesa nacional a celebração de contratos-programa, de acordo com a legislação em vigor;

c) Definir, ouvidos os restantes elementos da direção, as linhas de orientação a que devem obedecer a organização e o funcionamento do Polo nas áreas clínicas e não clínicas, propondo a criação de novos serviços, a sua extinção ou modificação ou a alteração da sua lotação;

d) Nomear, por despacho, os chefes dos departamentos, dos serviços hospitalares, das unidades funcionais e das unidades integradas, sob proposta do diretor clínico;

e) Acompanhar e avaliar a atividade desenvolvida, responsabilizando os diversos setores pela utilização dos meios postos à sua disposição e pelos resultados atingidos, nomeadamente em termos de qualidade dos serviços prestados;

f) Homologar os pareceres da comissão de ética para a saúde no âmbito da realização de ensaios clínicos e terapêuticos;

g) Acompanhar a execução do orçamento, aplicando as medidas destinadas a corrigir os desvios em relação às previsões realizadas;

h) Autorizar as despesas com aquisição de bens e serviços até ao valor máximo legal permitido;

i) Representar o Polo em atos oficiais e em juízo;

j) Fazer cumprir as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

#### Artigo 6.º **Diretor clínico**

1 — O cargo de diretor clínico é exercido por um militar, médico, nomeado nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto.

2 — Para além das competências que lhe sejam delegadas ou subdelegadas pelo diretor, ao diretor clínico compete dirigir a atividade clínica do Polo de Lisboa do HFAR, que compreende:

a) Coordenar a assistência prestada aos doentes e assegurar a prontidão dos cuidados de saúde prestados;

b) Coordenar a elaboração dos planos setoriais de atividades apresentadas pelos vários departamentos e serviços hospitalares a integrar no plano de atividades do Polo;

c) Assegurar uma integração adequada da atividade médica dos departamentos e serviços, designadamente através de uma utilização não compartimentada da capacidade instalada;

d) Propor medidas necessárias à melhoria das estruturas organizativas, funcionais e físicas dos serviços clínicos, atentos os parâmetros de eficiência e eficácia exigidos, que produzam os melhores resultados face às tecnologias disponíveis;

e) Aprovar as orientações clínicas relativas à prescrição de medicamentos e meios complementares de diagnóstico e terapêutica, bem como os protocolos clínicos adequados às patologias mais frequentes, respondendo perante o diretor pela sua adequação em termos de qualidade e de custo-benefício;

f) Propor ao diretor, sempre que necessário, a realização da avaliação externa do cumprimento das orientações clínicas e protocolos, em colaboração com a Ordem dos Médicos, instituições de ensino médico e sociedades científicas;

g) Promover a implementação de instrumentos de garantia de qualidade técnica dos cuidados de saúde;

h) Decidir sobre conflitos de natureza técnica entre serviços hospitalares;

i) Decidir sobre questões relativas a deontologia médica, quando não for possível o recurso à comissão de ética para a saúde em tempo útil.

**Artigo 7.º****Diretor da área de gestão**

1 — O titular do cargo de diretor da área de gestão é nomeado nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto.

2 — Para além das competências que lhe sejam delegadas ou subdelegadas pelo diretor, ao diretor da área de gestão compete coordenar e orientar o funcionamento dos seguintes serviços:

- a) Gabinete de análise prospetiva e controlo de gestão;
- b) Serviços financeiros;
- c) Serviço de sistemas e tecnologias de informação;
- d) Gabinete jurídico.

**Artigo 8.º****Diretor da área de recursos humanos**

1 — O titular do cargo de diretor da área de recursos humanos é nomeado nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto.

2 — Para além das competências que lhe sejam delegadas ou subdelegadas pelo diretor, ao diretor da área de recursos humanos compete:

- a) Coordenar a gestão do pessoal de saúde, designadamente nos processos de admissão e movimentações internas, ouvidos os respetivos chefes de departamento;
- b) Acompanhar e avaliar sistematicamente os aspetos relacionados com o exercício da medicina e com a formação do pessoal de saúde;
- c) Coordenar e orientar o funcionamento da Unidade de Ensino, Formação e Treino, prevista no artigo 13.º;
- d) Coordenar e orientar o funcionamento dos seguintes serviços:
  - i) Serviço de recursos humanos;
  - ii) Gabinete de assistência religiosa;
  - iii) Núcleo de voluntariado.

**Artigo 9.º****Diretor da área de logística**

1 — O titular do cargo de diretor da área de logística é nomeado nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto.

2 — Para além das competências que lhe sejam delegadas ou subdelegadas pelo diretor, ao diretor da área de logística compete coordenar e orientar o funcionamento dos seguintes serviços:

- a) Serviço de gestão de doentes;
- b) Serviço de aprovisionamento;
- c) Serviço de instalações e equipamentos;
- d) Serviços de gestão hoteleira.

**CAPÍTULO III****Estrutura funcional e áreas de atividade****Artigo 10.º****Áreas de atividade**

O Polo de Lisboa do HFAR organiza-se nas seguintes áreas de atividade:

- a) Área clínica;
- b) Área de ensino, formação e treino;

- c) Área de gestão e logística;
- d) Área de suporte geral.

## SECÇÃO I Área clínica

### Artigo 11.º Área clínica

1 — A área clínica do Polo de Lisboa do HFAR estrutura-se em departamentos, que integram os serviços hospitalares, as unidades funcionais e as unidades integradas.

2 — A área de atividade referida no número anterior inclui ainda outras estruturas que, pela natureza das respetivas atribuições, possam contribuir para garantir uma gestão mais adequada e eficiente.

3 — A área clínica do Polo de Lisboa do HFAR tem a seguinte estrutura:

- a) Departamento de Medicina:
  - i) Serviços hospitalares;
  - ii) Unidades funcionais;
  - iii) Unidades integradas no Serviço de Medicina Interna.
- b) Departamento de Cirurgia:
  - i) Serviços hospitalares;
  - ii) Unidades funcionais;
  - iii) Unidades integradas no Serviço de Cirurgia Geral;
  - iv) Bloco operatório e central de esterilização.
- c) Departamento de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica:
  - i) Serviços hospitalares;
  - ii) Unidades funcionais.
- d) Departamento de Cuidados Críticos:
  - i) Serviço de Urgência;
  - ii) Unidade de Cuidados Intensivos e Intermédios.
- e) Centro Militar de Medicina Preventiva;
- f) Unidades de apoio assistencial:
  - i) Farmácia Hospitalar;
  - ii) Psicologia Clínica;
  - iii) Nutrição e Dietética;
  - iv) Serviço Social.

4 — A descrição dos serviços e unidades da área clínica do Polo de Lisboa do HFAR, que se baseia no estipulado no programa funcional aprovado, bem como as normas relativas à composição, competências e funcionamento dos mesmos, constam de regulamento interno, cuja aprovação é precedida de audição do Conselho de Chefes de Estado-Maior.

### Artigo 12.º Comissões técnicas hospitalares

1 — A atividade clínica do Polo de Lisboa do HFAR é apoiada pelas seguintes comissões técnicas hospitalares:

- a) Comissão de ética para a saúde;
- b) Comissão de humanização e qualidade dos serviços;

- c) Comissão de controlo da infeção hospitalar;
- d) Comissão de farmácia e de terapêutica.

2 — Para além das estruturas de apoio técnico referidas no número anterior, podem ser criadas outras que o diretor do Polo de Lisboa do HFAR, ouvidos os restantes elementos da direção, venha a considerar necessárias, mediante inclusão no regulamento interno.

3 — As normas relativas à composição, competências e funcionamento das comissões técnicas hospitalares do Polo de Lisboa do HFAR constam de regulamento interno.

## SECÇÃO II

### Área de ensino, formação e treino

#### Artigo 13.º

#### Unidade de Ensino, Formação e Treino

1 — A Unidade de Ensino, Formação e Treino (UEFT) é uma unidade de âmbito transversal que tem como objetivos desenvolver o ensino, a formação e o treino aplicados à saúde e promover o desenvolvimento científico e tecnológico do Polo de Lisboa do HFAR, em particular nas áreas consideradas de maior interesse para a medicina militar.

2 — As normas relativas à composição, competências e funcionamento da UEFT constam de regulamento interno.

## SECÇÃO III

### Área de gestão e logística

#### Artigo 14.º

#### Serviços de gestão e logística

1 — O Polo de Lisboa do HFAR dispõe dos seguintes serviços de gestão e logística:

- a) Serviço de recursos humanos;
- b) Serviços financeiros;
- c) Serviço de gestão de doentes;
- d) Serviço de aprovisionamento;
- e) Serviço de instalações e equipamentos;
- f) Serviços de gestão hoteleira;
- g) Serviço de sistemas e tecnologias de informação;
- h) Gabinete de análise prospetiva e controlo de gestão.

2 — As normas relativas à composição, competências e funcionamento dos serviços de gestão e logística do Polo de Lisboa do HFAR constam de regulamento interno.

## SECÇÃO IV

### Área de suporte geral

#### Artigo 15.º

#### Serviços transversais

1 — O Polo de Lisboa do HFAR dispõe dos seguintes serviços transversais:

- a) Secretaria central;
- b) Secção de justiça;

- c) Gabinete jurídico;
- d) Gabinete de assistência religiosa;
- e) Núcleo de voluntariado;
- f) Gabinete de auditoria interna.

2 — As normas relativas à composição, competências e funcionamento dos serviços transversais do Polo de Lisboa do HFAR constam de regulamento interno.

#### CAPÍTULO IV

#### **Princípios, níveis e estrutura de gestão**

##### Artigo 16.º

##### **Princípios de gestão hospitalar**

1 — O Polo de Lisboa do HFAR deve pautar a respetiva gestão pelos seguintes princípios:

- a) Desenvolvimento da atividade de acordo com instrumentos de gestão previsional, designadamente plano anual de atividades, orçamento e outros;
- b) Desenvolvimento de uma gestão criteriosa no respeito pelo cumprimento dos objetivos definidos pelo Ministério da Defesa Nacional;
- c) Garantia aos utentes da prestação de cuidados de saúde de qualidade com um controlo rigoroso dos recursos.

##### Artigo 17.º

##### **Níveis de gestão**

1 — O Polo de Lisboa do HFAR adota um modelo de gestão participada, que compreende os níveis de gestão estratégica, intermédia e operacional e que assenta na contratualização interna de objetivos e meios.

2 — Ao diretor do Polo de Lisboa do HFAR compete, ouvidos os restantes membros da direção, definir a estratégia, estabelecer os objetivos, consolidar os projetos e assegurar a sua execução, monitorização e controlo.

3 — Às áreas de atividade previstas no capítulo III do presente decreto regulamentar cabem, enquanto nível intermédio de gestão, a transposição da estratégia, objetivos e metas do Polo para planos de atividade e orçamentos contratualizados com a direção e coordenar a sua execução pelos serviços que as constituem.

4 — A gestão operacional cabe aos serviços, de acordo com os objetivos e metas estabelecidos pelo diretor para a respetiva área.

##### Artigo 18.º

##### **Receitas e estrutura orçamental**

1 — O Polo de Lisboa do HFAR tem receitas provenientes de dotações do Orçamento do Estado, atentos os objetivos assistenciais a que se proponha para cada exercício orçamental.

2 — As receitas próprias decorrentes da atividade do Polo de Lisboa do HFAR, independentemente da sua natureza, são consignadas ao adequado cumprimento da sua missão e atribuições.

3 — Através da respetiva aprovação do plano de atividades pelo membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, o Polo de Lisboa do HFAR assume para cada exercício orçamental a contratualização da sua atividade assistencial, no quadro das suas atribuições específicas.

## Artigo 19.º

**Regras de faturação**

1 — O processo de faturação referente aos atos e serviços que o Polo de Lisboa do HFAR presta no âmbito das suas atribuições tem por base a tabela de preços e acordos que em cada momento se encontre em vigor no SNS.

2 — A tabela referida no número anterior aplica-se aos acordos vigentes à data da criação do Polo de Lisboa do HFAR, celebrados por qualquer dos hospitais então integrados, bem como aos que se venham a celebrar nos termos do n.º 1 do artigo 3.º de Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto.

## Artigo 20.º

**Regulamentos internos**

Os regulamentos internos referidos no presente decreto regulamentar são aprovados nos termos previstos no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto.

## Artigo 21.º

**Produção de efeitos**

O disposto no presente decreto regulamentar aplica-se ao período a que se refere o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto.

## Artigo 22.º

**Entrada em vigor**

O presente decreto regulamentar entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 18 de outubro de 2012. — *Pedro Passos Coelho* — *Vítor Louçã Rabaça Gaspar* — *José Pedro Correia de Aguiar-Branco* — *Miguel Bento Martins Costa Macedo e Silva* — *Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo*.

Promulgado em 3 de dezembro de 2012.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 28 de dezembro de 2012.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

---

**V — PORTARIAS****Ministério da Defesa Nacional****Portaria n.º 398/2012****de 5 de dezembro de 2012**

O Decreto-Lei n.º 161/2005, de 22 de setembro, criou o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), em substituição do Instituto Superior Naval de Guerra, do Instituto de Altos Estudos Militares e do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea, procurando novas sinergias resultantes da partilha dos conhecimentos e da cooperação inter-ramos, no domínio do ensino, e dar resposta às exigências, em termos das atuações conjuntas e combinadas, que as conjunturas atuais e a evolução da fenomenologia polemológica impõem.



Paralelamente visou-se a racionalização de meios e a obtenção, de uma forma mais eficiente, de uma cuidada preparação dos Oficiais das Forças Armadas.

Desde aí até à atualidade, o IESM tem sido sujeito a um processo de maturação, no qual têm colaborado os três Ramos das Forças Armadas e que configura, desde já, uma referência de sucesso, afirmando-se em cada dia da sua existência como uma entidade com resultados de excelência.

Fazendo parte desse processo, torna-se necessário definir instrumentos capazes de contribuir para a dignificação da função de docência e para a diferenciação positiva dos Oficiais que frequentaram cursos naquele Instituto e que, concomitantemente sejam formas de reconhecimento da importância e do elevado grau de exigência do ensino aí ministrado.

Assim:

Ao abrigo do disposto no artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 161/2005, de 22 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 28/2010, de 31 de março, manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, na sequência de proposta do diretor do Instituto de Estudos Superiores Militares, o seguinte:

#### Artigo 1.º

##### **Objeto**

É aprovado o Distintivo do Curso de Estado-Maior Conjunto, com o modelo e descrição heráldica que consta do anexo, à presente portaria, da qual faz parte integrante.

#### Artigo 2.º

##### **Distintivo do Curso de Estado-Maior Conjunto**

1 — O Distintivo do Curso de Estado-Maior Conjunto destina-se a distinguir os alunos daquele curso que, a partir do ano letivo 2007/2008, tenham, no mesmo, obtido a classificação de *Aprovado*.

2 — O Distintivo do Curso de Estado-Maior Conjunto é usado em qualquer das versões dos uniformes, sobre o bolso direito do dólman ou da camisa.

#### Artigo 3.º

##### **Disposições finais**

1 — O distintivo supra referido é atribuído por despacho do diretor do IESM.

2 — A atribuição do distintivo referido na presente portaria tem efeitos retroagidos ao ano letivo 2007/2008, conforme previsto no artigo anterior.

O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*, em 30 de agosto de 2012.

#### ANEXO

##### **Distintivo do Curso de Estado-Maior Conjunto**

1 — Descrição e especificações:

Descrição: placa hexagonal com um termo de ramos de carvalho rematado de uma lucema, tudo de prata.

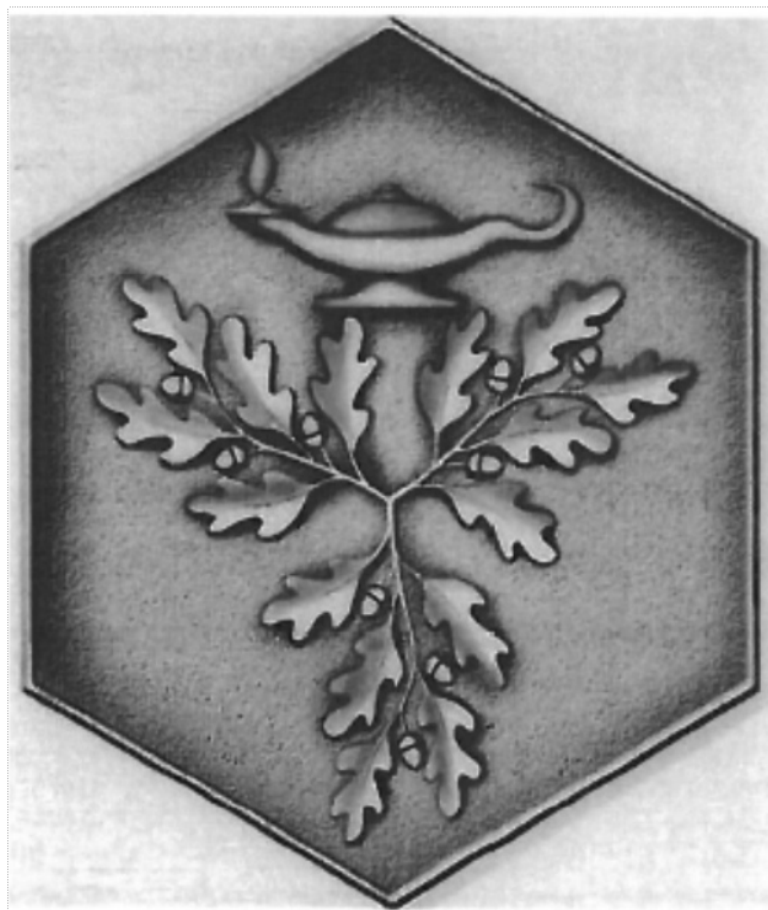
Dimensões: 30 mm × 34,60 mm.

Modelo colorido, ampliado e na escala de L 1: apêndice A.

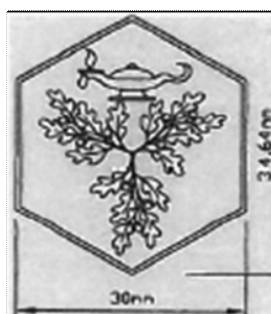
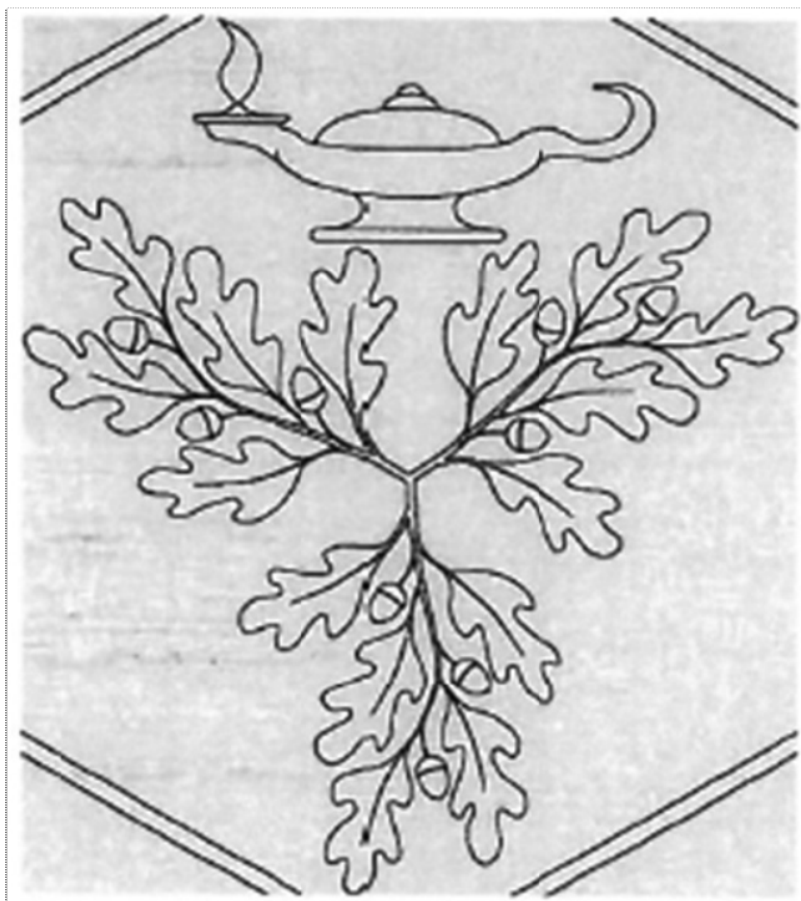
Modelo a traço ampliado e na escala de 1:1: apêndice B.

2 — Simbologia: o Carvalho, associado desde a antiguidade à força e à resistência, mas também à coragem e à valentia, é uma referência às virtudes militares. É apresentado em forma de Terno, por representar os três ramos das Forças Armadas. A Lucerna, com a sua chama, representa a transmissão dos conhecimentos. A Prata simboliza eloquência e verdade.

APÊNDICE A  
**Modelo colorido, ampliado e na escala de L 1**



APÊNDICE B  
Modelo a traço, ampliado e na escala de 1:1



**Portaria n.º 399/2012**  
**de 5 de dezembro de 2012**

Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 230/2009, de 14 de setembro, foi instruído e organizado o processo de acreditação com vista à entrada em funcionamento na Academia Militar do ciclo de estudos conducente à atribuição do grau de mestre na especialidade de Liderança — Pessoas e Organizações.

Nos termos das disposições conjugadas do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 369/2007, de 5 de novembro, e das alíneas *a)*, *b)* e *e)* do n.º 2 do artigo 11.º dos Estatutos da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, aprovados em anexo ao mencionado diploma legal, e de acordo com o previsto no regime jurídico da avaliação do ensino superior, aprovado pela Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto, foi obtida decisão favorável à sua acreditação prévia e efetuado o registo da criação do ciclo de estudos na Direção-Geral do Ensino Superior, com o n.º R/A-Cr 8/2012.

Assim:

Ao abrigo do disposto na alínea *a)* do n.º 1 do artigo 4.º, no n.º 1 do artigo 21.º e no artigo 22.º do Estatuto dos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Militar, constante do anexo I ao Decreto-Lei n.º 27/2010, de 31 de março, no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 37/2008, de 5 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 27/2010, de 31 de março, e de acordo com o regime jurídico da avaliação do ensino superior, constante da Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto:

Manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

**Artigo 1.º**  
**Criação**

A Academia Militar é autorizada a conferir o grau de mestre na especialidade de Liderança — Pessoas e Organizações, ministrando, em consequência, o respetivo ciclo de estudos.

**Artigo 2.º**  
**Áreas científicas e plano de estudos**

As áreas científicas, os créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau e o plano de estudos são os constantes do anexo à presente portaria.

**Artigo 3.º**  
**Produção de efeitos**

A presente portaria produz efeitos a partir do ano letivo de 2012-2013, inclusive.

O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*, em 22 de outubro de 2012.

**ANEXO**

- 1 — Instituição de ensino — Academia Militar.
- 2 — Grau — Mestre.
- 3 — Especialidade — Liderança — Pessoas e Organizações.
- 4 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência e acumulação de créditos, necessário à obtenção do grau — 120.
- 5 — Duração normal do ciclo de estudos — Quatro semestres.
- 6 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau:

Área científica	Sigla	Créditos
Comportamento Organizacional	CO	28
Gestão de Recursos Humanos	GRH	25
Gestão	GES	6
Metodologia da Investigação Científica	MIC	6
Ciência Política e Relações Internacionais	CPRI	7
Gestão de Recursos Humanos/Comportamento Organizacional	GRH/CO	48
<i>Total</i>		120

## 7 — Plano de estudos:

**Academia Militar****Grau: Mestre**

## Liderança — Pessoas e Organizações

## QUADRO N.º 1

**1.º semestre**

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Horas de trabalho		ECTS	Obs.
			Total	Contacto		
Ética e Liderança nas Organizações .....	CO	Semestral	200	TP40	8	—
Recrutamento, Desenvolvimento e Retenção de Talentos .....	CO	Semestral	150	TP30	6	—
Gestão do Conhecimento e Formação .....	GRH	Semestral	150	TP30	6	—
Metodologia da Investigação Científica .....	MIC	Semestral	150	TP30	6	—
Seminários Avançados I .....	GRH/CO	Semestral	100	TP20	4	—

## QUADRO N.º 2

**2.º semestre**

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Horas de trabalho		ECTS	Obs.
			Total	Contacto		
Stress, Conflito e Negociação .....	CO	Semestral	175	TP35	7	—
Liderança de Equipas .....	CO	Semestral	175	TP35	7	—
Gestão de Mudança, Inovação e Empreendedorismo .....	GRH	Semestral	175	TP35	7	—
Estratégia e Liderança .....	CPRI	Semestral	175	TP35	7	—
Seminários Avançados II .....	GRH/CO	Semestral	50	TP10	2	—

QUADRO N.º 3

**3.º semestre**

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Horas de trabalho		ECTS	Obs.
			Total	Contacto		
Teoria das Organizações .....	GES	Semestral	150	TP30	6	–
Avaliação do Desempenho e das Competências .....	GRH	Semestral	150	TP30	6	–
Processos Sociais de Decisão .....	GRH	Semestral	150	TP30	6	–
Dissertação — Fase I.....	GRH/CO	Semestral	300	OT30	12	–

QUADRO N.º 4

**4.º semestre**

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Horas de trabalho		ECTS	Obs.
			Total	Contacto		
Dissertação — Fase II .....	GRH/CO	Semestral	750	OT75	30	–

**VI — DESPACHOS****Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional**

**Despacho n.º 16 063/2012**  
**de 21 de novembro de 2012**

Considerando os objetivos de reorganização e de requalificação das infraestruturas militares, prosseguidos pela política de modernização das Forças Armadas, de modo a garantir elevados padrões de eficácia e eficiência e assegurar o cumprimento das suas missões, a Lei de Programação das Infraestruturas Militares (LPIM), aprovada pela Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro, consagrou o regime de programação da gestão dos imóveis afetos à Defesa Nacional;

No desenvolvimento do regime aí estabelecido, o Decreto-Lei n.º 219/2008, de 12 de novembro, definiu o universo de imóveis suscetíveis de rentabilização nos termos previstos na LPIM, do qual consta o imóvel designado por “UI 172 – Estação Radar n.º 2 (Aquartelamento) sito no concelho de Paços de Ferreira;

Considerando que a empresa municipal de Paços de Ferreira, PFR Invest – Sociedade de Gestão Urbana, EM, SA, manifestou interesse na aquisição deste imóvel, tendo em vista a sua integração num projeto de criação da cidade tecnológica de Paços de Ferreira.

Considerando que sua rentabilização contribuirá para a gestão racional do património do Estado afeto à Defesa Nacional com os inerentes benefícios financeiros;

Considerando que o imóvel foi desafetado do domínio público militar pelo Decreto-Lei n.º 190/95, de 28 de julho, tem a situação jurídico-registral regularizada e a sua avaliação foi objeto de homologação por parte da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, do Ministério das Finanças;

Considerando, finalmente, o n.º 2 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, que prevê os requisitos em que o Estado poderá alienar os seus imóveis mediante ajuste direto;

Assim, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º, da alínea a) do artigo 8.º e do n.º 1 do artigo 14.º da Lei Orgânica n.º 3/2008 de 8 de setembro, determina-se o seguinte:

1. Autorizar a alienação, por ajuste direto, ao abrigo da alínea e) do n.º 2 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, à PFR Invest – Sociedade de Gestão Urbana, EM, SA, do imóvel designado por “UI 172 – Estação Radar n.º 2 (Acartelamento)”, com a área de 6 945m<sup>2</sup>, sito na freguesia e concelho de Paços de Ferreira, inscrito na matriz predial urbana sob o art.º 2604 da referida freguesia, descrito na Conservatória do Registo Predial de Paços de Ferreira sob o n.º 854/19970127 e inscrito a favor do Estado, sob as apresentações 4, 5, 6 e 7 de 1961/08/18, 2 de 1962/01/03, 1 de 1962/01/29, 1 e 2 de 1963/10/01, 3 e 4 de 1972/09/06, 2 de 1989/03/13 e 14 de 1997/01/27, mediante a compensação financeira de €450 000,00.

2. A formalização do respetivo procedimento cabe à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, nos termos do n.º 2 do artigo 5 da Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro.

3. O valor obtido na alienação do imóvel será afeto na sua totalidade à execução da Lei de Programação de Infraestruturas Militares, de acordo com o n.º 1 do artigo 14.º da Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro.

O Ministro de Estado e das Finanças, *Vítor Louçã Rabaça Gaspar*. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar -Branco*.

**Despacho n.º 16 064/2012**  
**de 21 de novembro de 2012**

Considerando que a política de modernização das Forças Armadas prossegue objetivos de reorganização das suas instalações militares, de modo a garantir elevados padrões de eficácia e eficiência, alcançados com o reaproveitamento do património excedentário ou inadequado afeto à Defesa Nacional;

Considerando que a rentabilização dos imóveis, disponibilizados pelo reajustamento do dispositivo militar, visa gerar meios que possibilitem a melhoria das condições de operacionalidade requeridas pelas missões das Forças Armadas.

Considerando que o imóvel designado por «UI 623 — Serra do Pilar (Carreira de Tiro)», situado no concelho de Paços de Ferreira, se encontra disponibilizado, fazendo parte da lista de prédios susceptíveis de rentabilização no quadro da Lei de Programação de Infraestruturas Militares, aprovada pela Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro com os inerentes benefícios financeiros e contributo para a gestão racional do património do Estado afeto à Defesa Nacional;

Considerando que a empresa municipal de Paços de Ferreira, PFR Invest — Sociedade de Gestão Urbana, EM, SA, manifestou interesse na aquisição deste imóvel, tendo em vista a sua integração no projeto de valorização ambiental do Monte do Pilar;

Considerando que o imóvel tem a situação jurídico-registral regularizada e a sua avaliação foi objeto de homologação por parte da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, do Ministério das Finanças;

Considerando que sua rentabilização contribuirá para a gestão racional do património do Estado afeto à Defesa Nacional com os inerentes benefícios financeiros;

Considerando que não obstante o imóvel se encontrar disponibilizado, integra o domínio público militar e que a eventual transferência de propriedade torna necessária a desafetação daquele domínio;

Considerando que de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro, a desafetação do domínio público militar é feita por Despacho Conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional;

Considerando, por outro lado, o n.º 2 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, que prevê os requisitos em que o Estado poderá alienar os seus imóveis mediante ajuste direto,

Assim, ao abrigo do n.º 1 e 2 do artigo 5.º, do n.º 3 do artigo 6.º, da alínea *a*) do artigo 8.º e do n.º 1 do artigo 14.º da Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro, determina-se:

1. Desafetar do domínio público militar o imóvel «UI 623 — Serra do Pilar (Carreira de Tiro)», com a área de 3 500 m<sup>2</sup>, situado no Monte do Pilar, freguesia de Penamajor e concelho de Paços de Ferreira, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2359 da referida freguesia, descrito na Conservatória do Registo Predial de Paços de Ferreira sob o n.º 2 123/ Penamajor e registado a favor do Estado pela Ap. 8 de 1981/07/15 2.

Autorizar a alienação, por ajuste direto, do imóvel referido em 1., à PFR Invest-Sociedade de Gestão Urbana, EM, SA, ao abrigo da alínea *e*) do n.º 2 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, tendo em vista a sua integração no projeto de valorização ambiental do Monte do Pilar, mediante a compensação financeira de €10 000 (dez mil euros).

3. A formalização do procedimento relativo à alienação cabe à Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

4. O valor de €10 000 (dez mil euros) será afeto na sua totalidade à execução da Lei de Programação de Infraestruturas Militares.

O Ministro de Estado e das Finanças, *Vitor Louça Rabaça Gaspar*. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

## **Ministério da Defesa Nacional**

### **Polícia Judiciária Militar**

#### **Despacho n.º 16580/2012 de 19 de dezembro de 2012**

O Decreto-Lei n.º 9/2012, de 18 de janeiro, que estabelece a estrutura orgânica, bem como as atribuições e competências da unidade orgânica nuclear e opera a reestruturação da Polícia Judiciária Militar no âmbito do PREMAC, prevê, no n.º 3 do artigo 4.º, que o apoio técnico à investigação criminal e a administração da PJM sejam assegurados por uma unidade orgânica flexível.

Fixado o número de unidades orgânicas flexíveis, nos termos conjugados do n.º 5, do artigo 21.º, da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, na versão conferida pelo Decreto-Lei n.º 116/2011, de 5 de dezembro, e da al. *f*), do n.º 1, do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, as unidades orgânicas são criadas por despacho do dirigente máximo do serviço, a quem compete também definir as respetivas atribuições e competências.

Tendo em conta o conjunto de tarefas que a PJM deve dar resposta, determino a criação da seguinte unidade orgânica flexível, hierarquicamente dependente da direção:

1 — Unidade de Apoio Técnico e Administração (UTA).

À UTA compete:

*a*) Prestar assessoria técnica à Unidade de Investigação Criminal (UIC), efetuando perícias, pareceres, informações e auxiliar em ações de recolha e análise de equipamentos, documentos e outros meios de prova;

*b*) Assegurar o funcionamento do Laboratório de Polícia Técnico-Científica, designadamente em fotografia, lofoscopia, balística, documentos e escrita manual;

*c*) Prestar apoio técnico-jurídico à Investigação e à Direção;

*d*) Assegurar o funcionamento da área das perícias financeiras e contabilísticas;



- e) Assegurar o funcionamento da área das perícias informáticas;
- f) Centralizar, manter e assegurar a gestão nacional do sistema de informação criminal da PJM, designadamente a base de dados relativa ao extravio, furto, roubo e comércio ilícito de material de guerra;
- g) Assegurar o acesso à informação contida em base de dados às quais direta ou protocolarmente a PJM deva aceder;
- h) Controlar, monitorizar e inventariar todo o movimento processual ocorrido no âmbito da investigação criminal;
- i) Registrar, guardar e ou controlar o depósito dos objetos apreendidos, que devam ficar à guarda da PJM;
- j) Desenvolver a gestão e manutenção de aplicações informáticas, equipamentos, sistemas informáticos, telecomunicações e apoio helpdesk;
- k) Coordenar, calendarizar e elaborar a política de formação profissional do pessoal e assegurar a gestão dos recursos humanos orientadas para a investigação e apoio à mesma;
- l) Superintender a segurança do pessoal e instalações;
- m) Garantir a operacionalidade e mobilidade dos meios de transporte à PJM e em especial à UIC;
- n) Calendarizar, coordenar e elaborar anualmente o plano de atividades, quadro de avaliação e responsabilização, relatórios anuais e demais instrumentos de gestão;
- o) Preparar e propor o orçamento, promover os procedimentos relativos à aquisição de bens e serviços, verificar e controlar a legalidade da despesa, elaborar a conta de gerência e submetê-la à aprovação e manter a contabilidade organizada e atualizada;
- p) Inventariar, controlar e gerir todos os bens e equipamentos afetos à PJM;
- q) Dar entrada ao expediente geral e processual e proceder à sua distribuição.

O Diretor-Geral da PJM, *Luís Augusto Vieira*, Coronel.

### **Estado-Maior do Exército**

**Despacho s/n.º**

**de 7 de dezembro de 2012**

Por Despacho de 07 de dezembro de 2012, é instituído o dia 30 de junho como o Dia Festivo do Museu Militar dos Açores.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Neves Pina Monteiro*, General.

### **Comando do Pessoal**

**Despacho n.º 15 836/2012**

**de 14 de setembro de 2012**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho n.º 2 767/2012, de 8 de fevereiro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 27 de fevereiro, subdelego no Coronel Tirocinado Transmissões Engenheiro **Nelson Martins Viegas Pires**, Chefe do Estado-Maior do Comando do Pessoal, a competência em mim delegada para a prática dos seguintes atos:

- a) Decidir sobre as atividades no âmbito de prevenção e combate à droga e alcoolismo;
- b) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de faltas por doença ao pessoal sob a sua dependência hierárquica.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 4 de setembro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Ajudante-General do Exército, *Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros*, Tenente-General.

**Despacho n.º 15 903/2012**  
**de 13 de novembro de 2012**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho n.º 2 767/2012, de 8 de fevereiro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 27 de fevereiro, subdelego no Major-General **António José Fernandes Marques Tavares**, Diretor de Obtenção de Recursos Humanos, a competência em mim delegada para a prática dos seguintes atos:

a) Praticar os atos relativos às atividades concernentes ao recenseamento militar e ao Dia da Defesa Nacional;

b) Autorizar concursos de admissão para o recrutamento normal;

c) Nomear júris para a classificação e seleção dos candidatos a admitir nos regimes de voluntariado (RV) e de contrato (RC);

d) Decidir sobre a candidatura à prestação de serviço em RV e RC nas diversas categorias de militares;

e) Decidir sobre a justificação apresentadas por cidadãos quanto a faltas às provas de classificação e seleção ou reclassificação, e não apresentação à incorporação, nos termos dos artigos 21.º e 35.º da Lei do Serviço Militar;

f) Autorizar o adiamento ou a dispensa das provas de classificação e seleção, nos termos do n.º 1 do artigo 65.º do Regulamento da Lei do Serviço Militar;

g) Proceder à celebração de contratos para a prestação de serviço militar em RV e RC, de acordo com os modelos aprovados;

h) Autorizar o adiamento ou a antecipação da incorporação;

i) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de faltas por doença ao pessoal sob a sua dependência hierárquica.

2 — Ao abrigo do mesmo despacho, as competências referidas nos números anteriores podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, nos Comandantes, Diretores ou Chefes dos Estabelecimentos e Órgãos que se encontrem na dependência direta do Diretor da DORH.

3 — Este despacho produz efeitos a partir de 29 de outubro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Ajudante-General do Exército, *Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros*, Tenente-General.

**Despacho n.º 15 904/2012**  
**de 13 de novembro de 2012**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho n.º 2 767/2012, de 8 de fevereiro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 27 de fevereiro, subdelego no Major-General **António Francisco Alves Rosa**, Diretor de Justiça e Disciplina, a competência em mim delegada para a prática dos seguintes atos:

a) Proferir decisão nos processos disciplinares por acidente de viação, a que se referem os §§ 1.º, 2.º e 3.º do artigo 7.º da Portaria 22 396, de 27 de dezembro de 1966, quando se encontrem abrangidos por amnistia ou quando não haja lugar à aplicação de pena, desde que do acidente não resulte qualquer dispêndio para a Fazenda Nacional;

b) Determinar o cancelamento definitivo das cartas de condução militares, nos termos do artigo 35.º da Portaria referida na alínea anterior, exceto nos casos em que o cancelamento estiver conexo com a prática de infração disciplinar que deva ser apreciada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército;

c) Determinar a restituição de cartas de condução militares no âmbito dos processos disciplinares por acidente de viação que forem decididos ao abrigo da competência referida na anterior alínea b);

d) Orientar a elaboração e emitir parecer sobre os processos por acidente ou doença, exceto nos casos em que tenha ocorrido a morte ou desaparecimento da vítima;

e) Homologar os pareceres da CPIP/Direção de Saúde sobre a verificação do nexo causal entre o serviço e os acidentes ou doenças ocorridos, exceto nos casos em que tenha ocorrido a morte ou o desaparecimento da vítima, e determinar o envio dos respetivos processos à entidade competente para proferir a decisão final sempre que o interessado tenha requerido a qualificação como deficiente das Forças Armadas ou deficiente civil das Forças Armadas;

f) Autorizar o uso de medalhas e insígnias nacionais não militares;

g) Conceder e cancelar as condecorações de comportamento exemplar e comemorativas;

h) Autorizar o uso e o averbamento de distintivos militares e não militares;

i) Autorizar o averbamento de condecorações coletivas;

j) Autorizar o averbamento e a junção aos documentos de matrícula de medalhas e louvores concedidos por entidades nacionais ou estrangeiras;

k) Atos relativos ao funcionamento do Estabelecimento Prisional Militar e decisões relativas à aplicação do Código da Execução de Penas e Medidas Privativas da Liberdade;

l) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de faltas por doença ao pessoal sob a sua dependência hierárquica.

2 — Ao abrigo do mesmo despacho, as competências referidas nos números anteriores podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, no Subdiretor da DJD.

3 — Este despacho produz efeitos a partir de 13 de novembro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Ajudante-General do Exército, *Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros*, Tenente-General.

**Despacho n.º 15 905/2012  
de 15 de novembro de 2012**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho n.º 2 767/2012, de 8 de fevereiro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 27 de fevereiro, subdelego no Coronel de Artilharia **José Domingos Sardinha Dias**, Chefe da Repartição de Pessoal Militar da Direção de Administração de Recursos Humanos, a competência em mim delegada para a prática dos seguintes atos:

a) Autorizar trocas de colocação e prorrogação de deslocamentos aos militares, até ao posto de major, inclusive;

b) Autorizar requerimentos de mudança de guarnição militar de preferência;

c) Autorizar pedidos de demora na apresentação de militares, até ao posto de capitão, inclusive;

d) Nomear militares para a frequência de cursos, tirocínios e estágios nacionais, exceto para o CPOG, curso de Cmdts e CEM;

e) Autorizar o adiamento da frequência de cursos de promoção dos sargentos, nos termos do artigo 197.º do EMFAR;

f) Nomear, colocar e transferir militares em RV/RC, em território nacional, exceto fora do Exército;

g) Autorizar trocas e oferecimentos para efeitos de colocação de militares em RV/RC;

h) Autorizar requerimentos de mudança de área geográfica de prestação de serviço preferencial a militares RV/RC, desde que não haja determinação especial em contrário;

i) Autorizar a admissão de militares em RV/RC e, bem assim, a prorrogação e cessação da prestação de serviço com exceção das situações previstas no artigo 300.º, n.º 3, alíneas e) e f), do EMFAR;

j) Promover e graduar militares por diuturnidade e antiguidade nas categorias de sargentos do QP e sargentos e praças em RV/RC;

k) Conceder licença registada aos sargentos e praças dos QP, nos termos do artigo 204.º do EMFAR;

l) Autorizar a matrícula em cursos civis aos militares RV/RC, sem prejuízo para o serviço;

m) Autorizar o exercício de funções de natureza civil aos militares RV/RC, sem prejuízo para o serviço;

n) Autorizar o concurso e alistamento nas forças de segurança de militares em RV e RC;

o) Averbar cursos, estágios e especialidades normalizadas a militares;

p) Averbar aumentos de tempo de serviço;

q) Apreciar requerimentos solicitando a passagem de certificados;

r) Autorizar fotocópias de atas e pareceres do Conselho das Armas e Serviços, resumo das FAMME e listas de promoção por escolha, referentes ao universo estrito em apreciação do requerente, até ao posto de Tenente-Coronel.

2 — Este despacho produz efeitos desde 22 de outubro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Ajudante-General do Exército, *Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros*, Tenente-General.

**Despacho n.º 15 906/2012**  
**de 15 de novembro de 2012**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho n.º 2 767/2012, de 8 de fevereiro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 27 de fevereiro, subdelego no coronel de infantaria **Nuno Correia Neves**, Chefe da Repartição de Pessoal Civil da Direção de Administração de Recursos Humanos, a competência em mim delegada para a prática dos seguintes atos:

a) Autorizar a modificação da relação jurídica de emprego do pessoal civil, nas suas diversas modalidades, exceto para pessoal das carreiras de técnico superior ou equivalente;

b) Promover pessoal militarizado;

c) Acionar os concursos de pessoal do MPCE, depois de aprovada a sua abertura;

d) Propor a apresentação à junta médica de pessoal do MPCE;

e) Conceder licença sem vencimento ao pessoal do MPCE;

f) Conceder licença ilimitada ao pessoal militarizado;

g) Autorizar a continuação ao serviço de pessoal militarizado com mais de 56 anos;

h) Averbar cursos e estágios a pessoal do MPCE e militarizado;

i) Apreciar requerimentos solicitando a passagem de certificados;

j) Confirmar as condições de progressão de pessoal militarizado e civil;

k) Mudança de colocação, no âmbito de Exército, de pessoal militarizado e civil, exceto técnicos superiores ou equivalente;

l) Visar os processos de falecimento a enviar ao Ministério da Defesa Nacional.

2 — Este despacho produz efeitos desde 22 de outubro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Ajudante-General do Exército, *Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros*, Tenente-General.

**Despacho n.º 15 907/2012**  
**de 13 de setembro de 2012**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho n.º 2 767/2012, de 8 de Fevereiro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 27 de Fevereiro, subdelego no Coronel de Infantaria **Jorge Ferreira de Brito**, Chefe da Repartição de Reserva, Reforma e Disponibilidade da Direção de Administração de Recursos Humanos, a competência em mim delegada para a prática dos seguintes atos:

a) Autorizar a passagem à reserva de militares nos termos das alíneas a) do n.º 1 do artigo 152.ª do EMFAR, exceto Oficiais Gerais;

b) Autorizar a passagem à reforma de militares nos termos da alínea a), b) e c) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, bem como nos termos do n.º 3 do mesmo artigo;

c) Promover a passagem à reforma extraordinária de militares nos termos do artigo 160.º do EMFAR;

d) Apreciar a transferência de obrigações militares de pessoal na disponibilidade;

e) Autorizar o alistamento nas forças de segurança a militares na reserva de disponibilidade;

f) Autorizar o tratamento e hospitalização de militares na reserva de disponibilidade;

g) Autorizar averbamentos a introduzir nos processos individuais do pessoal na situação de reserva fora da efetividade de serviço e na situação de reforma;

h) Apreciar requerimentos solicitando a passagem de certificados.

2 — Este despacho produz efeitos desde 22 de outubro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Ajudante-General do Exército, *Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros*, Tenente-General.

**Comando da Logística**

**Despacho n.º 15 402/2012**  
**de 22 de novembro de 2012**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 6 do Despacho n.º 11 742/2012, de 03 de setembro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego no Diretor de Saúde, Major-General **Esmeraldo Correia da Silva Alfarroba**, os poderes para homologar os pareceres da junta hospitalar de inspeção (JHI) de pessoal militar, militarizado e civil, bem como de deficientes, para a atribuição ou modificação da percentagem de incapacidade;

2 — O presente despacho produz efeitos à data de 20 de agosto de 2012, ficando ratificados, por este meio, todos os atos entretanto praticados.

O Comandante da Logística, *António Noé Pereira Agostinho*, Tenente-General.

**Despacho n.º 15 482/2012**  
**de 4 de setembro de 2012**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 11 742/2012, de 03 de setembro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto nos números 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, subdelego no Chefe da Repartição de Apoio Geral do Comando da Logística, Tenente-Coronel de Infantaria **António José Machado Marracho**, poderes para autorizar e realizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de €12 500 (doze mil e quinhentos euros);

2 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 11 742/2012, de 03 de setembro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego ainda, no mesmo Chefe de Repartição, poderes para autorizar, realizar e arrecadar receitas provenientes da prestação de serviços e ou cedência ou alienação de bens.

3 — O presente despacho produz efeitos à data de 20 de agosto de 2012, ficando ratificados, por este meio, todos os atos entretanto praticados.

O Comandante da Logística, *António Noé Pereira Agostinho*, Tenente-General.

**Despacho n.º 15 483/2012**  
**de 4 de setembro de 2012**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 11 742/2012, de 03 de setembro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto nos números 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, subdelego no Comandante da Unidade de Apoio Amadora Sintra, Coronel **Jorge Manuel da Costa Ramos**, poderes para autorizar e realizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de €12 500 (doze mil e quinhentos euros);

2 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 11 742/2012, de 03 de setembro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego ainda, no mesmo Comandante, poderes para autorizar, realizar e arrecadar receitas provenientes da prestação de serviços e ou cedência ou alienação de bens no decurso da atividade própria da Unidade de Apoio Amadora Sintra.

3 — O presente despacho produz efeitos à data de 20 de agosto de 2012, ficando ratificados, por este meio, todos os atos entretanto praticados.

O Comandante da Logística, *António Noé Pereira Agostinho*, Tenente-General.

**Despacho n.º 15 484/2012**  
**de 4 de setembro de 2012**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 11 742/2012, de 03 de setembro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto nos números 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, subdelego no Diretor de Infraestruturas Major-General **José António Carneiro Rodrigues da Costa**, poderes para autorizar e realizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de €25 000 (vinte e cinco mil euros) e com empreitadas de obras públicas até ao limite de €50 000 (cinquenta mil euros);

2 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 11 742/2012, de 03 de setembro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego também, no mesmo Diretor de Infraestruturas, poderes para autorizar, realizar e arrecadar receitas provenientes da prestação de serviços e ou de cedência ou alienação de bens no decurso da atividade própria da Direção de Infraestruturas;

3 — Ao abrigo do disposto no n.º 6 do Despacho n.º 11 742/2012, de 03 de setembro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego ainda, no mesmo Diretor de Infraestruturas, poderes para emitir os pareceres que a lei comete ao Exército sobre planos diretores municipais, planos de pormenor, planos gerais de urbanização, loteamentos, estabelecimentos hoteleiros e similares, construções escolares e hospitalares, vias de comunicação, gasodutos e oleodutos.

4 — O presente despacho produz efeitos à data de 20 de agosto de 2012, ficando ratificados, por este meio, todos os atos entretanto praticados.

O Comandante da Logística, *António Noé Pereira Agostinho*, Tenente-General.

**Despacho n.º 15 485/2012**  
**de 4 de setembro de 2012**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 11742/2012, de 03 de setembro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto nos números 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, subdelego no Diretor de Material e Transportes, Major-General **Alfredo Oliveira Gonçalves Ramos**, poderes para autorizar e realizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de €25 000 (vinte e cinco mil euros);

2 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 11 742/2012, de 03 de setembro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego ainda, no mesmo Diretor de Material e Transportes, poderes para autorizar, realizar e arrecadar receitas provenientes da prestação de serviços e ou cedência ou alienação de bens no decurso da atividade própria da Direção de Material e Transportes.

3 — Autorizo a subdelegação dos poderes mencionados nos números anteriores nos Comandantes, Diretores ou Chefes das Unidades, Estabelecimentos ou Órgãos que se encontrem na direta dependência da Direção de Material e Transporte.

4 — O presente despacho produz efeitos à data de 20 de agosto de 2012, ficando ratificados, por este meio, todos os atos entretanto praticados.

O Comandante da Logística, *António Noé Pereira Agostinho*, Tenente-General.

**Despacho n.º 15 486/2012**  
**de 4 de setembro de 2012**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 11 742/2012, de 03 de setembro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto nos números 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, subdelego no Chefe do Centro de Audiovisuais do Exército, Major **Fernando Freitas Lúcio**, poderes para autorizar e realizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de €12 500 (doze mil e quinhentos euros);

2 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 11 742/2012, de 03 de setembro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego ainda, no mesmo Chefe do Centro de Audiovisuais, poderes para autorizar, realizar e arrecadar receitas provenientes da prestação de serviços e ou cedência ou alienação de bens no decurso da atividade própria do Centro de Audiovisuais do Exército.

3 — O presente despacho produz efeitos à data de 20 de agosto de 2012, ficando ratificados, por este meio, todos os atos entretanto praticados.

O Comandante da Logística, *António Noé Pereira Agostinho*, Tenente-General.

**Despacho n.º 15 487/2012**  
**de 4 de setembro de 2012**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 11 742/2012, de 03 de setembro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto nos números 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, subdelego no Diretor de Finanças, Major-General **José de Jesus da Silva**, poderes para autorizar e realizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de €25 000 (vinte e cinco mil euros);

2 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 11 742/2012, de 03 de setembro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego também, no mesmo Diretor de Finanças, poderes para autorizar,

realizar e arrecadar receitas provenientes da prestação de serviços e ou de cedência ou alienação de bens no decurso da atividade própria da Direção de Finanças;

3 — Ao abrigo do disposto no n.º 6 do Despacho n.º 11 742/2012, de 03 de setembro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego ainda, no mesmo Diretor de Finanças, poderes para:

a) Determinar a transferência dos meios financeiros necessários ao pagamento de remunerações e pensões no Exército;

b) Autorizar e determinar que se proceda a todos os pagamentos que sejam legalmente devidos pelo Exército, após verificação e confirmação da adequação processual dos mesmos.

4 — O presente despacho produz efeitos à data de 20 de agosto de 2012, ficando ratificados, por este meio, todos os atos entretanto praticados.

O Comandante da Logística, *António Noé Pereira Agostinho*, Tenente-General.

**Despacho n.º 15 488/2012**  
**de 4 de setembro de 2012**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 11 742/2012, de 03 de setembro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto nos números 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, subdelego no Diretor do Instituto Geográfico do Exército, Coronel Artilharia **Álvaro José Estrela Soares**, poderes para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços, até ao limite de €12 500 (doze mil e quinhentos euros);

2 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 11 742/2012, de 03 de setembro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego ainda, no mesmo Diretor do IGeoE, poderes para autorizar, realizar e arrecadar receitas provenientes da prestação de serviços e ou de cedência ou alienação de bens no decurso da atividade própria do IGeoE.

3 — O presente despacho produz efeitos à data de 20 de agosto de 2012, ficando ratificados, por este meio, todos os atos entretanto praticados.

O Comandante da Logística, *António Noé Pereira Agostinho*, Tenente-General.

**Despacho n.º 15 489/2012**  
**de 4 de setembro de 2012**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 11 742/2012, de 3 de setembro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto nos números 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, subdelego no Diretor de Aquisições, Major-General José António Henriques Dinis, poderes para autorizar e realizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de €75 000 (setenta e cinco mil euros);

2 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 11 742/2012, de 3 de setembro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego ainda, no mesmo Diretor de Aquisições, poderes para autorizar, realizar e arrecadar receitas provenientes da prestação de serviços e ou cedência ou alienação de bens no decurso da atividade própria da Direção de Aquisições.

3 — O presente despacho produz efeitos à data de 20 de agosto de 2012, ficando ratificados, por este meio, todos os atos entretanto praticados.

O Comandante da Logística, *António Noé Pereira Agostinho*, Tenente-General.



**Despacho n.º 15 490/2012**  
**de 4 de setembro de 2012**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, delego no meu Adjunto, Major-General **Carlos Manuel Pinto Veiga Lopes**, os poderes para:

a) Coordenar a atividade do Instituto Geográfico do Exército, da Unidade de Apoio Amadora-Sintra e do Centro de Audiovisuais do Exército, e decidir sobre quaisquer assuntos de administração ordinária dos mesmos, que não se contenham no âmbito da competência dos respetivos diretores/comandantes/chefes;

b) Dirigir, coordenar e supervisionar as atividades relativas ao exercício da autoridade técnica do Comando da Logística, no âmbito do acompanhamento da evolução da doutrina logística e da supervisão dos planos de ementas para o Exército.

2 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 11 742/2012, de 03 de setembro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto nos números 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, subdelego no meu Adjunto, poderes para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços, até ao limite de €25 000 (vinte e cinco mil euros).

3 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 11 742/2012, de 03 de setembro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego ainda, no meu Adjunto, poderes para autorizar, realizar e arrecadar receitas provenientes da prestação de serviços e ou de cedência ou alienação de bens.

4 — O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação em *DR*.

O Comandante da Logística, *António Noé Pereira Agostinho*, Tenente-General.

**Comando da Instrução e Doutrina**

**Direção de Formação**

**Despacho n.º 15 741/2012**  
**de 19 de abril de 2012**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 4 870/2012, de 21 de março, do Tenente-General Comandante da Instrução e Doutrina, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 70, de 9 de abril, subdelego no comandante da Escola Prática de Cavalaria, Coronel de Cavalaria (07408482) **Vítor Manuel Meireles dos Santos**, a competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €25 000, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeito desde 19 de dezembro de 2011, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo comandante da Escola Prática de Cavalaria, Coronel de Cavalaria (07408482) Vítor Manuel Meireles dos Santos, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Diretor de Formação do Comando da Instrução e Doutrina, *João Manuel Santos de Carvalho*, Major-General.

**Despacho n.º 15 742/2012****de 19 de abril de 2012**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 4 870/2012, de 21 de março, do Tenente-General Comandante da Instrução e Doutrina, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 70, de 9 de abril, subdelego no comandante do Centro Militar de Educação Física e Desportos, Coronel de Cavalaria (12002185) **Carlos Nuno Gomes e Simões de Melo**, a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €25 000, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeito desde 19 de dezembro de 2011, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo comandante do Centro Militar de Educação Física e Desportos, Coronel de Cavalaria (12002185) Carlos Nuno Gomes e Simões de Melo, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Diretor de Formação do Comando da Instrução e Doutrina, *João Manuel Santos de Carvalho*, Major-General.

**Despacho n.º 15 743/2012****de 19 de abril de 2012**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do despacho n.º 4 870/2012, de 21 de março, do Tenente-General comandante da Instrução e Doutrina, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 70, de 9 de abril de 2012, subdelego no comandante da Escola Prática dos Serviços, Coronel de Administração Militar (08129277) **Luís António Lopes Cardoso**, a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €25 000, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeito desde 19 de dezembro de 2011, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo comandante da Escola Prática dos Serviços, Coronel de Administração Militar (08129277) Luís António Lopes Cardoso, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Diretor de Formação do Comando da Instrução e Doutrina, *João Manuel Santos de Carvalho*, Major-General.

**Despacho n.º 15 744/2012****de 19 de abril de 2012**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 4 870/2012, de 21 de março, do Tenente-General Comandante da Instrução e Doutrina, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 70, de 9 de abril, subdelego no Comandante da Escola Prática de Transmissões, Coronel de Transmissões (07519581) **Rui Manuel Nunes Pinto**, a competência prevista na alínea *a*) do

n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €25 000, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeito desde 19 de dezembro de 2011, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante da Escola Prática de Transmissões, Coronel de Transmissões (07519581) Rui Manuel Nunes Pinto, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Diretor de Formação do Comando da Instrução e Doutrina, *João Manuel Santos de Carvalho*, Major-General.

### **Despacho n.º 15 829/2012**

**de 19 de abril de 2012**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 4 870/2012, de 21 de março, do Tenente-General Comandante da Instrução e Doutrina, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 70, de 9 de abril, subdelego no comandante do Regimento de Cavalaria n.º 3, Coronel de Cavalaria (18748681) **Paulo Renato Faro Geada**, a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 25 000, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeito desde 19 de dezembro de 2011, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo comandante do Regimento de Cavalaria n.º 3, Coronel de Cavalaria (18748681) Paulo Renato Faro Geada, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Diretor de Formação do Comando da Instrução e Doutrina, *João Manuel Santos de Carvalho*, Major-General.

### **Despacho n.º 15 830/2012**

**de 19 de abril de 2012**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 4870/2012, de 21 de março, do Tenente-General Comandante da Instrução e Doutrina, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 70, de 9 de abril, subdelego no comandante do Regimento de Artilharia n.º 5, Coronel de Artilharia (09816685) **José Mota Mendes Ferreira**, a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €25 000, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeito desde 19 de dezembro de 2011, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo comandante do Regimento de Artilharia n.º 5, Coronel de Artilharia (09816685) José Mota Mendes Ferreira, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Diretor de Formação do Comando da Instrução e Doutrina, *João Manuel Santos de Carvalho*, Major-General.

**Despacho n.º 15 831/2012****de 19 de abril de 2012**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 4 870/2012, de 21 de março, do Tenente-General Comandante da Instrução e Doutrina, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 70, de 9 de abril, subdelego no comandante da Escola Prática de Engenharia, Coronel de Engenharia (02742883) **Hermínio Teodoro Maio**, a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 25 000, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeito desde 1 de fevereiro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante da Escola Prática de Engenharia, Coronel de Engenharia (02742883) Hermínio Teodoro Maio, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Diretor de Formação do Comando da Instrução e Doutrina, *João Manuel Santos de Carvalho*, Major-General.

**Despacho n.º 15 832/2012****de 19 de abril de 2012**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 4 870/2012, de 21 de março, do Tenente-General Comandante da Instrução e Doutrina, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 70, de 9 de abril, subdelego no comandante da Escola Prática de Engenharia, em regime de substituição, Tenente-Coronel de Engenharia (06282588) **Leonel José Mendes Martins**, a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 25 000, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeito desde 19 de dezembro de 2011, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo comandante da Escola Prática de Engenharia, em regime de substituição, Tenente-Coronel de Engenharia (06282588) Leonel José Mendes Martins, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Diretor de Formação do Comando da Instrução e Doutrina, *João Manuel Santos de Carvalho*, Major-General.

**Despacho n.º 15 833/2012****de 19 de abril de 2012**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 4 870/2012, de 21 de março, do Tenente-General Comandante da Instrução e Doutrina, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 70, de 9 de abril, subdelego no comandante da Escola Prática de Artilharia, Coronel de Artilharia (16456483) **Carlos Manuel Cordeiro Rodrigues**, a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e

aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €25 000, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeito desde 19 de dezembro de 2011, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo comandante da Escola Prática de Artilharia, Coronel de Artilharia (16456483) Carlos Manuel Cordeiro Rodrigues, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Diretor de Formação do Comando da Instrução e Doutrina, *João Manuel Santos de Carvalho*, Major-General.

**Despacho n.º 15 834/2012**  
**de 19 de abril de 2012**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 4 870/2012, de 21 de março, do Tenente-General Comandante da Instrução e Doutrina, publicado no *Diário da República*, 2.<sup>a</sup> série, n.º 70, de 9 de abril, subdelego no comandante da Escola de Sargentos do Exército, Coronel de Infantaria (04180880) **Jorge Manuel Fernandes Alves de Oliveira**, a competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €25 000, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeito desde 19 de dezembro de 2011, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo comandante da Escola de Sargentos do Exército, Coronel de Infantaria (04180880) Jorge Manuel Fernandes Alves de Oliveira, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Diretor de Formação do Comando da Instrução e Doutrina, *João Manuel Santos de Carvalho*, Major-General.

**Comando das Forças Terrestres**

**Direção de Comunicações e Sistemas de Informação**

**Despacho n.º 16 120/2012**  
**de 15 de março de 2012**

1 — Ao abrigo da autorização que me é concedida pelo n.º 2 do Despacho n.º 3 833/2012, de 17 de fevereiro de 2012, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.<sup>a</sup> série, n.º 54, de 15 de março de 2012, subdelego no comandante do Regimento de Transmissões, Coronel de Transmissões (15792983) **Francisco José Carneiro Bento Soares**, a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €25 000, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código de Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

2 — São ratificados todos os atos praticados pelo Comandante do Regimento de Transmissões, que se incluam no âmbito da presente subdelegação, desde 19 de Dezembro de 2011 e até à data deste despacho.

3 — O presente despacho vigora até à tomada de posse do titular do cargo de Comandante das Forças Terrestres.

O Diretor do Comunicações e Sistemas de Informação, *Rui Manuel Xavier Fernandes Matias*, Major-General.

**Comando da Zona Militar dos Açores****Despacho n.º 16 069/2012****de 9 de abril de 2012**

1 — No uso da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 3 827/2012, de 08 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 15 de março de 2012, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, subdelego no Comandante da Unidade de Apoio do Comando da Zona Militar dos Açores, Tenente-Coronel de Infantaria, **João Alberto Gonçalves Domingos**, a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como praticar todos os demais atos decisórios previstos no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, até ao limite de €10 000 (dez mil euros).

2 — São ratificados todos os atos praticados pelo Comandante da Unidade de Apoio do Comando da Zona Militar dos Açores que se incluam no âmbito da presente subdelegação, desde 19 de dezembro de 2011 e até à data da publicação deste despacho.

O Comandante da Zona Militar dos Açores, *Isidro de Moraes Pereira*, Major-General.

**Despacho n.º 16 122/2012****de 9 de abril de 2012**

1 — No uso da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 3 827/2012, de 08 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 15 de março de 2012, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, subdelego no Comandante do Regimento de Guarnição n.º 2, Coronel de Artilharia, **Nuno Manuel Monteiro Fernandes**, a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como praticar todos os demais actos decisórios previstos no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, até ao limite de €10 000 (dez mil euros).

2 — São ratificados todos os atos praticados pelo Comandante do Regimento de Guarnição N.º 2 que se incluam no âmbito da presente subdelegação, desde 19 de dezembro de 2011 e até à data da publicação deste despacho.

O Comandante da Zona Militar dos Açores, *Isidro de Moraes Pereira*, Major-General.

**Despacho n.º 16 123/2012****de 9 de abril de 2012**

1 — No uso da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 3 827/2012, de 08 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 15 de março de 2012, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, subdelego no Comandante do Regimento de Guarnição N.º 1, Coronel de Infantaria, **António Alberto dos Santos Araújo**, a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como praticar todos os demais atos decisórios previstos no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, até ao limite de €10 000 (dez mil euros).

2 — São ratificados todos os atos praticados pelo Comandante do Regimento de Guarnição N.º 1 que se incluam no âmbito da presente subdelegação, desde 19 de dezembro de 2011 e até à data da publicação deste despacho.

O Comandante da Zona Militar dos Açores, *Isidro de Moraes Pereira*, Major-General.

**Comando da Zona Militar da Madeira****Despacho n.º 15 401/2012****de 19 de março de 2012**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 3 832/2012, de 14 de fevereiro de 2012 do Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54/2012, de 15 de março de 2012, subdelego no 2.º Comandante da Zona Militar da Madeira, Coronel de Cavalaria (13076181) **Ricardo Bettencourt Sardinha Portela Ribeiro**, a competência que me é conferida pelo n.º 2 do mesmo Despacho, para autorizar despesas com aquisição de bens e serviços, até €5 000.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011, ficando por este meio ratificado todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Comandante da Zona Militar da Madeira, *Tiago Vasconcelos*, Major-General.

**Despacho n.º 16 583/2012****de 19 de março de 2012**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do despacho n.º 3832/2012, de 14 de fevereiro, do Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 15 de março de 2012, subdelego no comandante do Regimento de Guarnição n.º 3, coronel de infantaria (00371884) **Paulo Emanuel Maia Pereira**, a competência que me é conferida pelo n.º 2 do mesmo despacho, para autorizar despesas com aquisição de bens e serviços, até €5000.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011, ficando por este meio ratificado todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Comandante da Zona Militar da Madeira, *Tiago Vasconcelos*, Major-General.

**Despacho n.º 16585/2012****de 19 de março de 2012**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 3832/2012, de 14 de fevereiro de 2012, do Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54/2012, de 15 de março de 2012, subdelego no Comandante da Unidade de Apoio do Comando da Zona Militar da Madeira, Tenente-Coronel de Infantaria (19015786) **Paulo Bernardino Pires Miranda**, a competência que me é conferida pelo n.º 2 do mesmo Despacho, para autorizar despesas com aquisição de bens e serviços, até 5.000 euros.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011, ficando por este meio ratificado todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Comandante da Zona Militar da Madeira, *Tiago Vasconcelos*, Major-General.

**Brigada de Intervenção****Despacho n.º 15397/2012  
de 15 de março de 2012**

1 — Ao abrigo da autorização que me é concedida pelo n.º 2 do Despacho n.º 3825/2012, de 8 de fevereiro, do General CEME, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54 de 15 de março de 2012, subdelego no Comandante da GAM/BRIGINT/KFOR, Tenente-Coronel de Cavalaria (00598788) **Paulo Alexandre Simões Marques**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras até €50000,00;

2 — São ratificados todos os atos praticados pelo Comandante da GAM/BRIGINT/KFOR que se incluam no âmbito da presente delegação, desde 19 de dezembro de 2011 até à data de publicação do presente despacho.

O Comandante da Brigada de Intervenção, *José Carlos Filipe Antunes Calçada*, Major-General.

**Despacho n.º 15 398/2012  
de 15 de março de 2012**

1 — Ao abrigo da autorização que me é concedida pelo n.º 2 do Despacho n.º 3 825/2012, de 8 de fevereiro, do General CEME, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54 de 15 de março de 2012, subdelego no Comandante da Unidade de Apoio da Brigada de Intervenção, Tenente-Coronel de Infantaria (00208586) **Manuel da Cruz Pereira Lopes**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras até €10 000;

2 — São ratificados todos os atos praticados pelo Comandante da Unidade de Apoio da Brigada de Intervenção que se incluam no âmbito da presente delegação, desde 19 de dezembro de 2011 até à data de publicação do presente despacho.

O Comandante da Brigada de Intervenção, *José Carlos Filipe Antunes Calçada*, Major-General.

**Despacho n.º 15 399/2012  
de 15 de março de 2012**

1 — Ao abrigo da autorização que me é concedida pelo n.º 2 do Despacho n.º 3 825/2012, de 8 de fevereiro, do General CEME, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54 de 15 de março de 2012, subdelego no Comandante da UNENG10/FND/UNIFIL, Tenente-Coronel de Engenharia (00723182) **Augusto de Barros Sepúlveda**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras até €25 000;

2 — São ratificados todos os atos praticados pelo Comandante da UNENG10/FND/UNIFIL que se incluam no âmbito da presente delegação, desde 19 de dezembro de 2011 até 10 de fevereiro de 2012.

O Comandante da Brigada de Intervenção, *José Carlos Filipe Antunes Calçada*, Major-General.

**Despacho n.º 15 400/2012  
de 15 de março de 2012**

1 — Ao abrigo da autorização que me é concedida pelo n.º 2 do Despacho n.º 3 825/2012, de 8 de fevereiro, do General CEME, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54 de 15 de março de 2012, subdelego no Comandante do Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1, Coronel de Artilharia (08692982) **José Domingos Sardinha Dias**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras até €25 000;



2 — São ratificados todos os atos praticados pelo Comandante do Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1 que se incluíam no âmbito da presente delegação, desde 19 de dezembro de 2011 até à data de publicação do presente despacho.

O Comandante da Brigada de Intervenção, *José Carlos Filipe Antunes Calçada*, Major-General.

### **Brigada de Reação Rápida**

#### **Despacho n.º 16 121/2012 de 22 de março de 2012**

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 3 826/2012, de 08 de fevereiro de 2012, do Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 15 de março de 2012, subdelego no Comandante do 3.º CN ISAF, Coronel de Infantaria Paraquedista (00140284) **Frederico Manuel Assoreira Almendra**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como praticar todos os demais atos decisórios previstos no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro até ao limite de €24 939,89.

2 — O despacho produz efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011.

O Comandante da Brigada de Reação Rápida, *Fernando Celso Vicente de Campos Serafino*, Major-General.

---

## **VII — AVISOS**

### **Comando do Pessoal**

#### **Direção de Administração de Recursos Humanos**

##### **Repartição de Pessoal Civil**

#### **Aviso (extrato) n.º 16 681/2012 de 6 de dezembro de 2012**

Por despacho de 05 de dezembro de 2012 do Tenente-General Ajudante-General do Exército, proferido no uso de competência delegada, é subdelegada no Major-General **Frederico José Rovisco Duarte**, presidente da Secção Autónoma n.º 1 (SA 1) do Conselho Coordenador da Avaliação do Exército, a competência em si delegada, para a prática dos seguintes atos, no âmbito da respetiva Secção Autónoma:

- a) Validar as avaliações de “desempenho relevante” e “desempenho inadequado” bem como proceder ao reconhecimento do “desempenho excelente”;
- b) Homologar as avaliações anuais;
- c) Decidir das reclamações dos avaliados;
- d) Nomear avaliador específico que elaborará proposta de avaliação, a entregar à Secção Autónoma (SA), com vista à avaliação anual requerida pelos trabalhadores que se encontrem nas situações previstas nos n.ºs 3, 5 e 7 do artigo 42.º da Lei n.º 66-B/2007 de 28Dec (SIADAP);
- e) Presidir à SA e designar os dirigentes que a integram, nos termos da lei (n.º 2 do artigo 58.º do SIADAP);

f) Designar, pelo período de dois anos, os 4 vogais representantes da Administração na Comissão Paritária (dois efetivos, um dos quais orienta os trabalhos, e dois suplentes. Os vogais são membros da SA) (n.º 3 do artigo 59.º do SIADAP);

g) Submeter à apreciação da Comissão Paritária os requerimentos fundamentados dos trabalhadores que solicitem a intervenção deste órgão sobre as propostas de avaliação de que tomaram conhecimento e que serão sujeitas a homologação (n.ºs 1 e 2 do artigo 70.º do SIADAP);

h) Atribuir, no caso do n.º 5 do artigo 69.º do SIADAP, nova menção qualitativa e quantitativa e respetiva fundamentação, quando decidir pela não homologação das avaliações atribuídas pelos avaliadores ou pela SA (n.º 2 do artigo 60.º do SIADAP);

i) Proceder a nova avaliação, quando for proferida decisão favorável ao trabalhador em sede de recurso hierárquico ou jurisdicional, sempre que não seja possível ao novo superior hierárquico proceder à sua revisão (n.º 3 do artigo 73.º do SIADAP);

Produção de efeitos — este despacho produz efeitos desde 02 de novembro de 2012, ficando deste modo ratificados todos os atos e despachos entretanto proferidos sobre as matérias ora objeto de delegação.

O Chefe da Repartição, *Nuno Correia Neves*, Coronel de Infantaria.

## VIII — PROTOCOLOS

### Aditamento ao Protocolo de Colaboração

Entre o Regimento de Infantaria N.º 14

e o

Dínamo Clube Estação

Em virtude da celebração do protocolo de colaboração entre o Regimento de Infantaria n.º 14 e o Dínamo, em 03 de maio de 2011, e dado o surgimento de novas necessidades ao abrigo desta parceria, é celebrado o presente aditamento ao protocolo de colaboração inicial, ao abrigo do que prevê a cláusula 7.ª do mesmo, que após aprovação superior e assinatura dos seus Outorgantes, será junto aos mesmo, dele passando a constituir parte integrante.

#### Aditamento à Cláusula 1.ª (Objeto)

1. (...)

2. Tal cooperação traduz-se na concessão de facilidades de utilização do Pavilhão Desportivo todas as Segundas-feiras das 18H30 às 19H30, às Quintas-Feiras das 18H30 às 19H30 e Sábados das 10H00 às 11H00.

#### Aditamento à Cláusula 4.ª (Encargos Financeiros)

1. O Segundo Outorgante entregará, a título de compensação pelos encargos decorrentes da utilização prevista no presente protocolo, ao Primeiro a quantia de 125 (cento e vinte e cinco euros) por mês, a saldar no último dia do mês a que respeitar;

2. (...)

Feito em duplicado, constituído por 1 cláusula contendo 3 páginas, que irão ser assinadas e rubricadas por ambos os outorgantes, ficando cada um dos outorgantes com um exemplar.

Assim o outorgaram em Viseu, 19 de novembro de 2012.

Pelo primeiro outorgante:

O Comandante do Regimento de Infantaria N.º 4, *Artur Carabau Brás*, Coronel de Infantaria.

Pelo segundo outorgante:

O Presidente da Direção do Dínamo Clube Estação, *João Manuel Ginestal Machado Monteiro Albuquerque*.

**O Chefe do Estado-Maior do Exército**

*Artur Neves Pina Monteiro*, General.

Está conforme:

**O Ajudante-General do Exército**

*Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros*, Tenente-General.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH  
ESTÁ CONFORME  
O ORIGINAL

# ORDEM DO EXÉRCITO

2.<sup>a</sup> SÉRIE

N.º 12/31 DE DEZEMBRO DE 2012

Publica-se ao Exército o seguinte:

## I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

### Condecorações

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de ouro de serviços distintos, ao abrigo do disposto nos artigos 14.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º do mesmo diploma legal, o MGen (02007474) **Luís Jorge Almeida Duarte**.

(Por despacho de 16 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, ao abrigo do disposto nos artigos 16.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o Contra-Almirante, (63680) **Armando Filipe da Silva Roque**.

(Por despacho de 15 de outubro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, ao abrigo do disposto nos artigos 16.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o MGen (18224576) **António Noé Pereira Agostinho**.

(Por despacho de 13 de agosto de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, ao abrigo do disposto nos artigos 16.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o Cor Inf (07622981) **Jorge Manuel da Costa Ramos**.

(Por despacho de 19 de outubro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior-Genreal das Forças Armadas, nos termos dos artigos 13.º, 16.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a Medalha de Serviços Distintos, grau prata, o Cor Inf (18442080) **Alfredo Manuel Catarino Carvalhão Tavares**.

(Por despacho de 25 de setembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, ao abrigo do disposto nos artigos 16.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o Cor Cav (11826781) **João Henrique Cordeiro de Jesus Neves**.

(Por despacho de 25 de outubro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, ao abrigo do disposto nos artigos 16.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o Cor Inf (06979783) **Carlos Manuel Alves Batalha da Silva**.

(Por despacho de 22 de outubro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, ao abrigo do disposto nos artigos 16.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o TCor Mat (02469884) **João Luís de Sousa Pires**.

(Por despacho de 25 de outubro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, ao abrigo do disposto nos artigos 16.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o TCor QTS (16633768) **João Manuel Andrade Pinto Bessa**.

(Por despacho de 11 de outubro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, ao abrigo do disposto nos artigos 16.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o TCor Cav (01585486), **Henrique José Cabrita Gonçalves Mateus**.

(Por despacho de 19 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, ao abrigo do disposto nos artigos 16.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, TCor Inf (00208586) **Manuel da Cruz Pereira Lopes**.

(Por despacho de 29 de outubro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, nos termos do disposto nos artigos 16.º, alínea a) e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, TCor Inf (15059788) **Luís Miguel Afonso Calmeiro**.

(Por despacho de 15 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, ao abrigo do disposto nos artigos 16.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o TCor Inf (19486091) **António José Fernandes de Oliveira**.

(Por despacho de 19 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, ao abrigo do disposto nos artigos 16.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o TCor AdMil (01497191) **António Manuel de Jesus Coelho dos Santos**.

(Por despacho de 10 de dezembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de cobre de serviços distintos, nos termos do disposto nos artigos 17.º, alínea *a*) e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o SMor Inf (14010078) **Joaquim Manuel Leston Gomes**.

(Por despacho de 19 de outubro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 1.ª classe, nos termos do disposto nos artigos 22.º, alínea *a*), 23.º, n.º 2 e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 20.º, do mesmo diploma legal, o MGen (09859176) **Henrique Augusto Fernandes de Melo Gomes**.

(Por despacho de 19 de outubro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 1.ª classe, nos termos do disposto nos artigos 22.º, alínea *a*), 23.º, n.º 2 e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 20.º, do mesmo diploma legal, o Cor AdMil (05951376) **Nuno Álvaro Pacheco Arruda**.

(Por despacho de 22 de outubro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito Militar de 1.ª classe, nos termos do disposto nos artigos 22.º, alínea *a*), 23.º, n.º 2 e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 20.º, do mesmo diploma legal, o Cor Tir Art (17906180) **Ulisses Joaquim de Carvalho Munes de Oliveira**.

(Por despacho de 19 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 1.ª classe, nos termos do disposto nos artigos 22.º, alínea *a*), 23.º, n.º 2 e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo da artigo 20.º, do mesmo diploma legal, o Cor Tir Inf (02858881) **José Manuel Cardoso Lourenço**.

(Por despacho de 19 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 1.ª classe, nos termos do disposto nos artigos 22.º, alínea *a*), 23.º, n.º 2 e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 20.º, do mesmo diploma legal, Cor Tm (15792983) **Francisco José Carneiro Bento Soares**.

(Por despacho de 29 de outubro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 1.ª classe, nos termos do disposto nos artigos 22.º, alínea *a*), 23.º, n.º 2 e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 20.º, do mesmo diploma legal, Cor AdMil Res (05273573) **António José Gomes Fernandes**.

(Por despacho de 22 de outubro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, o TCor SGE Res (11929978) **Manuel de Jesus Vilhena**.

(Por despacho de 12 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o Maj Inf (19723290) **Luís Miguel de Sousa Lopes**.

(Por despacho de 28 de novembro de 2012)

Manda o Ministro da Defesa Nacional, nos termos da competência que lhe é conferida pelo n.º 3 do artigo 34.º, atento o disposto no artigo 25.º, na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 26.º e na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 27.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, conceder a medalha da defesa nacional, de 1.ª classe, ao Cor Inf (01363084) **Jorge Manuel Barreiro Saramago**.

(Por Portaria de 26 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar a medalha Cruz de São Jorge, 1.ª classe, o Cor Inf (17131684) **Artur José Lima Castanha**.

(Por despacho de 12 de junho de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar a medalha Cruz de São Jorge, 2.ª classe, o TCor Art (15754584) **Mário Jorge Assis Ferreira da Silva**.

(Por despacho de 12 de junho de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar a medalha Cruz de São Jorge, 2.ª classe, o TCor Inf (17385789) **Pedro Filipe Leal Marques Pires da Silva**.

(Por despacho de 12 de junho de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar a medalha Cruz de São Jorge, 4.ª classe, o 1Sarg Cav (13027990) **Ricardo Teixeira Moura Rodrigues**.

(Por despacho de 12 de junho de 2012)

Considerando que o Major-General (17906180) Ulisses Joaquim de Carvalho Nunes de Oliveira tem revelado, ao longo da sua carreira, elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército, qualidades que legitimamente conduziram à sua promoção a Oficial General;

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 1.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º e 38.º, nº 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o MGen (17906180) **Ulisses Joaquim de Carvalho Nunes de Oliveira**.

(Por despacho de 12 de outubro de 2012)

Considerando que o Major-General (09170481) António José Fernandes Marques Tavares tem revelado, ao longo da sua carreira, elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército, qualidades que legitimamente conduziram à sua promoção a Oficial General;

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 1.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º e 38.º, nº 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o MGen (09170481) **António José Fernandes Marques Tavares**.

(Por despacho de 12 de outubro de 2012)

Considerando que o Major-General (02858881) José Manuel Cardoso Lourenço tem revelado, ao longo da sua carreira, elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército, qualidades que legitimamente conduziram à sua promoção a Oficial General;

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 1.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º e 38.º, nº 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o MGen (02858881) **José Manuel Cardoso Lourenço**.

(Por despacho de 12 de outubro de 2012)

Considerando que o Major-General (16567179) João Paulo Silva Esteves Pereira tem revelado, ao longo da sua carreira, elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército, qualidades que legitimamente conduziram à sua promoção a Oficial General;

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 1.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º e 38.º, nº 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o MGen (16567179) **João Paulo Silva Esteves Pereira**.

(Por despacho de 12 de outubro de 2012)



Considerando que o Major-General (02078479) Carlos Alberto Baía Afonso tem revelado, ao longo da sua carreira, elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército, qualidades que legitimamente conduziram à sua promoção a Oficial General;

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 1.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o MGen (02078479) **Carlos Alberto Baía Afonso**.

(Por despacho de 12 de outubro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 1.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e n.º 3, do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Cor Inf (07128782) **Fernando Manuel Oliveira da Cruz**.

(Por despacho de 16 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 e na alínea *b*) do n.º 2 do artigo 26.º, alínea *b*) do n.º 1 do artigo 27.º, n.º 3 do artigo 34.º e n.º 2 do artigo 38.º, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o TCor Art (12469086) **Carlos Manuel Mendes Dias**.

(Por despacho de 23 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Maj Art (03469389) **João Manuel da Cruz Seatra**.

(Por despacho de 16 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Maj Inf (01873189) **Paulo Alexandre Moreira Machado**.

(Por despacho de 07 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Maj Vet (18080691) **Paulo José Lourenço de Carvalho e Leite Ribeiro**.

(Por despacho de 16 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Maj Inf (15644591) **Rui Manuel Proença Bonita Velez**.

(Por despacho de 16 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Maj Art (39626692) **Luís Eduardo da Silva Ferreira Laranjo**.

(Por despacho de 07 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Maj Inf (03197893) **Manuel António Paulo Lourenço**.

(Por despacho de 07 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 e na alínea *b*) do n.º 2 do artigo 26.º, alínea *b*) do n.º 1 do artigo 27.º, n.º 3 do artigo 34.º e n.º 2 do artigo 38.º, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o Maj TPesSecr (01828585) **Carlos Manuel Marques Silveirinha**.

(Por despacho de 27 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 3.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Cap TEDT (10046489) **Joaquim José Mota Clemente**.

(Por despacho de 16 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 3.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Cap Inf (03580397) **Dinis Mendes Faustino**.

(Por despacho de 16 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 3.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Cap AdMil (04279198) **Pedro José da Silva Pereira de Pinho**.

(Por despacho de 07 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 3.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Cap TTrans (19229792) **Jorge Manuel Antunes Simões**.

(Por despacho de 07 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SCh Tm (08487482) **Carlos Manuel Jerónimo Ferreira**.

(Por despacho de 16 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SCh Eng (01395384) **José Luís da Silva Pereira**.

(Por despacho de 16 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SCh Cav (12350584) **Paulo Alexandre da Conceição Silva**.

(Por despacho de 07 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Tm (04517587) **João Carlos Fontes Antunes**.

(Por despacho de 16 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Inf (03080986) **António Cristiano Magalhães Gonçalves Veloso**.

(Por despacho de 16 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj SGE (19607486) **Paulo Jorge Saraiva Saldanha**.

(Por despacho de 16 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Mat (11925887) **José Manuel Lameiras dos Santos**.

(Por despacho de 07 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Vet (17147286) **António Luís Martins**.

(Por despacho de 16 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Mat (15321789) **João Manuel Martino Teixeira Beltrão**.

(Por despacho de 07 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Mat (17335787) **Paulo Alexandre de Oliveira Duarte**.

(Por despacho de 16 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Art (28199693) **Nélson Amaral Baião**.

(Por despacho de 07 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Art (17191296) **Paulo Jorge Antunes da Cruz**.

(Por despacho de 07 de novembro de 2012)

Condecorados com a Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica, do Major-General Director de Justiça e Disciplina, após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Cor Inf (03476485) João Pedro Rato Boga de Oliveira Ribeiro;  
Cor Art (09816685) José Mota Mendes Ferreira;  
Cor Tm (19886885) Luís Filipe Camelo Duarte Santos;  
SMor Inf (15634182) João Manuel Correia Poejo;  
SMor Inf Res (11188680) Luís Filipe Alves da Silva;  
SMor Cav Res (14881481) Manuel do Rosário Leandro Gonçalves;  
SCh Mat (12663282) Paulo Alexandre Sousa Rodrigues Emídio;  
SCh Mus Res (07236380) João Manuel Lourenço Antunes;  
SCh SGE (17160082) José Luís Alves Teixeira Faria.

(Por despacho de 30 de outubro de 2012)

Cor AdMil (16867474) Luís Augusto Vieira;  
TCor AdMil (16106184) José Manuel Almeida de Rodrigues Gonçalves;  
TCor AdMil (12287983) Manuel David de Jesus;  
SMor Inf (17393782) José António de Sousa Matos;  
SMor Art (17706382) Luís Filipe dos Santos Figueiredo;  
SMor Tm (18828782) Fernando Gaspar Dias;  
SMor Mat (05877381) António Mário Coelho;  
SCh Inf (17833582) José António Pimenta Todo Bom.

(Por despacho de 14 de novembro de 2012)

Cor Inf GNR (1860004) António Manuel da Silva Albuquerque;  
Cor Inf GNR (1840026) Francisco José Martins Rodrigues;  
Cor Inf GNR (1840017) Eduardo Augusto Rodrigues de Seixas;  
Cor Cav GNR (1860023) Joaquim António Garrido Gomes;

Cor AdMil GNR (1840056) João Carlos Santos Carvalho;  
Cor AdMil GNR (1860009) José Carlos dos Santos Teixeira;  
TCor Inf GNR (1866287) Vasco Afonso Saldanha Martins;  
TCor inf GNR (1870001) António Francisco Carvalho da Paixão;  
TCor Inf GNR (1870002) Jorge Manuel Gaudêncio Costa dos Santos;  
SCh Inf GNR (1830724) Carlos Manuel Horta Gonçalves;  
SCh Cav GNR (1860107) Luís da Cruz Mourato das Dores Felizardo;  
SCh Cav GNR (1840213) Jaime Gabriel Alves Guimarães;  
CbMor Inf GNR (1830982) Ramiro Fernandes Afonso;  
Cb Inf GNR (1830739) Aníbal Tavares Francisco;  
Cb Inf GNR (1836575) Augusto David dos Santos;  
Cb Inf GNR (1840200) Emídio de Oliveira Carvalho.

(Por despacho de 22 de novembro de 2012)

Condecorados com a Medalha de Prata de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica, do Major-General Director de Justiça e Disciplina, após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Cap Inf (14591396) Eduardo Filipe Cadima Santos Ribeiro;  
Cap Art (15683195) António Costa Macedo Sousa Franco;  
Cap Cav (08782597) Jorge Rodrigues dos Santos;  
Cap Cav (04598697) Rui Miguel Pinho Silva;  
Cap AdMil (10799397) Nuno Salvador Vicente Pedro;  
Cap Admil (03604396) Rui Filipe Ponteiro Henriques;  
Cap Inf GNR (1970314) Paulo Jorge Gonçalves Gomes;  
1Sarg Inf (02102197) Sérgio Eduardo Pereira Tavares;  
1Sarg Inf (18156594) Pedro Filipe Batista Bernardo;  
1Sarg Art (08238896) Nuno Miguel Brito Marques;  
1Sarg Art (17191296) Paulo Jorge Antunes Cruz;  
1Sarg AdMil (09229595) António José Gonçalves Cruz;  
1Sarg Inf GNR (1970861) Carlos Manuel dos Santos Salvador;  
1Sarg Inf GNR (1970559) João Pedro dos Santos Viegas;  
1Sarg Inf GNR (1970744) Luís Miguel Mendes Pereira;  
1Sarg Inf GNR (1970847) Fernando Carlos Rodrigues Pereira;  
1Sarg Inf GNR (1970165) Adérito Manuel Lourenço Marcelino;  
1Sarg Inf GNR (1970261) Nelson José Pinto Mendes;  
1Sarg Inf GNR (1980339) Sandra Paula Alves Carvalho Branco;  
1Sarg Inf GNR (1980858) Filipe António Constantino Lourenço;  
1Sarg Inf GNR (1980860) Richard Fernandes Ramos;  
1Sarg Cav GNR (1970513) Fernando Jorge Rodrigues Bernardino;  
2Sarg Inf GNR (1970080) Nuno Jorge Barros Fernandes Baptista;  
2Sarg Man GNR (1970149) Alcídio Manuel Semedo Martins;  
2Sarg Man GNR (1980673) João Manuel Fernandes Cardoso;  
2Sarg Man GNR (2000580) Gustavo Augusto Sousa Pinto Santos;  
Cb Inf GNR (1970022) Sérgio Manuel Antunes Domingos;  
Cb Inf GNR (1970242) Sérgio Manuel Martins Penedo;  
Cb Inf GNR (1970831) Luís Guilherme Lucas Machado;  
Cb Inf GNR (1970680) Nelson Manuel Prates Nunes;

Cb Inf GNR (1970799) João Paulo Mendes Figueira;  
Cb Inf GNR (1970889) Miguel Silva Martins;  
Cb Inf GNR (1970979) Nelson José Santiago Teles;  
Cb Inf GNR (1980371) Hugo Rafael Rodrigues Marques do Patrocínio;  
Cb Inf GNR (1980521) João Carlos Abrunhosa Rodrigues;  
Cb Inf GNR (1980678) Nuno Miguel Nascimento Gomes;  
Cb Inf GNR (1990601) Eduardo Hilário Moita Rabasquinho;  
Cb Man GNR (1970054) António Domingos Duarte Rodrigues de Albuquerque;  
Guar Inf GNR (1990396) Pedro Miguel Bandeiras Malhado;  
Guar Inf GNR (1960469) Luís Manuel Ribeiro Varandas Soares;  
Guar Inf GNR (1970259) Rui Pedro Centeio da Silva Mendes;  
Guar Inf GNR (1970289) Júlio Miguel Rolo Salvado;  
Guar Inf GNR (1970693) José Luís do Canto Marques;  
Guar Inf GNR (1970695) Rui Miguel Teixeira Grácio;  
Guar Inf GNR (1970995) Floriano Miguel Milheiro dos Santos;  
Guar Inf GNR (1970949) Paulo Sérgio Branco Dias;  
Guar Inf GNR (1990890) Paulo Jorge de Jesus Martins;  
Guar Cav GNR (1970774) Ricardo Jorge da Silva Esteves;  
Guar Cav GNR (1980338) Luís Manuel Charrito Casinha;  
Guar Cav GNR (2020335) Paulo Jorge Fernandes Neto;  
Guar Cav GNR (1971057) Jorge Carlos Nascimento Brás;  
Guar Tm GNR (1980496) Marília de Jesus Pires Martins;  
Guar Tm GNR (1990311) Nuno Ricardo Relvas Gomes;  
Guar Tm GNR (1970941) Rui Manuel de Aguiar Primo;  
Guar Tm GNR (1970832) Ezequiel Pires de Oliveira;  
Guar SS GNR (1970360) Norberto Manuel Oliveira Santos.

(Por despacho de 22 de novembro de 2012)

Cap Inf (11758996) Nuno Miguel Flores Silva;  
Cap Inf (11236797) Bruno Paulo Lobão de Moura;  
Cap Cav (05759798) Elisabete Maria Rodrigues Silva;  
Cap Eng (14507695) João Pedro Santos Mascarenhas Andrade Pereira;  
Cap Eng (18555896) Carlos Filipe Henriques Pereira;  
Cap AdMil (16107196) Helga Marta Machado Santa Comba Lopes;  
Cap Cav GNR (1970339) Adriano José Torrão Cristiano;  
Cap Cav GNR (1970331) Lucília de Jesus Mendes da Silva;  
1Sarg Cav (14202395) Miguel Angelo Figueiredo Botelho Barbosa;  
1Sarg Cav (39424792) Nelson Cardoso Tomás;  
1Sarg Tm (05925495) Fernando Manuel Rebelo Duarte;  
1Sarg AdMil (01640695) Ricardo Manuel da Rocha Veiga;  
1Sarg AdMil (03485595) Filipe Ferreira Esteves;  
1Sarg Mat (07715194) Miguel Ventura Martins;  
1Sarg SGE (03253387) Jorge Manuel Peixoto Martins;  
1Sarg TTrans (28199493) Joaquim Adérito Arvana Cheira;  
1Sarg Inf GNR (1970521) Luís António Silvestre Gomes;  
1Sarg Inf GNR (1970700) Luís Filipe Morais Pinheiro;  
1Sarg Cav (1980331) Luís Filipe de Matos Faria;  
1Sarg Cav GNR (1970585) Vítor José Peres de Almeida;  
2Sarg Inf GNR (1980414) Sónia Maria Coutinho Pereira;  
Cb Inf GNR (1980077) Luís Manuel Guerreiro Oliveira;

Cb Cav GNR (1970824) Nuno Filipe Quintanilhas dos Santos;  
Cb Cav GNR (1970479) João Carlos Lopes Correia Braga;  
Cb AdMil GNR (1906046) Carlos Manuel Gonçalves Magalhães;  
Guar Inf GNR (2000677) Celso Dinis Teixeira Bento;  
Guar Cav GNR (1970543) Rufino Nunes Andrade;  
Guar Cav GNR (1990467) Leonel Duarte Rica;  
Guar Cav GNR (1970685) Jorge Manuel Alves Rodrigues;  
Guar Cav GNR (1971034) Carlos Miguel de Azevedo Assunção Sampaio;  
Guar Cav GNR (1971046) Bruno Miguel Lourenço Chainho;  
Guar Cav GNR (1991033) António Miguel Pedro da Fonseca;  
Guar Cav GNR (2000008) Nuno Miguel Pereira Guedes;  
Guar Cav GNR (2000165) Paulo Jorge Antunes Rodrigues;  
Guar Cav GNR (2030869) Paulo Sérgio Dias Rodrigues.

(Por despacho de 30 de novembro de 2012)

Condecorados com a Medalha de Cobre de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica, do Major-General Director de Justiça e Disciplina, após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Alf Art (11288805) Ivo Pinto Teixeira Pires;  
Alf AdMil (03517806) Miguel Fitas Ferreira;  
2Sarg Inf (08127198) Joel Paulo Batista do Nascimento;  
2Sarg Eng (03918799) Maria Teresa Almeida e Silva Abreu;

(Por despacho de 22 de novembro de 2012)

SAj Inf GNR (1896138) João José Roque da Silva;  
2Sarg Cav GNR (2010524) Carlos Jorge Ferreira Fernandes;  
Furr Inf GNR (2060915) Jorge Manuel Aleixo dos Santos Gil;  
Furr Inf GNR (2060566) Germano Martins Salgueiro;  
Furr Inf GNR (2060275) Jorge Pereira Gonçalves;  
Furr Inf GNR (2060075) Pedro Miguel Batista Pereira;  
Furr Inf GNR (2060775) Nuno Filipe Agapito Maximino;  
Furr Inf GNR (2060085) Luís Miguel Carvalho Caria;  
Furr Inf GNR (2060469) Alexandra de Jesus Varela Gomes;  
Furr Inf GNR (2060720) Neuza Alexandra Antão Fernandes;  
Cb Inf GNR (2060226) Sandra Margarida de Jesus Madeira Fortuna Fernandes;  
Cb Inf GNR (2060255) Daniel Oliveira Fernandes;  
Cb Inf GNR (2060418) José Manuel Magalhães;  
Cb Inf GNR (2060201) Rui Manuel da Rocha Marujo;  
Cb Inf GNR (2060217) Paulo Manuel Rodrigues Fonseca;  
Cb Inf GNR (2060227) Gilberto de Jesus Pires;  
Cb Inf GNR (2060738) Paulo Sérgio dos Santos Almeida;  
Cb Inf GNR (2060543) Francisco Manuel Martins Bernardo;  
Cb Inf GNR (2060334) Paulo Jorge da Conceição Castanheira;  
Cb Inf GNR (2060407) Emanuel Virgílio Moreira;  
Cb Inf GNR (2060728) João Carlos de Sá Ferreira;  
Guar Inf GNR (2060146) Miguel Bruno Canela Antunes;

Guar Inf GNR (2060165) Hélder Miguel Alves Lamela;  
Guar Inf GNR (2060211) Ricardo Araújo Couto da Silva;  
Guar Inf GNR (2060273) Marco Andre da Costa Maciel;  
Guar Inf GNR (2060324) Luís Luciano Pereira Lourenço;  
Guar Inf GNR (2060405) Jorge Bruno Silva Vilas Boas;  
Guar Inf GNR (2060441) Filipa Cardoso Mendes;  
Guar Inf GNR (2060453) Martinho Luís Gonçalves Dias;  
Guar Inf GNR (2060506) Jorge Alexandre Nogueira Capa;  
Guar Inf GNR (2060510) Nuno Miguel da Silva Pereira;  
Guar Inf GNR (2060542) Humberto Duque Martins;  
Guar Inf GNR (2060574) Natália Odete Vaz Antunes;  
Guar Inf GNR (2060591) Eric Alexandre Couto Carvalho;  
Guar Inf GNR (2060614) André Tiago Pereira Quintelas;  
Guar Inf GNR (2060615) Luís Alexandre Peixoto Machado;  
Guar Inf GNR (2060925) Carlos Manuel da Fonseca Olo;  
Guar Inf GNR (2061002) Ricardo António Alves Fernandes;  
Guar Inf GNR (2060070) Maria José Raposo Freilão;  
Guar Inf GNR (2060231) Élia Alexandra Gonçalves Silva;  
Guar Inf GNR (2060336) Sónia Filipa Naves Folgado;  
Guar Inf GNR (2060481) Martinho Miguel Matos Rodrigues;  
Guar Inf GNR (2060490) Paulo Jorge Amado Pacheco Lopes;  
Guar Inf GNR (2060786) João Miguel de Oliveira Esteves;  
Guar Inf GNR (2070707) Francisco Manuel da Silva Lucas;  
Guar Inf GNR (2060878) Hugo Alexandre Morgadinho Bolas;  
Guar Inf GNR (2061021) Rui Miguel Correia Gomes;  
Guar Inf GNR (2060236) Pedro Miguel Escumalha da Silva;  
Guar Inf GNR (2060413) Atílio Joaquim de Jesus Vaz;  
Guar Inf GNR (2060549) Rodrigo Miguel Sequeira Quaeresma;  
Guar Inf GNR (2060582) João Carlos Farreca da Silva;  
Guar Inf GNR (2060677) Samuel Ricardo Conceição da Cruz;  
Guar Inf GNR (2060783) Carlos António Domingues Gomes;  
Guar Inf GNR (2060065) José Filipe Gomes Matos;  
Guar Inf GNR (2060180) Sérgio Ricardo Teixeira de Almeida;  
Guar Inf GNR (2060262) Tânia Filipa Matos Morgado;  
Guar Inf GNR (2060310) Alexandre Manuel Campos Ganito;  
Guar Inf GNR (2060395) Susete Marisa Martins;  
Guar Inf GNR (2060432) Tiago Duarte Varandas;  
Guar Inf GNR (2060452) José Carlos dos Santos Ramalho;  
Guar Inf GNR (2060617) José Luís Baltazar Correia;  
Guar Inf GNR (2060631) Tiago Emanuel Faísca Moreira;  
Guar Inf GNR (2060659) João Carlos Pires Morgadinho;  
Guar Inf GNR (2060661) Marco António Loureiro e Silva;  
Guar Inf GNR (2060662) Ricardo António Almeida Bio;  
Guar Inf GNR (2060686) Nelson Carlos da Silva Barros;  
Guar Inf GNR (2060758) Nuno Filipe Martins Gomes da Silva Soares;  
Guar Inf GNR (2060788) Carlos Amílcar Leitão Magalhães;  
Guar Inf GNR (2060156) Juliana Conceição Neves Caetano;  
Guar Inf GNR (2060341) Mickael Madeira Milheiro;  
Guar Inf GNR (2060436) Márcio Luís Santos Beirão;  
Guar Inf GNR (2060689) Bruno Alexandre Augusto Pires;



Guar Inf GNR (2060703) Bruno Miguel Beato Sousa;  
Guar Inf GNR (2060770) Filipe Jorge Gaspar Veiga;  
Guar Inf GNR (2060777) Pedro Gabriel Bastos Figueiredo;  
Guar Inf GNR (2060780) Jorge Dias Figueiredo;  
Guar Inf GNR (2060921) Nuno Miguel Gomes Ferreira;  
Guar Inf GNR (2060955) Celso Miguel de Jesus Marques;  
Guar Inf GNR (2060339) Miguel Sevivas Gama;  
Guar Inf GNR (2060348) Luís Filipe Mendes Varandas;  
Guard Inf GNR (2060644) Jorge Alves Batista;  
Guar Inf GNR (2060799) Bruno Filipe Borges de Araújo;  
Guar Inf GNR (2060826) Vítor Manuel Alves de Carvalho;  
Guar Inf GNR (2060998) Tomé Filipe da Silva Bernardes;  
Guar Inf GNR (2060208) António Jorge dos Santos Carvalho;  
Guar Inf GNR (2060365) Cristiano Alves Martins Pereira;  
Guar Inf GNR (2060551) Nuno Miguel Lopes e Silva;  
Guar Inf GNR (2060626) Edgar Gentil Dias de Azevedo e Sousa Machado;  
Guar Inf GNR (2060756) Jorge Manuel Machado Azevedo;  
Guar Inf GNR (2060763) Vítor Lopes dos Santos;  
Guar Inf GNR (2060778) Nuno Filipe dos Ramos Guerreiro;  
Guar Inf GNR (2060858) José António dos Santos Ferreira;  
Guar Inf GNR (2060966) José Carlos Ferreira Pinto;  
Guar Cav GNR (2060284) Pedro Miguel Moniz Barreto;  
Guar Cav GNR (2060123) Paulo Abel Garcia Teixeira.

(Por despacho de 30 de novembro de 2012)

Condecorado com a Medalha Comemorativa das Campanhas, por despacho da data que se indica, do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, após subdelegação de poderes recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o seguinte militar:

SMor AdMil Ref (51203811) José Castelo Henriques, “São Tomé e Príncipe, 1972-74”.

(Por despacho de 30 de novembro de 2012)

Condecorados com a Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais das FAP por despacho, do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Cap AdMil (05300889) João Guilherme Conde Magalhães Mateus, “Moçambique 2011-12”;  
SMor Inf (60886270) António Henriques de Chaves Saraiva, “Angola 1995-97”;  
1Sarg Tm (12101390) Paulo Jorge Patrocínio Moreira, “Angola 1995-97”;  
1Sarg Tm (10233795) Rodrigo Jose Cardoso Pinto, “Líbano 2011-12”;  
2Sarg Inf (09910901) Ricardo Bruno Marques Gonçalves, “Somália 2012”;  
2Sarg Inf (15154102) Paulo Ricardo Ferreira Torres, “Somália 2012”.

(Por despacho de 08 de novembro de 2012)

Condecorados com Nova Passadeira da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais das FAP, por despacho da data que se indica, do Major-General Director de Justiça e Disciplina, após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002 de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Cor Inf (02965384) António Martins Gomes Leitão, “Afeganistão 2012”;  
Cap Inf (03139297) Luís Ricardo Franco Pereira, “Angola 2011-12”;  
SCh Inf (09911682) Carlos Manuel Loureiro dos Santos, “Afeganistão 2011-12”;  
SAj Inf (18879386) José Carlos Lopes Osório Lima, “Afeganistão 2011-12”;  
SAj Para (11789288) André Manuel Peixoto da Silva Pena, “Afeganistão 2009-10”;  
1sarg Inf (09058199) Jorge Miguel Henrique Marques, “Somália 2012”;  
2Sarg Inf (19222602) Gonçalo Pocinho Rendeiro Cravo, “Somália 2012”;  
2Sarg Inf (08127198) Joel Paulo Batista do Nascimento, “Afeganistão 2006”;  
2Sarg Inf (08127198) Joel Paulo Batista do Nascimento, “Afeganistão 2007”.

(Por despacho de 08 de novembro de 2012)

## Louvores

Louvo o Contra-Almirante (63680) **Armando Filipe da Silva Roque** pela forma extraordinariamente competente, dedicada e esclarecida, como ao longo de cerca de dois anos exerceu o cargo de Diretor da Escola do Serviço de Saúde Militar.

Dotado de um elevado espírito de sacrifício, abnegação e extraordinária capacidade de trabalho, pautou a sua conduta pelo rigor, profundo sentido de justiça e permanente disponibilidade. A sua ação de comando centrou-se na gestão de forma extremamente criteriosa dos recursos humanos, materiais e financeiros colocados à sua disposição e na direção de modo dinâmico, sereno mas eficaz, dos destinos da Escola, respondendo sempre com pragmatismo e oportunidade às missões superiormente cometidas a este Estabelecimento de Ensino Militar.

Merecem especial destaque as ações que desenvolveu no âmbito das atividades científicas e culturais nomeadamente os Colóquios, Conferências e jornadas que tiveram lugar naquela Escola, bem como as várias reuniões ao mais alto nível, com o objetivo de debater aspetos inerentes às especificidades da Saúde Militar, a sua reestruturação e a coordenação da intervenção dos Serviços de Saúde Militares e Cíveis, contribuindo assim para o reforço da identidade de Saúde Militar.

Interpretando e cumprindo exemplarmente e com excepcional zelo as diretivas e orientações superiormente emanadas, é de enaltecer a sua invulgar capacidade de organização, apurado sentido da responsabilidade, elevado espírito de iniciativa e reconhecida aptidão técnico-profissional, traduzidas na implementação e execução de medidas conducentes à melhoria da qualidade e nível da formação e do ensino ministrado na Escola, nomeadamente na melhoria significativa das condições das salas de aulas e serviços de apoio, na reparação do edifício escolar e obra de reestruturação da cozinha e refeitório.

Pelo conjunto de excepcionais qualidades e virtudes militares e pessoais, pela prática em elevado grau das virtudes da honra e da lealdade, sobejamente evidenciados na direção da Escola do Serviço de Saúde Militar, de que resultou honra e lustre para o Exército e para o País, devem os serviços prestados pelo Contra-Almirante Silva Roque ser classificados de extraordinários, relevantes e muitos distintos.

15 de outubro de 2012. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o MGen (18224576) **António Noé Pereira Agostinho** pela forma excepcionalmente competente, entusiasta e muito eficiente como, nos últimos 2 anos e 4 meses desempenhou no âmbito do Comando da Instrução e Doutrina as funções de Diretor da Direção de Doutrina, evidenciando um elevado

espírito de bem servir, devotando a todas as tarefas uma superior dedicação e manifestando um excecional espírito de missão e um inexcedível sentido militar.

No exercício das suas funções demonstrou uma sólida formação militar e humana, elevada capacidade de organização e dinamismo, desenvolvendo uma ação de comando muito responsável e criteriosa, nomeadamente na revisão do quadro orgânico da Direção de Doutrina no âmbito do projeto de implementação da Capacidade de Lições Aprendidas, onde através de orientações esclarecidas na área da formação em conjugação com a proposta de Diretiva de Capacidade de Lições Aprendidas e a publicação doutrinária (PDE 0-32-00 Lições Aprendidas), criou as condições imprescindíveis ao levantamento desta importante capacidade.

Dotada de elevada competência profissional e de uma excelente visão prospetiva, conduziu a sua ação com base em análises cuidadas e rigorosas impulsionando a produção doutrinária, formulando propostas com grande profundidade e utilidade de que é exemplo a arquitetura doutrinária desenvolvida. Fruto da sua grande experiência, conhecimento e esclarecido capacidade de liderança, impulsionou a criação de inúmeros Grupos de Trabalho que orientou e aos quais estabeleceu objetivos temporais muito concretos, que culminaram na promulgação de um grande número de publicações.

É ainda de relevar a participação ativa e altamente prestigiante como desenvolveu a sua ação no âmbito do Comité de Peritos Militares Principais da Finabel, planeando, aconselhando e acompanhando a preparação da participação de S. Exa. o GenCEME nas reuniões do Comité de Chefes de Estado-Maior, coordenando de forma atenta e eficaz a atividade dos representantes nacionais junto dos diferentes grupos de trabalho e veiculando de forma criteriosa as posições nacionais neste fórum internacional. Oficial dinâmico, com grande espírito de iniciativa e de abnegação, desempenhou a sua função de perito militar principal de forma brilhante e muito responsável, recolhendo elevado reconhecimento por parte dos seus pares.

Militar possuidor de forte personalidade, integridade de carácter, disciplinado, praticando as virtudes da camaradagem, evidenciou em todos os seus atos extrema correção, assumindo-se naturalmente como mobilizador de vontades e patenteando sempre total disponibilidade e grande competência para assumir mais exigentes e elevadas funções.

Oficial de grande frontalidade, humano, firme e coerente nos seus atos, possuidor de exemplar espírito de sacrifício e de obediência, praticando nas diferentes circunstâncias e em elevado grau as virtudes da lealdade e da honra, é o Major-General Agostinho credor da estima e admiração de todos que consigo lidam, merecendo ser destacado e apontado como exempto a seguir e que os brilhantes serviços por si prestados sejam considerados relevantes, extraordinários e distintos, deles resultando honra e lustre para o Exército e para o País.

13 de agosto de 2012. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o MGen (09859176) **Henrique Augusto Fernandes de Melo Gomes**, Diretor de Administração de Recursos Humanos, Comando do Pessoal do Exército, porque ao longo do último ano, em que exerceu este exigente cargo, o fez com elevado nível de competência, de abnegação e dedicação, evidenciando em todas as circunstâncias, um conhecimento profundo e sustentado de todas as matérias relacionadas com a administração de recursos humanos do Exército.

Distinto Oficial, inteligente e com irrepreensível capacidade de trabalho, sempre soube encontrar as melhores soluções para as dificuldades que se colocavam ao Exército, na área dos recursos humanos, administrando esse bem escasso e decisivo com saber, humanidade e perspetiva de futuro, nunca perdendo de vista o superior interesse da Instituição, mas sempre envidando esforços, quando isso era possível, na sua conciliação com as necessidades de quem a serve, seja pessoal militar ou civil.

Oficial-General muito dinâmico, dotado de forte determinação e com permanente disponibilidade para o serviço, revelou grande capacidade de liderança, entusiasmo e motivação na concretização de projetos e ideias, no âmbito das áreas à sua responsabilidade. Neste particular, é de destacar a produção do “MAD 020-01, Manual de Procedimentos de Gestão de Recursos Humanos do Exército Português”, com a ambição de se obter e garantir a uniformização de conceitos, orientações e práticas ao nível do

Exército, demonstrativo da elevada competência profissional e da capacidade de congregar esforços de motivação dos seus subordinados.

Num período de profundos ajustamentos e alterações, geradora de contínuos e imprevisíveis desafios e que suscitam dificuldades acrescidas no apoio à decisão em matérias de gestão e administração de pessoal militar, o Major-General Melo Gomes, confirmou de um modo incontestável as suas qualidades militares, profissionais e humanas, a par de um sentido ético e de justiça irrepreensíveis, que contribuíram para que se tornasse num irrepreensível e inestimável colaborador do Tenente-General Ajudante-General do Exército.

Tendo sido atribuída ao Comando do Pessoal a tarefa de superintender as despesas com pessoal para o ano de 2012, bem como a subsequente elaboração de uma proposta de ajustamento orçamental no mesmo âmbito, competiu-lhe orientar e coordenar todas as atividades necessárias à realização das inovadoras tarefas daí decorrentes, que culminaram em propostas consolidadas e bem fundamentadas, superiormente reconhecidas, graças à sua ação norteada por uma forte capacidade de liderança, determinação e uma assinalável capacidade de análise das situações, permitindo aumentar o controlo da execução orçamental.

Tendo sido nomeado Presidente da Comissão de Acompanhamento do Módulo de Recursos Humanos do Sistema Integrado de Gestão da Defesa, sempre pugnou por conferir a importância que esse projeto merecia, incrementando-lhe uma dinâmica na sua concretização que tem sido generalizadamente reconhecida, por todos quantos nele estão envolvidos, como determinante e fulcral, o que corrobora a sua capacidade de visão e de identificação do que é importante para, de acordo com as diretivas superiores, se contribuir para um Exército de eleição e de excelência.

Pelas relevantes qualidades pessoais e virtudes militares evidenciadas, das quais se destacam os elevados dotes de carácter, a lealdade, o espírito de sacrifício, de obediência e a sã camaradagem, o Major-General Melo Gomes confirmou possuir competências para ocupar cargos da maior relevância e responsabilidade, devendo os serviços por si prestados, serem considerados extraordinários, relevantes, distintos e de muito elevado mérito, tendo os mesmos contribuído significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Direção de Administração de Recursos Humanos do Comando do Pessoal, daí resultando honra e lustre para o Exército.

19 de outubro de 2012. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo, o MGen (10110879) **Frederico José Rovisco Duarte**, pela forma altamente honrosa, extraordinariamente competente e eficaz com que desempenhou, ao longo de cerca de um ano, as funções de Chefe do Gabinete do General Chefe do Estado-Maior do Exército, tendo demonstrado em todas as situações, lealdade, grande entusiasmo, elevada capacidade de liderança, excecionais qualidades morais e virtudes militares.

Oficial General dotado de uma enorme capacidade de trabalho, incedível dedicação e elevada craveira intelectual, em todas as ocasiões, perante os diversos desafios que continuamente se colocam ao Gabinete, demonstrou sempre grande lucidez, sólidos conhecimentos doutrinários, uma excecional capacidade de análise e de síntese, conduzindo à apresentação de propostas e soluções adequadas, com grande oportunidade e solidamente fundamentadas, tendo sempre presente a visão, as diretivas e as orientações do Comandante do Exército.

Das inúmeras e multifacetadas tarefas inerentes às suas funções de Chefe do Gabinete do General Chefe do Estado-Maior do Exército, o Major-General Rovisco Duarte incutiu permanentemente uma dinâmica e um desempenho singular e incedível, resultantes da sua elevada vontade de bem servir, sendo de enaltecer a orientação, coordenação e supervisão da equipa multidisciplinar que integra o Gabinete, na participação, organização, colaboração e coordenação de inúmeras atividades com grande relevância para o Exército, de que se destacam as Visitas de Altos Dignatários, as Reuniões de Comando e do Conselho Superior do Exército, as Cerimónias Comemorativas do Dia do Exército e do Dia de Portugal, de Camões

e das Comunidades Portuguesas, as Reuniões dos Estados-Maiores Peninsulares, e as jornadas de trabalho entre os Chefes de Estado-Maior do Exército de Espanha e Portugal.

Revelando grande talento para as relações interpessoais, destacando-se pelos extraordinários dotes intelectuais, tem garantido sempre uma excecional ligação institucional com os seus homólogos, quer das Forças Armadas e da Defesa, quer com outras instituições com as quais o Exército mantém relações de trabalho, sendo alvo de elevado reconhecimento e consideração pelos seus pares, contribuindo para a melhoria da imagem do Exército.

Da sua elevada capacidade de trabalho e autoconfiança, conduta irrepreensível, aliada a um sentido de exigência e rigor notáveis, conduziram de uma forma decisiva ao desenvolvimento de estudos céleres de complexas questões que se colocam diariamente ao Gabinete do General Chefe do Estado-Maior do Exército, sendo de realçar a sua intervenção nas áreas relativas ao ensino, à saúde militar, à reavaliação da estrutura superior do Exército e do conceito estratégico militar, ao apoio social à família militar e ao sistema de recrutamento do Exército.

No âmbito da gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros, colocados a disposição do Gabinete, destaca-se o seu empenho pessoal na dinamização do Jornal do Exército, órgão de informação, cultura e recreio do Exército Português, bem como na remodelação do espaço da antiga biblioteca do Exército, na implementação de um Sistema de Gestão Documental, para além da melhoria do parque informático e tecnológico, permitindo desenvolver e aplicar novos procedimentos e fluxos de informação interna, resultando numa permanente, eficaz e eficiente disponibilização da informação, relevante para a tomada de decisão pelo Comandante do Exército.

Pautando a sua conduta, em todas as circunstâncias, pelos ditames da honra, por um desempenho de excelência, por uma atitude de permanente disponibilidade e por reconhecidos méritos cívicos e virtudes militares, contribuiu para a defesa ativa e permanente dos interesses Nacionais, das Forças Armadas em geral, e do Exército em particular, o que naturalmente o dignifica como Militar e o credita como um valiosíssimo colaborador do Comandante do Exército.

Por tudo o que precede, é muito grato ao Chefe do Estado-Maior do Exército reconhecer o extraordinário desempenho e as relevantes qualidades pessoais e profissionais do Major-General Rovisco Duarte, no exercício das funções de Chefe do Gabinete, serviços que reputo de muito relevantes, extraordinários e distintíssimos, dos quais resultaram honra e lustre para o Exército, para as Forças Armadas e para Portugal.

05 de novembro de 2012. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o MGen (02007474) **Luís Jorge Almeida Duarte** pela forma extremamente devotada e muito eficiente como serviu o Exército e o País durante cerca de trinta anos de serviço efetivo, revelando notável competência técnica e profissional, afirmando plenamente as suas qualidades cívicas, morais e militares ao longo de uma brilhante carreira de elevada dedicação ao Exército e à Instituição Militar.

Como oficial subalterno e capitão, consolidou a sua formação em Portugal e no estrangeiro, o que lhe permitiu uma sólida preparação médica, teórica e prática, evidenciada ao longo da sua distinta carreira médica como especialista em radiologia, tendo ao longo da mesma demonstrado muito empenho pelo serviço, excelentes qualidades de carácter, a par de um excelente humanismo, de que resultou sempre um ótimo relacionamento com os doentes, constituindo-se como um exemplo para os seus pares.

Foi a sua colocação no Hospital Militar Principal, onde entre 1985 e 1998 desempenhou o cargo de Chefe do Serviço de Radiologia, que lhe permitiu evidenciar as suas características como médico militar e promissor oficial do Exército. Fruto da sua elevada capacidade de trabalho, organização e de gestão, a par de grande espírito de missão, contribuindo de forma decisiva para a solução dos complexos problemas de pessoal, demonstrando permanentemente a sua excecional competência que caracterizou todo o seu desempenho. Foi sobretudo devido ao seu empenho que o Serviço de Radiologia foi dotado de moderno equipamento, as suas instalações foram remodeladas e se verificou uma notável melhoria das suas capacidades de resposta.

Colocado em 1998 como Diretor do Serviço de Saúde da então Região Militar Sul, desempenhou durante quase três anos de forma excecional e exemplar aquelas funções, tendo imprimido e mantido uma dinâmica e espírito de iniciativa notáveis, com reflexo para um elevado número de obras de beneficiação e de remodelação bem como de reequipamento médico e hospitalar. A sua ação inovadora fez-se ainda sentir de forma decisiva na criação de cinco valências clínicas e na reativação de outras três. Registe-se também a montagem de um serviço de ecografia/RX e a instalação de um sistema de videoconferência na sala de juntas hospitalares de inspeção.

Não menos importante durante a sua presença em Évora foi o conjunto de iniciativas e apoios no âmbito da cooperação civil-militar como a organização das I Jornadas de Medicina Dentaria Militar, bem como a realização do 1.º Curso de Suporte Básico de Vida para Médicos Dentistas, iniciativas que em muito prestigiaram de forma inequívoca o Centro de Saúde. No âmbito do apoio operacional promoveu o rastreio estomatológico e subsequente acompanhamento clínico de militares, e foi o responsável pela preparação sanitária do efetivo do Agrupamento Conjunto ALFA, com destino à Bósnia-Herzegovina.

Colocado de novo no Hospital Militar Principal, desempenhou de forma excecional e exemplar a função de Chefe do Serviço de Imagiologia, voltando a demonstrar, a par de inequívocas qualidades profissionais um notável conjunto de atributos de chefia que lhe permitiram coordenar e rentabilizar os complexos recursos humanos do Serviço, com elevados níveis de produtividade e com um desempenho técnico do mais alto nível, amplamente reconhecido pelo restante corpo clínico do HMP. Extremamente dedicado ao serviço, manifestou sempre uma total disponibilidade e um elevado sentido de sacrifício e de abnegação, demonstrou sempre uma grande preocupação com a qualidade e prontidão do apoio prestado ao Serviço de Urgência. De enaltecer o seu permanente interesse pela evolução técnica da Imagiologia, propondo a transição para a digitalização da imagem, bem como a implementação de técnicas de telemedicina, a par da manutenção da melhor operacionalidade de todos os equipamentos à sua responsabilidade.

Após uma breve passagem pelo Centro de Classificação e Seleção de Lisboa foi chamado a desempenhar as funções de Coordenador do Departamento de Meios Auxiliares de Diagnóstico e Terapêutica. Nestas funções, e já com o posto de Coronel, evidenciou igualmente muita dedicação e muito senso na abordagem de todos os aspetos relacionados com aqueles serviços, contribuindo decisivamente para a coordenação e eficácia dos mesmos. Ainda como Coronel desempenhou as funções de Subdiretor do Hospital Militar Principal desenvolvendo uma intensa e proficiente atividade inerente às competências de Subdiretor, onde ressaltam a isenção, a eficácia e o excecional sentido das responsabilidades, nomeadamente no controlo dos processos das Juntas de Inspeção Hospitalar. Salienta-se ainda um comportamento sempre consentâneo com a ética e a deontologia médica e castrense, assente numa inquestionável lealdade, clareza de atitudes, honestidade de procedimentos e singular exemplo de dedicação à Instituição Militar, contribuindo também de forma muito significativa para elevar o nível das condições físicas e psíquicas dos recursos humanos do Hospital, facto que teve reflexos muito positivos no fundamental e permanente bem-estar dos doentes, acarretando assim prestígio para o HMP e para o Exército.

Promovido a Major-General, assumiu a importante função de Diretor do Hospital Militar Principal, onde foi notória a sua capacidade de organização, perfeita distinção dos aspetos essenciais e fatores decisivos que, aliados às suas naturais qualidades e a um profundo conhecimento do Hospital, lhe permitiram enfrentar as difíceis e problemáticas situações que se lhe colocaram, de forma serena mas firme, procurando sempre as soluções mais adequadas a cada situação. Complementarmente, continuou a manter, uma total disponibilidade para, no âmbito da sua especialidade, como médico militar, reiterar a sua excecional competência técnico-profissional em prol da melhoria do estado de saúde de todos os seus pacientes militares e da família militar, em geral.

Com destacado espírito de missão, reconhecida capacidade e singular determinação, garantiu um acréscimo da qualidade dos serviços prestados a par da obtenção de índices apreciáveis de produtividade do HMP. Neste sentido, releva-se a implementação de princípios e procedimentos inovadores e de grande eficácia, com a conseqüente tradução nas significativas melhorias no âmbito da resposta aos sensíveis

problemas relacionados com a assistência médica aos militares e respetivas famílias, bem como aos deficientes das Forças Armadas, realidade, essa, bem evidente, na qualidade e prontidão do apoio prestado, pelo HMP, ao seu largo universo de utentes. Da sua ação de comando salientam-se ainda a realização de importantes benfeitorias no parque infraestrutural do Hospital, com o objetivo de melhorar o acolhimento dos utentes, e proporcionar as mais adequadas condições de trabalho aos profissionais que nele servem, conseguindo ainda assegurar, em simultâneo, uma resposta pronta e ajustada às solicitações no âmbito da medicina operacional. De relevar, ainda, o destacado empenhamento, que colocou no âmbito do processo da reestruturação da saúde militar, através da sua reconhecida experiência hospitalar cujo contributo foi importante para o desenvolvimento do futuro modelo de saúde militar das Forças Armadas.

No momento em que o Major-General Luís Jorge Almeida Duarte transita para a situação de reserva, é de inteira justiça realçar publicamente as suas notáveis qualidades humanas e virtudes militares, patenteadas no decurso da sua extensa e brilhante carreira, enaltecer o perfil de um oficial distinto e culto, que merece ser distinguido como homem e militar, pelo que é com todo o apreço que classifico os serviços por si prestados como extraordinários, relevantes e distintíssimos, dos quais resultaram honra e lustre para o Hospital Militar da Estrela, para o Exército e para o País.

16 de novembro de 2012. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o Cor Inf (01363084) **Jorge Manuel Barreiro Saramago**, pela forma altamente competente, empenhada e esclarecida como desempenhou as funções de assessor do meu Gabinete no âmbito das relações externas de defesa, no período compreendido entre 1 de setembro de 2011 e 9 de julho de 2012.

Oficial possuidor de uma sólida cultura geral e militar, o coronel Jorge Saramago executou com elevada clarividência, rigor e qualidade as funções que lhe foram cometidas, manifestando permanentemente relevantes dotes de caráter e exemplar sentido do dever e de serviço.

Nos assuntos relacionados com a participação nacional em missões no exterior, atuou sempre com excepcional zelo e dedicação, evidenciando claramente invulgares capacidades de organização e método. Destaca-se igualmente o acompanhamento cuidado e rigoroso no âmbito das questões relativas ao funcionamento do Comité de Acompanhamento das Novas Estruturas de Comando da NATO e a respetiva instalação em Portugal da STRIKFORNATO e, futuramente, da NATO Communications and Information Systems School.

Durante este período, o coronel Jorge Saramago contribuiu igualmente, na sua área, para a preparação das participações do Ministro da Defesa Nacional nas audições da Comissão de Defesa da Assembleia da República, nas reuniões do Conselho Superior de Defesa Nacional, Conselho de Ministros e Conselho Superior Militar e ainda na preparação da documentação de apoio aos encontros e reuniões a nível internacional.

Em todas as atividades desenvolvidas pelo coronel Jorge Saramago, merece particular referência a sua capacidade de antecipar com muita assertividade, fruto da sua enorme visão e sublime competência profissional, possíveis problemas e constrangimentos, propondo, com eminente sentido de oportunidade, soluções adequadas e eficazes.

A este conjunto de atributos, o coronel Jorge Saramago associou ainda uma irrepreensível integridade, cultivando em elevado grau as virtudes da honra e da honestidade e desenvolvendo toda a sua conduta na escrupulosa obediência dos preceitos ético-deontológicos da instituição a que pertence, propiciando em permanência uma relação de trabalho franca e genuína, com reflexos muito significativos na produtividade alcançada.

Pelas razões expostas, é muito grato ao Ministro da Defesa Nacional reconhecer publicamente o expressivo desempenho do coronel Jorge Saramago que com elevada competência a técnico-profissional e relevantes qualidades pessoais contribuiu significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Ministério da Defesa Nacional.

26 de novembro de 2012. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

Louvo o Cor AdMil (05951376) **Nuno Álvaro Pacheco Arruda** pelo modo competente, eficiente e dedicado como exerceu as diversas funções que lhe foram atribuídas ao longo da sua carreira de 38 anos de serviço efetivo.

Após ter concluído o Curso da Academia Militar e ter ingressado no Serviço de Administração Militar, frequentou com aproveitamento o Curso de Educação Física Militar no CMFED e foi colocado na Academia Militar como instrutor de Educação Física, concorrendo para a preparação física e militar dos cadetes-alunos.

Em 1982 foi colocado na Direção da Arma de Transmissões como Chefe da Contabilidade, sendo responsável pela área das finanças e pela gestão orçamental, e em 1984, já como Capitão, foi colocado na Manutenção Militar até 1990, onde se distinguiu como Chefe da Secção de Aprovisionamento e Chefe da Divisão de Tratamento de Dados dos Serviços de Organização e Informática, pela sua grande capacidade de organização, elevado espírito de missão e de iniciativa a que aliou qualidades de abnegação, obediência e de sacrifício exemplares.

Ainda durante o ano de 1990 e parte de 1991, desempenhou funções como perito na DSPJM, sendo que em 1992 foi colocado no Centro de Finanças da Região Militar Sul, onde, como Chefe das Secções de Contabilidade e Verificação de Contas, era responsável pela gestão e controlo orçamental das unidades e organismos dependentes do Centro, bem como de um exaustivo trabalho de execução e de apoio à decisão, demonstrando elevada competência profissional e disponibilidade permanente, atingindo elevado grau de eficácia em ambas as funções.

Seguiu-se a colocação na Direção de Finanças de 1994 a 2002, período durante o qual foi promovido a Tenente-Coronel em 1996. Como Chefe da Repartição de Auditoria passando a Chefe da Repartição de Gestão Financeira e Contabilidade, evidenciou-se pela sua excelente capacidade de gestão, coragem moral, equilíbrio e rigor dos seus conhecimentos e decisões, contribuindo significativamente para que se tenham atingido os objetivos propostos no âmbito da administração financeira do Exército.

No período compreendido entre 2002 e 2005 exerceu funções no Comando da Logística, inicialmente como Subchefe do Centro de Finanças da Logística, coordenando de forma sublime as atividades de auditoria de âmbito financeira às diversas Unidades e Órgãos apoiados pelo Centro, e onde demonstrou de novo elevadas capacidades de planeamento, de organização e espírito de liderança, evidenciando sólida formação militar, temperamento frontal e grande capacidade de decisão. Já como Coronel desempenhou as funções de Chefe da Secção de Contas e Adjunto do TGen QMG para os Estabelecimentos Fabris do Exército, com notável ponderação, confirmando as suas excelentes qualificações técnicas e qualidades pessoais e conduzindo os processos de execução marcados pela eficácia, eficiência e rigor no controlo.

Escolhido para Subdiretor da Direção de Finanças, reiterou a sua competência profissional e sólida formação ética e bom senso, o que permitiu potenciar os recursos à sua disposição por forma a que fossem plenamente atingidos os objetivos superiormente definidos.

Por último, concorreu e entrou para um cargo superior na Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI), cargo que exerceu com a dedicação e competência que foram apanágio de toda a sua vida militar, dignificando e prestigiando o Exército que tão devotadamente serviu.

No momento em que, por atingir o limite de idade, o Coronel Arruda passa à situação de reserva é justo realçar as suas excecionais qualidades e virtudes militares, pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, extraordinário sentido da disciplina, lealdade e, pela frontalidade e sentido da responsabilidade demonstrados nas mais variadas situações, é o Coronel Arruda merecedor de ver os serviços por si prestados, dos quais resultou honra e lustre para o Serviço de Administração Militar e do Exército, serem publicamente reconhecidos e considerados como extraordinários e relevantes e de muito e elevado mérito.

22 de outubro de 2012. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.



Louvo o Cor Tir Art (17906180) **Ulisses Joaquim de Carvalho Nunes de Oliveira** pela forma altamente honrosa, e eficiente e pelas excepcionais qualidades e virtudes militares e dotes de carácter que desde sempre patenteou no cumprimento das tarefas que lhe foram confiadas no desempenho, durante um ano, das funções de Chefe da Divisão de Recursos do Estado-Maior do Exército, e nos dois anos subsequentes as de Adjunto e posteriormente de Chefe de Gabinete do TGen QMG, em acumulação com as de Chefe do Grupo de Projeto e HOD Nacional do Projeto NH90.

Oficial com elevada aptidão para bem servir nas diferentes circunstâncias revelou, enquanto Chefe da Divisão de Recursos do EME, evidente competência técnico-profissional e sólidos conhecimentos doutrinários e técnicos no planeamento e coordenação dos estudos efetuados pela sua Divisão, dos quais se destacam, pela sua importância para o Exército em particular e para as Forças Armadas em geral: na dinamização, planeamento e apresentação de propostas para a melhoria do Plano de Atividades do Exército tendo em vista a constituição de uma base sólida para o planeamento por atividades; a coordenação dos trabalhos do EME referentes as carreiras dos militares em especial a dos Sargentos e dos Praças, bem como do sistemas de formação associados; a orientação para o estabelecimento de um sistema de avaliação da vida útil dos equipamentos orgânicos principais ao serviço no Exército; a participação esclarecida, sensata e dinâmica em vários grupos de trabalho no âmbito do MDN, inter-ramos e EMGFA, como representante do Exército, nomeadamente os relativos as carreiras e ao Sistema Retributivo tendo sempre e em todas as circunstâncias sido salvaguardados os interesses das Forças Armadas em geral e do Exército em particular.

Foi como Diretor de Projeto e representante nacional na NAHEMA (HOD) do projeto Helicópteros NH90, em acumulação de funções com as de Adjunto e posteriormente Chefe de Gabinete do Tenente-General QMG, que a ação do Cor Tir Ulisses Oliveira se revelou mais decisiva e importante para a salvaguarda dos interesses nacionais em geral e do Exército em particular. Dominando de forma muito completa e minuciosa todos os complexos processos do projeto NH90, foi um coordenador eficiente e eficaz de toda a equipa técnica do projeto, e um precioso apoio do Comando do Exército, tendo elaborado inúmeros estudos e propostas de solução exequíveis para os vários problemas que se iam configurando, sempre com clareza e sustentação, alertando com lealdade e frontalidade a cadeia hierárquica para as questões mais prementes e para as consequências futuras da falta ou adiamento de decisões que ao nível mais elevado se requeriam. Foi também o impulsionador do programa de manutenção das qualificações dos pilotos e mecânicos que se encontravam sem missão, tendo contribuído para o moral e bem-estar de todo um conjunto de recursos humanos qualificados no âmbito da Unidade de Aviação do Exército.

Em toda a sua ação, onde sempre se destacou o seu saber, determinação e capacidade de iniciativa, demonstrou qualidades de abnegação e espírito de sacrifício exemplares, esclarecido e excecional zelo e empenhamento no cumprimento das missões que lhe foram confiadas, uma excelente cultura geral e militar, uma destacável capacidade de liderança e um excelente espírito de iniciativa, equilibrado por um permanente sentido do dever e espírito de obediência e disciplina a par de um elevado bom senso. Contribuiu desta forma para a defesa enérgica e permanente dos interesses Nacionais e das Forças Armadas, em geral e do Exército em particular, e do seu exemplo e competência profissional resultou honra, prestígio e lustre para o Exército, para as Forças Armadas e para o País, em geral.

Honesto, frontal, praticando em elevado grau a virtude da lealdade o Cor Tir Ulisses Oliveira, pautou todos os seus atos pelos ditames da honra e mostrou-se, em todas as ações de que foi responsável, sempre digno de ocupar postos de maior risco e responsabilidade, pela afirmação constante de elevados dotes de carácter e reconhecida coragem moral, sendo desta forma respeitado por todos os que com ele serviram, merecendo assim ser destacado e apontado como exemplo a seguir e os serviços por si prestados serem considerados muito relevantes, extraordinários e de elevada mérito.

19 de novembro de 2012. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o Cor Tir Inf (02858881) **José Manuel Cardoso Lourenço**, pela forma altamente honrosa, e excecionalmente eficiente com que desempenhou durante mais de um ano as funções de Chefe da Divisão de Recursos do Estado-Maior do Exército, e pelas excecionais qualidades e virtudes militares e dotes de carácter que desde sempre patenteou no cumprimento das tarefas que lhe foram confiadas.

Oficial de elevada craveira intelectual e aptidão para bem servir nas diferentes circunstâncias, revelou evidente competência técnico-profissional e sólidos conhecimentos doutrinários e técnicos no planeamento e coordenação dos estudos efetuados pela sua Divisão. Destacam-se pela sua importância para o Exército em particular e para as Forças Armadas em geral: a dinamização, planeamento e apresentação de propostas para a melhoria do Plano de Atividades do Exército tendo em vista a constituição de uma base sólida para o planeamento por atividades bem como para a definição das linhas gerais e detalhes das propostas de orçamento do Exército, tendo daqui resultado uma clarificação para a determinação de prioridades e para a capacidade de controlo trimestral que entretanto se implementou; a coordenação dos trabalhos do EME referentes às carreiras dos militares, em especial a dos Sargentos e dos Praças, bem como do sistema de formação; a definição dos efetivos estruturantes do Exército, em especial no momento de transição que se vive, com a projeção das implicações que as sucessivas reduções terão sobre o fluxo de carreiras e promoções; a elaboração dos planos de promoções anuais e de ingressos no QP e incorporações nos regimes RV/RC; a colaboração sensata nos estudos de revisão do quadro legal da estrutura superior da defesa nacional em especial do Exército, nomeadamente na coordenação dos trabalhos de definição do âmbito, missão e orgânica da Escola Prática das Armas e a sua integração no Sistema de Formação do Exército, estudo com resultados claros e precisos; a participação esclarecida, sensata e dinâmica em vários grupos de trabalho no âmbito do MDN e EMGFA, como representante do Exército, nomeadamente os relativos ao Sistema Retributivo, de suplementos e subsídios, das carreiras, definição dos efetivos autorizados e planos de promoções, tendo sempre e em todas as circunstâncias sido salvaguardados os interesses das Forças Armadas em geral e do Exército em particular.

Em toda a sua ação, demonstrou qualidades de abnegação e espírito de sacrifício exemplares, esclarecido zelo e empenhamento no cumprimento das missões que lhe foram confiadas, uma excelente cultura geral e militar, uma destacável capacidade de liderança e um excelente espírito de iniciativa, equilibrado por um permanente sentido do dever e espírito de obediência e disciplina a par de um elevado bom senso. Contribuiu com o seu saber, determinação e capacidade de iniciativa para a defesa enérgica e permanente dos interesses Nacionais e das Forças Armadas, em geral e do Exército em particular, e do seu exemplo e competência profissional resultou honra, prestígio e lustre para o Exército, e para as Forças Armadas.

Honesto, frontal, praticando em elevado grau a virtude da lealdade o Cor Tir Lourenço, pautou todos os seus atos pelos ditames da honra e mostrou-se, em todas as ações de que foi responsável, sempre digno de ocupar postos de maior risco e responsabilidade, pela afirmação constante de elevados dotes de carácter e reconhecida coragem moral, sendo desta forma respeitado por todos os que com ele serviram, merecendo assim ser destacado e apontado como exemplo a seguir e os serviços por si prestados serem considerados muito relevantes extraordinários e de elevado mérito.

19 de novembro de 2012. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o Cor Inf (07622981) **Jorge Manuel da Costa Ramos**, pela forma extremamente competente, dedicada e altamente responsável, como ao longo de cerca de dois anos, desempenhou as funções de Comandante da Unidade de Apoio Amadora/Sintra (UnApAMAS).

Durante este período de tempo desenvolveu uma ação esclarecida e destacadamente meritória, numa manifestação de disponibilidade e devoção ao serviço, aliada a uma elevada competência profissional e abnegação, patenteada na dinamização e implementação, na UnApAMAS, do conceito de Apoio de Serviços de Área, envolvendo o alargamento a vinte e duas U/E/O/ da região de Lisboa, em três tarefas logísticas principais: serviços, infraestruturas e manutenção.

Perante a inerente complexidade da implementação dos apoios, optou por uma adequada avaliação sectorial, em que, só as suas excepcionais e extraordinárias qualidades e virtudes militares permitiram a realização da manutenção de viaturas auto administrativas, num acréscimo de cerca de 400%, bem como, executar um acréscimo de cerca de 50% nos serviços de lavandaria. Merece ainda destaque, no domínio da alimentação, a eficiente colaboração em parceria com a Manutenção Militar, que realiza a confeção, de forma centralizada nas instalações da UnApAMAS, contribuindo deste modo, para o fornecimento de cerca de 2 000 refeições diárias a quatro U/E/O da área de Lisboa

Não obstante as limitações a que este conceito foi sendo submetido, foi devido à judiciosa gestão de todos os meios, ao excecional zelo e aos elevados dotes de carácter do Coronel Costa Ramos que se cumpriram os exigentes objetivos determinados, perspetivando, com o seu modelo de organização e judiciosa gestão, capacidade de crescimento com um mínimo acréscimo de recursos.

Decorrente da capacidade, empenhamento, espírito de obediência e apurado sentido do dever que caracterizaram a sua intervenção, o Coronel Costa Ramos assumiu-se como um Oficial que cultivava, em elevado grau, a virtude da fealdade, contribuindo a sua ação de modo significativo para o cumprimento da missão.

Neste sentido, os serviços por si prestados, de que resultaram honra e lustre para o Exército, merecem ser objeto de público louvor, e considerados como extraordinários, muito relevantes e distintos.

19 de outubro de 2012. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o Cor Cav (11826781) **João Henrique Cordeiro de Jesus Neves**, pela forma extremamente competente, dedicada e altamente responsável, como ao longo dos últimos dois anos, desempenhou as funções de Joint Executive Committee (JEC) da NATO Helicopter Management Agency (NAHEMA).

Durante este período de tempo, caracterizado pelas constantes modificações no programa NH90, quer resultante de alterações impostas pela tutela, relativamente à evolução do programa, quer das nomeações sucessivas do Head of Delegation (HoD), tem desenvolvido uma ação esclarecida, notável e destacadamente meritória, numa manifestação de integral dedicação, disponibilidade e devoção ao serviço, aliada a uma elevada competência profissional e abnegação, consubstanciado no apoio, coordenação e bom senso sereno, de todo este difícil programa.

Após receber um novo HoD em Janeiro de 2011, foi confrontado com o exigente JEC de Fevereiro desse ano, com o intuito de conseguir manter Portugal no programa e simultaneamente cumprir o despacho do Ex.º MDN, de só admitir despesa de contratação de Engineering Change Proposal (ECP) de metade do necessário. Nesta situação, só as suas excepcionais qualidades e virtudes militares, permitiram que a NAHEMA e um País Aliado aceitassem suportar o montante em falta, que nos seriam atribuíveis e mesmo assim, impedir o nosso afastamento do programa.

Posteriormente propôs a recomposição do GGPH-NH90, elencando todos os militares com habilitações e competências no âmbito aeronáutico, de modo a ultrapassar a difícil situação que se prolongava há vários meses, de cada elemento possuir múltiplas e complexas tarefas, que retiravam capacidade de resposta eficaz e tecnicamente avaliada perante a NAHEMA.

Ainda no âmbito do programa é de salientar a sua constante preocupação na minimização de custos, evidente no adiamento do In-House Support (HIPS), na judiciosa gestão dos Interactive Electronic Publications (IETP) ou na análise dos contratos de manutenção passíveis de melhor se adequarem à realidade Portuguesa.

Não obstante as limitações de diversa ordem a que o programa foi sendo submetido, foi devido à judiciosa gestão de todos os meios e ao excecional zelo que a Cor Neves incorporou, que foi possível contribuir decisivamente para que a esperança da aviação do Exército perdurasse e que continue a ser um dos objetivos do Ramo.

Decorrente da capacidade, empenhamento e inteligência que caracterizaram a sua intervenção, bem como pela afirmação constante dos seus elevados dotes de carácter, o Coronel Jesus Neves assumiu-se como um Oficial dotado de excepcionais qualidades e virtudes militares, de onde sobressaem um destacado espírito de obediência e apurado sentido do dever, cultivando, em elevado grau, a virtude da lealdade, contribuindo a sua ação de modo significativo para o cumprimento da missão.

Neste sentido, os serviços por si prestados, de que resultaram honra e lustre para o Exército, merecem ser objeto de público louvor, e considerados como extraordinários, muito relevantes e distintos.

25 de outubro de 2012. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o Cor Inf (06979783) **Carlos Manuel Alves Batalha da Silva**, pelas excecionais qualidades e virtudes militares demonstradas nas diversas funções que lhe foram cometidas, nos dois últimos anos, na Academia Militar.

Como Chefe do Departamento de Ciências e Tecnologias Militares da Academia Militar e responsável pela coordenação das atividades de ensino relacionadas com a área das Ciências Militares, denotou, em permanência, elevada aptidão técnico-profissional e espírito de bem servir, concorrendo com a sua ação esclarecida, mas sobretudo com a nobreza de carácter e o alto sentido do dever, para a superior formação dos futuros oficiais do Exército e da GNR. Ainda no âmbito destas funções, foi sempre diligente no apoio aos seus professores e na procura das melhores soluções, o que se traduziu na apresentação de frequentes e oportunos pareceres, propostas e informações, designadamente de alteração dos planos de cursos e da estrutura horária do plano de trabalhos escolares. De destacar ainda a ação desenvolvida enquanto Chefe do Grupo de Planeamento e Diretor dos Exercícios “LEÃO 2011” e “LEÃO 2012”, inseridos nos Exercícios Finais da Academia Militar, altura em que envolveu, de modo particularmente eficiente e eficaz, todos os atores, tendo cultivado em elevado grau a virtude da lealdade e demonstrado extrema dedicação e esclarecido e excecional zelo.

O Coronel Batalha da Silva fez ainda parte da comissão de organização do Seminário “Timor-Leste: contributo de Portugal para a construção do Estado”, das Jornadas Académicas “O Exército nas Crises Nacionais”, no âmbito das comemorações do Dia do Exército de 2011, do ciclo de conferências sobre “O 11 de Setembro de 2001, do “Workshop sobre Informações” e do Colóquio “Marquês Sá da Bandeira e a sua época”, tendo ficado patente, nos encómios recebidos pelas mais altas entidades, bem como nos resultados alcançados, a Sua elevada capacidade de liderança, planeamento e organização, espírito de iniciativa e facilidade de relacionamento, que o atestam como um Oficial que muito prestigia a Academia Militar e o Exército.

O Coronel Batalha da Silva desempenhou ainda as funções de Professor Regente da Unidade Curricular M 131 - Tática Geral e Operações Militares I e de Diretor dos Cursos de Infantaria (durante a fase de apresentação dos Trabalhos de Investigação Aplicada dos Aspirantes Tirocinantes), onde demonstrou qualidades pedagógicas, elevado sentido do dever e especial aptidão para bem servir nas diferentes circunstâncias.

Pelo notável conjunto de qualidades pessoais e virtudes militares evidenciadas, de que se destacam os elevados dotes de carácter, a lealdade, a abnegação, o espírito de sacrifício e de obediência e a elevada competência profissional, que o capacitam para ocupar postos da maior responsabilidade e risco, é justo reconhecer que os serviços prestados pelo Coronel Batalha da Silva contribuíram muito significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Academia Militar e do Exército Português, de que resultaram honra e lustre para as Forças Armadas, pelo que estes devem ser considerados como extraordinários, relevantes e distintos.

22 de outubro de 2012. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o Cor Tm (15792983) **Francisco José Carneiro Bento Soares** pelas excecionais qualidades e virtudes militares e muito elevado desempenho evidenciados durante os dois últimos anos, no exercício da função de Comandante do Regimento de Transmissões (RT).

A ação de comando do Coronel Bento Soares, num Regimento impar do Exército, com área de atividade correspondente a todo o Território Nacional, suplantou a missão atribuída, caracterizando-se por uma esforçada conservação das instalações e infraestruturas regimentais, pelo garante das diversificadas atividades de manutenção, sustentação e desenvolvimento do Sistema de Informação e

Comunicações - Operacional (SIC-Op), pelo incremento da respetiva segurança da informação (INFOSEC) e pela importante participação na consolidação da capacidade de ciberdefesa do Exército.

Para a conservação e desenvolvimento das instalações regimentais, num contexto de fortes limitações orçamentais, evidenciou elevada ponderação, inexcedível capacidade de organização e gestão, tendo alcançado resultados muito importantes, de que se referem como exemplos mais significativos: a substituição de parte assinalável do ramal interno de abastecimento de água; impermeabilização do Posto de Transformação de Energia elétrica; construção de bases para instalação de antenas parabólicas de ligação a Forças Nacionais Destacadas (FND's); instalação de gás natural para aquecimento de águas em parte significativa da unidade; recuperação do muro da Rua de Sapadores; recuperação de alojamentos de Sargentos; reestruturação exemplar de duas casernas para praças do sexo masculino; e acompanhamento das obras de recuperação da placa do telhado do edifício do Batalhão CSI.

Dotado de inexcedível sentido de responsabilidade, espírito de missão e obediência, abnegação, espírito de sacrifício e competência profissional, o Coronel Bento Soares praticou uma liderança baseada no exemplo, com elevado sentido humano, de justiça e de camaradagem, eticamente irrepreensível, logrando aprofundar o espírito de corpo da sua unidade, o que se refletiu no cumprimento com elevada eficiência e eficácia das missões e tarefas atribuídas ao RT no âmbito da implementação, manutenção e sustentação do SIC-Op, de que se realça: a migração e consolidação dos portais da Intranet e Internet para uma nova plataforma; implementação do novo sistema de Backups para salvaguarda da informação produzida no Exército; melhoria da qualidade dos serviços de voz e dados prestados a diversas UEO situadas tanto no TN como em FND, conseguidos com a instalação de novos links de Feixes Hertzianos, novas redes locais full-IP e novos servidores locais; implementação de cinco novos Servidores Regionais e de Portais do Exército e vinte e dois Servidores Locais; instalação da nova aplicação de Gestão Documental, de que foram unidades piloto o GabCEME, o EME e o RT; fiscalização e coordenação da manutenção do novo Sistema de Gestão da Rede de Dados do Exército (RDE); acompanhamento e participação na remodelação do novo Centro de Sistemas Operacionais, prestação de centenas de apoios de som a diversas cerimónias do Exército e entidades externas, civis e militares, bem como a elaboração de um projeto para as novas viaturas de apoio de som do Exército.

As atividades desenvolvidas no domínio da Segurança da Informação elevaram o nível antecedente, no âmbito da receção, controlo e distribuição de todo o material cripto ao serviço no Exército, na gestão, manutenção e supervisão do Sistema de Comutação Automática de Mensagens Militares (SCAMM/STM3), sendo ainda de destacar: a assinalável expansão da rede MMHS (Military Message Handling System) do Exército; as atividades desenvolvidas pelos Núcleos e Módulo Tático CIRC (Computer Incident Response Capability) nas diversas apresentações e demonstrações realizadas e na criação de um portal de relato de incidentes informáticos; o desenvolvimento de um laboratório para treino e formação interna; a brilhante participação no Exercício "CIBER PERSEU 2012" que constituindo o primeiro exercício desta natureza realizado pelas Forças Armadas Portuguesas, para além da indispensável contribuição do RT nas ações de planeamento, a sua participação na fase de execução, materializado num Centro de Ciberdefesa do Exército, alcançou resultados muito acima do expectável.

O RT teve também um assinalável contributo na área da formação, com a realização de inúmeros cursos, estágios e exercícios de familiarização com o SIC-Op, integradas na aprontamento de todas as FND. Merece igualmente destaque o indispensável apoio à realização do curso Logistics Functional Area Services (LOCFAS), da responsabilidade do Comando das Forças Terrestres.

É também de reconhecer a forma como o Coronel Bento Soares estabeleceu e aprofundou o relacionamento com diversas entidades civis, religiosas e académicas, sendo de destacar os seus esforços na preservação e apoio a divulgação do património histórico e cultural das Transmissões, desenvolvendo uma cooperação profícua com a Comissão de História das Transmissões, com a Fundação Portuguesa das Comunicações e com a Federação Portuguesa de Columbofilia.

Pelo seu Comando, pelas excepcionais qualidades e virtudes militares comprovadas e materializadas pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, lealdade, abnegação, espírito de sacrifício e de obediência e competência profissional, pautando a sua conduta diária pela contínua dignificação da instituição militar, o Coronel Bento Soares comprovou ser merecedor de ocupar postos de maior responsabilidade e risco, devendo os serviços por si prestados ser considerados como extraordinários, relevantes e de elevado mérito.

29 de outubro de 2012. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o Cor AdMil Res (05273573) **António José Gomes Fernandes**, pelas excepcionais qualidades e virtudes militares reveladas, durante os 40 anos em que serviu o Exército, na situação do ativo e de reserva.

Oficial dotado de sólida formação militar, técnica e humana, prosseguiu uma excelente carreira militar consubstanciada pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, em profundo respeito pelos valores da Instituição Militar.

Terminado o curso de Administração Militar na Academia Militar em 1976, foi colocado no QG/Açores em funções no Centro de Gestão Financeira, revelando desde logo um exemplar espírito de missão, elevada dedicação e bom senso.

Posteriormente foi colocado na EPAM, de fevereiro de 1978 a fevereiro de 1981, tendo desempenhado funções de Comandante de Pelotão, Instrutor dos diversos cursos aí ministrados e de Chefe de Contabilidade, evidenciando excelentes qualidades de abnegação e disponibilidade.

Entre fevereiro de 1981 a janeiro de 1983, foi colocado na EPI e, como Capitão, desempenhou funções de Chefe da Contabilidade e Instrutor dos Cursos de Formação, tendo demonstrado um exemplar sentido de disciplina, lealdade e serenidade, dignificando o Serviço de Administração Militar e prestigiando a Instituição Militar.

Após uma breve passagem pela DSI entre janeiro de 1983 e dezembro de 1984 como Chefe da Contabilidade, foi de novo colocado na EPAM onde, como Capitão e Major, desempenhou funções de Comandante de Companhia e Comandante do Batalhão de Instrução, tendo pautado o seu exercício por uma inextinguível dedicação ao serviço, revelando elevada competência técnico-profissional, sensatez, capacidade de decisão e espírito de obediência. Digno, leal, sereno, diligente e preocupado com os instruendos, desenvolveu todos os esforços para o cabal cumprimento da missão da EPAM.

Ainda como Major foi Chefe interino, Auditor e Chefe da Secção de Gestão Económica e Orçamental do Centro de Gestão Financeira Geral, no período compreendido entre maio de 1988 e fevereiro de 1989, sendo posteriormente colocado como Chefe da Secção de Estudos Gerais da 7.<sup>a</sup> Repartição do EME até maio de 1990.

Colocado no HMP de maio de 1990 a setembro de 1994 como Administrador Hospitalar, desenvolveu uma intensa e proficiente atividade, revelando um excepcional sentido das responsabilidades, contribuindo de forma ativa, eficaz e zelosa para uma boa gestão hospitalar.

Em setembro de 1994 foi colocado no CF/Região Militar Sul até julho de 1996, onde desempenhou as funções de Subchefe e de Auditor Administrativo. Já como Tenente-Coronel foi colocado nas OGFE até junho de 1999, tendo desempenhado as funções de Chefe de Serviços nas áreas do Pessoal, Gerais, de Finanças e Contabilidade e Organização e Informática, revelando possuir grande capacidade de decisão e elevada coragem moral no âmbito do planeamento e organização, espírito de sacrifício, forte personalidade, sólida estrutura moral e cívica e distinta integridade de carácter.

Quer na sua passagem pela DFin, de julho de 1999 a abril de 2001, onde desempenhou funções de Chefe da Repartição de Auditoria e Chefe da Repartição de Gestão Financeira e Contabilidade, tendo-se constituído num excelente colaborador direto, permanente e criterioso do Diretor de Finanças, desenvolvendo as suas ações com o rigor da disciplina e humanismo do julgamento, como nas funções de Diretor do

Depósito Geral de Material de Intendência, de maio de 2001 a fevereiro de 2003, onde revelou possuir um elevado sentido de honra e brio profissional, manifestando aptidão para bem servir nas diferentes circunstâncias, sendo por isso digno de reconhecimento pela forma como serviu e prestigiou a Administração Militar e o Exército.

De março de 2003 a junho 2005 prestou serviço na GNR como Chefe do Serviço de Finanças, como coronel, sendo posteriormente colocado como Assessor da Direção do IASFA até julho de 2007, tendo passado à situação de reserva a seu pedido. Por último, e regressado ao serviço ativo na situação de reserva, desempenhou a função de Presidente do Conselho Fiscal do CFEF de maio de 2011 a agosto de 2012, data a partir da qual solicitou o regresso à situação de reserva não ativa.

Por tudo o que precede, é de inteira justiça destacar as excepcionais qualidades e virtudes militares reveladas e o notável desempenho do Coronel Gomes Fernandes, no exercício das funções atribuídas ao longo da sua brilhante carreira, classificando os serviços por si prestados como muito relevantes e de extraordinário mérito.

22 de outubro de 2012. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o TCor Art (12469086) **Carlos Manuel Mendes Dias**, pela forma extraordinariamente competente, dedicada e eficiente como nos últimos dois anos desempenhou as diversas funções que lhe foram cometidas, na Academia Militar.

Como Chefe do Departamento de Estudos Pós-Graduados (DEPG), o Tenente-Coronel Mendes Dias denotou elevada aptidão técnico-profissional espírito de bem servir, tendo contribuído, em elevado grau, para o cumprimento da missão da Academia Militar. No âmbito destas funções são de destacar a elaboração de um conjunto de normas e regulamentos que consubstanciam o regime jurídico de que enforma a nova realidade do DEPG, nomeadamente o Regulamento Geral dos Mestrados, os Regulamentos específicos dos mestrados em “Guerra de Informação” e “Liderança - Pessoas e Organizações”, e ainda um conjunto de normas subsidiárias como sejam o Regulamento de Avaliação dos Mestrados não integrados e o Regulamento de Propinas. É de relevar a sua ação altamente meritória na criação e implementação de medidas de integração do DEPG no funcionamento da Academia Militar, designadamente nas áreas funcionais de âmbito administrativo-logístico. No âmbito das suas responsabilidades é de referir ainda a organização e articulação que promoveu na relação com oficiais que frequentam os cursos de ensino superior em estabelecimentos civis, bem como os estágios de natureza académica nos diversos estabelecimentos de ensino superior, ações em que cultivou em elevado grau a virtude da lealdade, com a franqueza e a frontalidade que o caracterizam e onde demonstrou extrema dedicação e excecional zelo.

O Tenente-Coronel Mendes Dias desempenhou ainda as funções de Professor Regente das Unidades Curriculares de “Relações Internacionais II” e “Política de Defesa e Segurança em Portugal” no Mestrado e no Doutoramento em “História Defesa e Relações Internacionais” de “Estratégia e Relações Internacionais” no Mestrado de “Guerra de Informação”, onde revelou extraordinária e muito proficiente atividade docente em função das invulgares capacidades pedagógicas, dos elevados conhecimentos técnico-científicos e da especial abnegação. Doutorado em Ciências Sociais, na especialidade de Relações Internacionais e Presidente do Conselho Diretivo do Centro Português de Geopolítica, o TCor Mendes Dias participou ainda em vários eventos de cariz académico, desde as conferências proferidas em diferentes instituições, à publicação de vários livros e inúmeros artigos sobre Geopolítica, Estratégia e Segurança e Defesa, à orientação de diversas dissertações de Mestrado e de Doutoramento, à participação em Júris de Mestrado e Doutoramento, à colaboração como autor no livro “Viver Academia Militar”, passando pela Comissão de Organização do Seminário “Da Escola do Exército à Academia Militar; Passado, Presente e Futura da Formação Superior Militar em Portugal”, atividades onde ficaram patentes, no âmbito técnico-científico, o extraordinário desempenho, a elevada coragem moral e o excecional espírito de sacrifício.

Pelo conjunto de relevantes qualidades pessoais e virtudes militares evidenciadas, de que se destacam os elevados dotes de carácter, a abnegação e a elevada competência profissional, que o capacitam para ocupar postos da maior responsabilidade e risco, é justo reconhecer que os serviços prestados pelo Tenente-Coronel Mendes Dias contribuíram muito significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Academia Militar e do Exército Português, pelo que estes devem ser considerados como extraordinários, relevantes e de elevado mérito.

23 de novembro de 2012. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o TCor Mat (02469884) **João Luís de Sousa Pires**, pela forma brilhante e distinta como desempenhou ao longo dos últimos quatro anos as funções de Representante Nacional nos Grupos de Trabalho Qualification Working Group e Structure Expert Meeting no âmbito do Programa NH90, revelando elevada competência profissional, indubitável dedicação pelo serviço e grande empenho e eficiência.

Evidenciando em permanência excecionais qualidades e virtudes militares, é de realçar o seu espírito de sacrifício e o modo muito competente, criterioso e eficiente como tem assegurado a representação nacional nos *fora* para os quais tem sido nomeado, facto que se comprova, de forma inequívoca, com a atividade que posteriormente desenvolve, designadamente na análise e estudo aprofundado da documentação técnica recebida e na elaboração de informações, relatórios, memorandos e pareceres técnicos.

Na execução destas funções, que têm sido desenvolvidas em acumulação, inicialmente com o cargo de Subdiretor das Oficinas Gerais de Material de Engenharia e, atualmente, com o cargo de Chefe da Secção da Engenharia da Qualidade da Inspeção do Comando da Logística, tendo pautado a sua conduta com lealdade e pela afirmação constante de elevados dotes de carácter.

Oficial com grande iniciativa, o TCor Sousa Pires desenvolve a sua atividade com abnegação e espírito de obediência, conjugando com muita eficácia e notável sentido prático as exigências de um trabalho muito intenso, frequentemente executado sob pressão, com uma atitude de tranquilidade e de segurança que se transmite aos seus subordinados e superiores hierárquicos, graças à sua elevada capacidade de trabalho, sentido de disciplina e permanente disponibilidade.

Quando, com alguma frequência, é solicitado para analisar e emitir pareceres sobre assuntos atinentes a outros Grupos de Trabalho, devido ao facto de ser um dos Oficiais do Exército com uma formação mais sólida em aeronáutica, dado que frequentou um curso de especialização em Inglaterra e se encontra ligado ao Programa dos Helicópteros há cerca de dezasseis anos, é de realçar a sua capacidade de organização e de colaboração e o seu extraordinário desempenho e aptidão para bem servir nas diferentes circunstâncias.

Possuidor de sólida formação, sempre cultivando excelentes relações humanas com todos os que com ele colaboram, o TCor Sousa Pires tem manifestado elevadas qualidades pessoais, revelando-se um ótimo colaborador do Diretor do Programa de Helicópteros do Exército, digno de ocupar cargos de maior risco e merecedor que os serviços por si prestados, de que resultou honra e lustre para o Exército e para Portugal sejam considerados extraordinários, relevantes e distintos.

25 de outubro de 2012. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o TCor QTS (16633768) **João Manuel Andrade Pinto Bessa** pela forma extremamente devotada, dinâmica e muito eficiente como serviu o Exército, em cerca de quarenta e dois anos de serviço, demonstrando, ao longo de uma multifacetada carreira, elevadas qualidades e virtudes militares, um insuperável profissionalismo e um inextinguível sentido de dever ao Exército, à Instituição Militar e a Portugal.



No início da sua carreira militar, em Outubro de 1969, foi incorporado na Escola Prática de Infantaria, após o que foi colocado na Fábrica Militar de Braço de Prata, tendo meses depois sido mobilizado para a Guiné, onde cumpriu 23 meses de comissão de serviço, revelando notável espírito de missão, abnegação, extraordinário interesse e dedicação pelo serviço e uma elevada eficiência no cabal cumprimento das tarefas que lhe foram atribuídas. Regressado à Metrópole, foi colocado na Escola Prática de Administração Militar e em 1975 destacado para a Direção do Serviço de Transportes, onde novamente se destacou pela forma com que atingiu altos índices de eficiência nas missões de que foi incumbido.

Em 1981, como Capitão, desempenhou as funções de Ajudante-de-Campo do General Comandante da Logística e posteriormente de Sua Excelência o General Chefe do Estado-Maior do Exército, nestas funções muito contribuiu com o seu assinalável empenho e espírito de sacrifício para o completo cumprimento de todas as missões que lhe foram confiadas, sendo de destacar a forma atenta e cuidadosa como sempre coordenou as inúmeras atividades diárias do General Chefe do Estado-Maior do Exército, com especial relevo para o acompanhamento das suas deslocações e visitas de trabalho, primando sempre a sua atuação pelo rigor e eficácia.

Em 1989 foi colocado no Jornal do Exército, onde com redator publicou diversos artigos sobre os mais variados temas, que muito contribuíram para promover a imagem do Exército e a coesão entre os seus membros. Paralelamente, durante a década de 80 o Tenente-Coronel Pinto Bessa soube valorizar-se academicamente frequentando, em horário pós-laboral um Curso de Gestão de Empresas e um Mestrado em Relações Internacionais, demonstrando, uma vez mais, as notáveis qualidades que vinha evidenciado e sua elevada aptidão para bem servir nas mais diversas circunstâncias.

De 1989 a 1991, é colocado na Zona Militar da Madeira, onde como Ajudante-de-Campo do Governador Militar da Zona, evidenciou ser um excelente e inestimável colaborador do Governador, que importa relevar e distinguir. Em 1992 prestou serviço como Chefe de Gabinete do Presidente Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa, após o que é destacado para o Instituto de Defesa Nacional, exercendo o cargo de Adjunto do Diretor, onde se manteve até 1997. Ainda em 1997 é transferido para a Chefia do Serviço de Transportes, e em 1998 é convidado para a segunda Comissão Civil, como coordenador dos dias festivos, no Departamento de Protocolo e Relações Públicas da EXPO 98. Em todas estas atividades marcou o seu percurso pela elevada qualidade profissional e distintos dotes de carácter, deste modo, muito prestigiando o Exército junto da Sociedade civil.

De 1998 a 2004, prestou serviço como Secretário do Supremo Tribunal Militar, onde soube reiterar a sua notável competência técnico-profissional e pessoal, na condução de toda a gestão Administrativa e de Pessoal do Supremo Tribunal Militar, aliada a parte jurídica deste Tribunal. Neste período frequentou também o Curso de Defesa Nacional, comprovando plenamente as suas relevantes qualidades militares e intelectuais.

Após a extinção dos Tribunais Militares o Tenente-Coronel Pinto Bessa foi colocado no Museu Militar, onde como Chefe da Secção do Património permaneceu até 2008, tendo paralelamente frequentado o Curso de Política Externa no Instituto Diplomático. Foi de novo colocado no Jornal do Exército, onde, até ao presente, soube demonstrar a sua singular competência profissional, num inexcedível contributo para a informação institucional do Exército. Ainda durante o ano de 2011-2012, frequenta o 7.º HIGH LEVEL COURSE “KONRAD ADENAUER”, no Colégio de Segurança e Defesa Europeu, evidenciando uma vez mais a sua permanente busca pelo saber, a sua sólida cultura militar e vasta cultura geral.

Por tudo a que precede, é de inteira justiça e muito grato ao General Chefe do Estado-Maior do Exército realçar as excepcionais qualidades pessoais e virtudes militares evidenciadas pelo Tenente-Coronel Pinto Bessa, pelo que e da mais elementar justiça que os seus serviços devam considerados extraordinários, relevantes e distintos, deles tendo resultado honra e lustre para o Exército e para a Pátria.

11 de outubro de 2012. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o TCor Cav (01585486), **Henrique José Cabrita Gonçalves Mateus**, pelas excepcionais qualidades e virtudes militares demonstradas nas diversas funções que lhe foram cometidas na Academia Militar (AM) nos últimos 2 anos, entre as quais se destaca a de professor regente das Unidades Curriculares (UC) M137 - Tática de Cavalaria I, M138 - Tática de Cavalaria II e M213 - Sistemas de Armas de Cavalaria, Diretor de Curso dos cursos de Cavalaria do Exército e ainda as de Coordenador do Grupo Disciplinar de Organização, Tática e Logística, revelando em todos os seus atos de serviço elevada competência técnico-profissional e vontade de bem servir.

Oficial possuidor de relevantes qualidades pessoais, concretizada na destacada formação humana, cívica e militar, demonstrou permanente disponibilidade e extrema dedicação ao serviço, patentes na forma interessada e comunicativa como transmite aos alunos os abrangentes e consolidados conhecimentos, consubstanciados na clareza e no rigor conceptual e incentivando a reflexão e o raciocínio crítico em busca da inovação, qualidades também evidenciadas na atividade desenvolvida no âmbito dos Trabalhos de Investigação Aplicada, quer na qualidade de Diretor de Curso quer como Presidente de Júris, em que colocou sempre elevado empenho e rigor técnico.

Diligente e importante colaborador do seu Chefe de Departamento, fruto do seu notável espírito de cooperação, extraordinário empenho, lealdade e vontade de bem servir, foi chamado a desempenhar outras funções de importante relevância para as atividades da AM, designadamente as de Oficial de Operações do Exercício “Leão 2012”, revelando elevados dotes de planeamento e organização. Fruto destas suas capacidades, foi frequentemente chamado a integrar vários Grupos de Trabalho destinados a consolidar o Ensino Superior Militar ministrado na AM, nomeadamente no âmbito do “Regulamento dos Tirocínios”, “Programa da Formação Geral Militar Tática e Técnica da Arma/Serviço dos TPO” e do “Suplemento ao Diploma dos Mestrados Integrados da AM”.

No âmbito das UC M137 e M138 desenvolveu novos Temas Táticos, atualizou e elaborou novos apontamentos, de acordo com as Publicações Doutrinárias do Exército aprovadas, daí resultando elevado benefício para os alunos dos cursos de cavalaria da AM e conseqüentemente para o Exército Português.

Possuindo de elevados conhecimentos linguísticos, nomeadamente na língua inglesa, aliados a uma grande facilidade de comunicação, foi nomeado, por diversas vezes, para brífingues às delegações estrangeiras em visita à AM, função que desempenhou com elevado mérito.

Militar de reconhecida competência e bom senso, com elevado sentido do dever e possuidor de uma ampla e diversificada cultura geral e profissional, soube sempre, equilibrar o seu notável espírito de disciplina com a frontalidade, honestidade intelectual e coragem moral que o caracterizam, comportamento que lhe tem granjeado o reconhecimento e a consideração de quem com ele priva, que o apontam como um Oficial particularmente dotado para o exercício de cargos de maior risco e responsabilidade.

Por tudo o que precede, designadamente a excelência e o mérito do seu desempenho, integridade do seu carácter, excepcionais qualidades e virtudes militares, pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, lealdade, honestidade, abnegação, espírito de sacrifício e de obediência e competência profissional, reveladores do seu extraordinário desempenho, é justo reconhecer que os serviços prestados pelo Tenente-Coronel Mateus contribuíram significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Academia Militar e do Exército Português, de que resultaram honra e lustre para as Forças Armadas, pelo que estes sejam considerados como relevantes, extraordinários e distintos.

19 de novembro de 2012. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o TCor Inf (00208586) **Manuel da Cruz Pereira Lopes**, pelas excepcionais qualidades e virtudes militares evidenciadas, ao longo dos últimos dois anos e meio, no exercício do cargo de Comandante da Unidade de Apoio da Brigada de Intervenção (UnAp/BrigInt).

Oficial de sólida formação moral, notável sentido de responsabilidade, elevada competência profissional e invulgar espírito de missão, ultrapassou com inteligência, bom senso e humildade as inúmeras e diversificadas dificuldades com que foi, naturalmente, confrontado, atuando sempre de forma inteligente,

sensata e oportuna, no cumprimento das missões atribuídas em total conformidade com as diretivas e orientações superiormente estabelecidas. Possuidor de elevada capacidade para planear, organizar e coordenar, garantiu os níveis de eficiência e de eficácia da UnAp, no apoio às diversas atividades, na área administrativo-logística ao Comando da Brigada de Intervenção, em alimentação ao Centro de Recrutamento de Coimbra e na manutenção de viaturas e infraestruturas ao Centro de Saúde Militar de Coimbra.

No âmbito da atividade operacional, evidencia-se o apoio prestado às diversas atividades de preparação e treino operacional das Forças da Brigada de Intervenção, das quais se salienta os exercícios das séries ORION e DRAGÃO e o exercício multinacional “DRAGÃO/PADRELA 11” do projeto do Battle Group da União Europeia.

No ano em que se celebrou o Bicentenário das Guerras Peninsulares, com a realização de um programa alargado de cerimónias comemorativas, em especial a da Batalha do Buçaco, destaca-se a permanente e empenhada presença de efetivos da UnAp na sua preparação, bem como nas comemorações do Dia da Briglnt e na cerimónia de evocação e homenagem ao patrono do Exército-D. Afonso Henriques, que muito contribuíram para o lustre e brilho dos eventos realizados.

Numa região de fortes tradições militares e académicas, a ação desenvolvida pelo TCor Pereira Lopes, foi marcada pela forma inteligente, dinâmica, pelo esclarecido e excecional zelo, como se relacionou com as autoridades civis, populações locais, escolas, universidade e outros organismos socioculturais, tendo consolidado o excelente relacionamento e promovido a imagem do Exército na região, granjeando o respeito e consideração da sociedade civil em geral, muito contribuindo para o prestígio e afirmação do Exército. Nesta área destaca-se a celebração de diversas parcerias e protocolos, nomeadamente com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, visando a valorização dos militares que comandou. É igualmente de realçar, todo o trabalho nos apoios prestados, a diversas entidades públicas e privadas, designadamente Forças de Segurança, Câmara Municipal de Coimbra, Fundação Portuguesa de Cardiologia, Ordem de Malta em Santa Luzia-Coimbra, Fundação Bissaya Barreto e Instituições de Ensino Superior, em particular no âmbito da Queima das Fitas da Universidade de Coimbra.

Através da sua conduta, sempre empenhada e interessada nas condições proporcionadas a todos os que devotadamente servem o Exército na UnAp e no Comando da Brigada, muito contribuiu para a melhoria progressiva das condições de habitabilidade, ambientais e de segurança, que levaram à realização de um conjunto significativo de melhorias, nomeadamente, o aproveitamento e completa remodelação das instalações dos quartos de sargentos e o início do projeto para a estação de tratamento de hidrocarbonetos, demonstrando em elevado grau qualidades de abnegação e espírito de sacrifício.

Pelas relevantes qualidades pessoais e pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, lealdade e obediência, é o Teuente-Coronel Pereira Lopes merecedor de ver os serviços por si prestados considerados relevantes, extraordinários e distintos, dos quais resultou honra e lustre, para o Exército e para Portugal.

29 de outubro de 2012. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o TCor Inf (19486091) **António José Fernandes de Oliveira**, pelas excecionais qualidades e virtudes militares e extraordinário desempenho demonstradas ao longo dos últimos dois anos, no exercício do cargo de Chefe do G3-Operações no Estado-Maior Coordenador da Brigada de Intervenção.

Oficial possuidor de elevada competência técnico-profissional, assente em sólidos conhecimentos militares, soube pautar a sua atividade por superiores qualidades de organização e liderança, aliados ao seu espírito de sacrifício, abnegação e vontade de bem servir. Importa referir a sua capacidade de trabalho, espírito esclarecido e orientações precisas, refletindo sempre uma correta interpretação das ordens superiores, em todas as situações e em particular na forma profissional como delineou o conceito para a

instrução e o treino operacional da Brigada. Merece especial relevo a sua participação no planeamento e na condução de exercícios nacionais das séries DRAGÃO e ORION, e nos exercícios internacionais “FIESOLE11” e “BORA11” bem como no aprontamento de várias Forças Nacionais Destacadas para os Teatros de Operações do KOSOVO, LÍBANO e AFGANISTÃO.

A sua ação foi particularmente notória na preparação e levantamento do Batalhão de Infantaria da EUROFOR EUROPEAN UNION BATTLE GROUP 2011-2 (BI/ERF EU BG 2011-2) e do National Support Element da EUROFOR European Union Battle Group 2011-2 (NSE/ERF EU BG 2011-2), onde o seu pragmatismo e invulgar dedicação, apurada objetividade, rigor e manifesta capacidade de organização, ficaram bem patenteadas na superior qualidade do seu contributo para o sucesso do projeto do Battle Group 2011-2012 da União Europeia.

É igualmente de destacar, o seu extraordinário empenho e o esclarecido e excecional zelo, essenciais para a participação em várias cerimónias internas e do Exército, para a realização de brifings, planos e relatórios da atividade da Brigada, bem como na preparação do manual doutrinário da Brigada de Intervenção e das NEP's para a Estrutura Base do Exército e dos Encargos Operacionais.

É de elementar justiça, realçar a qualidade das suas intervenções em diversas palestras, mercê do conjunto das elevadas capacidades intelectuais e técnicas, aliadas aos exemplares predicados morais, humanos e elevado espírito de bem servir, de que se destacam as realizadas no Instituto de Estudos Superiores Militares ao curso de Estado-Maior Conjunto, bem como na sua colaboração na elaboração de um livro da história da Resistência Armada em Timor-Leste e na publicação do seu livro sobre o tema “RESOLUÇÃO DE CONFLITOS - O papel do instrumento militar no atual contexto estratégico - O exemplo do Kosovo”, que muito contribuíram para o prestígio e imagem do Exército.

Por tudo quanto atrás foi expresso, pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, lealdade e obediência, o Tenente-Coronel António de Oliveira corrobora, uma vez mais, as excelentes referências a seu respeito, edificadas por todos os que consigo tiveram ensejo de se relacionar em serviço e fora dele, pelo que é jus qualificarem-se os serviços por si prestados como extraordinários, relevantes e distintos, dos quais resultaram evidente honra e lustre para o Exército e para a Nação.

19 de novembro de 2012. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o TCor AdMil ( 01497191) **António Manuel de Jesus Coelho dos Santos**, pela forma competente e dedicada como exerce, nos últimos dois anos, as funções de Adjunto do meu Gabinete, evidenciando em todas as circunstâncias um conhecimento aprofundado das matérias de que é incumbido, assumindo-se como um valioso e imprescindível colaborador da sua Chefia.

Oficial íntegro, detentor de vincados dotes de carácter, de superiores qualidades pessoais e profissionais, impregnou a sua ação com o seu característico forte sentido de missão e permanente disponibilidade para servir, sabendo motivar e congregar os múltiplos esforços necessários à satisfação das inúmeras solicitações e tarefas a que o meu gabinete tem de dar resposta, o que se revelou determinante na consecução dos objetivos conferidos ao Comando do Pessoal, no âmbito da gestão do pessoal do Exército.

Neste particular, é de salientar a capacidade de planeamento, a assinalável competência de organização, a serenidade e prudência na gestão de situações de tensão, bem como a forma rigorosa e criteriosa como supervisiona a sensível tarefa de preparação da documentação destinada aos membros do Conselho Superior do Exército e a relacionada com as listas de promoção por escolha, demonstrando inegáveis dotes de carácter e aptidão para ocupar cargos e postos de maior responsabilidade.

Da ação por si desenvolvida, destacam-se a coordenação do programa e organização dos Ciclos de Conferências integrados nas atividades comemorativas dos Dias do Comando do Pessoal, que tiveram lugar no Salão Nobre do Quartel de Santo Ovídeo, a disponibilidade para proferir conferências ou palestras, no âmbito do Direito Humanitário a cujo estudo e divulgação se tem dedicado, nomeadamente, no Curso

de Estado-Maior Conjunto e nos Cursos de Promoção a Oficial Superior, ministrados pelo Instituto de Estudos Superiores Militares, bem como a elaboração e apresentação do Bríftingue sobre o Comando do Pessoal e a Justiça Militar aos Juízes do Tribunal da Relação do Porto. De relevar ainda a vertente pedagógica que natural e espontaneamente exerce, concretizada, designadamente, na sua motivada intervenção na organização do *“Estágio para os Oficiais em regime de voluntariado e contrato, licenciados em direito”*, realizados neste Comando, bem como a forma digna e prestigiante como concebeu e programou diversas visitas de várias entidades estrangeiras, civis e militares, ao Comando do Pessoal e à Cidade do Porto, a que acresce o desempenho das funções de Assessor Militar do Exército, junto do Núcleo da Assessoria Militar do Departamento de Investigação e Ação Penal do Porto, desde 01 de Agosto de 2007.

Esta múltipla atividade, credora de intenso labor, tornou-se de exigência redobrada, no período compreendido entre Julho de 2011 e Maio de 2012, por motivo do Chefe do meu Gabinete ter assumido temporariamente outras funções, em que o Tenente-Coronel Coelho dos Santos, manifestou elevada competência profissional, dedicação, capacidade de acompanhamento e controlo de todas as situações, cortesia e contacto fácil com todas as entidades, comprovando uma grande maturidade, correta compreensão e ponderação dos problemas e elevada exigência pessoal, resultando da sua ação assinalável prestígio para a Instituição Militar.

Pelas relevantes qualidades pessoais e virtudes militares patenteadas, das quais se destacam a sã camaradagem, a lealdade, o espírito de sacrifício, a obediência, a prestimosa generosidade e sensibilidade para apoiar aqueles que com ele privam ou a ele recorrem, o Tenente-Coronel Coelho dos Santos creditou-se como um inestimável e valioso colaborador da ação do General Ajudante-General do Exército, devendo os serviços por si prestados, serem considerados extraordinários, relevantes, distintos e de muito elevado mérito, tendo contribuído significativamente para a eficiência, o prestígio e o cumprimento da missão do Comando do Pessoal, daí resultando honra e lustre para o Exército.”

10 de dezembro de 2012. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o TCor SGE Res (11929978) **Manuel de Jesus Vilhena** pela colaboração altamente meritória que prestou ao órgão executivo da Revista Militar, ao longo de mais de nove anos, com reconhecido sentido de missão.

Dedicando-se ao serviço com total entrega, elevado grau de profissionalismo, manifesto sentido das suas responsabilidades e espírito de missão, revelou excecionais qualidades e virtudes militares, nunca abdicando de o fazer com muito rigor, zelo e proficiência, sendo sempre referenciado pela prontidão, correção e simpatia como resolveu os diferentes assuntos da Revista Militar, quer os internos, relacionados com os Corpos Gerentes, Sócios e serviços administrativos, quer os externos, em que se incluem contactos com os ramos das Forças Armadas, colaboradores, autores, assinantes e entidades apoiantes.

Gomo Chefe da Secretaria dos Serviços Administrativos deste órgão de imprensa militar, sempre demonstrou, a par de uma cultura geral apreciável e conhecimentos literários, boas qualidades de organização e planeamento, muita competência, cuidado e extraordinário empenho, na coordenação das diferentes atividades que envolvem a regular periodicidade da edição da Revista, com destaque para a receção de artigos para publicação, cumprimento dos prazos de tipografia, revisão de provas e distribuição atempada dos números publicados, conseguindo cumprir todos os objetivos pela afirmação constante de elevados dotes de carater, lealdade, abnegação, espírito de sacrifício e de obediência e competência profissional.

No momento em que, perfazendo mais de trinta e quatro anos de serviço militar efetivo, deixa de colaborar na Revista Militar, a seu pedido, é oportuno referir que as qualidades humanas e profissionais patenteadas pelo oficial confirmaram o teor dos diferentes louvores que lhe foram concedidos ao longo de vinte e três mos da sua carreira na categoria de oficial, no exercício de funções, designadamente, no

Gabinete do Oficial de Ligação ao Quartel-General das Forças Aliadas do Sul da Europa (AFSOUTH), em Nápoles, na Repartição de Praças da Direção do Serviço de Pessoal, na Repartição de Pessoal não Permanente, da Direção de Administração de Pessoal e no Centro de Apoio Social de Runa, do Instituto de Apoio Social das Forças Armadas.

As qualidades militares e pessoais reveladas pelo Tenente-Coronel Jesus Vilhena, a que se aliam o são espírito de camaradagem, a grande capacidade de trabalho e a disponibilidade permanente merecedor de que os relevantes serviços prestados, por terem contribuído para dignificar a Revista Militar, em prol do conhecimento público e do prestígio da Instituição Militar, sejam distinguidos, considerados de elevado mérito e reconhecidos publicamente.

12 de novembro de 2012. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o Maj Inf (19723290) **Luís Miguel de Sousa Lopes**, pelo modo dedicado, dinâmico e eficiente como serviu o Exército e o País durante mais de vinte e três anos de serviço, revelando grande capacidade de comando, competência profissional, elevados dotes de carácter, qualidades e virtudes militares que lhe permitiram alcançar assinaláveis níveis de proficiência e que encontram apropriada tradução numa falha de serviços que o dignifica e enobrece.

Logo no início da sua carreira militar, revelou invulgares qualidades de chefia e grande dedicação como instrutor na 1.<sup>a</sup> Companhia de Instrução, Comandante de Pelotão dos Cursos Especiais de Formação de Oficiais, Instrutor de Tática Geral, Educação Física Militar e Armamento e Técnica de Tiro nos Cursos de Promoção a Cabo de Secção e nos Cursos dos Segundos-Sargentos Paraquedistas no Centro de Instrução de Quadros, em Tavira, onde foi colocado após ter concluído a Academia Militar. Jovem Oficial de Infantaria, dinâmico, empreendedor, disciplinado e disciplinador, conduziu sempre a instrução de forma motivante e entusiasmante para os seus instruídos.

Como Tenente, destaca-se a sua capacidade de trabalho como Instrutor dos Cursos de Formação de Praças no Regimento de Infantaria N.º 1 (RII), evidenciando um excecional interesse no cumprimento das tarefas que lhe foram cometidas, obtendo ótimos resultados na formação dos novos Praças. Militar inteiramente devotado à sua profissão, demonstrou assinalável capacidade de comando de tropas e grande aptidão para o desempenho de funções de maior responsabilidade, o que veio a confirmar-se como Adjunto Financeiro da Secção de Logística e Oficial de Educação Física no RII.

Posteriormente, na Missão UNAVEM III, teve um desempenho notável e muito relevante como Comandante do Pelotão de Transportes da Companhia Logística N.º 6, em Huambo/Angola, destacando-se pelo permanente e ativo empenhamento na definição dos elevados critérios de qualidade e de coesão da Companhia bem como na procura de acrescidos níveis de prontidão operacional.

Tendo integrado a Missão MONUA, no Destacamento Sanitário N.º 7, em Luanda/Angola, como Oficial de Logística, onde a sua ação foi reconhecida pela extraordinária competência, dedicação, profissionalismo e sentido do dever evidenciados no cumprimento das difíceis e muito diversificadas missões que lhe foram confiadas. Na condução de um processo de extrema delicadeza e sensibilidade, como foi o repatriamento de todo o material, equipamento e viaturas, demonstrou uma notável facilidade de adaptação a novos ambientes operacionais e uma natural aptidão para o relacionamento com outros povos, que lhe permitiu o estabelecimento de exemplares relações de trabalho, sempre elogiadas pelas mais diversas entidades nacionais e estrangeiras.

Como Capitão, esteve colocado no Regimento de Infantaria N.º 3 e no Regimento de Infantaria N.º 8, como Comandante da Companhia de Comando e Serviços, onde soube imprimir ao serviço dinamismo, com uma vontade de bem servir digna de realce, tornando-se um precioso auxiliar do Comando, na constante procura da melhor solução para o normal funcionamento dos mesmos.

Ainda no plano internacional, destaca-se a forma eficiente e extraordinariamente competente, como em diversas ocasiões desempenhou funções de elevada exigência, designadamente como Chefe do Ponto de Apoio Logístico/Nacional Support Element (PAAL/NSE) em Darwin-Austrália, onde foi o principal responsável pelo apoio logístico aos Contingentes Portugueses em Timor e pelo planeamento e coordenação

das várias atividades e tarefas do PAAL, nomeadamente a satisfação das necessidades de transporte de elementos do Contingente Nacional em Timor-Leste e de militares de outros contingentes que se deslocaram a Darwin.

Como Capitão, desempenhou as funções de Ajudante-de-Campo do General Comandante da Logística e posteriormente de Sua Excelência o General Chefe do Estado-Maior do Exército (GenCEME), estas funções muito contribuiu com o seu assinalável, empenho, abnegação, espírito de sacrifício e de obediência para o completo cumprimento de todas as missões que lhe foram confiadas, sendo de destacar a forma atenta e cuidadosa como sempre coordenou as inúmeras atividades diárias do General Chefe do Estado-Maior do Exército, com especial relevo para o acompanhamento das suas deslocações e visitas de trabalho, primando sempre a sua atuação pelo rigor e eficácia.

Já como Oficial Superior, foi nomeado Adjunto do Chefe da Repartição de Assuntos Gerais (RAG) do Gabinete do General Chefe do Estado-Maior do Exército, onde exerceu a sua função de forma distinta, assente no exemplo, no profissionalismo e na lealdade, inculcando em todos os militares da Repartição o sentido da missão e do dever, evidenciando-se sobretudo pelas ações decorrentes da análise e processamento da múltipla correspondência dirigida ao Gabinete, como na consequente preparação de notas e ofícios, bem como encaminhamento dos despachos, memorandos e diretivas do GenCEME à estrutura superior do Exército. Como Oficial de Segurança do Gabinete e Chefe do Posto de Controlo, organizou e atualizou os processos de credenciação do pessoal do Gabinete, desenvolveu e orientou a atividade de implementação do Posto de Controlo de Matérias Classificadas, fruto da nova estrutura do Comando Superior do Exército.

No cargo de Adjunto do Chefe da Repartição de Cooperação Militar e Alianças do Gabinete do General Chefe, desempenhou de forma excecionalmente competente, dedicada, entusiasta e muito eficiente as diversas atividades administrativas relacionadas com a Cooperação Técnico-Militar no Exército. Com a sua excelente capacidade de comunicação e espírito de equipa, rapidamente estabeleceu relações profissionais que lhe permitiram reforçar e melhorar a interligação e cooperação entre as diversas entidades civis e militares envolvidas.

Voltou a desempenhar funções na RAG, em que o seu trabalho foi elogiado pelo rigor e pela qualidade com que analisou e processou a múltipla correspondência dirigida ao Gabinete.

Detentor de reconhecido sentido crítico que aplica de forma ponderada no exercício das suas funções, norteou a sua liderança pela grande frontalidade, carácter, lealdade e sentido de missão, qualidades visíveis na sua esclarecida ação de comando que o tornaram credor de respeito, consideração e confiança de subordinados e superiores. Embora por formação e natural aptidão desempenhasse de forma muito versátil os mais variados cargos ao longo da sua carreira, foi como Chefe da Secção de Pessoal da Unidade de Apoio do Estado-Maior que viu reconhecido o seu enorme potencial de conhecimento e experiência.

Por tudo o que precede, é de inteira justiça destacar a notável qualidade do desempenho do Major de Infantaria Luís Miguel de Sousa Lopes, no exercício das funções atribuídas ao longo da sua brilhante carreira, classificando os serviços por si prestados como extraordinários, relevantes e distintíssimos, deles tendo resultado honra e lustre para o Exército, para as Forças Armadas e para o País.

28 de novembro de 2012. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o Maj TPesSecr (01828585) **Carlos Manuel Marques Silveirinha**, pela forma, honrosa e excecionalmente eficiente como exerceu, durante dois anos e meio, as funções na Repartição de Assuntos Gerais (RAG) do Gabinete do General Chefe do Estado-Maior do Exército, patenteando excecionais qualidades e virtudes militares na execução tias múltiplas tarefas que lhe foram confiadas.

Colocado inicialmente como Adjunto na Secção de Assuntos Gerais da RAG, revelou uma notável aptidão para bem servir nas mais diversas circunstâncias, e demonstrou uma atitude esclarecida e vastos

conhecimentos técnico-profissionais que, através da sua veemente, criteriosa e muito eficaz capacidade de organização e coordenação, contribuiu decisivamente para que fossem atingidos elevados níveis de execução das atividades do Gabinete.

Como Chefe da Secretaria da RAG, tinha à sua responsabilidade toda a área de apoio administrativo-logístico e matrícula de todos os Oficiais Gerais e Coronéis Tirocinados, assim como o Expediente e Arquivo do Gabinete, conseguiu com uma liderança firme e determinada orientar as diferentes áreas, produzindo um trabalho de excelente qualidade, no qual revelou grande profissionalismo e rigor na sua realização. É de realçar, também, a facilidade de relacionamento pessoal e institucional que soube manter com as mais diversas entidades, sempre pautado de grande cordialidade e extrema correção, facto que muito tem contribuído para a resolução de situações muito delicadas, quer pela sua natureza, quer pela exiguidade do tempo disponível para a sua execução.

Denotando uma postura muito correta, com grande disponibilidade, pautou todos os seus atos por um destacado espírito de serviço, demonstrando elevada competência, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais em todas as ações de que foi responsável, tendo, desta forma, granjeando o respeito de todos quantos com ele serviram. Sendo de destacar o apoio que prestou ao Instituto de Ensino Superior Militar no âmbito da formação específica ao Curso de Promoção a Oficial Superior, dos Serviços Técnicos 2010/11.

Deste modo, o Major Marques Silveirinha, deve ser destacado como um exemplo a seguir, devendo ser considerados os serviços, por si prestados, como tendo contribuído significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército, e publicamente reconhecidos como muito relevantes e de elevado mérito.

27 de novembro de 2012. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o SMor Inf (14010078) **Joaquim Manuel Leston Gomes**, da Direção de Serviços de Pessoal, pela elevada competência profissional, lealdade, dotes de carácter e abnegação pelo serviço continuamente demonstrada, ao longo da sua carreira militar, exclusivamente dedicada ao Exército, onde serviu ao longo de mais de trinta e dois anos de serviço efetivo, com particular relevância, para os últimos seis anos, em que prestou serviço na Direção de Serviços de Pessoal, no desempenho das funções de Adjunto do Diretor.

Tendo sido incorporado no Exército, em 05 de janeiro de 1979, concluiu o 7.º Curso de Formação de Sargentos e ingressou no Quadro Permanente, na Arma de Infantaria em 1981. Colocado na Escola de Sargentos do Exército, desempenhou, como 2.º Sargento e, posteriormente, como 1.º Sargento, funções de docência ou instrução e de Auxiliar de Instrução. No exercício dessas funções demonstrou, desde logo, grande capacidade de trabalho, total disponibilidade para o serviço e uma enorme vontade de bem servir, qualidades que viriam a caracterizá-lo durante toda a sua carreira. Ainda como 1.º Sargento, foi colocado no extinto Quartel-General da Região Militar Centro, onde passou a desempenhar as funções de Chefe da Secretaria, demonstrando, também aqui, assinalável responsabilidade e dedicação às exigentes tarefas de organização, controlo e coordenação dos inúmeros assuntos inerentes à atividade específica de um Quartel-General.

Promovido a Sargento-Ajudante, em 01 de janeiro de 1990 é, sendo posteriormente colocado no Núcleo Permanente da Brigada Ligeira de Intervenção, onde desempenhou funções de Sargento de Secretaria na Secção de Pessoal, bem como as de Sargento de Operações. Em ambas as funções soube capitalizar a sua experiência anterior, tendo conseguido ultrapassar todas as dificuldades que lhe foram surgindo, fruto de um grande sentido de responsabilidade, dinamismo e trabalho árduo, que aliados a sólidos conhecimentos técnicos e no âmbito da legislação, o formaram como um excelente colaborador das respetivas chefias.



Em 06 de julho de 1999, já como Sargento-Chefe, regressa à Escola de Sargentos do Exército, onde passa a desempenhar funções na Direção de Ensino e de professor militar nas disciplinas de Organização do Terreno, Topografia e Proteção Ambiental aos cursos de Formação de Sargentos e de Promoção a Sargento-Ajudante. Chamado a exercer as funções de Adjunto do Comandante do Corpo de Alunos da Escola de Sargentos do Exército, revelou, mais uma vez, a sua elevada competência técnica, extraordinário empenho e relevantes qualidades pessoais, das quais se destaca a grande capacidade de comunicação, o que contribuiu de forma significativa para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Escola de Sargentos do Exército. Posteriormente, em 22 de junho 2001, foi colocado no Centro de Recrutamento de Coimbra, onde passou a desempenhar as funções de Adjunto e posteriormente de Chefe da Secção de Reserva Territorial, evidenciando uma elevadíssima proficiência, demonstrando excecionais qualidades e virtudes militares, sabendo apreender e cumprir com facilidade as diversas tarefas que lhe foram cometidas.

Com a promoção ao posto de Sargento-Mor, em 01 de outubro de 2004, é colocado na Direção de Apoio de Serviços de Pessoal onde passou a desempenhar as funções de Chefe da Secção de Pessoal e, mais tarde, de Adjunto do Chefe da Repartição de Apoio Geral. Com a criação da Direção de Serviços de Pessoal, é nomeado para o exercício das funções de Adjunto do Diretor, cargo que ocupou até à sua passagem à situação de reserva, no dia 01 de outubro de 2012. Nestas últimas funções, soube sempre estar à altura das mais variadas exigências, atuando de forma correta e eficaz, interpretando sabiamente os sinais que os seus inferiores hierárquicos lhe transmitiam, intervindo atempadamente na resolução dos problemas, sempre dentro do estrito cumprimento das suas competências e apresentando aos seus superiores hierárquicos, sugestões e propostas ajustadas as circunstâncias próprias da vida interna da Direção de Serviços de Pessoal.

Sempre que foi chamado a exercer funções na Secretaria-Geral daquela direção, em acumulação, demonstrou possuir uma superior capacidade de organização, coordenação e controlo no tratamento dos inúmeras e complexos assuntos que são diariamente tramitados por aquele decisivo órgão. Neste particular, é de realçar os variados e profundos conhecimentos que possui, nomeadamente ao nível da legislação e da organização militar e à forma proficiente como os aplicou, tendo obtido resultados de excelência.

Do anteriormente expandido, toma-se imperioso afirmar, na altura em que o Sargento-Mor Leston Gomes transita para a situação de Reserva, e enaltecer a sua sólida formação humana e militar, patenteada pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, lealdade e espírito de sacrifício, e reconhecer a sua extraordinária vontade de bem servir, sendo por isso merecedor de ver considerados os serviços por si prestados, ao longo de uma carreira, como relevantes, extraordinários e distintos, dos que resultou honra e lustre para a Direção de Serviço de Pessoal, para o Comando do Pessoal e, consequentemente para o Exército.

19 de outubro de 2012. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

---

## II — MUDANÇAS DE SITUAÇÃO

### Ingresso no quadro

Passagem da situação de adido nos termos da alínea *a)* do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, à situação no quadro nos termos do artigo 172.º do EMFAR:

Cap Mat, Adido (05406596) **António Adalberto de Almeida Valente**, da UnAp/EME, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de setembro de 2012, por ter terminado funções no Joint Force Command Lisbon.

(Por portaria de 05 de novembro de 2012)

Cap Art, Adido (23918392) **João Paulo Catrola Martins**, da UnAp/EME, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de setembro de 2012, por ter terminado funções no Joint Force Command Lisbon.

(Por portaria de 05 de novembro de 2012)

Passagem da situação de adido nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, à situação no quadro nos termos do artigo 172.º do EMFAR:

Cap Inf, Adido (03750294) **Ricardo Bruno da Mota Pires**, da ESE, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de novembro de 2012, por ter preenchido vaga ocorrida no respetivo quadro especial e no seu posto.

(Por portaria de 23 de novembro de 2012)

Cap TExpTm, Adido (02666187) **Joaquim Manuel Rodrigues Bernardo**, da UnAp/EME, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de novembro de 2012, por ter terminado funções no Joint Force Command Lisbon.

(Por portaria de 15 de novembro de 2012)

Passagem da situação de supranumerário nos termos da alínea *e*) do n.º 2 do artigo 174.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, à situação no quadro nos termos do artigo 172.º do EMFAR:

TCor Inf, Supranumerário (09023286) **Luís Filipe Carvalho das Dores Moreira**, do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de novembro de 2012, por ter preenchido vaga ocorrida no respetivo quadro especial e no seu posto.

(Por portaria de 20 de novembro de 2012)

TCor Cav, Supranumerário (05908888) **Paulo Jorge Lopes da Silva**, do GabCEME, devendo ser considerado nesta situação desde 27 de outubro de 2012, por ter preenchido vaga ocorrida no respetivo quadro especial e no seu posto.

(Por portaria de 20 de novembro de 2012)

TCor Eng, Supranumerário (18398787) **Carlos Manuel Mendes Fernandes**, da DIE, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de outubro de 2012, por ter preenchido vaga ocorrida no respetivo quadro especial e no seu posto.

(Por portaria de 20 de novembro de 2012)

### **Passagem à situação de adido**

Passagem da situação de quadro nos termos do artigo 172.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, à situação de adido nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR:

Cor Inf, no Quadro (14891580) **José Pedro Simões Contente Fernandes**, do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de outubro de 2012, por ter sido nomeado a desempenhar funções no EMGFA.

(Por portaria de 05 de novembro de 2012)

Passagem da situação de adido nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, à situação de adido nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR:

Cor Inf, Adido (09043084) **António Augusto Gonçalves**, da DGPRM, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de setembro de 2012, por ter terminado funções no EMGFA.

(Por portaria de 28 de novembro de 2012)

Passagem da situação de quadro nos termos do artigo 172.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, à situação de adido nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR:

Cor Art, no Quadro (17439482) **Carlos Manuel Alpedrinha Pires**, do CID, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de outubro de 2012, por ter terminado funções no CID.

(Por portaria de 21 de novembro de 2012)

#### **Passagem à situação de supranumerário**

Passagem da situação de quadro nos termos do artigo 172.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, à situação de supranumerário nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR:

TCor Inf, no Quadro (12183486) **Pedro Alexandre de Almeida Faria Ribeiro**, do IESM, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de outubro de 2012, por ter terminado funções no CmdCCS/BrigMec.

(Por portaria de 15 de novembro de 2012)

Passagem da situação de adido nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, à situação de supranumerário nos termos da alínea *e*) do n.º 2 do artigo 174.º do EMFAR:

TCor Inf, Adido (09023286) **Luís Filipe Carvalho das Dores Moreira**, do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 26 de outubro de 2012, por ter terminado funções no EMGFA.

(Por portaria de 20 de novembro de 2012)

Passagem da situação de adido nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, à situação de supranumerário nos termos da alínea *e*) do n.º 2 do artigo 174.º do EMFAR:

Cor Inf, Adido (00842881) **Agostinho Reinaldo T. Paiva da Cunha**, do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 3 de setembro de 2012, por ter terminado funções no Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa.

(Por portaria de 21 de novembro de 2012)

Cor Tir Inf, Adido (03071382) **Rui Davide Guerra Pereira**, do GabCEME, devendo ser considerado nesta situação desde 23 de novembro de 2012, por ter terminado funções no IESM.

(Por portaria de 14 de novembro de 2012)

**Passagem à situação de Reforma**

Cor Med (01470671) **Carlos Manuel Armas da Silveira Gonçalves**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 13 de outubro de 2012.

(Por Portaria de 05nov12/DR II série n.º 224 de 20nov12)

TCor TManMat (04543574) **José Magalhães de Freitas**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de outubro de 2012.

(Por Portaria de 05nov12/DR II série n.º 224 de 20nov12)

TCor SGE (06582678) **Sebastião de Sousa Cruz Lopes**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de outubro de 2012.

(Por Portaria de 05nov12/DR II série n.º 224 de 20nov12)

TCor SGE (09906675) **José Manuel Travassos Borrega**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de outubro de 2012.

(Por Portaria de 05nov12/DR II série n.º 224 de 20nov12)

TCor SGE (18780777) **José Pereira dos Santos**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de outubro de 2012.

(Por Portaria de 05nov12/DR II série n.º 224 de 20nov12)

TCor SGPQ (04369380) **Miguel António Gabriel da Silva Machado**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de outubro de 2012.

(Por Portaria de 05nov12/DR II série n.º 224 de 20nov12)

TCor Inf (19796084) **Nuno Miguel Pires Antunes Rapoula Justino**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de outubro de 2012.

(Por Portaria de 05nov12/DR II série n.º 224 de 20nov12)

SMor Med (03363080) **Jorge Carlos Gomes Antunes**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de outubro de 2012.

(Por despacho de 05nov12/DR II série n.º 224 de 20nov12)

SMor AdMil (00451778) **Jorge Manuel das Neves Ferreira**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de outubro de 2012.

(Por despacho de 05nov12/DR II série n.º 224 de 20nov12)

SMor Tm (16513179) **Fernando Pereira Marques**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de outubro de 2012.

(Por despacho de 05nov12/DR II série n.º 224 de 20nov12)

SMor Tm (15193074) **Manuel Agostinho da Silva**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de outubro de 2012.

(Por despacho de 05nov12/DR II série n.º 224 de 20nov12)

SMor Inf (17624577) **João de Brito Pires Louro**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de outubro de 2012.

(Por despacho de 05nov12/DR II série n.º 224 de 20nov12)

SCh Eng (00307681) **António Manuel Batista Pestana**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de outubro de 2012.

(Por despacho de 05nov12/DR II série n.º 224 de 20nov12)

SAj SGE (08511381) **Francisco Pedro Martins Brás**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de outubro de 2012.

(Por despacho de 05nov12/DR II série n.º 224 de 20nov12)

1Sarg Aman (17756874) **Manuel Pereira Loureiro**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de outubro de 2012.

(Por despacho de 05nov12/DR II série n.º 224 de 20nov12)

1Sarg Aman (01848279) **Carlos Manuel Mariano Adão**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 5 de outubro de 2012.

(Por despacho de 05nov12/DR II série n.º 224 de 20nov12)

---

### III — PROMOÇÕES E GRADUAÇÕES

#### Promoções

Por portaria de 2 de novembro de 2010 do General Chefe do Estado-Maior do Exército, ao abrigo da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), foi promovida por escolha ao posto de Major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *c*) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas respectivamente nos artigos 56.º e 240.º do referido estatuto, a Cap AdMil (22309491) **Rita Isabel Costa Mendonça da Luz**.

Esta oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 1 de outubro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrada no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

Fica na situação de Supranumerário no respectivo Quadro Especial, nos termos da alínea *c*) do n.º 2 do artigo 174.º do EMFAR.

Fica posicionada na lista geral de antiguidades do seu Quadro Especial à esquerda do Maj AdMil (16068190) Pedro Manuel Carriço Pinheiro.

(DR II Série n.º 248 de 24 de dezembro de 2010)

Por despacho de 19 de novembro de 2012, do Ajudante-General do Exército, no uso da delegação de competências conferida pelo Despacho n.º 2 767/2012 de 08 de fevereiro de 2012, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, inserto no *DR*, 2.<sup>a</sup> série, n.º 41, de 27 de fevereiro de 2012, são promovidos ao posto de Sargento-Ajudante, nos termos do artigo 183.º e alínea *c*) do artigo 262.º, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do artigo 263.º e n.º 2 do artigo 274.º, todos do EMFAR, os sargentos a seguir indicados:

1Sarg SGE (11828591) Fernando Alexandre de Jesus Gomes da Silva;  
1Sarg Tm (09844391) Joaquim Filipe Moreira Lopes;  
1Sarg SGE (17509691) Mário Rui Nobre Duarte.

Os referidos sargentos contam a antiguidade do novo posto desde 19 de novembro de 2012, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção no *Diário da República*, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º-A, da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), aditado pelo artigo 4.º da Lei n.º 20/2012, de 14 de maio.

Ficam na situação de QQESP, no respetivo quadro especial, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR e posicionados na Lista Geral de Antiguidades do seu quadro especial, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do EMFAR.

As presentes promoções são efetuadas ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 20.º-A da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, aditado pelo artigo 4.º da Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e na sequência da autorização concedida pelo Despacho n.º 9 878-B/2012, de 20 de julho, de Suas Excelências os Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.<sup>a</sup> série, n.º 140, de 20 de julho de 2012.

(*DR* II Série n.º 229 de 27 de novembro de 2012)

Por despacho de 3 de dezembro de 2012, do Ajudante-General do Exército, no uso da delegação de competências conferida pelo Despacho n.º 2 767/2012 de 08 de fevereiro de 2012, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, inserto no *DR*, 2.<sup>a</sup> série, n.º 41, de 27 de fevereiro de 2012, são promovidos ao posto de Sargento-Ajudante, nos termos do artigo 183.º e alínea *c*) do artigo 262.º, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do artigo 263.º e n.º 2 do artigo 274.º, todos do EMFAR, os sargentos a seguir indicados:

1Sarg Tm (00410890) Rogério Mário Polido Figueiredo, desde 30 de novembro de 2012;  
1Sarg Eng (00756890) Carlos Artur da Luz Diogo, desde 30 de novembro de 2012;  
1Sarg Inf (17944791) Carlos Júlio dos Santos Correia, desde 1 de dezembro de 2012;  
1Sarg Inf (03966491) Augusto Manuel Videira de Oliveira, desde 1 de dezembro de 2012.

Os referidos sargentos contam a antiguidade do novo posto desde a data indicada, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção no *Diário da República*, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º-A, da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), aditado pelo artigo 4.º da Lei n.º 20/2012, de 14 de maio.

Ficam na situação de QQESP, no respetivo quadro especial, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR e posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu quadro especial, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do EMFAR.

As presentes promoções são efetuadas ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 20.º-A da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, aditado pelo artigo 4.º da Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e na sequência da autorização concedida pelo Despacho n.º 9 878-B/2012, de 20 de julho, de Suas Excelências os Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 20 de julho de 2012.

(DR II Série n.º 238 de 10 de dezembro de 2012)

Por despacho de 5 de dezembro de 2012, do Ajudante-General do Exército, no uso da delegação de competências conferida pelo Despacho n.º 2 767/2012 de 08 de fevereiro de 2012, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 27 de fevereiro de 2012, é promovido ao posto de Sargento-Ajudante, o 1Sarg Mus (19828389) **António Maria Saldanha Busca Mourato**, nos termos do artigo 183.º e alínea c) do artigo 262.º, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, alínea b) do n.º 1 do artigo 263.º e n.º 2 do artigo 274.º, todos do EMFAR.

Conta a antiguidade desde 5 de dezembro de 2012, fica integrado na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

Tem direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção no *Diário da República*, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º-A, da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), aditado pelo artigo 4.º da Lei n.º 20/2012, de 14 de maio.

Fica na situação de quadro, ocupando uma vaga em QQEsp, no respetivo Quadro Especial, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu Quadro Especial, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do EMFAR.

A presente promoção é efetuada ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 20.º-A da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, aditado pelo artigo 4.º da Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, e na sequência da autorização concedida pelo Despacho n.º 9 878-B/2012, de 20 de julho, de Suas Excelências os Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 20 de julho de 2012.

(DR II Série n.º 239 de 11 de dezembro de 2012)

## Graduações

Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por despacho de 28 de novembro de 2012, após despacho de 25 de outubro de 2012, de S.Ex.ª o Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, exarado no seu Ofício n.º 4 348/CG, Processo 1 882/90 (1B1) de 26 de outubro de 2012, graduar no posto de Segundo-Sargento, os alunos do 38.º CFS do Serviço de Saúde abaixo descriminados:

### Medicina

- 1 Furr Al (08491801) Paulo Alexandre da Costa Santos;
- 2 Furr Al (01253905) Sara Isabel da Silva Vidal;
- 3 Furr Al (08648809) João Manuel Peixoto Coelho;
- 4 Furr Al (19355006) Vera Carina dos Santos Dias Seborro Machado;
- 5 Furr Al (09869604) Lúcia Maria da Silva Mendes;
- 6 Furr Al (19505206) Pedro Miguel Castanheira Longuinho;
- 7 Furr Al (13134806) Tânia Isabel Miranda Santos;
- 8 Furr Al (14597504) Paulo Alexandre de Almeida Marques.

Os referidos militares são graduados no posto de Segundo-Sargento desde 1 de outubro de 2011, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de graduação no *Diário da República*, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º-A, da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), aditado pelo artigo 4.º da Lei n.º 20/2012, de 14 de maio.

(DR II Série n.º 237 de 07 de dezembro de 2012)

Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por despacho de 28 de novembro de 2012, após despacho de 25 de outubro de 2012, de S.Ex.ª o Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, exarado no seu Ofício n.º 4 348/CG, Processo 1 882/90 (1B1) de 26 de Outubro de 2012, graduar no posto de Segundo-Sargento, os alunos do 39.º CFS do Serviço de Saúde abaixo descriminados:

### Medicina

- 1 Furr Al (04262906) Susana Lia Amaro Marchante;
- 2 Furr Al (18253109) Joana Marisa Frazão Fernandes.

Os referidos militares são graduados no posto de Segundo-Sargento desde 1 de outubro de 2012, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de graduação no *Diário da República*, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º-A, da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), aditado pelo artigo 4.º da Lei n.º 20/2012, de 14 de maio.

(DR II Série n.º 237 de 07 de dezembro de 2012)

Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por despacho de 28 de novembro de 2012, após despacho de 25 de outubro de 2012, de S. Ex.ª o Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, exarado no seu Ofício n.º 4 348/CG, Processo 1 882/90 (1B1) de 26 de outubro de 2012, graduar no posto de Furriel, os alunos do 39.º CFS abaixo descriminados:

- 1 Sold (18253109) Joana Marisa Frazão Fernandes;
- 2 2Furr (16649206) Ricardo Jorge Pereira Loureiro dos Santos;
- 3 2Furr (01775909) Tiago Miguel dos Santos Rasoilo;
- 4 2Furr (12074905) Hélder Filipe Fernandes Monteiro;
- 5 2Furr (19755902) Hélder Fernando de Oliveira Lomba;
- 6 2Furr (01226502) António Daniel Ferreira Soares;
- 7 2Furr (10083603) Artur Jorge Fernandes de Oliveira;
- 8 2Furr (16804206) Melissa Plácido Oliveira Maia;
- 9 1Cb (00209905) Tiago Miguel Lapo Esteves;
- 10 1Cb (00263206) Rui Alexandre da Silva Gil;
- 11 Sold (00324503) Arturo Simões Figueiredo;
- 12 Sold (00612110) André Filipe Aleixo de Araújo Lima;
- 13 1Cb (00857504) João Miguel dos Santos Rodrigues;
- 14 Sold (01036302) Carla Marisela Pestana Figueira;
- 15 1Cb (01095009) Vítor Hugo Pereira Pinto;
- 16 1Cb (01558405) Luís Paulo da Silva Magalhães;
- 17 Sold (01884202) Joana Catarina Godinho Antunes;
- 18 Sold (02549110) Paulo Alexandre Dionísio Carvalho;
- 19 Sold (02624510) Nuno Miguel Marques Gonçalves;



20	Sold	(02909209)	Rui Manuel Godinho Valadas;
21	CbAdj	(02911998)	Rui Manuel Martins Ferraz;
22	Sold	(02921610)	André Manuel Antunes Gomes;
23	Sold	(03203003)	Marisa Alexandra Louro Lemos;
24	Sold	(03354400)	Bruno Miguel Santos de Oliveira;
25	1Cb	(04119104)	Paulo Ricardo Carvalho Mendes;
26	Sold	(04153704)	Manuel António Teixeira Gonçalves;
27	Sold	(04189102)	Vítor Manuel Silvestre Dias;
28	1Cb	(04247103)	Eugénio Rogério Henriques Fragoeiro;
29	Sold	(04540006)	Miguel da Silva Filipe;
30	Sold	(04657502)	David Vincent Neto de Abreu;
31	1Cb	(04938504)	Jorge Emanuel Silva Gomes;
32	Sold	(04999905)	Vítor Joel Crespo dos Santos;
33	Sold	(05085104)	Rui Filipe Rodrigues da Silva;
34	CbAdj	(05287901)	Dinis Alexandre Lagarto Pacheco;
35	1Cb	(05304010)	Andreia Leopoldina Ferreira da Silva;
36	1Cb	(05537610)	Fábio Ruben da Silva Bargante;
37	1Cb	(05647305)	Pedro Miguel Figueiredo Nogueira;
38	Sold	(05656704)	Daniel Tapa Gonçalves;
39	CbAdj	(05660599)	Aldo Henrique Nogueira Borges;
40	Sold	(05748102)	Ricardo Miguel Duarte Lopes;
41	1Cb	(05804905)	Bruno Ricardo Alves Teixeira;
42	Sold	(05948506)	Wilson Jorge Silva Veríssimo;
43	Sold	(06050404)	Nelson Miguel Costa dos Santos;
44	Sold	(06144606)	Milton Leal Gonçalves;
45	1Cb	(07488004)	Ricardo Jorge Sobral Frias Pereira;
46	Sold	(07866202)	Pedro Eduardo Romão da Silva;
47	CbAdj	(08127198)	Joel Paulo Baptista do Nascimento;
48	1Cb	(08438605)	Gonçalo António Marques Ovelheiro;
49	Sold	(08874704)	João Pedro Benvindo Lourenço;
50	Sold	(09266002)	André dos Santos Leitão;
51	Sold	(09299709)	Sidney Ponte Pestana;
52	Sold	(10569709)	Jorge Miguel Magalhães Ferreira;
53	Sold	(10808104)	Mário Jorge Lima Simões de Matos Silvestre;
54	Sold	(10850704)	Ricardo Bruno Gouveia Faria;
55	Sold	(11057506)	Paulo Alexandre Graça de Sousa;
56	Sold	(11641602)	Luís Carlos Figueiredo dos Santos;
57	1Cb	(11718001)	Maurício Ornelas de Freitas;
58	Sold	(11856204)	Romeu Alexandre Amaral Santos;
59	Sold	(12287210)	José André Ferreira Fraga;
60	1Cb	(12536705)	Bruno Jorge Barros Rodrigues;
61	Sold	(13282805)	Tiago Filipe Teixeira Rodrigues;
62	1Cb	(13386704)	Paulo Renato Aveiro de Viveiros;
63	1Cb	(14348500)	Vítor José Vieira Santos;
64	Sold	(14355411)	João Pedro Piteira Cheira;
65	Sold	(15113510)	Pedro Miguel Pacheco Lima;
66	1Cb	(15635806)	Tiago Alexandre Cavaleiro Ferreira;
67	Sold	(17369105)	Filipe André de Jesus Guerra;
68	1Cb	(17399606)	Ruben Aguiar Viveiros;

69	ICb	(18164703)	António Filipe Gomes Figueiredo;
70	ICb	(18453802)	João Luís Santos Pereira;
71	Sold	(18554903)	Luís Américo dos Santos Vieira;
72	Sold	(18734610)	Carlos Miguel Sá de Carvalho;
73	ICb	(18859705)	Micael Teixeira Galvão;
74	CbAdj	(19199002)	Rui Filipe Martins Lima;
75	Sold	(19783303)	Carlos Manuel Teixeira Simões;
76	Sold	(19909005)	Adam Gregory Lambert;
77	ICb	(18943405)	Flávio Rafael Matos Pereira;
78	CbAdj	(08386300)	Vítor Rodrigues Marques Tavares;
79	CbAdj	(05770604)	Daniel Alexandre Franco Jorge;
80	CbAdj	(00617601)	Valter Alexandre Moisés dos Reis;
81	CbAdj	(10117400)	Bruno Rogério de Oliveira Correia.

Os referidos militares são graduados no posto de Furrriel desde 1 de outubro de 2011, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de graduação no Diário da República, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º-A, da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), aditado pelo artigo 4.º da Lei n.º 20/2012, de 14 de maio.

(DR II Série n.º 236 de 06 de dezembro de 2012)

Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por despacho de 28 de novembro de 2012, após despacho de 25 de outubro de 2012, de S. Ex.ª o Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, exarado no seu Ofício n.º 4 348/CG, Processo n.º 1 882/90 (1B1) de 26 de outubro de 2012, graduar no posto de Furrriel, os alunos do 40.º CFS abaixo descriminados:

1	2Furr	(17696409)	Pedro Miguel Ferreira Miranda Fonseca;
2	2Furr	(05083906)	Roberto Manuel Capucho Madeira;
3	2Furr	(03328810)	José Miguel Rodrigues Lopes;
4	2Furr	(17945206)	Cláudio Nuno Ramos Soares;
5	Sold	(00372309)	Gonçalo Pedro Miguel Botelho;
6	Sold	(00750804)	António Sérgio Rodrigues Pereira;
7	Sold	(00770010)	Alexandre Manuel Ferreira;
8	ICb	(00804099)	Lenate Miguel Cristina Inácio;
9	Sold	(01000411)	Bruno Miguel Trindade Fé Barroso;
10	Sold	(01203005)	Carlos Miguel Vinhas Tracanas;
11	Sold	(01346705)	élvio Ruben de Abreu Henriques;
12	Sold	(01415203)	João Manuel Martins Figueiredo Mascarenhas;
13	ICb	(01781805)	Rogério Nicole Ferreira Soares;
14	ICb	(01824209)	Pedro Miguel Carneiro Pinho;
15	Sold	(02552510)	David Miguel Carracha Silvestre;
16	Sold	(02677509)	William Gomes;
17	Sold	(03217110)	António Carlos Pinheiro Fernandes Carinhas;
18	Sold	(03422502)	Tito Filipe Dias de Almeida;
19	ICb	(03442103)	António Eduardo Carramão de Oliveira Leitão;
20	Sold	(03504409)	Frederico Luís Rosa Santos;
21	Sold	(03904203)	Luís Henrique Filipe de Jesus;
22	CbAdj	(04383702)	Pedro Miguel Magalhães da Silva;

23	Sold	(04529711)	Ricardo José Rocha Oliveira;
24	Sold	(04821110)	Hernâni Luís Teixeira Gonçalves;
25	2Cb	(04870609)	Alexandre Manuel António dos Santos;
26	CbAdj	(05182501)	Ricardo Manuel Lima Ramalho;
27	CbAdj	(05407002)	Carlos Alexandre Miranda Braga;
28	Sold	(06151110)	Daniel da Silva Azevedo;
29	Sold	(06338809)	Denny Camacho Paixão Menezes;
30	2Cb	(06815109)	Luís Manuel Lopes de Almeida;
31	Sold	(07496911)	José Carlos dos Santos Silva;
32	1Cb	(07626506)	Vítor Manuel Valente de Almeida Pereira;
33	1Cb	(07807410)	José Pedro Fontes Pedrosa;
34	Sold	(08178511)	Carlos Xavier Lopes Leal;
35	Sold	(08527510)	João André Balão de Jesus;
36	1Cb	(09193599)	Mário José Ramos da Silva;
37	1Cb	(09512211)	Daniel Filipe Mourão Barrena;
38	1Cb	(09862310)	Heitor Álvaro Lemos de Vilhena;
39	Sold	(10370609)	João Manuel Martins Salgueiro;
40	Sold	(10446305)	Eurico Manuel Soares Silva;
41	Sold	(10666104)	André Dinis Vieira Fernandes;
42	Sold	(11009806)	José Nuno Fernandes Veiga;
43	CbAdj	(11099799)	Arlindo Sousa Reis;
44	1Cb	(11519405)	João Carlos dos Santos;
45	Sold	(11568610)	Pedro Miguel Santos Martinho;
46	Sold	(11659211)	Rui Emanuel Lopes Leal;
47	Sold	(11662812)	Júlio Freitas da Silva;
48	Sold	(12680503)	Carlos de Jesus Sousa de Freitas;
49	Sold	(13011011)	Vasco Almeida Pinto;
50	Sold	(13230511)	Jorge Telmo Borges Lopes;
51	Sold	(13541311)	David Miguel Domingos Faria;
52	Sold	(13541611)	Rui Miguel Fernandes Duarte de Figueiredo Carvalho;
53	Sold	(13802910)	Pedro Filipe Resende da Costa;
54	1Cb	(14541004)	João André Ferreira Cancela Teles de Carvalho;
55	Sold	(14750905)	Vítor Hugo Pinto Saraiva;
56	Sold	(15936605)	Nelson Pinto Almeida;
57	Sold	(15958611)	Fernando David Bettencourt Martins;
58	Sold	(16288410)	Hélder Alexandre Afonso de Moraes;
59	Sold	(16376109)	Leonel Tiago Mendonça Gomes;
60	Sold	(16556810)	Bruno Miguel Sereno Costa;
61	1Cb	(16809804)	Renato António Freitas do Couto;
62	Sold	(17184310)	Valter André Parames Nogueira;
63	Sold	(17326012)	Tiago Filipe Ventura Santos;
64	Sold	(17576010)	João Rafael Gouveia Caires;
65	Sold	(18123006)	David dos Santos Crispim;
66	Sold	(18816004)	Diogo Ferreira da Silva;
67	Sold	(10615006)	Igor Filipe Marques Leite;
68	CbAdj	(01249005)	João Miguel Martins da Graça;
69	CbAdj	(12808204)	André Simão Firmino Costa;
70	1Cb	(09800508)	Pedro João Pereira Carneiro;
71	2Cb	(16925406)	Luís Carlos Pereira Afonso.

Os referidos militares são graduados no posto de Furrriel desde 5 de setembro de 2012, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de graduação no *Diário da República*, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º-A, da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), aditado pelo artigo 4.º da Lei n.º 20/2012, de 14 de maio.

(DR II Série n.º 236 de 06 de dezembro de 2012)

### **Cessação de Graduação**

Por despacho de 7 de dezembro de 2012, do Ajudante-General do Exército, no uso da delegação de competências conferida pelo despacho n.º 2 767/2012 de 08 de fevereiro de 2012, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, inserto no *Diário da República*, 2.<sup>a</sup> série n.º 41, de 27 de fevereiro de 2012, seja cessada a graduação, nos termos da alínea d) do artigo 70.º do EMFAR, desde 9 de novembro de 2012, do Furr Al (05083906) **Roberto Manuel Capucho Madeira**.

(DR II Série n.º 241 de 13 de dezembro de 2012)

---

## **IV — COLOCAÇÕES, NOMEAÇÕES E EXONERAÇÕES**

### **Colocações**

#### **Ministério da Defesa Nacional**

Cor Inf (17727381) António Pedro da Silva Tomé Romero, do Cmd ZMA, devendo ser considerado nesta situação desde 10 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Ten AdMil (16650303) Luís Filipe Silva Antunes, da RAG/CmdLog, devendo ser considerado nesta situação desde 5 de novembro de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

#### **Instituto da Defesa Nacional**

Cor Inf (00842881) Agostinho Reinaldo T. Paiva da Cunha, do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 11 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

#### **Estado-Maior-General das Forças Armadas**

Cor Art (02803883) António Emídio da Silva Salgueiro, do CFT, devendo ser considerado nesta situação desde 26 de novembro de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

**Instituto de Estudos Superiores Militares**

Cor Tir Art (14023682) José Luís de Sousa Dias Gonçalves, da DE, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de novembro de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

TCor Inf (12183486) Pedro Alexandre de Almeida Faria Ribeiro, do CmdCCS/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de outubro de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

**Academia Militar**

TCor Cav (01831883) João Carlos Vaz Ribeiro do Amaral, da EPC, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de novembro de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

**Comando do Pessoal**

TCor Inf (18544188) José Manuel dos Santos Sá, do RI13, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de novembro de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

**Direção de Administração de Recursos Humanos**

Maj Inf (18383690) António Manuel Teixeira de Sá Pereira, do RI13, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de outubro de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

**Centro de Recrutamento de Lisboa**

Cap Art (12390594) Luís Miguel Parreira Roberto, do GAC/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 3 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

**Comando do Pessoal****Unidade de Apoio**

Ten Med (07296500) Maria João Pereira de Oliveira, do RI13, devendo ser considerada nesta situação desde 19 de novembro de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

**Comando da Logística**

Cor Art (19720484) Vítor Fernando dos Santos Borlinhas, da DD, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de novembro de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

**Direcção de Material de Transportes**

Ten AdMil (18755305) Catarina Gonçalves Cabral, da EPA, devendo ser considerada nesta situação desde 19 de novembro de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

**Direcção de Infra-Estruturas**

Cap Eng (03660898) Paulo Ferreira e Santos, do RE1, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

**Direcção de Saúde**

Cap Med (06202497) Rui Manuel Pereira Fialho, da RAG/CmdLog, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de novembro de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

**Instituto Geográfico do Exército**

Ten AdMil (03848605) Carla Sofia Henriques Gonçalves, do IO, devendo ser considerada nesta situação desde 19 de novembro de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

**Comando da Logística  
Repartição de Apoio Geral**

Cap Med (06201698) Mafalda Sofia Fernandes Marcelino Rodrigues, do HMP, devendo ser considerada nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Cap Med (13795298) Nuno Miguel Taipa Leandro Domingues, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Cap Med (06202497) Rui Manuel Pereira Fialho, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

Cap Med (16948798) João Paulo do Amaral Ferreira, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Cap Med (04276697) Hugo Rafael Francisco Rodrigues, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Cap Med (00606298) Jorge Miguel da Veiga Martinho, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Cap Med (03063496) Nuno Alexandre Martins Passarinho Pereira de Oliveira, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Cap Med (17440999) Hélder Alexandre Correia Dóres, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Cap Med (18503898) Ana Rita dos Reis Herculano, do HMP, devendo ser considerada nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Cap Med (08166900) Ana Catarina Valente dos Santos Pinho, do HMP, devendo ser considerada nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Cap Med (15740999) Sérgio Agostinho Dias Janeiro, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Cap Med (01878899) Rui Miguel Nogueira Pereira, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Cap Med (11259099) Ricardo Miguel Mimoso Ferreira, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Cap Med (14164399) Carlos Manuel Proença Antunes, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Cap Med (05726300) Carlos Miguel Cheganças Capela, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Cap Med (10743600) Jorge Alexandre Cunha Labandeiro, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Cap Med (01717800) Ricardo Miguel Teixeira Dias, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Cap Med (12136099) Maria Inês da Conceição Quintas, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Cap Med (14779000) Nuno José Araújo Fidalgo de Oliveira, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Cap Med (14023698) Rosa Maria Queiroz Pereira Gil Cardiga, do HMP, devendo ser considerada nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Cap Med (09302701) Henrique Miguel do Rosário Delgado, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Cap Med (07995101) Clemente Henrique Silva Sousa, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Cap Med (03018101) Pedro Miguel Tomás Ananias, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Cap Med (14077099) Catarina Alexandra Valente Leitão, do HMP, devendo ser considerada nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Cap Med (01585200) Vítor Emanuel Varela de Freitas, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Ten Med (05953903) Leandro Miguel Nobre Azevedo, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Ten Med (04913403) David Filipe Fernandes Lopes, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Ten Med (13286101) Bruno Miguel Paixão Von Amann, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Ten Med (11252203) Mariana Mouraz Lopes dos Santos, do HMP, devendo ser considerada nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)



Ten Med (09537502) Andreia Filipa Estanislau Marcos Moreira, do HMP, devendo ser considerada nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Ten Med (19183901) Gil Dinis Lopes de Matos Alexandre, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Ten Med (10129404) Nélson José da Graça Gilberto, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Ten Med (06099204) Luís Carlos Saboeiro dos Santos Cardoso, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Ten Med (09473304) João Pedro Tomé Aniceto, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de agosto de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

### **Direcção de Doutrina**

#### **Repartição de Lições Aprendidas**

TCor Inf (03878381) Jorge Luís Leão da Costa Campos, do IPE, devendo ser considerado nesta situação desde 4 de novembro de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

### **Escola Prática de Infantaria**

Maj Inf (38066491) Sérgio Nuno Silveiro Castanho, do IGeoE, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de novembro de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

### **Escola Prática de Engenharia**

Ten Eng (00342303) João Amílcar Rodrigues Marques, da CEng/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de novembro de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

### **Regimento de Infantaria N.º 1**

TCor Inf (05020487) Brás Paulo Caetano Ferreira, do IESM, devendo ser considerado nesta situação desde 3 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

**Regimento de Cavalaria N.º 3**

Cor Cav (13952585) João Francisco Fé Nabais, do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de novembro de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

**Colégio Militar**

TCor Art (07847089) Vasco Vitorino da Silva António, do Joint Force Command Lisbon, devendo ser considerada nesta situação desde 15 de novembro de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

**Comando das Forças Terrestres**

Cor Cav (18748681) Paulo Renato Faro Geadá, do RC3, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de novembro de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

TCor Inf (09023286) Luís Filipe Carvalho das Dores Moreira, do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de outubro de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

**Direcção de Comunicações e Sistemas de Informação**

TCor Tm (06684986) João Batista Dias Garcia, da EPT, devendo ser considerado nesta situação desde 4 de outubro de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

Cap Tm (26353093) Andreia Margarida Viseu Pinto de Figueiredo António, da DGME, devendo ser considerada nesta situação desde 27 de novembro de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

**Regimento de Transmissões**

Cor Tm (08929484) Antonino Melchior Pereira de Melo, do CmdPess, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de setembro de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

**Centro de Segurança Militar e de Informações do Exército**

TCor Art (11233188) Vítor Manuel Correia Mendes, do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 27 de novembro de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

**Comando da Zona Militar dos Açores**  
**Unidade de Apoio**

Maj SGE (03240778) Albano de Sousa Covas, da UnApAMAS, devendo ser considerado nesta situação desde 26 de outubro de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

**Brigada Mecanizada**  
**Companhia de Engenharia**

Ten Eng (14425103) Tiago Miguel Albano Flambó, da EPE, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de outubro de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

**Brigada Mecanizada**  
**Comando e Companhia de Comando e Serviços**

Cor Tir Cav (19073984) José Ulisses Veiga Santos Ribeiro Braga, da DD, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de outubro de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

Cor Inf (02965384) António Martins Gomes Leitão, do CFT, devendo ser considerado nesta situação desde 26 de novembro de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Maj Tm (08210684) Carlos Manuel Pires de Sousa, da DCSI, devendo ser considerado nesta situação desde 27 de novembro de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

**Escola de Tropas Paraquedistas**

Cap Inf (09060699) Amílcar Dias Fernandes, do RI15, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de novembro de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

**Regimento de Infantaria N.º 15**

Maj Inf (14776793) Vítor Sérgio Antunes Gomes, do CmdCCS/BrigRR, devendo ser considerado nesta situação desde 5 de novembro de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

**Unidade de Aviação Ligeira do Exército**

TCor Inf (01563987) Gilberto Rodrigues Vilela dos Santos, do CmdCCS/BrigRR, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de agosto de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

Cap Cav (13450294) Gilberto Henrique Pires Lopes, da UALE, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de agosto de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

### **Regimento de Lanceiros N.º 2**

Maj Cav (03043989) Alberto José Nunes Laranjeira, d GabCEME, devendo ser considerado nesta situação desde 10 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

### **Manutenção Militar/Sucursal do Entroncamento**

TCor AdMil (06969188) Paulo Renato do Carmo Monteiro, das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de novembro de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

### **Messe de Oficiais de Pedrouços**

Cap AdMil (11279196) Nuno Ricardo Henriques, da DA, devendo ser considerado nesta situação desde 5 de junho de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

### **Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento**

TCor AdMil (11110985) António Manuel Lebre Falcão, da MM/Sucursal do Entroncamento, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de novembro de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Maj AdMil (13654591) António José Nogueira Galambas, do Joint Force Command Lisbon, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de outubro de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

### **Oficinas Gerais de Material de Engenharia**

TCor Mat (00610382) José Manuel Jorge da Costa, do CmdLog, devendo ser considerado nesta situação desde 4 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

Maj AdMil (38877993) António Manuel Paulo Cipriano, do CFin/CFT, devendo ser considerado nesta situação desde 12 de novembro de 2012.

(Por portaria de 30 de novembro de 2012)

### **Câmara Municipal de Cascais**

Cap Eng (02136999) Pedro Alexandre Gaspar de Campos, da EPE, devendo ser considerado nesta situação desde 4 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 14 de dezembro de 2012)

## V — DECLARAÇÕES

### Colocações e desempenho de funções na Situação da Reserva

O MGen Res (10528774) António Manuel Netas da Silva Graça, passou a prestar serviço efetivo na situação de Reserva desde 22 de setembro de 2012, nas funções de diretor do Hospital das Forças Armadas.

O TCor Med Res (11393780) Rui Hélder Tomás Labrusco, passou a prestar serviço efetivo na situação de Reserva, na DS, a partir de 19 de novembro de 2012.

O TCor Art Res (05047687) Mário Rui Pinto da Silva, passou a prestar serviço efetivo na situação de Reserva, na AM, a partir de 28 de setembro de 2012.

O SMor Tm Res (09431283) Arlindo Jordão de Oliveira, passou a prestar serviço efetivo na situação de Reserva, no Gabinete Nacional de Segurança, em 31 de outubro de 2012.

O SMor Art Res (16290381) Nelson Luís Rogeiro Lima Bragança, passou a prestar serviço efetivo na situação de Reserva, na DGAIED, em 25 de novembro de 2012.

---

## VI — OBITUÁRIO

### 2012

agosto, 20 — 1Sarg Mat (50008411) Manuel Jesus, da SecApoio/RRRD;  
setembro, 02 — SAj Mat (43431461) José Maria Ferreira, da SecApoio/RRRD;  
setembro, 03 — MGen (04063663) Augusto José Monteiro Valente, da SecApoio/RRRD;  
setembro, 05 — Cor Cav (51468011) Francisco Manuel dos Santos, da SecApoio/RRRD;  
setembro, 06 — SAj Mus (50488411) José Alves Garcia, da SecApoio/RRRD;  
setembro, 08 — SMor Inf (50186111) Francisco Pedro Romana, da SecApoio/RRRD;  
setembro, 12 — Cap SGE (52082811) Manuel Antunes Pinheiro, da SecApoio/RRRD;  
setembro, 12 — 1Sarg Inf (51005111) Francisco Prata Fialho, da SecApoio/RRRD;  
setembro, 13 — Cor Art (08017063) Germano de Jesus Barge Rio Tinto, da SecApoio/RRRD;  
setembro, 15 — Cap SGE (50860311) Diamantino Marques da Eira, da SecApoio/RRRD;  
setembro, 18 — Cap SGE (52279111) António Guerreiro, da SecApoio/RRRD;  
setembro, 19 — 1Sarg Inf (51983811) José Maria Soares, da SecApoio/RRRD;  
setembro, 20 — Cor Inf (18625874) Manuel Cardoso Ferreira, da SecApoio/RRRD;  
setembro, 21 — Cap SGE (52165611) José Gonçalves Mateus, da SecApoio/RRRD;  
setembro, 29 — Cap SGE (51442211) Luís da Assunção Esteves, da SecApoio/RRRD;  
setembro, 29 — Cap SGE (50349411) João Francisco Pintado Carola, da SecApoio/RRRD;  
setembro, 29 — SCh Inf (88008059) Lourenço Hornay dos Reis, da SecApoio/RRRD;  
setembro, 29 — 1Sarg Inf (50904611) Miguel Nogueira Alves, da SecApoio/RRRD;  
setembro, 30 — SCh Cav (50692411) João Martins Mendes, da SecApoio/RRRD;  
novembro, 01 — Cap TManMat (52127911) António Cecílio Monteiro, da SecApoio/RRRD;  
novembro, 01 — SAj SGE (52187811) Fernando Pereira de Sousa, da SecApoio/RRRD;  
novembro, 02 — Cor Inf (50156111) Fernando Jorge Belém Santana Guapo, da SecApoio/RRRD;

novembro, 02 — SAj SGE (50859511) José Pereira Fagundes, da SecApoio/RRRD;  
novembro, 03 — SCh Tm (51129611) Francisco Cláudio Mário Marques, da SecApoio/RRRD;  
novembro, 05 — Cor Cav (08519566) José Manuel Manso Ribeiro Sardinha, da SecApoio/RRRD;  
novembro, 06 — Cap SGE (50017911) Óscar Monteiro Latourette, da SecApoio/RRRD;  
novembro, 09 — SCh Mat (52332711) Francisco Tó Madeira Monteiro, da SecApoio/RRRD;  
novembro, 10 — Maj SGE (50359511) Manuel João da Cruz, da SecApoio/RRRD;  
novembro, 17 — Cor Cav (51211211) António Augusto Chiado Caçote, da SecApoio/RRRD;  
novembro, 18 — Cor Cav (51467411) Inácio José Correia da Silva Tavares, da SecApoio/RRRD;  
novembro, 19 — SAj SGE (51700811) Manuel Vieira, da SecApoio/RRRD;  
novembro, 22 — 1Sarg Aman (07672782) Carlos Manuel da Conceição Gaspar, da SecApoio/RRRD;  
novembro, 23 — SAj SGE (52132111) Serafim Ribeiro, da SecApoio/RRRD;  
novembro, 25 — SAj SGE (51292711) Samuel Silva Moreira, da SecApoio/RRRD;  
novembro, 26 — Cap SGE (50684311) Gentil Baptista Proffrio, da SecApoio/RRRD;  
novembro, 27 — Cor Cav (51048211) César Augusto Rodrigues Mano, da SecApoio/RRRD.

#### **O Chefe do Estado-Maior do Exército**

*Artur Neves Pina Monteiro*, General.

Está conforme:

#### **O Ajudante-General do Exército**

*Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros*, Tenente-General.



SECÇÃO DE OE/DARH  
ESTÁ CONFORME  
O ORIGINAL

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

# ORDEM DO EXÉRCITO

3.<sup>a</sup> SÉRIE

N.º 12/31 DE DEZEMBRO DE 2012

Publica-se ao Exército o seguinte:

## I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

### Condecorações

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques – Mérito do Exército de 4.<sup>a</sup> classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, a 2Cb RC (03441205) **Celine Afonso**.

(Por despacho de 07 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques – Mérito do Exército de 4.<sup>a</sup> classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Sold RC (13218004) **Carlos Manuel Martins Galego**.

(Por despacho de 16 de novembro de 2012)

Condecorados com a Medalha de Cobre de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica, do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Alf RC (09446397) Nelson Marques Cavaco;  
2Sarg RC (19834201) Francisco Cristovão Bastos Vieira Duarte;  
Furr RC (03394204) Filipe Daniel Pinto Vieira de Pinho;  
1Cb RC (03772204) Rui Daniel da Silva Ribeiro;  
1Cb RC (19800604) Diogo Miguel de Sousa Paquete;  
1Cb RC (02309502) Elton Denis Vinagre Correia;  
1Cb RC (01850402) Ilda Isabel Dionísio;  
1Cb RC (09640603) Nuno André Pereira Gonçalves;  
1Cb RC (04262806) Maik Bento Fernandes;  
1Cb RC (19281905) David José Carrilho Libânio;  
1Cb RC (04685905) Alexandre Miguel Ribeiro Martins;  
1Cb RC (05510506) Fábio Miguel dos Santos Oliveira;  
1Cb RC (01759906) Pedro Miguel Bulhões Costa;  
1Cb RC (14562005) Cristovão Pedro Oliveira;  
1Cb RC (18113505) Catarina de Fátima Lima Botelho;

2Cb RC (09733806) José Francisco Tirano Salvador;  
Sold RC (16679799) Carlos André Batista Valério;  
Sold RC (10261803) Ilda Susana Lopes Araújo;  
Sold RC (16523005) Bruno Félix Vilares Pardal;  
Sold RC (14874706) João Carlos Entrudo Ponteiro;  
Sold RC (03938405) Ricardo Manuel Campos Lagoeiro Rodrigues;  
Sold RC (06684406) Sílvia Gouveia Alves;  
Sold RC (00769305) Ricardo Emanuel Alves da Silva;  
Sold RC (02527702) Patrícia Alexandra Morais Carvalho Costa;  
Sold RC (12838504) Vítor Manuel Alves Afonso;  
Sold RC (01192204) Marco André Gomes Mota;  
Sold RC (03014105) Renato Belmiro Nogueira Carvalho;  
Sold RC (11740004) Hélder da Conceição Teixeira Oliveira;  
Sold RC (03718203) Pedro Jorge Martins Reis;  
Sold RC (02578304) Milton Filipe Silvestre Arruda;  
Sold RC (17258003) Fábio Gonzaga Oliveira Amaral;  
Sold RC (12882106) Décio Filipe Botelho Rebelo;  
Sold RC (03949806) Válder António Amaral do Paço;  
Sold RC (01384905) Mário Jorge Raposo Vieira;  
Sold RC (11311506) Diogo Manuel Silva Soares;  
Sold RC (03880801) Flávio Oliveira David da Silva;  
Sold RC (13147106) Luciano Alberto Maiato Cabeceiras.

(Por despacho de 22 de novembro de 2012)

Manda o Ministro da Defesa Nacional, nos termos da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 do artigo 49.º e atento o disposto no artigo 44.º, ambos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, conceder a Medalha dos Feridos em Campanha, ao Ex-2Sarg Mil (00149566) **José Madeira Serafim**.

(Por despacho de 23 de agosto de 2012/DR II Série n.º 189 de 28 de setembro de 2012)

Condecorados com a Medalha de Comemorativa das Campanhas, por despacho da data que se indica, do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Ex-Ten (01245867) João Alexandre Lima Gonçalves, “Angola 1972-73”;  
Ex-Ten (01245867) João Alexandre Lima Gonçalves, “Guiné 1974”;  
Ex-Ten (00571861) Fernando Manuel Azevedo Seabra, “Angola 1965-67”;  
Ex-Ten (00708361) João Orlando Rodrigues Pereira, “Angola 1965-67”;  
Ex-Ten (00100461) Joaquim Brito da Cruz, “Angola 1963-65”;  
Ex-Ten (00495362) Manuel Magalhães Mendes Moreira, “Angola 1965-67”;  
Ex-Ten (17401271) João Carlos da Piedade Reis, “Moçambique 1972-74”;  
Ex-Ten (02788565) José Hermenegildo de Mendonça Soares, “Moçambique 1968-70”;  
Ex-Alf (07257172) Eduardo Francisco Moniz B. Messias, “Guiné 1972-74”;  
Ex-Alf (01333771) João Manuel Ferreira da Agorreta Alpuim, “Angola 1973-74”;



Ex-Alf (19359972) Rodrigo José Botelho Lourenço, “Guiné 1972-74”;  
Ex-Alf (10561969) António Joaquim das Serradas Pereira, “Guiné 1972-74”;  
Ex-Alf (10069767) Joaquim Manuel Pereira Gonçalves, “Angola 1968-70”;  
Ex-2Sarg (00153362) Duarte José Faria Taveira Peixoto, “Angola 1964-66”;  
Ex-2Sarg (17172170) Abílio José Soares Morais, “Moçambique 1972-74”;  
Ex-2Sarg (62112571) José Manuel Nunes Viveiros, “Angola 1971-74”;  
Ex-2Sarg (00417554) António Pires Nunes, “Moçambique 1961-63”;  
Ex-Furr (60140071) António Alexandre Garrido Pacheco, “Angola 1971-74”;  
Ex-Furr (06532364) Fernando de Sousa Melo, “Moçambique 1966-68”;  
Ex-Furr (00077166) José Fernando Alvernaz da Silva, “Moçambique 1967-69”;  
Ex-Furr (04947667) Elmiro Joaquim dos Santos Costa, “Moçambique 1969-71”;  
Ex-Furr (04373166) António José Ramalho, “Angola 1968-70”;  
Ex-Furr (02111266) Alexandre dos Reis Correia, “Angola 1968-70”;  
Ex-Furr (10190572) Carlos José Tavares da Cruz, “Guiné 1973-74”;  
Ex-Furr (71215170) Miguel Ferreira, “Moçambique 1970-73”;  
Ex-Furr (00135161) António José da Fonseca Leitão, “Guiné 1963-64”;  
Ex-Furr (00165659) Alberto Guia Collet Meygret, “Moçambique 1960-63”;  
Ex-Furr (00023366) Virgílio Comenda de Pina, “Moçambique 1967-70”;  
Ex-Furr (04839372) Carlos Augusto Gonçalves da Silva, “Moçambique 1974”;  
Ex-Furr (19762671) José Carlos Gonçalves Pereira, “Angola 1972-74”;  
Ex-Furr (11812768) Francisco José dos Santos Mesquita Guimarães, “Angola 1969-72”;  
Ex-Furr (06596869) Abílio Jerónimo de Sousa Vasques, “Moçambique 1970-72”;  
Ex-Furr (14989373) Eduardo José Magalhães Ribeiro, “Guiné 1974”;  
Ex-Furr (15922874) António da Silva Carvalho, “Angola 1973-74”;  
Ex-1Cb (02864167) Albino Ferreira Nunes, “Guiné 1967-69”;  
Ex-1Cb (18816270) Rogério Aguiar Castro Paupério, “Guiné 1971-73”;  
Ex-1Cb (01384167) Manuel Rodrigues de Brito, “Angola 1967-69”;  
Ex-1Cb (07951664) Manuel José da Silva Garcia, “Guiné 1966-68”;  
Ex-1Cb (11574067) Manuel de Matos Gonçalves Guerreiro, “Angola 1968-70”;  
Ex-1Cb (04680366) Francisco Matias dos Santos, “Angola 1968-70”;  
Ex-1Cb (11458767) Abel dos Reis Duarte, “Angola 1968-70”;  
Ex-1Cb (00410761) Joaquim Fernandes de Castro, “Angola 1961-63”;  
Ex-1Cb (19496071) Marcolino Lourenço Marques, “Guiné 1972-74”;  
Ex-1Cb (05206565) António Simeão Ferreira Lopes, “Angola 1966-68”;  
Ex-1Cb (01101967) Analídio de Jesus Pinto, “Angola 1968-70”;  
Ex-1Cb (10572872) Manuel de Jesus Fonseca, “Timor 1973-74”;  
Ex-1Cb (04236263) António Azenha Couto, “Angola 1963-65”;  
Ex-1Cb (02414165) Joaquim Pires Dias Calretas, “Angola 1968-70”;  
Ex-1Cb (08315665) José Pontes da Luz, “Moçambique 1966-68”;  
Ex-1Cb (00070867) Victor Manuel Figueiredo Gil, “Angola 1968-70”;  
Ex-1Cb (09895367) António Alves Passarela, “Angola 1968-70”;  
Ex-1Cb (03454667) António da Conceição Damásio Subtil, “Moçambique 1968-70”;  
Ex-1Cb (08588864) José Augusto Gaio Carioca, “Guiné 1965-67”;  
Ex-1Cb (08398172) Raul Maria Porfírio, “Angola 1973-74”;  
Ex-1Cb (00029261) José Manuel Canelas, “Angola 1961-64”;  
Ex-1Cb (00407968) José Luís dos Santos Duarte, “Moçambique 1968-70”;  
Ex-1Cb (09969667) António da Conceição de Araújo Coelho, “Angola 1967-70”;

Ex-1Cb (04306364) Carlos Alberto de Araújo Coelho, “Angola 1964-67”;  
Ex-1Cb (05130272) João Carlos Moreira Coelho, “Guiné 1972-74”;  
Ex-1Cb (02824068) António Ferreira da Silva, “Angola 1968-70”;  
Ex-1Cb (10006773) Eduardo de Jesus Valente, “Timor 1974”;  
Ex-1Cb (01516866) Emiliano José Correia, “Angola 1967-69”;  
Ex-1Cb (08988370) José Neto Filipe, “Angola 1971-73”;  
Ex-1Cb (07159369) Manuel da Costa Pereira, “Angola 1970-72”;  
Ex-1Cb (04120365) José Domingos Bárbara, “Angola 1966-68”;  
Ex-1Cb (00047263) António Pais Ferreira, “Angola 1963-66”;  
Ex-1Cb (61101770) Hélder Leopoldo Bastos de Oliveira, “Angola 1970-73”;  
Ex-1Cb (01734067) José Francisco Ferreira da Encarnação, “Angola 1967-69”;  
Ex-1Cb (05326470) Domingos Fernandes Correia, “Guiné 1970-72”;  
Ex-1Cb (09396773) António Joaquim Brandão Martins, “Timor 1974”;  
Ex-1Cb (00123161) Francisco da Costa, “Moçambique 1961-63”;  
Ex-1Cb (00027562) Manuel D’Assunção Palma Franco, “Angola 1963-66”;  
Ex-1Cb (01993667) Juvenal Isaías da Palma, “Moçambique 1968-170”;  
Ex-1Cb (02231966) Albano Dias da Silva, “Angola 1967-70”;  
Ex-1Cb (00936262) David de Sousa Araújo Pereira, “Guiné 1963-65”;  
Ex-1Cb (06666464) Manuel Gonçalves Maio, “Angola 1965-67”;  
Ex-1Cb (03394066) António Neves de Oliveira, “Angola 1967-69”;  
Ex-1Cb (06120475) Victor Manuel Fangaia Henriques Sotana, “Angola 1974”;  
Ex-1Cb (00953761) Manuel Vieira Leal Gonçalves, “Moçambique 1961-64”;  
Ex-1Cb (60587271) José da Costa Gonçalves, “Angola 1971-74”;  
Ex-1Cb (08647373) Carlos André da Cruz Silva, “Moçambique 1974”;  
Ex-1Cb (00550861) Daniel da Silva Bessa, “Timor 1962-64”;  
Ex-1Cb (08516865) José da Silva Jesus, “Moçambique 1966-68”;  
Ex-1Cb (06389064) Joaquim Maria e Silva, “Angola 1965-67”;  
Ex-1Cb (10029870) José António da Cunha Freitas, “Moçambique 1971-73”;  
Ex-1Cb (00342861) Carlos da Silva Maia “Angola, 1961-64”;  
Ex-1Cb (08375768) Valdemar da Silva Magalhães, “Angola 1969-71”;  
Ex-1Cb (16156769) Joaquim Mendes Henriques, “Moçambique 1970-72”;  
Ex-1Cb (36413261) Manuel Laranjeira Ferreira, “Moçambique 1962-64”;  
Ex-1Cb (05093272) José Maria G. de Oliveira Henriques, “Angola 1972-74”;  
Ex-1Cb (03359572) Altino Pereira da Silva, “Moçambique 1972-74”;  
Ex-1Cb (18995668) Manuel Nogueira Mendes, “Angola 1968-70”;  
Ex-1Cb (03927968) Manuel Ferreira Rodrigues, “Angola 1969-71”;  
Ex-1Cb (00643466) Domingos Ferreira das Neves, “Moçambique 1966-68”;  
Ex-2Cb (00002259) Ramiro Lopes Tapada, “Angola 1961-63”;  
Ex-Sold (10908571) Victor Manuel da Fonseca, “Angola 1971-72”;  
Ex-Sold (16172470) Arnaldo Correia Santa Almeida, “Guiné 1971-72”;  
Ex-Sold (38347962) António Martins de Castro, “Angola 1963-65”;  
Ex-Sold (01523670) Joaquim dos Santos Pinto, “Guiné 1970-72”;  
Ex-Sold (07482766) Eugénio Augusto Figueiredo Amaral, “Angola 1968-70”;  
Ex-Sold (11386769) António Augusto Dias dos Santos, “Angola 1970-72”;  
Ex-Sold (16316269) Armando Joaquim Ferreira, “Moçambique 1970-72”;  
Ex-Sold (00244461) Zeferino Pereira Vilaverde, “Angola 1963-65”;  
Ex-Sold (05975567) Manuel da Conceição Dias de Carvalho, “Angola 1968-70”;  
Ex-Sold (09313671) Eduardo Jorge Teixeira de Sousa Matos, “Moçambique 1971-73”;  
Ex-Sold (00107263) Ezequiel Ferreira, “Angola 1963-65”;

Ex-Sold (00521564) Adelino Cardoso Fernandes, “Angola 1964-67”;  
Ex-Sold (13558268) António Pimenta Pereira, “Angola 1968-70”;  
Ex-Sold (14085473) José António Trancoso Esteves, “Angola 1974”;  
Ex-Sold (73829272) António Luís de Matos Sousa, “Moçambique 1972-74”;  
Ex-Sold (07742169) José João Silva de Sousa, “Moçambique 1970-72”;  
Ex-Sold (07645563) Pedro Vasco Garcia, “Angola 1964-66”;  
Ex-Sold (01066766) Manuel Alberto Tavares Gonçalves, “Guiné 1967-69”;  
Ex-Sold (08267667) Manuel Simão Ventura Marques, “Angola 1968-70”;  
Ex-Sold (08328667) Joaquim Guedes, “Angola 1968-70”;  
Ex-Sold (08281667) Joaquim Gomes Ferreira, “Angola 1968-70”;  
Ex-Sold (10905272) José Fernandes da Fonseca, “Guiné 1973-74”;  
Ex-Sold (11248067) Daniel Ferreira Narciso, “Angola 1968-70”;  
Ex-Sold (08164367) Manuel da Silva Marques Mané, “Angola 1968-70”;  
Ex-Sold (04529467) Silvério Guerreiro da Luz, “Moçambique 1967-69”;  
Ex-Sold (17665172) Albino Santos, “Angola 1973-74”;  
Ex-Sold (60839773) Craveiro Santos Monteiro Veiga, “Angola 1973-74”;  
Ex-Sold (00369264) João Marques Pereira, “Angola 1965-67”;  
Ex-Sold (10273471) João Manuel dos Barros Gonçalves, “Moçambique 1972-74”;  
Ex-Sold (00918965) Carlos Vieira Faria, “Moçambique 1966-68”;  
Ex-Sold (05439266) Fernando Jesus Braga, “Angola 1967-69”;  
Ex-Sold (10084573) José da Silva Pereira, “Cabo Verde 1974”;  
Ex-Sold (00181826) Manuel Albano Café, “Moçambique 1961-64”;  
Ex-Sold (02218669) José Martins da Rocha, “Moçambique 1972-74”;  
Ex-Sold (08877265) Carlos dos Santos Matos, “Guiné 1968-70”;  
Ex-Sold (61605569) Artur Hermann Ribeiro de Araújo, “Angola 1969-72”;  
Ex-Sold (05777766) Manuel Guerreiro dos Santos, “Angola 1967-69”;  
Ex-Sold (05089697) Joaquim Miguel Pereira da Silva, “Angola 1973-74”;  
Ex-Sold (06440672) António Augusto Costa Pacheco, “Guiné 1972-74”;  
Ex-Sold (08713863) Manuel António Guerreiro, “Angola 1964-66”;  
Ex-Sold (00216470) Américo Dias Soares, “Moçambique 1970-73”;  
Ex-Sold (00879967) José Fausto Pereira Alves Ricardo, “Guiné 1967-69”;  
Ex-Sold (00235662) Alberto Henrique Ribeiro da Silva, “Guiné 1963-65”;  
Ex-Sold (05679563) Francisco Ribeiro dos Santos, “Guiné 1964-66”;  
Ex-Sold (04343166) António Araújo Jacome, “Guiné 1967-69”;  
Ex-Sold (61000070) Belarmino Gomes Vieira, “Angola 1970-73”;  
Ex-Sold (04220674) António Alípio Assunção Ameão, “Angola 1974”;  
Ex-Sold (00181263) António da Costa Alves, “Timor 1963-65”;  
Ex-Sold (02812165) José M. da Rocha e Sousa, “Angola 1967”;  
Ex-Sold (02812165) José M. da Rocha e Sousa, “Moçambique 1967-68”;  
Ex-Sold (04831368) Daniel Pedro Valente Alves, “Moçambique 1969-1971”;  
Ex-Sold (09622365) Alberto Gomes Pacheco, “Angola 1966-68”;  
Ex-Sold (06038268) Vítor Manuel Rosa Guerreiro, “Angola 1969-71”;  
Ex-Sold (00164760) Leonel Augusto Costa da Silva, “Índia 1960-62”;  
Ex-Sold (09558967) Casimiro Almeida dos Santos, “Angola 1968-70”;  
Ex-Sold (09911165) António Camilo Martins da Silva, “Guiné 1966-68”;  
Ex-Sold (09962767) Manuel António Gomes de Pinho, “Angola 1968-70”;  
Ex-Sold (03391467) Alberto da Silva Santos, “Moçambique 1967-69”;  
Ex-Sold (00034460) Américo Ribeiro da Silva, “Angola 1961-63”;  
Ex-Sold (06146767) António Joaquim Dias, “Angola 1968-70”;

Ex-Sold (08590267) Adão de Freitas Rodrigues, “Moçambique 1968-70”;  
Ex-Sold (14288072) Adriano Bernardino da Silva Fernandes, “Angola 1973-74”;  
Ex-Sold (10615072) Victor Manuel Fernandes da Costa, “Guiné 1972-74”;  
Ex-Sold (01735366) Eugénio Panelas Raposo, “Guiné 1966-68”;  
Ex-Sold (19314573) Bernardino Soares Mendes, “Moçambique 1974”;  
Ex-Sold (07246272) António Aguiar Castro Paupério, “Moçambique 1972-74”;  
Ex-Sold (08020370) Mário Augusto Faria Teixeira, “Guiné 1971-73”;  
Ex-Sold (09320071) Joaquim Gomes de Sousa, “Moçambique 1972-74”;  
Ex-Sold (00108265) Diamantino Pires Martins, “Angola 1966-68”;  
Ex-Sold (08206971) Augusto Carvalho Araújo, “Guiné 1972-74”;  
Ex-Sold (06695666) Manuel Alves das Neves, “Angola 1967-69”;  
Ex-Sold (09925567) Joaquim de Jesus Duarte Ferreira, “Angola 1968-70”;  
Ex-Sold (00350460) Marcolino Augusto Pinto, “Moçambique 1961-63”;  
Ex-Sold (07348066) Olípio dos Santos Almeida Pego, “Angola 1967-69”;  
Ex-Sold (06991763) Orlando António Exposto, “Moçambique 1963-66”;  
Ex-Sold (01786669) Silvano da Silva Almeida, “Angola 1969-71”;  
Ex-Sold (02743865) Manuel Gonçalves Pires da Silva, “Angola 1965-68”;  
Ex-Sold (07125973) Eugénio José Vieira Marques, “Moçambique 1974”;  
Ex-Sold (00354767) João Celso de Almeida Fonseca, “Angola 1967-69”;  
Ex-Sold (05454864) João Manuel Pedro, “Angola 1965-67”;  
Ex-Sold (05249065) Francisco Nunes Silva, “Moçambique 1966-68”;  
Ex-Sold (09420366) Manuel Pereira Correia, “Moçambique 1967-69”;  
Ex-Sold (05663168) Carlos António Fernandes Correia, “Guiné 1969-71”;  
Ex-Sold (00040862) Manuel de Sousa Martins, “Angola 1962-65”;  
Ex-Sold (05222374) Domingos Rogério Miranda da Costa, “Angola 1974”;  
Ex-Sold (13212469) António Manuel Mestre, “Angola 1970”;  
Ex-Sold (13212469) António Manuel Mestre, “Moçambique 1970-72”;  
Ex-Sold (15787772) João Afonso Ferreira da Rocha, “Angola 1973-74”;  
Ex-Sold (03000768) Filipe dos Reis Lopes, “Angola 1969-71”;  
Ex-Sold (07343867) João Luís Tomás Pina, “Angola 1967-69”;  
Ex-Sold (09794865) Francisco Maria Pinheiro Nunes, “Angola 1966-68”;  
Ex-Sold (06739267) Mário Coutinho de Sousa, “Moçambique 1968-70”;  
Ex-Sold (08089365) Fernando Sá Ferreira, “Angola 1966-68”;  
Ex-Sold (07170066) António Oliveira Ferreira, “Guiné 1966-68”;  
Ex-Sold (00199662) Francisco Dias Sousa, “Angola 1963-65”;  
Ex-Sold (01234470) António Ramos, “Guiné 1971-73”;  
Ex-Sold (00497167) Armando Gonçalves da Silva, “Guiné 1967-69”;  
Ex-Sold (03677067) António Mendes Félix, “Angola 1967-70”;  
Ex-Sold (06659467) Fernando Alves da Silva, “Guiné 1968-70”;  
Ex-Sold (09034870) Rui António F. da Rocha, “Angola 1970”;  
Ex-Sold (09034870) Rui António F. da Rocha, “Moçambique 1970-72”;  
Ex-Sold (11057172) António Gomes Martins do Monte, “Guiné 1973-74”;  
Ex-Sold (05272171) Gerardo David de Castro Gonçalves, “Angola 1971-74”;  
Ex-Sold (09532763) António Assunção Fernandes, “Guiné 1964-66”;  
Ex-Sold (17719772) Luís dos Santos Leal, “Angola 1973-74”;  
Ex-Sold (05240063) Manuel da Ascensão da Silva Borges, “Angola 1964-66”;  
Ex-Sold (05542167) António Fangueiro da Silva, “Guiné 1968-70”;  
Ex-Sold (01771667) Manuel José Ribeiro Agostinho, “Guiné 1968-69”;



Ex-Sold (00014858) Celestino Rosa de Figueiredo, “Moçambique 1961-63”;  
Ex-Sold (00870072) João Duque Mendes Costa, “Guiné 1973-74”;  
Ex-Sold (09384769) Manuel Pereira Ribeiro Novo, “Moçambique 1970-72”;  
Ex-Sold (03725863) Carlos Alberto Soares Ventura, “Angola 1963-66”;  
Ex-Sold (00091660) José da Fonte Simão, “Angola 1960-62”;  
Ex-Sold (01628874) Joaquim de Almeida Teixeira, “Guiné 1974”.

(Por despacho de 30 de novembro de 2012)

Condecorados com a Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais das FAP, por despacho, da data que se indica, do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Alf RC (06630901) Ana Raquel Figueira, “Líbano 2010-11”;  
2Sarg RC (08184703) Hélder dos Reis César, “Uganda 2012”;  
1Cb RC (07513909) Ricardo Jorge da Silva Marques, “Líbano 2010-11”;  
1Cb RC (19940706) Ricardo Miguel Gomes Prata, “Líbano 2010-11”;  
1Cb RC (07566505) Victor Gomes da Costa, “Líbano 2010-11”;  
1Cb RC (09479705) Nuno Filipe Ferreira Martins, “Líbano 2010-11”;  
1Cb RC (04672406) Ricardo Jorge Fernandes Gonçalves, “Líbano 2010-11”;  
1Cb RC (14068106) Roberto Soares de Almeida, “Líbano 2010-11”;  
1Cb RC (10306706) Elson Fernando Nunes Moreira, “Líbano 2010-11”;  
Sold RC (10491205) Ruben Manuel Gomes dos Santos, “Líbano 2010-11”;  
Sold RC (17805702) Filipe Manuel da Silva Figueiredo, “Uganda 2012”;  
Sold RC (01866202) Mónica Sofia Valentim Barata, “Líbano 2010-11”;  
Sold RC (02239802) Célia Maria Jerónimo Leitão, “Líbano 2011-12”;  
Sold RC (03565909) Tânia Cristina Nunes Coelho, “Líbano 2010-11”;  
Sold RC (09073906) Pedro Miguel Vitorino Ratinho, “Líbano 2010-11”;  
Sold RC (15179504) Bruno Jorge Viegas Lopes dos Santos, “Líbano 2010-11”;  
Sold RC (13905204) Cláudia Patrícia dos Santos Vieira, “Líbano 2010-11”;  
Sold RC (01704803) Fernando Miguel da Fonseca Araújo, “Líbano 2010-11”;  
Sold RC (16944905) Tiago Antero Fernandes Antunes, “Líbano 2010-11”;  
Sold RC (01420609) Fábio Miguel Garcia Pinto, “Líbano 2010-11”;  
Sold RC (14540810) Marcelo Tiago Mateus Aires, “Líbano 2010-11”;  
Sold RC (15923105) Sabina Isabel Fernandes Guimarães, “Líbano 2010-11”;  
Sold RC (19411309) Edgar Emanuel Fernandes Baessa, “Líbano 2010-11”;  
Sold RC (09405906) João Túlio Arcadinho de Sousa, “Líbano 2010-11”;  
Sold RC (07568802) Nuno M. dos Santos Gomes Moreira, “Líbano 2010-11”;  
Sold RC (06935710) André Filipe Martins Silva, “Líbano 2010-11”;  
Sold RC (17437403) Mara Lúcia Penedo Viegas, “Líbano 2010-11”;  
Sold RC (08651505) Nuno Miguel Costa Martins, “Líbano 2010-11”.

(Por despacho de 09 de outubro de 2012)

Ex-Ten (16879369) Jorge Inácio Silva Martins, “Angola 1974-75”;  
Ex-1Cb (35298991) Filipe Miguel Madeira Guerreiro, “Angola 1995-96”;  
Ex-1Cb (04002774) Manuel Gomes Remelgado, “Angola 1975”.

(Por despacho de 30 de outubro de 2012)

Ex-Furr (04703774) Delfim Jardim Gonçalves Carvalho, “Angola 1975”;  
Ex-Furr (01080573) António Jorge Magalhaes Abreu, “Moçambique 1974-75”;  
Ex-1Cb (02385174) José Joaquim Nunes, “Angola 1975”;

(Por despacho de 30 de novembro de 2012)

Condecorados com Nova Passadeira da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais das FAP, por despacho da data que se indica, do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002 de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Sold RC (04780199) José Lino da Silva Guedes, “Bósnia 2000-02”;  
Sold RC (04063601) Maria da Purificação Maciel Fernandes, “Líbano 2010-11”;  
Sold RC (18389706) Micael Roberto Garcia Barros, “Líbano 2010-11”;  
Sold RC (14605209) Jorge Emanuel Ferreira Moreira, “Líbano 2010-11”;  
Sold RC (01093006) Suse Marina Alves da Costa, “Líbano 2010-11”;  
Sold RC (09464603) Luís Filipe da Fonseca Oliveira, “Líbano 2010-11”;  
Sold RC (11079005) Delmar da Fonseca Gaspar, “Líbano 2010-11”;  
Sold RC (17846405) Paulo César Lopes de Sousa Leão, “Líbano 2010-11”.

(Por despacho de 09 de outubro de 2012)

---

## II — PROMOÇÕES E GRADUAÇÕES

### Promoções

Por despacho do Tenente-General Ajudante-General do Exército, de 3 de dezembro de 2012, ao abrigo dos poderes delegados pelo Despacho n.º 2 767/2012, de 08 de fevereiro do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 41, de 27 de fevereiro de 2012 (págs. 6945 e 6946) são promovidos ao posto de **Cabo-Adjunto**, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 305.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99 de 25 de junho conjugado com as alterações aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003 de 30 de agosto, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção, os Primeiros-Cabos em regime de contrato a seguir mencionados:

1Cb (17465406) José António Marmelo dos Santos;  
1Cb (7699999) Nuno Miguel Barreiros Luzia;  
1Cb (11540906) João Manuel Sol Posto Miranda;  
1Cb (01814104) Luís Carlos Rodrigues Amaral.

Os referidos Praças contam a antiguidade no novo posto desde 3 de dezembro de 2012, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do posto de Cabo-Adjunto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009 de 14 de outubro.

Têm direito ao vencimento pelo novo posto, desde o dia seguinte ao da publicação do presente Despacho no *Diário da República*, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º-A da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, aditado pelo artigo 4.º da Lei n.º 20/2012 de 14 de maio.

As presentes promoções são efetuadas ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 20.º-A da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, aditado pelo artigo 4.º da Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, e na sequência da autorização concedida pelo Despacho n.º 9 878-B/2012, de 20 de julho, de Suas Excelências os Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 20 de julho de 2012.

(DR II Série n.º 238 de 10 de dezembro de 2012)

Por despacho do Tenente-General Ajudante-General do Exército, de 12 de dezembro de 2012, ao abrigo dos poderes delegados pelo Despacho n.º 2 767/2012, de 08 de fevereiro do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 41, de 27 de fevereiro de 2012 (págs. 6945 e 6946) é promovido ao posto de **Primeiro-Cabo**, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 305.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99 de 25 de junho conjugado com as alterações aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003 de 30 de agosto, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção, o 2Cb RC (01788509) **Pedro André da Costa Queirós**.

O referido Praça conta a antiguidade no novo posto desde 12 de dezembro de 2012, ficando integrado na primeira posição da estrutura remuneratória do posto de Primeiro-Cabo, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009 de 14 de outubro.

Têm direito ao vencimento pelo novo posto, desde o dia seguinte ao da publicação do presente despacho no *Diário da República*, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º-A da Lei 64-B/2011 de 30 de dezembro, aditado pelo artigo 4.º da Lei n.º 20/2012 de 14 de maio.

A presente promoção é efetuada ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 20.º-A da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, aditado pelo artigo 4.º da Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, e na sequência da autorização concedida pelo Despacho n.º 9 878-B/2012, de 20 de julho, de Suas Excelências os Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 20 de julho de 2012.

(DR II Série n.º 245 de 19 de dezembro de 2012)

Por despacho do Tenente-General Ajudante-General do Exército, de 27 de novembro de 2012, ao abrigo dos poderes delegados pelo Despacho n.º 2 767/2012, de 8 de fevereiro do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *DR*, 2ª série, n.º 41, de 27 de fevereiro de 2012 (págs. 6945 e 6946), são promovidos ao posto de **Segundo-Cabo**, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 305.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99 de 25 de junho conjugado com as alterações aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003 de 30 de agosto, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção, os Segundos-Cabos Graduados em regime de contrato a seguir mencionados:

2Cb Grad (03402004) Pedro Manuel Alves da Costa;  
2Cb Grad (15354810) Sérgio Filipe Machado Teixeira;  
2Cb Grad (16006010) Fábio Filipe Fernandes Martins;  
2Cb Grad (06213810) Ivo Miguel Fernandes Freitas;  
2Cb Grad (08956306) Flávio José Gonçalves Ferrão;  
2Cb Grad (11781909) Pedro Miguel Brandão Lopes Peixoto;  
2Cb Grad (12834111) Filipe José Rodrigues da Costa;  
2Cb Grad (07341311) Manuel Fernando Pacheco Nogueira;  
2Cb Grad (17271512) Jorge Filipe de Almeida Cortinhal;  
2Cb Grad (01521804) Luís Filipe dos Santos Lopes;  
2Cb Grad (14411609) Milton André Quintal;

2Cb Grad (08659005) José Filipe Ferreira de Neiva;  
2Cb Grad (13429906) [José André Jardim Alves](#);  
2Cb Grad (00672511) Gonçalo Alexandre Fonseca Cardoso;  
2Cb Grad (03273309) Vasco André Vieira Felisberto;  
2Cb Grad (15057309) Humberto Alexandre Mendonça;  
2Cb Grad (10262804) Bruno Alexandre Rodrigues dos Santos;  
2Cb Grad (17334611) João Carlos Leiroz da Purificação;  
2Cb Grad (01185812) Filipe de Moura Simões;  
2Cb Grad (10650405) [José Angel Santos da Ressurreição](#);  
2Cb Grad (01549210) Nelson Filipe do Maio Serranito;  
2Cb Grad (14744811) Gonçalo George de Vasconcelos de Azevedo e Castro;  
2Cb Grad (09103509) Cristiano Martins Ferreira;  
2Cb Grad (07696606) Vasco Miguel Duarte Gomes;  
2Cb Grad (18162506) Rafael José da Silva Raimundo;  
2Cb Grad (10397611) [Pedro Diogo Baptista da Silva](#);  
2Cb Grad (05799510) Tiago André Calado Leal;  
2Cb Grad (02344909) [José Agostinho da Silva Andrade](#);  
2Cb Grad (13912012) Diogo Filipe Paulino Pimenta;  
2Cb Grad (09202611) Bruno Filipe Ribeiro Santos;  
2Cb Grad (15416511) Luís Miguel Reis Rodrigues;  
2Cb Grad (04261006) Fernando Henrique Nunes;  
2Cb Grad (19746710) [José Flávio Pereira Almada](#);  
2Cb Grad (15702909) Flávio Silva Rodrigues;  
2Cb Grad (14399711) Valter Manuel dos Santos Pereira;  
2Cb Grad (17809910) João Manuel Marques Rodrigues;  
2Cb Grad (11682506) Adérito Manuel Pacheco de Jesus;  
2Cb Grad (02820009) Edgar Filipe Paulos Dias;  
2Cb Grad (03793809) Mauro Filipe Serra Rebocho;  
2Cb Grad (19529909) Rodolfo Ricardo Simão Pascoal;  
2Cb Grad (16049306) Roberto Carlos dos Santos;  
2Cb Grad (06567410) [Freddy António Freitas Martins](#);  
2Cb Grad (10561512) Ricardo André Pereira de Melo;  
2Cb Grad (06123103) Adulo Ronald Miranda Nogueira Mané;  
2Cb Grad (15611009) Ivo Emanuel Lopes Rodrigues;  
2Cb Grad (07260012) Hugo Filipe Novais Fernandes;  
2Cb Grad (02313311) Marco André da Costa;  
2Cb Grad (13475505) Daniel José Viana Nunes;  
2Cb Grad (01505911) João Luís Bastos Ramos;  
2Cb Grad (09349004) [Fábio Duarte Rodrigues Branco](#);  
2Cb Grad (04138309) Jorge Adelino Perestrelo Gois;  
2Cb Grad (03439511) [José Cristiano Camacho Santos](#);  
2Cb Grad (11783909) Tiago Fernando Pereira Carvalho;  
2Cb Grad (12523109) Tiago António Nunes da Silva;  
2Cb Grad (11579712) Alexandre Ferreira Ribeiro;  
2Cb Grad (00734812) Diogo Filipe Melo Verdinho;  
2Cb Grad (07605812) Luís Carlos da Fonseca Matos;  
2Cb Grad (06301210) Manuel José Bogalho Rodrigues;  
2Cb Grad (07183510) Samuel David da Silva Nunes;  
2Cb Grad (10632811) Ricardo José Assunção da Rosa;



2Cb Grad (04698306) Carlos Manuel Rodrigues;  
2Cb Grad (06600711) Pedro Miguel Ferraz Pinto;  
2Cb Grad (05760006) Paulo Joel Sampaio Peixoto;  
2Cb Grad (01066910) Jorge Miguel Domingos Muralha;  
2Cb Grad (04851111) Norberto Aveiro Nunes;  
2Cb Grad (07298510) João Marco dos Reis Mesquita;  
2Cb Grad (01121510) Nuno Rafael Bilhó da Silva;  
2Cb Grad (09946710) Márcio Emanuel Martins Felício;  
2Cb Grad (00818511) Rúben David Veiga de Castro Costa;  
2Cb Grad (01833311) José Rafael Trindade Mendes;  
2Cb Grad (18720106) André Filipe Machado Santos;  
2Cb Grad (11878505) Renato José Pereira da Costa;  
2Cb Grad (09541706) Casimiro Alexandre Gomes Oliveira;  
2Cb Grad (00878206) João Dinis da Silva Rego;  
2Cb Grad (10361209) Daniel Marcelino Pereira;  
2Cb Grad (06304710) César Fernando Gonçalves Lopes;  
2Cb Grad (07875011) Ivo Rafael Claro de Freitas;  
2Cb Grad (18854910) David Luís de Almeida Mota;  
2Cb Grad (11890411) Hélder Filipe Fernandes Ferreira;  
2Cb Grad (15788204) Ivo Manuel Mendes Marcelino;  
2Cb Grad (13783803) Luís Carlos Viana Leite;  
2Cb Grad (03437802) Ricardo Cravo Marques;  
2Cb Grad (07640112) Joel Ricardo Gonçalves Sousa;  
2Cb Grad (16721412) Joaquim Filipe Leal Pacheco;  
2Cb Grad (16109304) Márcio Jorge Monteiro Braga;  
2Cb Grad (15340613) João Paulo Piquete Balola;  
2Cb Grad (13437706) Fábio Pantaleão da Silva;  
2Cb Grad (06523612) João Pedro de Sousa Moreira;  
2Cb Grad (16206410) Jorge Filipe Rosado Martins;  
2Cb Grad (03553509) Paulo Jorge Figueira Silva;  
2Cb Grad (04082610) Fernando André Gonçalves Dias Correia Caldeira;  
2Cb Grad (17715505) José Fábio Nunes Roque;  
2Cb Grad (16303609) Ivo Miguel dos Santos Nunes;  
2Cb Grad (02804809) Valter Bruno Dias Ascêncio;  
2Cb Grad (12163311) Bruno Leandro Soares Gonçalves;  
2Cb Grad (15559010) Bernardo Luís Borges Estêvão;  
2Cb Grad (19878911) Jonas Amarildo Araújo Pinto;  
2Cb Grad (13496512) Diogo Filipe Pereira Alves;  
2Cb Grad (12097409) Tiago Frazão Ribeiro;  
2Cb Grad (03227611) Samuel José Ribeiro;  
2Cb Grad (10273110) Tiago Filipe Gil da Silva;  
2Cb Grad (07336811) Patrick Raposo;  
2Cb Grad (13954906) Cátia Fernanda Ferreira Lopes Catarino;  
2Cb Grad (05980910) Leandro Filipe Horta Morais da Silva;  
2Cb Grad (09641710) Hélio Pavão Castelo Branco;  
2Cb Grad (03825005) Victor Mariano Serra Gomes;  
2Cb Grad (12486405) Mário José de Sousa Crujeira;  
2Cb Grad (06623109) Rui Miguel dos Santos Simões;  
2Cb Grad (09376609) Bruno Miguel Miranda Tavares Fernandes;

2Cb Grad (03175210) [Tiago Alexandre Silva Loirinho](#);  
2Cb Grad (03461409) Alexandre Bazir Matos;  
2Cb Grad (14085212) José Pedro da Silva Carvalho;  
2Cb Grad (06756610) António José Oliveira Teixeira Ricardo;  
2Cb Grad (12940309) Francisco da Conceição Viegas Santana;  
2Cb Grad (03986105) Joni Luís Moreira dos Santos Pires;  
2Cb Grad (06869811) Pedro Filipe de Sousa Sanona;  
2Cb Grad (01390409) Flávio Emanuel Silva Vicente;  
2Cb Grad (07719006) Luís Carlos Teixeira Jardim;  
2Cb Grad (02972106) Cláudio Miguel Pleno Nunes;  
2Cb Grad (04390711) Beatriz Fekete Klebanowski Nunez;  
2Cb Grad (00323711) [Tiago de Jesus Chaves](#);  
2Cb Grad (17824305) Miguel Ferreira Ribeiro da Costa;  
2Cb Grad (16953910) José Filipe Rego Rato;  
2Cb Grad (09203406) Fábio Filipe Costa Casado;  
2Cb Grad (18837010) Mickael Ferreira Gonçalves;  
2Cb Grad (07846605) Fausto Manuel Costa Major;  
2Cb Grad (18704912) Cláudio Luís Ferreira dos Santos;  
2Cb Grad (18112909) Adérito Marco Mendes Semedo;  
2Cb Grad (05760311) António Miguel Oliveira Campos;  
2Cb Grad (03628603) Luís Miguel Arantes Araújo;  
2Cb Grad (17814906) Jorge Miguel Assunção Torpes;  
2Cb Grad (15134311) Pedro Miguel Alves de Sá;  
2Cb Grad (00956906) Pedro Rafael Costa Pereira;  
2Cb Grad (18641310) Darcy Florivaldo da Silva Jonas;  
2Cb Grad (00965011) Joel Alexandre Oliveira Leiras;  
2Cb Grad (16922203) Ricardo Alexandre Gomes Pereira;  
2Cb Grad (10521909) Paulo Sérgio Caetano Moita;  
2Cb Grad (09810610) Sérgio Manuel Soares Barros;  
2Cb Grad (11048809) Tiago Filipe Moreira da Costa;  
2Cb Grad (01388912) Cátia Luísa dos Santos Sales;  
2Cb Grad (18573411) Licínio José Carvalho da Silva;  
2Cb Grad (11293709) Carlos Gregório Macedo Pinto;  
2Cb Grad (06409011) Diogo Manuel Malta Lucas;  
2Cb Grad (12834811) Frederico Alexandre Coimbra Vieira;  
2Cb Grad (19059212) João Luís Torres dos Santos;  
2Cb Grad (12046411) André Filipe Madeira Lopes;  
2Cb Grad (03903705) Fábio Manuel Batista Soares Silva;  
2Cb Grad (16268403) Emanuel Alberto Caetano Gil Osório Solha;  
2Cb Grad (13771111) José António Abreu da Silva;  
2Cb Grad (11079904) Pedro Jorge Marques de Oliveira;  
2Cb Grad (05857712) José Manuel Gonçalves Fernandez;  
2Cb Grad (13755509) José António Ferreira Pinto;  
2Cb Grad (14033902) Bruno Miguel Moita Ferreira;  
2Cb Grad (12419210) Vítor Hugo Moreira Pinto;  
2Cb Grad (09570309) Ângelo Rafael Chaves Marques;  
2Cb Grad (03408010) Joel Eduardo Alves de Sousa;  
2Cb Grad (00183911) João Diogo Fernandes Machado;

2Cb Grad (13227010) Sérgio de Jesus Baptista Pombo;  
2Cb Grad (09818312) Mário Nelson Pinto Fontes;  
2Cb Grad (17636104) Hugo Henrique Monteiro Almeida;  
2Cb Grad (10476411) Fábio André Alves Pereira;  
2Cb Grad (07781504) Mathias Sousa Araújo;  
2Cb Grad (15040710) Diogo Levi Oliveira da Silva;  
2Cb Grad (13547409) Adelino André Bento Mamede;  
2Cb Grad (00320910) Fábio Alexandre Soeiro Valente;  
2Cb Grad (01080809) Tiago José Ferreira da Costa;  
2Cb Grad (16357311) Ricardo Jorge Marques da Costa;  
2Cb Grad (10211910) Márcio Cristiano da Cunha Lopes;  
2Cb Grad (09310512) Paulo Alexandre Eraço Pereira Antunes;  
2Cb Grad (07254209) Joaquim Ricardo Vieira Ribeiro;  
2Cb Grad (06856606) Nuno Miguel Ferreira Nunes;  
2Cb Grad (18310510) Hélder Filipe da Cunha Ferreira;  
2Cb Grad (03235209) João Paulo Moreira da Silva;  
2Cb Grad (13670309) David Alberto Ferreira Fonseca;  
2Cb Grad (06632811) Bruno Miguel Pinto da Costa;  
2Cb Grad (05918806) Evaristo José Freitas Teixeira;  
2Cb Grad (05875610) José Paulo Ferreira Moniz;  
2Cb Grad (01643811) Ricardo Jorge Cruz Cepa;  
2Cb Grad (14082911) Tiago Miguel Carajoinas de Jesus;  
2Cb Grad (11334509) Luís Flávio Batista Delgado;  
2Cb Grad (16519506) Gerson Francisco Teixeira da Silva;  
2Cb Grad (03367501) David Ricardo Coelho Guerreiro;  
2Cb Grad (15290209) Jorge Alexandre de Almeida Duarte;  
2Cb Grad (00851012) Ricardo Manuel Sousa Oliveira;  
2Cb Grad (19390805) José Diogo Andrade Rodrigues;  
2Cb Grad (18912606) Joni Leonel Martins da Silva;  
2Cb Grad (16902311) Hugo Miguel Pires Eusébio;  
2Cb Grad (01150011) André Daniel Gonçalves Batista;  
2Cb Grad (13499011) Fernando Jorge Rainho dos Santos;  
2Cb Grad (02685904) Paulo Alexandre Paulista Nunes;  
2Cb Grad (09035610) Rui Filipe Rodrigues da Silva Oliveira;  
2Cb Grad (14704409) Alfredo Luís dos Santos Costa;  
2Cb Grad (17871406) José Pedro Gomes Fernandes;  
2Cb Grad (15261206) Bernardo da Piedade Venâncio;  
2Cb Grad (03192711) José Cristiano Caldeira Freitas;  
2Cb Grad (19309311) Vítor Hugo Dias Ribeiro Correia;  
2Cb Grad (13620306) Pedro Filipe de Sousa;  
2Cb Grad (13243310) Guilherme de Oliveira Dias e Sá Marques;  
2Cb Grad (19247010) Bruno Filipe Oliveira Lopes;  
2Cb Grad (03986511) Diogo Pinto e Silva;  
2Cb Grad (17570006) Andreia Patrícia Teixeira Valente da Silva;  
2Cb Grad (19185809) José Luciano Nunes da Silva;  
2Cb Grad (06410712) José António Rei Pinto;  
2Cb Grad (03127612) Carlos Eduardo Almeida Pacheco;  
2Cb Grad (00728411) Carolina da Conceição Carvalho Machado;  
2Cb Grad (10125206) Rui Fernando Rodrigues de Almeida;

2Cb Grad (16650209) Cláudio Rafael Medeiros Soares;  
2Cb Grad (11008209) Fábio José da Silva Lourenço;  
2Cb Grad (03016209) Hugo Ricardo da Silva Gouveia;  
2Cb Grad (02351111) Pedro Miguel Garganta Lopes;  
2Cb Grad (14889310) André Luís Borges Estêvão;  
2Cb Grad (00438709) Bruno Filipe Evangelista Fontes Craveiro;  
2Cb Grad (09821406) Carlos José Pontes Gomez;  
2Cb Grad (08325410) Hugo Macedo Catoia;  
2Cb Grad (19362110) Adriano Pestana do Livramento;  
2Cb Grad (08466609) Cáia Alexandra da Silva Ferreira;  
2Cb Grad (06409410) Nuno António Teles da Corte;  
2Cb Grad (12290406) Jorge Araújo Castro Machado;  
2Cb Grad (10685210) Bruno Manuel Clara Baião;  
2Cb Grad (10163905) Ricardo Jorge Costa Marques;  
2Cb Grad (04665310) Diogo Reis Lopes;  
2Cb Grad (05159909) Telmo Rodrigues Junqueira;  
2Cb Grad (00089906) Válder Ricardo da Cunha M. Carneiro;  
2Cb Grad (00498005) Márcio Augusto de Jesus Moutinho;  
2Cb Grad (14847306) Jorge Adalberto Aires Pinto;  
2Cb Grad (12109112) Fábio Alexandre de Sousa Cortegaça;  
2Cb Grad (17524906) José António Pestana de Sousa;  
2Cb Grad (15017510) Rui Manuel Abreu Malheiro;  
2Cb Grad (18587510) Ricardo José Ribeiro Pereira;  
2Cb Grad (04303110) António Artur Sema de Jesus Simões;  
2Cb Grad (02920109) Cláudio Ribeiro Marques;  
2Cb Grad (06140212) David Laureano Vences;  
2Cb Grad (07296706) Nelma Gaspar Chilombo Alves;  
2Cb Grad (02776504) Samuel Filipe Batista Salgueiro;  
2Cb Grad (14993705) Fernando dos Santos Rosa Pinto;  
2Cb Grad (13881210) José Filipe Andrade Gomes;  
2Cb Grad (00598609) Marco Pedro de Freitas;  
2Cb Grad (14119605) Andreia Patrícia Alves Oliveira;  
2Cb Grad (11405610) Mário Alexandre Carneiro Veiga;  
2Cb Grad (05795009) José Luís Castanheira;  
2Cb Grad (00575309) Albano Camilo Pereira Micaelo;  
2Cb Grad (06504010) Sara Veloso Diniz;  
2Cb Grad (04954409) Valter Alexandre Ramos Afonso;  
2Cb Grad (10336309) Pedro Rafael Lopes Monteiro;  
2Cb Grad (00536711) João Pedro Bravo Viana;  
2Cb Grad (16006806) Décio Paulo Faria Gomes Pestana;  
2Cb Grad (11021109) Breno Wilson Correia Seixas;  
2Cb Grad (07519905) Bruno Daniel Ribeiro de Sousa;  
2Cb Grad (12012011) José Luís Gomes Ferreira;  
2Cb Grad (08854309) Helena Isabel Gonçalves Mota;  
2Cb Grad (11976210) Marco Aurélio Araújo Gomes;  
2Cb Grad (17700903) Gil Manuel Sousa Gonçalves;  
2Cb Grad (18067712) David Alexandre Moreira da Cunha;  
2Cb Grad (10567106) Ricardo Jorge Silva Cipriano;  
2Cb Grad (00952509) Bruno Filipe Alves Ribeiro;

2Cb Grad (18729305) Fábio Bruno Rodrigues Ferreira;  
2Cb Grad (00694910) Jesus Manuel Odreman Vieira;  
2Cb Grad (03595606) Nuno Miguel Pereira Sousa;  
2Cb Grad (02073609) Carlos André da Silva Seco;  
2Cb Grad (05220505) Carlos Filipe Correia Jerónimo;  
2Cb Grad (07430612) Luís Filipe Esperança do Nascimento;  
2Cb Grad (07876911) Flávio Miguel Azevedo Silva;  
2Cb Grad (06169110) Fábio André Duarte Coradinho;  
2Cb Grad (11218906) Ricardo Miguel da Silva Gomes;  
2Cb Grad (17261909) Marcos Daniel da Costa Branco;  
2Cb Grad (01618706) Rute Isabel Caipiro Clemente;  
2Cb Grad (05565106) Mário Pedro Neto da Silva do Rosário;  
2Cb Grad (01622909) Jorge Vicente da Rocha Brito;  
2Cb Grad (09888912) Hugo André Alves dos Santos Soares;  
2Cb Grad (07335811) Catarina Soraia de Costa e Lopes Martins;  
2Cb Grad (15418709) João Filipe de Almeida Prata Fonseca;  
2Cb Grad (14014706) Vítor Emanuel da Conceição Lucas;  
2Cb Grad (01034411) Andreia Raquel de Oliveira Ventura;  
2Cb Grad (11612406) José Ilídio de Abreu Mendes;  
2Cb Grad (19193104) Roberto Manuel da Cruz Sebastião;  
2Cb Grad (18752610) José Flávio Fernandes Soares;  
2Cb Grad (15404310) Mauro Filipe Costa Varela;  
2Cb Grad (18070606) Fábio Emanuel Gonçalves Gouveia;  
2Cb Grad (17814411) Tiago Rama Elias;  
2Cb Grad (09027905) Manuel André Gomes Nóbrega;  
2Cb Grad (04864711) Sérgio da Cruz Martins;  
2Cb Grad (13708704) Laurindo Formosozinho Uguri;  
2Cb Grad (00725305) Paulo Jorge Martins da Silva;  
2Cb Grad (16856809) Luís Filipe Carvalho Torres;  
2Cb Grad (04291411) Tatiana Sofia Pereira Azevedo;  
2Cb Grad (07271909) João Manuel Valente dos Santos;  
2Cb Grad (08327104) Ângelo Fernando F. dos Santos;  
2Cb Grad (12905710) Tiago José Pereira Pimenta;  
2Cb Grad (04749809) Tiago Carvalho Macedo;  
2Cb Grad (15973609) Rita João Barrocas Marques;  
2Cb Grad (07439110) Fábio Monteiro Moniz;  
2Cb Grad (00845209) Filipe Teodoro dos Santos da Silva;  
2Cb Grad (00684011) Filipe André Pereira Zigue;  
2Cb Grad (19031612) Sara Isabel Barros Miranda;  
2Cb Grad (05104111) Diogo Manuel Romão Neto;  
2Cb Grad (16738211) Bruno José Pinto Pinheiro;  
2Cb Grad (00050810) António José Gaidola Arruda;  
2Cb Grad (13355909) Eva Isabel Lebreiro Costa;  
2Cb Grad (08286710) Diogo André Cardoso Sangalhos;  
2Cb Grad (13461312) Gonçalo Augusto Batista Lopes;  
2Cb Grad (03166409) João Ricardo Freire Bernardo;  
2Cb Grad (07435510) Arsénio Almeida Medeiros;  
2Cb Grad (10691910) Adério Paulo Santos Abreu;  
2Cb Grad (14633406) João Manuel Araújo Gomes;



2Cb Grad (10257605) Ana Sofia Furtado Oliveira;  
2Cb Grad (19381005) Sara Filipa Sousa Pulguinhas;  
2Cb Grad (13306610) Maria Inês Roquette Miranda;  
2Cb Grad (14403212) Olga Marisa Fernandes Vieira;  
2Cb Grad (06577610) Melissa Alexandra Estrela Gouveia;  
2Cb Grad (12989104) Márcio Emanuel Vasconcelos Pinto;  
2Cb Grad (14613111) Tiago Miguel Rodrigues de Bastos;  
2Cb Grad (13391711) Fernando José Andrade Jardim;  
2Cb Grad (05332406) Bruno Alexandre de Sousa Matos;  
2Cb Grad (11276306) Bruno Miguel Alexandre;  
2Cb Grad (15724611) Gilberto Paulo Sousa Martins;  
2Cb Grad (12943509) Diogo António Lopes das Neves;  
2Cb Grad (05876204) Jaime Augusto Pinto Santos;  
2Cb Grad (01009812) Paula Cristina Carneiro de Sousa;  
2Cb Grad (04756011) Cátia Soares de Miranda;  
2Cb Grad (05596709) Bruno Miguel Carreira Martins;  
2Cb Grad (05682510) Luís Carlos Lobo Freixeiro;  
2Cb Grad (17307302) Carlos António Mesquita;  
2Cb Grad (00685710) Octávio Mário Correia Relvinha;  
2Cb Grad (18068712) João Pedro Carnide Barros;  
2Cb Grad (02160012) João Manuel Rodrigues Martins;  
2Cb Grad (00825005) Fábio Miguel Torres Horta;  
2Cb Grad (09380910) Tiago Rafael Oliveira Silva;  
2Cb Grad (14137909) Pedro Simão Teixeira Baía;  
2Cb Grad (16526909) Ana Isabel Silva Caseira;  
2Cb Grad (08051403) Duarte Manuel Ferreira Ponte;  
2Cb Grad (17339411) Reinaldo Fonseca Couto;  
2Cb Grad (08726110) José Miguel Oliveira Costa;  
2Cb Grad (13111812) José Miguel Sousa da Costa;  
2Cb Grad (16105409) Tiago Daniel Loureiro Antunes;  
2Cb Grad (02561405) Miguel Ângelo Mateus Azevedo;  
2Cb Grad (18279511) João Pedro Oliveira Drumond;  
2Cb Grad (14035905) Afonso Marlon Nunes Macedo;  
2Cb Grad (07914705) Hélia Rossana de Carvalho Dias Ricardo;  
2Cb Grad (13419109) Rene Luís Correia Paulo;  
2Cb Grad (14955502) Luís Filipe Martins Marques;  
2Cb Grad (14084111) Valdo César Costa Andrade;  
2Cb Grad (05340009) Jorge Miguel Correia Dias;  
2Cb Grad (19290509) Tiago André Jesus Faria;  
2Cb Grad (19109106) Bárbara Eleutério Pacheco;  
2Cb Grad (18697911) Dionísio Manuel Martins Medeiros;  
2Cb Grad (05009709) Lucinda Maria Silva Alcobia;  
2Cb Grad (19630106) Libório Venâncio Martins Sousa;  
2Cb Grad (05874611) Paulo Filipe da Costa Medeiros;  
2Cb Grad (01428506) Fábio João Serpa Barata;  
2Cb Grad (18879012) Ricardo Alexandre Morgado Martins;  
2Cb Grad (15800506) Hugo Miguel Simões Aleixo;  
2Cb Grad (11459910) Lucília Eleutério Pacheco;

2Cb Grad (17115111) Jorge Rafael Mendonça Gomes;  
2Cb Grad (18335611) Renato Filipe Medeiros da Silva;  
2Cb Grad (15014906) Luís Miguel de Jesus Pereira da Costa;  
2Cb Grad (19822112) Patrícia Isabel Maia Foito;  
2Cb Grad (11262710) Francisco da Costa Amaral;  
2Cb Grad (17712811) Ricardo Gomes de Azevedo;  
2Cb Grad (17643406) Fábio António Rijo Mendes;  
2Cb Grad (13915711) João Filipe Braga Bizarro;  
2Cb Grad (17433810) Cláudio Filipe Maurício Gonçalves;  
2Cb Grad (07708712) Rodrigo Teves Cabral;  
2Cb Grad (12716312) João Miguel Soares Silva.

Os referidos Praças contam a antiguidade no novo posto desde 24 de setembro de 2012, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do posto de Segundo-Cabo, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei 296/2009 de 14 de outubro.

Têm direito ao vencimento pelo novo posto, desde o dia seguinte ao da publicação no *DR* 2ª série n.º 185 de 24 de setembro de 2012 do despacho n.º 12 417/2012, do Chefe da Repartição de Pessoal Militar, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º-A da Lei 64-B/2011 de 30 de dezembro, aditado pelo artigo 4.º da Lei n.º 20/2012 de 14 de maio.

As presentes promoções efetuadas ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 20.º-A da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, aditado pelo artigo 4.º da Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 9878-B/2012, de 20 de julho, de Suas Excelências os Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 140, de 20 de julho de 2012.

(*DR* II Série n.º 237 de 7 de dezembro de 2012)

Por despacho do Tenente-General Ajudante-General do Exército, de 27 de novembro de 2012, ao abrigo dos poderes delegados pelo Despacho n.º 2 767/2012, de 8 de fevereiro do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *DR*, 2ª série, n.º 41, de 27 de fevereiro de 2012 (págs. 6945 e 6946), são promovidos ao posto de **Segundo-Cabo**, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 305.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99 de 25 de junho conjugado com as alterações aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003 de 30 de agosto, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção, os Segundos-Cabos Graduados em regime de contrato a seguir mencionados:

2Cb Grad (00994411) Bruno Emanuel Monteiro Pedras;  
2Cb Grad (17704310) Nelson Paradela Pinheiro;  
2Cb Grad (06122410) João Manuel Antunes de Freitas;  
2Cb Grad (07236710) David Gonçalves Rodrigues;  
2Cb Grad (05046310) Marco António Fonte Martins.

Os referidos Praças contam a antiguidade no novo posto desde 24 de setembro de 2012, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do posto de Segundo-Cabo, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei 296/2009 de 14 de outubro.

Têm direito ao vencimento pelo novo posto, desde o dia seguinte ao da publicação no *DR* 2ª série n.º 187 de 26 de setembro de 2012 do despacho n.º 12 574/2012, do Chefe da Repartição de Pessoal Militar, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º-A da Lei 64-B/2011 de 30 de dezembro, aditado pelo artigo 4.º da Lei n.º 20/2012 de 14 de maio.

As presentes promoções efetuadas ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 20.º-A da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, aditado pelo artigo 4.º da Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 9878-B/2012, de 20 de julho, de Suas Excelências os Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 140, de 20 de julho de 2012.

(DR II Série n.º 237 de 7 de dezembro de 2012)

---

### III — RECTIFICAÇÃO

Que fique sem efeito o publicado na OE n.º 09, 3.ª Série, de 30 de setembro de 2012, pág n.º 340, relativo à condecoração com a Medalha de Cobre de Comportamento Exemplar, referente ao 1Cb RC (07726905) Jorge Filipe Neves Pinto.

---

### IV — OBITUÁRIO

#### 2008

setembro, 02 — Sold DFA (07574663) Francisco António Queridinha, da SecDefPen/RRRD;  
novembro, 09 — Sold DFA (00135163) Clemente Godinho Pereira, da SecApoio/RRRD.

#### 2010

julho, 13 — Sold DFA (14299570) Licínio de Brites Júlio, da SecApoio/RRRD;  
agosto, 22 — Sold PPI (07338764) José Loureiro Sampaio, da SecApoio/RRRD;  
novembro, 23 — Sold DFA (02976972) José de Almeida Serrano, da SecApoio/RRRD.

#### 2012

junho, 17 — 1Cb DFA (00266066) Zulmiro Rodrigues Martins, da SecApoio/RRRD;  
setembro, 04 — Sold DFA (06862063) Manuel Moreira Troxo, da SecApoio/RRRD;  
setembro, 08 — Sold PPI (12167479) José Fernando de Jesus, da SecApoio/RRRD;  
novembro, 14 — Sold DFA (10760569) Fernando José Teixeira Pires, da SecApoio/RRRD.

#### O Chefe do Estado-Maior do Exército

*Artur Neves Pina Monteiro*, General.

Está conforme:

#### O Ajudante-General do Exército

*Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros*, Tenente-General.





MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH  
ESTÁ CONFORME  
O ORIGINAL

# ORDEM DO EXÉRCITO

4.<sup>a</sup> SÉRIE

N.º 3/31 DE DEZEMBRO DE 2012

Publica-se ao Exército o seguinte:

## I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

### Condecorações

Considerando que o Dr. Fernando José da Costa, Presidente da Câmara Municipal Municipal das Caldas da Rainha, desde há quase três décadas, colabora com o Exército Português de forma digna, consciente e dedicada em atividades de cariz militar, social e cultural, de reconhecida importância para o desenvolvimento, quer do Exército, quer da Câmara Municipal das Caldas da Rainha e relevando a importância do Exército no contexto da Defesa Nacional e do País;

Considerando que cultivou, em permanência, excelentes relações institucionais assentes em sólidas convicções de serviço público, de que tem resultado profícua parceria em diversas ações de divulgação, bem como, no plano histórico-cultural, de afirmação do Exército no seio da sociedade portuguesa. Merece destaque, neste âmbito o apoio relevante à recuperação dos painéis de azulejo do Museu Militar que muito engrandece e dignifica o acesso do Museu;

Tendo presente que o Dr. Fernando Costa tem demonstrado uma total disponibilidade e um invulgar empenho pessoal na resolução dos múltiplos e variados apoios que lhe vêm sendo solicitados pela Escola de Sargentos do Exército, em particular e pelo Exército em geral, dos quais salientamos o importantíssimo apoio da autarquia no desenvolvimento e promoção da imagem do Exército, junto dos seus munícipes.

Considerando ainda a pronta disponibilidade do Dr. Fernando Costa em acolher os vários eventos comemorativos do Dia do Exército de 2012 e a cooperação ativa e substantiva para o seu desenvolvimento ao longo de vários meses, refletem inequivocamente uma profunda e singular cooperação entre o Município e o Comando do Exército, tendo sido decisivo para o sucesso das comemorações junto da sociedade civil.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 1.<sup>a</sup> classe, nos termos do artigo 26.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o **Dr. Fernando José da Costa**.

(Por despacho de 29 de outubro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 1.<sup>a</sup> classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Professor Catedrático MPCE (91016199) **António José Barreiros Telo**.

(Por despacho de 27 de julho de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Professor Assistente Convidado (ACUMUL) (91022292) **Manuel João Lopes Prates**.

(Por despacho de 27 de julho de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Professor Associado MPCE (91007485) **Carlos Tavares Ribeiro**.

(Por despacho de 27 de julho de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Professor Associado com agregação (CAP) (91008386) **Fernando Manuel Faria Martins**.

(Por despacho de 27 de julho de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 3.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, a Médica MPCE (92003983) **Eduarda Maria Baptista Ganho Ávila Costa**.

(Por despacho de 27 de julho de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 3.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, a Funcionária Civil (3.ª classe) MPCE (92015587) **Maria Teresa Caneiro Antunes Feio Babo**.

(Por despacho de 27 de julho de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, a Assistente Técnica MPCE (92122173) **Maria Adelaide Almeida Chapado e Oliveira Pessoa**.

(Por despacho de 19 de outubro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, a Assistente Técnica MPCE (92008186) **Josefina Martinho Lourenço Santos**.

(Por despacho de 27 de julho de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 4.<sup>a</sup> classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, a Assistente Técnica MPCE (92008286) **Lígia Maria Chaves de Oliveira**.

(Por despacho de 27 de julho de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 4.<sup>a</sup> classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, a Assistente Técnica MPCE (92059793) **Maria Francelina Cigarrito Roque Santos Costa**.

(Por despacho de 27 de julho de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 4.<sup>a</sup> classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Assistente Operacional MPCE (91064577) **António José Pinto Teixeira**.

(Por despacho de 27 de julho de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 4.<sup>a</sup> classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Assistente Operacional MPCE (91013486) **Carlos Alberto Tavares Correia**.

(Por despacho de 27 de julho de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 4.<sup>a</sup> classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Assistente Operacional MPCE (91006082) **João António de Jesus Magalhães**.

(Por despacho de 27 de julho de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 4.<sup>a</sup> Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, a Assistente Operacional MPCE (92055177) **Maria José Paixão**.

(Por despacho de 27 de julho de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 4.<sup>a</sup> classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Assistente Operacional MPCE (91007479) **Luís Manuel Estrela Silva**.

(Por despacho de 27 de julho de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Assistente Operacional MPCE (91045393) **José Maria dos Santos Ferreira**.

(Por despacho de 27 de julho de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, a Assistente Operacional MPCE (92028577) **Maria de Lurdes de Melo Ramos**.

(Por despacho de 27 de julho de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Assistente Operacional MPCE (91004676) **Victor Portela Jacinto**.

(Por despacho de 27 de julho de 2012)

---

## II — PENSÕES E APOSENTAÇÕES

Em cumprimento do disposto no artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro (Estatuto da Aposentação), torna-se pública a lista dos aposentados e reformados a seguir identificados que, a partir dos meses, ou desde as datas que se indicam, passam a ser abonados da respectiva pensão pela Caixa Geral de Aposentações:

### Desde 1 de outubro de 2012:

Amadeu José Mendes Freitas, Técnico Equiparado 4, das OGFE, €974,86;  
António Ferreira Silva, Alfaiate, das OGFE, €274,29;  
Guilhermina Rosa Barreiro Brito, Assistente Operacional, da DFin, €280,76;  
Hélder Manuel Monteiro, Técnico-Equiparado, do LMPQF, €812,61;  
Joaquim Adelino Merca Timóteo, Enfermeiro Graduado, da DFin, €1 010,39;  
Luiza Maria Rosa Couto, Assistente Técnica, da DARH, €851,88;  
Luz Conceição Gomes Azevedo Alberto, Costureira, das OGFE, €476,28;  
Maria Antónia Fonseca Pires, Assistente Técnica, da DFin, €897,65;  
Maria José Chambel Almeida Abreu, Assistente Técnica, da DFin, €576,26;  
Maria José Gonçalves Cruz Rodrigues, Assistente Operacional, da DFin, €272,78;  
Pedro Manuel Santos, Assistente Operacional, da DFin, €736,49.

(DR II Série n.º 172, de 5 de setembro de 2012)

### Desde 1 de novembro de 2012

Albino Lopes Aguiar, Técnico Auxiliar Fabril, das OGME, €811,67;  
Francisco Ilídio Roque Coelho Amaral, Assistente Técnico, da DFin, €266,32;  
José Alberto Sá Silva, Mestre Escalão 1, das OGME, €697,38;

Maria Fátima Vila Real Coelho, Professora, da DFin, €2 559,37;  
Maria Fernanda Matias Faim Militão, Assistente Operacional, da DFin, €461,34;  
Maria Natália Vicente Rodrigues Silva, Assistente Operacional, da DFin, €487,25;  
Mário Henriques Marcelo, Assistente Operacional, da DFin, €672,66;  
Natividade Jesus B. Marques Rodrigues, Guarda, das OGFE, €617,75.

(DR II Série n.º 194, de 8 de outubro de 2012)

#### **Desde 1 de dezembro de 2012**

Alcino MartinsCoutinho, Assistente Operacional, da DFin, €855,58;  
Francisco Manuel Anjos Rovisco, Mestre Escalão 2, das OGME, €540,17;  
José Luís Carvalho, Mestre, das OGFE, €681,91;  
Maria Arminda Pinto Gomes, Encarregada Operacional, da DFin, €955,53;  
Maria Céu Alves Garcia Fernandes, Contramestre, das OGFE, €846,45;  
Maria Fernanda R. Morgado Lourenço, Assistente Técnica, da DFin, €745,33;  
Pedro Manuel Duarte Pinto Bessa, Assistente Graduado, da DFin, €3 592,32.

(DR II Série n.º 215, de 7 de novembro de 2012)

#### **Desde 1 de janeiro de 2013**

Alda Fátima Afonso Alves, Assistente Operacional, da DFin, €419,84;  
Ana Maria Sousa Caldeira Simões, Empregada Administrativa Principal, da MM Lisboa, €628,46;  
Carlos Alberto Lopes, Assistente Operacional, da DFin, €1 002,59;  
Etelvina Marques Maia Passão, Assistente Operacional, da DFin, €734,82;  
Glória Maria Santos Silva Vilela, Assistente Técnica, da DFin, €1 056,31;  
José João Barreto Batista, Mestre, das OGME, €726,55;  
José Manuel Rocha Neto Gonçalves, Assistente Operacional, da DFin, €532,47;  
Leonor Henriqueta Santos Costa, Técnica de Informática G.1, N.3, da DFin, €1 675,00;  
Luís Manuel Estrela Silva, Assistente Operacional, da DFin, €587,08;  
Manuel Esteves Cerqueira, Assistente Operacional, da MM Lisboa, €647,82;  
Manuel Machado, Assistente Técnico, da DFin, €1 081,00;  
Maria Joaquina Pires Sequeira Valente, Assistente Técnica, da DFin, €763,29;  
Maria Lurdes Carmo G. Neves Carvalho, Assistente Técnica, da DFin, €840,64;  
Rosa Alves Silva Teixeira Reis, Assistente Operacional, da DFin, €667,97.

(DR II Série n.º 237, de 7 de dezembro de 2012)

### **O Chefe do Estado-Maior do Exército**

*Artur Neves Pina Monteiro, General.*

Está conforme:

### **O Ajudante-General do Exército**

*Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros, Tenente-General.*